
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA

Iara Letícia Leite de Oliveira

Vozes com rostos, reluzentes silhuetas:

histórias de vida, formação e atuação docente de mulheres educadoras da região
de Ouro Preto – MG

Rio Claro – SP

2021

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“Júlio de Mesquita Filho”

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

campus de Rio Claro

Iara Leticia Leite de Oliveira

Vozes com rostos, reluzentes silhuetas:

histórias de vida, formação e atuação docente de mulheres educadoras da região
de Ouro Preto – MG

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas e ao Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – *campus* Rio Claro, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Educação Matemática.

Orientadora: Profa. Dra. Heloisa da Silva

Rio Claro – SP

2021

O48v

Oliveira, Iara Leticia Leite de

Vozes com rostos, reluzentes silhuetas : histórias de vida, formação e atuação docente de mulheres educadoras da região de Ouro Preto – MG / Iara Leticia Leite de Oliveira. -- Rio Claro, 2021

376 f. : il., tabs., fotos, mapas + 1 CD-ROM

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro

Orientadora: Heloisa da Silva

1. Narrativas de Educadoras. 2. Formação Docente. 3. Trajetórias Profissionais. 4. História Oral. 5. Educação Matemática. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Iara Leticia Leite de Oliveira

Vozes com rostos, reluzentes silhuetas:

histórias de vida, formação e atuação docente de mulheres educadoras da região de Ouro

Preto – MG

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas e ao Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – *campus* Rio Claro, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Educação Matemática.

Orientadora: Profa. Dra. Heloisa da Silva

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Heloisa da Silva
Unesp/Rio Claro (SP) – Orientadora

Prof. Dr. Antonio Vicente Marafioti Garnica
Unesp/Bauru (SP)

Profa. Dra. Luzia Aparecida de Souza
UFMS/Campo Grande (MS)

Profa. Dra. Maria Laura Magalhães Gomes
UFMG/Belo Horizonte (MG)

Profa. Dra. Rosana Areal de Carvalho
UFOP/Mariana (MG)

Resultado: APROVADA

Rio Claro – SP, 27 de outubro de 2021

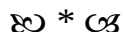
*“Doce é sentir
Em meu coração
Humildemente
Vai nascendo amor*

*Doce é saber
Não estou sozinho
Sou uma parte
De uma imensa vida*

*Que generosa
Reluz em torno a mim
Imenso dom
Do teu amor sem fim”
(Ziza Fernandes – Doce é sentir)*

*Dedico este trabalho ao meu esposo, Vitor, e ao nosso
pequeno filho que teve uma passagem tão breve entre
nós e, mesmo sem conhecer seu rostinho ou carregar
você no colo, expandiu nosso amor de uma forma
inexplicável.*

AGRADECIMENTOS



*Não tenho a anatomia de uma garça pra receber
em mim os perfumes do azul.
Mas eu recebo.
É uma bênção.*

*Às vezes se tenho uma tristeza,
as andorinhas me namoram mais de perto.
Fico enamorado.
É uma bênção.*

*Logo dou aos caracóis ornamentos de ouro
para que se tornem peregrinos do chão.
Eles se tornam.
É uma bênção.*

*Até alguém já chegou de me ver passar
a mão nos cabelos de Deus!
Eu só queria agradecer (Manoel de Barros – As bênçãos).*

Esta trajetória só pôde ser concluída por acreditar na existência de um Ser Supremo que está acima de mim e habita em mim, dando-me forças para continuar ou parar quando necessário. Agradeço a Deus por me guiar e estar sempre comigo, mesmo eu não O esperando lá aonde Ele se apresenta.

Agradeço ao Vitor, meu esposo, por tudo e por tanto. Por ser um companheiro de vida, por viver e ser comigo uma só carne, inclusive no processo do doutorado. A você meu eterno amor. Agradeço ao nosso pequeno filho que, tendo nascido para o céu, transformou-me em tão pouco tempo e de lá me protege e me ajuda.

Agradeço à professora Heloísa, por ter sido orientadora, incentivadora e amiga. Com seus olhos atentos, abraçou a minha pessoa e a minha pesquisa, formou-me e me conduziu à finalização deste trabalho. A você minha eterna gratidão.

Agradeço à banca, composta pelos(as) professores(as) Luzia, Maria Laura, Rosana e Vicente, pela leitura atenta e cuidadosa. Pelas indicações e reflexões no momento da qualificação, tão necessárias para que este estudo seguisse adiante. Enfim, muito obrigada por acolherem nossa investigação.

Agradeço também às docentes Rosana e Fernanda, pelas quais nutro um carinho imenso, por me acompanharem desde o Mestrado e me direcionarem a uma formação não apenas acadêmica, mas também humana. Professoras e amigas especiais, verdadeiros presentes que o Mestrado me deu. A vocês meu respeito e minha admiração.

Agradeço às professoras colaboradoras Hebe, Leila, Maria de Lourdes, Edna, Lenir, Maria da Consolação, Maria Gomes, Maria Auxiliadora e Maria da Conceição pelo tempo que reservaram a mim e por tanto aprendizado mobilizado em nossas poucas horas de conversa. Sem o “sim” de vocês, esta investigação não teria sido possível. Muito obrigada, pelo carinho e pela acolhida.

Agradeço à rede de contatos que se estabeleceu ao longo desta pesquisa, pessoas tão atenciosas com quem pude contar e que me fizeram chegar às docentes colaboradoras.

Agradeço aos(às) meus(minhas) queridos(as) amigos(as) Ana Cláudia, Bruna, Carla, Íria, Lêda, Leoni, Lidiane, Maísa, Marcelo, Mariele, Marinéia, Simone, Regina e Vinícius pelo companheirismo, pela amizade sincera, pelo carinho, por me acompanharem de modo tão próximo e me darem forças quando elas me faltaram. A vocês meu afeto e minha gratidão.

Agradeço aos(às) colegas do Ghoem, por tantos momentos de aprendizado e de formação. Agradeço pelas leituras, pelas reuniões e pelos encontros sempre tão intensos e formativos.

À minha mãe e ao meu pai (*in memoriam*) por todo amor e carinho. A vocês minha imensa gratidão e também minha eterna saudade, pai.

Ao meu irmão por ser tão cuidadoso e protetor, por me ensinar a generosidade. Obrigada por formar, junto à Lilian, uma família que me apoia e expande o amor de meu coração.

À minha família e à do Vitor por entenderem tantas ausências e tantas presenças corridas. A vocês o meu amor.

Aos(Às) professores(as) do PPGEM pela competência e pela formação, principalmente humana. A vocês meu respeito e minha admiração.

Aos(Às) funcionários(as) do PPGEM e do departamento de Matemática e Educação Matemática por tanta gentileza, tanta atenção e tanto cuidado.

Agradeço a equipe da Revista Bolema pelo espaço de formação e por essa experiência ímpar em meu percurso acadêmico. Em especial, agradeço ao Vinicius e à Íria pela parceria.

Agradeço ao Conselho do PPGEM e, em especial à Carla, pelo período de representação discente, pela oportunidade de crescimento para além do conhecimento acadêmico.

À CAPES pelo financiamento por meio da concessão da bolsa de estudos. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Agradeço a tantos(as) outros(as) amigos(as) que, sem ressalvas, fizeram parte de minha trajetória e estiveram comigo ao longo dessa empreitada.

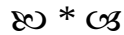
RESUMO



A composição desta tese é permeada por vivências e encontros que me fizeram chegar a duas temáticas pelas quais me interesso: a formação de professores(as) e as narrativas. O estudo é fruto de histórias, lutas, memórias, tempos e espaços, vivências, formação e atuação docente femininas nos entornos da segunda metade do século XX, em um cenário que, embora seja específico desta investigação, a região de Ouro Preto – Minas Gerais, representa também elementos de uma escala maior, o contexto educacional, político, econômico, geográfico, social e histórico de nosso país. Nesse contexto, o objetivo geral foi tecer compreensões sobre o percurso em que nove professoras aposentadas tornaram-se docentes, na região de Ouro Preto, considerando essas emaranhadas com/em espaços e tempos de vida. A escolha pelas mulheres se deu pelo fato de querermos conhecer as histórias que são contadas por elas. Para isso, lançamos mão da pesquisa qualitativa nos direcionando pelos pressupostos da metodologia da História Oral, praticada na perspectiva do Grupo História Oral e Educação Matemática (Ghoem). Tal mobilização nos permite criar narrativas, em conjunto com as colaboradoras, a partir de entrevistas gravadas, e então tecer compreensões sobre elas, em busca de colaborar com a linha de inquérito História da Educação (Matemática). De modo geral, ao problematizarmos aspectos dessas histórias de vida, observamos desafios, entraves e possibilidades de formação e atuação das educadoras na região de Ouro Preto. As docentes destacam as dificuldades em relação ao acesso às poucas instituições de ensino relacionadas, principalmente, aos fatores geográficos e financeiros. No que diz respeito às experiências vivenciadas na sala de aula, como alunas ou professoras, sinalizam algumas características quanto à organização do espaço escolar, aos materiais utilizados, às especificidades de algumas disciplinas escolares, aos modos como os(as) professores(as) conduziam às aulas e às ações de ensino implementadas por elas como docentes. No cenário educacional, a Igreja Católica exercia forte influência, tanto na Educação Básica, quanto no Ensino Superior; além disso, a docência era a única opção para aquelas que desejavam dar continuidade aos estudos ou ter uma profissão. Alguns atravessamentos sinalizam ainda um processo que procurou construir uma ideia de feminino e, em associação a esta, a fabricação de corpos (dóceis) femininos de professoras. Por último, as histórias de vidas dessas educadoras constituem um repertório que compartilha práticas do ensino e da aprendizagem em espaços de formação e atuação que trafegam entre o presente e o passado, entre a tradição e a invenção. Essas narrativas são, portanto, um potente instrumento formativo e de diálogo que nos possibilitam refletir sobre o passado e operar no tempo presente com as problemáticas atuais e singulares a determinados contextos, contribuindo, por conseguinte, para o entendimento de questões no âmbito da história da formação de professores(as) no Brasil.

Palavras-chave: Narrativas de Educadoras; Formação Docente; Trajetórias Profissionais; História Oral; Educação Matemática.

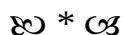
ABSTRACT



The composition of this thesis is permeated by experiences and encounters that led me to two themes I am interested in: teacher education and narratives. The study is the result of stories, struggles, memories, times and spaces, experiences, training and performance of female teachers in the surroundings of the second half of the 20th century, in a scenario that, although specific to this research, the region of Ouro Preto, Minas Gerais, also represents elements of a larger scale, the educational, political, economic, geographic, social and historical context of our country. In this context, the general objective was to understand the path in which nine retired female teachers became teachers in the region of Ouro Preto, considering the entangled ones with/in spaces and times of their lives. The choice for these women was due to the fact that we wanted to know the stories they tell. To do so, we used qualitative research guided by the assumptions of the Oral History methodology, practiced in the perspective of the Oral History and Mathematics Education Group (Ghoem). Such mobilization allows us to create narratives, together with the collaborators, from recorded interviews, and then to weave comprehensions about them, in an attempt to collaborate with the History of Mathematics Education line of inquiry. In general, when we problematized aspects of these life stories, we observed challenges, obstacles and possibilities of formation and performance of the educators in the region of Ouro Preto. The teachers highlight the difficulties in relation to the access to the few educational institutions related, mainly, to geographical and financial factors. As far as their experiences in the classroom, as students or teachers, they point out some characteristics regarding the organization of the school space, the materials used, the specifics of some school subjects, the ways teachers conducted the classes, and the teaching actions implemented by them as teachers. In the educational scenario, the Catholic Church exerted a strong influence, both in Elementary Education and in Higher Education; besides, teaching was the only option for those who wanted to continue their studies or have a profession. Some crossings also indicate a process that sought to build an idea of femininity and, associated to this, the manufacturing of (docile) female bodies of female teachers. Finally, the life stories of these educators constitute a repertoire that shares teaching and learning practices in spaces of training and performance that travel between the present and the past, between tradition and invention. These narratives are, therefore, a powerful formative and dialogical tool that allow us to reflect on the past and operate in the present time with the current and unique problems of certain contexts, contributing, therefore, to the understanding of issues in the field of the history of teacher education in Brazil.

Keywords: Narratives of Educators; Teacher Training; Professional Trajectories; Oral History; Mathematics Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E TABELAS*



Quadro 1: Informações gerais de Hebe Maria Rôla Santos	58
Quadro 2: Informações gerais de Leila Warde Rôla Bethônico	83
Quadro 3: Informações gerais de Maria de Lourdes Walter.....	108
Quadro 4: Informações gerais de Edna Lemos de Souza Castro	135
Quadro 5: Informações gerais de Lenir Maria Amorim França de Oliveira	152
Quadro 6: Informações gerais de Maria da Consolação Souto Menezes	169
Quadro 7: Informações gerais de Maria Gomes de Santana Campos	185
Quadro 8: Informações gerais de Maria Auxiliadora Sampaio Grossi	199
Quadro 9: Informações gerais de Maria da Conceição Silva.....	220
Figura 3: Mapa da região de Ouro Preto com indicações das professoras entrevistadas	25
Figura 34: Mineração em Minas Gerais	250
Figura 35: Mapa do Brasil, Mesorregiões de Minas Gerais e.....	252
Figura 36: Mapa da região de Ouro Preto (delimitação SRE) e colaboradoras de cada cidade	253
Figura 42: Mapa indicando as localidades de formação.....	283
Tabela 1: Dados gerais das colaboradoras.....	17
Tabela 2: Dados gerais sobre as cidades da região de Ouro Preto	254
Tabela 3: Informações gerais do contexto educacional das cidades da região de Ouro Preto	264
Tabela 4: Porcentagem da população residente na zona rural	266
Tabela 5: Taxa de alfabetização e escolarização na região de Ouro Preto	271
Tabela 6: Quantidade de estabelecimentos escolares em cada município da região de Ouro Preto ...	278
Tabela 7: Instituições de Ensino Superior na região de Ouro Preto.....	280
Tabela 8: Formação e atuação docente das professoras entrevistadas	281
Tabela 9: Informações sobre a formação acadêmica dos(as) docentes na região de Ouro Preto.....	285
Tabela 10: Características do núcleo familiar.....	302

* Como a lista de figuras ficou demasiadamente extensa, optamos por deixar registrado neste sumário apenas os mapas, que são elementos importantes para acompanhar a trajetória das colaboradoras, bem como desta pesquisa.

SUMÁRIO



1. LÁ ONDE ESTÃO OS INÍCIOS E OS ENCONTROS.....	12
2. ENTRE CASOS E ACASOS: ALGUMAS HISTÓRIAS POSSÍVEIS... ..	23
2.1. Preparada?	25
2.2. Entre esperas e o despertar de memórias	27
Hebe Maria Rôla Santos	30
Leila Warde Rôla Bethônico	59
2.3. Entre preces e pressas	84
Maria de Lourdes Walter	89
2.4. Confiar para celebrar	109
Edna Lemos de Souza Castro	111
2.5. Trabalho ordinário, graça inusitada	136
Lenir Maria Amorim França de Oliveira	139
Maria da Consolação Souto Menezes	153
2.6. Entre desafios e brechas	170
Maria Gomes de Santana Campos	173
Maria Auxiliadora Sampaio Grossi	186
2.7. No meio do caminho, haveria uma surpresa	200
Maria da Conceição Silva.....	201
3. OS MELINDROSOS CAMINHOS DE UMA PESQUISA COM A METODOLOGIA DA HISTÓRIA ORAL	221
3.1. Quem sabe os encontros que podem acontecer logo ali?	221
3.2. Em cena: a História Oral	225
3.3. Sobre alguns passos nesse caminho.....	226
3.4. Alguns desas(sossegos) no caminho.....	230
3.5. Alguns ecos no caminho.....	234
3.6. E quando a gente olha para trás... ..	238
4. E, AGORA, O QUE FAZER COM TUDO ISSO?	240
5. A REGIÃO DE OURO PRETO: LUGAR DE VIDA, LUGAR DE CORPO	248
5.1. A região de Ouro Preto pelo cruzamento de olhares.....	250
5.2. Alguns rastros e impressões da re(li)gião	261
5.3. Alguns elementos do contexto educacional na região	263
5.3.1. A formação de professoras e as instituições de ensino	272
5.4. Uma breve consideração.....	286
6. UM LUGAR NA HISTÓRIA: TRAVESSIAS E ATRAVESSAMENTOS	288

6.1. Alguns elementos ou perfis da educação (feminina): como corpos femininos foram/são fabricados	290
6.2. Uma profissão “escolhida”?	301
6.2.1. A mulher-professora, a professora-mulher... ..	306
6.2.2. Empregadas-sogra-irmãs-mulheres... Esquecer? Jamais!	312
6.3. A liderança das mulheres.....	314
6.4. Uma breve consideração.....	316
7. EXPERIÊNCIAS E PRÁTICAS DOCENTES: DESAFIOS E POSSIBILIDADES	318
7.1. O que essas narrativas nos movimentam a pensar sobre os diferentes aspectos do ensino?.....	319
7.2. O que essas narrativas nos movimentam a pensar sobre o ensino da Matemática?.....	322
7.3. Um tornando-se, um vir a ser... ..	333
8. ENTRE AVENTURAS DE ENCERRAMENTO E POSSIBILIDADES DE ABERTURA....	336
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	343
APÊNDICE.....	355
1. Alguns aspectos históricos da formação feminina no Brasil.....	355
2. A Igreja Católica e a Educação.....	359
3. Roteiro de entrevista.....	366
4. Modelo de Carta de Cessão de Direitos enviado às colaboradoras	367
5. Cartas de Cessão de Direitos assinadas pelas professoras colaboradoras	368

1. LÁ ONDE ESTÃO OS INÍCIOS E OS ENCONTROS



*“Que a força do medo que tenho
 não me impeça de ver o que anseio
 que a morte de tudo em que acredito
 não me tape os ouvidos e a boca
 pois metade de mim é o que eu grito
 a outra metade é silêncio
 [...]
 Que não seja preciso mais do que uma simples alegria
 pra me fazer aquietar o espírito
 e que o seu silêncio me fale cada vez mais
 pois metade de mim é abrigo
 a outra metade é cansaço
 [...]
 Que a minha loucura seja perdoada
 pois metade de mim é amor
 e a outra metade também” (Oswaldo Montenegro – Metade).*

Em muitos momentos do doutorado, via-me em metades e isso me feria. Uma metade se sentia plenamente capaz e entusiasmada; a outra, na total incapacidade e paralisada. Uma queria seguir por um caminho, a outra desejava o sentido oposto. E, por aí, aconteciam as dicotomias. Acredito que tudo tem um propósito e o tempo (entre a qualificação e a defesa) foi necessário para perceber que as coisas não funcionam (ou pelo menos não deveriam funcionar) por meio de binarismos, entre metades e inteiros. Não. Quando essas duas metades se juntam, sim, elas podem se fazer uma só, ou fazerem-se metades, mas também podem se tornar milhares.

Nesse movimento, este trabalho e eu, simultaneamente, fomos ganhando novos contornos. E, então, não me via mais apenas em metades ou inteiros, mas me via em multiplicidades que, porventura, faziam ser “eu”. Acredito que não se trata apenas da ordem do “tornar-se” quem eu sou, mas do “devir” (Iara, mulher, filha, esposa, mãe, professora, pesquisadora) que não aconteceu de forma solitária. Por isso, antes de contar sobre os percursos que me fizeram chegar a esta tese, peço licença para apresentar a história de três mulheres: minha mãe e minhas duas avós (uma delas – paterna – já não está mais conosco). Elas são em mim uma presença marcante, inspirando-me no ser mulher.

Em uma história envolta em lutas, minhas avós chegaram a frequentar apenas algumas séries escolares, o que possibilitou aprender a ler, escrever e fazer contas. Embora tivessem uma breve passagem pela escola, sempre se lembravam carinhosamente das professoras que elas ou os filhos tiveram. Após finalizar o Ensino Primário (hoje Ensino Fundamental I), minha mãe conta que não pôde continuar os estudos, pois tinha que ajudar financeiramente em casa e,

para isso, precisava trabalhar fora. Como ela teria que frequentar a escola no período noturno a partir da 5ª série (hoje 6º ano do Ensino Fundamental II), meu avô não autorizou. Mas isso não impediu que mais tarde, após 25 anos, ela voltasse a frequentar a escola por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA), concluindo o Ensino Fundamental II. O Ensino Médio foi iniciado, mas não chegou a ser concluído devido à depressão que a pegou de solavanco. Sempre me lembro de ela contar sobre as dificuldades para frequentar a escola da zona rural, pois seus irmãos e ela caminhavam uma longa distância até lá; nos dias de chuva, chegavam todos molhados e sujos de barro. Quando meu irmão e eu estávamos na Educação Básica, ela sempre comentava: “Vocês têm que estudar mesmo, hoje é um pouco mais fácil. Na minha época, a gente levava o caderno, lápis e borracha em um saquinho de arroz. O dever, a gente fazia à noite, após a lida na roça, sob a luz de vela. Então, vocês têm que valorizar a oportunidade de estudar”.

Essas três mulheres tiveram uma vida dura e simples com o trabalho da roça; apesar da aspereza das mãos calejadas e da dureza com as dificuldades na vida, sempre fiquei impressionada com o suave toque de suas mãos e a doce sabedoria em cada palavra pronunciada que me impulsiona(va) a continuar... Em minha história, foram as minhas primeiras professoras e me ensinaram sempre que “Quem traz no corpo a marca Maria, Maria, mistura a dor e a alegria [...] Quem traz na pele essa marca, possui a estranha mania de ter fé na vida”¹. E, com isso, dentre tantos ensinamentos, elas me incentivaram/incentivam a continuar. E, foi assim, entre um passo e outro, que cheguei até aqui, apesar das dificuldades, das dores e alegrias.



Figura 1: QR-Code
Fonte: gerado pelas autoras

Hoje, essas falas e vivências continuam a soar em mim juntando-se às vozes das professoras que colaboraram com esta pesquisa, permeadas por semelhanças ou divergências, mas, sobretudo, ecoando a luta das mulheres, seus dramas, incertezas, angústias e alegrias. Aqui, falamos de Marias, de professoras, de mulheres, de todas nós.

Entre essas lutas e percalços das mulheres, recordo-me de um fato que sempre me marcou; na ocasião, estava cursando o 3º ano do Ensino Médio. A diretora e os(as)

¹ A canção “Maria, Maria” é belamente interpretada por Milton Nascimento. E poderá ser acessada pela leitura do QR-Code disponível no trabalho ou pelo *hiperlink* que está na imagem do QR-Code.

O *Quick Response Code* (QR-Code) refere-se a uma evolução do código de barras que pode ser lido pela câmera do seu *smartphone* usando um aplicativo. Para fazer a leitura do QR-Code em seu *smartphone*, caso ainda não tenha o leitor de QR-Code você deverá baixá-lo na loja de aplicativos de seu celular (por exemplo, Leitor QR, Kaspersky QR Scanner ou Barcode Scanner). Ao acessar o aplicativo de leitura do QR-Code, direcione a câmera para o código de barras presente ao longo da tese, e, automaticamente, será disponibilizado o acesso ao material. Nesta tese, eles serão utilizados para acessar outros tipos de materialidades que não são possíveis de serem reproduzidos em um texto escrito. Caso tenha dificuldade para fazer a leitura do QR-Code, você poderá clicar em cima do QR-Code e, automaticamente, também será encaminhado a um *link* que possibilita acessar o material.

professores(as) apoiaram e incentivaram a escolha em fazer o vestibular. A escola deu suporte, inclusive, disponibilizando o computador que havia na sala da secretaria para fazer a inscrição, visto que alguns(mas) de nós não tínhamos *internet* em casa. Fiz algumas escolhas de universidades e, dentre elas, estava a Universidade Federal de Lavras (UFLA), onde cursei a licenciatura em Matemática a partir de 2009. Recordo-me que, ao entrar naquela sala, junto a uma amiga, nos deparamos com o secretário e após comentar que estávamos ali para fazer a inscrição do vestibular para a UFLA, mais especificamente para o curso de Matemática, ele nos respondeu: “Eu também fiz Matemática. É um curso muito difícil, na minha turma havia apenas duas moças”. E acrescentou: “Esquece isso, vocês não vão passar!!!” Aquilo ficou marcado em mim e, durante um tempo, eu me vi questionando sobre sua afirmativa: seria em decorrência de sermos de uma escola pública e estarmos tentando ingressar em uma instituição federal? De sermos mulheres? Do curso escolhido ser a licenciatura em Matemática? Ou apenas um comentário inoportuno? Enfim, não há como saber...

Após terminar a graduação, nos encontros com desconhecidos(as), perguntavam em que eu trabalhava e eu respondia: “Sou professora de Matemática. Trabalho em uma escola pública”. Mediante a resposta, observava a cara de espanto e de dó por ser professora de Matemática, acompanhada sempre com algumas frases típicas: “Nossa, nem parece que você é professora de Matemática. Você aparenta ser tão boazinha, tão nova. Minhas professoras eram velhas e carrancudas, tinham cara de brava” ou, então, “Ah, se eu tivesse dom para a Matemática, escolheria Engenharia”. E isso me incomodava, fazendo-me lembrar do que Chimamanda comenta em seu livro “Sejam todos feministas”: “Se repetimos uma coisa várias vezes, ela se torna normal. Se vemos uma coisa com frequência, ela se torna normal”². Ela ganha uma força de verdade. E se não atentarmos para essas “normalidades”, corremos o risco de torná-las a única história de algo e isso é perigoso, pois esses estereótipos formatam, enquadram e limitam nosso pensamento acerca de diferentes situações. E, durante esta pesquisa, em muitos momentos, via-me presa a alguns estereótipos e “normalidades” que me impediam de ultrapassar/refletir sobre alguns aspectos.

Durante a trajetória como estudante na Educação Básica, os(as) profissionais, em sua maioria, eram mulheres. Ao longo da graduação e atuando como docente, a predominância de

² (CHIMAMANDA, 2014, n.p. – *on-line*).

Neste trabalho, ao invés de apresentar as referências ao longo do texto como usualmente é realizado nos textos acadêmicos, optamos por sinalizá-las em notas de rodapé para não interferir demasiadamente na fluidez do texto. As informações na íntegra de cada referência poderão ser encontradas ao final desta tese (nas Referências Bibliográficas). Aproveitamos também para destacar nossa decisão de iniciar a contagem das notas de rodapé no início de cada capítulo em virtude da quantidade que poderá se acumular no decorrer do trabalho.

colegas de curso e trabalho também eram mulheres. Esse contexto foi um pouco distinto no Ensino Superior, em que prevalecia a presença de professores homens, ou seja, “quanto mais perto do topo chegamos, menos mulheres encontramos”³.

E é junto a essas reflexões que nós desejamos⁴ pautar nosso trabalho ao apresentar a história de vida de nove professoras aposentadas da região de Ouro Preto – MG. No entanto, pensar em um texto para compor a tese não é uma tarefa fácil, pois, entre o dizer ou escrever algo,

sempre há uma diferença entre o que dissemos e o que desejávamos dizer... E essa diferença se multiplica quando perguntamos a alguém o que entendeu daquilo que dissemos. Essa impossibilidade da comunicação transparente, ao passo em que insistimos realizá-la, é parte constitutiva da história, de qualquer história⁵.

Em alguns momentos da pesquisa, não sabia muito bem o que escrever, aonde ir, nem que caminhos escolher, mas, diante desses impasses, tomamos alguma direção, não despretensiosa, que aos poucos nos conduziu à versão final desta tese. Segui o caminho cheio de direções, perdendo-me (e me achando) por ele e nele. Nesse percurso, entre perdas e encontros, fui me questionando quanto à produção de um trabalho (tese): Que tipo de vida temos produzido? O que posso produzir junto desse contexto?

Talvez não consiga de imediato responder a essas questões, mas sei que esta tese está permeada por histórias, sobretudo remete à história de algumas mulheres que remonta a um passado presente. Edna, Hebe, Leila, Lenir, Maria Auxiliadora, Maria da Conceição, Maria da Consolação, Maria Gomes, Maria de Lourdes, Iara, Heloísa.... Uma mulher, nove ou onze mulheres.... Enfim, esta pesquisa diz de histórias únicas e histórias múltiplas das mulheres.

E como tudo isso começou? Por que contar histórias? Talvez tenha sido lá no meu tempo de infância. Quando íamos para a casa dos meus avós maternos, que moravam em uma casa simples ainda sem energia elétrica, nós nos reuníamos ao redor da mesa, com o fogão à lenha aceso e algumas luzes de velas, para ouvir meu avô e alguns amigos contarem histórias. Aquelas de assombrações e almas perdidas sempre me deixavam morrendo de medo e, embora ficasse amedrontada, eu gostava de ouvi-las. As histórias eram inéditas e até hoje é assim; quando estamos na roda de conversa, elas não se repetem. Ao olhar para esses acontecimentos, percebo que se antes as histórias me chamavam a atenção simplesmente pelo seu enredo, hoje elas me

³ (CHIMAMANDA, 2014, n.p. – *on-line*).

⁴ Ao longo deste trabalho, ora faço a utilização da primeira pessoa do singular, em geral para comentar de alguns movimentos da pesquisa que foram particulares, ora há a utilização da terceira pessoa do plural para demarcar as ações coletivas entre a professora Heloisa e eu, junto aos(as) colegas de orientação e grupo de pesquisa ou de outras relações que foram se estabelecendo. Não sinalizarei essa opção em todas as passagens, pois o(a) leitor(a) poderá identificar as pessoas envolvidas naquela ocasião por meio do contexto de escrita do texto.

⁵ (VIANNA, 2010, p. 498).

prendem por esse motivo também, mas, sobretudo, agrada-me o ato de estarmos juntos(as), surpreende-me a magia que essas histórias têm em aproximar corpos, pessoas.



Figura 2: Procurando o Princípio (2005) – Margarida Cepêda
Fonte: <http://www.margaridacepeda.com/2019>

A apreciação pelas histórias me levou para caminhos que não poderia imaginar.... Ao longo de minha formação, meu interesse pelo estudo de narrativas (de professores(as)) desabrochou durante o curso de licenciatura em Matemática pela UFLA, quando tive a oportunidade de conhecer em uma disciplina algumas narrativas de professores(as) – o memorial de formação – e também realizar sua escrita. No exercício da docência em escolas públicas⁶, também me aproximei desse campo no sentido de ouvir as histórias dos(as) meus(minhas) colegas de trabalho e, na aprendizagem com elas, vislumbrar que aquilo poderia ser compartilhado com outros(as) docentes.

Mediante esse (per)curso e os interesses por essa temática, na pesquisa realizada durante o mestrado intitulada “Estações da escrita de si: trajetórias formativas de professores de Matemática em memoriais”⁷, busquei tecer compreensões de aspectos da trajetória formativa

⁶ A docência em Matemática ocorreu em escolas públicas estaduais e municipais da cidade de São João del-Rei – MG (localizada a aproximadamente 118 quilômetros da capital mineira) entre os anos de 2013 a 2014, como professora contratada.

⁷ O mestrado ocorreu no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), *campus* Mariana – MG, sob a orientação da professora Rosana Areal de Carvalho e coorientação de Fernanda Aparecida Oliveira Rodrigues Silva.

OLIVEIRA, I. L. L. de. Estações da escrita de si: trajetórias formativas de professores de Matemática em memoriais. 2017. 180f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2017.

de professores(as) de Matemática ao narrarem sua história de vida por meio do memorial de formação sob a perspectiva do método (auto)biográfico⁸.

Buscando dar continuidade aos estudos sobre trajetórias formativas de professores(as) que ensinaram/ensinam Matemática⁹ por meio de histórias de vida e conduzida pelas experiências anteriores, bem como por outras que se deram no percurso desta pesquisa, em particular no Grupo História Oral e Educação Matemática (Ghoem)¹⁰, nos lançamos ao movimento investigativo nos questionando: *Como se deu o processo de tornar-se professoras, que se formaram e atuaram, na região de Ouro Preto – MG?* Frente a esse questionamento, como objetivo geral, buscamos *tecer compreensões sobre o percurso em que nove colaboradoras tornaram-se professoras, considerando essas emaranhadas com/em espaços e tempos de vida*. E com os objetivos específicos almejamos: compreender o percurso formativo dessas professoras; conhecer alguns dos desafios, entraves e possibilidades de formação e atuação de mulheres educadoras na região de Ouro Preto – MG.

A região de Ouro Preto – MG, considerada na pesquisa, é composta pelas seguintes cidades: Acaiaca, Diogo de Vasconcelos, Itabirito, Mariana e Ouro Preto. Buscamos, assim, uma investigação que abrangesse particularidades sobre a formação de professores(as) nessas cidades. Ao todo, entrevistamos nove professoras segundo os procedimentos da História Oral (HO), distribuídas na região de acordo com a tabela a seguir:

Tabela 1: Dados gerais das colaboradoras

Entrevistada	Ano de nascimento	Local de nascimento	Município em que mora
Hebe Maria Rôla Santos	1931	Mariana	
Leila Warde Rôla Bethônico	1940	Mariana	Ponte Nova
Maria de Lourdes Walter	1945	Mariana	
Edna Lemos de Souza Castro	1947	Acaiaca	
Lenir Maria Amorim França de Oliveira	1948	Itabirito	
Maria da Consolação Souto Menezes	1946	Governador Valadares	Ouro Preto
Maria Gomes de Santana Campos	1932	Diogo de Vasconcelos	

⁸ Esse método evidencia os diferentes modos de utilização de narrativas de si, bem como as distintas dimensões interligadas ao indivíduo, dentre elas: sociais, culturais, históricas ou psicológicas e tem como pressuposto “ouvir o que o professor tem para dizer, e respeitar e tratar rigorosamente os dados que o professor introduz nas narrativas, o que vem alterar o equilíbrio comprovativo” (GOODSON, 1995, p. 71).

⁹ Denominamos professoras que ensinaram/ensinam Matemática aquelas profissionais que, independentemente de sua formação, exerceram/exercem a atividade de ensino da Matemática.

¹⁰ Para mais informações sobre o Ghoem, acessar: <http://www2.fc.unesp.br/ghoem/>.

Maria Auxiliadora Sampaio Grossi	1951	Diogo de Vasconcelos
Maria da Conceição Silva	1946	Ouro Preto

Fonte: elaborada com base nas textualizações

A escolha das nove professoras não tem o intuito de ser um exemplo totalizante acerca da história das mulheres no campo educacional, tampouco busca apresentar uma história generalizante. Entendemos que conhecer suas histórias é uma forma de considerá-las como parte do cenário educacional, social, geográfico, econômico, cultural e histórico tão amplo e de repensar o lugar/o papel que foi/é atribuído a elas.

Ao produzirmos significados acerca de nossa questão norteadora sobre o processo do tornar-se docente, percebemos que não se tratava de um processo estático, mas de um movimento em que várias linhas de forças se entrelaçam ou se dispersam. As narrativas dizem de um fluxo de vivências dessas professoras, com suas histórias de vida, de formação e da carreira docente, em meio às relações que se estabeleceram, estando imersas em contextos históricos, políticos, econômicos, culturais, geográficos. Enfim, temos aqui histórias de palavras e de afetos que não se encerram nesta pesquisa, mas se abrem e nos abrem a caminhos outros.

Envoltas nessa temática, percebemos que a História Oral, mobilizada no Ghoem, seria potente para a produção de nossas narrativas e pesquisa ao permitir nos aproximarmos daquilo que é narrado pelas colaboradoras. De modo geral, a metodologia da História Oral se dá pela constituição de narrativas orais junto aos(as) colaboradores(as) (em nosso caso, as professoras aposentadas da região de Ouro Preto – MG), a partir de momentos de entrevistas gravadas e/ou filmadas que posteriormente são transformadas em textos escritos. O registro escrito, após passar por um “tratamento” em termos de língua portuguesa e/ou mudanças estruturais para torná-lo um texto fluente, é disponibilizado na íntegra, e em nossa pesquisa é constituído pelas textualizações das nove professoras colaboradoras. Assim, ao ter acesso a esse conjunto de narrativas de forma integral, o(a) leitor(a) poderá compreender o que cada narradora contou, conhecer aquilo que desejaram transmitir e também poderá acompanhar nossas compreensões ou, ainda, traçar seu próprio caminho de análise para produzir significados.

Esclarecemos que, embora a metodologia indique alguns procedimentos já estabelecidos, cada pesquisador(a), observando a natureza de sua investigação, poderá fazer alterações ou não; terá seu próprio modo de abordar esses pressupostos. A metodologia não é algo fixo que pressupõe seguir um passo após o outro de forma engessada, mas trata-se de um

processo que acontece na movimentação singular de cada pesquisa e na apropriação dos objetos necessários para viabilizá-la.

Esses registros intencionalmente produzidos compõem o que chamamos de “fontes historiográficas”, permitindo ao(a) pesquisador(a) a produção de conhecimento acerca de um determinado contexto. Para nós, a História Oral não se configura apenas como uma metodologia de trabalho no sentido de apenas seguir alguns pressupostos para constituir fontes, mas se desdobra em uma maneira de escrever a história. Essas narrativas, constituídas com base nos pressupostos da História Oral, permitem-nos mobilizar dados que, talvez, não seriam possíveis por outras metodologias. As considerações metodológicas foram apresentadas mais brevemente aqui, dado que serão tratadas mais detalhadamente em um capítulo específico. Como já comentado anteriormente, a metodologia se dá em processo; com isso, ao longo do texto, pela própria movimentação na investigação será possível perceber essa mobilização metodológica.

O Ghoem é um grupo interinstitucional, reunindo diversos pesquisadores que atuam em distintas instituições do país. Por meio do desenvolvimento de pesquisas, contribui, principalmente, para a produção de conhecimento no campo da História da Educação (Matemática). Este trabalho se enquadra na linha de pesquisa “Mapeamento da Formação e Atuação de Professores que ensinam/ensinaram Matemática no Brasil”, que trata de um projeto de ampla envergadura desenvolvido pelo Ghoem, e que, dentre outros aspectos, está interessado na elaboração de um mapeamento, inspirado na cartografia, dos processos de formação e atuação de professores(as) pelo Brasil, permitindo-nos localizar, informar, representar e descrever a formação e a prática de professores(as) que exercem (ou exerceram) a docência em Matemática.

A escrita da história dessas mulheres, utilizando a metodologia da História Oral, viabiliza a compreensão de elementos acerca do papel da mulher nos espaços sociais, em nossa pesquisa se volta mais ao exercício da docência. Escolher as mulheres para narrar sobre sua própria história nos possibilita conhecer algumas relações existentes no contexto em que atuaram, as versões plausíveis acerca dos contornos de uma geração marcada por um lugar em que a mulher estava em evidência por ser uma grande maioria nas instituições educacionais, mas ao mesmo tempo situava-se na ausência no sentido de que seu papel era situado à margem. Buscamos registrar uma história que vem ganhando espaço nos arquivos, nos livros e nos escritos em geral. Com isso, não almejamos compor uma história de heroínas, mas queremos evidenciar os significados do ser mulher e do ser professora para elas, de forma a elaborar uma história que dissolva “uma imagem do passado que já tenha sido produzida, institucionalizada,

cristalizada”¹¹ e distorcida. Queremos ouvir a história das mulheres a partir de sua ótica, de sua voz, de sua memória.

Por que me aproximo das histórias das mulheres? Primeiro, eu sou uma delas. E além disso, ao olhar pela verticalidade histórica, elas vivenciaram por longas décadas o anonimato do ser-mulher e o silêncio. Ao apresentar esta pesquisa ao público, sempre surgia a pergunta: “Por que você terá como colaboradoras apenas as mulheres? Afinal, um estudo como este não necessariamente exige esse requisito”. Não fechando em uma resposta única, uma das possíveis é que os lugares das narrativas das mulheres foram negligenciados por muito tempo e estudar sobre as mulheres é uma forma de nos deslocarmos de um processo de naturalização. Ademais, ao narrar uma história está em jogo o modo como ela é contada e, nesse sentido, queremos entender as histórias contadas por essas mulheres, que, na transitoriedade da existência, vivenciaram o paradoxo do ser alguém e ser ninguém, forjadas nas práticas de resistência, existência e sobre(vivência) diárias.

Quando nos voltamos para as mulheres e sua história, percebemos que muitas coisas “foram escondidas de nós”, sabemos que os registros feitos por elas foram apagados, silenciados, condenados ou, ainda, tiveram sua autoria manipulada. Buscamos conhecer a história das mulheres, pois “os relatos femininos são outros e falam de outras coisas. A guerra ‘feminina’ tem suas próprias cores, cheiros, sua iluminação e seu espaço sentimental. Suas próprias palavras”¹². Em seu livro “A guerra não tem rosto de mulher”, Aleksiévitich relata a Segunda Guerra Mundial sob a perspectiva das mulheres, o que nos fez pensar que alguns aspectos da história e da docência feminina têm sua própria história marcada por cores, cheiros, luz e espaços repletos de detalhes e façanhas na guerrilha de seu cotidiano de ser mulher, mãe, esposa, professora em um determinado espaço, tempo e lugar.

A escrita da História sob a ótica das mulheres nos mobiliza em movimentos de permanências e rupturas, conversação e transformação, misérias e grandezas de um coletivo da profissão docente exercida pelas mulheres, mas também de um feminino que fora antes esquecido e que, infelizmente, continua sendo negligenciado. Estamos permeadas por um exercício de escrita da História na terceira margem, que nos leva a pensar que “toda história começa com um acontecimento, e que este se define por uma quebra de rotina, pela emergência de algo, pela ruptura com a lei e com a semelhança”¹³, sob o imperativo de um devir, que desarranja as formas estabelecidas entre sujeitos e objetos. Um fluxo “que mistura aspectos que

¹¹ (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019, p. 68).

¹² (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 12).

¹³ (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019, p. 30).

aparecem separados, classificados e ordenados após as práticas de análise levadas a cabo pelas ciências”¹⁴. Assim, ao pensarmos sobre a história das mulheres, estamos mobilizando um presente que interroga um passado, o qual não está inacabado, mas é parte de nosso próprio presente e está conectado com nossas problemáticas.

A partir dessas considerações, indicamos como estruturamos a tese. Após finalizar a leitura deste capítulo, no texto **Entre casos e acasos: algumas histórias possíveis**, o(a) leitor(a) é convidado(a) a conhecer os percursos realizados nesta investigação por meio de uma sequência de pequenos textos preliminares, que tratam do modo como foi se delineando o contato com as nove professoras, seguidos de suas respectivas textualizações na íntegra (um conjunto de nove textualizações) identificadas pelos nomes das colaboradoras e apresentadas na ordem em que foram realizadas.

Os melindrosos caminhos de uma pesquisa com a metodologia da História Oral é um capítulo que possibilita compreender os procedimentos metodológicos mobilizados no decorrer da pesquisa, a partir do modo como no Ghoem temos desenvolvido os trabalhos com a História Oral e de como a mobilizamos em nosso trabalho. **E agora, o que fazer com tudo isso?** é uma composição que acena para a tessitura dos capítulos analíticos, sinalizando a forma como tateamos os diferentes atravessamentos na produção da análise e pensamos a atribuição de significados para as narrativas produzidas.

Na sequência, temos os três capítulos, nos quais traçamos “panoramas” que se entrelaçam. Em um deles, **A região de Ouro Preto: lugar de corpo, lugar de vida**, pontuamos aspectos da região de Ouro Preto – MG, a partir dos elementos que as colaboradoras trouxeram em suas narrativas e por informações obtidas sobre essa região, buscando situar o(a) leitor(a) acerca de algumas características importantes que nos ajudaram a entender a trajetória de formação e atuação das professoras. Em seguida, no capítulo **Um lugar na história: travessias e atravessamentos**, abordamos nossa compreensão acerca das movimentações dessas mulheres em sua trajetória de vida, observando características de sua formação e atuação, suas “escolhas” por serem professoras; enfim, trata-se de nossas mobilizações para produzir significados acerca da temática de pesquisa. Por fim, no texto **Experiências e práticas docentes: desafios e possibilidades** nos detemos às experiências que as professoras vivenciaram ao longo de sua formação e de sua carreira docente no espaço da sala de aula. Nele também problematizamos nosso entendimento acerca do “tornar-se professor(a)”, expressão que faz parte do nosso objetivo de pesquisa.

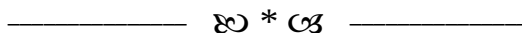
¹⁴ (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019, p. 32).

“Encerramos” a tese com o texto **Entre aventuras de encerramento e possibilidades de abertura**, em que contemplamos as principais ramificações as quais perpassaram a pesquisa. Em nossa investigação, buscamos nos orientar por algumas direções a partir de temas que foram mencionados pelas nossas colaboradoras, mas acenamos também para outros temas que, por ora, não problematizamos e que ficam como possibilidade de caminho a ser trilhado por nós ou por outros(as) pesquisadores(as).

Outros itens que compõem este trabalho estão dispostos do seguinte modo: **Referências bibliográficas**, que expõem os estudos mobilizados nesta pesquisa; **Apêndice**, apresentando alguns aspectos da história da educação, em especial, da formação feminina e também da relação entre a Igreja Católica e a Educação. Além disso, disponibilizamos o roteiro utilizado para as entrevistas, o modelo da carta de cessão e as cartas assinadas pelas colaboradoras, autorizando a publicação das textualizações.

Por fim, nesta pesquisa estão registradas nossas histórias, nossas compreensões e nossas movimentações deste percurso investigativo. Convidamos o(a) leitor(a) para ler, refletir e se emaranhar na produção de significados junto aos movimentos da pesquisa.

2. ENTRE CASOS E ACASOS: ALGUMAS HISTÓRIAS POSSÍVEIS...



Durante a pesquisa, tivemos alguns percalços para ter acesso às colaboradoras que entrevistariamos, uma vez que acabaram não sendo exatamente aquelas visadas pelo projeto inicial. Esta proposta estava norteada pela seguinte questão: *Como se deu o processo de constituição de professoras que ensinaram Matemática na segunda metade do século XX e primeira década do século XXI na cidade de Mariana – MG?*

As colaboradoras seriam quatro professoras irmãs, cuja formação e atuação remontavam entre a segunda metade do século XX e primeira década do século XXI¹. As escolhas das docentes e do cenário relacionavam-se às minhas experiências e inserção como pesquisadora na cidade de Mariana durante o mestrado. Sob a orientação da professora Rosana, tive contato com os projetos desenvolvidos por ela em anos anteriores, os quais, de modo geral, eram voltados aos estudos do Grupo Escolar Dom Benevides (Mariana – MG) e seus sujeitos, bem como à atuação de diretoras nessa instituição². A partir daí, surgiu o interesse em compreender, no percurso do doutorado, as particularidades da história dessas quatro irmãs que se formaram em Mariana e se tornaram professoras, atuando na região³.

Mediante os movimentos inerentes à trajetória investigativa, sabemos que a pesquisa passa por modificações e essa empreitada não foi diferente conosco, pois nosso objetivo e nossas colaboradoras se alteraram à medida que fomos caminhando. Nesse ínterim, podemos dizer que a pesquisa nos exige um estar disposto a navegar entre águas calmas e turbulentas, deixando-nos sensibilizar pelas afetações do percurso, ainda que envoltos à falta de precisão que esse viver nos oferece. Inicialmente, tudo parecia se encaminhar no doutorado; entre o segundo semestre de 2017 e o primeiro semestre de 2018, cinco entrevistas já tinham sido realizadas⁴. No entanto, em janeiro de 2019, por motivos de saúde, uma das professoras desejou

¹ A delimitação temporal foi estabelecida a princípio, mas, na movimentação da pesquisa percebemos ser algo flexível. As narrativas das colaboradoras apresentavam aspectos aquém e além do tempo estabelecido. Em nosso entendimento, percebíamos que não se tratava de um aspecto fixo na pesquisa, mas um ponto de partida que nos auxiliava a contextualizar nosso trabalho.

² A professora Rosana coordenou dois projetos, são eles: “Mulheres educadoras em Minas Gerais: trajetórias contemporâneas” e “Damas de Ferro: as diretoras do Grupo Escolar Dom Benevides, Mariana – MG”. Mais informações estão disponíveis em seu currículo na plataforma *Lattes*.

³ Em uma família com seis filhos(as), sendo um homem e cinco mulheres, quatro mulheres se tornaram professoras e se destacaram no exercício da profissão, exercendo, por exemplo, o cargo de direção em um período em que não era muito comum ser destinado às mulheres por ser ocupado por homens.

⁴ Como se tratava de quatro colaboradoras, decidimos que faríamos dois momentos de entrevistas com cada uma delas. Cabe esclarecer que, em referência a essas cinco entrevistas, elas foram realizadas em dois momentos de entrevista com duas professoras (Hebe e Leila, como veremos adiante) e em um momento com outra professora, a qual, mais tarde, decidiu não fazer parte da pesquisa.

encerrar sua participação na pesquisa e com outra nem chegamos a estabelecer contato. E ali se instaurou um novo processo de adequações. Dadas as circunstâncias, era necessário recriar alguns caminhos, decidimos então expandir a região e selecionar outras docentes.

Ao observar essa trajetória de procurar por colaboradoras na pesquisa, percebemos o quanto ela é fugidia. No momento em que estamos imersos(as) na pesquisa, não percebemos determinadas inclinações como por exemplo, a insistência e/ou persistência em encontrar professoras. Como estávamos investigando uma região composta por cinco cidades, consideramos que seria importante ter uma professora representante de cada município para nos auxiliar a compor nosso cenário de pesquisa. Confesso que, em alguns momentos, estava preocupada e/ou ficava insegura quanto a ter um número específico de colaboradoras, o que me levava a um questionamento: “Com quantas narrativas se faz uma tese?”⁵ “O que pretendemos deixar claro é que o quantitativo pode ser mais ou menos importante. Isso significa que, anterior à pergunta: ‘Com quantas narrativas se faz uma tese?’, deve vir a pergunta: ‘Como essas narrativas podem fazer uma tese?’”⁶. Acreditamos que o que qualifica uma pesquisa que faz uso da História Oral como metodologia não é o quantitativo de entrevistas em si, mas sim todo o movimento de produção e problematização do conhecimento histórico que essas narrativas proporcionam. Em nossa pesquisa, percebemos que as nove entrevistas foram suficientes para atingir o objetivo e a abrangência de nossa proposta (*tecer compreensões sobre o percurso em que nove colaboradoras tornaram-se professoras, considerando essas emaranhadas com/em espaços e tempos de vida*), seja pelas circunstâncias investigativas criadas ou pela nossa forma de constituir/pensar uma pesquisa, pela própria abordagem metodológica, pela constituição, tratamento e disponibilização das fontes historiográficas e, por fim, pelo próprio cenário investigado junto a essas narrativas.

Neste segundo capítulo do trabalho, buscamos apresentar o caminho percorrido para chegar às colaboradoras da investigação e as narrativas que foram produzidas. Para isso, deixamos registradas algumas informações sobre essas nove entrevistas, que estão disponibilizadas integralmente nesta tese.

⁵ (FERNANDES, 2014).

⁶ (FERNANDES, 2014, p. 139-140).

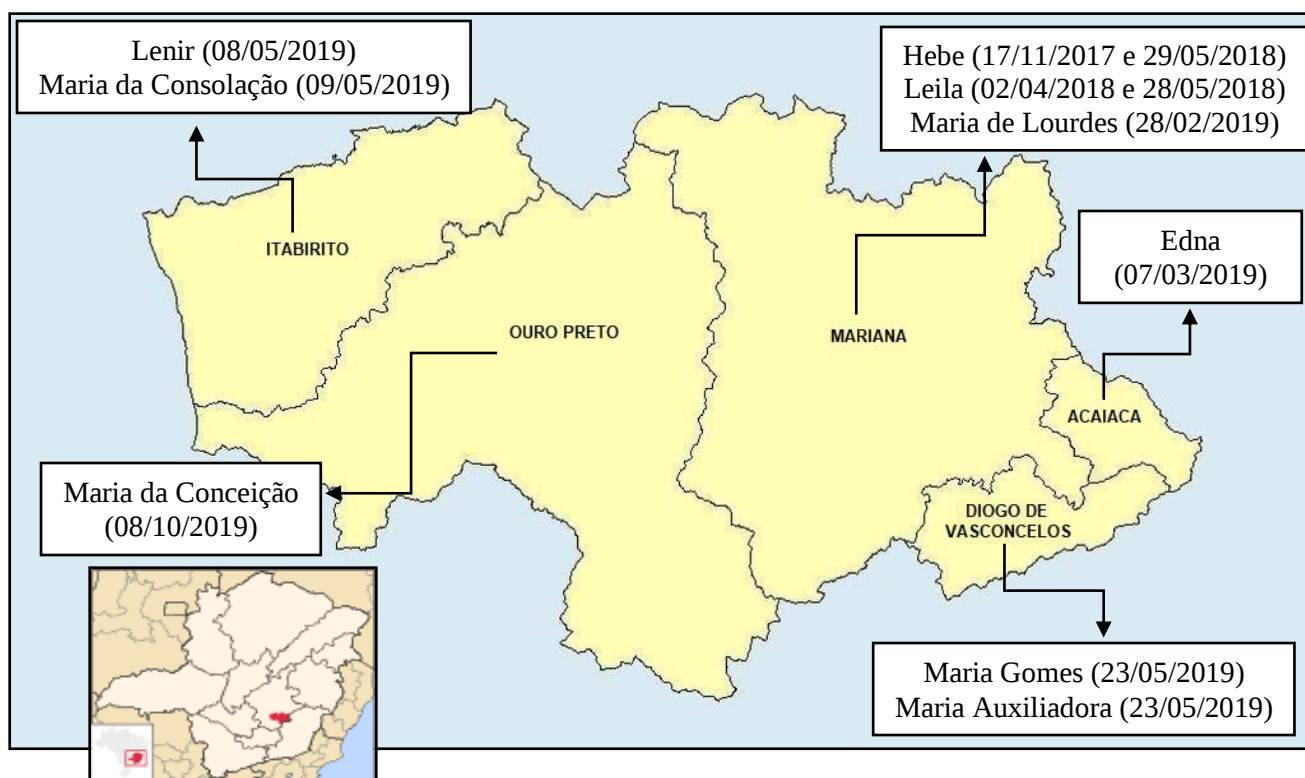


Figura 3: Mapa da região de Ouro Preto com indicações das professoras entrevistadas
Fonte adaptada de: <https://docplayer.com.br/docs-images/66/54726568/images/47-0.jpg>

2.1. Preparada?

Para darmos início à jornada, por meio da mediação das professoras Rosana e Fernanda⁷, que conheciam as professoras irmãs da cidade de Mariana, fizemos contato e marcamos o primeiro encontro com Hebe Maria Rôla Santos, a irmã mais velha da família entre as professoras, agendando data, horário e local⁸.

No dia 17 de novembro de 2017, cheguei a Mariana. Como era o primeiro contato com a professora, a intenção inicial era apenas uma visita exploratória para sondar o interesse dela e de suas irmãs em colaborar com a pesquisa. Ainda que essa tinha sido a intenção, dirigi-me ao local escolhido por Hebe, a Casa de Cultura de Mariana e sede da Academia Marianense de

⁷ Respectivamente, minha orientadora e coorientadora durante o Mestrado.

Rosana Areal de Carvalho atua como professora junto ao departamento de Educação e ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFOP, com interesse nas seguintes temáticas: instituições e sujeitos escolares, educação e política, intelectuais.

Fernanda Aparecida Oliveira Rodrigues Silva é professora na UFOP, vinculada ao departamento de Educação. Sua área de interesse e pesquisa é Educação de Jovens e Adultos (EJA) com ênfase em história da educação, formação de educadores, alfabetização, material didático e práticas pedagógicas.

⁸ Cabe destacar que, naquele momento, o objetivo da pesquisa era *tecer compreensões acerca da trajetória de quatro professoras irmãs que se formaram e tiveram atuação em Mariana*. Para nós fazia sentido a pesquisa com essas quatro professoras, tendo em vista a influência que exerceram no período em que estiveram em atuação, bem como a ocupação de cargos como direção e inspeção escolar que não eram tão comuns naquele período.

Letras e Artes, com roteiro e instrumentos de gravação em mãos. Estava ansiosa em razão de ser a primeira vez que, possivelmente, faria uma entrevista. Durante o trajeto perguntava-me: Será que estou preparada? Ao mesmo tempo, pensava nos estudos e nas conversas que havia realizado visando me preparar para o momento e que me faziam sentir um pouco mais segura.

Cheguei ao local e ela estava à minha espera. Iniciamos uma conversa que, para mim, seria para nos conhecermos; contudo, como ela começou a contar um pouco sobre sua trajetória e seus trabalhos, o gravador foi ligado e aconteceu minha primeira entrevista. De certa forma, eu esperava que isso poderia ocorrer, pois Fernanda havia comentado comigo que a professora Hebe estava ansiosa para que a entrevista acontecesse. Por isso, já havia me organizado para aquele momento. Embora tivesse me preparado para realizar o diálogo, eu estava tensa, um turbilhão de coisas vinha à mente: Como fazer a entrevista? Como colocar as perguntas? Como me comportar? Quando e como intervir? Seria necessário intervir? O que eu deveria fazer? O que não fazer? Nos meses que antecederam à entrevista, havia lido alguns materiais sobre os cuidados que o(a) entrevistador(a) deveria ter ao realizá-la. Lembro-me de um trecho marcante: “Fazer perguntas da melhor maneira é evidentemente importante em toda entrevista”⁹. Será que saberia fazer essas perguntas? Embora o medo de não dar conta estivesse caminhando ao meu lado, eu tinha a convicção de que precisaria enfrentá-lo.

Com o passar dos segundos, fui me acalmando; não por controle próprio, mas pelo acolhimento que recebi da professora Hebe. A voz calma e a forma como trazia suas memórias iam me tranquilizando, mas isso não era uma exclusividade desta pesquisa, como narra Maria Eliza em sua tese, “a formalidade inerente à técnica de toda e qualquer entrevista foi quebrada pelo clima cordial que se estabeleceu na interação entre pesquisadora e colaboradores[as]”¹⁰. E assim, ocorreu a primeira entrevista que compõe a tese.

Em vários momentos, presenciava não só o modo como me recebia, mas também seu carinho ao me chamar de “menina”, “filha”, apesar de ser uma “estranha” que estava ali conversando sobre sua vida. E isso também ocorreu nas outras entrevistas. Percebi, tanto nessa quanto nas demais conversas, que eu era implicitamente escalada para distintos papéis; era a mulher mais nova, a amiga, a pesquisadora, a autoridade, a mulher profissional, a professora, a estudante, a turista, a “marianense” ausente, isso ocorria conforme as similaridades que as entrevistadas percebiam em mim e também de acordo com aquilo que queriam dizer, afirmar, justificar ou denunciar.

⁹ (THOMPSON, 1992, p. 257).

¹⁰ (NAKAMURA, 2017, p. 385).

Neste sentido, consideramos que o “significado de uma entrevista está implícito na maneira como um[a] entrevistado[a] te trata [...] independentemente de nossa óbvia diferença de idade”¹¹. Em todas as entrevistas, havia esse acolhimento não apenas no modo como se referiam a mim, mas também no modo de me tratar. Em algumas ocasiões, a entrevista era finalizada com um cafezinho.

2.2. Entre esperas e o despertar de memórias

Quem nunca se percebeu olhando pela janela do carro ou do ônibus a pensar na vida e naquilo que virá? Na escuridão da noite, naquela viagem de Rio Claro – SP até Mariana¹², me via nessa situação pensando, principalmente, em como seriam os outros momentos de entrevista¹³. Nos períodos de espera, entre uma parada ou uma baldeação, observava aqueles três ponteiros do relógio e, nesse bailar dos ponteiros, pensava nas três entrevistas programadas para aquela primeira semana de abril de 2018. Após alguns contatos, telefonemas e conversas, quiseram os imprevistos ou previstos que duas delas (que seriam realizadas em Mariana) não fossem possíveis naquele momento. Restava uma tentativa... Desta vez, deveria me deslocar para a cidade de Ponte Nova – MG¹⁴.

Na dinâmica dos movimentos, novamente me pegava olhando para a janela, agora com destino a Ponte Nova, pensando como seria aquele encontro. E essa primeira conversa com a professora Leila Warde Rôla Bethônico realizada em sua casa no dia 02 de abril de 2018, levou-me a pensar que as entrevistas envolvem vários vieses e funções:

uma entrevista pode ser um momento para denúncias, para reflexão, para análise de situações vivenciadas, para a rememoração saudosista, para a purgação, para a homenagem, para a expressão de ressentimentos e realizações, etc. A entrevista não é um momento de mera narração descritiva de episódios¹⁵.

Essa interlocução durante a entrevista é um modo de conhecer a vida do(a) colaborador(a) que vivenciou em determinados tempos e espaços, um movimento que pode despertar nele(a) tanto memórias agradáveis, quanto aquelas das quais não desejava se lembrar novamente. Ao realizar as entrevistas, percebi que é uma relação entre duas pessoas, as quais estão envoltas por suas próprias convenções, mas, sobretudo, trata-se de uma relação baseada

¹¹ (PORTELLI, 2016, p. 29).

¹² A distância entre Rio Claro – SP e Mariana – MG é de 725 quilômetros.

¹³ Essas viagens que ocorreram no 1º semestre de 2018 foram contempladas pelo edital 12/2017 – PROPG, destinado à Mobilidade Discente na Pós-Graduação, que consistia no auxílio financeiro aos pós-graduandos para a realização do trabalho de campo.

¹⁴ A distância entre Ponte Nova e Mariana é de 70 quilômetros e entre Ponte Nova e Rio Claro é 791 quilômetros.

¹⁵ (MARTINS-SALANDIM, 2012, p. 54)

na cooperação, confiança e respeito mútuo¹⁶. E até que ponto podemos ou não nos envolver naquelas histórias? Em vários momentos, eu me pegava também pensando na minha curta trajetória como professora.

Questionar os limites de nossa zona de estabilidade se constituiu como um exercício cheio de perturbações, mas necessário para criar possibilidades de ouvir as colaboradoras e seus pressupostos vivenciais. O ato formativo de entrevistar é um processo em que entrevistado(a) e entrevistador(a) agem juntos(as), reconhecendo-se como sujeitos e criadores(as) de narrativas.

Após algum tempo, um segundo momento de entrevista com a professora Leila foi agendado. Era 28 de maio de 2018 e tudo estava em completo caos, as cidades estavam vazias e eu estava lá em meio a tudo isso. Era angustiante estar naquele cenário. Com a greve dos caminhoneiros¹⁷, os deslocamentos eram lentos e trabalhosos. A viagem a Ponte Nova estava programada, mas não previa aquela desordem que levava a atrasos e mais atrasos. Parecia um caminho que não me levaria a lugar algum.

Diante desse caos, a entrevista já não era mais o foco dos meus pensamentos, pois minha preocupação era apenas chegar... E cheguei!!! Leila novamente me recebeu em sua residência e lá me concedeu não apenas um segundo momento de entrevista¹⁸, mas a honra de fazer parte daquilo que era estimado por ela: pude ver seu trabalho com os tapetes que havia confeccionado para a festa de *Corpus Christi* que se aproximava, e seu orgulho e alegria ao me mostrar um a um. E, com sua cordialidade, novamente tomamos um “cafezinho” acompanhado de uns “dedinhos de prosa”.

No dia 29 de maio de 2018, estavam programadas mais duas entrevistas em Mariana: pela manhã, com uma das irmãs¹⁹ e, no período da tarde, o segundo momento com Hebe. Enquanto atravessava pelas linhas do trem, lembrava-me dos momentos em que vivi em Mariana. O que me fascina é o caminho, pois, nessa cidade, tive a alegria de, a cada olhar, contemplar uma nova descoberta. Tinha a sensação de que as belezas dessa cidade iam sendo

¹⁶ (THOMPSON, 1992).

¹⁷ Cabe esclarecer que não estou relacionando a greve dos caminhoneiros com o caos ou desordem de modo a desqualificar o movimento grevista. Para os percursos que estava realizando naqueles dias, a paralisação disparou um movimento caótico.

¹⁸ A ideia inicial era que a entrevista ocorresse em dois momentos. Primeiro, realizaríamos uma entrevista direcionada a nos dar um panorama das vivências de cada professora e, em um segundo momento, com base nos dados anteriores, daríamos continuidade a essa conversa como forma de retomar alguns aspectos para nossa investigação ou trazer outros elementos que não perpassaram anteriormente e que julgávamos importante para o objetivo da pesquisa. Esse segundo momento estaria condicionado à disponibilidade da entrevistada.

¹⁹ Não registrei o nome dessa professora, visto que sua entrevista não foi incluída ao trabalho (mais à frente apresentaremos o motivo).

reveladas em “doses homeopáticas”, em cada escada, casarões antigos, torres das igrejas, no soar dos sinos, nas pessoas...

Durante a manhã, apesar de estar preocupada e envolvida em acolher e dar atenção ao seu marido, que se encontrava com problemas de saúde, a professora me recebeu, carinhosamente, em sua residência. Tive uma conversa muito agradável com ela. Aquela situação me deixou incomodada por sentir que poderia estar atrapalhando a rotina daquela família e estar sendo inconveniente com meu anseio de fazer a entrevista.

Tanto na ida quanto na volta, Hebe me acompanhou até a casa de sua irmã, inclusive ela ficou me esperando até o término da entrevista. Com isso, tive a oportunidade de andar com ela pela cidade. Enquanto caminhávamos pelas ruas, ela ia contando algumas histórias sobre os casarões, as igrejas, os patrimônios ou as escolas. Foi um passeio que me fez conhecer, sob outro olhar, um pouco mais daquela cidade.

Durante a tarde, encontrei-me com ela, novamente no espaço da Casa de Cultura Marianense, para mais um momento de conversa. Dessa vez, pude apreciar uma exposição de artesanatos feitos por pessoas da cidade. Hebe me apresentou os projetos que ali estavam envolvidos, momento em que pude conhecer um pouco mais dos trabalhos, da cultura e das pessoas que ali circulavam. A seguir, o(a) leitor(a) poderá ler as narrativas das professoras Hebe Maria Rôla Santos e Leila Warde Rôla Bethônico²⁰.

²⁰ De um ponto de vista técnico, como consideramos as textualizações como narrativas distintas e individuais, ocorrerá a repetição de notas de rodapé de uma narrativa para outra, em consequência de as professoras estarem na mesma região e haver elementos comuns que são citados por elas (como as instituições, por exemplo). Essa repetição também se dá pelo registro dessas narrativas no *software* Hemera, o qual consiste em um banco de dados criado por Oliveira (2013) para sistematizar as textualizações produzidas no Ghoem. Ao serem registradas no Hemera, poderão ser acessadas de forma independente, por isso, há um cuidado em colocar notas de rodapé em cada narrativa. No *site* do Ghoem há informações sobre este *software* e orientações de como pode ser acessado gratuitamente.

Por outro lado, essa repetição também acontece em razão das textualizações irem além desta tese. As narrativas que nos permitiram construir este trabalho são fontes historiográficas, isso significa que qualquer pessoa poderá usá-las para outros tipos de trabalhos, porque são um documento histórico independente desta tese. Elas devem ter vida própria, ou seja, elas devem ter uma vida que não precise deste trabalho, o qual também é uma fonte historiográfica. No entanto, não podemos conceber essas narrativas desvinculadas do modo como surgiram, elas não são narrativas de qualquer natureza, mas foram geradas a partir de uma metodologia muito específica, a História Oral, em que o(a) entrevistado(a) tem pleno direito à sua memória. Portanto, devemos lembrar que caso essa narrativa circule, isso deve se dar de forma atrelada ao fato de que tratam-se de registros de memória do(a) entrevistado(a).

Hebe Maria Rôla Santos



Figura 4: Professora Hebe
Fonte: arquivo pessoal de Hebe

Meu nome é Hebe Maria Rôla Santos, filha de José de Carvalho Rôla, um filósofo, e de Guiomar Marques Rôla, uma artista – pianista famosa. Nasci em Mariana¹ no dia 23 de junho de 1931, tenho 86 anos. Cresci submersa nesse ambiente de arte, pois, na minha família, além de minha mãe, meus 10 tios eram todos musicistas, alguns eram atores e um era teatrólogo. Então, vivemos sempre nesse mundo da arte e da cultura marianense.

Meu pai, além de filósofo, formado pelo Seminário Maior São José², era juiz de paz³. Ele não tinha um curso de advocacia, não era um advogado, mas exerceu esse cargo (como juiz de paz) por ter um pensamento muito reto e facilidade em organizar o pensamento. Por ter um espírito

muito aberto, desde muito cedo, nós convivemos com a Filosofia e isso abriu muito nossa cabeça, pois ele nos ensinava a raciocinar pela ética. Minha mãe, além de musicista, também ensinava, alfabetizava as pessoas.

Nós éramos uma família grande. Mariana era uma família grande. Éramos tão amigos dos vizinhos e dos parentes que vivemos em comunidade com facilidade. Havia muita amizade entre as famílias e o que uma família produzia dava para a outra, sabe? Meu pai plantava e trazia balaios de coisas para a vizinhança. Uma vizinha fazia uma broa muito gostosa e levava

¹ Mariana é uma cidade do estado de Minas Gerais, que possui cerca de 58 mil habitantes e está localizada a 110 quilômetros da capital (Belo Horizonte).

² O Seminário na cidade de Mariana foi fundado em 1750 pelo primeiro bispo Dom Frei Manoel da Cruz. Em seguida, foi desmembrado em dois institutos: o Seminário Menor Nossa Senhora da Boa Morte e o Seminário Maior São José. Uma das providências foi a abertura de uma instituição de ensino, que se dirigia aos indivíduos que almejavam se tornar sacerdotes e aos que possuísem condições financeiras para pagar os estudos. Atualmente, a sede dessa instituição é o Seminário Maior São José (ALMEIDA, 2013).

³ A origem do ofício ocorreu na Inglaterra em 1195, conhecido como “cavaleiros da paz”. Em 1361, os juízes do trabalho foram incluídos como mantenedores da paz, originando o termo “juizes de paz”; no geral, eram leigos e sem qualificação legal. A Constituição do Império (1824), previa a função de juiz de paz por meio de eleição, tratando-se de uma “magistratura popular, honorária, leiga”. A Justiça de Paz foi regulamentada no Brasil em 1827. Na Constituição de 1988, surgiu a Justiça de Paz remunerada, de caráter eletivo, com competência para habilitação e celebração de casamentos, bem como executar atribuições conciliatórias (CNJ, 2008).

para nós. Era tudo assim... Eu tive uma infância prazerosa de brincar na rua; em Mariana, tinham apenas 2 carros. Era muito divertido.

Olha, eu não fui uma criança prodígio, mas fui muito orientada. Tive um tio médico que foi fazer um curso e levar um projeto na Inglaterra e nos Estados Unidos. E lá ele aprendeu um método de alfabetização por meio do qual, aos 3 anos de idade, eu lia perfeitamente os livros para a minha idade, entendendo o que eu estava lendo. Tenho uma tristeza de minha mãe não ter guardado. Esse tio me ensinou a ler e é, por isso, que quero ensinar todo mundo: se eu, com 3 anos, já lia, por que as pessoas hoje com 40, 50 anos não leem? Por isso, eu gosto muito da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e ela merece o nosso respeito. É preciso investir mais na EJA, pois eles estão precisando ler, talvez se lessem não tivesse tanta maldade no mundo. As pessoas ficam bárbaras, porque não veem o outro lado, apenas lhes foi apresentado um lado. É o mesmo que falar que um menino não gosta de música clássica. Na Academia Infanto-Juvenil de Letras⁴, que faz parte de um projeto que tenho aqui, eu levo do clássico ao popular e junto eles.

Sempre vivi e trabalhei nessa cidade. Eu me casei em 1958 e tive 5 filhos. O Cristiano, a Ana Cláudia e a Ana Márcia seguiram na docência. O Luciano seguiu por um tempo curto, a Ana Carla formou-se e não quis ser professora. O Cristiano deu aula por muito tempo e a Ana Márcia dá aula de Português. Todos são professores de Inglês. Exercer esse papel de mãe, professora e esposa foi meio atribulado, porque era comum quando me casei, em Mariana era quase regra geral, a mulher fazer todo o serviço doméstico e os maridos costumavam não as deixar trabalhar fora. Antes de me casar, eu avisei meu marido:

- O negócio é o seguinte: eu vou continuar trabalhando.
- Mas, eu posso sustentar você.
- Não se trata disso, se trata de firmar e continuar a progredir na minha carreira que já está boa.

Na verdade, pensei: “Não se trata disso, eu não gosto de ser sustentada por ninguém”, mas não falei...

A vida de família ficava meio tumultuada, porque os homens daquela época eram autoritários, a mulher tinha que ter determinadas posturas. Havia uma conversa entre as pessoas daqui: “Cachorro, papagaio e mulher, come o que *nóis home dê*”. Essa brincadeira me irritava profundamente. E ele ficava desesperado, porque eu trabalhava. Então, não foi um casamento

⁴ Academia Marianense Infanto-juvenil de Letras, Ciências e Artes (Amilca), fundada no ano de 2004.

sem turbulências. Uma noite, foi aniversário dos 50 anos do estado de Minas⁵ e, em Mariana, tinha um arcebispo, Dom Oscar de Oliveira⁶, muito dado à leitura, à escrita, muito cuidadoso com a educação como um todo, especialmente com a Língua Portuguesa. Ele falou comigo, ele me chamava de minha “poetisa”⁷:

- Olha, minha “poetisa”, quem vai falar saudando o estado de Minas é você. Eu vou falar também, mas quem vai saudar em nome do povo é você.
- Não, Dom Oscar! Eu já ando tão cansada, eu trabalho muito.
- Não. É você e acabou.

No dia, eu fui lá e olha o que meu marido fez... Nessa época, eram 4 filhos. Deixei as crianças em casa com a empregada e fui fazer a saudação. Ela deu jantar a eles – eram 2 empregadas que faziam de tudo, melhores do que eu. A igreja e a rua estavam lotadas: festa de Minas era chique demais naquela época. Quando estou falando lá toda elegante, meu marido entra na igreja com as crianças. Sabe quando você tem uma roupa velha e guarda para um dia costurar ou remendar? As crianças estavam vestidas com aquelas roupas, ele as escolheu para me chocar. Continuei falando do mesmo jeito. Depois, perguntei aos meninos:

- Por que vocês não vestiram a roupa certinho, essas não são para costurar?
- Sim, mas pai falou que era bom para você ficar com vergonha.

Eu não fiquei com vergonha nenhuma, minha filha, fiquei normal lá, pois eles estavam limpinhos, não estavam puídos. Ele fazia essas coisas, dava aqueles “repentes”⁸ para me chocar ou para dizer à sociedade: “Ela cuida da escola e não cuida da casa”. Mas, era mentira, minha

⁵ Na textualização, quando a professora Hebe se remete aos “50 anos do estado de Minas” é importante ter um cuidado quanto a esta informação. Se o estado de Minas a que ela se referiu for Minas Gerais, este completou 50 anos por volta de 1939, considerando que antes era uma capitania, que passou a província e só com a Proclamação da República (1889) tornou-se estado, ou seja, nesse período Hebe tinha 8 anos de idade. Portanto, esse fato não corresponde à sua narrativa. Se a alusão tiver sido ao jornal mineiro “Estado de Minas” fundado em 1928, a celebração de seus 50 anos ocorreu em 1978. Hebe comenta que se casou no ano de 1958 e que neste evento seus filhos ainda eram crianças, logo, a depender do ano de nascimento de seus filhos este pode ter sido o evento a que ela se refere. Por outro lado, poderia também ser simplesmente uma festa comemorativa do estado de Minas Gerais ou do jornal “Estado de Minas” e não necessariamente ser uma cerimônia de seu cinquentenário.

⁶ Dom Oscar de Oliveira (1912-1997) foi o terceiro arcebispo da Arquidiocese de Mariana (1960-1988), tendo renunciado por limite de idade. Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/OOliveira.html>. Acesso em: 10 out. 2019.

⁷ Há discussão em torno da palavra “poetisa”, a qual está caindo em desuso levando em conta que a diferenciação entre “poeta” e “poetisa” remete a uma secundarização do papel da mulher no campo literário. Na história da literatura, “poeta” representava a pessoa do sexo masculino que escrevia poesias e como as mulheres, durante séculos, foram proibidas de escrever, o feminino de “poeta” nem chegou a ser usado. No século XX, “poetisa” surgiu como o feminino de “poeta”, porém “a palavra é formada em um processo de derivação – e não de sufixação –, o que supõe que ‘poetisa’ não é o feminino natural de ‘poeta’”. Daí a dúvida: haverá um rebaixamento da figura da mulher poeta ao ser chamada de ‘poetisa’? Nesse contexto, é importante destacar que o “-isa” de “poetisa” remete a um significado de diminutivo e, infelizmente, essa diminuição ocorre(u) não apenas na origem da palavra, mas em seu uso social que se pode verificar na crítica da época. Disponível em: <https://vermelho.org.br/prosa-poesia-arte/adrienne-savazoni-por-que-poeta-e-nao-poetisa/>. Acesso em: 20 jun. 2020.

⁸ A expressão “repente” se refere a uma ação repentina, não pensada.

casa era organizada e os meninos estavam sempre todos arrumados, não faltavam à escola. Aí, graças a Deus, ele foi trabalhar fora pela Secretaria da Fazenda, ficou em Curvelo⁹, depois passou por Belo Horizonte e Ponte Nova¹⁰. Eu fiquei toda feliz, porque ele só vinha sábado e domingo, que eram dias em que eu estava em casa, embora o sábado não fosse muito garantido, o domingo era. Nesse período, nós vivemos sem turbulência. Se um menino ficasse com febre, ele falava: “Ó Hebe, tem que estar com febre, mãe não cuida. É só escola e depois ainda tenho que sustentar a casa”. Mentira! Eu ganhava mais do que ele (gargalhadas). Era divertido e eu não falava nada, ai, ai. Então, marido era isso: atrapalhava a professora trabalhar, uai (risos). Atrapalhava demais! Em Mariana, tinha um dito do povo “Marido de sá mestre”¹¹, que se referia aos maridos que eram sustentados pelas mulheres, aí mais raiva os homens tinham: “Ah, ele vai casar, mas não trabalha? Vai ser marido de sá mestre”. E esse era um contexto geral, mas a gente tinha que educá-los. Quando entrei para a universidade, a coisa piorou comigo, porque em tudo que o pessoal precisava da universidade ia lá em casa e ela ficou parecendo uma extensão da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)¹². As pessoas até ligavam na minha casa para pedir informações, meu marido desesperava e ficava com mais raiva. Acho que só aquele tempo que ele trabalhava que não deu muita briga.

Quanto à minha formação, eu estudei durante um período no Colégio Providência¹³ em Mariana, no infantil, quando eu estava com 6 anos. A professora era uma senhora, coitadinha, inexperiente. Ela não devia ter curso ou ter estudado nada, acredito que deve ter aprendido com alguém e no dia a dia ensinando as crianças. Ela me colocava como monitora e me entupia de doces por ajudar a ensinar os colegas (risos). Dona Rosalina era rainha para mim.

⁹ Curvelo é uma cidade mineira com cerca de 80 mil habitantes, localizada na região central do estado, a 170 quilômetros da capital.

¹⁰ A cidade de Ponte Nova possui uma população de cerca de 60 mil habitantes. Está localizada na região da Zona da Mata Mineira, a uma distância de 180 quilômetros de sua capital.

¹¹ A expressão “sá” significa sinhá, senhora.

¹² A Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) foi criada em 1969, a partir da junção das Escolas de Farmácia (1839) e de Minas (1876), sendo esta última transferida para o *campus* Morro do Cruzeiro – Ouro Preto – em 1995, hoje a UFOP. Ao longo de alguns anos a instituição passou por algumas expansões: 1979 – Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) e 2008 – Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA) – em Mariana; 1981 – Instituto de Filosofia, Artes e Cultura (IFAC), 1982 – Instituto de Ciências Exatas e Biológicas (ICEB), 1994 – Escola de Nutrição, 2013 – Escola de Medicina – em Ouro Preto; 2002 – Instituto de Ciências Exatas e Aplicadas (ICEA) – João Monlevade. Disponível em: <https://ufop.br/historia-da-ufop>. Acesso em: 28 ago. 2018.

¹³ O Colégio Providência foi fundado em 1850, na cidade de Mariana, por Dom Antônio Ferreira Viçoso (bispo de Mariana) e era dirigido pela congregação das Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo. Foi o primeiro do estado voltado para meninas (em regime de internato). Em 1850, com auxílio de Dom Viçoso, a congregação administrava as seguintes instituições: Colégio Providência, Colégio das Órfãs e Asilo para mulheres pobres. Em 1972, o Colégio Providência deixou o regime de internato feminino e passou a receber turmas mistas (LAGE, 2013). Mais informações em: <http://colegioprovidencia.com.br/wp/historico/>. Acesso em: 30 set. 2018.

Depois fui direto para o 3º e 4º ano do Ensino Primário (hoje 4º e 5º ano do Ensino Fundamental I) na Escola Estadual Dom Benevides¹⁴, uma escola pública. Lá, eu tive sorte por ter a professora Maria do Rosário Mansur, que se formou no Instituto de Educação de Minas Gerais¹⁵, em Belo Horizonte. Era de uma família abastada de Mariana, ela era inteligentíssima e cultíssima, mas muito rigorosa. Ela ensinava todo mundo e também ajudava os meninos pobres, confeccionava caderninho para eles, fazia tudo. Ela era uma professora perfeita, pelo menos para mim. Eu queria ser um dedo dela.

Na época em que fui sua aluna, entre 1939-1940, na nossa sala tinha criação de bicho de seda para os estudos de Ciências e para dar condições aos meninos mais pobres de venderem os casulos e conseguirem arrecadar um dinheirinho, ela já encontrava alguma empresa para ficar com eles. Ela ensinava todo o processo, todos nós trabalhávamos, mas quanto ao dinheiro ela falava: “Vocês que têm devem dividir com os outros”. Olha a mentalidade dessa professora.

A escola era um primor! Havia uma sineta na hora de as crianças entrarem e depois era tudo com música ao piano. Nós já sabíamos as músicas para cada momento, de lavar as mãos, para formar a fila, de entrar para a sala de aula, eram canções bonitas e clássicas. No recreio, tocava uma música bem alegre. Nós tínhamos aula de teatro e essa professora fez um banco econômico, chamava Banco Imobiliário. Olha que chique. Nós sabíamos tudo sobre o assunto. A gente podia pedir qualquer quantia de empréstimo, por exemplo, para comprar um caderno ou merenda, mas tinha que pagar no mesmo dia, senão havia cobrança de juros. A educação econômica era a coisa mais linda do mundo. Eu fico vendo hoje e pensando: “Ai, meu Deus, dona Mariazinha faz muita falta”. Apreendi muito com minha mãe e com a dona Mariazinha.

Eu comecei no Colégio Providência em 1942, fiz o Ensino Ginásial (hoje 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental II) com professores excelentes. Alguns vinham da França para darem palestra para nós ou para orientar os professores. Todas as alunas que estudavam no Colégio

¹⁴ O Grupo Escolar de Mariana, criado em 1909, funcionou temporariamente em outros espaços e era denominado Grupo Escolar Gomes Freire, homenagem a Gomes Henrique Freire de Andrade, político influente no estado, difusor do ideal republicano por meio da educação e patrono da escola. Anos mais tarde, houve a construção de um novo prédio, passando a denominar-se Grupo Escolar Dom Benevides, inaugurado em 1931. A mudança de nome é desdobramento de uma disputa política entre republicanos e Igreja Católica (GOMES NETA, 2016). Hoje, é a Escola Estadual Dom Benevides.

¹⁵ Criada em 1906, a Escola Normal da Capital era destinada à formação de professoras primárias e atendia o público feminino. Em 1910, foi elevada à Escola Normal Modelo de Belo Horizonte e, em 1929, houve a criação da Escola de Aperfeiçoamento. Transformou-se em Instituto de Educação de Minas Gerais em 1946, e, com isso, a Escola de Aperfeiçoamento foi integrada ao Instituto de Educação com o nome de Curso de Administração Escolar (NEIVA, 2016). Com a Lei n. 5540/1968, o curso de Administração Escolar foi encerrado e, em 1970, foi criado o curso de Pedagogia. Em 1994, este curso foi transferido para a Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Minas Gerais, *campus* de Belo Horizonte. Hoje, oferece a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos (UEMG – *on-line*). Site da instituição: http://fae.uemg.br/FaE_sobre.php. Acesso em: 13 ago. 2019.

Providência pagavam, as órfãs eram mantidas pela instituição ou com bolsas do Governo. Havia bolsas para as externas e órfãs.

Eu me formei nesse colégio e, tardiamente, eu fiz a universidade. Não fiz muito cedo, pois primeiro quis entender tudo do Ensino Fundamental e Médio. Quando estava achando que já estava aprendendo, aí que fiz a universidade. Acho que foi bom para mim, pois já levei uma bagagem boa e percebo que isso me fez ser muito interessada em pesquisa e extensão. Porque para fazer extensão, você tem que fazer pesquisa, né? Havia professores na UFOP do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS)¹⁶ que diziam:

- Professor de extensão não sabe fazer pesquisa.
- Pois é, tem professor que pesquisa, não sabe o que é pesquisa e também não sabe fazer extensão – eu falava assim, era atrevida (risos)¹⁷.

Minha formação foi no Colégio Providência e lá tínhamos uma infraestrutura muito boa. Sempre havia uma música ao longe, aprendíamos música e, para coroar as matérias, tinha apresentações. Não era apenas cantar, mas saber notas e aquilo que a envolve. E isso já ajudava muito na matemática, você que é da área sabe disso. Você vê noção de divisão de tempo, tudo por causa da música: O que é isso? É uma semicolcheia? Quanto tempo que ela dura? E todos queriam aprender música. As bandas de música aqui de Mariana, todas têm uma escola de música para crianças, jovens e velhões. E, nisso, eles aprendem matemática, a fração, por exemplo, a semibreve são 4 tempos, a mínima já são 2... Vai dividindo até chegar a um 16 avos e isso eles têm que saber. Eles medem o tempo para tocar. Eu tento fazer uma ligação da escola com as bandas da cidade. Peço para darem apoio à escola, mas alguns professores não querem.



Figura 5: QR-Code
Fonte: gerado pelas autoras

¹⁶ Em 1959, Dom Oscar de Oliveira (bispo de Mariana) foi procurado pelos dirigentes da Escola de Minas e de Farmácia de Ouro Preto, com a ideia de implantar uma universidade. Em 1963, foi-lhe apresentado o anteprojeto de lei de criação da UFOP, prevendo a instalação do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) em Mariana. Para isso, foi firmado “um convênio entre a Arquidiocese de Mariana e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria, da Universidade Católica de Minas Gerais, para que fossem instalados, em 1969, os cursos de licenciatura de 1º grau para formar professores de Letras, Estudos Sociais e Ciências”. Em agosto de 1969, autorizada a implantação da UFOP. Em 1976, foram aprovados os cursos de licenciatura plena em História, Geografia, Língua Portuguesa e Matemática. O Instituto de Ciências Humanas, Letras e Artes foi criado em 1979, havendo, então, a incorporação dos cursos de Mariana à universidade. Atualmente, esse *campus* abriga os cursos de História, Letras e Pedagogia. Disponível em: <http://ichs.ufop.br/diretoria-0>. Acesso em: 28 ago. 2018.

¹⁷ O *Quick Response Code* (QR-Code) refere-se a uma evolução do código de barras que pode ser lido pela câmera do seu *smartphone* usando um aplicativo. Para fazer a leitura do QR-Code em seu *smartphone*, caso ainda não tenha o leitor de QR-Code você deverá baixá-lo na loja de aplicativos de seu celular (por exemplo, Leitor QR, Kaspersky QR Scanner ou Barcode Scanner). Ao acessar o aplicativo de leitura do QR-Code, direcione a câmera para o código de barras presente ao longo da tese, e, automaticamente, será disponibilizado o acesso ao material. Nesta tese, eles serão utilizados para acessar outros tipos de materialidades que não são possíveis de serem reproduzidos em um texto escrito. Caso tenha dificuldade para fazer a leitura do QR-Code, você poderá clicar em cima do QR-Code e, automaticamente, também será encaminhado a um *link* que possibilita acessar o material.

As aulas de trabalhos manuais formavam as meninas para se casarem, ensinavam a fazer cueca, camisa, mas eu fui péssima. Naquele tempo, não tinha roupa pronta. Havia muito respeito e disciplina, mas essas aulas de bordado, de costura, de pintura, de escultura davam vazão para você não sentir tanto o peso dessa disciplina muito rígida. Era um colégio muito bom.

E outra coisa: sempre vivi aqui e percebo que Mariana é só religião católica, imposta mesmo. Meu pai era espírita¹⁸ e, quando estudava no Colégio Providência, eu ganhei um prêmio em Paris, mas não pude ir por ele ser espírita. Era muito pesada a religião. Todo mundo tinha medo de Deus. Deus era um tirano. As festividades nas escolas eram empolgantes. Hoje, é mais arrefecido, agora nós temos muitos evangélicos, antes era só católico e qualquer aluno que não fosse católico era discriminado. Uma vez, sorteou meu nome para a coroação, aí a irmã deixou. Era doida para coroar, eu achava lindo.

Algo que eu achava muito bom era o fato de aprendermos duas línguas. Saíamos do colégio bilíngues, falando o francês que, naquela época, era uma língua obrigatória. Fomos educados nesse sistema.

No Colégio Providência, em 1946, comecei a formação de professores com duração de 3 anos, que hoje se equipara ao Ensino Médio, a gente terminava o Ginásial e ia direto. Era um curso muito bem fundamentado, com excelentes profissionais, sob a orientação de freiras, padres e missionários da ordem de São Vicente de Paulo. Os professores eram os padres e as irmãs, eram só professores selecionados pela Congregação. Os padres eram autoridades religiosas, estudavam em outros países, a maioria em Roma, então eram muito bem formados. Todos os professores eram ótimos. Era uma formação muito boa, rígida, mas produtiva. Todos saíam com habilidades para entrar em qualquer lugar.

Eu me formei em 1948, mas, em 1946, comecei a ter noção de linguística, quando ninguém ainda falava sobre isso. Não sei nos grandes centros, mas por aqui ninguém ensinava. Aprendemos a respeitar a linguagem popular, algo que não ouvi em nenhum lugar depois do Colégio Providência. Os professores franceses eram muito avançados, era uma educação finíssima, a educação francesa.

Aprendemos muito lá e todo mundo saía com um material didático previamente ajeitado. Bastava você ter vocação, não sei se é vocação, mas dedicação para ser uma boa professora. Você ser dedicada, respeitar o aluno, saber que você está ali para respeitá-lo. E outra coisa: nós saíamos de lá, sabendo que não podíamos bater ou dar castigos absurdos. A França já estava

¹⁸ Fora do período de entrevista, a professora comenta que professa a religião católica.

bem avançada. Vinham alguns professores franceses para nos dar aula de etiqueta. Saímos professoras dedicadas. Era uma formação muito boa, aprendíamos tanto a pedagogia, a didática, como o conteúdo, com orientação francesa. Hoje, eu sou um pouco preocupada, pois o pedagogo sabe a “arte de ensinar”, no entanto não sabe o conteúdo. Como uma pessoa pode discutir a forma de ensinar se não domina ou não conhece? Isso me preocupa muito nas escolas e fico doidinha com isso, com minha “cabeça quente”¹⁹.

Depois, realizei o curso superior em Letras pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-MG)²⁰, por volta de 1969, uma extensão que tinha em Mariana, e também uma especialização na PUC em Belo Horizonte, porém não fiz mestrado, nem doutorado. Por quê? Porque cheguei à universidade mais tarde. Quando assumi o cargo na universidade como docente na PUC, já tinha praticamente 48 anos. E o que eu pensei? “Bom, eu já estou ‘virando a serra’²¹, então vou deixar para os outros”. Eu me sentia responsável por contribuir com a formação dos professores mais novos; portanto, enquanto outros docentes saíam para cursarem o mestrado e o doutorado, eu ficava substituindo suas tarefas. E não arrisquei, embora meu projeto da Especialização tivesse sido muito bem avaliado. Nele, discuti sobre o ensino da leitura e produção de texto por meio da música, do teatro e das artes plásticas, congregando essas três faixas da arte. Por isso, eu trabalho com projetos que envolvem essa temática na Casa de Cultura Marianense²².

A leitura e a produção de texto são muito duras e a situação se complica se você for ensinar assim: “Tem que ter criatividade, tem que ter isso, aquilo...”. Penso que não tem que ter nada, pois, como professor, você precisa aproveitar o potencial do seu aluno e desenvolver nele esse potencial, ou seja, aproveitar aquilo que ele já traz. Infelizmente, as pessoas querem pôr regras na escola que não coadunam com a natureza da criança. Não querem acompanhar a tecnologia. As coisas estão movimentando, evoluindo. O professor hoje tem uma missão muito séria. E, durante nossa formação, todas essas questões foram trabalhadas conosco.

¹⁹ A expressão “cabeça quente” é utilizada para se referir a uma pessoa nervosa ou impaciente.

²⁰ A Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG), posteriormente Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), foi criada em 1958 por meio do trabalho de Dom Antônio dos Santos Cabral. Em 1948, a Sociedade Mineira de Cultura – mantenedora da futura universidade – foi criada e, com isso, diversas escolas se incorporaram à Sociedade, dentre elas: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria e Faculdade Mineira de Direito (1949), Escola de Enfermagem Hugo Werneck e Faculdade de Ciências Médicas (1951), Escola de Educação Física (1952), Escola de Serviço Social (1954). Em 1983, foi concedido o título de pontifícia. Disponível em: <https://www.pucminas.br/institucional>. Acesso 28 de agosto de 2018.

²¹ A expressão “virando a serra” designa que está chegando o momento de ir embora, de partir. Nesse momento, a professora Hebe quis dizer que estava próxima do momento de se aposentar quando completou 48 anos de vida.

²² A Casa de Cultura foi edificada em 1730, era a antiga Casa da Intendência e primeira casa de fundição de ouro de Minas Gerais. Atualmente, abriga a Academia Marianense de Letras e a Academia Infanto-Juvenil de Letras, Ciências e Artes. Disponível em: <http://turismo2016.pmmariana.com.br/atrativos/culturais/museus/casa-de-cultura-academia-marianense-de-letas>. Acesso em: 13 ago. 2019.

Na carreira profissional, primeiro fiz concursos para lecionar no Ensino Primário (hoje corresponde ao Ensino Fundamental I), no qual trabalhei muito tempo. Em 1962, já era professora em escolas públicas por meio de concurso. Depois, passei para as demais fases da Educação Básica. Somente após esse percurso, aceitei o convite da universidade para prestar concurso. No entanto, continuei atuando na escola e na universidade com uma carga horária de 12 horas/aulas, trabalhando igual a burro de carga, porque queria ser o liame entre a universidade e a escola. Só depois que eu me aposentei na escola que eu fui para 40 horas na universidade. Não havia esse liame, pelo contrário, existia o pedestal dos professores da universidade e aquele chãozinho batido das escolas; então, eu quis ficar para fazer esse intercâmbio. Eu me achei como um liame entre o Ensino Básico e a universidade; contudo, boa parte dos professores não dava muita confiança, falava: “Aqui é universidade!” E esse trabalho de extensão universidade-escola foi cessando, pois, os professores universitários não davam importância, valorizavam apenas trabalhos com pesquisa.

Atuação no Ensino Básico

Eu comecei a trabalhar aos 15 anos. Fui primeiro para o Mobral²³ com uma tia que era professora do Mobral. E era muito interessante, porque lá eles tinham um formato e a gente via como a professora seguia aquele formato e íamos fazendo algumas intervenções para tirar aqueles costumes rotineiros que, às vezes, o professor tinha. Os meninos eram muito auxiliados na leitura. Eu adorava, era encantada. Para mim, era a melhor parte, porque convivi muito em fazenda.

Comecei também a lecionar no Colégio Providência, ainda enquanto estava estudando, substituindo uma professora. Na época, eu até ganhei uma bolsa de estudos, meu pai não queria, mas eu desejava trabalhar. Iniciei alfabetizando, talvez até sem competência. Se bem que nós aprendemos muito bem a alfabetização no Colégio Providência, sabe? Na universidade, a gente aprende menos alfabetização, é mais fraco o ensino. Estou notando que os professores estão

²³ O Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) foi criado em 1967 pela Lei n. 5.379. Na história da educação brasileira, constatamos que em 1947 teve início a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) promovida pelo Ministério da Educação e Saúde e encabeçada por Lourenço Filho. Alguns anos mais tarde, em 1952, o governo lançou a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) e, posteriormente, em 1958, surgiu a Mobilização Nacional de Erradicação do Analfabetismo (MNEA). Quando a professora Hebe comenta ter iniciado seu trabalho com o Mobral aos 15 anos (entre 1946 e 1947), certamente não se tratava do Mobral. Acreditamos que Hebe tenha atuado no CEAA, devido ao período mencionado. Como não temos outros elementos, nossa afirmação se restringe com base na data de atuação. Informações disponíveis em: <http://www.forumeja.org.br/book/export/html/1564>. Acesso em: 20 jun. 2020.

saindo com muita teoria e pouca aplicação da teoria, está faltando isso na escola, matemática, português, tudo...

Em Mariana, era um caso muito sério: até hoje a gente vê por aí, as opções de formação de professores; na época, para aqueles que moravam aqui na região se dividiam em dois blocos: os que tinham condições estudavam nas escolas particulares, no Colégio Providência ou no Colégio Arquidiocesano²⁴ e alguns ficavam na extinta Escola Estadual Dom Frei Manoel da Cruz²⁵; e ainda havia aqueles que iam para fora, os ricos iam para o Instituto de Educação. Mas, a maioria formou-se aqui. E eram bons professores.

Então, nós fundamos a Escola Dom Frei Manoel da Cruz com o Dom Oscar de Oliveira. Eu sou fundadora de muita coisa. Eu sou metida com isso! (risos). Tem dias que falo: “Graças a Deus, não sei se fundei ou afundei, mas que eu ajudei, eu ajudei” (gargalhadas). Essa escola teve um motivo muito grande para chegar aqui, visto que naquele período o Providência tinha aula apenas para moças. Então, criou-se essa escola para moços ou moças pobres. Pobres no sentido de que não tinham condições de pagar, não era tão *poobre* também. O colégio fazia parte daquele antigo Escolas da Comunidade ou Campanha Nacional de Educandários Gratuitos²⁶. Para a construção do prédio, carregamos até tijolo, o prédio é lindo! Hoje é ocupado pelo Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), que é um dos *campus* da UFOP. Nós fizemos tudo. Então, nós começamos a trabalhar lá, organizamos o quadro de professores, fizemos um curso de Contabilidade. Em Mariana, não tinha o 2º grau do Ensino Secundário (hoje Ensino Médio), a formação de professores, na verdade tinha apenas particular. Nós

²⁴ Em 1926, o Ginásio Municipal Arquidiocesano de Mariana foi fundado por Dom Helvécio Gomes de Oliveira (arcebispo de Mariana), ofertando o internato e o externato para o público masculino. Em 1933, a Sociedade Liceu de Ouro Preto foi criada para manter a instituição e, no ano seguinte, ocorreu a transferência para Ouro Preto. Em 1943, passou a funcionar como colégio, iniciando o Curso Científico. De 1934 a 1970, ofertou regime de externato misto e, sobretudo, internato masculino (esse último encerrado em 1970). Em 1998, a Samarco Mineração SA, em convênio com uma mantenedora, assumiu a Escola Alphonsus de Guimaraens (Colégio Arquidiocesano Unidade II). Disponível em: <https://arquidiocesano.com/instituicao/historia/>. Acesso em: 12 ago. 2019.

²⁵ Em Mariana, o extinto Ginásio Dom Frei Manoel da Cruz foi fundado em 1954 pelo padre José Dias Avelar, ofertando o Curso Ginásial e habilitações profissionais como técnicos em Contabilidade e Enfermagem ou Curso Normal. Era uma escola gratuita em nível ginásial, que fazia parte da empreitada da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC). Posteriormente, foi municipalizado e passou a Colégio Padre Avelar. Anos mais tarde, o Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA), um dos *campi* da Universidade Federal de Ouro Preto em Mariana, ocupou o prédio onde funcionava a instituição (GOMES NETA, 2016).

²⁶ Em meio a mudanças econômicas, sociais e políticas, surgiu, em 1943, a Campanha do Ginásio Pobre (CGP), criada pelo paraibano Felipe Tiago Gomes em Recife/PE, para ofertar ginásio gratuito à população carente em diferentes localidades brasileiras. O movimento passou por outras denominações: Campanha de Ginásios Populares (CGP – 1945); Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos (CNEG – 1946 a 1969); Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC – a partir de 1970-1985). Nessa última fase, observou-se uma “queda na oferta de escolas e de matrícula e iniciou-se a diversificação de suas atividades, que se ampliou nos pós 1985, aprofundando-se, em consonância com o contexto, o discurso do comunitarismo, relacionado com o público não estatal” (SILVA, 2001, p. 137). A partir de 1985, sofreu transformações e, passando por dificuldades de sobrevivência, buscou alternativas como oferecimento de serviços sociais e ensino superior.

formamos muita gente, pessoas que nunca puderam pagar uma escola e não imaginavam que poderiam frequentar uma escola, afinal era gratuito. As aulas aconteciam à noite e as moças da Fábrica²⁷ que trabalhavam o dia todo, à noite iam para lá. Era maravilhoso o trabalho lá. Eu era professora de Português. A gente trabalhava e não tinha nenhum tipo de percalço, era à noite e, mesmo as pessoas estando cansadas, elas não dormiam na sala de aula. Eles respeitavam muito, ninguém dormia como se faz hoje.

Em relação ao curso de formação de professores, que foi fundado, nós procurávamos chamar o professor para a responsabilidade que ele teria, não era apenas querer ser professor; hoje é brega, mas antigamente era muito chique! A gente chamava atenção para isso, a importância de ocupar esse cargo, o qual não era bem remunerado, nós sempre avisamos isso: “Olha, não pense em ficar rico sendo professor”. Trabalhávamos muito com a saída da criatividade, quando o professor tivesse dificuldades, visto que os materiais didáticos e o mobiliário era tudo escasso naquela época. Fazíamos um material e, como coroamento da disciplina da Prática de Ensino, as professoras tinham que aplicar em uma unidade escolar todo o material que produziram. Na prova final da escola Dom Frei Manoel da Cruz era exigido isso. E eles faziam e saíram bons professores de lá. Depois, fecharam esses dois cursos, acabou fechando essa escola.

Depois, como já não estava cabendo mais, nós fundamos a Escola Estadual Dom Silvério²⁸. Primeiro, esse colégio foi criado só para atender o que hoje é o Ensino Fundamental II, porque o Colégio Providência pagava. Então, tinha o Dom Frei à noite e o Dom Silvério para os jovens e adolescentes durante o dia. Ele era estadual e foi um colégio muito bom, a gente trabalhava com muito afinco. Até hoje ele é bom. Ele foi criado para essa questão da Educação Básica e a segunda intenção era formação de professores, mas não chegou a avançar. Nessa escola, tivemos um problema muito sério, para observarmos como a educação no país vive com problemas. Nós trabalhávamos gratuitamente. Veio uma verba do Estado, mas um político, criou um ginásio fantasma, o pessoal do ginásio fantasma recebia e nós não recebíamos, mas continuamos trabalhando. Isso que eu achei bonito, nós continuamos trabalhando até descobrir o que aconteceu. Era muito bom! Ela virou uma escola modelo, porque todo mundo lá trabalhava bem, funcionários, professores, pais de alunos... Nós éramos uma família. O ensino nesse colégio era muito bom.

²⁷ Fiação e Tecelagem São José Ltda.

²⁸ A Escola Estadual Dom Silvério foi fundada, em 1966, na cidade de Mariana e teve como um de seus fundadores Dom Oscar de Oliveira. A instituição recebeu esse nome como um modo de homenagear aquele que seria o primeiro arcebispo negro da Arquidiocese de Mariana – Dom Silvério Gomes Pimenta (GOMES NETA, 2016).

Eu era professora de Matemática e Português. Nós professores mais velhos, hoje eu não sei, porque não acompanho Matemática, apenas as Letras e tretas, nas aulas de Matemática tentávamos práticas voltadas para aquilo que os alunos conheciam. Por exemplo, quando eu queria falar em um número infinito, perguntava: “Você é capaz de contar estrelas?”. Nós fazíamos algo certo: primeiro, materializávamos para o aluno raciocinar e, depois, fazia a abstração em um segundo momento. Hoje, eu tenho notado que os professores estão pulando essa parte da materialização, essa discussão que embasa e ajuda o raciocínio, então a criança também não abstrai, não vale nada esse trabalho. Nós passávamos dessa materialização para a abstração. A gente nunca chegava para dar uma fração ordinária sem alguma coisa, levava um queijo, partia miudinho, até ficar em não sei quantos avos. E dividia.

– E qual parte você está tirando?

– Ah, eu tô tirando tantos avos.

– Então, vamos juntar aqui e ver quanto temos.

Aí, juntávamos aquilo tudo e, após esse momento, registrávamos no papel, ou seja, depois disso ia representar. Trabalhava muito assim, fazia os meninos raciocinarem. Levava também esses desafios que vinham naqueles almanaques e isso ajudava muito. O menino percebia que, para raciocinar, ele precisa de muito trabalho e elaboração. Eu dava um prêmio, um caderninho ou algo assim. Trabalhava esses desafios na última aula da semana para ser resolvido no sábado e domingo. A gente usava tudo para tentar fazer com que o aluno raciocinasse, em tudo tinha raciocínio, por exemplo, as questões de adivinha nas aulas de Artes ou de Português já contribuía para as aulas de Matemática. A gente fazia uma ponte.

Quanto ao material didático, nós tínhamos o livro próprio. Havia um livro escrito por uma pessoa aqui de Mariana, não lembro quem é, que se chamava “Quem tem medo de Matemática?”. Não era bem um livro, era uma apostilinha que trazia um tanto de estratégias boas, pena que a gente nunca mais viu. Nós produzíamos muito material, porque era difícil encontrar, eram mimeografados ou de colagem. Se eu fosse ensinar números decimais, era com colagem. Como as aulas eram à noite, era mais fácil eles enxergarem, pois a gente não podia sair da sala para fazer qualquer atividade.

Em outros momentos, trabalhava com representação geométrica, utilizava faixas decorativas, com aplicação ou desenhos para eles começarem a visualizar, pois é muito difícil para o aluno saber o que é um triângulo, um losango, um trapézio. Trapézio, eles só pensam em circo. Aí, já levava as figuras todas encaixadas e fui trabalhando desse modo, mas com um medo danado! Em raciocínio, eu sou boa, mas eu tinha medo de não ser a professora ideal para

eles, embora na 5ª e 6ª séries (antiga 1ª e 2ª séries do Ensino Ginásial, atual 6º e 7º ano do Ensino Fundamental II) eu conseguia dar conta. Agora, quando avançava para os outros níveis eu não ensinava, não. Eu pedia sempre para ficar só com Língua Portuguesa, mas eu gosto de Matemática. Minha família é boa de matemática, meu marido era bom de matemática.

Durante a profissão docente, enfrentei algumas dificuldades. Primeiro porque queria estar à frente do meu tempo e fazia justiça a essa vontade. E o que acontecia? Eu tenho muita competência em gramática, modéstia parte, não pode ficar falando muito não, porque é até feio. Eu estudei gramática desde pequena, ouvia meus pais falando em norma culta e tive ótimos professores de gramática, então dei continuidade e eu sou naturalmente gramatiqureira. No entanto, percebi que, com o avanço do tempo para ensinar gramática, tinha que ensinar mais e inserir na leitura e produção de texto a gramática, para poder discuti-la dentro do texto. Quando fui ver isso, eu já estava bem grandinha. A princípio, não sabia nada disso, mas entendi isso e apliquei na Escola Estadual Dom Silvério. Nosso diretor era um padre²⁹ e eu era uma professora queridíssima da escola, toda mãe queria o filho comigo. Eram 4 professoras queridíssimas, as mais velhinhas, as mais maduras, pois o pai confiava apenas em professora velha. Eu estava com uns 30 anos, as outras estavam com 18, saindo do colégio. O padre dava para nós as melhores salas, ficava nervosa com isso, mas obedecia, pois ficava com vergonha de ficar batendo boca com ele o tempo todo. Os diretores bajulavam as pessoas que tinham condição social melhor. Mas, não eram de condição social ótima nada, pois ficam lá no topo e não veem nada que passa cá embaixo, o que passa aqui embaixo não os atinge, que condição é essa?

Enfrentei também dificuldades em relação a algumas autoridades, parecia castigo o que acontecia. Cecília, Euvina e eu debatíamos com esse pessoal todo que vinha de Secretaria de Educação, de Governo e, por isso, nós éramos vistas como encrenca (risos). Eu participei de inúmeras reuniões da Secretaria de Educação. A gente discutia uma coisa e, quando vinha a síntese, aquilo que havíamos falado desaparecia. A vontade de quem estava ali mandando prevalecia. Acho isso muito difícil para o professor vencer na carreira, especialmente aquele que não tem voz. Ele fica doente, com depressão, adoece com um tanto de coisa. O aluno pressiona de um lado, ele não quer uma sala morta, repetitiva, quer uma coisa criada pelo professor. Por outro lado, o professor não pode criar, porque o supervisor fala: “Ah, é assim, assim...” e o diretor: “Eu quero a escola assim, assim...”. Então, é muito complicado.

²⁹ Refere-se ao Cônego Paulo Dilascio, fundador e primeiro diretor, durante 25 anos, da Escola Estadual Dom Silvério. Também esteve à frente do Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto, como diretor. Disponível em: <http://blogdoozanan.blogspot.com/2010/04/conego-paulo-dilascio.html>. Acesso em: 12 ago. 2019.

Outra questão era o processo de contratação das professoras: era muito fraudulento. A princípio foi informal, mesmo quando formal teve fraude. Quem estava na prefeitura era quem fazia as indicações das pessoas e resolvia tudo. Quando as professoras eram contratadas, houve uma época em que tinham algumas orientações. Minha prima era delegada de ensino, hoje nós morremos de rir e, uma vez, ela mandou uma carta para a escola proibindo as professoras de lecionarem de *jeans*. Aí, nós todas fomos de *jeans* no dia e no outro dia. Não foram todas, pois havia as exceções costumeiras. Quando ela chegou, falei: “Marta, nós consideramos que, com calça *jeans*, estamos muito mais bem vestida do que com vestido para virar, fazer algum movimento na sala de aula”. E foi assim que o negócio aconteceu, mas foi trágico (risos).

Quando dava aula, minhas irmãs e eu conversávamos muito sobre educação. Se uma tinha uma estratégia que valia a pena: “Ah, eu fiz assim, deu certo para isso”. “Ah, eu fiz uma coisa maravilhosa”. Cada uma contava mais vantagem do que a outra. Nós trocávamos muita figurinha, minha filha. Na maioria das vezes, eram estratégias de ensino. Lembro que uma delas estava com problema de ensino de fração ordinária, que era algo enjoado: “Eu já parti a laranja em gomo, mostrei que eram 8 partes e cada parte é um oitavo. Depois, mostrei quando dividido em 4 partes”. Na hora, perguntei a ela:

- Você pegou uma banana inteira e deu para cada um dividir com os coleguinhas?
- Não, não fiz.
- Então, faça isso: leva a banana e cada um vai partir. Se tem 4 coleguinhas, como é que ele vai partir essa banana? Quanto vai dar para cada um?

E eles foram fazendo, foram treinando e aprenderam, pois, precisava de eles partirem. Quando o professor parte, eles não estão nem aí, eles querem chupar a laranja, mas, se o exercício é deles, é diferente. Em Língua Portuguesa, para facilitar as correções de ortografia, usávamos música, fazia as estrofes e passava uma para a outra. Trabalhava com música, poesia e teatro e dava muito certo. Então, o que uma fazia e dava certo, ela mandava para outra. A gente montou muita coisa juntas.

As melhores lembranças que tenho da carreira docente, para falar a verdade, era ao final do ano ver a felicidade das crianças quase todas passando, as que não passavam tinha um conforto de que quase atingiram também, porque a gente estimulava bastante e eles entendiam. Quando a criança despontava para as primeiras leituras era maravilhoso; quando faziam as primeiras leituras, era uma emoção fora de série.

Atuação no Ensino Superior

Em 1972, fiz a pós-graduação na PUC em Belo Horizonte, uma especialização em Leitura e Produção de Texto. Não fiz mestrado, como eu lhe disse. Outros estavam mais jovens, podiam trabalhar mais que eu, só que tenho uma frustração: 3 morreram na minha frente. Gente, antes eu tivesse feito! (gargalhadas). Eu comecei a atuar no Ensino Superior em 1977 na PUC-MG, fui chamada para dar aula de português e literatura e trabalhei lá por 2 anos. Era bom porque professor tinha ampla liberdade de ação. O diretor era muito bom, era o padre José Geraldo Vidigal de Carvalho³⁰. Depois, em 1979, fiz concurso para a UFOP. A PUC possuía uma extensão em Mariana e foi o que deu origem ao ICHS.

Trabalhei na universidade até 2001, quando completei 70 anos³¹. Fiquei velhona (risos) e, por isso, tive que sair, achei um absurdo, pois estava em pleno vapor, mas foi interessante, porque eu me arranjei. Apesar disso, falei: “Deixa eu dar lugar para os outros”. Pensei mais sob esse aspecto e, desse modo, comecei a fazer outros trabalhos e até hoje desenvolvo atividades na comunidade. Eu não saí da escola nem a escola saiu de mim. Eu não tinha coragem de sair. Eu comecei a arrumar um tanto de artifícios; por exemplo, fiquei com a parte de extensão da universidade, continuei com ela e até hoje tenho projetos de extensão com a universidade, acho que devo isso a ela, eu devo à comunidade essa obrigação de ser liame. Agora ficou mais difícil, pois, sem vínculo, você não tem tanta atuação lá dentro. Eu ficava pensando: “Esse povo me pagou, agora eu tenho que fazer alguma coisa gratuita para eles. Tenho que contribuir para o pobre”. E daí fui desenvolvendo alguns projetos, que considero importantes, porque a universidade se mostrava como uma pirâmide de vidro à prova de bala. Havia uma dissociação da universidade com o povo. Até para arranjar estágio era difícil, aí eu fiquei na escola tentando fazer esse liame. Eu perdi dinheiro com isso, porque, se ficasse 40 horas na universidade, ganharia muito mais. Enfim, eu perdi dinheiro, mas ganhei ao fazer essa ponte e tirar essa ideia de universidade de lá. Alguns professores ainda ficaram nas torres deles, mas boa parte veio comigo para a comunidade. É por isso que eu fiquei e continuo até hoje, tanto que eu tenho uma sala lá com meu nome³² por causa desse trabalho.

³⁰ Nasceu em 1933 e sua ordenação como padre foi em 1956. Durante 40 anos, foi professor no Seminário de Mariana. É membro da Academia Mineira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Disponível em: https://arqmariana.com.br/site_2019/conego-jose-gerald-vidigal-de-carvalho.html. Acesso em: 05 jun. 2020.

³¹ No período citado, estava em vigor na Constituição Federal, o art. 40, § 1º, II, que dispunha que os servidores seriam aposentados “compulsoriamente, aos 70 anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição”. Esse texto, passou por nova redação dada pela Emenda Constitucional n. 88/2015 e prevê aposentaria compulsória, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 anos, ou aos 75 anos, na forma de lei complementar (BRASIL, 1988).

³² O Laboratório de Práticas Pedagógicas Professora Hebe Rôla consiste em um laboratório de produção de material didático do curso de Pedagogia da UFOP.

Uma das coisas que buscava era fazer essa integração entre universidade e escola por meio dos estágios, pois, no Ensino Superior, eu trabalhei com estágio. No estágio interno, eu levava os alunos daqui para fazer o estágio interno na minha sala de aula. Já no estágio externo, eles iam para uma escola e a sorte é que militava em escola de Ensino Fundamental e Médio. A partir desse contato, podia fazer o intercâmbio da universidade com as escolas, pois as escolas não queriam mais abrir as portas para ninguém, uma vez que os primeiros alunos começaram a depreciar muito a escola em seus discursos. Às vezes, havia um despreparo do estagiário que costumava falar sobre a escola na rua, desmoralizando-a, achando que a escola tinha que ser naqueles moldes que ele via nas teorias durante a graduação. Eles chegavam e só apontavam pontos negativos. E começou uma guerra, pois as escolas fecharam-se e eu não podia deixar que os alunos não fossem para lá. Eu sempre lutava para que eles pudessem estar na escola e, com isso, comecei a falar com os alunos: “Onde está a criatividade de vocês? Nós não estudamos que o professor tem que ter criatividade? Quanto maior a crise, mais se promove a criatividade”. E assim fui trabalhando, mas não me afastei das escolas.

No trabalho da universidade, nós éramos “pau pra toda obra”³³. Éramos um núcleo pequeno de professores e, quando saía algum deles, por serem novos fazia questão de substituí-lo, de certa forma, achava que estava fazendo uma espécie de investimento. Porém, não sei se foi tanto, visto que depois eles foram embora para a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)³⁴ e eu estava investindo no ICHS. Aqui, ficou como um trampolim e me entristeceu demais! “Gente, eu trabalhei demais à toa?”. Não foi à toa! Eu ajudei a formar pessoas. Meu objetivo era ter um corpo docente de peso no ICHS, com professores que o amassem e gostassem dele como nós, os antigos, gostávamos. Infelizmente, não consegui isso e essa é uma

³³ A expressão popular “pau pra toda obra” se refere a alguém que está sempre disposto a desempenhar qualquer tipo de atividade, não importando qual o ramo a que se destina.

³⁴ A Universidade Federal de Minas Gerais foi criada em 1927, como instituição privada e subsidiada pelo Estado, sob a denominação de Universidade de Minas Gerais (UMG). Sua fundação ocorreu pela junção da Faculdade de Direito (criada em 1892 em Ouro Preto e transferida para a capital em 1898), da Escola Livre de Odontologia (1907), da Faculdade de Medicina (1911) e da Escola de Engenharia (1911). Mais tarde, foram integradas à universidade a Escola de Arquitetura (1944) e as Faculdades de Ciências Econômicas e de Filosofia (1948). Em 1949, a instituição foi federalizada e, partir de 1965, é denominada Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <https://ufmg.br/a-universidade/apresentacao/linha-do-tempo>. Acesso em: 28 ago. 2018.

das minhas frustrações. Mas, ainda há pessoas no ICHS em quem eu confio: a Cris³⁵, a Fernanda³⁶, a Rosana³⁷, a Maria Clara³⁸.

Em Mariana, trabalhei mais com a linguagem, a leitura e produção de texto, um trabalho voltado à literatura e preservação patrimonial, visto que ninguém pensava em preservação patrimonial entre as décadas de 1970 e 1980. Trabalhei também na cidade de Ouro Preto.

E, sobre a importância da leitura e produção de texto, tenho uma experiência para te contar na Escola Estadual Professor Soares Ferreira³⁹. Em 2000, possuía uma média de 50 alunos do 9º ano que não conseguiam ler. Fui lá para fazer o trabalho com uma monitora minha, a Lunara⁴⁰, hoje professora do Colégio Providência. No primeiro dia, ao conversar com eles, descobri que eles não gostavam de língua portuguesa e isso me deu uma angústia tremenda. Havia também um professor da escola que eles odiavam. Na segunda aula, eu disse: “Vocês querem acrescentar alguma coisa? Vamos ler alguma coisa aqui no quadro?” Escrevi um trecho bonitinho de amor de Alphonsus de Guimaraens⁴¹; afinal, adolescente gosta muito de namoro. Coloquei o seguinte poema: “O amor tem vozes misteriosas. No coração implumes... Como são cheirosas as primeiras rosas, E os primeiros beijos como têm perfume!” Aí, a carinha deles começou a melhorar. No entanto, dali a pouco começaram a falar do professor e eu sem conseguir cortar. Perdi algumas aulas com isso. De toda a turma, 6 desistiram, já estavam na droga, e os outros 44 conseguiram se adaptar à turma. Fomos com calma e, ao final do ano, eles já entendiam a língua portuguesa. Uma turma que podia promovê-los, não é? Isso para mim é o fim, pois o professor está despreparado e isso não é de agora. O resultado está aí.

Estou muito desanimada, quer dizer, não é nem desanimada, porque eu sou corajosa, mas triste. Os alunos estão saindo do 9º ano, das escolas públicas – e talvez das escolas particulares, ainda não observei como é esse tipo de trabalho lá – sem saber o que estão lendo.

³⁵ Christiane Figueiredo Pagano de Mello é professora no departamento de História da UFOP. Atua, principalmente, nos seguintes temas: corpos militares, deserção, fronteiras e elite local, colônia.

³⁶ Fernanda Aparecida Oliveira Rodrigues Silva é professora na UFOP, vinculada ao departamento de Educação. Tem como área de interesse e pesquisa a Educação de Jovens e Adultos com ênfase em história da educação, formação de educadores, alfabetização e práticas pedagógicas.

³⁷ Rosana Areal de Carvalho atua como professora no departamento de Educação e no Programa de Pós-graduação em Educação da UFOP, com interesse nos temas instituições e sujeitos escolares, educação e política, intelectuais.

³⁸ Maria Clara Versiani Galery é professora associada no departamento de Letras da UFOP, atuando nas seguintes áreas: teatro e literatura; estudos da tradução e estudos shakespearianos.

³⁹ Em 1948, época de sua fundação, era denominada Escolas Reunidas de Mariana. Em 1954, tornou-se Ginásio Soares Ferreira e, em 1957, passou a Grupo Escolar Professor Soares Ferreira. Homenagem a José Cipriano Soares Ferreira que se justifica por ser marianense, não havendo indícios de ter lecionado ou realizado algo em prol da educação local. Atualmente, é a Escola Estadual Professor Soares Ferreira (GOMES NETA, 2016).

⁴⁰ Lunara Cera Bandeira é graduada em Letras pela Universidade Federal de Ouro Preto.

⁴¹ O poeta Alphonsus Henrique da Costa Guimaraens (1870-1921) é considerado um dos principais autores simbolistas do Brasil. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/servico/visitar-o-museu-casa-alphonsus-de-guimaraens>. Acesso em: 22 jun. 2020.

Chegam à universidade e não entendem o que estão lendo. Nós temos na universidade, eu provo. Isso está muito triste. A preparação do profissional é primordial e, depois disso, que ele tenha vontade de trabalhar. Às vezes, é um poço de sabedoria, de cultura, de didática, de pedagogia, porém não quer trabalhar: “Ah, porque esse Estado não paga”. Quando vou à escola e eles comentam isso, eu falo: “Toda a vida eu trabalhei no Estado, gente! Se ele não me paga, eu tenho que cobrar é dele. Não tenho que descontar naquele que está sofrendo tanto ou mais do que eu, não”. Eu entendo isso, realmente está muito difícil trabalhar.

Há professores muito bons. Pela manhã, recebemos aqui na Casa de Cultura uma turma. Que gracinha os alunos! Eu falei: “Ninguém vai falar alto aqui, porque é casa de muita gente”. E todos estavam falando baixinho comigo, nenhum levantou a voz. A professora é muito boa, nós fazemos muito trabalho com ela. Às vezes, a professora que não é preparada foge desses tipos de trabalhos: “Não posso. Não tenho tempo. Tenho que cumprir programa”. Infelizmente, tenho percebido que os professores atuais não entendem que a arte colabora para a cultura e a educação. Não percebem que, se trouxerem o estudante em uma aula de Arte, ele vai aprender o que é e como se faz arte, vai aprender, por exemplo, um caso aqui de hoje, quem foi Manoel da Costa Athaíde⁴², como ele se projetou e progrediu, como trabalhava e isso vai ajudar o estudante a escolher uma carreira. Esse tipo de trabalho faz falta para as crianças e jovens. Mas acabam segregando os estudantes na sala e não pode sair, isso acontece na escola pública e particular. Fico preocupada com essa falta de visão dos auxiliares da formação do indivíduo e de sua socialização desde criança. As pessoas não querem isso hoje na escola e esta acaba se fechando numa redoma de vidro à prova de bala. Eu sou muito queixosa! (risos). Não posso ficar lamuriando. Você não tem que escutar isso, pois está fazendo um trabalho ao contrário disso tudo. Tenho observado isso acontecer e esse cenário vem me preocupando muito. Uai, gente, que escola pobre! Paupérrima! A escola empobreceu demais e é preciso dar uma sacudida nela. Estou gostando do seu trabalho e da sua equipe toda por isso.

Nós temos que pôr isso em prática, tão logo termine a pesquisa, vocês colocam em prática esse trabalho, porque, às vezes, fica uma distância muito grande. Isso é uma queixa minha também. Eu vejo pesquisas maravilhosas que não chegam às comunidades. As pessoas hoje estão segregadas em um casulo e não o rompem. Isso está muito ruim! A universidade também está assim, tem os projetos e propósitos dela, mas dificilmente rompe com isso, embora

⁴² Manoel da Costa Athaíde (1762-1830) foi um pintor marianense, considerado uma importante figura da pintura barroca mineira. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/turismo/manoel-da-costa-athaide>. Acesso em: 29 ago. 2018.

tenha uma parte boa da universidade que faz isso. A universidade é um tripé: ensino, pesquisa e extensão.

Ações extensionistas – arte, cultura e literatura

Tenho um projeto, o “Floresça Mariana – uma flor em cada janela, um livro em cada mão”⁴³, que até hoje desenvolvo, seu auge foi 1988 e ele tem várias arestas. Nele, trabalhamos com ecologia, mas não é essa ecologia de “Vamos defender a ecologia”, em uma direção mais teórica, trata-se de um trabalho que busca sensibilizar as pessoas.

No ano passado, nós fizemos um calendário, composto por fotos do jardim da praça Gomes Freire. Tenho um amigo, funcionário do Museu Alphonse de Guimaraens⁴⁴, que ofertou um curso gratuito de fotografia para os alunos. Sempre fazemos parceria com o Museu e outras entidades, visto que não temos dinheiro. A partir desse curso, os estudantes fizeram as fotografias do Jardim e cada um escreveu um pequeno texto, uma quadra⁴⁵, um haikai⁴⁶, uma aldravia⁴⁷, essa última se refere a uma forma poética nova, inventada aqui em Mariana. Então, eles escreviam e ilustravam com a foto aquilo que produziram. Fazemos essas relações entre a escrita e outra atividade. E assim vamos trabalhando...

Há também outras frentes de trabalho como a Educação Patrimonial e Educação Social, que consistem em prepararmos o aluno para saber falar com as pessoas e em público. Saber escolher os termos, visto que há um termo para a criança falar no campo de futebol e há um termo para falar em determinados espaços públicos. Nós trabalhamos com a norma culta. Aliás, fico pensando que é tão inculta quanto qualquer outra. Já que a outra é inculta, ela também é.

⁴³ O projeto “Floresça Mariana – uma flor em cada janela, um livro em cada mão” é uma ação extensionista vinculada ao departamento de Letras da UFOP sob a coordenação da professora Hebe. Este trabalho tem como objetivo geral integrar literatura e ecologia, buscando produzir e estudar textos literários que sensibilizem os moradores da cidade de Mariana no que se refere à valorização do meio ambiente. Disponível em: <https://cemar.ufop.br/flores%C3%A7a-mariana-uma-flor-em-cada-janela-um-livro-em-cada-m%C3%A3o>. Acesso em: 29 ago. 2018.

⁴⁴ Em 1987, foi inaugurado o Museu Casa Alphonse de Guimaraens e está instalado na casa em que o escritor viveu com a família entre 1913 a 1921. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/servico/visitar-o-museu-casa-alphonse-de-guimaraens>. Acesso em: 29 ago. 2018.

⁴⁵ Conhecida como trova, refere-se a uma forma fixa de poesia composta de 4 versos com uma ou mais estrofes, possuindo obrigatoriamente um esquema de rimas. Disponível em: <https://www.infoescola.com/literatura/trova/>. Acesso em: 29 ago. 2018.

⁴⁶ Poema humorístico de origem japonesa, cuja forma concisa e objetiva possui uma estrutura fixa específica, composta por 3 versos formados por 16 sílabas poéticas. No primeiro e terceiro versos é composto por 5 sílabas poéticas e o segundo é composto por 7. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/literatura/haikai-um-poema-origem-japonesa.htm>. Acesso em: 29 ago. 2018.

⁴⁷ A aldravia é um poema sintético, constituído por até 6 palavras-verso. “Esse limite de 6 palavras se dá de forma aleatória, porém preocupada com a produção de um poema que condense significação com um mínimo de palavras”. Disponível em: https://www.jornalaldrava.com.br/pag_aldravias.htm. Acesso em: 28 ago. 2018.

Vejo que a norma culta é a norma popular, nós trabalhamos e valorizamos ambas e eles escrevem em ambas.

Uma pena que você não chegou um pouquinho mais cedo aqui para ouvir a Oficina sobre Athaíde, com as crianças experimentando a pintura no papel *canson*, ficou tão bonitinho. Após realizar todo esse trabalho, fazemos a exposição de cada pintura de modo a valorizar o trabalho de todos. Passo um filme curto⁴⁸ do Saramago chamado “A maior flor do mundo” sobre o desmatamento. Após o término do vídeo, converso com eles sobre seu conteúdo e eles ficam muito irados, porque as pessoas desmataram. Geralmente, comento que é hora de prestarem atenção na nossa sala e aí, ao olharem, observam que a sala está suja. Então, vou explicando sobre cuidar da sala, do espaço em que estamos, buscando trabalhar economia, alimentação mais saudável, pois vejo que, a partir daquilo que o aluno aprende na escola ou em outros espaços, como este da Casa de Cultura, ele pode também mudar o ambiente familiar. Com esses trabalhos, nós ensinamos todas essas formas de poesia e conduzimos para a ecologia. Eles produzem paródias, paráfrase, tudo voltado à preservação patrimonial, seja da natureza, material ou imaterial. Eles vão perpassando por todas essas áreas.

Outro trabalho que faz parte do “Floresça Mariana” é a Academia Infanto-Juvenil de Letras. Não é bem uma Academia, mas a chamo assim para se sentirem motivados a participarem do projeto. Nesse trabalho, eu dou um diploma de acadêmico e comento que, como acadêmicos, eles precisam escrever e ler bem. Estou recebendo alunos do 9º ano que não sabem ler bem e escrever direito.

Há também o “Cantando Alphonsus”⁴⁹, realizado anualmente. Nós trabalhamos com as escolas um período grande e, em maio, organizamos o coroamento do projeto. Montamos um palanque na Casa de Cultura de Mariana e sede da Academia Marianense de Letras e Artes ou na frente do museu e quem quiser falar poesia fala, porém tudo de modo organizado. As escolas de Mariana, Ouro Preto, Santa Bárbara⁵⁰ ou dos arredores fazem apresentações durante o evento. Desse modo, continuo trabalhando, gratuitamente, para ver se dou minha contribuição.

⁴⁸ Em sua narrativa, a professora se refere ao curta-metragem “A maior flor do mundo”, título de uma obra infantil de José Saramago, dirigido por Juan Pablo Etcheverry, produzida em 2006, tendo como país de origem a Espanha. Disponível em: <https://www.arquivocentral.unb.br/microfilmagem>. Acesso em 10 jul. 2020; <https://www.youtube.com/watch?v=YUJ7cDSuS1U>. Acesso em: 28 ago. 2018

⁴⁹ O projeto “Cantando Alphonsus”, criado em 1984, é um sarau lítero-musical sobre a obra de Alphonsus de Guimaraens. É realizado em frente à Casa de Cultura de Mariana em parceria com o Museu Casa Alphonsus de Guimaraens e a Academia Infanto-juvenil de Letras Ciências. Seu objetivo é promover a aproximação entre a comunidade e o ambiente em que viveu esse poeta. Disponível em: <https://jornalvotativa.com/cultura/musica-e-literatura-33o-cantando-alphonsus-sarau-litero-musical-em-mariana-mg/>. Acesso em: 28 ago. 2018.

⁵⁰ Cidade do estado de Minas Gerais com cerca de 30 mil habitantes, localizada a 105 quilômetros da capital.

É a minha contribuição! Não tenho nenhuma ambição de emprego, de dinheiro, de nada, na verdade meus projetos dão prejuízo, porque eu que tenho que comprar o material.

Outro projeto é o “Contador de Caso e História”, que se refere a um trabalho com “história oral”⁵¹, que organizamos da seguinte forma: chegamos a qualquer local da sociedade e contamos casos. Considero que a “história oral” tem muito valor, ela é história mesmo, no dicionário, a palavra história vale para história e estória. Vejo que a “história oral” não é só a gente narrar, mas ela me ajudou e me ajuda muito a desenvolver e a desinibir as crianças, a levar mensagens que insinuam o que a criança pode fazer para se dar bem, para ter uma vida melhor, a estimular e desenvolver a criatividade e a oralidade em qualquer um. Estimula a memorização, porque o pessoal hoje não gosta de trabalhar a memória e isso é um exercício ótimo: ao se encantar com aquela história, ele grava. Então, é um exercício de memória, afinal todo mundo quer inventar uma história para contar. E essa “história oral” também aproxima o povo da gente, porque todo mundo tem um caso para contar. Mostra para essas pessoas que elas também fazem parte dessa comunidade e também de outras comunidades, eles aprendem a trabalhar em equipe... A “história oral” é muito importante, ela mostra que o povo, quando é unido, tem muita força contra aqueles que o subjagam.

Em um contexto maior de cidade, com a “história oral” nós conseguimos discutir os problemas de Mariana, que são os mesmos de muito tempo atrás. A criança acaba relacionando as coisas do passado com aquelas do presente. No caso de Mariana, a gente conta a história da cidade que está nos livros e aquelas que são contadas apenas pelo povo, que só o povo sabe e não está registrada nos livros. Cada família tem uma história para contar e isso enriquece muito! O trabalho aqui é muito bom, vamos às escolas e ensinamos do jeito que podemos.

Outros projetos que desenvolvo como o de Educação Patrimonial e o da Linguagem dos Sinos⁵² estão relacionados com a “história oral” daqui. Um professor chegou a brigar comigo por causa da Linguagem dos Sinos: “Linguagem dos Sinos é coisa de dona Hebe”. Coisa? Quer dizer que não era uma pesquisa, mas uma coisa. Essa pesquisa produziu o Entoados⁵³, deu publicações, está no mundo todo agora. Nós fizemos pesquisa da Linguagem dos Sinos nas

⁵¹ Observamos que, em sua narrativa, a entrevistada não se refere, propriamente, à história oral como metodologia de pesquisa, mas utiliza esse termo para designar uma ação de registro de memória e difusão de conhecimento.

⁵² O toque dos sinos é uma tradição antiga e referência cultural em várias cidades mineiras. Há um inventário do toque dos sinos em Minas Gerais, desenvolvido pelo Iphan, entre 2002 e 2008, nas cidades de São João del-Rei, Ouro Preto, Mariana, Catas Altas, Congonhas do Campo, Sabará, Diamantina, Serro e Tiradentes. Disponível em: [https://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie%20toque%20dos%20sinos\(1\).pdf](https://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie%20toque%20dos%20sinos(1).pdf). Acesso em: 19 out. 2019.

⁵³ Refere-se ao documentário “Entoados”, sob a direção de Jason Barroso Santa Rosa e Rodolfo Magalhães, produzido nos municípios mineiros de Diamantina, Catas Altas, Ouro Preto, Mariana, São João del-Rei e Tiradentes. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sBswNbF3HTc>. Acesso em: 19 out. 2019.

cidades históricas de Minas. Toda cidade é histórica, não é? As mais antigas cidades de Minas Gerais. E deu um resultado ótimo, vídeo, áudio, tudo. Até publicação de livro.

Quando eu comecei a fazer os projetos de extensão na universidade, eles não saíam em nenhuma publicação, a chefe de departamento cortava e a presidente do Colegiado: “Isso não é trabalho acadêmico”. A extensão não era vista como um trabalho acadêmico no ICHS. Mas, quando a extensão foi melhor classificada, eles foram atrás de mim para eu passar meus projetos de extensão para levarem para uma reunião que aconteceria em Belo Horizonte. Não havia nada na universidade para levar, apenas eu tinha.

Sempre dei importância a trabalhos que possuíam um envolvimento com a comunidade. Quando cheguei à universidade, eu já fazia trabalho de extensão, pois realizava esse tipo de trabalho com meus alunos da Escola Estadual Dom Silvério e Escola Estadual Dom Frei Manuel da Cruz. Eu já tinha essa visão de limpeza do rio, de preservação patrimonial em relação aos prédios, pois, muitas vezes, as pessoas pintavam as casas de qualquer jeito, mudavam suas fachadas. Eu já tinha tudo isso comigo e levava os alunos a desenvolverem esses trabalhos também. Não somos pioneiros, mas éramos sensíveis aos gastos e desgastes da comunidade. Fazíamos isso! E assim fui educando os estudantes. Era um trabalho feito com as crianças, mas elas foram crescendo e conseguiam conscientizar os membros da família e aqueles que estavam à sua volta. Continuo com esse projeto até hoje. Vamos às escolas, ensinamos a plantar, mas primeiro ensinamos a ler, trabalhamos com leitura.

Hoje eu vejo nas escolas, não há lugar para leitura, compreensão do texto nem para fixação do que é estudado, ele tem um momento da apresentação do tema e da cobrança do tema, mas não há a fixação do tema dado. Presta atenção para você ver. Isso está me incomodando. A gente fica querendo fazer coisas diferentes para movimentar a escola, porque essa escola parada não tem vez. Por exemplo, um professor vai explicar sobre plantas e fica dentro da sala de aula, mas, ao sair dali, o aluno vê uma árvore logo à sua frente, porque ficar na sala de aula? “Ah, mas não pode”. A escola virou um toldo para guardar as crianças, porque elas não têm liberdade de ação nem o professor tem. A escola está muito complicada.

Atualmente, estou na presidência da Academia Marianense de Letras⁵⁴. Não estou gostando muito disso, mas eu vou organizar aqui direitinho para depois passar para outro. Como o presidente morreu, eu fui a eleita, pois era vice. Sou também membro da Academia de Letras, Artes e Ciências Brasil⁵⁵, a sede funciona mais lá na Chácara no Bairro São José, mas funciona

⁵⁴ Sua fundação ocorreu no ano de 1962.

⁵⁵ Associação literária sem fins lucrativos, fundada em 2009, com sede e foro em Mariana, cujo objetivo é a difusão da cultura e incentivo às letras e às artes. Disponível em: <http://alacib.blogspot.com/>. Acesso em: 29 ago. 2018.

também no ICHS. Ah, venho escrevendo livros, vou te dar um. Nós vamos lançar um agora sobre justiça, são de aldravias, é um projeto novo que nós temos no grupo de Aldravista.

Eu sempre fiquei aqui tentando assegurar o esclarecimento das pessoas para que elas preservem nossa cultura, nossa educação. Que façam uma verdadeira educação, minha missão é essa! Eu sou filha de espírita e meu pai falava que eu era médium e que não quis desenvolver, então ele falou: “Faça caridade só”. Trabalho muito em frentes sociais. Nós fazemos muito desse trabalho de obra social e isso ajuda muito. Mas, nunca quis ser vereadora, nem prefeita.

Atuação na inspeção e gestão

Eu acompanhei muito as escolas, pois fui inspetora de ensino – não era inspetora de aluno, tratava-se de um órgão fiscalizador. Nesse trabalho, eu era responsável pela faixa Ponte Nova – Ouro Preto, que era muito grande. Quando assumi, eu falei: “Eu vou fiscalizar e não vou colaborar em nada? Como eu posso fazer isso? Eu não posso fiscalizar sem colaborar!” E o que eu fiz? Eu realizava um papel, que presumo ser hoje de supervisora ou pedagoga, porque eu não era pedagoga. Eu colaborava, porque resolvi melhorar a produção do professor para ele se entender melhor com o aluno. Somente após fazer isso é que eu cobrava, porque, no princípio, eu não podia cobrar. Às vezes, chegava a uma escola de zona rural e a professora tinha colocado o menino de castigo por um tempo absurdo, daí alertava: “Você não cumpriu o combinado, você tem que se controlar. Se você fizer isso outra vez, eu vou te denunciar”. Somente a partir disso que cobrava dela. Ia fazendo isso e ajudava os diretores. Quando observava que o diretor era muito medroso, eu conversava com ele, pois tinha isso de não falar a verdade. Nesse cenário, esse cargo era muito ruim, pois algumas pessoas buscavam atender políticos e os políticos não mandavam em mim, não mandaram e nunca vão mandar!

Uma vez, em Cachoeira do Brumado⁵⁶, colocaram uma leiga no lugar de uma professora formada. Precisei me deslocar até lá para tirá-la, afinal havia vários candidatos formados para ocupar o cargo dela. Um político que tinha aqui indicou ela para ficar lá. Eu fui até lá para substituir a professora. Ela me xingou, mas depois me procurou para aprender e estudar. Tirei a moça com dó, porque ela era boa professora, uma leiga boa, mas eu não podia não respeitar a lei.

Era um trabalho de colaboração, tanto que eu não era antipatizada. Eu podia chegar à escola e era festa para mim, a pessoa se aprimorava, pois eu não era do tipo que dava o peixe e

⁵⁶ Distrito da cidade de Mariana, que possui uma população de cerca de 2.200 habitantes. Está localizada a uma distância de 27 quilômetros de Mariana e aproximadamente 130 quilômetros da capital.

não ensinava a pescar. Eu ensinava a pescar e não dava o peixe. Esse trabalho como inspetora de ensino era difícil, muito árido. A gente sofria muito e os políticos avacalhavam demais o trabalho. Aliás, eles continuam assim, há uma boa parte política de que tenho nojo. Alguns bons até ajudavam, mas havia uma canalhada aqui que não valia nada. Agora, o importante é que, quando surgiam os entraves, a população estava comigo. Hoje, eu não sei se eu consigo isso, mas na época eu conseguia, porque hoje o povo é mais diferente, né? Naquela época eu conseguia, todo mundo me defendia.

Mariana era um ferredouro de ignorância política. Nesse período em que atuei como professora, eram as diretoras que chamavam as professoras e colocavam quem elas queriam. E tinha uma diretora na escola Dom Benevides, que nunca me chamou para trabalhar lá. Como queria dar aula na zona rural, fui para lá, onde meus avós tinham casa de campo: “Ah, vou educar esse povo. Esse povo já ajudou tanto meus avós, vou ficar aqui”. Mas eu era doida para dar aula no Dom Benevides, porque estudei lá, né? E ela não me chamava, mas, quando a neta dela precisou fazer o exame de admissão⁵⁷ para entrar no Colégio Providência, quem ela chamou para dar aula? Meu pai não queria de jeito nenhum e eu falava: “Vou aceitar, pai, para provar que ela sabe que eu sei. Isso aqui vai ser meu atestado, que ela sabe que eu sou boa professora”. Dei aula, a menina passou e levou um buquê de flores para mim. Meu pai era muito sabido, fotografou tudo e colocou no jornal e ela ficou toda sem graça, porque, para ensinar a neta dela, era eu, mas, para ensinar os outros meninos, não. Ela punha quem ela queria, né?

Depois, fiz concurso para diretoria, porque comecei a ver que um distrito aqui estava numa situação de penúria, estava acéfalo, apesar de já ter passado por lá 6 diretores. Eu falei: “Ah, eu tenho que ajudar minha terra, não é? Mariana, eu tenho que ajudar!” Fiz concurso para diretora, passei em primeiro lugar aqui em Mariana. Com isso, todos os diretores vieram me oferecer a direção e eles ficariam como vice. Eu falei: “Não, eu vou para a escola – Escola Coronel Benjamim Guimarães⁵⁸ – que está acéfala”. Não quis entrar sem concurso, eu acho muito feio ser indicado. Eu tenho vergonha. Nunca fui indicada, só fiz concurso. E lá fizemos um trabalho, modéstia à parte, maravilhoso. O povo abraçou a escola.

⁵⁷ O acesso ao Ensino Secundário estava condicionado à aprovação aos exames de admissão, que se tornaram obrigatórios com o Decreto n. 19.890/1931, como parte da Reforma Francisco Campos. Esse exame consistia em provas escritas e orais de Português, Aritmética e Conhecimentos Gerais, tendo sido extinto com a Lei n. 5692/1971 (AKSENEN, 2013).

⁵⁸ O Grupo Escolar Jovelino Mineiro foi fundado em 1947. Passou a Grupo Coronel Benjamim Guimarães, em 1959, uma homenagem ao Coronel Benjamin Ferreira Guimarães que residia em Passagem de Mariana, deixando benfeitorias por onde passou (GOMES NETA, 2016).

As condições de trabalho nas escolas eram muito precárias, mas para nós não ficava tão precária, porque tínhamos a nosso favor uma população inteira, tanto em Mariana, como no distrito de Passagem⁵⁹ eles nos ajudavam. Tínhamos esse apoio e o professorado era muito trabalhador. Naquele tempo, não tinha tanto atrativo para mulher, não tinha celular, não tinha televisão em todas as casas, então as pessoas dedicavam muito.

Uma coisa interessante foi a criação que chamávamos de Educação Progredida, nós antecipamos o Ensino Integral, tínhamos horário integral na escola de Passagem, quando ninguém falava nisso, pode perguntar à Fernanda⁶⁰, ela é testemunha. Na escola, oferecíamos aulas de artes, de pinturas, escultura, de culinária para as meninas, de bordado, de artesanato, de música, de futebol, tinha tudo lá ou, então, faziam o dever da matéria que eles não aprenderam. Tudo isso na parte da tarde e era tudo gratuito, então a criança ficava muito tempo na escola e ficava feliz ali; no sábado ficava triste, porque não tinha escola.

Nós tínhamos uma Mini República que era a coisa mais linda do mundo, ela tinha o intuito de formar o cidadão, o futuro eleitor, algo que eu acho muito importante. E eles tomavam providências maravilhosas. Tínhamos na escola desde o presidente da república até a última figura da República. E funcionava assim: as crianças vigiavam, por exemplo, se a escola tivesse gastando muito: “Ó, vamos acertar isso aí”. Havia os cargos de Ministro da Economia, Ministro da Educação e organizávamos tudo para quê? Para fazer a formação política. Era lindo! Uma vez, a Secretária das Finanças tirou o dinheiro e compraram com o dinheiro do governo um presente de aniversário para mim e para a vice-diretora, era uma caneca. Os meninos denunciaram, minha filha, e elas perderam o cargo (risos). E, quando o Aureliano Chaves⁶¹ foi lá em Passagem, ele não ia à escola, ele ia à mina⁶² e, então, contaram isso para ele. Quem saudou a ele foi o Governador de Minas da nossa Mini República. Isso foi legal demais, rendeu uma página inteira no jornal oficial do estado. Eu guardei tudo isso, mas pena que lá em casa, quando estavam fazendo uma instalação hidráulica e uma elétrica, eu fui para o hospital ter o Cláudio e, quando voltei, deu um curto circuito e pegou fogo nos meus documentos todos, esses

⁵⁹ Passagem de Mariana é um distrito do município de Mariana, com aproximadamente 3.600 habitantes. Está distante aproximadamente 7 quilômetros de Mariana e 110 quilômetros da capital.

⁶⁰ Refere-se à Fernanda Aparecida Oliveira Rodrigues Silva, moradora do distrito de Passagem de Mariana.

⁶¹ Antônio Aureliano Chaves de Mendonça (1929- 2003), natural da cidade mineira de Três Pontas, graduou-se em Engenharia Mecânica e Elétrica pela Escola Federal de Engenharia de Itajubá, em 1953. Sua trajetória é marcada por atividades como: Deputado estadual, Diretor da Eletrobrás, Deputado Federal, Secretário de Estado, Governador, Vice-presidente da República, Ministro das Minas e Energia. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/governador/antonio-aureliano-chaves-de-mendonca>. Acesso em: 20 jun. 2020.

⁶² A Mina da Passagem, localizada no distrito Passagem de Mariana, é reconhecida como a maior mina de ouro aberta à visitação do mundo. Disponível em: <https://mariana.minasdapassagem.com.br/#apresentacao>. Acesso em: 29 ago. 2018.

papéis bonitos, tinha muita coisa, eu perdi tudo. É bom que todo mundo lembra. É um fato que todos lembram, por enquanto.

E outra coisa que achava muito lindo: as crianças eram tão instruídas para serem solidárias, nós plantávamos horta, criávamos coelho, abelha. Nunca chegou um menino machucado em casa e cada professor ficava responsável por uma das atividades da escola. Nós plantamos a horta toda e vendíamos alface ou repolho para não desperdiçar. A criança tinha adoração pela escola.

Durante minha carreira, atuei um período como diretora no Dom Benevides. Durante a vacância da diretora, eu assumi o lugar até mandarem outra diretora, porque eu era inspetora escolar. Nesse período, o Dom Benevides era uma escola muito boa, mas depois deu uma queda brusca. Agora, está subindo de novo e estou muito feliz! Por isso, eu ajudo muito o Dom Benevides, eu estive lá esse período curto, mas deu para observar que havia muito desperdício, uma espécie de relaxamento com a coisa pública. Nesse período em que estive lá, não consegui consertar o piano, era um preço muito alto, daí nós o limpamos e deixamos ele lá, mas fiquei sabendo que está deteriorando. Ser diretora naquela época, em um cargo que não era comum para mulheres, teve suas dificuldades; no entanto, eu tinha uma comunicação muito aberta com o povo, porque eu não era diretora de pedestal, a diretora de salto alto. Eu era a diretora que chegava e todo mundo abraçava. Se você sair comigo na rua, vai ver que todo bêbado, todo doido me dá um abraço, todo homem passa a mão na minha cabeça “Cabelinho branco, hein, dona Hebe?” Todo mundo vem me abraçar. Porque eu vivi nesse povo.

Agora, a docência já era mais feminina, mas, quando eu passei para a universidade, era mais masculina. Na universidade, sempre havia predominância de homens; hoje, eu não sei se é equilibrado. E sobre esse predomínio dos homens no Superior, eu infiro que o homem ficava resistente ao Ensino Básico achando que ele era superior àquilo tudo, que aquilo ali não era para ele, mas para a mulher, que era uma coisa mais materna, de carinho e cuidado feminino, sabe? Já no Superior, ele estava no topo da carreira docente, agora os primeiros passos não interessavam a ele. Eu me refiro também à importância para a comunidade, pois a comunidade é muito má, ela dá importância mais a uma universidade do que a uma classe infantil. Só que é essa classe infantil que vai formar e informar mais a criança, já lá na universidade cada um já tem sua cabeça.

Eu fico preocupada com a situação da nossa educação, sinceramente não sei o que está acontecendo. Vejo que o Brasil está bipartido, agora são dois blocos e essa bipartição atrapalha muito a vida do pessoal, porque nós temos que ser um povo unido e nós não temos união agora.

Então, há esses fatores também. Enfim, eu considero que os professores estão saindo com muita teoria e pouco embasamento de conteúdo. Se ele não entende o conteúdo, como vai ter artimanha para ensinar esse conteúdo? Eu não vejo saída, nessa questão de ser professor algo importante é a formação, a seriedade na formação de professores e nos concursos. Fazer concurso não é só ir lá fazer uma provinha. Devia ter um, eu sugiro, um estágio probatório para o professor ficar ali e ver se é isso que ele quer.

Lembro também de ter outras intervenções de autoridade educacional e também algumas dificuldades com a questão de partido político. Eu passei várias coisas! Primeiro: eu era a única professora, a única diretora de escola que era nomeada por concurso que foi feito em Belo Horizonte e eu passei em primeiro lugar. O partido que dominava Mariana, era o PSD⁶³ que, na época, era o partido do governo. Eu estudava muito, perdia noites de sono estudando para tirar o primeiro lugar, pois se eu tirasse o primeiro lugar, como diz o ditado, “Eles tinham que me engolir”. E consegui tirar o primeiro lugar como professora e como diretora. Com isso, eles não nomearam os outros, eu estava impedindo todo mundo deles. E, quando eu passei em primeiro lugar, houve uma denúncia de que eu conhecia a prova do psicotécnico. Mariana era uma “*denuncite* aguda”. Eu conhecia o psicotécnico, porque eu o dominei quase todo. E fui relaxada para a prova, pois já tinha um emprego, eu não visava ser diretora, eu nunca gostei de administração. Fiz a prova e entreguei. Por conta da denúncia, tive que fazer outra com um tanto de fiscais e tirei a mesma nota. E eles não puderam falar nada, mas era um inferno na minha cabeça.

Um dia, um político de Mariana mandou um recado para mim, que eu subisse as escadas dele para eu ser nomeada. Eu mandei entregar outro recado com os escritos: “A minha competência e meu desempenho é que me nomeiam, não o senhor”. Aí, ele ficou com mais ódio ainda. E ele pelejou para não me nomear. Eu fiz o concurso para diretora em 1966, mas fui nomeada apenas em 1972. Eles prenderam a nomeação. Nós tivemos que pagar um advogado para sermos nomeados, porque as privilegiadas de político do estado de Minas Gerais não tiraram as primeiras notas, então se desesperaram e denunciaram todo mundo.

⁶³ O Partido Social Democrático (PSD) foi criado em 1945, por meio do Decreto-Lei n. 7.586 que regulava o alistamento eleitoral e as eleições, determinando a constituição de partidos de caráter nacional (CPDOC, n.p. – *online*). No início do século XX, a política marianense era dominada pela família republicana Freire de Andrade, comandada pelos irmãos Gomes Freire de Andrade (médico e professor) e Augusto Freire de Andrade (advogado). Devido a desavenças, eles se separaram e criaram uma divisão denominada direita (UDN) e esquerda (PDS). A política local era conhecida pelo partido da direita ou esquerda do que, propriamente, por UDN ou PSD (BARBOZA, 2014). Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/QuedaDeVargas/PartidosPoliticos>. Acesso em: 20 out. 2018.

Eu olhava para os diretores daqui de Mariana, morrendo de pena deles, eu fui a Passagem, porque a escola era acéfala e eu fiquei lá. Ali, organizei tudo, os professores me ajudavam demais, porque eles não estavam acostumados a trabalhar com ninguém que dialogasse com eles, sempre tiveram repressores lá na escola. Eu comecei a dialogar com eles, pedir opinião para tudo. Se ia fazer um cartaz para apresentar um trabalho da escola, reunia os professores: “O que vocês acham? Minha ideia é essa... Vocês têm outra ideia?” Então, fui conduzindo assim e eles começaram a trabalhar direitinho.

Nós fazíamos bailes, rifas tudo para manter, porque a Caixa Escolar era pouco. Eram 720 alunos e eles gostavam de comer na escola. Eu não tinha coragem de falar não, era tão gostosa a comida, por que eu ia falar não? Então, ficava muito caro essa alimentação, porque o governo mandava uma verba mínima para a escola, esse repasse só acontecia lá para meados ou fim de ano. A população me ajudava, porque a escola sem a população também não adianta nada, a escola tem que se inserir e ajudar a comunidade e ser ajudada por ela. É uma mão dupla, não é? Então, isso nós conseguimos lá em Passagem, o povo adorava a escola, sabe? A escola era um ponto de apoio da comunidade e isso a enriquecia muito. Tudo que a gente fazia era maravilhoso para eles. Não estavam acostumados, não é? Eu adorei ser diretora nesse sentido, porque não gosto de cargo. Agora as outras vice-direções, não gostei muito.

E, às vezes, havia até perseguição comigo e com outras colegas, pois tínhamos facilidade de fazer as coisas. O professorado é muito engraçado. Há um grupo que irmana-se para fazer as coisas, mas há uma equipe que entra para atrapalhar tudo. Eu acho que tem pouca amizade entre as pessoas. Em Passagem, felizmente, a gente conseguiu. Mas, lá todo mundo trabalhava, brincava, era uma vida feliz. Em outras escolas eu não vejo isso, hoje não vejo isso.

Enfim, em relação a ser professora, eu tinha 2 opções. Eu queria ser advogada, porque, com esse negócio do meu pai ser juiz de paz e espírita, ele nos criou assim, defendendo os menos favorecidos. Se um menino na escola chegasse e pedisse a merenda e um de nós não dividisse, aí tínhamos que chegar em casa e meu pai: “Não quero denúncia, quero confissão, quem não repartiu a merenda hoje?” A gente já tinha essa criação. Levou-me a ser professora, o fato de ver que faltavam professores, porque eu tinha a opção de ser advogada, defender todo mundo que não tivesse dinheiro, eu era uma visionária, achava que eu vivia de brisa. Então, fui ser professora por isso: eu posso ajudar muita gente!

E como professora me vejo como uma voz frágil, entretanto é uma voz que não se cala, não se vende e que tenta se juntar às outras vozes para fazer um coral que prime pela educação

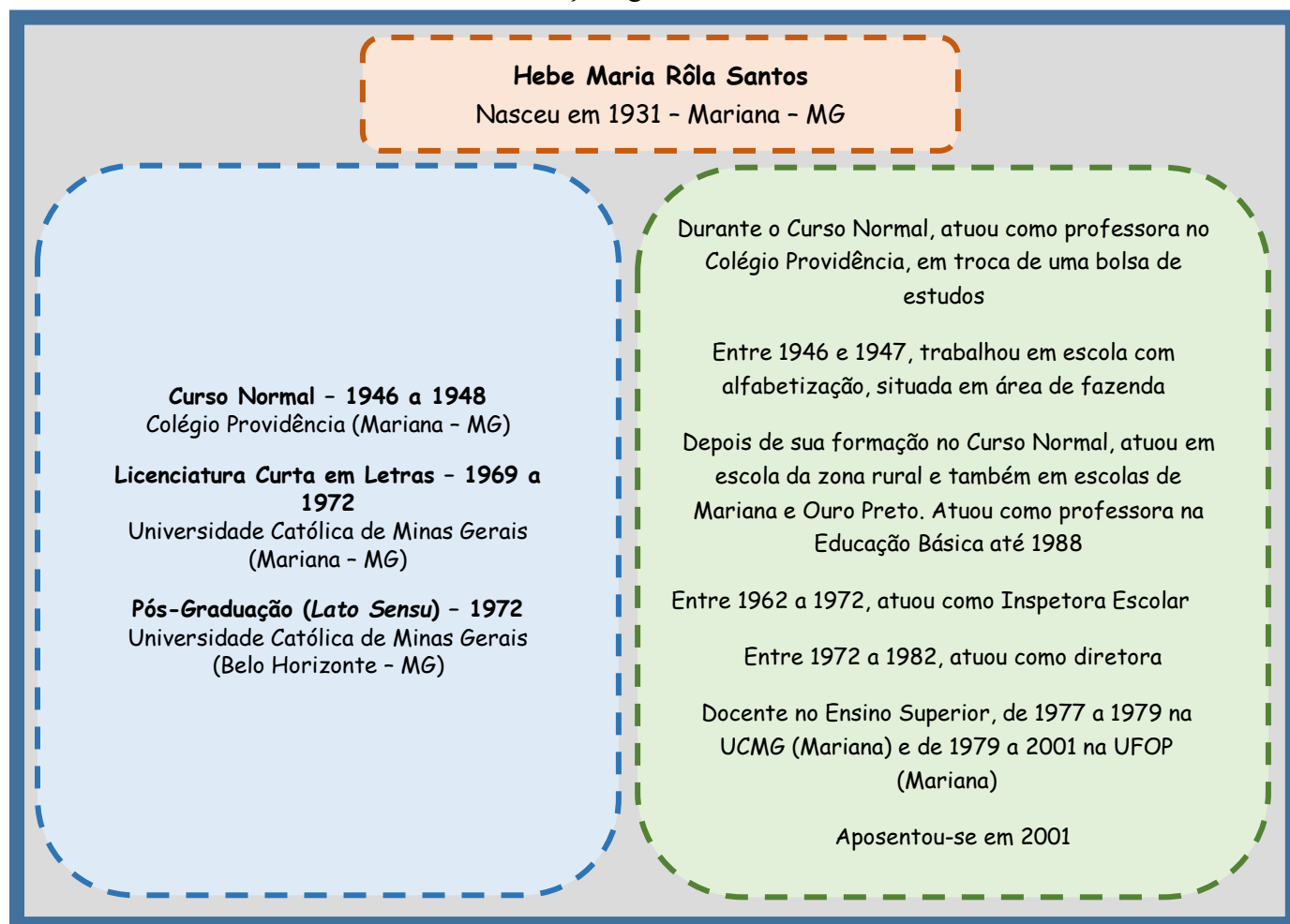


Figura 6: QR-Code
Fonte: gerado pelas autoras

do país. Eu vejo assim e me emociono com isso. Enfim, a princípio queria ser advogada, mas me encontrei tanto como professora que, se depois alguém me perguntasse se queria fazer advocacia com tudo pago, responderia: “Não, quero ficar aqui mesmo”. Então, o magistério me ensinou muito a viver. Eu aprendi a viver com minha família, mas aprendi mais ainda com a vida no magistério. Ali, conheci essas mazelas do homem, aquelas crianças e famílias com problemas sérios, então comecei a conhecer o mundo pelo magistério. E poder ajudar o mundo também através do magistério. Eu considero que foi Deus que me guiou, porque na realidade eu ia ser uma advogada, mas até hoje eu defendo as causas perdidas de qualquer um.

Quero registrar também que estou muito feliz com essa pesquisa. Que ela produza... Que ela seja como essas pequenas árvores que crescem, que nascem franzinas de uma sementinha pequeninha, mas que elas floresçam em educação e cultura para nossa terra. E não tem que agradecer nada. Isso é minha obrigação! Isso é minha obrigação! Estou sempre às ordens. Isso é uma obrigação nossa.

Quadro 1: Informações gerais de Hebe Maria Rôla Santos



Fonte: elaborado com base na textualização

Leila Warde Rôla Bethônico



Figura 7: Professora Leila

Fonte: arquivo pessoal de Leila

Eu sou de Mariana¹, nasci em 05 de abril de 1940 nessa cidade, onde morei até os 22 anos. Quando me casei, fui para Governador Valadares². Como meu marido era bancário, frequentemente, havia transferência, sendo assim moramos em várias cidades e, finalmente, fomos para Ponte Nova³, onde moramos atualmente.

Meu pai (José de Carvalho Rôla) era filósofo e minha mãe (Guiomar Marques Rôla) era pianista. A família do meu pai era de fazendeiros, então ele trabalhava com fazenda. Quando casou com minha mãe, ele era bem abastado. Em Mariana,

ele foi juiz de paz⁴, era muito respeitado e em tudo que se precisava de algum esclarecimento a respeito de animais ou outras coisas, por ter tido vivência desse trabalho de fazenda, ele estava sempre pronto para dar opiniões. Ajudava um e outro, era “pau pra toda obra”⁵ e, depois disso, ele não teve outra profissão. Como juiz de paz, ele apenas usava o conhecimento que tinha. Ele era muito inteligente, falava e escrevia bem, sabe? Mas não possuía diploma de algum curso ou formação para isso. Ele também gostava de mexer com horta, com plantação. Em casa, tínhamos muita coisa que vinha da terra, comprávamos pouca coisa. Quando minhas irmãs⁶

¹ Mariana é uma cidade do estado de Minas Gerais com cerca de 58 mil habitantes e está localizada a 110 quilômetros da capital (Belo Horizonte).

² Município do interior do estado de Minas Gerais, que possui cerca de 278 mil habitantes. Está localizado no Vale do Rio Doce, a cerca de 320 quilômetros da capital (Belo Horizonte).

³ A cidade de Ponte Nova possui uma população de aproximadamente 60 mil habitantes. Está localizada na região da Zona da Mata Mineira, a uma distância de 180 quilômetros da capital.

⁴ A origem do ofício ocorreu na Inglaterra em 1195, conhecido como “cavaleiros da paz”. Em 1361, os juizes do trabalho foram incluídos como mantenedores da paz, originando o termo “juizes de paz”; no geral, eram leigos e sem qualificação legal. A Constituição do Império (1824), previa a função de juiz de paz por meio de eleição, tratando-se de uma “magistratura popular, honorária, leiga”. A Justiça de Paz foi regulamentada no Brasil em 1827. Na Constituição de 1988, surgiu a Justiça de Paz remunerada, de caráter eletivo, com competência para habilitação e celebração de casamentos, bem como executar atribuições conciliatórias (CNJ, 2008).

⁵ A expressão popular “pau pra toda obra” se refere a alguém que está sempre disposto a desempenhar qualquer tipo de atividade, não importando o ramo a que se destina.

⁶ José de Carvalho e Guiomar tiveram 6 filhos: Efigênia Berenice Rôla, Jairo Jacson Rôla e as professoras Hebe Maria Rôla Santos, Maria José Rôla Gomes, Lilian Irene Rôla Gomes e Leila Warde Rôla Bethônico.

foram se formando, elas começaram a ajudar em casa: a mais velha, Efigênia Berenice, seu apelido é Nice, trabalhava fora e já ajudava. E nós fomos vivendo assim...

Meu pai era muito exigente com minha mãe, não a deixava trabalhar fora, somente após ela já ter uma certa idade é que começou a dar aula de piano nas casas de família em Mariana. Ela também trabalhou alfabetizando em escola municipal do 1º ao 4º ano do Ensino Primário (atual 2º ao 5º ano do Ensino Fundamental I) em turmas multisseriadas, ou seja, tinha várias séries em uma sala com apenas um professor. Ela até andava um longo trecho a pé para poder dar essas aulas em uma pequena comunidade, localizada na zona rural de Mariana, sabe? Ela era muito inteligente, sempre acompanhava nossos estudos.

Eu tive 5 irmãos, 4 moças que eu tenho até hoje e um irmão que já faleceu, quer dizer foram os irmãos que conviveram comigo, sabe? Das minhas 4 irmãs, 3 foram professoras: Hebe, Maria José e Lilian. Só a mais velha, a Nice, que não quis continuar o curso de formação de professora, não chegou a concluir o Ginásial (hoje Ensino Fundamental II). Ela parou, pois na época falava que tinha que trabalhar e ajudar em casa. Mas, isso se dava por não gostar muito, pois como é que nós 4 conseguimos com toda a dificuldade da família? Nós não tínhamos dificuldades no estudo, mas era um período difícil, o colégio era particular e o único na cidade. Então, Nice preferiu trabalhar e não quis mais voltar a estudar. Meu irmão, Jairo, acho que chegou a finalizar a 8ª série (antiga 1ª série do Ensino Ginásial, hoje 9º ano do Ensino Fundamental II) e não fez um curso superior. A dificuldade da família era grande, aí ele foi trabalhar em um comércio que era do meu avô, era uma espécie de armazém que ficava próximo a Mariana. Ele trabalhou por muitos anos lá.

E foi assim, nós crescemos nessa família e minha mãe sempre nos estimulou nos estudos. Eu lembro que na época de Hebe, mamãe até copiava o livro para ela, porque, às vezes, com 4 filhos estudando, meus pais não tinham condições financeiras. Mas sempre fomos muito responsáveis e estudiosos, nunca perdemos ano. Fazíamos jus ao esforço de nossos pais!

Eu dava aulas particulares ao mesmo tempo que estudava e isso me ajudou quando fui fazer o concurso de Matemática para dar aula de 5ª (antiga 1ª série do Ensino Ginásial, atual 6º ano do Ensino Fundamental II) a 8ª série. Neste concurso, fiquei bem classificada e consegui ser nomeada para o cargo. Essas aulas particulares foram valiosas, porque ia recordando o conteúdo; afinal, para ensinar você tem que estudar mais.

Tenho inúmeras lembranças do convívio na comunidade na época da infância. O povo, principalmente da rua, era quase que uma família só. Como era um lugar pequeno, tínhamos muita amizade e as companheirinhas para brincar na rua. Na época, somente 2 pessoas tinham

carro em Mariana e um motorista morava na nossa rua. Então, a rua ficava livre e as meninas iam todas para a frente de casa, à noite, para brincar de roda, pular corda, jogar peteca, queimada, passar anel. Essas brincadeiras que hoje as meninas quase não fazem, porque a tecnologia ficou muito avançada, então tem outros interesses. Eram brincadeiras agradáveis que faziam ter um vínculo maior com a vizinhança. Hoje, um vizinho quase não conhece o outro, não é verdade? Tive uma infância agradável que deixou lembranças boas.

Antes de entrar para a escola, eu já sabia algumas coisinhas. Nós tínhamos muita curiosidade; sendo a caçula, enquanto minha mãe estava falando as coisas com os outros, eu estava de “butuca ligada”, de ouvido em pé, estou falando esse “trem”⁷ de gíria da minha época (risos). Eu ficava observando e sempre alguma coisinha aprendia. Agora, a Hebe já entrou para a escola sabendo ler, ela era toda diferente, não sei se ela falou isso. Nós entramos na escola com algum princípio por causa das observações que fazíamos em casa.

Meu primeiro contato com a escola aconteceu ao entrar no Primário em 1947, quando ia completar 7 anos. A formação do 1º até o 3º ano do Ensino Primário (atualmente, esse último, corresponde ao 4º ano do Ensino Fundamental I) ocorreu no Grupo Escolar Dom Benevides⁸ em Mariana. Tive uma professora excelente, sabe? Foi até com a cartilha da Lili⁹, que você não deve conhecer, porque não é do seu tempo (risos). Até hoje eu me lembro: “Olhe para mim. Eu me chamo Lili. Eu comi muito doce, vocês gostam de doce? Eu gosto tanto de doce!” A primeira lição era mais ou menos assim. O método global¹⁰ era muito bom. A gente começava pelo todo, depois ia vendo as palavras e, em seguida, vinha para as sílabas. A professora era muito dedicada e tinha bastante material. Então, tive um Primário muito bom.

⁷ Em Minas Gerais, a palavra “trem” é usada para expressar qualquer fato ou objeto.

⁸ O Grupo Escolar de Mariana, criado em 1909, funcionou temporariamente em outros espaços e era denominado Grupo Escolar Gomes Freire, homenagem a Gomes Henrique Freire de Andrade, político influente no estado, difusor do ideal republicano por meio da educação e patrono da escola. Anos mais tarde, houve a construção de um novo prédio, passando a denominar-se Grupo Escolar Dom Benevides, inaugurado em 1931. A mudança de nome é desdobramento de uma disputa política entre republicanos e Igreja Católica (GOMES NETA, 2016). Hoje, é a Escola Estadual Dom Benevides.

⁹ O Livro de Lili foi criado, em 1940, por Anita Fonseca. A proposta da cartilha baseava-se no “método global de contos”, que substituiu o “método silábico”, utilizado na alfabetização no Brasil durante o século XIX e início do século XX. O livro era composto por lições, caracterizadas por pequenos contos ilustrados e textos que tinham um padrão silábico mais simples (consoante e vogal). O “método global”, hegemônico em Minas Gerais por cerca de três décadas (de 1940-1960), foi implantado nas escolas públicas de Minas Gerais a partir da Reforma Francisco Campos (BORTONI-RICARDO; FREITAS, 2010).

¹⁰ O método global integra o conjunto dos métodos analíticos, orientando-se no sentido do todo para as partes. Defende que a criança percebe as coisas e a linguagem em seu aspecto global, em que a leitura é uma atividade de interpretação de ideias e a análise de partes deve ser um processo posterior. No Brasil, o método global de contos/historietas foi divulgado por Lúcia Casasanta, desde 1930, mais ou menos. Disponível em: <http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/metodo-global>. Acesso em: 23 out. 2019.

Eu me lembro que, no 1º ano Primário, tive uma professora muito boa, era a Dalva Efigênia Ribeiro, excelente professora que tinha um material riquíssimo. Ela desenhava bem e tudo era feito com muito capricho, fazia quebra-cabeça, montando-o com alguma figura, daí recortava e nos dava, confeccionava coisas em que a gente se interessava bastante. Ela sabia como cativar o interesse dos alunos e motivá-los. Ela incentivava os alunos sempre com jogos, brincadeiras, às vezes, algumas competiçõezinhas. Eu aprendi muito com ela para lecionar. Eu me lembrava do que aprendi com ela e com as outras professoras. Apliquei muita coisa. Essa professora era muito especial e tinha um carinho enorme com os alunos, convidava grupinhos para ir à sua casa e mostrar material. Tivemos um ótimo 1º ano e me lembro desse carinho e aconchego tanto na escola, quanto em sua residência. Depois, no 2º ano (atual 3º ano do Ensino Fundamental I), foi outra professora, que tinha apelido de “Lindinha”, era a dona Deolinda, menos carinhosa do que a outra, mas boa professora também (risos). E, no 3º ano, tive uma excelente professora, a dona Mariazinha Mansur, muito brava, sabe? Enérgica demais, mas aprendemos muito¹¹.



Figura 8: QR-Code
Fonte: gerado pelas autoras

Minha mãe tinha admiração muito grande por uma professora, chamada Conceição Carneirinho, que foi dar aula em outra escola e foi onde eu passei um ano só. Fiz o 4º ano Primário com ela, porque minha mãe queria uma professora de fama, especialista para lecionar. Eu me lembro da recreação, tinha muita brincadeira, jogos, competições não ao nível que nós temos hoje, mas algumas brincadeiras no pátio para exercitar o corpo.

Nas aulas de Matemática, não era comum usar algum material, o que é extremamente importante na Matemática. Infelizmente, eu vou falar a verdade, era sempre decoreba. Às vezes, tinha alguns joguinhos e eu que já gostava de Matemática me interessava ainda mais pelas aulas. Imagino que meu interesse pela Matemática foi uma coisa inata, sabe? A professora dava alguns problemas de matemática e eu, antes de montar, já fazia uma estimativa, logo queria dar resposta, porque eu gostava. Era uma facilidade que eu tinha e a professora: “Não, calma. Como nós vamos chegar a essa resposta?” Aí eu falava, mas tinha que seguir aqueles passos todos lá. Era um tal de decorar a tabuada e isso eu não achava bom.

¹¹ O *Quick Response Code* (QR-Code) refere-se a uma evolução do código de barras que pode ser lido pela câmera do seu *smartphone* usando um aplicativo. Para fazer a leitura do QR-Code em seu *smartphone*, caso ainda não tenha o leitor de QR-Code você deverá baixá-lo na loja de aplicativos de seu celular (por exemplo, Leitor QR, Kaspersky QR Scanner ou Barcode Scanner). Ao acessar o aplicativo de leitura do QR-Code, direcione a câmera para o código de barras presente ao longo da tese, e, automaticamente, será disponibilizado o acesso ao material. Nesta tese, eles serão utilizados para acessar outros tipos de materialidades que não são possíveis de serem reproduzidos em um texto escrito. Caso tenha dificuldade para fazer a leitura do QR-Code, você poderá clicar em cima do QR-Code e, automaticamente, também será encaminhado a um *link* que possibilita acessar o material.

Depois fiz aquele exame de admissão¹² para ingressar na 1ª série do Ensino Ginásial (corresponde hoje ao 6º ano do Ensino Fundamental II) no Colégio Providência¹³, onde fiquei durante 7 anos, entrei com 10 anos e só saí de lá aos 17 anos. No período em que estudei, tinha separação entre menino e menina, porque o Colégio Providência era só feminino. Mas, quando lecionei, nunca fiz essa diferença de ensino para meninos ou meninas. Nunca separei para fazer algum grupinho. Para mim, eram todos alunos!

Lá, tinha o regime de internato feminino, então não entrava homem no colégio, apenas a presença do padre era permitida para celebrar a missa e mais nada. Havia uma grande separação entre alunas internas e externas, umas bobagens, sabe? Na sala de aula, era todo mundo junto. Durante a aula, como a irmã estava vendo lá na frente, a gente podia conversar, mas perto do ouvido não, agora fora da sala não podia conversar. Era proibido uma interna conversar com uma externa, diziam que estava levando recadinho, pois os meninos mandavam bilhetes para as namoradas por meio das externas, então elas separavam, sabe? A disciplina era rígida, as irmãs exigiam que não podíamos ficar conversando com as internas, principalmente nos horários de recreação, então davam um jeitinho de as externas ficarem mais ou menos separadas das internas, tentavam fazer essa divisão. Quando as alunas se misturavam, as irmãs ficavam de olho, com aquela bobagem de fiscalização. Se deixassem tudo à vontade, talvez não tivesse nada de extraordinário, mas, com essa bobagem de separação, podiam despertar alguma coisa diferente, não é? (risos). Eu apenas fiquei no regime de externato, nunca fui interna.

Lembro-me que sempre gostei de Educação Física, de esporte, de ginástica, então tenho boas lembranças da irmã Margarida, que dava os esportes e era bastante enérgica. Tinha tarde esportiva, com ginástica rítmica e isso me marcou por eu gostar de esportes. Acho que isso é muito importante numa educação, para a disciplina, sabe? O esporte era uma disciplina no colégio, uma coisa invejável.

A gente tinha também aula de Música, eu já não gostava tanto, porque era bem tímida; aí, para eu cantar era maior dificuldade e ela mandava a gente cantar na frente da sala. Um dia,

¹² O acesso ao Ensino Secundário estava condicionado à aprovação aos exames de admissão, que se tornaram obrigatórios com o Decreto n. 19.890/1931, como parte da Reforma Francisco Campos. Esse exame consistia em provas escritas e orais de Português, Aritmética e Conhecimentos Gerais, tendo sido extinto com a Lei n. 5692/1971 (AKSENEN, 2013).

¹³ O Colégio Providência foi fundado em 1850, na cidade de Mariana, por Dom Antônio Ferreira Viçoso (bispo de Mariana) e era dirigido pela congregação das Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo. Foi o primeiro do estado voltado para meninas (em regime de internato). Em 1850, com auxílio de Dom Viçoso, a congregação administrava as seguintes instituições: Colégio Providência, Colégio das Órfãs e Asilo para mulheres pobres. Em 1972, o Colégio Providência deixou o regime de internato feminino e passou a receber turmas mistas (LAGE, 2013). Mais informações em: <http://colegioprovidencia.com.br/wp/historico/>. Acesso em: 30 set. 2018.

quando eu comecei, eu me lembro direitinho, ela falou: “Desentoada¹⁴, pode parar! Pode sentar, desentoada!” arrasou comigo. Nossa, quase morri! Dali em diante, eu não abria a boca na escola, eu já era tímida e ela ainda me deu esse xingo. Isso serviu para eu saber lidar com meus alunos, pois eu nunca fiz isso, de menosprezar, de baixar autoestima, porque eu já senti isso na pele, sabe? Mas, as outras eram boas professoras. Todas conviviam bem com a gente, eram bastante exigentes tanto na disciplina quanto no cumprimento do dever.

Agora, uma coisa que eu sinto falta hoje e acho importante é que eu aprendi no colégio várias coisas a respeito da Bíblia Sagrada, porque eu sou católica, não sei você. Quando eu estudava, a questão da religiosidade tinha uma influência muito grande e era bem forte nas escolas. A gente tinha as aulas de Religião que eram muito boas. Antes não tínhamos acesso à bíblia, mas, no Colégio Providência, fazíamos um caderno bonitinho de pergaminho com os 5 primeiros livros bíblicos, ilustrava e ia aprendendo o que tinha na bíblia, através da instrução das irmãs e do que íamos produzindo ali. Fazíamos diversos trabalhos sobre a bíblia, para poder começar a manuseá-la e eu achava importantíssimo. Tinha o retiro espiritual, ia para a capela, tudo com seriedade, sempre com muita fé, silêncio e reflexão. Hoje, o menino entra na igreja conversando, bate papo na hora de missa. A gente tinha que ir à missa e, no próprio colégio, tinha as celebrações. Tenho uma ótima lembrança do Colégio Providência.

As irmãs sempre aproveitavam para enfiar um pouquinho de religiosidade, agora isso mudou muito, acabou, não é? Não sei se a gente tinha essas atividades por conta de ser um colégio dirigido pelas irmãs. Aqui em Ponte Nova, minhas netas estudaram no Colégio Auxiliadora¹⁵, dirigido pelas Irmãs Salesianas, e a gente quase não vê essas coisas. Eles rezam um Pai-Nosso, porque é uma oração universal. Sendo uma escola salesiana, acho que tinha que zelar mais pela religião, mas falam: “Nós não podemos ensinar religião, a católica, porque, se fizermos isso, vai sair muito aluno que é contra”. Não sei se é porque agora não pode ter mais a matéria Religião no currículo por ter aluno de toda religião, mas acho que a bíblia é universal, católico, protestante, todo mundo usa a bíblia. Então, acho que agora eles não dão muita atenção a essa parte do Ensino Religioso, dos princípios.

¹⁴ A expressão “desentoada” significa fora do tom, desafinado.

¹⁵ Em 1896, foi criado o Instituto de Educação Maria Auxiliadora na cidade de Ponte Nova, sob a direção das Filhas de Maria Auxiliadora, congregação salesiana, atendendo exclusivamente a educação feminina em regime de internato e externato. Em 1899, começou a funcionar regularmente e, em agosto desse mesmo ano, obteve a prerrogativa de Escola Normal sob o título Escola Normal Maria Auxiliadora, sendo a primeira escola normalista entre as Escolas Salesianas no Brasil. Depois, passou a denominar-se Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora e, finalmente, Escola Nossa Senhora Auxiliadora (CARVAS, 2015).

Outra coisa que tínhamos era aula de Moral e Cívica¹⁶ que era muito boa e hoje não tem mais. Nessa aula havia coisas mais práticas, direcionava-se mais a mostrar para a gente o cotidiano, como é que você tinha que agir. Sempre tinha hasteamento de bandeira, isso era muito usado. Hoje, eu nem sei se continua fazendo hasteamento e descerramento de bandeira. A gente cantava o Hino Nacional com muita seriedade, uma vez por semana naquela posição que tem que ser. Era um respeito muito grande à pátria. Essas aulas incutiam em nós esse respeito pela pátria. Havia aula de redação; hoje, para o aluno fazer redação, ele tem que buscar uma professora particular e a gente já tinha essas aulas no colégio.

Todas as professoras eram irmãs, algumas eram francesas e isso me ajudou quando fiz o vestibular para Matemática e Ciências, para ingressar na licenciatura curta¹⁷. Optei pelo francês, lembro que tivemos que aprender e decorar o Hino Nacional da França e na prova caiu um texto sobre o Rio Sena, aí tirei de letra por causa da minha base no colégio, embora nunca tivesse feito um curso de francês fora, as coisas sobre a França estudávamos em francês. O inglês quase não estudamos, a exigência maior era o Latim – apenas para aprender as declinações, porque na época as missas eram nesse idioma, então aprendia mais teoria – e, de certo modo, o francês, onde era trazido um conhecimento maior da cultura da França, por causa da vinculação com as irmãs francesas. A Irmã Maria Ignês De Biase, que chegou para ser diretora do colégio, era francesa e nós tivemos que cantar para ela o Hino Nacional da França. Foram coisas interessantes, pois, por meio da música você grava mais e foi algo que eu apliquei quando era professora. Durante o período em que lecionei, eu trabalhei com música, fui

¹⁶ A disciplina “Educação Moral e Cívica” tornou-se obrigatória no currículo das escolas brasileiras, de todos os graus e modalidades, por meio do Decreto-Lei n. 869/1969, substituindo disciplinas como Filosofia e Sociologia. Apoiando-se em tradições nacionais, previa o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições como forma de aprimorar o caráter, com base na moral, na dedicação à família e à comunidade (BRASIL, 1969). Em 1993, foi extinta do currículo por meio da Lei n. 8.663/1993 (BRASIL, 1993).

Leila finalizou os estudos no Colégio Providência em 1957; logo, não se tratava da mesma disciplina. Mais à frente, ela cita disciplinas do colégio, dentre elas, Sociologia. Acreditamos que, como a “Educação Moral e Cívica” substituiu as disciplinas Filosofia e Sociologia, ela pode ter tomado como disciplinas semelhantes.

¹⁷ Segundo Gonzales (2017), em 1964, houve enorme carência de professores(as) devido à expansão do ensino. De modo a amenizar a falta ou carência de profissionais qualificados, o conselheiro Newton Sucupira propôs a criação da licenciatura curta, com a finalidade de “formar a maior quantidade possível de docentes para a atuação no ensino de 1ª a 8ª séries, com a mínima qualificação necessária, no menor tempo e custo possíveis” (GONZALES, 2017, p. 162), ou seja, a licenciatura curta ocorreu em “caráter experimental”, “emergencial” e aligeirado. A ideia era criar um(a) professor(a) polivalente do Ciclo Ginásial para as áreas de Ciências Sociais, da Natureza e da Matemática, sob a justificativa de que não era necessário ao(a) professor(a) ginásial ser um “especialista puro”, o(a) professor(a) poderia no, 1º ciclo, lecionar várias disciplinas, contribuindo para resolver o problema da carência de professores(as) (NASCIMENTO, 2012). A implantação das licenciaturas curtas no Brasil se deu com a Lei n. 5.692/1971 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) que previa diretrizes, bases, implementação e implantação do Ensino de 1º e 2º graus, respectivamente, o Ensino Primário e Ensino Médio (BRASIL, 1971).

parodiando alguma coisa para facilitar o aprendizado dos alunos, pois isso aí havia me ajudado muito no vestibular.

As salas de aula eram espaçosas, havia uma área muito boa de recreação, porque é um colégio muito bom. Na época, não tinha material diferente, a gente levava livro, caderno, caneta, lápis, borracha e era isso aí. Não me lembro de material para manipular. Para falar a verdade, a maioria das aulas no colégio era expositiva, usava-se muito o quadro negro. Nós tínhamos livros ou apostilas para acompanhar as disciplinas, os livros eram comprados e era maior dificuldade para adquiri-los por causa da situação difícil, pagando o colégio e ainda comprar o material. As irmãs adquiriam os livros de alguma editora e a gente comprava lá.

O Colégio Providência era pago, mas, quando estudava, tinha uma espécie de acordo que se estudassem 3 irmãos ou mais, um não pagava, ganhava bolsa. Não me lembro se tinha outros tipos de bolsas. Tinha também o orfanato que era vinculado ao colégio e as órfãs também estudavam, elas certamente não tinham custo para o colégio, eram mantidas com esse dinheiro que a gente pagava. No próprio colégio tinha as divisões: era um quarteirão muito grande, lá dentro funcionava o orfanato e o internato, e ainda tinham as externas aqui fora. As aulas eram todas juntas, não tinha separação.

No colégio, a Irmã Margarida Maria dava aula de trabalhos manuais e em toda aula ela pedia para desenhar uma estrada arborizada (risos). As aulas de trabalhos manuais eram para preparar para a vida, algo que não tem hoje. Você aprendia a pregar um botão, a fazer um bordado, coisas básicas que precisa saber fazer: “Depois vocês vão querer casar e não sabem fazer o enxoval. Vamos aprender a fazer ponto paris, ponto atrás, se quiser fazer um bordadinho”. A gente aprendia essas coisas e eu nunca esqueci, dar uns pontinhos lá, pregar botão, desenhar, colorir... Elas falavam muito sobre aproveitar bem o material e evitar desperdício, não podia jogar fora nenhum pedacinho de linha; enquanto tivesse um pedacinho ali, você tinha que aproveitar. Elas falavam sobre a preservação das coisas, eram princípios bons que passavam para nós. Aprendi muita coisa nessas aulas de Artes com a Irmã Margarida.

No Colégio Providência, eu estudei o Ginásial e também Curso Normal (hoje Ensino Médio) – Curso de Formação de Professores. Achei até que o Curso Normal foi mais fácil, sabe? Nós tínhamos a Matemática de 1º ao 4º ano Primário, então o conteúdo começava a voltar para aprendermos a ensinar. A gente tinha as metodologias que eram aplicadas na escola, como por exemplo, metodologia de Línguas (estudo de língua estrangeira), Matemática, Português, Anatomia, Física e Química. E ainda havia as disciplinas de Didática, Educação Física, Psicologia, Puericultura, Biologia, Prática de Ensino, Higiene, Sociologia.

A formação como professora, no Curso Normal, era direcionada para dar aula. Comecei com 14 anos, em 1955, e me formei em 1957, com 17 anos. No colégio, eram apenas as irmãs, nem padre tivemos como professor, não havia nenhuma leiga ou professor homem. Só tive professor homem quando fiz o curso de Técnico de Contabilidade¹⁸, que foi mais a frente entre 1958 e 1960, após o Curso Normal, na chamada Escola Técnica de Comércio Dom Frei Manoel da Cruz¹⁹. Aliás, eram 2 padres, um que lecionava o Português e o outro Latim, que era o padre Avelar²⁰. Era o curso que tinha em Mariana naquela época, não havia outro curso para fazer e, como queria estudar mais, então fiz esse. Ainda mais que eu tinha intenção de ser bancária.

Infelizmente, as opções para as pessoas que queriam se formar como professoras na região de Mariana era só o Colégio Providência. No período em que estudei não havia outro colégio que tivesse formação para professoras. Creio que, na época, em Ouro Preto²¹ também não existia um colégio estadual, porque se fosse outro particular não era interessante sair; agora, se tivesse um estadual talvez fosse opção dos meus pais para evitar a mensalidade, pois a despesa com o trajeto de Mariana a Ouro Preto seria muito mais em conta do que pagar a mensalidade do colégio, por isso, acredito que não tinha.

Era uma formação muito boa, porque tínhamos o exemplo delas que eram boas educadoras. Mas, era um pouquinho difícil você sair e ir direto lecionar. Não foi tão fácil para começar, porque a gente não treinava antes, não tinha o estágio como a gente teve depois no curso de licenciatura. Então, o meio era observar as professoras antigas. Depois que comecei a trabalhar, no dia a dia do lecionar, eu só não senti tanta dificuldade por ter uma companheira, amiga, a Maria José, que se disponibilizou a me dar toda orientação. Era uma professora muito boa, conceituada, já mais velha, sabe? Nossa sala era dividida por um biombo e eu ficava de “butuca ligada”. Eu ficava bastante atenta às aulas dela para eu ir aprendendo, ia seguindo seus

¹⁸ O Decreto-Lei n. 6.141/1943 é uma Lei Orgânica do Ensino Comercial que estabelece as bases de organização e de regime do Ensino Comercial, ramo do ensino de 2º grau. Tem como objetivo formar profissionais para exercerem atividades específicas no comércio e funções administrativas, além de aperfeiçoar os conhecimentos e capacidades técnicas de profissionais diplomados. Era ministrado em 2 ciclos: i. curso comercial básico com duração de 4 anos e articulado com os cursos comerciais técnicos e com o Ensino Primário; ii. técnico com duração de 3 anos e ligado ao Ensino Secundário e o Ensino Normal de 1º ciclo (BRASIL, 1943).

¹⁹ Em Mariana, o extinto Ginásio Dom Frei Manoel da Cruz foi fundado em 1954 pelo padre José Dias Avelar, ofertando o Curso Ginásial e habilitações profissionais como técnicos em Contabilidade e Enfermagem ou Curso Normal. Era uma escola gratuita em nível ginásial, que fazia parte da empreitada da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC). Posteriormente, foi municipalizado e passou a Colégio Padre Avelar. Anos mais tarde, o Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA), um dos *campi* da Universidade Federal de Ouro Preto em Mariana, ocupou o prédio onde funcionava a instituição (GOMES NETA, 2016).

²⁰ Padre José Dias Avelar (1898-1991) foi ordenado sacerdote em 1922, realizou seus estudos no Colégio Caraça, em Petrópolis e na França. Em 1964, foi enviado a Mariana para ser professor e diretor espiritual do Seminário Maior (GOMES NETA, 2016).

²¹ Ouro Preto possui aproximadamente 70 mil habitantes e está a 96 quilômetros de distância da capital.

exemplos, tudo que ela fazia eu fazia também e me dei bem graças a Deus. Então, toda e qualquer dificuldade que tinha, até na maneira de lidar com um aluno mais difícil, recorria a ela. Ia seguindo tudo o que ela me explicava, ia fazendo aquilo e tinha bons resultados na escola.

Eu me lembro pouco da dinâmica do curso; para falar a verdade, eu aprendi muito mais observando professoras do que trazendo coisas do curso. Foi mais observando o jeito que as irmãs trabalhavam e depois observando os professores cá fora. Quando estava me formando como professora, só dava aula particular na minha casa. A Hebe antes de se formar já lecionava, paralelamente exercia o magistério por meio de substituições em outras escolas, tanto que teve uma época em que ela lecionava no próprio colégio e meus pais ficaram livres da mensalidade dela. Eu já não queria dar aula antes de formar, somente as aulas particulares.

Tivemos um curso de formação e uma base muito bons. Após o Curso Normal, nós saíamos e íamos direto trabalhar. No primeiro semestre, não trabalhei, porque não queria dar aula de jeito nenhum. No segundo semestre, em 1958, comecei a lecionar no Grupo Escolar Dom Benevides no 1º ano Primário por meio de substituição. Minha mãe ficava doida para arrumar um trabalho na escola para mim: “Leila, você vai dar aula, sim. Ritinha está esperando neném e ela vai afastar. Pega a substituição dela, Leila, para você ganhar seu dinheiro... E você já começa a gostar, pois você sempre gostou de dar aula particular, como é que você não vai gostar de dar aula lá?” O que eu recebia de aula particular era muito pouco, às vezes, eu nem cobrava conforme o grau de afinidade com as pessoas por ser lugar pequeno. Aí, depois ganhava um paninho para fazer uma blusa, era uns negócios assim. Então, ela falou: “Minha filha, você tem jeito, você prepara tanto aluno para o exame de admissão. Você tem que trabalhar nisso, você tem jeito!” E depois que substituí essa licença da dona Ritinha nunca mais parei, adorei. Vi que era isso que eu queria.

Eu queria ser bancária, sabe? E não aconteceu, porque minha mãe me forçou tanto a pegar a substituição e, quando peguei, eu me apaixonei pela escola, aí vi que a minha vocação era ser professora. Eu sempre fui muito tímida. A minha maior dificuldade no início de carreira foi vencer minha timidez, que era fora do comum. Eu achava que não daria conta de uma sala de aula por esse motivo, mas depois fui vencendo. Eu pensava que bancária não tinha que ficar na frente de uma quantidade de gente igual na escola. Tudo eu achava muito difícil e, depois que eu comecei e não foi nada disso, adorei e fiquei apaixonada pelos alunos e eles comigo, graças a Deus! Tomei gosto pelos alunos, pela profissão e não larguei mais! Cachaça, é igual uma cachaça (risos). Com essa minha timidez, eu só tive prejuízos, porque várias vezes tive oportunidade de pegar cargo de direção e não pegava. Quando comentavam que eu teria que

falar em público, para mim aquilo era uma morte, mas, quando era necessário, eu fazia. Quando fui para a superintendência, várias vezes tive que repassar informações de reuniões. Como era obrigada, eu fazia. Meu Deus do céu, eu rezava antes e respirava fundo, mas, depois que começava, a coisa ia embora, eu não me importava.

Daí para frente, fiquei mais uns tempos lá e depois mudei para o Grupo Escolar Professor Soares Ferreira²² em Mariana. Nesse período todo, eu era contratada, ficava substituindo os professores que se afastavam da escola por algum motivo. Somente depois é que fui nomeada para Passagem de Mariana²³, onde tinha vaga, mas não permaneci lá. Foi quando fiquei um ano como vice-diretora na Escola Dom Benevides, por volta de 1962, depois mudei de cidade. E foi um trabalho bom, eu me dava muito bem com a diretora, com o pessoal tudo, mas era um trabalho que não me agradava muito, por não ser direto com aluno. Eu preferia trabalhar na sala de aula, mas, como para trabalhar com aluno eu tinha que ir para Passagem de Mariana, por ter sido nomeada para lá, então fiz opção por ser vice-diretora, preferi isso para não ter que me deslocar para Passagem de Mariana e ter que sair da cidade.

Foi uma experiência muito boa, porque uma hora você está de um lado e outra hora você está de outro. Como já tinha atuado como professora, agi do jeito que gostaria que um superior agisse comigo, sempre colaborando com os professores e com a diretora naquilo que precisavam e sendo também uma pessoa a mais na educação dos alunos.

Quando me casei, deixei esse cargo, porque mudei para outra cidade, daí em diante foi só sala de aula, quer dizer, até certo tempo, pois, durante um extenso período, assumi algumas funções administrativas.

No período em que lecionava, como tive algumas coisas na minha formação do Colégio Providência que achava boa, eu também passava aos meus alunos o que eu aprendi lá, por exemplo, a questão da religiosidade. Não podia tomar iniciativa de fazer muita coisa, porque não era da nossa alçada, mas a gente fazia a coroação com os alunos no mês de maio e rezava diariamente com eles. Tinha também as festas que chamamos de manifestações do povo, a festa das padroeiras é um exemplo e a escola participava. Quando podia, até levávamos os alunos. Depois foi acabando tudo, ficou mais no Português, na Matemática, na Geografia, na História, eles saem preparados para vestibular, concurso; nossa, mudou muito.

²² Em 1948, época de sua fundação, era denominada Escolas Reunidas de Mariana. Em 1954, tornou-se Ginásio Soares Ferreira e, em 1957, passou a Grupo Escolar Professor Soares Ferreira. Homenagem a José Cipriano Soares Ferreira que se justifica por ser marianense, não havendo indícios de ter lecionado ou realizado algo em prol da educação local. Atualmente, é a Escola Estadual Professor Soares Ferreira (GOMES NETA, 2016).

²³ Passagem de Mariana é um distrito do município de Mariana, com aproximadamente 3.600 habitantes. Está distante aproximadamente 7 quilômetros de Mariana e 110 quilômetros da capital.

Essa questão da religiosidade ajudava demais, até na disciplina dos alunos. Um certo temor de Deus que a gente aproveitava com algumas aulinhas de Religião de vez em quando. Na verdade, era mais filosofia do que religião, não era pregar religião, mas ensinar bons princípios e aproveitar para falar de Deus para eles, e rezar com muita fé, seriedade; e era ajoelhado, todo mundo ajoelhava, sabe? Acho que quando havia mais religiosidade, tinha um ganho muito grande para a educação. Eu acho que isso ajudava a conhecer e ter mais respeito com Deus e também com o outro. No primário, nós não tínhamos Religião como disciplina, era tudo misturado com um professor só, mas aproveitávamos ali algumas oportunidades.

Hoje em dia, na contratação você faz um cadastro para ser chamado, daí entra em uma lista e vão olhando as condições de cada um a partir do currículo e da documentação que você deixa lá. Na minha época, a coisa era verbal. Mariana era uma cidade pequena e todos sabiam das normalistas. Eu nunca coloquei nenhum documento manifestando interesse e nem demonstrei que queria dar aula, porque queria ser bancária, tanto que logo que me formei no curso de Formação de Professores, fiz o curso de Contabilidade. Mas, minha mãe, com certeza, demonstrou certo interesse, talvez tenha sido ela que ajeitou, porque eu não fiz nada (risos).

Quando fui contratada, não lembro de ter tido algum documento oficial ou burocracia, era mais “boca a boca”, tudo mais informal. Na contratação, a diretora dava algumas orientações, não precisou falar isso comigo, porque a gente já tem bom senso, ética e isso depende muito da família, eu já acompanhava minhas irmãs, via como elas trabalhavam e se vestiam, então fui no ritmo delas. Mas, a diretora pedia para ir mais bem vestida à escola, não é chique, mas colocar uma roupa que não chamasse a atenção dos alunos, no sentido de muito decote, muito curto, para dar exemplo aos alunos.

Nossa situação em relação ao salário, minha filha, era precária, a gente demorava a receber. Às vezes, passávamos 3, 4 meses sem receber. Não era muita coisa, mas, para quem não tinha nada, era um pouco que satisfazia (risos). Como eu estava na casa da minha mãe e do meu pai, não era uma situação tão problemática. Depois que eu me casei e já estava nomeada, de certa forma tinha normalizado um pouco esse pagamento, não demorava tanto tempo para receber e meu marido recebia mensalmente.

As condições de trabalho eram bem rudimentares, não tínhamos quase nada. Primeiro que eu não podia gastar muito com material, porque não tinha dinheiro e a escola, naquela época, não oferecia muita condição. Hoje, ganha-se livro, há livros para os alunos, melhorou bem, mas antes a gente fabricava o material. Havia essas dificuldades. Na Matemática, tinha mais facilidade de usar material por ter onde buscar algum recurso, recolhia tampinhas de

garrafa, coisas para contar; no mais, ia usando a imaginação, a criatividade para fazer algo. Eu gostava muito de usar material concreto na Matemática. Até nas brincadeiras com as crianças no recreio, por exemplo, na amarelinha aproveitava para dar algum conceito de distância, das operações: “Quantos pontos ‘fulano’ já fez? E fez quantos a mais que você?” Eram esses questionamentos e recursos que usava.

Quando valia a pena, pegava algumas gravuras de revista que ganhava. Para fazer redação, usávamos gravuras para os alunos desenvolverem a imaginação e melhorarem o vocabulário. Fazia aquelas rodinhas e cada um falava algo sobre aquela gravura e daí uns escutavam os outros, iam ajudando os mais tímidos ou com menos imaginação. Em outro momento em que essa dinâmica acontecia, eles já estavam mais fluentes, com mais facilidade, mais argumentos. Eu aprendi isso com minha professora do 1º ano Primário que eu adorava e ela fazia muito isso. Buscava despertar a atenção para o belo, mostrando coisas bonitas, aproveitava e falava expressões diferentes, fazia comparações, por exemplo: “Isso aí está brilhando! O brilho que está nessa gravura você está lembrando de quê?” Eles falavam que era estrela, o sol. Era assim que procurava desenvolver o trabalho, com esse tipo de material e ia dando certo, os alunos iam melhorando.

Em Mariana, tinha muita influência política no sentido de distribuir cargos, por exemplo, o cargo de diretora. Era sempre uma pessoa que estava na política que comandava, tinha esse tipo de intervenção. Quando entrei, não senti nada que deixasse de me chamar ou me chamasse por ser de um partido ou de outro, não era assim tão descarado, tão aberto. Mas a gente via que tinha muita interferência nos casos dos cargos mais elevados na escola, sabe? Mas não prejudicava a gente também, quer dizer, não estava nos melhores cargos quem não fosse do lado deles. No mais, precisavam dos professores mesmo, não é?

A política partidária era uma coisa horrorosa, havia muita rivalidade que não deixava Mariana crescer e progredir. Nossa Senhora, era demais da conta! Coitado de quem era do partido contrário dos que estavam no poder. Lá era assim: UDN e PSD²⁴ e tinha a rivalidade

²⁴ A União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Democrático (PSD), juntamente ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), foram criados em 1945, pelo Decreto-Lei n. 7.586, que regulava o alistamento eleitoral e as eleições, determinando a constituição de partidos de caráter nacional (CPDOC, n.p. – *on-line*). No início do século XX, a política marianense era dominada pela família republicana Freire de Andrade, comandada pelos irmãos Gomes Freire de Andrade (médico e professor) e Augusto Freire de Andrade (advogado). Devido a desavenças, eles se separaram e criaram a divisão denominada direita (UDN) e esquerda (PSD). A política local era conhecida pelo partido da direita ou esquerda do que, propriamente, por UDN ou PSD (BARBOZA, 2014). Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/QuedaDeVargas/PartidosPoliticos>. Acesso em: 20 out. 2018.

entre Marianense e Guarany²⁵, clubes de futebol de Mariana que coincidiam com as políticas partidárias. Era muita rivalidade e isso gerava atraso e prejuízo para a cidade: o que um iniciava, ao mudar o prefeito o outro não dava continuidade e começava tudo de novo. E isso interferia na educação, os próprios alunos já chegavam com aquele espírito de rivalidade. Nas estruturas da escola tinha interferência, por exemplo, nessa escola em que trabalhei (Grupo Escolar Dom Benevides), a diretora era do outro partido e eu não sabia como eu seria recebida lá. Às vezes, até sofria injustiça, sabe?

Depois dessas escolas de Mariana, como estava te contando, em 1963, já casada eu fui para Governador Valadares. Lá, eu trabalhei como alfabetizadora em um grupo escolar²⁶, que ficava na Ilha dos Araújos. Tinha que andar um tanto para chegar a essa escola, mas logo consegui a transferência para o Grupo Escolar Israel Pinheiro²⁷, que já era bem perto da minha casa, onde permaneci até 1969. Outra dificuldade que enfrentei durante a carreira foi por conta dessa distância quando estava em Governador Valadares; logo que me mudei para lá, fui trabalhar na Ilha dos Araújos e a gente não tinha condição. Princípio de casado, os dois lutadores, a única condução que meu marido tinha era a bicicleta. Ele não podia me buscar lá na Ilha, era muito distante do centro da cidade, que era onde nós morávamos. Às vezes, algum aluno me trazia na garupa da bicicleta, enfrentei isso aí por quase 2 anos. Depois, consegui a transferência para dentro da cidade e aí ficou mais fácil. Em Mariana, foi mais tranquilo, todas as escolas eram perto. Era difícil também por conta do calor; eu que saí de Mariana, aquele lugar mais fresco e fui para Valadares, aquele calorão, às vezes, eu voltava para casa a pé quando não tinha carona de bicicleta, não era fácil. Mas, nem assim perdi aula. Nunca fui de tirar licença, só fiz isso quando tive filho, após cada gestação durante um mês e também quando quebrei o tornozelo, fiquei 45 dias de licença. Foram essas licenças que tive nessa minha vida, nesses 50 anos de profissão a serviço da educação. 50 anos!

Como meu marido era bancário, morei em outras cidades e comecei a trabalhar como professora por onde eu passei; como já era nomeada, conseguia transferência. Mudamos muito de cidade, no entanto, com essa facilidade de adaptação que eu tenho, não sentia tanta

²⁵ Em Mariana, a política era representada pela oposição partidária entre UDN e PSD, que refletia também na criação de instituições culturais, sociais e esportivas. Os clubes esportivos Marianense Futebol Clube (fundado 1912) e o Guarany Futebol Clube (criado em 1925) contaram com apoios de cunho político. Alguns sócios e ex-jogadores atribuem a participação do direitista Gomes Freire ao surgimento do Marianense e do esquerdista Celso Arinos Motta ao Guarany (BARBOZA, 2014).

²⁶ Grupo Escolar Nacle Miguel Habib criado em 1967. Atualmente, é a Escola Estadual Nacle Miguel Habib.

²⁷ O Grupo Escolar de Governador Valadares foi criado em 1957. Em 1959, por meio do Decreto n. 5537 passou a Grupo Escolar Israel Pinheiro. Atualmente, é a Escola Estadual Israel Pinheiro. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=5537&comp=&ano=1959>. Acesso em: 06 jun. 2020.

dificuldade. Claro que, no princípio, a gente sente um pouco, você tem que ser mais observadora, mas o trabalho era mais ou menos a mesma coisa nas diversas cidades. Então, vejo que alguns enfrentamentos na profissão eram essas transferências do meu marido; por ser bancário, virava e mexia tinha que estar lutando para conseguir a minha transferência, o que não era muito fácil, tinha que enfiar política no meio, ir atrás de um político para pedir interferência, isso aí sempre teve. Mas, graças a Deus, conseguia depois de um certo tempo.

Quando me formei, as mulheres já trabalhavam, mesmo as donas de casa. Logo que me casei já trabalhava, era professora, continuei normalmente. Tive 2 filhos, um rapaz e uma moça. Atender marido, filhos, escola, preparar as aulas e tudo isso ao mesmo tempo não era fácil. Na época, trabalhávamos um período só, 4 horas por dia, e meu marido trabalhava como bancário em horário integral. Portanto, tinha que ter uma pessoa para ajudar, ainda mais quando fui a Governador Valadares, longe da minha família. Levei uma pessoa de Mariana, ela trabalhava com minha mãe e foi lá para casa para estudar, sabe? Ela morava comigo e, na nossa companhia, ela estudou, começou na 5ª série, eu até a preparei para o exame de admissão. Quando mudamos de lá, ela também se casou, mas aí sempre arranjava alguém para poder suprir minha falta quando estava trabalhando, tinha sempre uma secretária do lar (risos). Não era fácil, mas dava conta do recado.

Em outubro de 1969, fui de Valadares para Conselheiro Pena²⁸; lá, eu trabalhei em um grupo escolar²⁹ em que cheguei a lecionar por pouco tempo. Eu tinha 2 alunas, Norma (filha da diretora) e Roseane (filha da inspetora), então pensei: “Eu vou ser muito vigiada por meio das alunas”. Mas, trabalhava como de costume, não fazia nada diferente. A Norma, na resolução de problemas de Matemática, ia no caminho, mas não acertava uma resposta. Eu falei: “Uai, está engraçado essa menina. Sua irmã é professora de Matemática e essa menina ruim em Matemática desse jeito?” Comecei a observar e vi que ela não sabia os fatos fundamentais e isso atrapalhava tudo. Eu sempre fui muito observadora! Daí, pedi aos alunos que montassem uma sequência de multiplicação escrevendo de 2 em 2, 3 em 3, 4 em 4, 5 em 5, cada um montou seu material, não fiz distinção. Falei para a turma: “Vamos fazer isso para ficarmos melhores na hora de resolver os problemas, ter mais facilidade. Qualquer exercício que forem resolver pode consultar o material, não tem problema, pois vocês construíram, o que não pode é copiar

²⁸ Cidade localizada no interior do estado de Minas Gerais, na região do Vale do Rio Doce, a 400 quilômetros da capital, com uma população de aproximadamente 23 mil habitantes.

²⁹ O Grupo Escolar Maria Guilhermina Pena foi criado em 1946. O nome da instituição é uma homenagem à esposa do Conselheiro Afonso Moreira Pena. Em 1974, passou a ser Escola Estadual Maria Guilhermina Pena. Disponível em: <http://jornalmgp.blogspot.com/2009/04/breve-historico-da-escola-estadual.html>. Acesso em: 02 out. 2018.

de tabuada. O que vocês construíram, podem consultar”. E foi acontecendo de ela começar a melhorar e fazer tudo direitinho.

Ao chegar ao segundo semestre, teve uma reunião de professores e até fiquei surpresa, pois a diretora falou: “Olha, gente, eu queria dar parabéns para uma professora. Minha filha tinha ojeriza³⁰ por Matemática, não tolerava, às vezes, não queria ir à aula no dia em que tinha uma avaliação de Matemática. Hoje ela está adorando”. Ela contou sobre o caso da filha dela e pediu para que eu falasse o que havia usado para conseguir isso, pois não sabia os detalhes. Daí, expliquei e fui muito elogiada. Uma coisa que eu fiz achando que era minha obrigação e um jeito que encontrei para aquela situação, mas foi uma estratégia que deu um resultado muito bom. Quando ia dar aula, ficava lembrando que tinha raiva de falarem: “Tem que saber tabuada do 8 até amanhã. Todo aluno tem que estar com ela na ponta da língua”. Era assim! Eu não exigia isso, porque, cada vez que exigisse, ela (a Norma) ia tomar mais raiva da Matemática e, do jeito que fiz, ela passou a gostar da matéria. Fiquei muito gratificada com essa situação!

Nessa escola, eu fiquei substituindo a irmã dessa menina em Matemática de 5ª a 8ª, mas lá no Grupo Escolar Gonzaga Bastos³¹ fiquei de 1ª a 4ª do Ensino Primário. Quando fui a essa cidade, tinha que fazer o trajeto em trem de ferro, uma maria fumaça, pois a viagem de Conselheiro Pena a Governador Valadares era melhor de trem do que outra condução qualquer, ia trabalhar e ficava lá pelo menos 2 ou 3 dias; depois voltava, ficava faltosa, vinha outra vez, até conseguir minha transferência para Conselheiro Pena. Em Coronel Fabriciano³², dei aula no Grupo Escolar Francisco Letro³³, de 1972 a 1973. Logo que cheguei a essa cidade, em 1971, trabalhei no Colégio Estadual Alberto Giovannini³⁴. Como era excedente, trabalhei como secretária durante um ano.

Quando eu vim para Ponte Nova em 1974, fui direto para a Superintendência Regional de Ensino (SRE), como Coordenadora do Núcleo de Pessoal e Coordenação de Área

³⁰ Ojeriza é uma expressão que designa sentimento de aversão.

³¹ O Grupo Escolar Luiz Gonzaga, antigo Colégio Liberman, fundado em 1967, passou a denominar-se Grupo Escolar Luiz Gonzaga Bastos em 1969 (Lei n. 5178/1969). Hoje, Escola Estadual Luiz Gonzaga Bastos. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=5178&comp=&ano=1969>. Acesso em: 06 jun. 2020.

³² Coronel Fabriciano faz parte da região do Vale do Aço no estado de Minas Gerais. Tem uma população de cerca de 109 mil habitantes e está a 200 quilômetros distante da capital.

³³ A Escolas Reunidas de Coronel Fabriciano transformou-se em Grupo Escolar Professor Francisco Letro pelo Decreto n. 9121/1965. Atualmente, é a Escola Estadual Professor Francisco Letro. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=9121&comp=&ano=1965>. Acesso em: 06 jun. 2020.

³⁴ Inaugurada em 1969, foi a primeira escola estadual da região do Vale do Aço. Seu nome faz homenagem a Alberto Giovannini, que ao chegar a cidade em 1927, doou o terreno para a construção dessa instituição, do primeiro terminal rodoviário e do cemitério municipal. Disponível em: <http://euamoipatinga.com.br/escolas/noticias.asp?video=E.%20E.%20Alberto%20Giovannini&cidade=Fabriciano>. Acesso em: 18 out. 2018.

Administrativa e fiquei até 1979. Era uma função administrativa, mais burocrática, em que lidava com a situação dos direitos e dos deveres dos professores. Trabalhei também no setor de pagamento durante um tempo, fiquei mais nessa parte aí, não tão ligada com a escola ou à educação, não entrei nesse mérito. Trabalhei muito nos concursos na área de efetivação. Não sei se é porque gosto muito da área de matemática, então eu tinha muita facilidade de ver o tempo do professor, tempo que era ou não paralelo para contar em cada cargo.

No ano em que moramos em Ponte Nova, eu trabalhei um ano na SRE de Barbacena³⁵ também e, quando voltei, continuei na SRE de Ponte Nova no mesmo cargo. Por volta de 1980, houve um período de efetivação de professores em Barbacena e, como sabiam da minha experiência, eles me colocaram no cargo de auxiliar técnico, durante um ano. Quando meu marido morreu, eu vim embora para Ponte Nova e deixei esse cargo de Barbacena. Ao retornar, fiquei de 1981 a 1988, na função administrativa por alguns anos, como Técnica em Assuntos Educacionais, posteriormente, era chamado Analista de Educação. Tanto que eu tenho uma aposentadoria de Analista de Educação, por ter trabalhado muitos anos SRE. Como trabalhei muito na área administrativa e no pagamento, sabia muita coisa sobre o direito de professor. Teve uma delegada que, em todo assunto relacionado a isso, falava: “Pode perguntar a Leila, porque, o que ela falar, você pode escrever”. Era assim, sabe? Tinha uma confiança sem medida.

Quando tinha cursos em Belo Horizonte, eu tinha que ir. Todo mundo na superintendência era professor que estava exercendo cargo administrativo e chegou uma época, em que nos propuseram de deixarmos de ser professor para pegar os cargos de acordo com nossa habilitação, quem tinha dois cargos precisou deixar um. E, dessa forma, tinha que buscar orientação em Belo Horizonte para trazer para o pessoal e lá tivemos palestras para esclarecer isso. Na época, a maioria aderiu, porque era uma vantagem boa. E meu trabalho foi muito reconhecido, fui muito elogiada.

Sempre que tinha que trazer orientação, algo relacionado a direito e deveres do professor, coordenar concurso, efetivação sempre era comigo. Tanto que, em uma época, eu tive regime especial de trabalho. Eu tive porque trabalhei nele, sabe? Agora, esse negócio de proteção política nunca tive. Tudo foi resultado do meu trabalho. Modéstia à parte, tive esses regimes por causa da minha eficiência no trabalho que eu prestava. Eu era muito respeitada tanto na superintendência quanto nas escolas. Sempre fui muito respeitada, graças a Deus! E também sempre respeitei todos.

³⁵ Barbacena é uma cidade do estado de Minas Gerais, que possui cerca de 136 mil habitantes. Localizada na região do Campo das Vertentes, está a pouco mais de 170 quilômetros da capital.

Em Ponte Nova, a partir de 1988, também assumi o cargo de professora de Matemática no CESEC “Professora Vera Parentoni”³⁶, inclusive foi a única escola em que trabalhei aqui, sendo que uma parte do tempo foi dedicado à superintendência de ensino. No CESEC, eu optei por trabalhar no Ensino Fundamental II, mas tive algumas substituições no Ensino Médio. Quando me aposentei da função administrativa na superintendência, em 1988, fiquei só na escola e, a partir daí, fui para o Ensino de Jovens e Adultos (EJA) do CESEC, onde trabalhei mais ou menos uns 20 anos e me aposentei como professora em 2009. No CESEC fizemos um trabalho muito bom, ainda mais a gente vendo que eles estavam querendo muito e que precisavam finalizar os estudos para buscarem outros cursos. Os alunos também trabalhavam, então tudo isso aí já ajuda muito na disciplina, não tive problema com disciplina. Nenhum problema! Quem ia lá precisava e queria aprender alguma coisa para fazer outro curso.

Não me considero melhor do que ninguém, mas, em toda a escola por onde passei, eu me destacava em Português, sendo que não tinha feito nenhum curso a mais de língua portuguesa. Quando estava trabalhando, os superiores sempre me pediam para redigir, corrigir texto para eles. Dou muito valor ao estudo que eu tive nas séries iniciais e no curso de formação em Mariana. Fizemos um curso muito bom. Vemos que alguns professores, por exemplo, se é professora de Geografia, acha que não tem que saber o português, não é? Gente, o português é fundamental em qualquer habilitação que você se propõe a ter. Nossa língua é fundamental!

Apenas depois que vim para Ponte Nova já casada, que fiz a licenciatura curta em Ciências³⁷. Iniciei esse curso em 1977 e terminei em 1979, então já tinha meus 2 filhos, mas meu marido era muito compreensivo: “Se você quiser fazer, eu fico com os meninos à noite”. O curso era à noite e assim consegui fazer a licenciatura curta, era o que tinha em Ponte Nova, não tinha a licenciatura plena. Era uma extensão da Faculdade de Ciências Humanas que pertencia à Pontifícia Universidade Católica, PUC-MG, que tinha em Ponte Nova³⁸. A maioria

³⁶ O Centro Estadual de Educação Continuada (CESEC) “Professora Vera Parentoni” faz parte do projeto de expansão da escolarização, em Minas Gerais e funciona em 3 turnos, ofertando Educação de Jovens e Adultos, Ensino Fundamental e Médio, para candidatos que não concluíram esses níveis de ensino em idade própria. O calendário escolar tem funcionamento contínuo, adequado para atender as demandas dos alunos. Para não haver interrupção das atividades escolares, há um sistema de rodízio de férias (CESEC Ponte Nova – *on-line*). Disponível em: <https://cesecpontenova.webnode.com/sobre-nos>. Acesso em: 02 out. 2018.

³⁷ Vinculadas à Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG – posteriormente, PUC-MG), em 1968, inauguraram-se as Faculdades Polivalentes de 1º Grau de Ciências, Letras e Ciências Sociais, em Curvelo, Itabira, João Monlevade, Mariana, Pará de Minas, Pedro Leopoldo e Ponte Nova. Disponível em: http://www1.pucminas.br/relatorio_atividades_2017/file/arquivos/pdf/informacoes_gerais.pdf. Acesso em: 09 out. 2018.

³⁸ Em 1979, a Sociedade Mineira de Cultura, mantenedora da UCMG (posteriormente PUC-MG), solicitou ao Conselho Federal de Educação autorização para que a Fundação Acácio Martins da Costa, de Ponta Nova, assumisse exclusiva responsabilidade pela manutenção das Licenciaturas de 1º Grau de Ciências, Estudos Sociais e Letras. Com a aprovação, ocorreu a transferência desses cursos de licenciatura de 1º grau, da cidade de Ponte

dos professores vinham de Viçosa³⁹ e alguns eram de Ponte Nova. Alguns davam aula também na universidade e ministravam as aulas aqui, sabe?

Mais tarde, em 1999, eu, com meus 60 anos, fui fazer a licenciatura plena em Ciências Biológicas no Rio de Janeiro, em finais de semana, na Unigranrio⁴⁰. Depois, durante o ano de 2007, fiz uma pós-graduação em “Docência do Ensino Superior”, em Ponte Nova, era uma extensão que tinha aqui das Faculdades Integradas Jacarepaguá⁴¹. Um grupo de professores veio dar essa formação aqui e eu fiz quando estava com mais de 60 anos por aí afora. Tudo era ligado ali nas Ciências Biológicas. Foi assim minha formação.

Como professora, passei por essas várias escolas e tudo era aprendizado, porque você via professores que trabalhavam de outras formas. Cada vez eu ia me aperfeiçoando, melhorando, observando e vendo as diferenças nesses lugares, os modos diferentes, às vezes, de ensinar, de trabalhar com os alunos. Algumas vezes, a gente até ficava chateada, pois vinham alguns programas que éramos obrigadas a seguir, teve uma época que era “na pinta” ali⁴². Inclusive, havia muita coisa com que eu não concordava, achava que tinha que ser de outro jeito. De vez em quando, tínhamos atritos em relação a ter que obedecer religiosamente ao programa. É uma coisa errada, mas os diretores exigiam. A fiscalização ficava em cima para ver se estava seguindo o currículo e eu achava muito errado ter aquela coisa rígida. Para fugir um pouquinho daquilo, tinha que ser algo discreto. A fiscalização se dava por observação, pois não tinha prova daquele currículo que vinha pronto de algum lugar, o que seria uma forma mais direta de eles cobrarem. Então, cobravam mais por observação. Nos últimos anos de carreira, tinha supervisora que acompanhava e olhava os planos de aula; agora, no meu princípio de carreira, não. Lembro que uma exigência era sempre os planos de aula e ainda uma avaliação

Nova, sob a exclusiva responsabilidade da Fundação Acácio Martins da Costa e da Faculdade de Ciências Humanas do Vale do Piranga. Inicialmente, em convênio com a Fundação, esses cursos estiveram vinculados à PUC Minas Gerais, como extensão do *campus*. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cd007831.pdf>. Acesso em: 01 out. 2018.

³⁹ Viçosa é um município do estado de Minas Gerais, que possui cerca de 77 mil habitantes. Está localizado a 230 quilômetros da Capital e distante 49 quilômetros de Ponte Nova.

⁴⁰ A Universidade do Grande Rio (Unigranrio), localizada no Rio de Janeiro, deu seus primeiros passos em 1970, quando o professor José de Souza Herdy criou a Associação Fluminense de Educação, entidade mantenedora das Faculdades Unidas Grande Rio. Em 1972, os primeiros cursos (Ciências Contábeis e Administração) foram implantados e, no ano seguinte, passou a funcionar os cursos de Pedagogia e Letras. Em 1974, criou-se o Centro Educacional de Duque de Caxias (CEDUC) para atuar como Colégio de Aplicação. O reconhecimento como universidade ocorreu em 1994. Disponível em: <http://www.unigranrio.com.br/institucional/instituicao.php>. Acesso em: 01 out. 2018.

⁴¹ Em 1976, os educadores mineiros Jesus Mafra Trindade e Stella Matutina Schiavo inauguraram a primeira instituição privada de ensino superior de Jacarepaguá/RJ, a Faculdade Maria Magalhães Pinto. Buscando atender a demanda local, implantaram diversos cursos de graduação, originando posteriormente a marca Faculdades Integradas de Jacarepaguá (FIJ). Atualmente, a FIJ é uma instituição pertencente ao Grupo Educacional Futuro Vip. Disponível em: <http://fij.br/a-fij/#nossa-historia>. Acesso em: 01 out. 2018.

⁴² A expressão “na pinta” significa fazer de maneira exata, precisa, literal ao ordenado ou planejado.

do trabalho. A escola avaliava, mas nós também tínhamos que fazer uma autoavaliação: será que estou trabalhando bem? O que eu preciso melhorar? A gente sempre fazia isso.

Teve um período em que começou a se falar sobre a Educação Inclusiva e eu já estava na Educação de Jovens e Adultos, foi mais ou menos em 1995, daí para frente. Tive muita dificuldade como professora, pois eles falavam que tinha que ser uma escola inclusiva. Eu ficava pensando muito, pois, em minha formação, nunca tive uma disciplina ou uma atenção para trabalharmos com o diferente, com uma pessoa com deficiência. E daí começaram a falar que a escola tinha que trabalhar com a inclusão, mas não tínhamos formação nenhuma e aí eu ficava preocupada. Minha monografia foi sobre a inclusão, mostrando, através dos currículos das escolas por onde passei, que nunca teve nenhum preparo para trabalharmos com o diferente. Não cheguei a trabalhar com nenhum aluno com deficiência, cheguei a aplicar prova para uma aluna no supletivo que tinha dificuldade auditiva ou visual, e nós tivemos um pouco de dificuldade; afinal, nunca tivemos nenhum preparo para trabalhar com eles, não é?

Eu me dediquei muito à alfabetização, fiquei uns 8 anos só alfabetizando, pois gostava e arranjava bastante material. Em Mariana, eu comecei com a série inicial e era difícil, porque não existia copiadora ou mimeógrafo. A gente preparava o material para os alunos, as tarefas em tabuleiro de gelatina⁴³, fazia aquela matriz em carbono, colocava no tabuleiro e iam saindo as cópias. Era desse jeito trabalhoso, mas eu gostava. Começamos com as dificuldades do tabuleiro de gelatina, mas nunca desisti das primeiras séries. Depois passei às outras séries, igual te contei, e achei muito mais fácil do que lecionar para série inicial. Mas, não me arrependi, porque eu gostava e era gratificante ver meus meninos lendo.

De material didático para dar aula, eu me lembro que a gente comprava muita coisa, depois que já tinha condição de comprar, no princípio não. Quando vinha uma coleção boa, a gente adquiria. Eu comprava sempre essas coleções, sabe? Achava interessante, vinha muita orientação boa, com atividades diferentes, então eu comprava essas coleções.

Nas aulas de Matemática, até contei aquele fato das alunas que erravam todas as questões, o que adotei foi o método de eles escreverem em série de 2 a 2, 3 a 3, cada um construir seu próprio material. Elas iam consultando e, no final, elas iam largando aquilo e passaram a gostar da matemática depois desse processo. Adotei esse método, porque esse negócio de ficar mandando decorar tabuada, cada dia eles tinham mais raiva. Ah, usava muito joguinho, jogos de pular de uma pedra a outra, de chegar a um lugar em que tinham que saber algumas operações, então já era um princípio de tabuada. Tinham algumas regras, por exemplo, quem

⁴³ Refere-se ao gelatinógrafo, recurso muito utilizado para realizar cópias nas escolas.

não estiver sabendo quanto que é 2 x 4, não podia passar para outra pedra. Naqueles joguinhos de chegar a um determinado local, havia uma regra de que quem errava caía no rio, mas um colega que soubesse a resposta podia salvar: “Agora ele te salvou, mas, na próxima vez, ninguém vai salvar mais”. Eles ficavam naquela coisa de ter mais certeza das respostas, acabava que indiretamente estudavam a tabuada, não é? Eu usava essas coisas, pois achava que dava bom resultado. Criança gosta de jogar, tanto fazia joguinho com matemática quanto de ortografia. Lembro que era muito bom quando usava.

Então, são muitas gratificações que o professor tem, não é? Ver o sucesso, o progresso dos alunos, claro que dependeu muito deles, pouco da gente, mas o pouquinho que ajudei nisso é muito gratificante. Vale mais do que o pagamento da gente. Dinheiro nós precisamos, é claro, mas é gratificante. Lembro de quando meu aluno, José Santiago, que alfabetizei na 1ª e 2ª série em 1964, 1965, ele recebeu, na 4ª série, um troféu de melhor aluno e mandou para mim o retratinho dele recebendo o troféu. Nossa, aquilo para mim foi muito gratificante. Fiquei tão orgulhosa, tão feliz de ver e ele falando que aquele troféu pertencia a mim. Nossa mãe, aquilo para mim foi mais do que um salário, sabe? A gente gosta dos alunos e quer vê-los crescer. Algo gratificante também era eu ver que meus alunos, quando entravam para a 1ª série, eles começavam com a gente da estaca zero e, ao chegar agosto, setembro eles estavam lendo. Isso para mim era muito melhor do que receber meu salário. Nossa, mas eu ficava tão feliz com isso!

Em minhas aulas, eu sempre procurei, em primeiro lugar, cativar, ter os alunos comigo. Vou até te contar uma passagem lá de Conselheiro Pena. Eu cheguei a uma turma, a que tinha a filha da diretora e inspetora. Eles tinham uma professora chamada Marilda, que os acompanhou desde a 1ª série e, quando começou a 3ª série, ela foi morar em uma outra cidade, Presidente Prudente⁴⁴, e os meninos não me aceitavam de jeito nenhum: “Ah, nós queremos a dona Marilda”. E falavam com a diretora que não me queriam como professora, porque estavam com saudade de dona Marilda. Eu ficava pensando: “Meu Deus, eu tenho que arranjar um jeito de cativar esses meninos!” Então, falei com eles: “Hoje, nós vamos ter uma aula diferente. Todo mundo vai pegar o caderninho para escrever uma cartinha, sabe para quem? Nós vamos escrever para a dona Marilda”. Levei o mapa, mostrei para eles: “Vamos localizar onde está a dona Marilda para podermos falar com ela”. Encontramos onde ficava Presidente Prudente e comentei com eles: “Nós vamos escrever para ela e contar o quanto vocês gostam dela e ela vai responder a cartinha”. Fui fazendo assim, os alunos escreveram a cartinha, nós fomos aos

⁴⁴ Presidente Prudente é uma cidade do interior do estado de São Paulo, com cerca de 227 mil habitantes, estando localizada a 556 quilômetros de sua capital (São Paulo) e a 1.345 quilômetros de Conselheiro Pena.

Correios, colocamos selo, endereçamos direitinho, eles aprenderam a colocar endereço e os processos para enviar uma carta, pegamos todas as cartinhas e as enviamos para ela. E ela realmente respondeu e, com isso, fui me aproximando deles, sabe?

– Hoje, temos surpresa, tem uma carta de dona Marilda.

– Ah, não é possível, tem mesmo? Ela vai vir aqui? – os alunos perguntavam.

– Ela falou que, na primeira oportunidade, vem, mas vamos ver o que ela respondeu?

Eles leram a cartinha e fui trabalhando assim, procurando ver o que era do interesse deles e dava minhas aulas de acordo com isso, direcionando aos interesses deles, claro, sem prejudicar o ensino e o programa. Com esse negócio da dona Marilda, eles aprenderam a olhar o mapa, a parte de Geografia, aprenderam a escrever uma carta, a colocar endereço, a fazer a postagem, viram que o valor depende da distância, trabalhamos distância dentro da Matemática e minhas aulas eram desse jeito, sabe? Era desse modo que eu conseguia cativar os meninos.

No CESEC, que era gente mais velha, até mais velhos do que eu, conseguia isso e eles gostavam de mim. Lá, a gente fazia muito trabalho com a comunidade, um deles foi sobre a preservação do meio ambiente, trabalhando com a reciclagem de lixo. Fizemos assim: formamos grupos e eles saíam para visitar as casas, conscientizando sobre a importância da reciclagem do lixo. Ao final, fizemos o gráfico dos grupos para observar quantas famílias tinham sido visitadas por grupo, por exemplo. A gente trabalhava várias disciplinas apenas com um tema. Eles gostaram muito do trabalho e, com isso, conscientizaram o pessoal a separar lixo nas redondezas da escola e em outros bairros.

Outro trabalho muito bom no CESEC foi uma parceria junto a Hemominas⁴⁵, um órgão muito importante, e conseguimos muitos doadores de sangue. Sempre a iniciativa era minha e depois, é claro, conseguia envolver a escola, a gente não trabalha sozinha e nem é interessante um trabalho sozinho, não é? Eu convidei uma pessoa da Hemominas para fazer uma palestra e mostrar a importância da doação de sangue. Eu já havia falado muito com eles sobre isso, mas, ao final, tivemos essa palestra e depois teve um dia em que levamos doadores. E eles doaram sangue e continuaram doadores.

Acho que esses trabalhos tiveram uma importância muito grande, não sei se foi reconhecido, mas acredito que tenha sido, até pela própria população que via os alunos interessados em mudar alguma coisa em favor do meio ambiente e, consequentemente, a nosso favor, porque nós também somos parte do meio ambiente. Para mim, foi muito gratificante,

⁴⁵ A Fundação Hemominas foi criada em 1985 e tem por finalidade garantir à população a oferta de sangue e hemoderivados de boa qualidade. Disponível em: <http://www.hemominas.mg.gov.br/>. Acesso em: 02 out. 2018.

porque tenho certeza de que algum fruto a gente colheu, só de conscientizar os alunos e eles saírem cada um para um lado tentando conscientizar uma parte da população. Foram projetos que tiveram essa abrangência maior e coroaram minha profissão, porque dentro da escola com os alunos era obrigação como professora; agora, quando tem uma abrangência maior a gente fica bem mais satisfeito, não é?

Nesse tempo de profissão, sempre procurava fazer essa ponte entre a escola e a comunidade. Às vezes, eu dava algum trabalho, pedindo para eles fazerem entrevista sobre algum tema com o vizinho ou com uma pessoa mais ligada a eles, claro que, quando era com os meninos menores, a gente não podia inventar muita coisa fora de casa, era com os próprios pais, irmãos. Essas entrevistas sempre geravam alguma coisa de importante tanto para eles, como para quem estava sendo entrevistado, não é? Chamava sempre atenção para algum fato que estava precisando ser mais lembrado e trabalhado.

Então, são coisas que achei importantes na minha vida como professora, tem muita coisa, porque eu sempre tive muita responsabilidade, ética profissional, modéstia à parte, era de muito compromisso. Só tive aquelas licenças que te falei; fora disso, eu não tive licença saúde nem tive licença para acompanhar filho, nada. O tempo todo foi lecionando ou trabalhando na parte administrativa, na superintendência. São coisas boas que a gente lembra de que fez alguma coisa pela comunidade, por nós todos, não é? Sempre buscando esse trabalho da escola junto com a comunidade.

Na época em que trabalhei, acho que a mulher como professora era muito respeitada, o número de professoras era bem maior do que o número de professores. Parecia ser uma profissão de mulheres, não é? A docência era feminina e eu achava até normal ser mais mulheres do que homens, porque vejo que o cargo de professora tem um pouco de mãe. Eu achava muito normal, porque sei que, além de professora, eu fui muito mãe dos meus alunos, não para passar a mão na cabeça, mas para aconselhar, chamar atenção na hora que precisasse. A gente não olhava apenas o ensino do conteúdo, mas preparava para a vida também. Principalmente, nas séries iniciais, na minha época a maioria dos alunos iniciavam na escola com a gente no primeiro ano primário. Depois, começou a ser mais comum eles fazerem primeiro a pré-escola em outro lugar, mas na época entravam lá “nu e cru”, como se diz (risos). Eles saíam de casa e caíam na nossa sala, então tínhamos que continuar o trabalho da mãe.

Havia respeito, só não havia respeito das autoridades lá de cima, porque a gente trabalhava demais. E é um trabalho que, se não for feito, não vai ter nenhum deputado,

presidente, governador, porque começa com o professor, nas primeiras letras. A classe, de um modo geral, não é valorizada.

Trabalhei muitos anos, não é? Quando me aposentei, eu sentia falta dos meus alunos, mas sentia também um alívio grande, o prazer e a sensação de alegria do meu dever cumprido. Eu olhava para trás e falava: “Gente, graças a Deus, eu não trago culpa nenhuma, sabe?” Nada que ficasse me machucando, por ter feito alguma coisa que não fosse de acordo. Os alunos sempre gostaram de mim e eu sempre os tratava muito bem, nunca humilhei ninguém. Depois que me aposentei, não continuei tendo contato com a escola, porque passei a fazer trabalho voluntário e continuei lidando com o povo. Eu sou voluntária! Eu coordenei a Pastoral da Saúde⁴⁶ durante 7 anos. Na Pastoral da Saúde, fazemos visitas aos doentes, temos também uma farmacinha, onde atendemos os menos favorecidos. Quando eu não estou lá, eu faço visitas duas vezes por semana aos doentes que moram na periferia, então estou sempre sendo útil a alguém, tentando ser, não é? Talvez seja até pouca coisa, mas para mim vale muito quando sinto que fiz alguma coisa por alguém. Na quinta à tarde, eu trabalho como voluntária no Hospital Arnaldo Gavazza, nós fazemos visita aos doentes. É um trabalho que eu gosto muito de fazer, sabe? Então, não mexi mais com escola.

Eu posso falar que eu me realizei na profissão, sinto-me realizada como professora. Graças a Deus! Muita gente “mete o pau”⁴⁷ aí, não agrada, mas eu não me arrependi de ter ficado nessa profissão. A gente não é só professora, a gente é professora e é mãe. Apesar de não ser uma profissão que tem o devido valor, eu me sinto realizada e não sinto vergonha de falar que eu sou professora, que eu fui professora. Não é só dinheiro que faz a felicidade da pessoa, eu me sentia realizada trabalhando com meus alunos, em qualquer idade, tanto nas séries iniciais, quanto com os meus jovens e adultos, pois também trabalhei com gente até mais idosa que eu, com aquela vontade de aprender, com aquela sede de saber. Enfim, o importante é que eu fiz aquilo que eu gostava, estava trabalhando no que eu gostava, eu me sentia realizada. Minha relação com os alunos, os professores, os demais funcionários, os superiores, sempre foi muito boa, graças a Deus! Sempre fui muito respeitada.

Bom, não tem nada que agradecer, eu que agradeço você, minha filha, e peço desculpa se não adiantou nada para o seu trabalho. Tomara que valha alguma coisinha para você. Uma



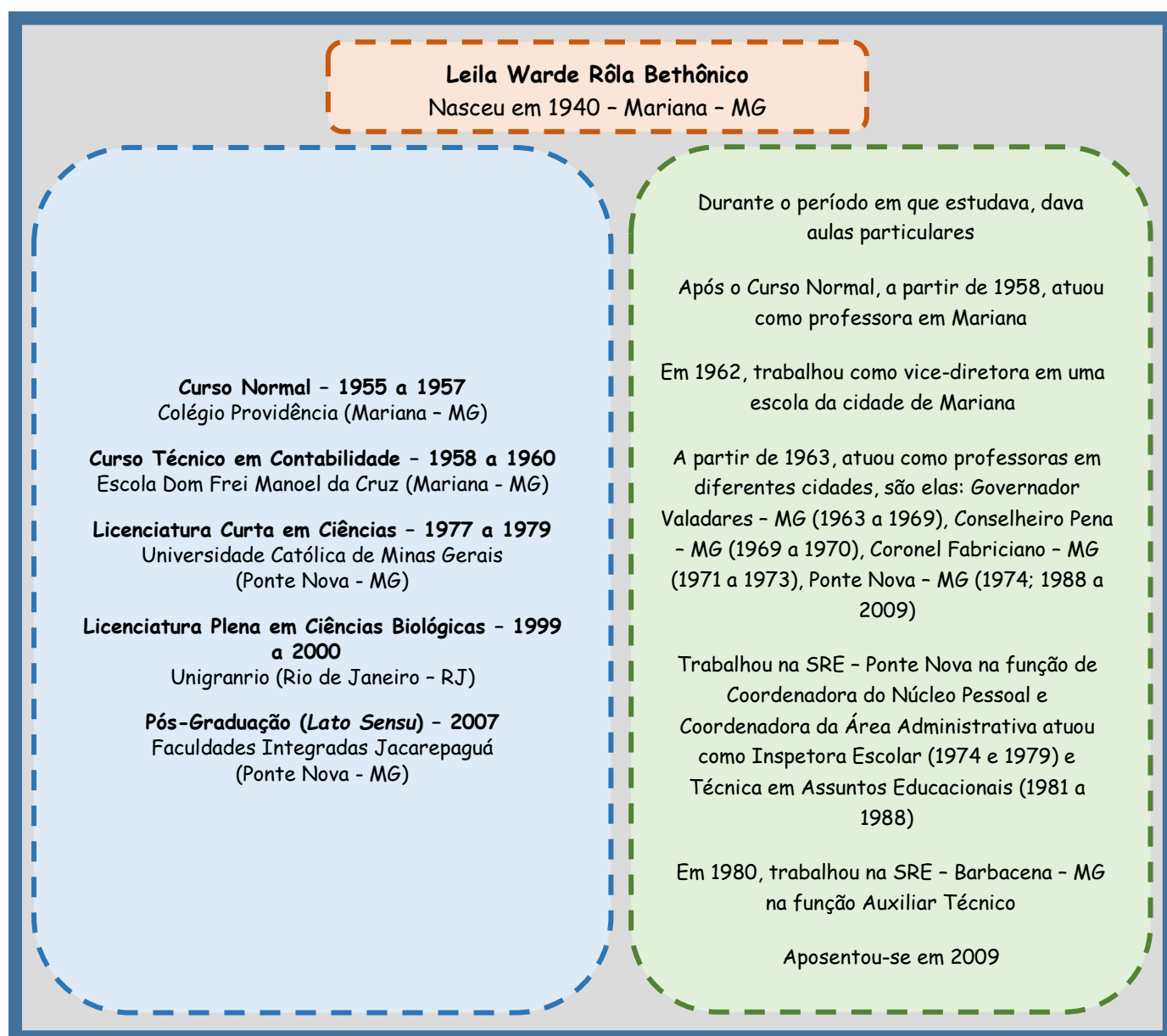
Figura 9: QR-Code
Fonte: gerado pelas autoras

⁴⁶ Em 1986, a Pastoral da Saúde foi instituída como uma das pastorais sociais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), consistindo em um organismo de ação social e sociedade cívico-religiosa, sem fins lucrativos. Disponível em: <http://pastoraldasaudecnbb.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 10 out. 2018.

⁴⁷ A expressão “mete o pau” remete a dois sentidos, são eles: criticar algo ou alguém e, ainda, ir em frente.

coisinha pode valer, não é? Estou sempre às ordens, como é que eu não vou colaborar com uma companheira de profissão? (gargalhadas). Quem não veio para servir, minha filha, não serve para viver. Eu gosto muito de servir... Gosto de servir as pessoas. Ainda mais uma pessoa companheira que está querendo ser outra sofredora (risos). Que faz um sacrifício para poder vir aqui, para não levar nada quase. Só leva meu carinho, minha torcida para que você se saia bem. Isso aí você vai levar: minha admiração. Como é que é hoje, toma alguma coisa, um cafezinho?

Quadro 2: Informações gerais de Leila Warde Rôla Bethônico



Fonte: elaborado com base na textualização

2.3. Entre preces e pressas

A intenção era realizar as demais entrevistas no primeiro semestre de 2018, mas, por motivos de saúde, fiquei afastada das atividades de pesquisa entre os meses de junho e julho. No segundo semestre, tive dificuldades de agendamento de entrevistas com as duas professoras que ainda faltavam devido a problemas de saúde. Alguns telefonemas foram feitos, mas não foi possível marcar a entrevista. O tempo foi passando, as tentativas eram feitas, porém sem sucesso. O que mais me preocupava era a sensação de estar sendo inconveniente. Após algumas ligações consegui agendar uma data para o início do mês de novembro.

Fui a Mariana e decidi que ficaria por lá durante uma semana, pois, se ocorresse algum imprevisto, poderia remarcar os compromissos. Como naquela semana uma das colaboradoras estava com o quadro de saúde mais agravado e a outra precisou acompanhar o marido em uma bateria de exames, não consegui fazer as entrevistas programadas. Em dezembro, fiz mais algumas tentativas, mas não foi possível conversar com elas. Diante desses imprevistos, nossa expectativa era finalizar essa tarefa no início de 2019. Contudo, não sabíamos que algumas surpresas nos aguardavam com a chegada do novo ano.

Na segunda semana de janeiro de 2019, retomei o contato com uma das professoras com a qual já havíamos realizado uma entrevista. Fiz a ligação, meu coração estava apreensivo, até que ela atendeu: “Alô! [...] Então, não quero mais participar da pesquisa. Sinto não poder ajudá-la!!!” Desliguei o telefone e não tinha como conter meu aborrecimento. Até aquele momento, não havia conseguido conversar com a outra professora. Esse contexto acenava para uma mudança de rota. Era preciso estabelecer um processo de adequações e isso, a essa altura do processo, significava ter um tempo escasso para tomar as devidas decisões para continuar o trabalho.

Passados alguns dias, era hora de novamente recriar alguns caminhos... Até aquele momento, nossa intenção de pesquisa era compreender as particularidades da história dessas quatro irmãs que se formaram e atuaram como professoras em Mariana e seus arredores. Como já tínhamos entrevistado as professoras Hebe e Leila, decidimos que seria oportuno expandir nossa região de investigação. Como nosso espaço de inquérito, definimos a região de Ouro Preto – MG compreendida pelas cidades de Acaiaca, Diogo de Vasconcelos, Itabirito, Mariana e Ouro Preto. Essa delimitação foi estabelecida com base na composição da Secretaria Regional de Ensino de Ouro Preto (SRE – Ouro Preto). Junto a essa decisão de ampliar a região, adentrávamos também em um movimento de encontrar outras colaboradoras. Uma tarefa que

exigiria algumas andanças. Nesse percurso, novas perguntas passaram a nos instigar: Seria o critério de rede o mais “adequado” para selecionar as professoras? Quantas educadoras entrevistaria? Quantas ou quais cidades abrangeria?¹

Os trabalhos desenvolvidos no Ghoem novamente me ajudariam a tecer os novos caminhos. Após a leitura de alguns estudos, optamos pelo critério de rede, comumente utilizado no grupo, que consiste em um sucessivo movimento de indicações de possíveis colaboradores(as) pelos(as) entrevistados(as), ou o(a) próprio(a) pesquisador(a) pode perceber na entrevista outros(as) colaboradores(as) para sua pesquisa. Do ponto de vista operacional, decidimos que faríamos o contato com Hebe. Como ela ainda atuava em projetos em Mariana e adjacências, poderia nos indicar alguns nomes. Hebe nos sugeriu uma professora da cidade de Mariana, Maria de Lourdes Walter, e se prontificou a obter o número de telefone.

Dada a restrição para obter outros nomes seja por meio das professoras Hebe e Leila ou pela minha falta de familiaridade com a região², o critério de rede foi se configurando de outros modos em nossa pesquisa, pois passamos a contar com a indicação de outras pessoas que se constituíram como colaboradores(as) indiretos(as) da pesquisa³. Nesse último caso, essas pessoas próximas à pesquisadora estabeleciam diálogo com suas redes de contatos para então indicar alguns nomes.

No início de fevereiro de 2019, entrei em contato, via *e-mail*, com as professoras Rosana e Fernanda, pois elas poderiam indicar algum nome ou conhecer alguém que poderia me ajudar. Minha preocupação era localizar professoras das cidades de Acaiaca, Diogo de Vasconcelos e Itabirito, por serem lugares dos quais não tinha nenhuma referência. Na UFOP, há um projeto de extensão conhecido como “UFOP com a escola”, que desenvolve ações em parceria com escolas públicas dos municípios da região, tendo por objetivo promover o diálogo entre a Educação Básica e o Ensino Superior⁴. Como Fernanda estava envolvida nesse projeto, ela disponibilizou o contato de alguns(mas) professores(as) que estavam à frente de grupos de

¹ Embora a abrangência da pesquisa tenha se baseado na SRE – Ouro Preto, essa questão surgia em virtude de outra delimitação (a Região dos Inconfidentes) que pesquisadores(as) das cercanias de Mariana têm utilizado. Segundo Martins (2017, p. 17), trata-se de “uma localização histórica, mais do que a uma divisão geopolítica de Minas Gerais”, ou ainda pode-se entender “como referência espaço-temporal, histórica e política para demarcar territorialmente o campo”. Ainda não há um consenso sobre a composição da Região dos Inconfidentes, alguns(mas) pesquisadores(as) a organizam a partir dos municípios que formam a SRE – Ouro Preto, outros(as) acrescentam a essa composição as cidades de Santa Bárbara, Catas Altas e Barra Longa.

² A curta temporada do mestrado em Mariana não me dava conhecimento e/ou segurança para essa busca.

³ Assim, “ao invés de considerar a rede apenas como as indicações sucessivas dos[as] próprios[as] depoentes, poderíamos pensá-la também como uma rede de contatos do[a] pesquisador[a] em função da sua inserção como sujeito daquele universo de pesquisa” (ALENCAR, 2019, p. 195). Durante sua pesquisa de doutorado, Alencar (2019) também passou por essa situação ao buscar por colaboradores(as) na região do Cariri – CE.

⁴ Outras informações disponíveis em: <https://ichs.ufop.br/ufop-com-escola-0>. Acesso em: 20 set. 2019.

trabalho nas cidades onde atuam. De posse dos contatos, por meio do *WhatsApp*⁵, enviei uma mensagem para professores(as) da cidade de Acaiaca⁶, Diogo de Vasconcelos, Itabirito e Mariana, verificando a disponibilidade em me ajudarem nessa empreitada. Todos(as) se dispuseram a investigar em suas cidades professoras que poderiam contribuir com a pesquisa, tendo sido um processo um pouco moroso.

Nesse dia, lembrei-me também de uma colega do mestrado e professora que morava em Ouro Preto, Fabiana Siqueira Silva, e decidi entrar em contato. Ela não conhecia professoras de Ouro Preto ou região, a não ser do período em que estudou, mas entrou em contato com uma amiga e, por meio de sua rede de contatos, obtive a indicação de uma professora da cidade de Acaiaca, Edna Lemos de Souza Castro, uma das professoras mais antigas da cidade.

Entrei em contato com a professora Edna no início do mês de fevereiro. Ela me atendeu com muita atenção, demonstrando interesse em contribuir com a pesquisa. Agendamos um encontro para o dia 07 de março de 2019.

Entre uma ligação e outra e aguardando a resposta dos(as) professores(as) do projeto “UFOP com a escola”, decidi ir à cidade de Mariana. No dia 26 de fevereiro de 2019, visitei cinco escolas e a Secretaria Municipal de Educação (SME) dessa cidade na tentativa de obter algumas informações. Na SME – Mariana, pediram para que eu enviasse um *e-mail* registrando a solicitação, porém este não foi respondido. Nas escolas, percebi pouco empenho em ajudar. As respostas aos meus pedidos eram: “Não conheço professores(as) daqui”, “Não posso te passar esse tipo de informação”, “Na escola, não temos essas informações ou funcionários(as) que possam lhe auxiliar”, “Volte mais tarde, no momento não podemos atendê-la”, entre outras. Em duas escolas, houve o pedido para que eu voltasse noutro dia, porém, ao retornar em uma delas, ouvi as mesmas respostas acima. Apenas em uma das escolas me senti acolhida, Escola Estadual Dom Benevides. O vice-diretor foi atencioso e me encaminhou à secretária, que poderia conhecer algum documento que me ajudasse. Ela não soube me indicar nomes, mas pediu para que eu voltasse na manhã do dia seguinte para conversar com outra secretária que, por ser uma funcionária antiga da escola, possivelmente poderia contribuir.

No início da manhã do dia 27 de fevereiro, a secretária me recebeu prontamente e logo me indicou alguns nomes de professores(as) aposentados(as) da cidade que atuavam em diversas áreas. Dentre esses nomes, dois me chamaram a atenção: uma professora de Matemática e uma professora do Ensino Fundamental I. Como a secretária me alertou que essa

⁵ O *WhatsApp* é um aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz/vídeo para celulares.

⁶ Na ocasião, a professora se dispôs a buscar alguns nomes. Após um novo contato, não obtive retorno.

última estava adoentada, decidi que não faria contato. Devido às experiências anteriores, eu fiquei receosa de causar algum incômodo ou ser inconveniente com meu pedido. Ela ainda me indicou uma professora de Ouro Preto que também poderia contribuir com a pesquisa.

De posse do contato da professora de Matemática, resolvi ligar para sua residência. Durante a ligação, ela manifestou seu desinteresse em me receber e/ou conceder a entrevista.

Com isso, decidi retomar o contato, por *WhatsApp*, com a professora de Mariana⁷ do “UFOP com a escola” e ela também indicou Maria de Lourdes Walter e me passou o contato. Liguei para a professora e, pela nossa conversa ao telefone e por alguns elementos que Hebe havia adiantado, percebi que seria interessante tê-la como colaboradora. A entrevista veio a acontecer no dia seguinte, 28 de fevereiro de 2019, na cidade de Mariana. Maria de Lourdes não soube me indicar algum nome.

Ainda na manhã do dia 27 de fevereiro de 2019, decidi que iria à SRE – Ouro Preto, na expectativa de conseguir uma lista com possíveis colaboradoras ou alguma informação. Mas foi um balde de água fria. Para obter uma lista ou a disponibilidade de um(a) funcionário(a) para me atender, eu deveria protocolar um pedido solicitando essas informações. O protocolo foi feito. Após uns 30 dias, liguei para obter informações e a funcionária comunicou que a solicitação havia sido negada, justificada com base na Instrução SCGRH, n. 1, de 20 de fevereiro de 2006, que versa sobre o acesso a informações a terceiros⁸.

Nesse dia, como não poderia esperar a resposta do protocolo, visitei quatro escolas em Ouro Preto. Infelizmente, os(as) funcionários(as) não se mostravam abertos(as) a dialogar, tampouco a fornecer informações. Visitei também a professora que a secretária da escola de Mariana havia indicado. Ela me recebeu em sua residência e ali conversamos durante um tempo. Ela não conhecia professoras aposentadas, um dos critérios da pesquisa. Embora fosse aposentada havia lecionado apenas Português, portanto não seria interessante entrevistá-la.

No entardecer desse dia, uma chuva intensa lavava a cidade de Mariana. E a chegada do dia seguinte me deixava um pouco ansiosa, mas satisfeita por ter uma conversa agendada. Como comentei anteriormente, os momentos de entrevista me preocupavam demasiadamente pela responsabilidade do ato, quando os(as) colaboradores(as) se abrem e “entregam” sua história de vida.

⁷ Angelita Aparecida Azevedo Freitas – professora da Educação Básica na cidade de Mariana – MG.

⁸ O texto da Instrução SCGRH n. 1, de 20 de fevereiro de 2006, pode ser acessado integralmente no link a seguir: https://www.ipism.mg.gov.br/arquivos/legislacoes/legislacao/instrucoes/instrucao_01.pdf. Acesso em: 30 jun. 2019.

O dia 28 de fevereiro reservava uma manhã muito ensolarada. Minhas pernas estavam cansadas pelas idas e vindas por entre as ladeiras de Ouro Preto e as ruas cobertas de pedras em Mariana. Às 9h, cheguei à residência de Maria de Lourdes Walter ou Lourdinha, como muitos a conhecem na cidade. Foi uma conversa agradável, envolvida pela arte e cultura marianense. Em sua casa, mostrou-me fotografias e fantasias que utilizava para desenvolver alguns trabalhos nas escolas do município. Saí de sua residência pensando que, embora tivesse sido trabalhoso o contato com essas professoras, eu era privilegiada por conhecer e registrar a história delas, as quais que me faziam lembrar do tempo de infância, quando meu avô contava suas histórias.

Como estava em Mariana, ao final desse dia decidi ir à UFOP conversar com as professoras Fernanda e Rosana. Comentei sobre a dificuldade em localizar professoras em Ouro Preto e elas me indicaram o nome de uma professora de lá, que conhecia os(as) funcionários(as) da SME – Ouro Preto e que poderia ser um meio de obter alguns contatos. No mesmo dia, enviei uma mensagem, via *WhatsApp*, a essa professora que prontamente se disponibilizou a me ajudar e a ir à SME verificar se conseguiria alguma informação. E, não me alongando sobre o andar dessa história, lá foi solicitado um ofício, o qual encaminhei e fiquei aguardando. Sempre que essa professora ia à secretaria, avisava-me sobre o “*status*” daquele ofício. Em uma das ocasiões, o funcionário da SME comentou que estava tentando localizar alguns nomes, mas pediu mais alguns dias para elaborar a lista. Após algumas idas, ela decidiu me passar o contato dele. Fiz algumas ligações e a resposta era sempre igual: ou naquele momento não podia atender ou estava providenciando uma lista com alguns nomes. Até o final do mês de maio, não tinha obtido retorno. E como o tempo avançava, desisti de continuar buscando os contatos pela SME – Ouro Preto.

Maria de Lourdes Walter



Figura 11: Professora Maria de Lourdes

Fonte: arquivo pessoal de Maria de Lourdes

envolveram com a música. Eu tenho irmão compositor, do gênero bandístico, que tocam saxofone, pistom, acordeon, piano...

A minha mãe era costureira, ela morreu muito nova. Meu pai era tabelião, exerceu essa função até sua aposentadoria. Eles não tiveram estudo mais aprofundado, fizeram apenas alguns anos do Ensino Primário (hoje Ensino

Meu nome é Maria de Lourdes Walter. Eu tenho 74 anos, nasci no dia 07 de fevereiro de 1945 em Mariana¹, exatamente na casa onde está sendo feita esta entrevista. Eu sempre morei aqui em Mariana, nesta casa. Sou filha de Aníbal Pedro Walter e Efigênia da Silva Walter². Sou de uma família de pessoas que gostam e que se dedicam à música. Meu pai foi maestro da Banda União XV de Novembro³, era também compositor⁴. Meus irmãos se



Figura 10: Valsa Lourdinha, composta por Aníbal Walter
Fonte: gerado pelas autoras

¹ Conhecida como a “Primaz de Minas”, Mariana é uma cidade do estado de Minas Gerais com cerca de 58 mil habitantes e está localizada a 110 quilômetros da capital (Belo Horizonte).

² Aníbal e Efigênia tiveram 6 filhos: Álvaro Augusto Walter, Stela Maris Walter, Maria de Lourdes Walter, Paulo Aníbal Walter, Márcio Augusto Walter e Geraldo Magela Walter.

³ A Sociedade Musical União XV de Novembro teve origem em Mariana no contexto de divulgação dos ideais republicanos. Sua criação foi encabeçada por Gomes Freire de Andrade em 1901. Disponível em: <http://www.uniaoxxvdenovembro.com.br/institucional>. Acesso em: 27 out. 2019.

⁴ Dentre suas composições, destaca-se a valsa Lourdinha, composta na ocasião do nascimento de sua filha Maria de Lourdes Walter (colaboradora da pesquisa). Disponível em: <http://uniaoxxvdenovembro.com.br/arquivos-categoria/2/cd-banda-uniao-100-anos-2001>. Acesso em: 27 de out. 2019. E poderá ser acessada pela leitura do QR-Code disponível no trabalho ou pelo hiperlink que está na imagem do QR-Code.

O Quick Response Code (QR-Code) refere-se a uma evolução do código de barras que pode ser lido pela câmera do seu *smartphone* usando um aplicativo. Para fazer a leitura do QR-Code em seu *smartphone*, caso ainda não tenha o leitor de QR-Code você deverá baixá-lo na loja de aplicativos de seu celular (por exemplo, Leitor QR, Kaspersky QR Scanner ou Barcode Scanner). Ao acessar o aplicativo de leitura do QR-Code, direcione a câmera para o código de barras presente ao longo da tese, e, automaticamente, será disponibilizado o acesso ao material. Nesta tese, eles serão utilizados para acessar outros tipos de materialidades que não são possíveis de serem reproduzidos em um texto escrito. Caso tenha dificuldade para fazer a leitura do QR-Code, você poderá clicar em cima do QR-Code e, automaticamente, também será encaminhado a um *link* que possibilita acessar o material.

Fundamental I). No entanto, eles tinham um conhecimento incrível. Eu falo que a escola, ao invés de preparar o aluno para o mundo e dar a ele uma base para conhecer as coisas, a escola quer dar tudo pronto. Qualquer pessoa antiga, lembro do meu pai e da minha mãe, tinha um conhecimento muito grande das coisas. Hoje, por exemplo, tem-se falado da crise na Venezuela. Se fosse naquela época, qualquer pessoa de idade saberia te contar algo sobre aquilo. Por quê? Eles tinham por hábito, se não fosse todo dia, todo final de semana ler o jornal. Então, a questão da leitura era muito importante. Eles tinham essa informação, um conhecimento e visão mais ampla do mundo, sabe?

Sou do tempo em que não havia pré-escola. A nossa pré-escola era a vivência do dia a dia. A gente brincava muito de pique-pegas, amarelinha, pular corda, jogo do precipício, que consistia em jogar um finco no chão e, daí, ia riscando para tentar cercar o outro jogador. A gente fazia os bilboquês⁵ de lata de massa de tomate. O rio não era poluído como é hoje. Meu pai pescava e, às vezes, íamos com ele. Enquanto ele pescava, a gente ficava brincando na beira do rio fazendo dique, colocando pedra dentro d'água para depois caminhar sobre as pedras. A gente aprendia muito com as brincadeiras. Brincávamos na rua, porque, em Mariana, não tinha perigo de trânsito. Havia só 2 carros de taxistas da cidade; com isso, a gente ficava bem à vontade.

No meu tempo de criança, o único meio de comunicação que tínhamos era o rádio. Quando precisava entrar em contato com outra cidade por telefone, a gente dependia do seletivo da Estação Central do Brasil. Me lembro muito desse tempo. Existia um entrosamento grande; como não tinha computador ou televisão, a gente brincava e conversava. Eu sou analfabeta do presente, pois não mexo com computador. Eu prefiro cara a cara, eu quero é conversar, escutar ao vivo. Então, eu sou desse tempo em que a gente se entrosava pessoalmente.

Sou do tempo que ao encontrarmos com os padres, a gente corria para tomar a bênção. Sou vizinha das freiras carmelitas, então tinha missa toda manhã e à tarde tinha uma bênção. Quando o padre apontava lá embaixo, a meninada corria, fazia fila para beijar sua mão e pedir sua bênção. Nós íamos sempre à missa, fomos criados na religião católica. O padre celebrava a missa de costas para o povo e era tudo em latim. Na parte dos cantos, a gente cantava as músicas em latim, mas sem saber o que estava cantando. A meninada sabia de cor e salteado, o Credo, o Glória, as ladainhas. A irmã Laubore, nossa vizinha, foi uma grande educadora. Ela era

⁵ O brinquedo consiste em uma bola (ou forma semelhante) com um furo central, ligada por um cordão a um bastão côncavo em uma das extremidades e pontudo na outra, no qual se procura encaixá-la depois de atirada para o ar. Na *internet*, facilmente, encontram-se diferentes formas de confeccionar esse brinquedo.

carmelita e ensaiava o coral. Toda primeira quinta-feira do mês, tinha que confessar para comungar na primeira sexta-feira, essa era a cultura e religiosidade antiga.

Quando eu fui para a escola, em 1952, no 1º ano (hoje 2º ano do Ensino Fundamental I), comecei frequentando uma escola nesta rua, um pouco acima, não tinha um nome específico, a gente chamava de Escolas Reunidas de Mariana⁶, uma escola municipal. Era uma casa antiga com 2 cômodos, um deles para 2 salas de aula e outro menor, onde era a diretoria. No período da manhã, funcionava o 3º e 4º ano (hoje, 4º e 5º ano do Ensino Fundamental I) e, à tarde, funcionava o 1º e 2º ano (esse último é o atual 3º ano do Ensino Fundamental I). Inclusive, um ano antes eu fiquei como ouvinte, pois como eu tinha 6 anos, sou do mês de fevereiro, estava fora da faixa etária. Depois, eu fiz novamente o 1º ano.

Naquele tempo, não existia mimeógrafo; então, era tudo escrito, inclusive as provas. Quando era véspera de prova, a professora já avisava para levarmos papel almaço para fazer a prova escrita. Na prova de português, o texto era copiado à mão por nós. As perguntas eram abertas, não tinha questão objetiva. Em relação aos livros didáticos, não existia essa quantidade de hoje, eram poucos livros, entende? A gente escrevia e lia muito. Na escola, tinha uma biblioteca, então eles emprestavam os livros e a gente levava para casa para ler. Nosso lazer era esse, pois não tinha televisão, era só o rádio, mas não tinha um programa voltado às crianças.

A aula nas Escolas Reunidas era o professor ali falando, interagindo com os alunos, passando muita coisa para copiar. A gente estudava tabuada, sabia tirar a prova dos 9. Sabia a tabuada de cor, não tinha calculadora, não tinha nada. Para escrever, era tudo à base do lápis, não tinha caneta esferográfica, era só a caneta tinteiro; quando a tinta tocava o papel do caderno, borrava tudo, daí usava o mata-borrão. Era tudo bem artesanal. As turmas eram pequenas e as carteiras eram aquelas para sentar em duplas. Não havia trabalho em grupo, era tudo individual. Além da prova escrita, tinha a prova oral, uma arguição que você ficava à frente de uma banca examinadora, eles sorteavam um ponto e, a partir disso, faziam algumas perguntas para você responder. E, ali, você tinha que dar um jeito de responder.

Na escola, não tinha merenda para todos os estudantes; então, na hora do recreio, o pessoal das casas próximas à escola levava um bule de café, um pão seco ou pão com manteiga, naquele tempo era difícil, sabe? Não tinha garrafa térmica, não tinha nada disso. Para quem era mais carente, a escola dava uma merenda e, de modo geral, era sopa. Hoje, as escolas têm

⁶ Em 1948, época de sua fundação, era denominada Escolas Reunidas de Mariana. Em 1954, tornou-se Ginásio Soares Ferreira e, em 1957, passou a Grupo Escolar Professor Soares Ferreira. Homenagem a José Cipriano Soares Ferreira que se justifica por ser marianense, não havendo indícios de ter lecionado ou realizado algo em prol da educação local. Atualmente, é a Escola Estadual Professor Soares Ferreira (GOMES NETA, 2016).

refeição com arroz, feijão... Naquele tempo, era sopa. Acho que não tinha verba, apenas no Dia da Criança que havia um pão com mortadela ou pão com doce. Seco. Sem nada, porque hoje tem muito suco e refrigerante. Hoje é diferente.

Quando terminei o 1º ano aqui nas Escolas Reunidas, ela fechou. Então, todos os alunos foram para a Escola Estadual Dom Benevides⁷, naquela época era o Grupo Escolar Dom Benevides. Aí, eu fiquei estudando lá durante um ano. Era muito parecido com o jeito das Escolas Reunidas, com a diferença que o prédio era maior, mais amplo, um pátio grande, pois, nas Reunidas, era uma casa adaptada e o espaço era menor. Lembro da professora de Educação Física, ela tinha 2 pedacinhos de madeira com uma dobradiça só de um lado, parecia até um livro de madeira. Ela marcava o ritmo, batendo ali, e a gente marchava. Fazíamos exercícios de colocar a mão no pé, abaixar, virar de lado. A professora de música era a dona Salvinha. Na escola, tinha um piano e lembro que a gente cantava, foi a única professora de música que eu lembro que teve aqui antes de mim.

Nas aulas de Ciências, fazia muita experimentação. Por exemplo, de pôr em um recipiente uma água colorida e colocar um pé de flor lá dentro, só a raiz, para mostrar que a planta se alimenta através da raiz. Na fotossíntese, lembro perfeitamente de colocar a folhinha no álcool, daí ela ficava esbranquiçada por sair toda a clorofila. Era tudo baseado na experiência. Nas aulas de Matemática, a tabuada era ali decorada. A gente sabia a tabuada de adição, subtração, multiplicação, divisão tudo na ponta da língua. E as contas, as operações também ali ó, prova real e prova dos 9. O raciocínio era muito trabalhado.

Quando foi criada a Escola Professor Soares Ferreira, todos os alunos e professores, que eram das Escolas Reunidas, foram para essa escola, que era uma casa antiga que foi adaptada, sabe? Depois foi construído o prédio da escola. Ali, eu fiquei até o 3º ano. Era uma casa onde tinha muita árvore e lembro que, para ir para uma sala, tinha que passar pela outra. Nessa escola, a gente não tinha professora especializada de Educação Física, nem de Canto, era só um professor para todas as matérias. Hoje em dia, o professor dá aula, às vezes, por área: Matemática, Ciências, Português, História e Geografia. No 4º ano, eu voltei para a Escola Dom Benevides e tirei meu diploma lá.

⁷ O Grupo Escolar de Mariana, criado em 1909, funcionou temporariamente em outros espaços e era denominado Grupo Escolar Gomes Freire, homenagem a Gomes Henrique Freire de Andrade, político influente no estado, difusor do ideal republicano por meio da educação e patrono da escola. Anos mais tarde, houve a construção de um novo prédio, passando a denominar-se Grupo Escolar Dom Benevides, inaugurado em 1931. A mudança de nome é desdobramento de uma disputa política entre republicanos e Igreja Católica (GOMES NETA, 2016). Hoje, é a Escola Estadual Dom Benevides.

No tempo do grupo escolar, de 1º ao 4º ano, tinha muita leitura. O professor repartia os livros da escola entre os alunos que estavam na sala, porque a gente não tinha livro em casa. Era assim: um começava a ler e, de repente, o professor chamava seu nome, indicando que era para você continuar a leitura. Quando ele via que a gente não estava prestando atenção, ele mandava a gente ler. E, se você não soubesse onde o outro parou, era porque não estava prestando atenção; então, ele mandava: “Fulano, fica em pé”. Aí, a gente ficava em pé e esse era o castigo. Não fui do tempo dos castigos em que punha até de joelhos. Eu ficava doida para o professor mandar eu ler, eu gostava de ler. E aí eu descobri o seguinte: se um aluno está lendo, para ele mandar o outro ler, tinha que ser depois de um ponto final. Como eu lia bem, quando um começava a ler, eu olhava onde terminava aquela frase, punha o dedo lá e lembrava em qual palavra parava. Se começava outra frase, eu olhava e punha o dedo de novo. E, sempre que o professor mandava eu ler, eu sabia onde estava. Ele devia ficar incomodado: como eu sempre sabia onde estava e não ficava em pé de castigo para fazer a leitura? (risos)

Naquele tempo, não tinha também essa quantidade de cadernos e mochilas pesadas. Era apenas um caderno pequenininho com 8 folhas e a gente chamava de folha de papel de “bosta de burro”, parecia papel reciclado e ali copiávamos as tarefas. Não tinha essa quantidade de material escolar, não havia livros didáticos. Hoje em dia, tem livro de Português, Matemática, Ciências, História, Geografia e acaba que, no fim, o professor não sabe o que é História, Geografia...

Nas aulas, a gente interagia com os colegas, com o próprio professor e aprendia nesse diálogo. Lembro que, do 1º ao 4º, apenas as mulheres davam aulas, agora de 5ª a 8ª (antiga 1ª a 4ª séries do Ensino Ginásial, hoje 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental II) tinha professores do sexo masculino e feminino. As classes eram mistas, não tinha separação. No Colégio Providência⁸, era só mulher, mas hoje já é misto também.

Na escola, não havia essa papelada de hoje, a vida escolar era registrada no livro de chamada, no livro de matrícula e o aproveitamento dos alunos era registrado no boletim. Esse boletim, a gente trazia para casa todo mês com as notas alcançadas e, ao final do ano, ele era entregue com a palavra “promovido” ou “reprovado” de acordo com a situação do aluno. Só ao

⁸ O Colégio Providência foi fundado em 1850, na cidade de Mariana, por Dom Antônio Ferreira Viçoso (bispo de Mariana) e era dirigido pela congregação das Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo. Foi o primeiro do estado voltado para meninas (em regime de internato). Em 1850, com auxílio de Dom Viçoso, a congregação administrava as seguintes instituições: Colégio Providência, Colégio das Órfãs e Asilo para mulheres pobres. Em 1972, o Colégio Providência deixou o regime de internato feminino e passou a receber turmas mistas (LAGE, 2013). Mais informações em: <http://colegioprovidencia.com.br/wp/historico/>. Acesso em: 30 set. 2018.

final do 4º ano, quando terminava tudo, é que recebia um diploma. Nele, ficava registrado que a gente tinha cursado os 4 anos da escola. Era o documento da vida escolar do aluno.

Quando eu terminei o 4º ano no Grupo Escolar Dom Benevides, eu recebi o diploma e, em 1956, fui estudar no Ginásio Dom Frei Manoel da Cruz⁹, conhecido como CNEG, a Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos¹⁰. Ele funcionava à noite no prédio da Escola Estadual Dom Benevides. Durante o dia, lá funcionava de 1º ao 4º ano e, à noite, funcionava o Dom Frei Manoel da Cruz, que começou os trabalhos com a 5ª série; no outro ano, 5ª e 6ª (essa última era a antiga 2ª série do Ensino Ginásial, hoje é o 7º ano do Ensino Fundamental II), até completar a 8ª série. Apesar de ter 11 anos, eu frequentava, pois, naquela época, não tinha essas restrições quanto à idade de sair ou de estudar em determinado horário por ser criança, não tinha nada disso. Lá, eu fiquei durante 4 anos; quando chegava na 8ª série, recebia o diploma, que foi em 1959.

Hoje, é tudo muito em cima de número. O governo faz muita questão da quantidade e a qualidade é deixada de lado. Inclusive, nesses últimos dias, está acontecendo uma polêmica com o Ministro da Educação sobre o Hino Nacional. Toda semana, os alunos cantavam o Hino Nacional e não era apenas ele, sabíamos também o Hino da Proclamação da República, o Hino à Bandeira, o Hino a Tiradentes, com palavras difíceis, que a gente decorava e não sabia o que estava cantando, sabe? Só para você ter uma ideia, um pedacinho do Hino da Proclamação da República era: “Seja um pálio de luz desdobrado”. Só palavra difícil, mas todos sabiam cantar. Lembro que a gente tinha um respeito muito grande pelos símbolos nacionais. No dia 7 de setembro, marchava pelas ruas em comemoração à dita Independência, que nunca existiu (risos). Era bem diferente dos tempos de hoje.

No Ginásio Dom Frei Manoel da Cruz, tinha o Grêmio Literário “Dom Oscar de Oliveira” formado por um grupo de alunos e ocorria todo sábado. A aula tinha um período

⁹ Em Mariana, o extinto Ginásio Dom Frei Manoel da Cruz foi fundado em 1954 pelo padre José Dias Avelar, ofertando o Curso Ginásial e habilitações profissionais como técnicos em Contabilidade e Enfermagem ou Curso Normal. Era uma escola gratuita em nível ginásial, que fazia parte da empreitada da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC). Posteriormente, foi municipalizado e passou a Colégio Padre Avelar. Anos mais tarde, o Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA), um dos *campi* da Universidade Federal de Ouro Preto em Mariana, ocupou o prédio onde funcionava a instituição (GOMES NETA, 2016).

¹⁰ Em meio a mudanças econômicas, sociais e políticas, surgiu, em 1943, a Campanha do Ginásio Pobre (CGP), criada pelo paraibano Felipe Tiago Gomes em Recife/PE, para ofertar ginásio gratuito à população carente em diferentes localidades brasileiras. O movimento passou por outras denominações: Campanha de Ginásios Populares (CGP – 1945); Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos (CNEG – 1946 a 1969); Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC – a partir de 1970-1985). Nessa última fase, observou-se uma “queda na oferta de escolas e de matrícula e iniciou-se a diversificação de suas atividades, que se ampliou nos pós 1985, aprofundando-se, em consonância com o contexto, o discurso do comunitarismo, relacionado com o público não estatal” (SILVA, 2001, p. 137). A partir de 1985, sofreu transformações e, passando por dificuldades de sobrevivência, buscou alternativas como oferecimento de serviços sociais e ensino superior.

menor e participava do grêmio quem quisesse. Toda semana, eles sorteavam os alunos para fazerem uma apresentação na semana seguinte e ocorria assim: um aluno apresentava e o outro fazia crítica sobre a apresentação. Por exemplo, se eu fosse fazer uma poesia, eu dava uma cópia da poesia para o aluno que ia fazer a crítica, sempre uma crítica construtiva, sabe? Havia um auditório usado para as apresentações, onde a gente cantava, apresentava textos, poesias, danças, teatro. Datas como 21 de abril, 7 de setembro, entrada da primavera eram comemoradas solenemente na escola com bailados, por exemplo.

A gente decorava as poesias. Tinha um livro de poesias desde o 1º ano. Até hoje, eu sei algumas de cor que aprendi no meu tempo de criança, como “O ninho de tico-tico”:

“O ninho de tico-tico feito com arte e amor. Achei no galho mais rico. Da minha roseira em flor [...] Mas tive muito cuidado, não toquei com meus dedinhos. Mamãe disse que é sagrado. O ninho dos passarinhos”.

Isso no 1º ano até chegar ao 4º ano com o “Deus”, de Casimiro de Abreu. Lembro que achei uma beleza; por já saber cantar, eu não tive que decorar (risos). Pode cantar?

♪ ♪ Eu me lembro! Eu me lembro! – Era pequeno
E brincava na praia; o mar bramia
E, erguendo o dorso altivo, sacudia
A branca espuma para o céu sereno.
E eu disse a minha mãe nesse momento:
Que dura orquestra! Que furor insano!
Que pode haver maior do que o oceano,
Ou que seja mais forte do que o vento?! –
Minha mãe a sorrir olhou pros céus
E respondeu: – Um Ser que nós não vemos
É maior do que o mar que nós tememos,
Mais forte que o tufão! Meu filho, é Deus! ♪ ♪



Figura 12: QR-Code
Fonte: gerado pelas autoras

Então, decorávamos as poesias como as de Alphonsus de Guimaraens¹¹, um poeta marianense. Tinha um conhecimento mais amplo das coisas. Na escola, a educação e a arte faziam parte do cotidiano. Havia esse envolvimento com canto, poesia, literatura e histórias.

As aulas no Dom Frei eram comuns. Como era uma escola que dava oportunidade para estudar de graça, eu estudava com pessoas bem mais velhas do que eu. Era todo mundo em uma

¹¹ O poeta Alphonsus Henrique da Costa Guimaraens (1870-1921) é considerado um dos principais autores simbolistas do Brasil. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/servico/visitar-o-museu-casa-alphonsus-de-guimaraens>. Acesso em: 22 jun. 2020.

turma só, não tinha separação por faixa etária. Era uma disciplina bem rígida, aquela disciplina ali, o professor ficava em pé na frente falando e você prestando atenção. Lembro que o professor chamava para ir ao quadro fazer algum exercício. Tinha também as arguições. Ele falava seu nome, você ficava em pé e, aí, ele fazia perguntas e você ia respondendo.

Optei por esse ginásio, pois era o único que tinha de graça e atendia tanto o público masculino, quanto o feminino. Antes disso, os meninos, quando terminavam o 4º ano, a única opção de estudo aqui em Mariana era o Seminário¹². Se quisesse fazer a 5ª série, tinha que se deslocar para Ouro Preto¹³. Meu irmão mais velho, quando saiu do grupo, teve que ir para Ouro Preto, porque ainda não tinha fundado o Ginásio Dom Frei Manoel da Cruz. Lá em Ouro Preto, tinha o Arquidiocesano¹⁴, mas ele estudou no Colégio Alfredo Baeta¹⁵.

Em Mariana, tinha o Colégio Providência, mas já era pago. De graça, era só o Ginásio Dom Frei Manoel da Cruz, que depois criou o 2º grau (atual Ensino Médio) ofertando o curso de Contabilidade. A minha irmã e meu irmão mais velhos fizeram esse curso. Ao terminar a 8ª série no Ginásio Dom Frei Manoel da Cruz, eu fui para o Colégio Providência fazer o curso de formação para professores, que durava 3 anos, de 1960 a 1962, chamado Curso Normal.

No Curso Normal, para te falar a verdade, a questão da prática era uma dificuldade, pois, quando chegava na escola, a gente ficava sem saber o que fazer, não tinha muito o porquê das coisas. Por exemplo, em Matemática a gente decorava. As ideias da subtração, eu fui aprender lá no curso de Pedagogia. Eu não sabia! A gente aprendia subtração assim: 5 para 6 falta 1. Era a ideia aditiva. Quando era 5 para 12, tinha que emprestar um. Pra quem? Aprendi decorando. Sabia fazer certo, mas não sabia por quê. Quando ia ensinar, não tinha como ensinar certíssimo, porque a gente não sabia também.

¹² O Seminário na cidade de Mariana foi fundado em 1750 pelo primeiro bispo Dom Frei Manoel da Cruz. Em seguida, foi desmembrado em dois institutos: o Seminário Menor Nossa Senhora da Boa Morte e o Seminário Maior São José. Uma das providências foi a abertura de uma instituição de ensino, que se dirigia aos indivíduos que almejavam se tornar sacerdotes e aos que possuísem condições financeiras para pagar os estudos. Atualmente, a sede dessa instituição é o Seminário Maior São José.

¹³ Ouro Preto possui aproximadamente 70 mil habitantes e está a 96 quilômetros de distância da capital.

¹⁴ Em 1926, o Ginásio Municipal Arquidiocesano de Mariana foi fundado por Dom Helvécio Gomes de Oliveira (arcebispo de Mariana), ofertando o internato e o externato para o público masculino. Em 1933, a Sociedade Liceu de Ouro Preto foi criada para manter a instituição e, no ano seguinte, ocorreu a transferência para Ouro Preto. Em 1943, passou a funcionar como colégio, iniciando o Curso Científico. De 1934 a 1970, ofertou regime de externato misto e, sobretudo, internato masculino (esse último encerrado em 1970). Em 1998, a Samarco Mineração SA, em convênio com uma mantenedora, assumiu a Escola Alphonsus de Guimaraens (Colégio Arquidiocesano Unidade II). Disponível em: <https://arquidiocesano.com/instituicao/historia/>. Acesso em: 12 ago. 2019.

¹⁵ A Escola Estadual Alfredo Baeta foi criada em 1920 por Alfredo Baeta, inicialmente, denominada Escolas Reunidas. Em 1927, ganhou um prédio próprio em terreno doado por seu fundador, mas, para atender a demanda, a escola funcionava em vários prédios da cidade. Em 1961, passou a ser denominado Grupo Escolar e, no ano de 1968, teve início a oferta de um curso noturno. Disponível em: <https://jornalvozativa.com/geral/ajude-a-escola-municipal-alfredo-baeta-de-ouro-preto-mg-a-revitalizar-seu-predio/>. Acesso em: 12 ago. 2019.

Para a nossa formação, havia disciplinas como Psicologia, Trabalhos Manuais, Calistenia, era uma Educação Física, as metodologias de Português, de Matemática... Era um estudo bem acadêmico, bem teórico, sabe? Só as freiras davam aula, o único homem que dava aula lá era o Padre Avelar¹⁶, capelão do Colégio, professor de Religião. A gente tinha também aula de canto, era o piano tocando e a gente cantando. Os hinos todos a gente cantava, sabia tudo. Vejo que as escolas por onde passei eram praticamente iguais, aquele mesmo tipo de aula... A única diferença é que, lá no Colégio, as irmãs davam aula em um tablado. Ficava em uma posição superior aos alunos para mostrar quem é o chefe: “Quem manda aqui sou eu”.

Me formei no Curso Normal em 1962 e recebi o diploma de professora primária para atuar nas escolas da cidade. Naquela época, todo ano tinha concurso público e, em 1963, eu fiz o concurso para professora e fui nomeada. Graças a Deus, fiquei em primeiro lugar, mas eram poucas candidatas, apenas 9. Antes de passar no concurso, eu já trabalhava como contratada do estado; aí, quando fui nomeada, consegui meu cargo efetivo. Comecei no Ginásio Professor Soares Ferreira e fiquei lá durante 18 anos.

Quando comecei a trabalhar, aos 18 anos, eu dava aula para o 1º ano e na turma tinha aluno de 17, praticamente da minha idade. Nesse início de carreira, lembro dessa insegurança e dificuldade que tinha, principalmente, de não saber manter a disciplina ou para aguçar a atenção do aluno. Eu tinha uma inveja da minha irmã, ela tinha feito o curso de Contabilidade e trabalhava como secretária na prefeitura. Eu falava com ela: “Ah, que bom para você, papel de um lado, lápis não grita, caneta não corre...” (risos). A gente ficava sem saber até a prática. Era aquela época mais rígida, onde o professor ficava em pé ali na frente e o aluno sentado ouvindo. Não era como hoje, que o aluno interage o tempo todo ali para aprender. Fui aprendendo a ser professora com o tempo, com a experiência. A gente entrava em contato com outra professora, ela te ajudava, dava uma instrução de como fazer...

Ainda no tempo que comecei a dar aula era aquele negócio da tabuada decorada e muita leitura. A tabuada já era aquela coisa antiga. Fazia questão de ser como no meu tempo de aluna, a tabuada na ponta da língua. Eu gostava do $7 \times 8 = 56$. Então, fica: 5, 6, 7, 8, uma sequência para lembrar, sabe? Porque os alunos confundem muito. Aí, depois a gente vai pegando as facilidades que havia ali. Por exemplo, na tabuada de 9, quando você soma o produto dá 9, não é? Então, $6 \times 9 = 54$. Por quê? A dezena é uma unidade a menos que o multiplicador. Se é 6,

¹⁶ Padre José Dias Avelar (1898-1991) foi ordenado sacerdote em 1922, realizou seus estudos no Colégio Caraça, em Petrópolis e na França. Em 1964, foi enviado a Mariana para ser professor e diretor espiritual do Seminário Maior, foi também diretor e um dos fundadores do extinto Ginásio Dom Frei Manoel da Cruz (GOMES NETA, 2016).

então a dezena é 5, se a soma do produto vai ser 9, então só pode ser 54. Fazia essas coisas assim, porque, às vezes, ficava aquela dúvida. A gente fazia muita contagem agrupando de 2 em 2, 3 em 3, 4 em 4, para ficar mais fácil para ele captar as contas.

Em relação às propriedades, trabalhava muito com milho, com feijão, que é algo concreto. Novamente, 3×4 grãosinhos de feijão. Na carteira, eles faziam 1 vez, 2 vezes, 3 vezes, formando um quadro, se ele olhar na horizontal, somando as linhas, ele vai ver da seguinte maneira: 1×4 , 2×4 , 3×4 . Agora se ele olhar na vertical, somando as colunas, ele vai ver: 1×3 , 2×3 , 3×3 , 4×3 , entendeu? Eu gostava muito de mostrar para aquilo entrar.

A questão do princípio de compensação na subtração, mostrar que, quando você tira o mesmo número do minuendo e adiciona ao subtraendo, o resto vai permanecer igual. Quando eu aprendi, a subtração era apenas minuendo, subtraendo, resto ou diferença. A gente não questionava: “Resto?”. Depois que eu entendi, quando ia para sala e questionava: “O que é resto? Resto é aquilo que sobra. O que é diferença? Diferença é quando você faz uma comparação. Quantos anos você tem? Quantos anos eu tenho? Quantos a mais? Quantos a menos? Então, isso aí é a diferença”. Tem também a ideia aditiva, que é a noção que você mais trabalha na vida. “Eu quero comprar uma televisão. Eu tenho tanto, quanto falta?”. Isso também é uma diferença: o que tem para o que falta. É uma subtração, mas usando uma ideia de adição. Então, quando o aluno percebe isso, ele vai extrapolando para outras ideias e conceitos que ele quer desenvolver. Às vezes, utilizava também o recurso da música para trabalhar a matemática, por exemplo ♪ ♪ “1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, para 12 faltam 3” ♪ ♪. Fazia contagem ritmada. Coisas assim para o aluno guardar. Mas, como te disse, houve uma época em que era tudo na decoreba, igual às missas e os cantos em latim, que a gente cantava sem saber o que estava cantando, mas cantava. Era o que dava ali, o que era possível no momento, não é?

Então, passaram-se 1963, 1964, 1965, 1966, 1967. Nessa época, o Estado custeava o estudo para os servidores que fossem efetivos. A gente ganhava uma bolsa, ganhava o tempo e o salário para estudar. Para isso, a gente tinha que fazer um processo seletivo para entrar no antigo Instituto de Educação de Minas Gerais¹⁷, em Belo Horizonte. Durante o ano de 1968,

¹⁷ Criada em 1906, a Escola Normal da Capital era destinada à formação de professoras primárias e atendia o público feminino. Em 1910, foi elevada à Escola Normal Modelo de Belo Horizonte e, em 1929, houve a criação da Escola de Aperfeiçoamento. Transformou-se em Instituto de Educação de Minas Gerais em 1946 e, com isso, a Escola de Aperfeiçoamento foi integrada ao Instituto de Educação com o nome de Curso de Administração Escolar (NEIVA, 2016). Com a Lei n. 5540/1968, o curso de Administração Escolar foi encerrado e, em 1970, foi criado o curso de Pedagogia. Em 1994, este curso foi transferido para a Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Minas Gerais, *campus* de Belo Horizonte. Hoje, oferece a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos (UEMG – *on-line*). Site da instituição: http://fae.uemg.br/FaE_sobre.php. Acesso em: 13 ago. 2019.

fiquei no Instituto de Educação fazendo o curso de Educação Musical. Como tinha comentado antes, desde o primário até me formar como professora no Curso Normal, todo trabalho era individual, somente quando fui para o Instituto de Educação é que tomei conhecimento de outras dinâmicas como seminários, GV-GO (grupo de verbalização e grupo de observação).

Em 1969, eu retornei para Mariana e já voltei como professora de Educação Musical de 1ª a 4ª série na Escola Professor Soares Ferreira; dava aula de canto, era uma aula mais para espalhar. Eu acho que foi a melhor época como professora, porque a meninada gostava, sabe? Nessa escola, eu criei o Coral Infantil “Canarinhos do Soares Ferreira”, tenho até o álbum ali, era uma bandinha rítmica. Tinha uma porção de coral, pois todo mundo queria ser do coral. Além de cantar, tinha dia que eu pedia aos alunos: “Cada um vai trazer 2 pedaços de cabo de vassoura cortado do tamanho do caderno”. A gente chamava de massinha, tinha uma caixa só com massinhas que era para bater uma na outra. Eu falava: “Pede para a mamãe fazer doce de coco e traz a casca”. Aí, elas xingavam, porque tinha que serrar o coco e serrar coco é difícil (risos). Traz lata de goiabada para fazer pandeiro. Os instrumentos eram artesanais, feitos com coquinho, pauzinho para bater, pandeiro de lata de goiabada com tampinha de refrigerante, para formar as guias, uma marimba de garrafas. O dó, ré, mi, fá, sol, lá, si, a gente conseguia afinar de acordo com a quantidade de água que colocava nas garrafas. Tudo o que fazia barulho servia para a bandinha rítmica e os alunos interessavam muito, sabe?

Trabalhava com eles essa questão dos ritmos, que os alunos batiam com esses toquinhos ou coquinhos para desenvolver a atenção. Às vezes, colocava um aluno na frente: “Você vai ser o regente”. Então, ele dava um sinal e dava uma batida, mostrando em qual ritmo todo mundo ia bater. Depois, ele acenava mostrando que tinha que parar. Quem estava distraído dava uma batida a mais e tinha um aluno encarregado de ir com a caixinha pegar o instrumento daquele que bateu fora de hora (risos). Fiquei trabalhando durante 10 anos como professora de Educação Musical. Algumas vezes, buscava fazer interlocução com outras disciplinas, eu dava as aulas de acordo com as datas comemorativas. Na Primavera, cantava músicas que falavam sobre as flores, tinha o Dia da Bandeira e toda semana, na sexta-feira, nós cantávamos o Hino Nacional. Eu tenho ex-aluno, que fala comigo: “Ô, tia Lourdinha, toda vez que canta o Hino Nacional eu lembro da senhora” (risos). Cantava muito o Hino Nacional.

De 1969 a 1978, atuei como professora de Educação Musical nessa escola. Em 1978, meu pai faleceu e eu descobri que aquilo que a gente ganhava não era suficiente para a nossa manutenção. Daí, eu voltei e fiz o vestibular novamente lá no Instituto de Educação, mas dessa vez para fazer Pedagogia entre 1979 e 1980. Graças a Deus, eu passei. Fiquei lá 2 anos para

frequentar o curso de Pedagogia e me formei nas habilitações em Administração e Supervisão Escolar de 1º grau.

Nesse curso, eu aprendi muito, principalmente, matemática. Lá, eles trabalhavam Português, Matemática, Didáticas. Tanto o curso de Educação Musical como o de Pedagogia me deram uma bagagem muito boa. Em Matemática, foi onde eu entendi o porquê, para que das coisas, sabe? O curso me despertou para a concretização de toda a teoria que eu tinha. Os porquês, entende? Aí a gente vê como podia ter sido bem mais fácil tanto para a nossa aprendizagem como para ensinar os alunos. O que trouxe desse curso tentei passar aos professores, mas nunca gostei muito de ficar dando palestra, fazendo reunião, eu gostava mais de entrar na sala e mostrar como é, sabe?

Quando retornei para Mariana em 1981, eu fui trabalhar na Escola Estadual Doutor Gomes Freire¹⁸ como supervisora contratada pelo estado, hoje se chama Especialista de Educação Básica, mas ainda permaneci no meu cargo efetivo como professora, logo eu era professora e supervisora. No entanto, eu queria um cargo, onde eu trabalhasse o dia inteiro, que tivesse um horário integral e que melhorasse o meu salário. Na época, a Inspeção Escolar, hoje Analista Educacional, dava essa brecha, sabe?

Para tentar a Inspeção Escolar, eu precisaria fazer a complementação. Hoje, você faz a Pedagogia Plena, mas antigamente, tinha só a Curta e, para obter a Plena, era necessário fazer mais um período. Fiz essa complementação, entre 1981 e 1983, na Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras¹⁹ em São João del-Rei²⁰; era um curso de férias, com habilitação em Supervisão de 2º grau, Inspeção Escolar 1º e 2º grau e Orientação Educacional 1º e 2º grau. Mas eu vejo que o povo não aproveita muito as oportunidades que tem, pois, o estado oferecia essa vantagem de estudarmos, ganhando tempo e salário. Claro que tinha o sacrifício, eu fiquei

¹⁸ A Escola Estadual Doutor Gomes Freire foi criada em 1964. O nome da escola é uma homenagem ao marianense Gomes Henrique Freire de Andrade, médico e político respeitado em Mariana e no estado de Minas Gerais. Ele teve um papel importante no cenário educacional regional, foi professor da Escola de Farmácia de Ouro Preto e fundou, em 1909, o primeiro Grupo Escolar de Mariana (hoje Escola Estadual Dom Benevides), que, por sua vez, também já foi denominada Grupo Escolar Gomes Freire (GOMES NETA, 2016).

¹⁹ A Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras de São João del-Rei foi fundada em 1953, quando a Inspetoria Salesiana Dom Bosco criou essa instituição, anexa ao Colégio São João. Até 1986, a faculdade manteve os cursos de Filosofia, Ciências, Pedagogia, Letras e Psicologia. Em 1986, foi instituída como Fundação de Ensino Superior de São João del-Rei (Funrei), a partir da reunião e federalização de 2 instituições: a Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras; e a Fundação Municipal de São João del-Rei, mantenedora da Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis (Faceac – 1972) e da Faculdade de Engenharia Industrial (Faen – 1976). Em 2002, passou a Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). A UFSJ tem sede e foro em São João del-Rei e possui unidades em Divinópolis, na região do Alto Paraopeba e em Sete Lagoas. Disponível em: https://ufsj.edu.br/dplag/historico_institucional.php. Acesso em: 13 ago. 2019.

²⁰ A cidade histórica mineira São João del-Rei, com cerca de 90 mil habitantes, está localizada na região do Campos das Vertentes, aproximadamente 190 quilômetros da capital.

em Belo Horizonte durante um ano, eu vinha só final de semana para cá. E, quando eu fiz Pedagogia, era a mesma coisa, durante 2 anos, só vinha final de semana para Mariana. Mas podia ficar por conta do estudo.

Entre 1998 e 1999, cheguei a fazer uma pós-graduação, *lato sensu*, em “Didática e Fundamentos da prática pedagógica”, pela Faculdade de Educação São Luís de Jaboticabal²¹. As aulas aconteciam uma vez por mês. A gente chegava lá no sábado cedo, ficava durante o dia inteiro e, à noite, a gente vinha embora. Era desse jeito.

Em 1984, eu fiz o concurso para Supervisão e passei. Com isso, estava com cargo efetivo tanto na supervisão como na docência. Só que, como comentei, eu almejava a Inspeção Escolar; afinal, já tinha feito o curso em São João del-Rei e meu objetivo era um cargo de 40h para melhorar o meu salário. Daí, optei pela inspeção pelos meus dois cargos: de professora e supervisora. Com isso, eu trabalhei, de 1985 a 1990, na Inspeção Escolar na Superintendência Regional de Educação de Ouro Preto.

Quando eu estava prontinha para fazer o concurso para a Inspetoria Escolar, eles me deram opção para fazer 40h na supervisão. Então, eu optei por esse cargo, mas fiz também o concurso; afinal, já estava preparada. Em 1990, fiz o concurso em inspeção, passei e me aposentei nele. Naquela época era assim: você era nomeada hoje e, hoje mesmo, podia requerer aposentadoria naquele cargo, entende? Então, em 1991, eu me aposentei na Inspeção Escolar e continuei com o cargo de supervisora com 40h. Praticamente o tempo que eu fiquei na Inspeção, foi como contratada, pois fiz o concurso em janeiro, fui nomeada em agosto e tomei posse em setembro. Em fevereiro do outro ano, requeri minha aposentadoria. Eu queria continuar, então tive que pedir licença sem vencimento do meu cargo de supervisão, porque não podia ter 2 cargos técnicos na ativa. Como eu tinha 28 anos de serviço e possuía férias-prêmio que ainda não havia usado, então inteirou os 30. Saiu rapidinho e eu fiquei apenas com a supervisão.

Trabalhei durante 5 anos na Superintendência de Ouro Preto. Era um trabalho que tinha vários aspectos, mas a gente trabalhava mais com a parte da fiscalização, sabe? Por exemplo, às vezes, para autorizar uma escola a fazer algo, era necessário montar um processo de autorização. Para ser sincera, tem função que até hoje não sei para que serve. Eu trabalhei como

²¹ Jaboticabal é um município brasileiro do estado de São Paulo, que possui cerca pouco mais de 76 mil habitantes. Localizado na Região Metropolitana de Ribeirão Preto, está a 350 quilômetros da capital. A história da instituição remete à criação do Colégio São Luís. Em 1972, foi construída a estrutura física para a autorização do funcionamento da Faculdade de Educação São Luís, ofertando, inicialmente, os cursos de Licenciatura em Matemática, Filosofia, História, Geografia e Pedagogia. De 1999 a 2003, implantou o curso de Letras (Português/Espanhol) e Ciências Biológicas. Além disso, lançou também cursos de bacharelado. A partir de 1993, passou a ofertar cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*. Disponível em: <https://www.saoluis.br/nossa-historia>. Acesso em: 13 ago. 2019.

inspetora, me aposentei como inspetora e, até hoje, eu não sei bem para que serve a Inspeção. Mas, vamos levando, não é? Não sei o motivo de ter que colocar muito cargo, principalmente, cargo de comissão, tem que ter muito. Então...

O trabalho como supervisora lá no Gomes Freire ocorreu em 2 momentos: de 1981 a 1984; de 1991 até 2007. Aliás, em 1991, eu tive que esperar sair a minha aposentadoria de inspetora para assumir a supervisão. Eu requeri a aposentadoria e tinha feito a opção por trabalhar 40h na supervisão. Com isso, eu precisava trabalhar manhã, tarde e noite, pois eu trabalhava um turno como professora lá no Santo Estevão²², onde eu era lotada na época, e ainda tinha o cargo de supervisão no Gomes Freire em 2 turnos. Só que veja bem: tanto no Santo Estevão, quanto no Gomes Freire coincidia 2 turnos, ou seja, não era possível eu cumprir a carga horária. Por esse motivo, eu pedi mudança de lotação para a Escola Estadual Dom Silvério²³ que ofertava os 3 turnos. Mas a diretora me convidou para ser vice-diretora pelo cargo de professora, entendeu? Eu aceitei, pois lá era possível cumprir os 3 horários, então ficava um horário como vice-diretora e os outros horários como supervisora. Esse cargo como vice-diretora foi só durante alguns meses, de fevereiro até agosto. Era isso.

Trabalhei como supervisora até 2007, quando me aposentei, porém eu tive que sair pelo INSS²⁴. Eu lancei meu tempo no INSS, pois o regime era único. Na época, era lícito, depois veio uma Emenda Constitucional²⁵ falando que não podia ter 2 cargos técnicos. Antigamente era assim: você podia ter um cargo técnico na ativa e um técnico na inativa, no caso era o de inspeção e supervisão. Daí eles cortaram isso e não dariam a segunda aposentadoria pelo cargo de supervisão, então eu saí pelo INSS, entendeu?

No cargo como supervisora, para ser sincera, eu não fiz praticamente nada. Não me importo de falar. Eu não sabia como orientar os professores, sabe? Como vou orientar um professor de Inglês, de Física? O pessoal incentivava, mas, para passar uma metodologia eu tenho que saber o conteúdo, não tenho? Agora de 1ª à 4ª, eu gostava muito de fazer um trabalho

²² Em 1965, foi criada a Escola Estadual Santo Estevão, sob a direção das irmãs carmelitas da Divina Providência. Em 1990, passou a ser denominada Escola Estadual Sandra Godoy, como reconhecimento à professora. No ano de 1998, a instituição foi municipalizada e, em 2003, voltou a pertencer ao estado de Minas Gerais. Atualmente, é denominada Escola Estadual Professora Sandra Godoy (GOMES NETA, 2016).

²³ A Escola Estadual Dom Silvério foi fundada, em 1966, na cidade de Mariana e teve como um de seus fundadores Dom Oscar de Oliveira. A instituição recebeu esse nome como um modo de homenagear aquele que seria o primeiro arcebispo negro da Arquidiocese de Mariana – Dom Silvério Gomes Pimenta (GOMES NETA, 2016).

²⁴ Instituto Nacional do Seguro Social, criado em 1990.

²⁵ Refere-se à Emenda Constitucional n. 19, de 04 de junho de 1998, constando que é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso: i) de dois cargos de professor; ii) de um cargo de professor com outro, técnico ou científico. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc19.htm#art3. Acesso em: 13 ago. 2019.

de demonstração. O professor solicitava o que ele queria e eu ia na sala e fazia a demonstração de como poderia trabalhar aquele conteúdo, sabe? Daí, trabalhava assim.

Outra coisa que os alunos lembram muito é a sílaba tônica. De vez em quando, eu encontro com algum aluno que lembra disso: “Quando você está longe e sua mãe vai te chamar, como ela te chama? Mariiiiiiiiiiiiiia! Qual pedacinho que demorou mais, que foi mais forte? Então, essa é a sílaba mais forte, é a sílaba tônica”. E assim ia.

Eu gostava muito de trabalhar a matemática, com coisas mais concretas, sabe? E, na matemática, é possível tudo ser concretizado e, infelizmente, às vezes, fica tudo na decoreba. Na multiplicação, começava um trabalho com o corpo, usando brincadeiras como “Ninguém é de ninguém”. Nela, você grita: “Ninguém é de ninguém”, daí sai todo mundo andando. De repente, você grita: “3 a 3”. Aí, eles fazem grupos de 3 e você pede para observarem: “Quantas vezes se repete um grupo de 3?” Então, concretizava desse modo. Agora, no princípio era decoreba.

Uma questão tanto na divisão quanto na multiplicação é que o número existe, está ali, mas ele é abstrato, não é? Depois disso, ia trabalhar no pátio, pedia aos alunos para sentarem-se no chão e solicitava a alguém para ir lá na cozinha e pegar canecas ou colheres, o que estivesse disponível. E, daí, para fazer 3×4 , por exemplo, eu falava: “Fulano, vai naquela porção de caneca. Você vai lá 3 vezes e quero que leve apenas 4 canecas daqui desse lugar até aquela mesa ali. Cada vez que você for, você vai levar 4 canecas”. As canecas estão ali, elas são concretas, os alunos estão vendo: “Então, uma vez levando 4 canecas, agora de novo, até repetir 3 vezes”. Com esse movimento, o aluno percebia que a multiplicação é uma soma de viagens, entendeu? Alguns ainda ficavam sem entender, mas a grande maioria entendia perfeitamente. Na divisão, tem a ideia de comparação ou medida: “Nós temos tantos alunos e vamos dividir em tantos grupos”. Daí eles se organizavam em grupos no pátio e iam vendo como ficava. Ia fazendo isso.

O que teve de mais proveitoso durante o tempo em que trabalhei, pelo retorno que, até hoje, eu tenho dos ex-alunos, foram os 10 anos como professora de Educação Musical e depois na supervisão escolar na Escola Estadual Doutor Gomes Freire. Lá, também fundei um coral de criança, mas não deu muito certo, pois eu não tinha aquela exclusividade do tempo todo para ficar por conta. Naquela época, era uma pobreza que eu não tenho nenhuma foto, sabe?

Outra coisa que ficou também foi a contação de história. Até hoje, eu sou contadora de história. Eu sempre gostei de história, sabe? E os alunos se interessavam muito. Então, todas as sextas-feiras, depois do recreio da manhã e da tarde, eu contava história para mais de 300

crianças. O objetivo era ensiná-las a escutar, pois a gente tinha detectado que um grande problema na aprendizagem das crianças se dava pela falta de atenção. Daí eu comecei a contar histórias. Criei um grupo mirim de contação de história, eu tenho o registro também, era um trabalho contextualizado dentro da realidade das crianças, valorizando o “Faz de conta”, a fantasia, a magia da literatura e os conhecimentos dos alunos.

Graças a Deus, eu tinha um domínio muito grande com as crianças. Para você ver, eu contava história para mais de 300 crianças sentadas no pátio e era silêncio total. Às vezes, chegava ao ponto de eu ter problema com o adulto que conversava, do que com as crianças. E o menino fazendo: “Psiu!”, chamando atenção do adulto por estar atrapalhando. No princípio do ano, fazia um combinado com eles: “Eu vou contar história, mas, se tiver bagunça, eu paro a história. E essa história nunca mais vai voltar”. Na primeira história, eu não chegava ao fim e, daí, eles criavam um final para a história. Teve um ano que era a primeira história que estava contando, daí começou com bagunça e eu parei. Eu lembro que a professora falou:

- Continua, Lourdinha, agora eles estão quietos
- Não. Eles têm que ver que essa história já não dá mais para voltar.

Senão eles não aprendem. Tem que doer um pouquinho (risos). Ainda continuo contando histórias. Tenho uma roupa própria, toda de fita para contar história, tenho também uma mala, onde carrego os meus personagens. Essa mala não abre com chave, ela só abre com palavras mágicas que as crianças me ajudam a falar para abri-la, sabe? Quando eu contava histórias na escola, toda sexta-feira, a hora que conseguia abrir a mala era aquele: “Ohhhhhhhh”. Como se fosse a primeira vez. Às vezes, eu estou andando na rua e, de repente, eu escuto assim: “Clic, clic, clic”. Aí, eu falo: “Clac, clac, clac”. E fico procurando. Posso saber que é ex-aluno, pois era uma das palavras mágicas para abrir a mala. Ah, ficavam todos doidos.

Essas histórias que eu contava ficava para o aluno reproduzir livremente, se quisesse e da forma que ele quisesse. Uma das atividades era para darem outro final para a história contada. Alguns faziam a reprodução da minha roupa, riquíssimos de detalhes, eles faziam idêntico. Quando você olha para o desenho deles, todo mundo sabe que sou eu. Tinha de tudo: desenhos, histórias em quadrinho, relato escrito, diálogo. Toda sexta-feira, eu pegava uma produção de qualquer aluno para mostrar aos outros. Até hoje, eu tenho essas reproduções comigo. E essa experiência foi muito boa, porque atendeu ao problema que a gente tinha com a falta de atenção dos alunos. Além disso, as crianças começaram a se interessar mais pela leitura, sabe? Motivados não só pela contação de história, mas também para procurar outras coisas.

Até hoje eu conto história, eu gosto muito de contar lendas marianenses, sabe? E gosto muito de cantar também. É raro o dia que eu saio e que eu não encontro com um ex-aluno para recordar de alguma coisa daquele tempo. Hoje, a escola é muito falha, você não escuta mais a criança cantando. A contação de história também ficou de lado, sabe? Eu acho que essas atividades ajudam a criança a se interessar mais.

Em 2001, foi o centenário da Banda União, eu estava trabalhando na Escola Gomes Freire e nós trabalhamos com os alunos o hino de Mariana; seu autor foi um dos fundadores da Banda. A letra era de Alphonsus de Guimaraens, um poeta marianense. A escola toda sabia cantar. Antigamente, quando a banda ia fazer a retreta²⁶, a última música que tocavam era o hino de Mariana. Eles distribuíam a cópia para todo mundo para cantar. Lembro de uma vez, em que estava lá na praça perto do José Raimundo, vizinho ali do Gomes Freire, e, quando foram dar para ele a cópia, ele falou: “Não preciso, eu sei de cor. De tanto ouvir a escola cantar, eu já sei de cor” (gargalhadas). Os alunos gostavam.

De vez em quando, vêm ex-alunos para ver as fotos que tenho, porque eles não têm essas fotos. Eu acho que o registro faz falta, né? Naquele tempo, era muito difícil tirar uma foto, dependia de o fotógrafo ir à escola ou conforme o evento que a gente ia cantar, eles faziam o registro também, sabe? Eu não mexo com *internet*, mas mandei colocar as fotos do tempo bem antigo em um CD e passei para alguns alunos. Todo mundo doido por causa das fotos.

Na época em que trabalhava, as condições de trabalho do professor eram difíceis, pois algumas coisas eram por nossa conta. Por exemplo, algum material era a gente que adquiria, nós não recebíamos nada. Além disso, quando eu comecei a trabalhar o estado, pagava para os professores a partir da renda local da coletoria, era uma arrecadação estadual que vinha do lugar. Aqui em Mariana, por exemplo, na época não tinha indústria, não tinha nada, não havia praticamente arrecadação nenhuma, então a gente trabalhava, às vezes, 10 meses sem receber. Quando saía o pagamento, vinha apenas 1 ou 2 meses. Naquele tempo, “não tinha inflação”. Você ia lá na loja comprava as coisas, anotava e quando você ia pagar, pagava o mesmo tanto. O material que tinha disponível era apenas o cuspe e o giz do quadro negro. Eu falo que a única coisa que mudou na escola é que o quadro antes era negro e agora ficou verde. É tudo do mesmo jeito. Outro dia, eu estava vendo uma reportagem de que, no Espírito Santo, algumas escolas estão bem modernas, onde o próprio aluno faz a construção de todo o conhecimento. E é o que fica, a gente aprende no dia a dia. Quando a criança vai para a escola, ela já leva uma bagagem grande de coisas que aprendeu no dia a dia.

²⁶ Momento de se retirar, recolher.

Eu vejo que a gente tem que ficar muito atento às crianças. Tenho uma sobrinha que é professora e, um dia, ela levou a menina dela e deixou lá na sala dela, não sei o que tinha na escola. Ela estava ensinando o conteúdo sobre horas. Quando chegou em casa, a filha dela estava falando as horas:

- Onde você aprendeu isso, menina?
- *Ocê, mãe, ocê.*
- Uai, mas onde? Eu não te ensinei.
- Ensinou lá na escola, mãe, e eu vi *ocê*...

Eu acho que a criança é muito observadora, sabe? Quando você aguça essa curiosidade, eu acho que ela vai bem longe.

As dificuldades que tive durante a carreira: primeiro, foi essa questão de você não saber o porquê, o para quê das coisas para poder ensinar. Com o tempo, você aprende o modo de trabalhar pelos contatos com outros professores. Quando eu aprendi a ser inspetora e supervisora, eu aposentei. Quando aprendi a ser professora, eu saí, sabe? As dificuldades eram mais voltadas a essa questão de como transmitir o conteúdo, entende? Quanto ao material didático, às vezes, era muito difícil, pois, dependendo do que você precisava, tinha que dispor do seu próprio dinheiro para adquirir. Eu sempre fui professora alfabetizadora, dei aula apenas um ano para o 2º ano, sempre lecionava para o 1º. Então, aqueles alunos que tinham dificuldade, a gente chamava em casa, dava aula de graça para eles, pegava ali individualmente, sabe?

Escolhi a carreira como professora, pois minha mãe me orientou: “Você gosta muito de criança, então vai ser professora”. Eu sempre gostei muito de brincar e de contar história, às vezes, de ensinar as crianças. Ela me falou: “Ah, não vai fazer Contabilidade. Não vai fazer não, vai estudar para professora”. Em Mariana, já tinha o curso de Contabilidade gratuito. Daí, optei por ser professora e consegui a bolsa, se fosse para pagar talvez eu não tivesse feito o curso. Naquele tempo, as coisas eram muito difíceis.

Eu não tive filho, eu sou titia, eu adoooooro. Eu sou sozinha, nós somos em 6 irmãos, todos casados e bem casados. Eu já sou tia-bisa, sabe? Eu me dedico muito à minha família. Eu tenho uma família grande. Como te falei, eu tenho 2 sobrinhos-netos que moram aqui em Mariana. O menino tem 8 anos, eu ando com ele para cima e para baixo. Levo para a natação, para a aula de *Muay Thai*, na fonoaudióloga. Lá na casa dele, eu brinco muito com ele. Eu acho que nasci para ser tia e me sinto feliz com isso. Gosto muito de contar história, sabe? Ele sempre



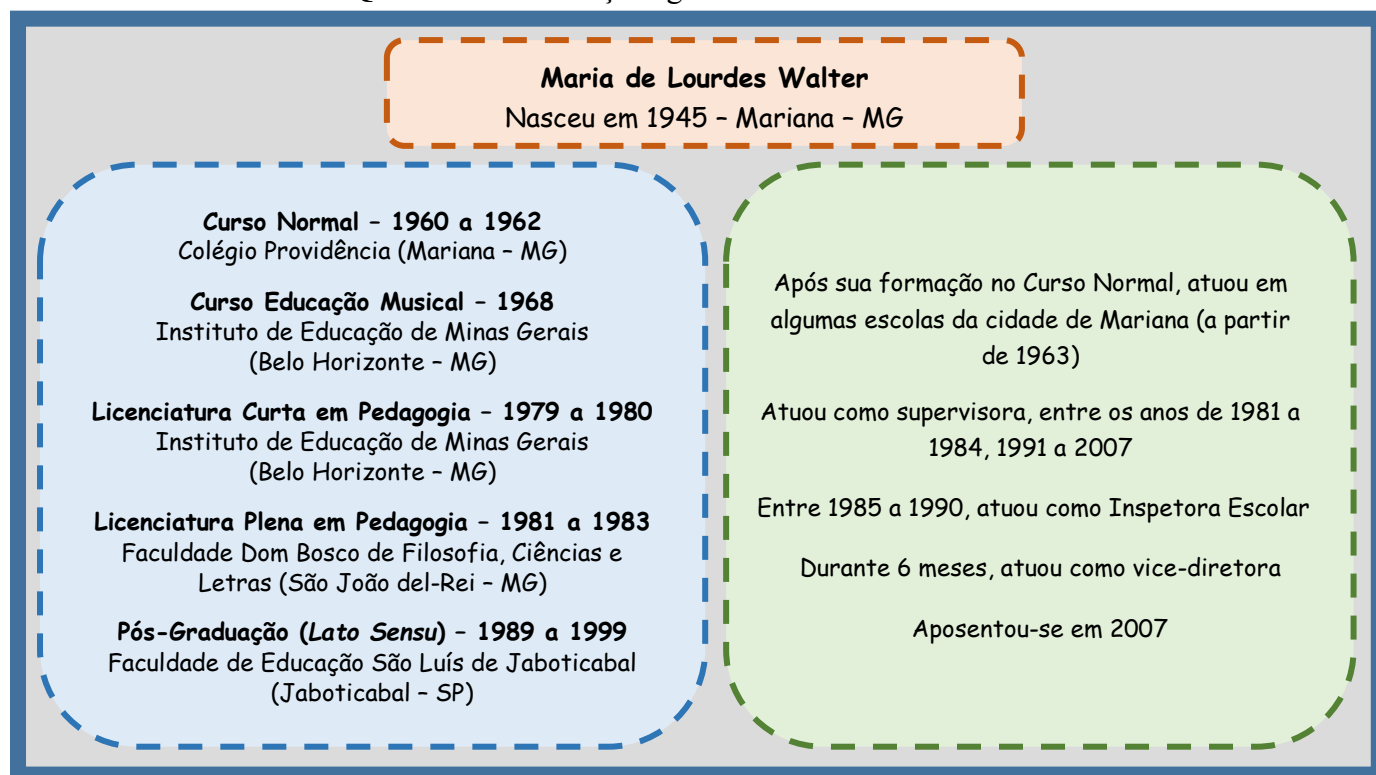
Figura 13: QR-Code
Fonte: gerado pelas autoras

pede: “Conta, tia, conta uma história”. As minhas sobrinhas que já são moças casadas falam: “Nossa, a minha tia conta história de arrepiar os cabelos”. A gente tem que se dedicar a alguma coisa, não é? Eu me dedico à minha família! Então, apesar de ter saído da escola, eu ainda continuo contando história. Aqui em casa, no Natal, vem Papai Noel de verdade para entregar os presentes. Quando chega época de Natal, os sobrinhos, os miudinhos, fazem questão de estar sempre em contato comigo para dizer que estão comendo e obedecendo tudo direitinho. Comunicam comigo, porque eu que comunico com o Papai Noel para trazer os presentes (risos).

Embora meu pai tenha sido maestro da Banda União e meus irmãos participarem também, eu não trabalho com a banda. Eu canto, faço aula de violão, lá com o Rafael, na Casa de Cultura Marianense²⁷. E faço parte de um conjunto de seresta que canta toda quinta-feira. Hoje à noite, eu vou lá na avenida cantar na “Seresta na Varanda”. Eu também costuro para os meus sobrinhos, faço fantasias, pijamas, roupas. Minha mãe era costureira e meu pai foi alfaiate, sabe? Minha mãe falava que não ia deixar dinheiro ou terras como herança: “A única herança que eu vou deixar é a costura. Uma riqueza para vocês fazerem o que precisarem”. Então, cada peça que eu faço, eu penso nisso, sabe?

Bom, é isso... Eu só acho que depois eu vou lembrar de mais alguma coisa que eu não te falei, sabe? É bem capaz de lembrar de mais alguma coisa que eu não falei. Depois que passa, a gente sempre vai lembrando, não é?

²⁷ A Casa de Cultura foi edificada em 1730, era a antiga Casa da Intendência e primeira casa de fundição de ouro de Minas Gerais. Atualmente, abriga a Academia Marianense de Letras e a Academia Infanto-Juvenil de Letras, Ciências e Artes. Disponível em: <http://turismo2016.pmmariana.com.br/atrativos/culturais/museus/casa-de-cultura-academia-marianense-de-letas>. Acesso em: 13 ago. 2019.

Quadro 3: Informações gerais de Maria de Lourdes Walter

Fonte: elaborado com base na textualização

2.4. Confiar para celebrar

Ainda durante a última estadia em Mariana, entrei em contato com outra escola, o Colégio Providência. A secretária agendou um horário, no dia 01 de março de 2019, para que eu conversasse com a diretora. Como se tratava de uma instituição que formou professoras da região, a ideia era tentar obter algum nome, porém não foi possível concretizar essa ação.

A entrevista com a professora de Acaiaca estava marcada. E o acesso de ônibus a essa cidade e a Diogo de Vasconcelos me preocupava por ser um pouco limitado em relação aos horários¹. Enquanto os contatos se estabeleciam, pensava em estratégias para me deslocar até esses lugares. O acesso era trabalhoso e, em meio a isso, havia outro limitador: às segundas e terças-feiras de manhã, eu lecionava na Unesp/Rio Claro. Precisava, portanto, conciliar os compromissos das entrevistas em Acaiaca² e Diogo de Vasconcelos³ e as aulas. Ao perceberem o desgaste desses deslocamentos por ônibus, meu sogro e, naquela época, meu noivo Vitor, hoje esposo, decidiram me levar de carro a essas cidades, assim eu teria companhia e me deslocaria de modo mais rápido.

No dia 07 de março, partimos, meu sogro, Vitor e eu, da cidade de Ouro Branco, onde reside a família do meu esposo, que está a 85 quilômetros de Acaiaca. Naquela estrada sinuosa, pegava-me olhando para as paisagens deslumbrantes, repletas de morros e matas verdes, fazendo uma retrospectiva da pesquisa, tão sinuosa quanto aquela estrada. Àquela altura, em alguns momentos, ficava em dúvida se a pesquisa chegaria ao fim devido às dificuldades do percurso. Duvidava até de minha capacidade para cumprir aquilo que havia proposto para essa investigação.

Nas conversas com a professora Edna pelo telefone, ela se mostrava bastante disponível, mas também tinha impressão de um certo receio (natural) por uma desconhecida entrar em contato com ela para fazer uma entrevista. Receio, em minha visão, que foi quebrado quando ela me recebeu em sua casa e ali, novamente, tive a oportunidade de me apresentar e falar sobre

¹ Os horários de ônibus saindo de Mariana em direção a Acaiaca, distantes 48 quilômetros, aconteciam pela linha intermunicipal Mariana x Barra Longa, às segundas, sextas e sábados às 14h, domingo e feriados às 9h. E a partida de Barra Longa ocorria às segundas, sextas e sábados às 7h e domingos e feriados às 17h. Embora o percurso ocorresse em pouco mais de uma hora, dependendo dos horários e dias disponíveis para a entrevista e a compatibilidade com os horários de ônibus, teria que ficar de um a quatro dias por lá.

No caso de Diogo de Vasconcelos, localizado a 54 quilômetros de Mariana, o ônibus apenas passava pelo trevo que dá acesso à entrada da cidade, a 17 quilômetros do centro. O acesso por ônibus se dava pela linha Mariana x Barroca, com partidas diárias de Mariana e Barroca, respectivamente, às 14h e às 6h15min, com tempo de percurso de uma hora e meia. Esses horários são dispostos dessa forma, pois, de modo geral, as pessoas que moram nessas cidades se deslocam esporadicamente à cidade de Mariana apenas para resolver alguma questão mais pontual.

² A distância entre Rio Claro e Acaiaca é de 700 quilômetros.

³ A distância entre Rio Claro e Diogo de Vasconcelos é de 774 quilômetros.

a pesquisa. Percebia que, diferentemente do contato por telefone, aquele contato pessoal era importante para que a confiança se estabelecesse, sendo uma estratégia utilizada com as demais professoras.

Foi uma tarde de prosas agradáveis, mas também de momentos tristes por sua história de perdas de entes próximos, que faziam com que aquelas dificuldades da pesquisa se tornassem ínfimas. Ao final da conversa, celebramos o encontro com um café. Saí revigorada pelo resultado positivo, não apenas por ter conseguido uma entrevista, mas muito mais pelas lições de vida daquela tarde. Às vésperas do Dia Internacional da Mulher, pensava na história de luta das mulheres que conheci por meio da pesquisa do doutorado, mas também em tantas outras que não conheço e que tiveram/têm suas histórias ocultadas/silenciadas. Essa data não está posta apenas para homenagens triviais, mas para lembrarmos que ainda há muitas questões a serem resolvidas e debatidas.

Edna Lemos de Souza Castro



Figura 14: Professora Edna
Fonte: arquivo pessoal de Edna

Bom, Iara, meu nome é Edna, mas passei a ser dona Edna, apesar de não ser dona de nada. Quando comecei a lecionar na minha cidade de Acaiaca¹, no ano de 1966, havia apenas o Ensino Primário, de 1º ao 4º ano (hoje, 2º ao 5º ano do Ensino Fundamental I). Naquela época, a professora não era tia, era dona. Com isso, aos 19 anos incompletos, eu passei a ser dona e até hoje os pais de ex-alunos, os jovens e até as crianças me chamam por dona Edna.

Eu nasci no dia 09 de março de 1947. Vivi minha infância na década de 50 e me lembro que

minha avó Inhá tinha um armário cheio de livros que aguçavam minha imaginação. Além das brincadeiras, a leitura de histórias e “contação de causos” eram momentos de união e alegria nas noites sem a TV. A gente gostava de prostrar, digo “gostava”, porque hoje as pessoas, dificilmente, prostriam. Refiro-me a essa prosa de assentar na porta de casa para contar “causos”, tocar violão e cantar. Uma pequena conversa ou recado, hoje, é feito apenas pelo *WhatsApp*². Prostrar, olho no olho, é difícil, pois o celular toca e o fio da meada se perde. No passado, a prosa era “das boas”! Não havia televisão, muito menos, celular. Havia rádio com Repórter Esso³, novelas com sons especiais e partida de futebol narrada pelo rádio. Nossa fonte de lazer



Figura 15: Professora Edna (1965)
Fonte: arquivo pessoal de Edna

¹ Acaiaca é uma cidade do estado de Minas Gerais com quase 4 mil habitantes e está localizada a 154 quilômetros da capital (Belo Horizonte).

² O *WhatsApp* é um aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz para *smartphones*.

³ O programa Repórter Esso foi um noticiário que revolucionou o rádio-jornalismo no Brasil. Sua história se inicia em 1941 na Rádio Nacional do Rio de Janeiro. Em 1952, começou a ser transmitido na televisão pela TV Tupi, passando a se chamar “O seu repórter Esso”. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/testemunha-ocular-da-historia-reporter-esso-fez-sucesso-no-radio-na-tv-19930939>. Acesso em: 04 jun. 2020.

era visitar os amigos para prostrar e, na prosa, os casos preferidos eram os de assombração. Nós, crianças, ficávamos apavoradas, morríamos de medo, íamos dormir com nossas mentes povoadas por seres de outro mundo.

Desse tempo de infância na vila, lembro muito das brincadeiras. Minha família morava no Largo Professor Martins, onde há algumas casas e um casarão em uma parte mais alta, em volta era todo gramado, não havia muro, era um barranco e a rua ficava abaixo. Ali, ficava a casa do meu pai, da minha avó, Inhá, da minha irmã, Terezinha, e havia, também, outras casas de pessoas da família, por isso o Largo se chama Professor Martins, em homenagem ao meu bisavô. Hoje, o Largo é tombado pelo Patrimônio Histórico e Cultural.

A gente brincava ali. Outra hora, íamos ao Ideal Sport Clube⁴, fundado em 1925. Esse foi o primeiro clube esportivo da cidade, a primeira sede não existe mais, meu pai era um dos sócios fundadores. Ou íamos ao campo do Independente Futebol Clube⁵. Quando havia jogo além de assistir, fazíamos torcidas. Ao lado do campo do Ideal, havia um campinho de vôlei, onde batíamos bola. Era muito prazeroso. As brincadeiras se resumiam a pular corda, passar anel, bater peteca, chutar bola, subir em árvores, pique-esconde, brincar de roda, de casinha, de ciranda. Era uma ciranda da vida. Brincávamos de teatro cantado e dançado ou teatro de sombra com lençol à luz de lamparina, onde fazíamos efeitos com as mãos.

Meu pai (João Pedro de Souza) trabalhava como estafeta dos Correios: na hora do trem, ele transportava as malas dos correios à estação e vice-versa. Nas horas vagas dos afazeres nos correios, ele trabalhava como alfaiate de roupas masculinas em uma oficina em nossa própria casa. Minha mãe (Maria Lemos de Souza) trabalhava em casa e também era costureira, só estudou até o 3º ano primário (hoje 4º ano do Ensino Fundamental I). Ela tinha uma babá, porque eram muitos filhos, 9 na época, mas 2 crianças morreram. Ela estava sempre na cozinha fazendo o almoço no fogão à lenha, na oficina ajudando meu pai na costura ou no quintal tratando das galinhas. Meu pai fazia ternos, cortava e costurava os paletós e minha mãe costurava as calças. Todos muito bem feitos. Com esse trabalho dos meus pais, fomos privilegiados por essa presença deles em todos os momentos de nossa vida.

⁴ Em 1925, ocorreu a criação do Ideal Sport Clube, primeiro clube esportivo de Acaiaca, liderada por Eduardo Antônio Côrrea – irmão de Manoel Leandro Côrrea, farmacêutico do lugar (CASTRO, 2014).

⁵ Na década de 1940, havia apenas um farmacêutico em Acaiaca, Manoel Côrrea (Neco). Nesse período, começaram a residir, nessa vila, o médico José Macedo junto à sua esposa Luiza Lanna (professora), o qual passou a atender consultas e a encaminhar seus clientes ao novo farmacêutico, José Elias Martins. Isso acabou por tirar a clientela do senhor Neco, ocasionando rixa política e divisão entre os jovens, que originou, em agosto de 1944, outro clube de futebol, o Independente Futebol Clube. Essa divisão influenciou a política local e se evidenciava no esporte: o Ideal representava a direita (UDN) e o Independente a esquerda (PSD) (CASTRO, 2014).

Eu tinha um irmão, o Solimar, que sofria crises de epilepsia e morreu aos 21 anos. Ele gostava de pescar, ia à beira do rio Carmo e, como o remanso era em frente à nossa casa, meu pai ficava sempre vigiando. Quando ele sentia o sintoma da crise, vinha correndo para o gramado e gritava: “Epa”. Eu entendia que era “Ô, pai. Ei, pai”. Não sei, mas era um sinal de que estava passando mal. Meu pai largava a costura correndo, descia uma escada arredondada e ia socorrer meu irmão no gramado até passar a crise. Ele gostava de ir até a barra do córrego iscar anzol. Esse rio dava muito peixe grande, piabas, grumatãs, carás, bagres, mandis, lambaris, cascudos, até dourados. Vários tipos de peixes enormes corriam por esse rio. Antes de receber resíduos da ALCAN⁶ – companhia de alumínios localizada em Saramenha, um bairro de Ouro Preto⁷ – corria uma água muito límpida.

Meu pai sempre pedia para ele ficar por perto, mas um dia, em um sábado de Nossa Senhora, do qual era devoto, ele atravessou a ponte rumo ao encontro das águas do córrego e o rio para armar o anzol. Quando estava do outro lado da ponte, encontrou-se com um menino e falou: “Ô, Zezinho, vamos ali comigo na barra do córrego, só armar os anzóis e vou deixar lá”. E o menino foi com ele, já era à tarde. Quando chegou à beira do rio, ele colocou a isca no anzol, jogou na água, abaixou para fincar a vara na terra e falou: “Epa”. O menino disse: “Ó, tá beliscando já?” Ele não entendeu que meu irmão estava passando mal. Quando ele rolou, caindo no rio, o Zezinho entendeu o que estava acontecendo, daí saiu correndo para buscar socorro, até atravessar a ponte e chegar à casa do meu pai, do outro lado.

Naquele tempo, havia somente um carro em Acaiaca, seu dono era Manoel Leandro Correa, o senhor Neco, um vizinho amigo, farmacêutico e bioquímico. Ele foi prefeito de Mariana⁸ na década de 50. Ele saiu às pressas de carro com meu pai e, chegando lá, acharam o corpo do meu irmão, no mesmo lugar onde havia caído. Carregaram-no, puseram no carro e o levaram. Fui e voltei correndo atrás. Quando o carro passou na ponte de madeira, lembro-me que balançava e o toque do sino, anunciando o Ângelus da tarde, confundia-se com o ranger da ponte e ficou aquela coisa na minha cabeça como um lamento: “Até a ponte está chorando por causa do meu irmão”. Coisas de criança. Um golpe nos meus 11 anos.

⁶ Em 1934, iniciou a história da empresa Elquisa (Eletro Química Brasileira S.A.) com o empreendedores Simão Lacerda e Américo René Giannetti. Em 1950, a Alcan (Aluminium Limited do Canadá) Alumínio do Brasil adquiriu as ações da fábrica e iniciou um processo de produção de alumínio em escala industrial. Atualmente, está vinculada ao grupo Novelis do Brasil. Disponível em: <http://arquivopublicoop.blogspot.com/2013/02/producao-de-aluminio-impactos-na.html>. Acesso em: 16 set. 2019.

⁷ Ouro Preto possui aproximadamente 70 mil habitantes e está a 96 quilômetros de distância da capital.

⁸ Conhecida como a “Primaz de Minas”, Mariana é uma cidade do estado de Minas Gerais com cerca de 58 mil habitantes e está localizada a 110 quilômetros da capital (Belo Horizonte).

Olha, são muitas coisas que eu vivi, inclusive conto nesse livro aqui “Prosa bem contada”⁹. A varanda da nossa casa era muito grande e, por terem muitos filhos, meu pai ninava a gente: “Zu...zu, zu...zu...zu. Zu...zu, zu...zu...zu”. Ia balançando e, aí, o sono chegava, não tinha como não vir. A minha irmã Beatriz fez uma poesia tão linda sobre essa cantiga de ninar:

“Sabe, papai, é incrível, mas eu me lembro do anoitecer daquele dia, em que você balançou-me, carinhosamente, deitada nos seus braços no alpendre de nossa moradia. E fazendo zu...zu... você chamou sono para o meu cérebro, ainda enfeitado das brincadeiras daquele bonito dia!

Meu bracinho de três anos esfolava-se na fivela do seu correão. Incomodou, sabia? Mas seu zu...zu... balançadinho foi tão terno... tão sereno... que eu fiquei calada... quieta... encolhidinha... e o sono foi chegando... de mansinho... e eu sentindo... o meu coração... preso ao seu coração... pela fivela do seu correão! Sabe, papai, aquele aprisionar de corações valeu a pena por milhões de horas... dias... anos! Valeu por toda a vida. Para eu te compreender... para você me entender... E assim... de mim... você pôde muito exigir e conseguir... contente... fazer com que, hoje, eu seja, ao menos um pouco, gente!”¹⁰



Figura 16: QR-Code
Fonte: gerado pelas autoras

Somente depois que minha irmã fez esse poema ao meu pai é que entendi que ele ninou todos os filhos, como eu era a caçula, achava que só eu tinha tido esse privilégio. E, nessa poesia, ela descreveu tudo o que eu sentia (risos). Esses cuidados advindos dessa vivência foram definitivos para nossa formação. Valeram por toda vida!

Por eu ser a caçula de uma família com muitos filhos, tendo meus irmãos mais velhos saído de casa ainda novos para trabalharem, eu era paparicada na simplicidade que havia do passado. O mais velho não completou os estudos, só teve o curso primário; já minha irmã mais velha, a Terezinha, que mora em Ouro Preto, casou-se muito nova, teve 11 filhos e todos

⁹ É um livro da professora Edna, lançado em 2017 em comemoração aos seus 70 anos, em que apresenta recordações de sua vida, por meio de 70 prosas que, ao longo do livro, evidenciam a cultura de várias décadas. Ver: CASTRO, E. L. de S. Prosa Bem Contada. Acaiaca, 2017.

¹⁰ O *Quick Response Code* (QR-Code) refere-se a uma evolução do código de barras que pode ser lido pela câmera do seu *smartphone* usando um aplicativo. Para fazer a leitura do QR-Code em seu *smartphone*, caso ainda não tenha o leitor de QR-Code você deverá baixá-lo na loja de aplicativos de seu celular (por exemplo, Leitor QR, Kaspersky QR Scanner ou Barcode Scanner). Ao acessar o aplicativo de leitura do QR-Code, direcione a câmera para o código de barras presente ao longo da tese, e, automaticamente, será disponibilizado o acesso ao material. Nesta tese, eles serão utilizados para acessar outros tipos de materialidades que não são possíveis de serem reproduzidos em um texto escrito. Caso tenha dificuldade para fazer a leitura do QR-Code, você poderá clicar em cima do QR-Code e, automaticamente, também será encaminhado a um *link* que possibilita acessar o material.

estudaram lá em Ouro Preto, são todos formados. Como eu era a caçulinha, eu dormia na casa dela para fazer companhia, porque seu marido trabalhava como pintor de linha da ferrovia e só vinha para casa no final de semana. O meu primeiro sobrinho é apenas 5 anos mais novo que eu, assim eu convivi ainda na infância com meus sobrinhos. Eu era uma criança feliz, apesar da simplicidade da vida, andando de pezinho descalço no chão.

Nesse livro, também conto sobre uma transfusão de sangue que precisei fazer. Eu tive um problema na parte interna do meu braço, perto das axilas, era um tipo de urticária. Coçava muito e enchia de feridinhas, ficando vermelho. Com vergonha, como não havia uniforme na época, ia à escola com roupinhas de manga para esconder as feridas. Naquele tempo, não havia muito recurso, minha mãe me levou à farmácia e o senhor Neco indicou uma pomada, mas não resolveu. Até que, uma vez, o médico José Inocêncio Alves Costa mandou fazer um exame de sangue em mim, constatando que havia falta de algumas substâncias no meu sangue, por isso aquelas feridas não saravam. Ele indicou uma transfusão do sangue da minha mãe e, por alguns dias, eles tiravam o sangue dela e injetavam em mim. Após uma semana, as feridas já estavam secas. A minha mãe, além de me dar a vida, de me carregar os 9 meses no útero, de me criar com tanto amor, de me alimentar com seu leite, deu-me ainda o seu sangue. São coisas maravilhosas. Minha irmã Beatriz homenageou nossa mãe com esse lindo poema:

“Mãe... que da lágrima ardente, fez nascer o puro riso... que, do colo fofo e quente, fez pro filho um paraíso!
 Mãe... que, no amargo da dor, fez meu olhar ver a flor, que, na agudez do espinho, fez meu berço de arminho!
 Mãe... que, do seu ignorar, construiu meu conhecer... que, do seu triste faltar fez para mim o sempre ter!
 Mãe... que, da sua palidez, fez a minha robustez... que, do suor do cansaço, fez a força do meu braço!
 Mãe... que ensinou, pelo exemplo, chorar... sofrer... e rezar, sorrir... cantar... consumir-se para o outro iluminar!
 Mãe, pela graça de tê-la... sem ter porque merecê-la... na tristeza de perdê-la, talvez tenha que pagar!
 Mãe, se assim acontecer, na saudade... no sofrer... no exemplo do seu viver... o meu céu vou conquistar!”

Embora não tivesse concluído os estudos, ela possuía uma sabedoria divina. Vivía para a família e para o esposo, meu pai a conquistou por amor com suas lindas serenatas. Eu até escrevo, nesse livro, que as mães são criaturas divinas na imitação de Maria Santíssima; na

Terra, amor igual não há: “Uma simples mulher existe que, pela imensidão de seu amor, tem um pouco de Deus e pela constância de sua dedicação, tem muito de anjo”.

Na vila, havia muitas apresentações de teatro, no salão da Congregação Mariana, que foi construído na década de 1940. Como sempre havia missão na vila, os Missionários Redentoristas¹¹ se hospedavam no casarão paroquial, construção vizinha à casa do meu pai no Largo Professor Martins. Esse salão tinha um palco e, sempre ao final das missões, havia uma peça teatral, era a arte da época, e meu pai sempre participava. Então, era assim nossa vida aqui na vila.

Iniciei minha vida estudantil quando não havia um grupo escolar em um prédio único, ele só foi criado em 1952. Na época em que eu era criança, ainda eram as Escolas Reunidas Professor Antônio Gonçalves Martins¹². Era o nome do meu bisavô, o professor Martins. Quando se transformou em grupo escolar, em 1952, o nome foi mudado para Grupo Escolar Padre Simim¹³. Chegaram a colocar o nome dele no Clube Agrícola¹⁴, mas o clube acabou. Hoje, em Acaiaca, há outra escola com o nome do Professor Martins, trata-se de uma escola de 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental II e EJA (Educação de Jovens e Adultos).

Apesar de serem denominadas Escolas Reunidas, havia várias salas de aula espalhadas em diferentes lugares da vila. As professoras que tinham um espaço na própria casa, às vezes, até nos porões, ali faziam sua sala de aula. Na praça da igreja, hoje há uma rua, mas antigamente tinha um chalé da ferrovia, da Estrada de Ferro Central do Brasil, havia uma sigla no chalé EFCB. Hoje, o prédio da prefeitura tem o modelo desse chalé, que foi construído pelo prefeito Antônio Martins Machado, criador do primeiro ginásio da cidade. Nesse chalé, havia salas de aula, inclusive cursei o meu 3º ano do Ensino Primário lá.

Eu ia à escola de pezinho no chão. A rua era descalça e eu também andava descalça. Não tínhamos mochila, usava um embornal de pano que a mamãe fazia na máquina de costura. Ela pegava um pedaço de pano de brim e confeccionava as sacolas com alça para eu pôr o lápis,

¹¹ A Congregação do Santíssimo Redentor ou Missionários Redentoristas, foi fundada na Itália em 1732, por Santo Afonso Maria de Ligório. Em 1893, a congregação chegou em Minas Gerais. No ano seguinte, outro grupo de redentoristas chegava para trabalhar no Santuário de Aparecida (Aparecida-SP) e no Santuário no Divino Pai Eterno (Trindade-GO). Disponível em: <https://redentorista.com.br/institucional/historia/>. Acesso em: 05 jun. 2020.

¹² O ensino das primeiras letras em Acaiaca teve início no final do século XIX, com o professor Antônio Gonçalves Martins. Durante 12 anos, não houve funcionamento de escolas no local, atribuído à falta de pessoal habilitado. Em 1912, foi criada a primeira turma, sucedida pelo surgimento de outras (1915, 1928). Em 1937, houve a criação de outras turmas sob a denominação de Escolas Combinadas, passando a Escolas Reunidas Professor Antônio Gonçalves Martins. Em 1952, foi transformada em Grupo Escolar Padre Simim (CASTRO, 2014).

¹³ Em 1952, as Escolas Reunidas Professor Antônio Gonçalves Martins se transformaram, por força político-partidária, em Grupo Escolar Padre Simim, ofertando o Ensino Primário (CASTRO, 2014).

¹⁴ O primeiro Clube Agrícola de Acaiaca foi criado, em 1949, pela professora Amélia Antunes. Ali, as crianças aprendiam sobre a técnica do plantio e os cuidados com as hortaliças (CASTRO, 2014).

a borracha e os cadernos de desenho, caligrafia, de exercícios e de pontos. Esse último caderno era para copiar, do quadro negro, as enormes lições de História, Geografia e Ciências, pois não havia livros. A professora resumia os textos de forma mais compreensiva e enchia o quadro, depois tinha que esperar os colegas terminarem para apagar e continuar. Escrevíamos muito e a professora exigia bela letra, por isso o caderno de caligrafia para aperfeiçoar os traçados.

Naquele tempo, não havia merenda escolar; então, na hora do recreio, íamos correndo para casa merendar. Alguns almoçavam, pois, como as pessoas se levantavam muito cedo para ir à lida da roça, o almoço era servido, geralmente, entre 9h e 10h. Os alunos que vinham a pé “da roça” traziam sua merenda, normalmente, feita de farinha, ovo e banana. As escolas tinham poucos recursos físicos e materiais, mas eram cheias de carinho, cuidado e respeito. A professora era como se fosse um membro da família, a quem se devia respeitar.

Eu não peguei o tempo da vara não, a dona Genica, Efigênia Neves, usava vara, mas apenas para apontar no quadro. E, se a gente aprontava alguma coisa, ela mostrava a vara, mas não batia. Eu, pelo menos, nunca apanhei de vara. Aliás, apanhei de vara só da minha mãe, eu era muito arteira, não obedecia.

O meu 1º ano primário foi em um salão localizado na rua de Baixo, que hoje se chama avenida Ezequiel Machado. As ruas “de Baixo” e “de Cima” eram uma rua só, essa última hoje é a rua São Gonçalo, onde vai à igreja. Na rua de Baixo, ficava o salão da professora Efigênia Neves, que foi uma excelente professora. Ela foi minha primeira professora no início da década de 50.

No 2º ano primário (hoje 3º ano do Ensino Fundamental I), tive uma professora leiga, Lúcia Magalhães. Antigamente, havia algumas professoras leigas, mas que possuíam uma vivência de valores, que muitos, hoje, não têm, apesar de terem uma certa formação acadêmica. A vivência da época era uma vivência muito cavada, todo mundo tinha que lutar muito para conseguir algo. As professoras usavam livros de histórias e poesias para lermos ou ouvirmos, fábulas educativas tinham uma conclusão prática. As poesias que nós decorávamos, algumas eram enormes, por exemplo, de Júlio Diniz, me lembro um bom trecho até hoje de “Elos de Amor”, ou Casimiro de Abreu, um dos mais notáveis poetas líricos da segunda geração romântica, é poeta do amor e da saudade. Gosto muito de um de seus poemas, Juriti¹⁵:

Na minha terra, no bolir do mato,/ A juriti suspira/ E como o arrulho dos gentis
amores/ São os meus cantos de secretas dores/ No chorar da lira.

¹⁵ Juriti de Casimiro de Abreu, em Antologia Brasileira – Coletânea em prosa e verso de escritores nacionais. Edição atualizada. 29ª edição. Livraria Francisco Alves: Rio de Janeiro, 1957.

De tarde a pomba vem gemer sentida/ À beira do caminho;/
 Talvez perdida na floresta ingente/ A triste geme nessa voz plangente/ Saudades
 de seu ninho.
 Sou como a pomba, e como as vozes dela/ É triste o meu cantar;/
 Flor dos trópicos – cá na Europa fria/ Eu definho, chorando noite e dia/
 Saudades do meu lar.
 A juriti suspira sobre as folhas secas/ Seu canto de saudade;/ Hino de angústia,
 férvido lamento, / Um poema de amor e sentimento,/ Um grito de orfandade!
 Depois... o caçador chega cantando, / À pomba faz o tiro.../ A bala acerta, e ela
 cai de bruços/ E a voz lhe morre nos gentis soluços/ No final suspiro.
 E como o caçador, a morte em breve/ Levar-me-á consigo;/ E descuidado, no
 sorrir da vida, / Irei sozinho, a voz desfalecida, / Dormir no meu jazigo.
 E – morta a pomba nunca mais suspira/ À beira do caminho; / E como a juriti,
 longe dos lares/ Nunca mais chorarei nos meus cantares/ Saudades do meu ninho!

Havia, nos livros, uma cultura, coisas que pareciam tão simples, mas de uma sabedoria imensa. No 1º ano, aprendíamos pelo método silábico e só se aperfeiçoava na leitura no 2º ano. Havia muita professora boa e meu 2º ano foi com uma professora que, embora não fosse formada, ensinou-me muito bem. Passei ao 3º ano já sabendo ler muito bem, a professora era formada, a dona Maria André de Souza. No 4º ano, eu tive uma excelente professora, Maria da Conceição Sena, a Zizinha, já faleceu, todas já são falecidas, exceto a do 2º ano. No 4º ano primário, eu tinha boas notas para concluir, mas meu pai me fez repetir para não ficar no ano seguinte à toa, pois ele não tinha condições de me enviar a Mariana para estudar e eu era muito nova para me mudar para outra cidade e morar sozinha em pensões. Ao repetir, estudei com outra professora, a dona Maria do Carmo Pinheiro Elias, eu cheguei a trabalhar com ela depois de formada na década de 60. Em 1958, terminei o Curso Primário e fui oradora da turma.

Terminado o Curso Primário, o lugar mais próximo onde havia o Curso Ginásial (atualmente 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental II) era a cidade de Mariana. No Colégio Providência¹⁶, havia o internato e o externato, e minha irmã, a Maria Beatriz, já havia estudado um ano no internato desse colégio. Muito dispendioso, meu pai colocou-a numa pensão, mas ela já era maior de idade, 18 anos, e eu tinha apenas 11 anos. O James, que era acima de mim,

¹⁶ O Colégio Providência foi fundado em 1850, na cidade de Mariana, por Dom Antônio Ferreira Viçoso (bispo de Mariana) e era dirigido pela congregação das Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo. Foi o primeiro do estado voltado para meninas (em regime de internato). Em 1850, com auxílio de Dom Viçoso, a congregação administrava as seguintes instituições: Colégio Providência, Colégio das Órfãs e Asilo para mulheres pobres. Em 1972, o Colégio Providência deixou o regime de internato feminino e passou a receber turmas mistas (LAGE, 2013). Mais informações em: <http://colegioprovidencia.com.br/wp/historico/>. Acesso em: 30 set. 2018.

com seus 14 anos, já estava em Ouro Preto estudando o Curso Ginásial no Colégio Alfredo Baeta¹⁷. Naquele tempo, era tudo muito caro e somente os fazendeiros e coronéis podiam arcar com as despesas de estudos para os filhos. Após eu repetir o 4º ano primário, meu pai me liberou para ir morar em Mariana, quando descobriu, por meio de uma conhecida, que havia um colégio da CNEG¹⁸, o Ginásio Dom Frei Manoel da Cruz, fundado pelo padre José Dias Avelar¹⁹ para atender aos estudantes dos dois sexos e funcionava no prédio do Grupo Dom Benevides²⁰. Então, ele alugou uma casa em Mariana e minha mãe foi morar ali para tomar conta de mim. Pediu transferência do James de Ouro Preto, para nos fazer companhia e eu, finalmente, pude continuar os estudos.

A cidade era um centro educacional. Para lá, iam as jovens que desejavam ser professoras, única profissão disponível às mulheres na época do regime familiar patriarcal. Ali, respirávamos religiosidade e cultura. Eu fui de trem, cheguei lá no dia do exame de admissão²¹ ao ginásio, as provas aconteceriam às 15h. Naquele tempo, havia prova escrita e oral. No

¹⁷ A Escola Estadual Alfredo Baeta foi criada em 1920 por Alfredo Baeta, inicialmente, denominada Escolas Reunidas. Em 1927, ganhou um prédio próprio em terreno doado por seu fundador, mas, para atender a demanda, a escola funcionava em vários prédios da cidade. Em 1961, passou a ser denominado Grupo Escolar e, no ano de 1968, teve início a oferta de um curso noturno. Disponível em: <https://jornalvozativa.com/geral/ajude-a-escola-municipal-alfredo-baeta-de-ouro-preto-mg-a-revitalizar-seu-predio/>. Acesso em: 12 ago. 2019.

¹⁸ Em meio a mudanças econômicas, sociais e políticas, surgiu, em 1943, a Campanha do Ginásio Pobre (CGP), criada pelo paraibano Felipe Tiago Gomes em Recife/PE, para ofertar ginásio gratuito à população carente em diferentes localidades brasileiras. O movimento passou por outras denominações: Campanha de Ginásios Populares (CGP – 1945); Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos (CNEG – 1946 a 1969); Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC – a partir de 1970-1985). Nessa última fase, observou-se uma “queda na oferta de escolas e de matrícula e iniciou-se a diversificação de suas atividades, que se ampliou nos pós 1985, aprofundando-se, em consonância com o contexto, o discurso do comunitarismo, relacionado com o público não estatal” (SILVA, 2001, p. 137). A partir de 1985, sofreu transformações e, passando por dificuldades de sobrevivência, buscou alternativas como oferecimento de serviços sociais e ensino superior.

¹⁹ Padre José Dias Avelar (1898-1991) foi ordenado sacerdote em 1922, realizou seus estudos no Colégio Caraça, em Petrópolis e na França. Em 1964, foi enviado a Mariana para ser professor e diretor espiritual do Seminário Maior (GOMES NETA, 2016).

Em Mariana, foi diretor e um dos fundadores do extinto Ginásio Dom Frei Manoel da Cruz, fundado em 1954, o qual tratava-se de uma escola gratuita em nível ginásial, ofertando o Curso Ginásial e habilitações profissionais como técnicos em Contabilidade e Enfermagem ou Curso Normal. A instituição fazia parte da empreitada da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC). Posteriormente, foi municipalizado e passou a Colégio Padre Avelar. Anos mais tarde, o prédio onde funcionava essa instituição foi ocupado pelo Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA), um dos *campi* da Universidade Federal de Ouro Preto em Mariana (GOMES NETA, 2016).

²⁰ O Grupo Escolar de Mariana, criado em 1909, funcionou temporariamente em outros espaços e era denominado Grupo Escolar Gomes Freire, homenagem a Gomes Henrique Freire de Andrade, político influente no estado, difusor do ideal republicano por meio da educação e patrono da escola. Anos mais tarde, houve a construção de um novo prédio, passando a denominar-se Grupo Escolar Dom Benevides, inaugurado em 1931. A mudança de nome é desdobramento de uma disputa política entre republicanos e Igreja Católica (GOMES NETA, 2016). Hoje, é a Escola Estadual Dom Benevides.

²¹ O acesso ao Ensino Secundário estava condicionado à aprovação aos exames de admissão, que se tornaram obrigatórios com o Decreto n. 19.890/1931, como parte da Reforma Francisco Campos. Esse exame consistia em provas escritas e orais de Português, Aritmética e Conhecimentos Gerais, tendo sido extinto com a Lei n. 5692/1971 (AKSENEN, 2013).

primeiro e segundo dias, eram provas escritas e, no terceiro dia, as provas orais de todas as matérias. A gente enfrentava uma banca com 5 ou 6 professores. Eu tremia como “vara verde”²².

Fiquei hospedada na casa de um casal amigo dos meus pais. A minha irmã, Beatriz, que já estudava ali, foi quem me levou de trem. A filha do casal, Gracinha Pereira, que depois tornou-se minha colega no Colégio Providência, já havia feito o exame de admissão. Ela mostrou-me o compêndio de admissão ao ginásio, era um tomo bem grosso com todas as disciplinas: Português, Matemática, Geografia, História, Ciências. Ela perguntou:

– Você estudou o livro do exame de admissão?

– Não. Eu nunca vi esse livro.

Eu fui a Mariana sabendo o que aprendi na escola daqui de Acaiaca. Naquela época, as expressões aritméticas não eram ensinadas até o 4º ano primário, mas esse conteúdo havia no livro. Foi o que me chamou a atenção e comentei com ela: “Isso aqui eu não sei”. Ela explicou-me a regra dos sinais: “Mais com mais é mais, mais com menos é menos... Primeiro a multiplicação, depois a divisão, depois soma e subtração”. Eu guardei isso. Uma pequena explicação que a Gracinha me deu. E aquilo ficou na minha memória. Naquele dia, eu não ia fazer a prova de Matemática, seriam as provas de Língua Portuguesa, Geografia e História. O raciocínio seria no segundo dia, Matemática e Ciências.

No dia seguinte, peguei o livro, olhei de novo as expressões aritméticas, o conteúdo que eu nunca havia estudado. Olhei alguns exercícios já feitos e falei: “Ah, isso eu sei fazer”. Ao receber a prova, lá estavam as expressões aritméticas e eu resolvi todas. No dia seguinte, exame oral. Fizeram-me algumas perguntas, das quais respondi todas. Passei!

Já estando no Ginásio, houve uma questão com o meu professor de Latim, Lauro Morais. Naquele tempo, o ensino tinha na grade curricular Português, Francês, Inglês e Latim conforme as séries. Na 1ª série do Ginásio (6º ano do Ensino Fundamental I), havia Português e Latim. O Latim era a base da língua, então estudava aqueles radicais e conjugações todas. No livro de Latim, havia pequenos textos dos imperadores romanos de Túlio Hostílio e Numa Pompilius. Aprendíamos a ler em latim, traduzir e analisar os textos conforme as declinações latinas.

Bom, o professor Lauro Morais, que não me conhecia bem, não me arguiu durante o ano em suas aulas. A aula era mais explicativa, com provas escritas mensais. Quando chegou o final do ano, eu precisava fazer o exame oral, pois não estava muito bem. Se a média era boa, fazia apenas o exame escrito, mas se precisava de um pontinho a mais, aplicava-se a prova oral

²² Expressão utilizada para sinalizar que alguém está tremendo muito por estar muito nervoso, frio ou com medo.

também. O professor me deu um texto do imperador Numa Pompilius para ler e, durante a leitura, pronunciei uma palavra errada. O professor reagiu:

– Como é que é, menina? Leia de novo!

Ele era disciplinário e, quando levantava a sobrancelha por cima dos óculos, todo mundo tinha medo dele. Quando ele falou assim, eu abri a boca para chorar e ele ficou apertado.

– Não, calma, minha filha. Calma! Calma! Como é o seu nome? Não precisa se preocupar, você já passou.

– Edna – eu falei.

– Você é daqui?

– Eu sou de Acaiaca. Sou irmã do James. Ele já o conhecia, por ser seu aluno.

– Ah, você é irmã do James? Ah, o James é um aluno excelente.

– É eu sou irmã dele.

– Então, está bom. Fica tranquila.

Na 2ª série do Ginásial (hoje 7º ano do Ensino Fundamental II), ele era professor de Latim e Inglês, ele me arguia em todas as aulas. Quando não me arguia em uma, era na outra. E eu gostava do inglês, que ouvia no escurinho do cinema: *good morning, ok, all right!* O professor Lauro adorava filme histórico. Conforme o filme que era exibido no domingo, se eu estava em Acaiaca, na segunda-feira matava aula para ir ao cinema. Para não parecer que estávamos de uniforme, tirávamos as meias, as alças que se prendiam na saia, guardávamos os objetos na casa de uma colega e íamos ao cinema, eu e minha coleguinha Magda, que hoje mora em Ouro Preto. Esperávamos o apagar das luzes para entrarmos. Um dia, nós chegamos ao cinema para assistir ao filme “Spartacus”, assentamos e, quando olhamos, tínhamos assentado perto do professor Lauro. Ele olhou para nós e falou:

– Matando aula, hein?

– É, senhor Lauro, mas hoje o filme é histórico e estamos com muita vontade de ver.

– Está bom, está bom.

Ao final do ano, eu fui premiada com uma caneta tinteiro cinza de honra ao mérito, com o meu nome gravado. Ele foi à casa da minha mãe levar a caneta para me presentear. Tornou-se um grande amigo. Conversava conosco nos horários de recreio. Eu tive ótimos professores, Lauro Moraes, cônego Paulo Dilascio²³, a dona Hebe Rôla²⁴ e dona Carminha Camelo²⁵.

²³ Cônego Paulo Dilascio foi fundador e primeiro diretor, durante 25 anos, da Escola Estadual Dom Silvério e também esteve à frente do Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto, como diretor.

²⁴ Refere-se a Hebe Maria Rôla Santos, professora da cidade de Mariana e uma das entrevistadas nesta pesquisa.

²⁵ Não obtivemos informações sobre essa professora.

Durante a 1ª e 2ª séries do curso Ginásial, no Dom Frei Manoel da Cruz, eu fui aluna da professora Hebe Rôla, da qual guardo uma recordação muito bonita e marcante. Um dia, o padre Avelar entrou em nossa sala, muito cabisbaixo e falou: “A professora Hebe pediu um tempo para se afastar das aulas, ela está com algum problema e não sei o motivo. Estou muito preocupado, porque eu não vou conseguir outra professora de Português tão boa quanto ela. Eu gostaria que vocês a procurassem para tentar fazer com que ela voltasse a dar aulas aqui”. Nós juntamos um grupinho, de meninas e meninos (o ginásio era misto), para ir à casa da dona Hebe e me elegeram para ser a porta-voz da turma. Quando chegamos à sua casa e a chamamos, ela veio à porta e eu falei:

– Dona Hebe, nós viemos aqui conversar com a senhora, a pedido do padre Avelar.

Ela me interrompeu:

– Um momento, como professora de Português eu tenho que corrigir. Vocês estão aqui agora ou vocês vieram ontem? O presente do verbo vir não é viemos, viemos é passado. E já que vocês estão aqui agora, neste momento, o correto é dizer nós vimos.

Foi um susto. Eu era muito tímida, por ser menina aqui da vila de Acaiaca. Eu tremia muito ao falar com alguém ou ao me apresentar em público. Só sei que, desde esse dia, eu nunca mais esqueci e me dediquei muito à conjugação verbal e à correção linguística.

O ensino da época era muito apurado. Os verbos eram estudados até decorarmos as conjugações em todos os tempos e modos, com a aplicação prática nas orações e na análise gramatical e sintática. O ensino era bem rígido, mas tenho um prazer e uma alegria imensa de ter sido educada naquela época. Era de rigor, mas conseguíamos uma cultura mais firme e profunda. Acho que por isso parti para a área das letras. Eu gosto da matemática, faço cálculos de cabeça, mas não sou muito boa em física, química, essas coisas são difíceis para mim.

Eu me lembro muito de um professor de Francês e História, maravilhoso, o cônego José Geraldo Vidigal de Carvalho²⁶, ele é uma sumidade, deve estar com uns 85 anos hoje. Foi meu professor no ginásial no Dom Frei Manoel da Cruz. É de uma cultura imensa, um discurso bem empolado, uma vastidão de conhecimentos. Eu tenho inúmeros livros dele e, quando eu escrevi minha historinha de Acaiaca, “Histórias e Estórias de Nossa Terra”, em 2014, enviei para ele um volume e ele mandou-me uma carta maravilhosa, enviando também alguns livros dele dedicados a mim: “À exímia escritora Edna Lemos...”. Penso que esse adjetivo não me pertence, deixo-o na conta de um grande mestre das letras e da bondade que, como tal, não vê nossos

²⁶ Nasceu em 1933 e sua ordenação como padre foi em 1956. Durante 40 anos, foi professor no Seminário de Mariana. É membro da Academia Mineira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Disponível em: https://arqmariana.com.br/site_2019/conego-jose-gerald-vidigal-de-carvalho.html. Acesso em: 05 jun. 2020.

limites. Esse professor era muito sistemático e sério. A nossa turma era formada por 15 rapazes e 5 moças. Ele dizia: “Lá na 4ª série, são 5 moças apenas, mas 5 moças selecionadas”. Nós o respeitávamos muito e prestávamos atenção às suas aulas.

Ele gostava tanto da nossa turma e vice-versa, que nós o convidamos para ser o paraninfo. No Dom Frei Manoel da Cruz, havia o Curso de 2º Grau de Contabilidade e esse curso tinha aqueles quadros de formatura. O cônego José Geraldo levou um fotógrafo de Ponte Nova²⁷ a Mariana em um determinado dia, que já havia combinado, para fazer nossas fotos. Foram feitas fotos de um por um e da turma toda, com aquele blazer preto, camisa branca e gravata borboleta preta. Ele deu uma foto para cada aluno e mandou fazer o nosso quadro de formatura. Isso foi no ano de 1962, fomos a única turma na escola que teve um quadro de formatura em nível ginásial.

Bom, lembro também das aulas de Matemática. Na 1ª série do Ginásial, eu tomei uma segunda época, mas por quê? A menina da roça com 11 anos, costumava ir dormir cedo. O ginásio funcionava à noite e colocavam as aulas de Matemática no último horário. O professor andava pra lá e pra cá na frente da turma, enquanto ia explicando, fazia umas continhas no quadro e eu ficava pra lá e pra cá com a cabeça para acompanhar o raciocínio e acabava cochilando. No segundo semestre, esse professor saiu e a dona Hebe Rôla assumiu suas aulas. Sua técnica era outra e minhas notas melhoraram. Ela passava muita coisa no quadro e mandava-nos fazer, era a época em que veio aquela teoria do “só se aprende a fazer, fazendo”. Como eu tinha perdido média no 1º semestre, tive que fazer exame de segunda época, escrito e oral.

Na 2ª série do Ginásial, o ensino da Matemática ficou por conta da professora dona Carminha Camelo, maravilhosa! Eu deslanchei na Matemática. Ela também foi professora na 3ª e 4ª série do Ginásial (hoje 8º e 9º ano do Ensino Fundamental II). Era muito séria, mas excelente professora, a gente aprendia de modo fácil, ela tinha o dom de ensinar a Matemática. Ela abriu as portas das operações matemáticas, transformando os teoremas em experiências prazerosas ao nosso entendimento.

Eu não me lembro exatamente como eram as aulas dela, só sei que ela tinha o dom de transformar o difícil em fácil. Era inato. Ela chegava e falava: “Hoje, eu vou ensinar o que são números primos”. E ali dava a norma dos números primos, explicava e, ao passo que ia explicando, ia colocando no quadro e a gente prestava atenção. Ela falava: “Olha aí, na página

²⁷ A cidade de Ponte Nova possui uma população de aproximadamente 60 mil habitantes. Está localizada na região da Zona da Mata Mineira, a uma distância de 180 quilômetros da capital.

tal do livro, vamos tentar fazer esse exercício? Vamos ver se vocês conseguem”. Se alguém não conseguia, ela chamava ao quadro: “Venha cá. Venha fazer aqui”. E, assim, aprendíamos números fracionários, decimais, expressões aritméticas, geometria, álgebra. Era muito prazeroso!

Naqueles tempos, eram poucos instrumentos didáticos para ajudar, era tudo muito escasso. Às vezes, eram usados aqueles objetos antigos, ábaco para contagem, ir ao quadro, que antigamente era negro e virou verde, para resolver algum exercício. Só mudou a cor. Era a escola antiga ainda, depois, quando comecei a trabalhar, é que veio a Escola Nova. Daí, ensinava meus alunos pelo Método Global²⁸. Lembro também do Grêmio Literário que nos estimulava a declamar as poesias, a cantar, a fazer apresentações, para desenvolver as artes literárias, artística, cultural...

Após a minha formatura no Dom Frei Manoel da Cruz, eu fui para o Colégio Providência fazer o Curso Normal de Formação de Professores (hoje corresponde ao Ensino Médio). Nessa época, a Beatriz estava no final do curso, James já estava bem adiantado e meu pai pôde pagar o colégio. Era necessário fazer outra prova de admissão ao Colégio Providência. Eu fiz e passei, iniciando em 1963 e, em 1965, terminei o Curso de Professora do Curso Normal.

Quando cheguei ao Colégio Providência, havia um elitismo por ser um colégio onde só os ricos tinham condições de matricular suas filhas. Mas, depois, conheci colegas que ali estudavam no internato com bolsas e que ajudavam a irmã Maria nas aulas de trabalhos manuais (artesanato). Eu era ainda muito tímida, estava com 14 ou 15 anos. Havia internato e externato, as colegas do internato tomavam café da manhã e iam para a sala de aula.

Algumas colegas do internato tinham namorado e não podiam corresponder com o namorado. Era proibido. Elas não podiam receber nada. E eu fui uma “pombo-correio” de 3 colegas internas. A carta vinha para o meu endereço, eu recebia e levava para o Colégio. Colocava dentro de algum livro. Quando chegava no intervalo da aula, que não tinha uma irmã na sala, eu entregava para a colega. Nossa saia tinha bolso por dentro, então elas dobravam bem dobradinho e enfiava a cartinha no bolso para depois ler escondida dentro dos banheiros ou lá no dormitório. Era assim... Eu morria de medo das irmãs descobrirem, mas com o tempo fiquei craque no negócio (risos).

²⁸ O método global integra o conjunto dos métodos analíticos, orientando-se no sentido do todo para as partes. Defende que a criança percebe as coisas e a linguagem em seu aspecto global, onde a leitura trata de uma atividade de interpretação de ideias e a análise de partes deve ser um processo posterior. No Brasil, o método global de contos/historietas foi divulgado por Lúcia Casasanta, desde 1930, mais ou menos. Disponível em: <http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/metodo-global>. Acesso em: 23 out. 2019.

No colégio, havia também o Grêmio Literário “Pequeno Príncipe”, um trecho da música que cantávamos ao abrir as sessões: “Não sorrir é triste, torna-se um flagelo. Este não é homem, é um cogumelo. Primavera, és bela, juventude do ano, juventude florida, primavera da vida!” Todas líamos a história do Pequeno Príncipe, de Antoine Exupéry, que depois era apresentada em peça teatral. A primeira apresentação da qual eu participei no colégio, eu tremia tanto (risos). Gosto muito de declamar, é dessa época que aprendi “Vozes d’África”, “Dama Negra” de Castro Alves, lembro-me de um trecho do “Navio Negreiro”, sei a “Oração do Sacerdote”, de Michel Quoist. Amo os poemas de Castro Alves. Lindos!

“Senhor Deus dos desgraçados, dizei-me vós, Senhor Deus! Se eu deliro ou se é verdade, tanto horror perante os céus? Ó mar por que não apagas, com a esponja de tuas vagas, do teu manto este borrão? Astro, luzes, tempestades, rolai das imensidades, varrei os mares, tufão!” (trecho de Navio Negreiro)

A irmã Josefa tocava piano e dava aulas. Eu era louca para aprender, mas não tinha coragem de pedir ao meu pai para pagar aula de piano, tampouco comprar um piano. Então, nem manifestei minha vontade. Eu tinha uma colega que sabia tocar, tinha piano em casa e, quando íamos à sua casa estudar, certa vez, pedi-lhe que tocasse para nós e ela não quis. Pensei: “Eu tenho tanta vontade de aprender tocar piano; se eu tivesse um, eu viveria nele tocando”.

Todo ano, no mês de setembro, acontece no Colégio Providência o encontro das ex-alunas e, no cinquentenário da nossa formatura, em 2015, contei algumas histórias. Eu fui a oradora das externas e a Lúcia Barcelos fez a oratória das internas. Mandeí fazer um uniforme de aula da época, com a saia pregueada, de sapato e meia. Entrei com a saia dobrada no cóis, porque não podia usar saia curta no colégio, tinha que cobrir os joelhos. Ao atravessar a rua, dobrávamos o cóis da saia para ficar mais curta. Cheguei lá e encenei; entrei com os objetos, abraçada com os cadernos e o livro, coloquei-os na mesa, olhei para um lado e para o outro, abaixei a saia, depois tirei o lencinho do bolso e limpei o batom, porque não podia ir de batom para aula, tampouco de saia curta. E aí comecei a contar as histórias da época, falei que um dia ia dedurar minhas colegas (risos). contei as histórias da sala de aula, fiz a homenagem às colegas que já partiram, meu discurso foi todo relembrando as coisas do passado.

No curso de formação de professoras no Colégio Providência, tínhamos aulas de Filosofia, Psicologia, Aritmética, Didática Geral, Didática do Português, da Matemática. Havia outras disciplinas como Ensino Religioso, Educação Moral e Cívica²⁹. Um ou outro padre dava

²⁹ A disciplina “Educação Moral e Cívica” tornou-se obrigatória no currículo das escolas brasileiras, de todos os graus e modalidades, por meio do Decreto-Lei n. 869/1969, substituindo disciplinas como Filosofia e Sociologia.

aula de Ensino Religioso. Durante o curso, fizemos o estágio nas escolas, aconteceu no último ano. Fazíamos duas semanas de estágio e, depois, apresentávamos o planejamento e relatório, daí elas davam as notas.

Eu sempre morei em Acaiaca, exceto nos períodos de estudo na cidade de Mariana. Eu me formei em 1965, voltei para Acaiaca e comecei a trabalhar aqui, em 1966, nos quase 19 anos. Eu completo 72 anos, no próximo sábado, dia 09 de março, graças a Deus!!! Eu tenho uma filha que é advogada. O Evandro, meu filho mais velho, já não está mais aqui, nem ele, nem meu caçula, Elísio. Perdi os dois. Hoje só tenho minha filha e meu neto³⁰. Apesar das grandes dificuldades passadas na vida, eu estou aqui firme com Deus.

Comecei a trabalhar com uma turma de 1º ano. A diretora da escola, Marília Elias Isaac, conhecida como dona Lila, pleiteava, há muito tempo, criar a Educação Infantil em Acaiaca. Ela tinha uma sobrinha, Efigênia Vidigal³¹, que morava em Belo Horizonte e trabalhava na Escola Infantil Praça 12³² e também no Instituto de Educação³³ em Belo Horizonte. Para criar a Educação Infantil em Acaiaca, ela teria que enviar, pelo menos, duas professoras para fazer um treinamento, consistindo em um estágio dentro da sala de aula: um de observação e outro de execução na Educação Infantil daquele instituto. Nazareth Reis Silva e eu fomos a Belo Horizonte fazer o estágio, eu frequentei a sala de 1º e 2º período e a Nazareth frequentou o 3º. Ficamos durante uma semana apenas observando e anotando aquilo que achávamos importante,

Apoiando-se em tradições nacionais, previa o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições como forma de aprimorar o caráter, com base na moral, na dedicação à família e à comunidade (BRASIL, 1969). Em 1993, foi extinta do currículo por meio da Lei n. 8.663/1993 (BRASIL, 1993). A professora Edna comenta que finalizou o Curso Normal no Colégio Providência em 1965, logo não se tratava da mesma disciplina.

³⁰ A professora Edna, após a entrevista, comentou mais sobre esses episódios de sua vida, mas pediu para que não fosse incluído na narrativa outros detalhes, além daqueles que havia citado na entrevista.

³¹ Efigênia Elias Vidigal (1933-1977) nasceu em Acaiaca/MG. Em sua trajetória formativa, realizou o curso de formação de professoras e de Administração Escolar no Instituto de Educação de Minas Gerais, graduou-se em Pedagogia na então Faculdade Belo Horizonte e especializou-se em Educação Infantil. Lecionou no Colégio Santa Marcelina e atuou como diretora. Foi membro da comissão que, em 1967, elaborou o Programa da Educação Pré-Primária do estado. Em 1971, fundou, juntamente a uma sócia, o Instituto Cecília Meireles. Após seu falecimento, sua família deu continuidade à sua obra, escolhendo seu nome para a nova escola, o Instituto Efigênia Vidigal, depois Colégio Efigênia Vidigal. A Câmara Municipal de Belo Horizonte também deu seu nome à Escola Municipal do Bairro Palmeiras (fundada em 1981) que passou a denominar-se Escola Municipal Professora Efigênia Vidigal. Disponível em: <http://www.empev.com.br/p/nossa-historia.html>. Acesso em: 06 jun. 2020.

³² Não obtivemos informações sobre essa instituição.

³³ Criada em 1906, a Escola Normal da Capital era destinada à formação de professoras primárias e atendia o público feminino. Em 1910, foi elevada à Escola Normal Modelo de Belo Horizonte e, em 1929, houve a criação da Escola de Aperfeiçoamento. Transformou-se em Instituto de Educação de Minas Gerais em 1946, e, com isso, a Escola de Aperfeiçoamento foi integrada ao Instituto de Educação com o nome de Curso de Administração Escolar (NEIVA, 2016). Com a Lei n. 5540/1968, o curso de Administração Escolar foi encerrado e, em 1970, foi criado o curso de Pedagogia. Em 1994, este curso foi transferido para a Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Minas Gerais, *campus* de Belo Horizonte. Hoje, oferece a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos (UEMG – *on-line*). Site da instituição: http://fae.uemg.br/FaE_sobre.php. Acesso em: 13 ago. 2019.

horários de uma ou outra atividade, o momento de as crianças descansarem, de cantar, de contar história, de fazer rodinha, de brincar com a massinha, desenho, enfim, tudo que era educativo. Com isso, tornei-me a primeira professora de Ensino Infantil de Acaiaca.

Após esse atestado de participação, conseguimos criar a Educação Infantil no município e eu atuei como professora dos alunos de 4 e 5 anos, e a professora Nazareth trabalhou na turma de 6 anos, só que ela ficou apenas um ano e eu continuei. Fiquei com a outra turma até terminar o curso de Educação Infantil (na época denominado Pré-Escolar).

Eu peguei muito gosto pela Educação Infantil, mas a diretora não me deixou continuar, porque a sua filha, a Jamile, chorava demais no dia da formatura, porque eu não ia continuar com eles. Outras crianças também choravam durante a cerimônia que foi linda, os meninos de toga e capelo cantando um *pot-pourri* de músicas folclóricas. Foi muito marcante e eu acabei convencida a acompanhá-los no 1º ano, depois voltei a dar aulas à mesma turma no 3º ano.

Na sala, eu colocava em prática tudo o que aprendi no Instituto de Educação. No Ensino Infantil, eu trabalhava com o folclore desenvolvendo a cultura nacional. Fazíamos *pot-pourri* de músicas folclóricas. Eles dançavam, cantavam, batiam palma no ritmo. Havia as músicas mais calmas: “São João está dormindo, não me ouve, não! Acordai, acordai, acordai, João”. As histórias eram educativas com apresentações dos alunos, encenando, tais como a Rosa Juvenil:

“A linda rosa juvenil, juvenil, juvenil. Vivia alegre no solar, no solar, no solar. Um dia a feiticeira má, muito má, muito má. Um dia a feiticeira má, muito má. Adormeceu a rosa assim...”.

Aí, fazia a encenação toda, com os personagens: a rosa juvenil, a feiticeira má, o príncipe (que acordou a rosa). Era muito bonitinho. Fazia teatro nas datas comemorativas, por exemplo, no dia das mães, uma das crianças se vestia de Nossa Senhora e outra, de mãe. As pequenas peças teatrais, aprendidas com meu pai, foram passadas à minha primeira turma.

Durante a minha carreira, também me dediquei ao Coral Infantil, isso já em 1971. Eu ensaiava os menininhos do coral na antiga igreja, foi o primeiro coral infantil de Acaiaca e também a primeira vez que se cantou uma música popular na igreja, “Jesus Cristo” de Roberto Carlos. Com isso, fomos introduzindo, nas celebrações, essa e outras músicas populares. Naquela época, só se cantava música sacra, mas após o Concílio Ecumênico³⁴ foi permitido.

³⁴ O concílio é uma reunião de todos os bispos do mundo (ou seus representantes) com o papa, buscando esclarecer questões referentes à Igreja. O Concílio Ecumênico Vaticano II, realizado entre 1962 e 1965, é tido como uma das grandes transformações da Igreja no século XX. Teve como objetivo discutir as condições do trabalho pastoral na relação Igreja e povo de Deus. Dentre algumas mudanças, destaca-se o papel do leigo ao receber o papel de protagonista na vida de fé como missionários e evangelizadores, bem como as missas que passaram a ser celebradas na língua materna de cada país, não se restringindo apenas ao latim. Informações disponíveis em: <https://www.paieterno.com.br/2019/10/23/voce-sabe-o-que-foi-o-concilio-vaticano-ii/>. Acesso em: 22 jun. 2020.

Havia, na turma, um aluno muito levado, que tinha um problema de família muito sério. E esse era o que eu mais assentava na cadeirinha e abraçava para poder conversar com ele. Na formatura, esse menino foi o maestro, ele ficava com a batuta, em cima de um banquinho, com o grupo cantando e ele regendo. Foi lindo! Hoje, ele me vê na rua e me dá um beijo na mão. Homem e pai de família! Ser professora tem dessas vantagens, não ser esquecida facilmente.

Na década de 60, quando trabalhei com o 3º ano primário, o currículo previa o ensino das contas de dividir com 3 números no quociente, contas de multiplicar tendo o multiplicador com 3 números ou até mais. E eram todas feitas no cálculo mental. Era necessário decorar a tabuada para fazer as contas. Era aquela matemática do passado, mas que gravava e ficava na mente da gente. Até hoje, resolvo minhas contas no cálculo mental. Dificilmente uso a calculadora.

Durante as aulas, eu fazia rodinha com eles e, quando aprontavam, que eu precisava chamar atenção, eu assentava na cadeirinha deles e passava o braço no menino que tivesse aprontado, abraçando-o. E começava a conversar com ele, alisava a cabecinha, elogiando-o. À hora do descanso, no princípio, usava uma toalha para forrar o chão para deitar, enquanto eles deitavam, descansando da volta do recreio, eu colocava uma música ou contava uma historinha em uma radiola portátil. O castigo era “pôr de molho”. E o que era esse “pôr de molho”? Pegava uma cadeirinha e colocava lá no cantinho da sala, fora daquela rodinha, enquanto alguns estavam fazendo as atividades na rodinha com os demais colegas, aquele menino que aprontou ficava lá no cantinho de molho.

No pastinho do João Grilo, havia muita argila, aonde íamos caminhando buscar esse material para modelar. Em Acaiaca, não havia massinha ou giz de cera. De vez em quando, a sobrinha da dona Lila mandava a sobra desses materiais do Instituto de Educação para nossa escola. Um dia, as crianças modelaram lindas peças de argila; à hora do recreio, uma das crianças entrou na sala, pegou os trabalhos dos coleguinhas e amassou. Naquele dia, essa criança ficou “de molho”. Ela ficou choramingando e eu falei:

- Fica ali um pouquinho e pensa se você fez certinho. Olha o que você fez com os trabalhos dos seus coleguinhas! Você gostaria que eles fizessem isso com o seu?
- Não – ela respondeu.
- Então, vai lá e pensa isso.

No dia da formatura, era a que mais chorava. Eles gostavam de mim. Educávamos com rigor, porque era a forma de educar daquela época.

Eu tinha outro aluno do 3º ano, que era muito levado, irrequieto. “É, me tirou muito suor”, conto para ele hoje. Ele tinha um irmão mais velho que cursava a mesma série e era o inverso, quietinho. Apesar de levado, era muito inteligente na matemática e, quando eu passava as contas de multiplicação ou divisão por 3 números, em um instante ele resolvia. Quando terminava os exercícios, ia à minha mesa para eu olhar. Estavam sempre corretos: “Ah, está certinho, parabéns!” Entregava o caderno e ele voltava ao lugar, socando o lápis na cabeça dos colegas. “Ah, vocês têm que fazer igual eu. Eu é que sei fazer conta”. Eu chamava sua atenção: “Neném, você vai acabar indo para o gabinete da diretora”.

O primeiro prédio escolar era alugado, o senhor Jarbas Elias construiu um prédio, de um andar com duas águas, com 6 salas de aula, um corredor com uma varandinha e, lá no fundo, tinha a cozinha; ao lado, havia um pátio de chão de terra batida e, no fundo, tinha uma sala, onde era a diretoria e secretaria. Um belo dia, eu não aguentei mais, eu cansei de conversar com ele e não resolvia, eu falei: “Pensa bem, seus coleguinhas estão com dificuldade de aprender e você está dificultando mais. Você não pode fazer isso com eles. Você tem que agradecer a Deus por você saber. Você é inteligente, para com isso”. Ele ia para o lugar dele, ficava lá, dali a pouco, saía de novo. Era irrequieto e eu tinha que passar muito exercício para ele. Era hiperativo. “Você vai lá para a diretoria”. Ele não queria ir de jeito nenhum. Eu falei: “Vai sim”. Peguei no seu braço e o levei até a diretoria. Ali, ficou sentado até a hora do recreio. Hoje, quando nos encontramos, é só alegria ao recordar tais fatos.

Durante um tempo, trabalhei com alunos do 1º ao 4º ano. Minha vida profissional sempre foi em Acaiaca. Quando iniciei, na década de 60, Antônio Martins Machado³⁵ teve como seu braço direito, doutor Roque Camelo, para conseguir a emancipação de Acaiaca, que ocorreu em dezembro de 1962. Em março de 1963, foi instalada a cidade. No dia 1º de março desse ano, comemoramos 56 anos. Ele era advogado e professor formado na Faculdade de Mariana (dona Hebe Rôla era dessa turma também), era uma extensão da UCMG, a Universidade Católica de Minas Gerais, mais tarde PUC – extensão em Mariana³⁶.

³⁵ Nascido em 1929, atuou como advogado e professor. Unido aos seus amigos formou um novo partido, a 3ª Força Jovem, e lutou pela emancipação de Acaiaca (CASTRO, 2014).

³⁶ Em 1959, Dom Oscar de Oliveira (bispo de Mariana) foi procurado pelos dirigentes da Escola de Minas e de Farmácia de Ouro Preto, com a ideia de implantar uma universidade. Em 1963, foi-lhe apresentado o anteprojeto de lei de criação da UFOP, prevendo a instalação do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) em Mariana. Para isso, foi firmado “um convênio entre a Arquidiocese de Mariana e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria, da Universidade Católica de Minas Gerais, para que fossem instalados, em 1969, os cursos de licenciatura de 1º grau para formar professores de Letras, Estudos Sociais e Ciências”. Em agosto de 1969, autorizada a implantação da UFOP. Em 1976, foram aprovados os cursos de licenciatura plena em História, Geografia, Língua Portuguesa e Matemática. O Instituto de Ciências Humanas, Letras e Artes foi criado em 1979, havendo, então, a incorporação dos cursos de Mariana à universidade. Atualmente, esse *campus* abriga os cursos de História, Letras e Pedagogia. Disponível em: <http://ichs.ufop.br/diretoria-0>. Acesso em: 28 ago. 2018.

Antônio Martins Machado estava entusiasmado e gostava muito da educação. Após a instalação da cidade, ele se empenhou em criar um curso ginásial em Acaiaca. Logo que criou o município, havia apenas as escolas municipais (uma na sede e uma na zona rural), que atendiam somente o Ensino Primário. Então, ele criou a FACA (Fundação Acaiaca de Cultura e Arte) para administrar o Ginásio Professor Martins, tentando resgatar o nome do meu bisavô, sendo este um colégio particular. Ao criar o ensino de 2º grau, passou a denominar-se Colégio Professor Martins.

Nessa época, nosso estado era governado por Israel Pinheiro (1965 a 1971), período da Ditadura Militar. Os professores estaduais sofriam com a falta de pagamento. Ao invés de fazermos greve, íamos à porta do cemitério fazer vigília, pedindo às almas que intercedessem por nós para que o governador pagasse nosso salário. Houve um período em que, em 10 meses de atraso, recebíamos apenas 2 ou 3, até que, no mandato do governo seguinte, passamos a receber com regularidade. Hoje, ainda continuamos a reclamar, visto que sempre há algo a desejar, a falta de reconhecimento pelo trabalho e o respeito ao professor. Somente mais tarde, em 1971, com a Lei 5692³⁷, estabeleceu-se a reforma educacional e o Estatuto do Magistério com o plano de carreira.

A década de 70 foi um período difícil para a administração escolar por causa da transição ocasionada pela implantação da Lei 5692. Nessa época, minha irmã Beatriz era diretora e enfrentou várias mudanças na escrituração escolar, na sistemática, nos métodos, além da falta da rede física. Com os novos rumos da educação, não se concebia mais que professores ficassem estagnados, era necessário buscar por melhor habilitação e, assim, iniciou-se a corrida aos cursos de licenciatura. Minha irmã e eu fomos pioneiras nessa busca em Acaiaca, cursando Letras (na extensão da UCMG em Mariana), finalizando em 1973. Íamos a Mariana, de segunda a sexta no período da noite e no sábado pela manhã. Os primeiros períodos eram da licenciatura curta, depois mais 2 semestres para complementação.

Ao mesmo tempo, lecionei História no Ginásio recém-criado Professor Martins e coordenava também as reuniões do Grêmio Literário “Mariana Guimarães Machado”, com o intuito de desenvolver e incentivar os alunos à arte de declamar, apresentar-se em público e até representar. Por vezes, as reuniões se transformavam em saraus, sendo um tempo muito importante para essa juventude, que, além de estudar, também aprendeu a “poetar” e fazer teatro.

³⁷ A Lei n. 5.692/1971, fixou as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, modificando a estrutura de ensino do país durante o período da Ditadura Militar (BRASIL, 1971).

Foi um período difícil. Em 1979, aconteceu uma enchente que entrou no prédio da escola e acabou com nossos arquivos de caneta tinteiro. O córrego passava atrás da escola e o rio à frente. A água lavou as escritas e cobriu de barro os certificados de conclusão de 4ª série dos arquivos, a contagem de tempo de pessoal, outros arquivos, sem falar do acervo da biblioteca. O rio subiu 8,5 metros. Estava acabando de construir essa minha casa, ainda não havia colocado o vidro nas janelas e a água entrou pelas janelas da minha sala. O chão era taqueado e os tacos empenaram todos. Eu ainda não tinha mudado para cá, morava na casa da minha tia, a minha filha tinha 1 aninho, o meu filho mais velho tinha 3 anos.

Nessa época, minha irmã, Beatriz, era a diretora da escola, mas já morava em Mariana e tinha se inscrito para trabalhar na superintendência de Ouro Preto. Como eu era a vice, fui para o cargo de direção em 1980 para resgatar uma escola de uma enchente terrível. Material, carteiras, mesas... Essa era a escola onde comecei a trabalhar, atualmente a Escola Estadual Padre Simim, que hoje atende o público de 6º ao 9º ano e EJA. Batalhei muito pela extensão de série. Exerci esse cargo durante 10 anos, até 1989.

Para tentar recuperar os móveis, lavávamos as mesas e cadeiras com creolina, no meio do barro. E, para refazer a escrituração da escola, dos arquivos escolares? A gente mexia com livros cheios de barro para tentarmos resgatar. Os documentos que eram à caneta esferográfica, foi fácil resgatar, mas aqueles de caneta tinteiro, do tempo das Escolas Reunidas era difícil, muito difícil. A caneta Bic e a máquina de datilografia eram nossos instrumentos de trabalho. Esse serviço de resgate dos documentos levou uma década. Foi um período de muita luta. Conciliei as funções de mãe, esposa e diretora da escola, sempre preocupada com a educação dos meus filhos e dos filhos da cidade de Acaiaca. Mantínhamos a Caixa Escolar com doações, lojinhas e campanhas em benefício dos alunos carentes. Uma vez por ano, recebíamos uma verba do estado para adquirir material escolar e gêneros alimentícios básicos. Tínhamos uma horta escolar, o que ajudava a enriquecer a merenda. Algumas vezes, quando havia momentos especiais, os alunos levavam ovos e leite. A maioria dos alunos não tinha uniforme. Com a ajuda de algumas pessoas da comunidade, organizamos uma quermesse e conseguimos dinheiro para comprar tecidos e, com a ajuda e mobilização das costureiras do município, uniformizamos cerca de 200 alunos. E, justamente quando surgiu a Lei 5692, criando as extensões de série em escolas de 1º ao 4º ano, que foi possível implantar o Ensino Fundamental público de 5ª a 8ª série (hoje 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental II), abrindo, assim, o leque de educação a todos.

Esse processo se iniciou em 1985, quando foi autorizada a 5ª série. No entanto, tivemos alguns percalços pelo caminho. Aqui havia o colégio particular da FACA, criada pelo doutor

Antônio Machado, do qual fui professora. Todo diretor de uma escola particular, que existisse no local, tinha que assinar um termo concordando com a extensão de série pelo estado, mas ele não assinava o termo de aquiescência. Foi uma briga feia. Por fim, esse termo caiu por terra. Isso aconteceu já no final da minha gestão e eu consegui trazer, primeiro, a 5ª e a 6ª série para depois eu pedir as demais séries. Enquanto isso, ele poderia criar outro curso no colégio. Havia muitos cursos, pois já não era mais somente a Educação Geral do Curso Científico, já havia também as especialidades, mas ele ficou magoado e acabou desativando o colégio.

O que argumentava para obter a extensão era o seguinte: nós tínhamos 5 escolas municipais e 2 escolas estaduais de 1ª à 4ª série, uma delas situava-se na zona rural Fazenda Fazendinha. Na Escola Padre Simim, entregávamos por ano, mais ou menos, de 45 a 50 certificados de conclusão de 4ª série. Daí, vamos supor que, juntando todas as outras escolas, mais uns 50 certificados, nós tínhamos uns 100 alunos aptos a irem para a 5ª série. No colégio havia apenas 20 ou 30 alunos. Houve um ano em que foi entregue o certificado de 8ª série a 13 alunos, ou seja, representava 13% da demanda. Fizemos vários processos pedindo a extensão de série e fomos barrados. Em Furquim³⁸, distrito de Mariana, Diogo de Vasconcelos³⁹, Barra Longa⁴⁰ já havia extensão de série; nessa última, já havia o que hoje chamamos de Ensino Médio. E, em Acaiaca, não conseguíamos sequer a extensão.

Quando José Calixto Milagres foi eleito prefeito, eu disse a ele: “Você vai me ajudar com a extensão de série na Escola Padre Simim”. Ele conheceu uma funcionária do Departamento de Assistência ao Educando (DAE) e descobriu que não havia mais necessidade do termo de aquiescência. E, no frigidir do tempo, nós conseguimos, em 1989, ano em que me afastei para aposentar.

Hoje, existe uma escola estadual com o nome Professor Martins⁴¹, além da Escola Padre Simim e, entre as escolas municipais do 1º ao 4º ano foi, uma delas, denominada Escola Municipal Professor Antônio Martins Machado, fazendo justiça a um filho benemérito da terra, seu emancipador, criador da primeira escola de Ensino Ginásial e prefeito da cidade. Graças a Deus! Com isso, temos mais uma escola pública na cidade, dando mais oportunidades para os alunos. Esse era o nosso objetivo. Era um período muito bom de trabalhar. Eu fazia o que eu

³⁸ Distrito da cidade de Mariana, que possui pouco mais de 1.600 habitantes e está a 142 quilômetros da capital.

³⁹ Diogo de Vasconcelos é uma cidade do estado de Minas Gerais com quase 4 mil habitantes e está localizada a 165 quilômetros da capital (Belo Horizonte).

⁴⁰ Barra Longa é uma cidade mineira que possui uma população de cerca de 5 habitantes. Está localizada uma distância de 172 quilômetros da capital.

⁴¹ Em 2006, pelo decreto n. 44.426, foi criada a Escola Estadual Professor Martins, ofertando as séries finais do Ensino Fundamental – 6º ao 9º ano e Educação de Jovens e Adultos – EJA (CASTRO, 2014).

gostava de fazer, mas foi de muita luta. E, graças a Deus, estou aí com minha consciência tranquila de ter cumprido a minha missão, não apenas como profissional, mas também como mãe e mulher, tendo hoje condição de me dedicar a trabalhos voluntários.

Continuando os trabalhos, um dia fui convidada a conhecer a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apae. Em 2000, o prefeito convidou-me para vestir essa camisa e fundar a Apae em Acaiaca. Como as pessoas com deficiência eram levadas algumas vezes na semana para Mariana, mas isso tornava-se inviável não só pelo deslocamento, mas também pelo anseio em atender mais pessoas. E foi aí que me envolvi na sua fundação que aconteceu no dia 06 de maio de 2000, com seu funcionamento iniciando somente em outubro daquele ano, como presidente fundadora. Em 2007, eleita, novamente, assumi o cargo de presidência da Apae em janeiro de 2008. Esse trabalho me fez sentir útil ao outro.



Figura 17: QR-Code
Fonte: gerado pelas autoras

Bom, eu escolhi ser professora, porque primeiro que na minha época não havia muitas opções, ou melhor, as mulheres não tinham opções. A mulher era do lar, para não dizer, “doméstica”, uma forma muito pejorativa de designar seu trabalho. Socialmente, o trabalho da mulher não era reconhecido. Mas, naquelas mulheres, havia uma abnegação, grandeza e força, que davam o melhor de si para formar pessoas dignas em uma sociedade que guardava, até então, os valores morais; hoje, já esquecidos e tão invertidos. Durante um tempo, a mulher, desde sua infância, era educada para se casar e desempenhar sua missão precípua de mãe. Logo que saía da escola primária e entrava na adolescência, o caminho era iniciar o enxoval para o casamento. Ou a gente parava de brincar com a boneca e ia fazer enxoval para casar, ou estudava. Dar continuidade aos estudos era quase impossível, pois o Ensino Ginásial era pago e, como as famílias eram numerosas, havia dificuldade em sustentar e pagar estudos a todos os filhos. E, para a mulher, a carreira que podia seguir e estava disponível em nossa região era ser professora. E tínhamos os exemplos das nossas professoras que eram muito respeitadas; eram muito criativas, apesar de não terem material didático favorável. Faziam lindos teatros com os alunos, ensinavam a gente a declamar, a dançar, faziam apresentações. No livro, eu trago um trecho em homenagem à minha mãe e irmãs, escrita no Dia do Trabalho:

“Neste dia como em todos, ao acordar, agradei ao Criador pelo amanhecer, por abrir os olhos, em especial, por ser um dia especial.

Quero lembrar uma mulher também especial, que viveu em anos difíceis das guerras, das penúrias do pós-guerra. Anos em que as

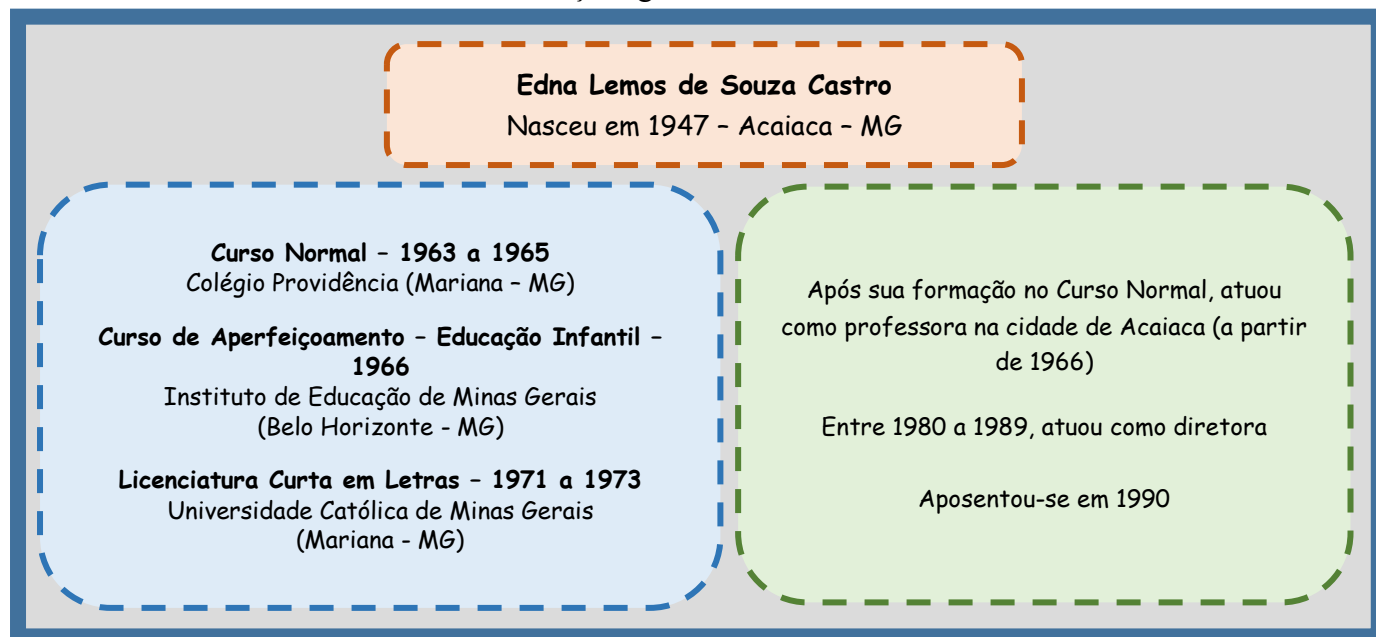
mulheres viviam para seus maridos e filhos, no batente do fogão à lenha, do machado para cortar, do tanque, do ferro de passar a vapor de brasa, dos banhos de bacia, com água fervida, carregada em balde. Mulheres dedicadas, mulheres companheiras, mulheres amantes, mulheres mães, mulheres santas. Mulheres do lar, que nunca tiveram direitos trabalhistas, mas trabalhavam do romper da aurora até a noite nas alcovas.

E... como mulher inteira em tudo que fazia, ainda ajudava o esposo em seu trabalho, no plantio da 'roça' no quintal e na oficina de alfaiataria. O mais sublime papel de mulher, essa mulher executou em anos diferentes, no dia do trabalho, 1º de maio, quando assistida por parteira em casa, trouxe ao mundo duas lindas crianças, que nasceram de olhos fechados, mas com a alma aberta para o mundo. Duas belas mulheres, minhas irmãs: 1º Terezinha, anos depois, Beatriz.

Recordando essa maravilhosa mulher Maria Lemos de Souza, minha amada mãe, dedico felicitações às minhas irmãs nesse dia excepcional. Louvo a Deus pelas suas vidas! Parabéns, manas!"

A comemoração do dia 7 de setembro era um verdadeiro *show*. As menininhas de balizas. Lembro um aluno em cima de um cavalo com a espada, interpretando Dom Pedro, dando o grito da Independência...

Olha, eu tenho muitas lembranças. Se eu for comentar todas com você, Iara, nós vamos ficar aqui até tarde. Eu espero que tenha colaborado para o enriquecimento do seu trabalho e, depois, você me dê notícias. Agora, vamos tomar um café...

Quadro 4: Informações gerais de Edna Lemos de Souza Castro

Fonte: elaborado com base na textualização

2.5. Trabalho ordinário, graça inusitada

Entre o final do mês de março e abril, retomei o contato com a professora de Itabirito¹, que faz parte do “UFOP com a escola”, a qual havia acionado pelo *WhatsApp* e seria uma ponte para contatar professoras dessa localidade.

Ela achou melhor que eu me deslocasse à cidade para que pudéssemos conversar com mais calma sobre a pesquisa e assim ela me indicaria com mais precisão alguns nomes. Novamente, percebi que o contato pelo telefone, embora agilizasse na sugestão de possíveis colaboradoras era também um limitador, pois eu era uma desconhecida para eles(as) e, algumas vezes, percebia que ficavam um pouco receosos(as). E vejo como algo natural; afinal, como indicar o nome e o contato de um(a) colega para alguém que não se conhece?

Fui recebida por ela em um lugar inusitado, sob meu ponto de vista. Naquele dia, 08 de maio de 2019, seria um dia bastante corrido para ela, então aproveitou que estaria no salão de sua manicure e pediu para que eu me deslocasse até lá. Novamente falei sobre a pesquisa e, a partir disso, ela listou alguns nomes de professores(as), seguidos de sua idade, se era ou não aposentado(a) e a área de atuação. Alguns nomes não se adequavam por não serem professores(as) aposentados(as) ou por terem atuado em outras áreas, como Língua Portuguesa, Geografia, História, entre outras. Ao findar sua lista, dois nomes me chamaram atenção: Lenir Maria Amorim França de Oliveira e Maria da Consolação Souto Menezes, duas professoras de Matemática aposentadas. Como ela havia informado alguns detalhes sobre a formação delas, comentei sobre meu interesse em conversar com elas.

No caso de Lenir, ela não possuía seu contato telefônico, mas sabia a localização de sua residência; então, após finalizarmos nossa conversa, ela se dispôs a me levar até lá para conhecer a professora. Duas coisas me chamaram atenção: era a professora de Matemática mais antiga e a primeira a ter uma formação em Matemática na cidade. Chegando à casa de Lenir, apresentei-me e conversei um pouco com ela sobre a pesquisa, verificando seu interesse em ser uma colaboradora. Como ela acenou positivamente, decidi ali que faria a entrevista com ela.

É interessante observar que algumas coisas acontecem em uma velocidade tão rápida, que, após seu término, pensamos que, mesmo em meio àquela agitação, aquilo não poderia ter acontecido da melhor forma. Era aquele tempo, daquela forma, naquelas condições. E foi assim a entrevista com a professora Lenir. Um momento que deixou marcas em mim. Em sua casa,

¹ Rita Nascimento – professora de Matemática da rede estadual e municipal de Itabirito. A distância entre Rio Claro e Itabirito é de 709 quilômetros.

mostrava-me alguns trabalhos bordados em ponto cruz que fazia não apenas para se distrair, mas também para ensinar Matemática. Naquele lugar, aprendi com ela a importância de levar uma vida contagiante de alegria e de continuar lutando pela educação, ainda que de modo menos efervescente do que nos tempos de mocidade. Segundo Lenir, embora o tempo modifique algumas circunstâncias em nossa trajetória, o nosso medo deve ser aquele de, na dinamicidade do tempo, ver a vida passar e não estarmos vivendo.



Figura 18: Área de risco
Fonte: arquivo pessoal

Após o término da entrevista com a professora Lenir, decidi que entraria em contato com a professora Maria da Consolação e tentaria agendar um encontro para o dia seguinte, 09 de maio. Novamente, Rita se dispôs a me deixar na residência de Maria da Consolação. Sabe aquelas surpresas que acontecem e você não sabe explicar como surgiram? Pois é, a professora Rita foi uma das surpresas agradáveis desta pesquisa. Sem me conhecer, colocou-me em seu próprio carro e me levou pelos caminhos aos quais eu precisava ir. Sem que eu percebesse, foi dispersando o meu medo de caminhar por aquela cidade. No carro, conversamos, dentre outros assuntos sobre as barragens de resíduos de minérios que havia naquela cidade e os riscos de rompimento. No final de março, estava me programando para ir a Ouro Preto e Itabirito, mas desisti das viagens naquele momento após acompanhar um noticiário informando que, naquela semana, as barragens de Itabirito, Ouro Preto e Nova Lima haviam entrado em estado de alerta máximo com

risco de rompimento. Diferentemente de Ouro Preto, que eu já conhecia a cidade e onde sabia me deslocar, Itabirito para mim era assustador, pois não conhecia nada de lá, muito menos as

rotas de fugas, o que me dava um certo desespero. Durante a estadia na cidade, ficava sempre alerta e com medo de, a qualquer momento, a sirene ser acionada.

No dia 09 de maio, Maria da Consolação me recebeu em sua residência e sua alegria ao me acolher me contagiou, fazendo com que eu ficasse muito tranquila ao longo da entrevista. A essa altura da produção de dados, eu simplesmente ouvia a entrevistada, sem a preocupação ferrenha de querer chegar até o final de todo o roteiro ou de fazer intervenções por desejar construir um quebra-cabeça a partir de suas falas, articulando cada peça para ter uma paisagem integral, ainda que soubesse da impossibilidade dessa totalidade.

Saí da casa de Maria da Consolação com a alma lavada por ter concluído mais uma entrevista. Na volta para casa, eu olhava pela janela do ônibus agradecida por aqueles resultados, mas também pedia pelas famílias que moravam naquele lugar e não tinham a tranquilidade de estarem no aconchego de sua casa devido à ganância humana. Voltava indignada pela humanidade deslavada.

Lenir Maria Amorim França de Oliveira



Figura 19: Professora Lenir
Fonte: arquivo pessoal de Lenir

Eu nasci em Itabirito¹ no dia 26 de março de 1948, em frente ao cemitério, na Sexta-feira da Paixão às 9h. Gostou? Por isso eu falo muito, é sinal do Sermão das Sete Palavras².

Minha mãe é do município de Moeda Velha³. A família dela morava na roça e eles se mudaram para Itabirito, porque eram 7 mulheres e os pais não queriam que casassem primo com primo; na roça ou em cidades do interior, isso era muito comum. Ela veio para trabalhar na Fábrica⁴

e foi quando se casou com meu pai, ela com 23

anos e ele com 30. Meu pai era de uma família conhecida de Itabirito – família França. Ele nasceu em Itabirito e trabalhava na Usina Esperança⁵. Mamãe teve 12 filhos vivos, 4 abortos e, ainda, criou 3 crianças de fora, em 19 anos de casada.

Meu pai adoeceu e morreu com 54 anos, deixando a caçula com 5 anos. Nós, que éramos mais velhos, saímos para trabalhar para ajudar a sustentar a casa. Naquela época, a viúva ganhava só 80% do salário mínimo do marido e sustentar 12 filhos era muito complicado. No dia em que fez um ano e meio que meu pai faleceu, meu irmão mais velho, Demir, morreu

¹ A cidade de Itabirito possui cerca de 51 mil habitantes e está a 57 quilômetros de distância da capital mineira.

² O Sermão das Sete Palavras é realizado, entre os cristãos, na celebração litúrgica no meio da tarde da sexta-feira da Semana Santa, conhecida como Sexta-feira Santa ou Sexta-feira da Paixão. O sermão medita sobre as últimas palavras ditas por Jesus Cristo antes de sua morte, durante a crucificação. Meus avós sempre contavam que o Sermão das Sete Palavras costumava ser bastante demorado, quando o celebrante falava durante um longo tempo levando os fiéis a refletirem sobre essas palavras. Portanto, interpreto que esse seria um dos motivos de a professora Lenir se caracterizar como uma pessoa que gosta de falar. Disponível em: <https://cleofas.com.br/quais-sao-as-7-palavras-do-sermao-das-7-palavras/>. Acesso em: 13 out. 2019.

³ São Caetano da Moeda, também conhecido como Moeda Velha, é um distrito pertencente à cidade mineira de Moeda (que possui cerca de 5 mil habitantes e está a 61 quilômetros da capital) e está incrustado na famosa Serra da Moeda. Disponível em: <http://www.moeda.mg.gov.br/a-cidade/a-cidade-a-cidade/a-cidade/>. Acesso em: 13 out. 2019.

⁴ A Cia. Industrial Itabira do Campo, conhecida como Fábrica Velha, foi a primeira tecelagem instalada na cidade, em 1892, e uma das mais antigas indústrias têxteis de Minas Gerais. Em 2010, encerrou suas atividades. Disponível em: <http://itabiritominhaterra.blogspot.com/2010/02/ciic-cia-industrial-itabira-do-campo.html>. Acesso em: 13 out. 2019.

⁵ A siderúrgica Usina Esperança foi fundada em 1888 em Itabira do Campo, atual Itabirito, pela sociedade entre Henrique Heargreaves, Jean Albert Gersparcker, Amaro da Silveira e Carlos da Costa Wigg. A partir de 1994, passou a ser administrada pelo grupo VDL – Valadares Siderurgia Ltda. Disponível em: <https://www.portalitabirito.com.br/turismo/tur01.htm>. Acesso em: 13 out. 2019.

afogado em Barra Mansa⁶. Perdi meu pai e meu irmão mais velho, aí que nós tivemos que trabalhar em casa de família, em loja, tomando conta de pessoas idosas para ajudar em casa e também se quisesse estudar, pois só tinha escola particular.

A minha mãe só estudou até o 2º ano primário (hoje 3º ano do Ensino Fundamental I), mas ela não deixava nada sem explicação. Eu tomei uma bomba no 1º ano primário (hoje 2º ano do Ensino Fundamental I). Não foi tudo direto. Minha mãe mandou dar bomba em mim, igual eu fiz com meu filho quando ele estava no 2º ano. Sabe por quê? A gente via que, mais adiante, não ia para frente, teria ainda mais dificuldade. Eu peguei aquela época que era muito rigorosa. Se o professor falava: “3 x 5”. E você respondia: “O quê?” Você tinha que ficar depois da aula fazendo cópia, repetindo 100 vezes alguma coisa. Hoje, não pode fazer isso, agora é maltratar os meninos. Meu Deus!

Minha mãe sempre cuidou da gente, nós sempre ficávamos com o cabelo mais curto para não pegar piolho na escola. Nunca tivemos piolho. Ela olhava nosso caderno para ver se as lições de casa tinham sido feitas. Naquela época, a gente não tinha condições financeiras de comprar caderno e, como o pão era embrulhado em um papel branco, ela cortava direitinho do tamanho de uma folha de caderno e colava com grude, feito com farinha de trigo, para fazer um caderno para nós. Quando a gente ganhava um caderno do governo, era apenas de 10 folhas, então não dava. Hoje, eu fico boba de ver o desperdício de material escolar.

Nós tivemos uma irmã muito brava, era a mais velha. Ela ganhou uma bolsa de estudos na escola para fazer o ginásial (hoje, corresponde ao Ensino Fundamental II) por ter tido o melhor desempenho da escola, de 1º ao 4º ano (hoje 2º ao 5º ano do Ensino Fundamental I). Ela foi pai e mãe dos meus irmãos, exceto de mim e da Lúcia que tem idade próxima à minha, Maria Célia, Ana Francisca, o restante já foi educado mais por ela, sabe? Ela trabalhou no banco, na época era Banco da Lavoura de Minas Gerais⁷, depois passou a ser Banco Real. Ela trabalhou e casou, porém, o marido não deixou ela trabalhar mais. Ela teve 2 filhos, um deles é professor de Matemática. Lá em casa só dá Matemática, todo mundo gosta de matemática, graças a Deus! E meus 3 filhos são técnicos mecânicos, 2 são engenheiros civil, então também trabalham com a matemática.

⁶ Barra Mansa é um município localizado no estado do Rio de Janeiro. Possui aproximadamente 185 mil habitantes e está a 127 quilômetros da capital (Rio de Janeiro) e a 345 quilômetros da cidade de Itabirito.

⁷ Em 1925, em Belo Horizonte, foi fundado por Clemente Faria e José Bernardino Alves Junior o Banco da Lavoura de Minas Gerais (BanLavoura). Na década de 70, o BanLavoura foi extinto e sucedido por instituições financeiras dirigidas pelos filhos de Clemente Faria: Banco Real, sob a direção de Aloysio de Faria e o Banco Bandeirantes, fundado por Gilberto Faria. Em 1998, o Banco Real foi incorporado ao Banco ABN Amro (hoje Banco Santander) e o Banco Bandeirantes foi vendido para o Unibanco (hoje Itaú Unibanco) (PERDIGÃO *et al.*, 2015).

Tenho um caso interessante para te contar da época de escola. Em Itabirito, só havia 2 escolas de Ensino Ginásial: o ISAP⁸ e o GGG⁹. E, naquele tempo, a gente tinha que fazer o exame de admissão¹⁰ para entrar na escola, mesmo sendo particular. Nele, caíam todos os conteúdos. No dia da prova, é uma coisa que guardo para o resto da minha vida, a professora, dona Lurdinha, falou: “Senhora Lenir, favor levantar. Qual a capital da Tchécoslováquia?” Eu não sabia. E ela falou: “Ô praga, o que você está fazendo aqui dentro dessa escola, praga? Vai trabalhar”. A capital da Tchécoslováquia é Praga e ela estava soprando para mim, mas eu não sabia. E, com isso, todos os alunos ficaram rindo de mim. Isso me fez estudar mais e ver que a gente precisava estudar para não passar esse tipo de vergonha, pois a gente estava dando “manota”¹¹.

Durante a época em que estudava, eu sofri muito *bullying*¹², hoje é assim que fala, não é? Eu estudava na escola particular e lá só tinha “filho de mamãe e de papai”. Então, ninguém queria fazer trabalho comigo, fazer um cartaz ou produzir um texto. A gente não tinha dinheiro para comprar uma cartolina, entendeu? O *bullying* vinha pelos próprios professores, eu podia fazer o trabalho mais lindo que tivesse, mas eles não enxergavam que eu era capaz de fazer aquilo. É por isso que eu gosto de trabalhar com pessoas que vêm lá debaixo para levá-las, para tirar aquele bloqueio que o aluno tem, porque, às vezes, acontece alguma situação em que o aluno paralisa e acho que esse bloqueio atrapalha muito. É tudo resultado do *bullying* que sofremos. Imagina só, uma família com 12 filhos, pobre, a gente tinha que vender laranja na rua.

⁸ O Instituto Santo Antônio de Pádua é uma instituição dirigida pela Congregação das Irmãs Franciscanas Alcantarinas. Na década de 40, a cidade de Itabirito, “contava apenas com a Escola Estadual Raul Soares, inaugurada em 1927, que oferecia somente o ensino primário e o orfanato Santo Antônio de Pádua [hoje o Instituto Santo Antônio de Pádua], fundado oficialmente em 1950, ambos administrados pelas Irmãs Franciscanas Alcantarinas, que tinham por função ‘amparar as órfãs desvalidas’” (MACHADO, 2019, p. 35).

⁹ Em 1939, dada a carência de escola de formação em Itabirito, Guilherme Hallais França decidiu fazer um empreendimento implantando a Escola de Práticas de Contabilidade e um ginásio. Em 1942, a escola passou a chamar-se Academia de Comércio Monsenhor Messias, possuindo um internato feminino. Em 1943, fundou a Escola Normal Darcy Vargas, passando a denominar-se Ginásio Monsenhor Messias (1945), implementando o internato masculino, e Ginásio Guilherme Gonçalves (1951-1994). No ano de 1994, foi municipalizada, passando a Centro Educacional Municipal Professor Alcides Rodrigues (MACHADO, 2019).

¹⁰ O acesso ao Ensino Secundário estava condicionado à aprovação aos exames de admissão, que se tornaram obrigatórios com o Decreto n. 19.890/1931, como parte da Reforma Francisco Campos. Esse exame consistia em provas escritas e orais de Português, Aritmética e Conhecimentos Gerais, tendo sido extinto com a Lei n. 5692/1971 (AKSENEN, 2013).

¹¹ Essa expressão significa ato falho, dizer ou fazer algo inconveniente e geralmente prejudicial ao próprio autor.

¹² A palavra *bullying* tem origem na língua inglesa (“*bully*” significa “valentão” e o sufixo “*ing*” representa uma ação contínua). Consiste em um conjunto de agressões contínuas, repetitivas, caracterizadas como perseguição do agressor contra a vítima, não sendo uma agressão isolada, resultante de uma briga. As agressões humilham, intimidam, traumatizam, expõe e ridiculariza a vítima e, geralmente, são de ordem verbal, física e psicológica, acontecendo comumente as três ao mesmo tempo. As vítimas são “chamadas por apelidos vexatórios e sofrem variados quadros de agressão com base em suas características físicas, seus hábitos, sua sexualidade e sua maneira de ser”. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/bullying.htm>. Acesso em: 13 out. 2019.

Eu fui a primeira pessoa em Itabirito a ganhar leite do lactário da prefeitura, porque lá em casa não tínhamos condições. Eles doavam leite às crianças carentes. Até havia um retrato, que saiu no jornal, eu com o chefe lá da prefeitura que abriu o lactário. Era muito bonito ver o retrato da gente, mas isso não deixa de ser um *bullying*.

Eu tenho uma lembrança muito boa dos meus professores. Alguns foram meus amigos e colegas de escola. Nós temos o senhor Rui Gonzaga de Melo, o senhor Nicodemos Igreja, o senhor José Barros de Melo. A dona Lígia também foi minha professora. Mas a que mais me marcou foi a professora do 1º ao 4º ano primário lá na Escola Estadual Doutor Raul Soares¹³, dona Maria Bretas, uma grande professora. Com ela, se você não soubesse a matemática, ela colocava de castigo depois da aula. E nossos pais já sabiam que, se não chegasse em casa na hora certa para o almoço, era porque estava de castigo. E, se falasse que estava de castigo, apanhava em casa. Naquele tempo, se ficasse de castigo era por ter aprontado alguma travessura, então levava umas palmadas em casa.

A dona Maria Bretas, além das aulas, costurava o uniforme para aqueles alunos que não tinham condições financeiras de comprar. Durante muitos anos, eu trabalhei em loja e, naquela época, as roupas não eram compradas prontas. Você não tinha uma blusa pronta, era tudo com a costureira, por isso fiz o curso de Corte e Costura. A mulher não podia usar calça, uai. No ISAP, não podia usar calça comprida e a primeira professora a colocar uma calça fui eu: “Ou me manda embora ou me deixa dar aula”. Veja bem, aquele tempo de frio aqui com temperatura de 10, 5 graus de manhã cedo e não podia entrar de calça não, tinha que ser de saia.

Das lembranças de escola, a única coisa que me lembro é de um outro *bullying*. Na escola tinha merenda, porém ela era dada primeiro aos ricos e somente depois aos pobres. A distribuição era de acordo com o trabalho dos pais nas fábricas daqui, pois alguns doavam as coisas para a escola. Então, eles distribuíam algumas fichas e, como éramos muito pobres, ficávamos por último para merendar. A gente comia mais na escola, porque em casa quase não tinha comida. Era muito ruim, a gente se sentia excluído e via os meninos rindo da gente por estarmos por último na fila, pegando o resto deles. Às vezes, eles deixavam comida no prato só para vermos que ia jogar fora e talvez não ia sobrar para nós. Eram coisas assim que a gente via na escola e que depois, graças a Deus, foi melhorando. Hoje, acho que não tem esse problema de merenda, embora vemos outros tipos de *bullying*.

¹³ A instituição foi fundada em 1927, ofertando o Ensino Primário.

Desde que saí do Ensino Primário (corresponde ao Ensino Fundamental I), eu comecei a dar aula particular de Matemática com meus 12, 13 anos. Eu estudava o livro do professor para dar aula particular e com esse dinheiro que recebia, podia pagar a minha escola. Os alunos do ISAP iam estudar comigo, pois havia uma professora lá que eles não gostavam muito¹⁴.



Figura 20: QR-Code
Fonte: gerado pelas autoras

Depois do primário, eu comecei a estudar à noite no curso “Prática de Comércio e Escritório”¹⁵, a gente recebia o diploma com esse nome.

Veja bem! Eu tive que esperar fazer 14 anos para estudar à noite, porque não podia pagar. Eu tinha que trabalhar para pagar meu estudo, não tinha escola estadual, nem municipal, era só particular. Como eu fazia aniversário no final do mês de março e naquela época as aulas começavam no início de março, então eu tive que esperar completar 14 anos para só começar a estudar a 5ª série (se refere à antiga 1ª série do Ensino Ginásial, atualmente é o 6º ano do Ensino Fundamental II) no outro ano. Durante os 4 anos, eu estudei à noite, dos 15 aos 18 anos.

Depois já fui para o curso de Magistério no GGG, em 1966. Logo em seguida, a Conceição Lemos, que era professora no ISAP, teve que sair por causa de problemas com a voz; daí a irmã, que era diretora de lá, aceitou-me com uma condição: eu tinha que fazer faculdade. Como eu ia fazer? Fui estudar lá em Mariana¹⁶, na segunda turma de faculdade, por volta de 1970. Quem fundou essa instituição foi o Dom Oscar¹⁷, era a Faculdade de Filosofia¹⁸

¹⁴ O *Quick Response Code* (QR-Code) refere-se a uma evolução do código de barras que pode ser lido pela câmera do seu *smartphone* usando um aplicativo. Para fazer a leitura do QR-Code em seu *smartphone*, caso ainda não tenha o leitor de QR-Code você deverá baixá-lo na loja de aplicativos de seu celular (por exemplo, Leitor QR, Kaspersky QR Scanner ou Barcode Scanner). Ao acessar o aplicativo de leitura do QR-Code, direcione a câmera para o código de barras presente ao longo da tese, e, automaticamente, será disponibilizado o acesso ao material. Nesta tese, eles serão utilizados para acessar outros tipos de materialidades que não são possíveis de serem reproduzidos em um texto escrito. Caso tenha dificuldade para fazer a leitura do QR-Code, você poderá clicar em cima do QR-Code e, automaticamente, também será encaminhado a um *link* que possibilita acessar o material.

¹⁵ Na década de 1940, no antigo Educandário São Geraldo ou Ginásio Guilherme Gonçalves (GGG), funcionavam 3 instituições: GGG, Colégio Normal Darcy Vargas e Escola de Comércio. Guilherme Hallais fundou o Ginásio de Ensino Secundário, a Escola Técnica de Comércio Profissional, o Curso Normal e, ainda, implantou um internato. Em 1994, a instituição foi municipalizada e, até então, pertencia à família Gonzaga de Melo, procedente de São Brás do Suaçuí no interior de Minas Gerais (MACHADO, 2019).

¹⁶ Conhecida como a “Primaz de Minas”, Mariana é uma cidade do estado de Minas Gerais com cerca de 58 mil habitantes e está localizada a 110 quilômetros da capital (Belo Horizonte).

¹⁷ Dom Oscar de Oliveira (1912-1997) foi o terceiro arcebispo da Arquidiocese de Mariana (1960-1988), tendo renunciado por limite de idade. Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/OOliveira.html>. Acesso em: 10 out. 2019.

¹⁸ Em 1959, Dom Oscar de Oliveira (bispo de Mariana) foi procurado pelos dirigentes da Escola de Minas e de Farmácia de Ouro Preto, com a ideia de implantar uma universidade. Em 1963, foi-lhe apresentado o anteprojeto de lei de criação da UFOP, prevendo a instalação do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) em Mariana. Para isso, foi firmado “um convênio entre a Arquidiocese de Mariana e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria, da Universidade Católica de Minas Gerais, para que fossem instalados, em 1969, os cursos de licenciatura de 1º grau para formar professores de Letras, Estudos Sociais e Ciências”. Em agosto de 1969, autorizada a implantação da UFOP. Em 1976, foram aprovados os cursos de licenciatura plena em História, Geografia, Língua Portuguesa e Matemática. O Instituto de Ciências Humanas, Letras e Artes foi criado em 1979,

e se dividia em 3 partes: Letras, Estudos Sociais e Ciências. Eu optei por Ciências e, nele, havia Matemática, Física, Química, Biologia, Geologia, Desenho Geométrico, tudo que tivesse número. Com esse curso, eu podia dar aula de Ciências e Matemática. Mais tarde, por volta de 1995, eu fui fazer a licenciatura plena em Matemática na cidade de Batatais¹⁹, pela Faculdade Claretiano²⁰. Fiz também duas pós-graduações em Duque de Caxias²¹.

E aí fui dar aula no Supletivo. Foi quando conheci meu marido e me casei. Dei a ele 3 filhos e os criei aqui nessa casa, ao lado da casa do meu sogro, construí esse barraquinho para ficar. Na época, muitas pessoas falavam para eu mudar daqui: “Pra quê? Se eu construí tudo isso e já tem 42 anos que eu moro aqui?”

Até hoje eu dou aula particular, não porque eu preciso, mas é só para a minha cabeça não ficar parada. Eu já fui convidada para dar várias palestras, para falar sobre o comportamento de aluno dentro de sala e como eu fazia para poder dominar os meninos. Os meus alunos, até hoje, sejam os mais novos ou os mais velhos têm um carinho muito grande comigo. Dei aula para muita gente, metade do pessoal de Itabirito foi meu aluno. Tem famílias aqui que dei aula para os pais, filhos e netos. Cheguei à 3ª geração, sabe? Então, é um pedacinho da vida da gente em cada um.

No período em que dava aula, tinha uma coisa muito boa que eu fazia com os alunos que não conseguiam adaptar ao ritmo da escola. Porque você sabe que o menino é obrigado a estudar até 14 anos, então eles vão para a escola para ganhar merenda e não para estudar. E o que eu fazia? Dava conteúdo dentro da sala de aula, depois separava grupo de 4 ou 5 alunos e sentava debaixo da árvore do lado de fora. A atividade era para eles produzirem uma paródia, de qualquer música que eles quisessem, com o conteúdo que havia explicado. Saía Hino do Atlético, do Cruzeiro, vários estilos de músicas e formas de falar sobre o conteúdo. Daí, chamava a supervisora e a diretora para assistirem à aula e ver eles ensinando, mostrando o meu conteúdo na linguagem deles. Eu sempre trabalhei desse modo.

havendo, então, a incorporação dos cursos de Mariana à universidade. Atualmente, esse *campus* abriga os cursos de História, Letras e Pedagogia. Disponível em: <http://ichs.ufop.br/diretoria-0>. Acesso em: 28 ago. 2018.

¹⁹ Cidade do interior de São Paulo com cerca de 61 mil habitantes, localizada a 355 quilômetros de sua capital e a 645 quilômetros de Ponte Nova.

²⁰ Embora os Missionários Claretianos tenham chegado no Brasil em 1895, a congregação só assumiu a educação em 1925. Em 1905, a Escola Agrícola São José começou suas atividades, a qual, a partir de 1925, passou a denominar-se Colégio São José de Batatais administrado pelos Missionários Claretianos. Em 1970, foi autorizado o funcionamento da Escola Superior de Educação Física de Batatais. No ano de 1973, foi credenciada a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras José Olympio de Batatais, ofertando os cursos de Licenciatura em Pedagogia, Matemática e Letras. Mais tarde, em 1985, passou a ofertar os cursos de Filosofia e Terapia Ocupacional, passando, a partir desse momento, a se chamar Faculdades Claretianas. Atualmente, é denominado Claretiano – Centro Universitário de Batatais. Disponível em: <http://50anos.claretiano.edu.br/>. Acesso em: 05 jan. 2021.

²¹ Município do estado do Rio de Janeiro, que possui cerca de 924 mil habitantes e está a 15 quilômetros de sua capital.

Para fazer o planejamento das aulas do ano inteiro, antes de dar o conteúdo, eu pegava o calendário, contava todas as aulas que teria até o final do ano, pegava o livro e já separava os conteúdos e o tempo que ia gastar em cada aula, já separava também o dia que aconteceria a prova. Nunca deixei de dar um conteúdo. E sempre fico vigiando quem fica dando essas matérias doidas, sem planejamento, sabe? Pego no pé mesmo, mas não é para pegar no pé ou implicar com o trabalho do professor, é porque a gente tem mais experiência, tem mais visão.

Nesse trabalho como professora, peguei muita gente lá debaixo. Agora é um pouco diferente, tem escola estadual e municipal. Quando eu estava fazendo faculdade, foi o período em que começou a abrir escola estadual aqui em Itabirito, até então não tinha. Só tinha particular, motivo de ser aposentada pelo ISAP. Acho que me aposentei no ano de 2008.

E tinha outra coisa: eu e outra professora fazíamos um encontro, uma vez por mês aqui em casa, para estudarmos o procedimento do aluno em sala, como foi o rendimento escolar e verificarmos como estava o andamento do nosso planejamento, se deu ou não tempo de fazer aquilo que havíamos proposto. Nós fazíamos o planejamento juntas, ela em uma escola e eu em outra. Embora fossem 40 a 50 alunos na sala de aula, nós sempre andávamos certinho com os planejamentos. Vejo que hoje, em algumas escolas, ainda que com poucos alunos, não adianta, muitas vezes o aluno não se propõe a aprender. Eu conheci um professor que gastava meia hora para fazer chamada. Era uma sala de aula com 40 alunos e, como eles ficavam conversando, o professor ficava toda a vida fazendo a chamada. Para agilizar, eu já chamava pelo número da chamada e, aquele que não respondia, eu deixava em branco para saber se tinha chegado. Fazia isso para poder aproveitar mais tempo para a matéria, caso contrário não conseguia cumprir meu planejamento.

Dei aula no GGG também. Na verdade, eu dei aula em todas as escolas aqui em Itabirito. Só em uma escola eu nunca quis ir dar aula e não era por conta de dar choque de horários, pois eu ajudava o pessoal a montar os horários das escolas na cidade. Mas eu chegava na porta e não enxergava uma escola: Intendente Câmara²². Parecia que era um museu ou um presídio, tudo fechado. Eu não me sentia bem lá dentro. Trabalhei também em um supletivo no bairro São José, que era feito pela prefeitura.

Ah, eu ia tentando tirar aqueles bloqueios para fazer prova de Matemática, pois o aluno tem medo do professor, da matéria, tem medo de errar. E erram. Eu já fiz uma menina errar na prova de propósito. Eu dei uma prova de múltipla escolha, o enunciado da questão era igual, mas as respostas estavam ordenadas de modo diferente. E, às vezes, o aluno lia a questão inteira,

²² A Escola Estadual Intendente Câmara foi fundada em Itabirito no ano de 1953.

mas não prestava atenção nas respostas. Sempre perguntava se eles tinham entendido as perguntas. Essa aluna tinha feito a questão de modo certo, mas olhou a resposta da vizinha e colocou errado. Ela precisava de 2 pontos para passar, tinha que tirar 8 e tirou 6. Ô, gente, mas o que ela ajoelhou no meu pé e chorou para eu poder dar os 2 pontos para ela. Falei com ela: “Isso é para você aprender a confiar em você e não na vizinha. Vizinha a gente só dá bom dia e boa tarde” (risos). Essa menina depois foi fazer faculdade.

Durante o período em que trabalhei como professora, eu ainda tinha um grande problema: meu marido teve um aneurisma cerebral com 36 anos. Foram 10 anos de muita luta. Ele morreu com 46 anos e, nesse tempo, meu filho entrou nas drogas. Hoje, ele é muito bom, ajuda esse pessoal da rua, sabe? Eu não posso queixar dos meus filhos, porque eles movem o mundo.

Se não fosse aposentada, eu ia voltar para a escola, mas eu prefiro continuar com as aulas particulares, pois, como são poucos alunos, é mais fácil acompanhar. Eu tenho aula todo dia. Tem uma menina que vem toda semana às sextas-feiras. Ela é a menina mais cuidadosa que já vi na minha vida. Ela faz os exercícios em casa e, o que não sabe onde errou, ela marca com uma fita amarela a dúvida que tem do exercício e traz para eu ver. Às vezes, a gente também precisa ir ensinando o aluno a estudar. É difícil encontrarmos alunos como essa menina. Vejo que os alunos enxergam o professor como um bicho papão, não é? Daí, já aproveito para tirar esses bloqueios do aluno.

Durante as aulas particulares, não gosto que pai, mãe, colega ou outra pessoa estejam presentes. Por quê? O aluno já fica junto o dia inteiro, como é que vai se abrir para falar comigo se houver a presença de alguém? Às vezes, tem alguma coisa para falar comigo e não fala. Comento isso, porque já passei por algumas situações assim na escola: tive uma aluna de 13 anos com um menino de 15 que engravidaram. Cheguei ao hospital para um exame e, por acaso, vi eles lá. Conversei com eles, dei apoio e eles confiaram em mim. Durante a carreira docente, lidei com vários tipos de situações, desde os mais ricos aos mais pobres.

Só que tem outro detalhe: eu produzia todo o material. Tudo o que eu podia utilizar para a Matemática, eu usava. Tento fazer o aluno ver a matemática nas coisas. Por exemplo, por que todos os telhados são em forma de triângulo? Não é para escoar a água, é por ser a única figura que não tem diagonal, é uma forma rígida. Então, o vento não leva. Durante a aula particular, eu explico e mostro aqui dentro de casa quando forma um ângulo obtuso com a porta, com a janela ou com o varal, para eles poderem guardar mais e ao chegar dentro da sala de aula, saberem sobre o que o professor está falando. Quando era aluna, às vezes, o professor falava

assim: “Para que você está olhando para o teto? Ô, vai fazer a prova, não fica olhando para o teto não”. Não era assim? Não sei se quando você estudou era assim. Poxa, mas o teto mostra tanta coisa para nós.

Eu adoro futebol, tenho o meu time de futebol e jogo no Cartola²³. Quando era solteira, eu assistia a futebol de todos os times, inclusive os jogos de Itabirito. Vejo a matemática dentro do futebol. Esses dias, eu estava mostrando para um menino que o escanteio no futebol é uma parábola negativa. Faz isso, ó. Então, quando vão assistir ao jogo, eles enxergam e já reconhecem uma parábola na jogada. É assim que vou trabalhando com os alunos. A gente vai criando essas coisas. Eu não paro.

Às vezes, o pessoal até comenta comigo que eu enxergo a matemática em tudo. Mas eu enxergo mesmo, sabe? Eu sempre estou fazendo uma coisa extra para poder não deixar a matemática para trás. Hoje, além das aulas particulares, eu trabalho com bandas para tocar no forró da terceira idade, eu emito recibo, contrato, marco as datas, olho o preço para fazer os orçamentos... Eu olho isso tudo. Comento com o pessoal que várias dessas atividades eu faço usando a matemática, porque a matemática é tudo gente. Saber matemática é tudo. Você não vive sem a matemática. Algumas pessoas não sabem fazer contas básicas, não sabem comprar as coisas, porque nunca utilizou a matemática. Eles falam que não, mas a matemática é mais importante do que o português, porque o português, com esse *WhatsApp*²⁴, a gente bate e já sai, então consegue se comunicar. A gente não tinha nada, tinha que escrever, não é?

Quando vejo ex-aluno, igual a Rita²⁵ que foi minha aluna e vejo ela sendo uma professora de Matemática, é um orgulho muito grande para mim. Nossa Senhora! Tem um punhado de gente que depois foi estudar, engenheiros, doutores, juízes, policiais. Tem muitos professores de Matemática que foram meus alunos. Então, sinto muito orgulho em falar: “Eu ensinei ela para ser professora no meu lugar”. A Rita é uma grande professora e não é porque ela foi minha aluna não, viu? Vejo que o professor luta muito para ser um bom professor, mas o problema é quando os alunos não querem. Aí, não adianta. Agora está difícil para dar aula. Antes os pais eram companheiros do professor, a gente tinha uma segurança de que quando falasse: “Vou chamar seu pai”. Eles ficavam quietos, tinham medo.

²³ O Cartola Futebol Clube é um jogo eletrônico de futebol lançado em 2004, no qual as pessoas montam seus times com jogadores de futebol da vida real. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/faq/cartola-fc-como-funciona-o-que-e-como-e-a-pontuacao-e-outras-duvidas.htm>. Acesso em: 13 out. 2019.

²⁴ *WhatsApp* é um aplicativo de mensagens instantâneas e chamadas de voz e vídeo para *smartphones*.

²⁵ Rita Nascimento – professora de Matemática da rede estadual e municipal de Itabirito. Ela faz parte do projeto “UFOP com a Escola”, auxiliou-me a encontrar professoras em Itabirito e me acompanhou durante o encontro com a professora Lenir.

Quando trabalhei em sala de aula com Matemática, eu ainda tive apoio dos pais, mas a maioria dos professores hoje não estão tendo. No final da minha carreira, eu perdi esse apoio, porque já começaram as drogas, a mistura de homem com mulher na sala de aula. Quando eu comecei, no início da escola estadual, era sala separada só de menino e só de menina. Não misturava. Depois, começou a misturar os alunos, os pais não apoiarem e irem contra o professor ou até fazer reclamação, aí ficou tudo muito difícil para o professor trabalhar. E não só isso, eu vejo que o ambiente de trabalho também influencia muito dentro da escola. Quando eu comecei a trabalhar no período da noite, que é algo muito difícil, o pessoal vinha do bairro Industrial e eles não entravam de jeito nenhum para a sala de aula antes de 7h30. Eu chegava na sala, ficava lá e, como não tinha ninguém, esperava na porta os alunos chegarem ou então ia chamar os alunos que estavam na rua para entrarem. Um dia, uma pessoa reclamou com o diretor que eu ficava só no corredor ao invés de estar dando aula. O que eu fiz na próxima aula? Não chamei ninguém. Fiquei dentro da sala de aula e, quando os alunos entraram, o quadro já estava com a correção de todos os exercícios e o pessoal da diretoria:

– O que é isso?

– Uai, se não entrarem no horário, agora vai ser assim. Vou dar aula para as carteiras. Não era certo, mas isso tudo para não ser prejudicada e não ser mandada embora.

Durante um tempo, eles faziam algumas coisas assim para me tirar da escola, porque eu fui a primeira professora em Itabirito com diploma de faculdade de Matemática. Ninguém tinha. E isso para eles era ruim, para o diretor era péssimo, pois teriam que começar a cobrar dos outros professores. A gente sofria algumas coisas assim. No período em que aumentou a carga horária de trabalho do professor, de 16 aulas semanais para 18, como eu era a mais nova tive que dar lugar para os professores que eram mais velhos; mesmo tendo formação, eu fui para a rua. Demorou 5 anos para eu voltar para a escola estadual, só me chamaram para dar aula quando começou a ser obrigatório ter faculdade. E, ainda assim, o diretor me colocou lotada em Ciências e direcionou outra professora para Matemática. Durante 8 anos, eu trabalhei com Ciências na escola estadual. Sofri muito todas essas coisas.

Há muitas coisas que acontecem hoje na escola e eu não concordo. Apostila, por exemplo, não concordo com isso até hoje, com esse jeito de fazer o planejamento do conteúdo. O aperto dos alunos é em Matemática. Não é que seja aperto, provei para uma menina aqui outro dia, eu peguei o livro que eu estudei com ele e a matéria é igual. Os meus estudos eram apertados, mais apertados que agora. Então, qualquer livro que você pega a matéria não muda, só que tem um detalhe: os exemplos dessas apostilas não têm uma sequência em relação a nível

de dificuldade e isso é complicado. Trabalhar como professor hoje está difícil. O professor sofre muito. Mas nunca deixei a minha nota um dia em atraso, nunca deixei de cumprir o planejamento. Eu peguei muita barra pesada, Nossa Senhora! Mas, por gostar da profissão e, embora, sabendo as dificuldades que enfrentaria, eu pegava, sabe? A gente é muito sem vergonha. Gostar da profissão da gente é a melhor coisa que tem.

Agora, vou te contar uma coisa: eu acompanho uma menina nas aulas particulares, que ela não sabe tabuada nenhuma. Ela foi trabalhar com o pai dela agora. Ele tem uma loja de produto de alimentação animal e lá ela tem que fazer conta toda hora, mas, se não tiver calculadora, ela não faz nada. Ela erra quando uma pessoa está olhando se ela está somando certo. Esses dias, ela me contou que ficou horrorizada, pois ela foi comprar um sapato que custava 350 reais e eles fizeram um desconto de 10% se ela pagasse a vista e, com isso, ela pagou mais barato. Ela perguntou o que era aquilo que a moça da loja tinha feito, pois havia essa diferença no valor do sapato, mas ela não sabia o que era. Então, eu tive que voltar na porcentagem para explicar. O problema é que se você perguntar, daqui a uma semana, ela não sabe mais. Então, a gente tem que voltar toda hora o conteúdo. E a família acha que ela não tem problema nenhum. É difícil.

Hoje, a gente vê os bloqueios desses meninos. Para você ver, tinha um menino da aula particular que eu tive que ensinar ele a estudar. Chegou hoje, ele veio aqui me pagar e falar que conseguiu passar na prova de um curso técnico. Ele e a mãe me agradeceram. Que maravilha! Não é apenas o professor que está na escola, mas é o professor que está aqui fora e também ajuda a tirar esses bloqueios ao ensinar ele a estudar, sabe? Dentro da sala de aula, o professor não vai preocupar com 40 alunos, com as dificuldades de cada um deles. Do jeito que está hoje, não é possível. Mas eu me preocupava.

Durante esse tempo na docência, eu fiquei com vitiligo²⁶, que está relacionado ao sistema nervoso. No dia a dia da escola, às vezes, você não pode mostrar que está nervosa. Você tem que controlar, tem que sorrir, tem que falar muito obrigada, muito bem, parabéns, você acertou, mesmo vendo que não estava correto e naquilo ia ficando nervosa. O vitiligo é hereditário também, pesquisando muito a fundo descobri que, às vezes, ele está relacionado ao emocional. Então, a gente acaba sofrendo com a doença por causa dessas situações em sala de aula. Para você ver, minha filha, durante 15 anos eu tive acompanhamento de um psicólogo. Eu

²⁶ O vitiligo é uma doença que se caracteriza pela perda da coloração da pele e suas lesões são formadas pela diminuição ou à ausência de melanócitos (células encarregadas pela formação da melanina, pigmento que dá cor à pele). Ainda não estão estabelecidas as causas da doença, mas podem estar associadas aos fenômenos autoimunes e alterações ou traumas emocionais que podem desencadear ou agravar a doença. Disponível em: sbd.org.br/dermatologia/pele/doencas-e-problemas/vitiligo/21/. Acesso em: 13 out. 2019.

tomo antidepressivo até hoje, quando preciso, por quê? Frequentei o psicólogo para eu não sofrer ou me culpar por aquilo que o outro não estava sabendo, para não cobrar de mim e não colocar a culpa em mim aquilo que meu aluno não conseguia aprender.

Eu sempre falava com meus filhos, todos eles foram meus alunos: “Estuda para ser alguém na vida, porque eu não vou viver a vida inteira”. Eu ajudo muito eles, cada um tem sua casa, dei carro para cada um. Minha neta agora cobrou de mim uma moto e já dei aquela moto pequena para ela. Então, eu ajudo, mas em troca tem que vir o estudo. Tem que estudar! Seja do jeito que for, vai ter que estudar. Só que a gente leva desvantagem com esse detalhe, porque nós não tivemos nada disso e a gente fica ensinando a fazer as coisas e isso prejudica muito a vida deles e a vida da gente também, sabe? Mas toda vida foi assim. Às vezes, não valorizam as coisas e questionam: “Para que você vai fazer isso, mãe?” Na opinião deles, eu já tinha jogado fora meu sofá e minha televisão para comprar novos. Daí, eu falo: “Deixa eu morrer primeiro”. A gente conquistou as coisas com muito sacrifício. Naquela época, a gente corria atrás das coisas, não ficava parado.

Acho que, por isso, eu não dependo de ninguém, só para subir a escada, pois eu caí quando era pequena, então não subo escada mais. E também, depois de 40 anos de sala de aula, meu joelho já está desgastado. É só isto. O resto tudo eu faço, eu que troco lâmpada, eu faço extensão para tomada em casa, eu mexo com tudo, mas só tem um detalhe: os filhos acabam largando a gente de lado, porque sabe que você está fazendo sozinha.

Escolhi ser professora de Matemática, porque já gostava de matemática. Já tinha aquele dom. Minha irmã era contadora e trabalhava com contabilidade, então ela usava a matemática. Outra irmã trabalhava na farmácia e mexia com várias fórmulas. Meu pai era sapateiro, então tinha que saber alguns cálculos e a gente foi aprendendo a lidar com aquilo. A gente vendia as coisas na rua para poder pagar a escola. Começamos, desde pequeninhos, já utilizando a matemática. E eu, mais saliente lá de casa, comecei a aprender matemática, mas também a trabalhar com outras coisas, caso não fosse professora de Matemática.

Quando era mais nova, eu aprendi várias coisas. Fiz curso de datilografia e até hoje eu tenho um mimeógrafo e uma máquina de escrever guardados, porque a gente não tinha computador. Fiz curso de Corte e Costura, aprendi a costurar muito nova, eu tinha uma máquina de costura para confeccionar algumas peças de roupas. Faço também ponto cruz, usando a matemática. Pego um desenho, faço no papel quadriculado para manter as proporções e depois eu passo para o pano. Minha irmã trouxe um presente para mim ontem: um pano para eu poder bordar ponto cruz.

Ah, lembrei, eu fiz curso de Eletricidade por correspondência. Fiz também curso de salão para fazer unha e maquiagem, eu maquiava as debutantes ou estudantes aqui de Itabirito. Até corte de cabelo eu comecei a aprender, mas não foi para frente. No aniversário dos meus meninos, eu que fazia os salgadinhos, só não fazia o bolo. O resto tudo eu fazia.

Todo curso que aparecia eu fazia, pois não sabia se eu podia estudar. A gente não podia ficar parada. Eu sempre gostei de acelerar, como se diz, não é? Mas, a matemática é meu pão nosso de cada dia. Eu sempre falo para os meninos estudarem, falava com meus filhos e até hoje falo com minha neta. Ela é uma ótima aluna. Outro dia, ela enviou um recado para mim: “Vó, a senhora é meu espelho”. Ela viu a dificuldade que eu tive com meu marido, mas continuei sendo professora de Matemática. Comecei também a aprender música, já cantei no Coral Santa Cecília²⁷, para ir conhecendo os tons das vozes dos cantores. Eu acho a música muito interessante dentro da matemática. Futebol? Mais ainda.

Eu comecei a fazer tudo o que podia, porque a gente era muito massacrada, sabe? Uma vez, quando meu pai estava doente, eu ainda trabalhava no colégio para a irmã e depois trabalhava em uma loja. Um dia, eu levantei e mamãe falou: “Lenir, seu pai passou mal à noite inteira e não tem nenhuma roupa para ele vestir, só você pode levar a roupa para ele”. Eu iniciava o trabalho às 8h e eram 7h30. Eu, muito honesta, passei lá na casa da dona da loja para avisar sobre o atraso: “Se eu atrasar um pouco, você pode aguardar um minutinho? Eu vou ali no hospital levar uma roupa, porque meu pai passou mal durante a noite”. Eu fiz isso, ao invés de passar direto para o hospital, eu desci para avisá-la e ela não me deixou ir ao hospital. Naquele mesmo dia, no final da noite, meu pai morreu. Aquilo ali me deu uma depressão muito grande, porque eu fui muito honesta e a mulher não foi justa comigo. Essas situações me levaram a estudar ainda mais para não depender de outras pessoas. Com 14 anos, trabalhava em uma loja de gás, tudo que a gente podia trabalhar a gente trabalhava.

Desde os 15 anos, eu gostava de mexer com bandas, nessa idade eu já trabalhava com a Banda União²⁸ para poder estudar. Eu sou unionista. Então, tudo o que eu podia trabalhar, minha filha, eu trabalhava. Para quê? Eu não sabia se poderia estudar, você nascer pobre, com



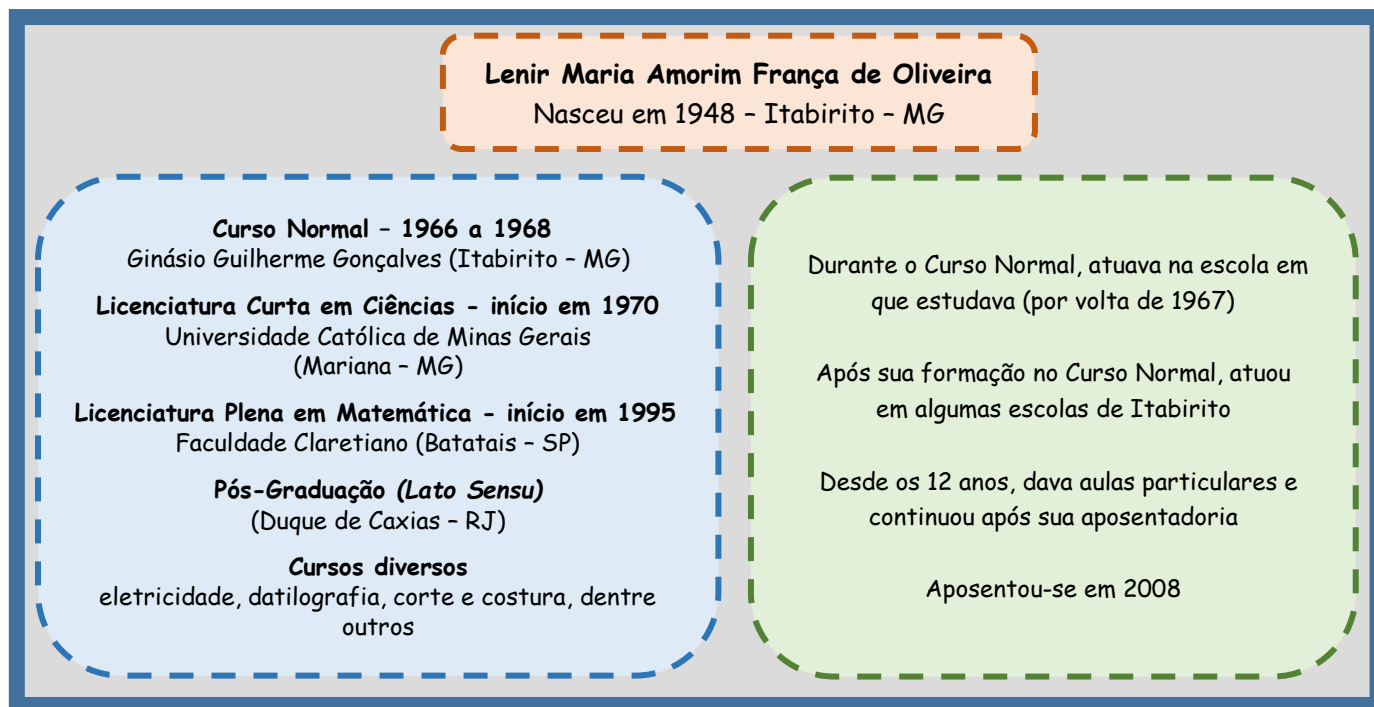
Figura 21: QR-Code
Fonte: gerado pelas autoras

²⁷ A Corporação Musical Santa Cecília de Itabirito- MG foi fundada em 1896. Em 2013, foi registrado o Decreto de Tombamento da Corporação tendo em vista sua importância cultural na cidade. Disponível em: <http://www.ipatrimonio.org/itabirito-corporacao-musical-santa-cecilia/>. Acesso em: 13 out. 2019.

²⁸ A Corporação Musical União Itabiricense foi fundada em 1930, em virtude da urgência que o partido Aliança Liberal tinha em encontrar uma banda para animar os comícios. A Banda Santa Cecília já existia, mas rejeitou o pedido tendo em vista que já havia firmado compromisso com o partido da linha conservadora. Disponível em: <http://www.ipatrimonio.org/itabirito-corporacao-musical-uniao-itabiricense/>. Acesso em: 15 jun. 2020.

11 irmãos, pai morre cedo, o que você faz? A gente perde uma manada, não é? Agora, com minhas irmãs mais novas foi diferente, tiveram tudo de mão beijada. Eu paguei os estudos para meus irmãos. Eu falo que eu podia ter uma casa melhor, mas fui ajudar a família também.

Quadro 5: Informações gerais de Lenir Maria Amorim França de Oliveira



Fonte: elaborado com base na textualização

Maria da Consolação Souto Menezes



Figura 22: Professora Maria da Consolação
Fonte: arquivo pessoal de Maria da Consolação

Meu nome é Maria da Consolação Souto Menezes, nascida em Governador Valadares¹, em 6 de dezembro de 1946. Total, 72 anos (risos). Sou de uma família com 11 filhos. Meu pai era comerciante, mas depois o negócio quebrou e ficou aquela coisa toda.

Eu fiz o jardim de infância lá no Imaculada Conceição², em Governador Valadares. Não era todo mundo que podia, mas eu fiz. Meus outros irmãos já não fizeram. Meu Ensino Primário (hoje Ensino Fundamental I) todo foi nessa escola. Como era até o 4º ano (5º ano do

Ensino Fundamental I), quando terminou eu saí de lá e a gente fazia aquela prova de 2 dias, o exame de admissão³, e eu tomei bomba. Tive que esperar para fazer no outro ano. Eu era preguiçosa para estudar, sabe? Não gostava.

Na 5ª e 6ª séries (antiga 1ª e 2ª séries do Ensino Ginásial, hoje 6º e 7º ano do Ensino Fundamental II), com 15 anos, eu fui para o internato para estudar em um colégio de freiras⁴,

¹ Município do interior do estado de Minas Gerais, que possui cerca de 278 mil habitantes. Está localizado no Vale do Rio Doce, a cerca de 320 quilômetros da capital (Belo Horizonte).

² Fundado em 1941, o Colégio Franciscano Imaculada Conceição é administrado pelas Clarissas Franciscanas. Por meio de uma parceria entre o prefeito Moacyr Paleta, o Frei Joaquim Van Kesterem (Ordem dos Frades Menores) e a Madre Cristina de Lourdes, ocorreu a ida do primeiro grupo de religiosas educadoras para essa região. Foi a primeira escola de Governador Valadares a ofertar a Educação Infantil e o Curso Normal, iniciou suas atividades com o jardim da infância, o ensino primário e um internato para meninas, posteriormente, também atendeu ao público masculino. Disponível em: <http://www.cfimaculadaconceicao.com.br/p/nossa-historia.html>. Acesso em: 21 out. 2019.

³ O acesso ao Ensino Secundário estava condicionado à aprovação aos exames de admissão, que se tornaram obrigatórios com o Decreto n. 19.890/1931, como parte da Reforma Francisco Campos. Esse exame consistia em provas escritas e orais de Português, Aritmética e Conhecimentos Gerais, tendo sido extinto com a Lei n. 5692/1971 (AKSENEN, 2013).

⁴ O Colégio Ibituruna foi fundado pelos irmãos Salles em 1938. Durante um período, a instituição foi dirigida pelos frades franciscanos e pela Diocese de Diamantina, até ser entregue aos padres escolápios em 1952. Disponível em: <https://colegioibituruna.com.br/2017/09/09/colegio-ibituruna/>. Acesso em: 16 jun. 2020.

era uma rede de Belo Horizonte, que pertencia aos escolápios⁵, hoje é do governo. Só que, antes de terminar a 6ª série, retornei para casa, porque eu não quis continuar no internato. Aí, lá no Presbiteral⁶, tive que retornar para essa série novamente. No primeiro ano depois que voltei, eu estava com a cabecinha no ar e tomei bomba, fui reprovada em Matemática. No ano seguinte, eu repeti a 6ª série e aí brilhei. Eu me apaixonei pela matemática e foi aí que eu comecei a aprender. É o que eu falo para meus alunos: “Vocês não gostam da matemática, porque vocês não conhecem a matemática. Depois que você começa a conhecer, você se apaixona. É muito mais fácil para aprender”⁷. Depois que eu me conscientizei, eu valorizei, sabe? Mas antes eu não gostava. Foi quando falei com meu pai que não queria mais estudar, mas queria me casar. E ele me respondeu: “Então, você vai aprender a cozinhar, vai aprender a fazer as coisas de casa”. Eu parei os estudos na 7ª série (antiga 3ª série do Ensino Ginásial, hoje 8º ano do Ensino Fundamental II), pois conheci meu marido e, como eu queria me casar, ficamos noivos e deixei a escola. Comecei a namorar muito cedo e me casei cedo também, com 18 anos, sem concluir meus estudos. Depois que me casei, veio o arrependimento por ter parado. Mas, graças a Deus, deu tudo certo. Devido à necessidade, à cobrança de vida, à crise financeira, meu marido era funcionário assalariado, aí já viu... Retornei meus estudos quando minha filha mais velha estava com 7 anos e o outro com 5.



Figura 23: QR-Code
Fonte: gerado pelas autoras

Eu fiz a 7ª série depois de casada, esqueci o nome da escola, é tanto tempo já passado, não é? Meu marido trabalhava com silos e viajava por conta desse trabalho. Ele foi transferido de Governador Valadares para a divisa dos três estados, Minas, Bahia e Espírito Santo, para a

⁵ Em 1597, José de Calasanz iniciou em Roma uma escola para as crianças pobres. Em 1617, nasciam as Escolas Pias (escolas gratuitas e populares) como congregação religiosa que, em 1621, transformou-se na Ordem Religiosa das Escolas Pias (inicialmente era a Ordem dos Clérigos Regulares Pobres da Madre de Deus das Escolas Pias, também conhecida como Escolápios). No Brasil, chegaram por volta 1950 e fundaram o Colégio São Miguel (1951), em Belo Horizonte, e assumiram em Governador Valadares, o Colégio Ibituruna, fundado pelos franciscanos. Disponível em: <https://www.escolapiosbrasil.com.br/escolapios/escolas-pias>. Acesso em: 21 out. 2019.

⁶ A instituição foi fundada em 1944, quando Boanerges de Almeida Leitão, pastor da primeira Igreja Presbiteriana de Governador Valadares, fundou a Escola Cristã Presbiteriana. Em 1962, a escola foi reconhecida como ginásio e, em 1964, passou a ser colégio. Em 1990, passou a se chamar Instituto Presbiteriano de Educação, Cultura e Pesquisa e, posteriormente, tornou-se Instituto Presbiteriano de Serviço Social, Educação, Cultura e Pesquisa. Hoje, a instituição é conhecida como Colégio Presbiteriano. Disponível em: <http://colegiopresbiteriano.com.br/institucional-presbiteriano/>. Acesso em: 21 out. 2019.

⁷ O *Quick Response Code* (QR-Code) refere-se a uma evolução do código de barras que pode ser lido pela câmera do seu *smartphone* usando um aplicativo. Para fazer a leitura do QR-Code em seu *smartphone*, caso ainda não tenha o leitor de QR-Code você deverá baixá-lo na loja de aplicativos de seu celular (por exemplo, Leitor QR, Kaspersky QR Scanner ou Barcode Scanner). Ao acessar o aplicativo de leitura do QR-Code, direcione a câmera para o código de barras presente ao longo da tese, e, automaticamente, será disponibilizado o acesso ao material. Nesta tese, eles serão utilizados para acessar outros tipos de materialidades que não são possíveis de serem reproduzidos em um texto escrito. Caso tenha dificuldade para fazer a leitura do QR-Code, você poderá clicar em cima do QR-Code e, automaticamente, também será encaminhado a um *link* que possibilita acessar o material.

cidade de Nanuque⁸. Aí me mudei para lá. Quando chegamos a Nanuque, retomei os estudos, mas não me adaptei, porque as aulas já tinham começado. Os meninos não tinham matéria, era uma escola da prefeitura. Era muito largado, menino não queria nada, peguei e saí. No ano seguinte, eu voltei, retornei na 7ª série na Escola Stella Matutina⁹, uma escola antiga de freiras, era uma instituição particular, mas hoje é da rede estadual. Tinha uma diretora e professores maravilhosos. Aí me engrenei e terminei o Magistério, por volta de 1972, não me lembro.

Na época em que eu estudava, não tinha algo que me chamava a atenção, era só vontade de aprender mesmo! Naquele tempo, era giz e blábláblá... E, essa 7ª série que eu fiz acontecia à noite, eu já era casada e tinha filhos. Meu irmão estudava na mesma sala e a gente vinha junto para casa. Como meu marido viajava, ele dormia lá em casa comigo. Alguns colegas dormiam na carteira, mas, quando você se conscientiza que precisa, a visão é outra. Você tem um amor ali, seja na História, Geografia, Matemática, Português. Eu tinha o maior prazer, porque eu gostava. Meu irmão e eu ficávamos discutindo o conteúdo, conjugando os verbos (risos). Agora, Matemática é muito bom. Nossa... Eu amo. Se eu sentar, eu fico o dia todo fazendo cálculo. Eu não pego por isso, por ter outras atividades.

Minha paixão com a matemática começou com a minha reprovação. Quando trabalhei com Educação de Jovens e Adultos (EJA), falava com eles: “Nunca deixe de ir em frente, pois tudo é possível. Você querendo, você vence, você vai”. Dava o meu exemplo, porque eu parei e continuei, estudei depois de casada, com filho pequeno e venci, consegui.

Meu neto está com o maior problema na Matemática, ele está fazendo Engenharia da Computação, já até abandonou um período e voltou agora de novo. Na disciplina de Cálculo, ele fala: “Vó, eu não sei nada”. Ele nunca estudou, nunca foi de sentar para estudar. Daí, falo:

- Meu filho, mas tem os meninos que ensinam, os monitores, procura.
- Mas, vó, eu não entendo.
- Pelo amor de Deus, você vai estudar, então, pela vó!

Porque eu amo, eu amo. Falo para ele pensar assim: “Vou aprender isso aqui. E, como a vó gosta, eu vou gostar” (risos). Para ver se incentiva, não é? Ele nunca deu trabalho na escola,

⁸ Município no interior do estado de Minas Gerais que, possui quase 41 mil habitantes. Está localizado no Vale do Mucuri, a 577 quilômetros de sua capital. Nanuque está a 272 quilômetros de Governador Valadares.

⁹ A Escola Stella Matutina foi um colégio de freira, onde funcionava o sistema de internato. Os pais matriculavam suas filhas para estudarem com o propósito de elas se tornarem freiras. Atualmente, é denominada Escola Estadual Stella Matutina. Inicialmente, a instituição era conhecida como Escola Estadual de 2º Grau de Nanuque conforme Decreto n. 26.680/1987, que anteriormente era a Escola Estadual de Nanuque. Disponível em: <https://yellow.place/pt/escola-estadual-stella-matutina-nanuque-brazil>. Acesso em: 18 out. 2019.

toda a vida amou matemática. E isso de você gostar, vai muito de professor também. Foi o que aconteceu comigo, pois, na 7ª série, meu professor de Matemática era maravilhoso.

Inclusive, quando eu comecei a 7ª série, falei com meu professor: “Professor, não estou entendendo isso. Eu não sei nada, tem tanto tempo que já parei de estudar”. Ele virou para mim e falou: “Coitada de você”. Pensei: “Vou te mostrar quem é coitada”. Na primeira vez que ele faltou, por estar muito ruim da garganta, ele me indicou para dar aula em seu lugar e eu dei um *show*. Aí, eu comecei a me desenvolver, a gostar mais ainda. E, nessa época, eu dava aula particular na minha casa aos meus colegas. Ao invés de ensinar de graça, cobrava um dinheirinho mais em conta. Os meus filhos iam à escola, eu ficava sozinha, o marido viajava, então eu dava aula particular para eles. Quando eu fui fazer a prova de Supletivo, só passei em Matemática. O resto tudo eu bombei! (risos) Mas foi ótimo, Deus não faz nada errado, pois daí eu fiz meu Magistério tranquila.

Esse curso de Magistério era integral. Excelente! Tinha um professor de Matemática que falavam que ele não sabia, por não ser nem formado, mas pelo menos o que ele ensinava, ele cobrava, entende? E ainda tinha o estágio, que a gente ia para a sala de aula.

Quando finalizei, eu fui convidada para dar aula. Devido à carência de professores na cidade, a Regional de Ensino foi lá na minha casa me convidar para dar aula no Magistério. Falei: “Nem pensar. Não tenho condições! Eu não tenho condições”. Não aceitei. Eles foram embora, a Maria Vilaça era muita amiga da gente. Após um mês mais ou menos, voltaram: “Como você não quis dar aula da outra disciplina para o Magistério, por que você não pega Matemática? Você foi excelente aluna de Matemática”. Aí, aceitei. E comecei minha carreira de Matemática dando aula para 7ª e 8ª séries (antiga 3ª e 4ª séries do Ensino Ginásial, hoje 8º e 9º do Ensino Fundamental II). Quer dizer, não é que a gente sabia, mas a gente dominava, estudava, pesquisava... Quando eu fiz minha faculdade, já tinha muito anos de prática na Matemática. Na verdade, eu comecei não só na Matemática, pois, quando faltava professor de História, eu cobria aquela falha, mas a Matemática foi a minha paixão.

Eu fazia vários cursos. Eu tenho as apostilas por correspondência de Geometria, porque eu gostava, sabe? E, mesmo fora da área, quando eu vim para cá, eu continuava fazendo meus cálculos, fazendo minhas coisas, porque toda a vida eu gostei da matemática. Eu fazia cursos e estudava por conta própria, eu interessava...

Eu achava que não ia aposentar por não ser efetiva. Quando cheguei a Itabirito¹⁰, veio o concurso e eu não fiz, pois não tinha finalizado a faculdade, não era formada ainda. E,

¹⁰ A cidade de Itabirito possui cerca de 51 mil habitantes e está a 57 quilômetros de distância da capital mineira.

conclusão: depois não teve mais concurso. Quando chegou a Lei 100¹¹, eu me aposentei e me efetivei por ela. Pensei: “Vou acabar com isso logo”. Eu me efetivei, se não me engano, apenas com 15 ou 16 aulas, pois era um cargo vago que estava lá e eu peguei, era o que eu podia pegar. Na época, eu estava lá no final da fila por ainda não estar formada. Depois fiquei com aquele cargo, efetivei e me aposentei nele. Mas aí eu trabalhava na prefeitura. Inclusive, na prefeitura, eu preenchi o tempo e deu um salário melhor para minha aposentadoria, não fiquei com pouca coisa. Porque é bem pouco.

Eu comecei a minha faculdade lá na PUC – Pontifícia Universidade Católica¹². Eu saía de Nanuque e vinha para Ibirité¹³, acho que em 1993. Era uma licenciatura curta em Ciências, aquele curso emergencial¹⁴, você já ouviu falar? Teve uma época em que o governo pagou uma reciclagem para os professores efetivos e habilitados. Além da questão da carência de professor, o curso era também para normalizar a situação dos professores na rede estadual, para não ter professor sem habilitação, entendeu? E também para não mandar embora. Só que professor não dá valor nenhum a esses cursos. Você me desculpa por falar assim, mas era a realidade. E acho que é assim até hoje, pelo que vi quando parei há pouco tempo. O descaso que eles têm.

Nesse curso, um dia me deu uma crise, porque o professor estava fazendo aquelas parábolas, aquelas equações imensas e eu não entendia nada, eu só tinha o Magistério. E, no Magistério, você não tem Química, Física, não tem nada dessas coisas, só víamos o básico do

¹¹ A Lei Complementar n. 100/2007, dentre outras providências, efetivou milhares de servidores públicos em Minas Gerais. Em 2014, foi revogada, por ser considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Disponível em:

https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?ano=2007&num=100&tipo=LCP&aba=js_textoOriginal. Acesso em: 21 out. 2019.

¹² A Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG), posteriormente Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), foi criada em 1958 por meio do trabalho de Dom Antônio dos Santos Cabral. Em 1948, a Sociedade Mineira de Cultura – mantenedora da futura universidade – foi criada e, com isso, diversas escolas se incorporaram à Sociedade, dentre elas: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria e Faculdade Mineira de Direito (1949), Escola de Enfermagem Hugo Werneck e Faculdade de Ciências Médicas (1951), Escola de Educação Física (1952), Escola de Serviço Social (1954). Em 1983, foi concedido o título de pontifícia. Disponível em: <https://www.pucminas.br/institucional>. Acesso 28 de agosto de 2018.

¹³ Ibirité é um município mineiro que integra a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Possui pouco mais de 177 mil habitantes e está a 22 quilômetros de sua capital. A distância entre Ibirité e Nanuque é de 598 quilômetros.

¹⁴ Segundo Gonzales (2017), em 1964, houve enorme carência de professores(as) devido à expansão do ensino. De modo a amenizar a falta ou carência de profissionais qualificados, o conselheiro Newton Sucupira propôs a criação da licenciatura curta, com a finalidade de “formar a maior quantidade possível de docentes para a atuação no ensino de 1ª a 8ª séries, com a mínima qualificação necessária, no menor tempo e custo possíveis” (GONZALES, 2017, p. 162), ou seja, a licenciatura curta ocorreu em “caráter experimental”, “emergencial” e aligeirado. A ideia era criar um(a) professor(a) polivalente do Ciclo Ginásial para as áreas de Ciências Sociais, da Natureza e da Matemática, sob a justificativa de que não era necessário ao(a) professor(a) ginásial ser um “especialista puro”, o(a) professor(a) poderia no, 1º ciclo, lecionar várias disciplinas, contribuindo para resolver o problema da carência de professores(as) (NASCIMENTO, 2012). A implantação das licenciaturas curtas no Brasil se deu com a Lei n. 5.692/1971 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) que previa diretrizes, bases, implementação e implantação do Ensino de 1º e 2º graus, respectivamente, o Ensino Primário e Ensino Médio (BRASIL, 1971).

Magistério. Portanto, quando nós fizemos a Matemática, nós tivemos dificuldade, porque a gente não estudou nada. Inclusive, a Matemática de 5ª e 6ª série foi mais prática minha, trabalhando ou por algum curso. Eu amo. Quando eu falo dela assim, nossa!

Eu nunca tinha nem visto aquilo. Eu comecei a rir de nervoso com a minha colega do lado e o professor perguntou: “O que é que tem aí?” Ela falou: “Ela está chorando”. Eu tive que chorar para não falar que estava rindo, estava passando mal, porque eu fiquei com vergonha. O que eu estava fazendo ali, se eu não sabia nada? Quer dizer, o governo não queria nem saber, soltava uma verba e tinha que ir. Quem quisesse ir ia. Quem não quisesse ir, não ia. Sei que nós fomos, eu fiz todos os períodos lá.

Nós viemos para Itabirito para mexer com restaurante, porque lá em Nanuque, além de dar aula, eu fazia salgado, fazia tudo. Em 1995, eu voltei a dar aula no estado e aí não parei mais. É o que eu sempre digo: “O que é da gente, vem nas mãos da gente”. Depois de 2 anos mais ou menos, veio o curso de Licenciatura Plena em Matemática, uma parceria entre a UFOP¹⁵ (Universidade Federal de Ouro Preto) e a prefeitura de Itabirito. Eu fiz, passei no vestibular em primeiro lugar, não que isso para mim seja importante, o importante é passar. Consegui minha vaga e fiz meu curso. Amei mais ainda. Mas, depois que aposentei, nem abri mais o caderno. Medo de querer retornar. Não tenho mais condições, pela idade e também porque no estado não dá mais para dar aula. Meu menino falou comigo: “Mãe, por que a senhora não volta a estudar?” Eu falei: “Não, chega! Vou cuidar da minha casa e da minha vida”.

O curso era assim: os professores saíam de Ouro Preto¹⁶ e vinham para Itabirito dar aula para nós. Fizemos o período completo. O pessoal da Matemática de lá tinha um pouquinho de ciúme da gente, porque lá eles estudavam com mais cobrança e o nosso não era tão cobrado, porque já éramos professores. Eu tive a maior dificuldade no curso, porque você sabe uma coisa, o professor ensina de um jeito e se você faz aquilo diferente... E tinha um professor que era muito carrasco em relação à organização na prova, era nosso professor de Cálculo. Até teve um ano em que eu fiz a prova final. Chorei muito. O professor pegou pesado, falei: “Professor, você pegou a pessoa errada. Não era eu que você tinha que pegar não”. Porque tem gente que estava ali somente para levar o canudo, eu gostava, tinha o prazer. Chegava tarde em casa e ficava ali até 3h da manhã, para, no outro dia, levantar cedo para trabalhar. A gente não podia parar de trabalhar, mas ainda assim eu terminei.

¹⁵ Em 1998, a prefeitura de Itabirito estabeleceu parceria com a UFOP, com o intuito de formar professores da rede pública municipal. Para isso, foram ofertados os cursos presenciais de licenciatura em Ciências Biológicas e Matemática. Disponível em: <https://www.cead.ufop.br/index.php/o-cead/historia>. Acesso em: 21 out. 2019.

¹⁶ Ouro Preto possui aproximadamente 70 mil habitantes e está a 96 quilômetros de distância da capital.

No curso da UFOP, foram os 4 anos completos. É um diploma maravilhoso. Era todo dia, de 19h às 23h. No outro dia, a gente ia dar aula. Tinha dia em que a gente saía de lá até doida... Nossa! Todos que estavam no curso eram professores, apenas uma mulher que trabalhava na prefeitura, na secretaria da educação, que não era professora.

E, para ter uma licenciatura aqui, a instituição mais próxima era a UFOP, porque não tinha outro lugar. Belo Horizonte já era mais complicado. Mas depois a prefeitura não fez mais, chegou a ter depois o curso de Ciências da Natureza, mas, na época, em que nós fizemos, era só Matemática e Ciências Biológicas. É presente que Deus dá para a gente. Não adianta querer desesperar, não adianta, sabe? É coisa de Deus.

Quase no último ano da minha faculdade, eu perdi a minha sala de aula, pois não fiquei bem classificada. Eu tinha aquela carteirinha da licenciatura curta, guardo até hoje, eu não joguei nada fora. Esse curso dava direito a dar aula para 5ª e 6ª séries só. Durante um tempo em que morei aqui, eu usei essa formação para a classificação, mas depois o governo cortou esse tipo de formação, entendeu? Então, eu só trabalhava com 5ª e 6ª séries. Mas, logo depois eu entrei novamente por causa da carência de professor.

Eu tenho boas lembranças dos meus professores. A dona Quêbia era a minha professora do Ensino Primário, ela era nordestina. Tinha um professor de Matemática, de Governador Valadares, que era bem mais novo do que eu. Daqui da UFOP, tinha alguns também, mas não tenho mais contato deles, sabe? É a vida, não é? Aquela correria. Eu ainda continuei indo à UFOP. Lembro que quase parei o curso por causa de uma professora de lá, do pessoal. Meu grupo ia apresentar trabalho e ninguém foi. E eu estava lá. Eu nunca cheguei atrasada, sempre gostava de chegar 10, 15 minutos antes para tirar uma dúvida com colega, conversar. O meu grupo era o primeiro e o pessoal não foi. Aí, pronto, deu uma zebra danada. Ela brigou e falou várias coisas. Eu chorei e depois ela foi lá pedir desculpa. Eu falei: “Não é questão de desculpa não, é desagradável, eu não tenho culpa. Tem que falar com quem não veio, uai, não é comigo não. Uma pessoa de responsabilidade, uma mulher casada, velha”. Sei que depois ficou tudo bem, permaneci.

Durante muitos anos, eu continuei indo lá na UFOP para fazer alguns cursos que eles organizavam na quarta-feira. Era um modo de trocar experiências, porque de experiência de sala de aula eu tive muita. Eu criava muita coisa. Algumas coisas que têm hoje nos livros, eu fazia antes. Ensinar números decimais com moedas. Eu fazia as moedinhas, nunca tive preguiça para fazer isso. E você sabe como é que eu fazia? Eu ensinava os meninos a passarem o lápis por trás da moedinha para fazer os moldes e depois recortar, pois não tinha como imprimir, era

só no mimeógrafo, mas borrava. Era difícil, mas não me arrependo, foi muito bom. Uma época muito boa na minha vida de sala de aula, sabe?

Inclusive, eu encontro com alunos hoje e eu cobro deles a faculdade, porque acho que é muito difícil quando você para de estudar. Hoje, tem tanta regalia, tanta facilidade, logo não há necessidade de parar. Na nossa época, era muito difícil, era caro. Hoje, como dizia o prefeito, qualquer coisinha eles estão pegando o ônibus e indo ali. Você vê, às vezes a escola está perto de casa e tem gente que sai dali e pega ônibus para ir até a escola. É um absurdo! Não anda, não faz um exercício. Comodismo, não é?

Durante o curso de Matemática, eu me interessei pela Educação Matemática, era mais voltado para as brincadeiras, jogos, muito recorte, papelzinho que eu amo. Quem trabalhava com a Educação Matemática era o Brolezzi¹⁷, com essa parte de exercícios diferenciados. E tinha outro professor que trabalhava só com Cálculo e bláblábláblá lá na frente. Antes de começar a trabalhar, de fazer o curso e conhecer a Educação Matemática, muita coisa eu já fazia, eu já trabalhava com ela, sem saber que era. Foi aí o meu erro, porque eu resolvi falar na minha monografia sobre a Educação Matemática. Entrei pelos canos, porque para mim tudo estava errado. Queria corrigir o povo, dei o maior trabalho para a minha orientadora. Nesse trabalho, eu falei sobre jogos na sala de aula, pois gostava muito e também por ser algo que prende a atenção do aluno. Ele interessa mais, aprende brincando, mas é importante ter a seriedade do professor, porque, se ele deixar por conta lá, não vai. Eu tenho pavor de jogar dama, xadrez, mas jogava com meus alunos, fazia campeonato de xadrez, pois era o que interessava mais na matemática. O único jogo que gosto é o buraco.

Outra coisa, isso foi antes de conhecer a Educação Matemática. Até hoje eu não sei nem se alguém fez, ainda não vi nem em livro, então não sei se tem. A gente trabalhava na sala de aula com festa de casamento e de aniversário. Uma turma ficava por conta dos noivos, do aniversariante; outra turma ficava por conta dos salgados, dos doces. E outra turma ficava por conta da decoração da festa. Fazia um supermercado dentro da sala de aula e eles levavam as embalagens, sabe? A secretária morria de raiva, porque ficava tudo guardado no cantinho da biblioteca, lá no Intendente Câmara¹⁸; isso foi em 1996. Eu trabalhava dessa forma: eles iam comprando e fazendo as contas, entendeu?

¹⁷ Antônio Carlos Brolezzi é professor associado do departamento de matemática do IME-USP e está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Matemática do IME. Atuou também como pró-reitor de graduação da UFOP. Tem interesse nos seguintes temas: história da matemática, resolução de problemas, ensino de cálculo, tecnologias, criatividade, empatia, imaginação e a formação do professor de matemática.

¹⁸ A Escola Estadual Intendente Câmara foi fundada na cidade de Itabirito no ano de 1953.

Calculadora? Eu fui a primeira a introduzir calculadora em sala de aula, mas era assim: o aluno fazia o cálculo e depois tirava a prova com a calculadora para ver se estava certo. Não é igual, muita gente estava jogando de qualquer jeito. Cheguei ao 3º ano e os alunos estavam brigando comigo por causa de calculadora. Eu falava: “Não concordo. Vocês vão fazer vestibular. E lá não aceita calculadora. Como vocês vão fazer?” Foi a maior briga para tirar a calculadora e o defeito da calculadora. Vejo que ela é para você tirar prova para saber se estava certo. Você vê, eu fiz faculdade de Matemática, eu tenho minha calculadora científica ali, mas eu nunca fiz uma integral, porque eu não sei fazer. Era tudo no lápis, pois eu não sabia o outro, então tinha que ser à mão. Eu tinha mais confiança em mim, do que fazer lá. Não sabia, uai. Calcular uma porcentagem lá eu não sei, quer dizer, hoje você aperta e sai lá. Na época, eu não sabia. Falei: “Meu Deus do céu, que absurdo!” (risos).

Quando fazia o curso emergencial, eu já levava meus alunos ao pátio para medir portas, janelas, o pátio para trabalhar área, perímetro, volume. Pesava os alunos para calcular o IMC (Índice de Massa Corporal). Fazia isso com eles e não tinha preguiça de aprender a matemática para trabalhar na sala de aula. Toda a vida eu trabalhei, mas trabalhei com responsabilidade, o pessoal queria alguma coisa e ia atrás de mim, pois sabia que eu tinha registrado.

O diário não era bonito, mas meu conteúdo era todo lançado ali na hora. Se eu errasse qualquer coisa, eu deixava errado, colocava um asterisco ali e continuava ou então escrevia embaixo, mas a minha vida estava toda ali. Fazia chamada todos os dias. É importante, não é? Quando eu trabalhava na EJA no período noturno, eram praticamente 5 horas, começava às 19h e ia até 23h20. Aí depois eu peguei só 4 horas de aula. Então, eu chegava à sala, eram 40 minutos de aula, como que eu fazia a chamada? Passava uma lista e corria na sala de aula, eu não ia perder 10 ou 15 minutos para fazer chamada. E eu tinha que fazer, porque na EJA o que reprovava era a frequência. Eu reprovei um aluno, quer dizer, eu não, ele próprio, porque não ia à escola. Aí teve aquele bafafá, ele foi reclamar e eu falei: “Não, senhor, está aqui, ó!” Está ali a presença dele ou não.

Na EJA, por incrível que pareça, eu trabalhava com os alunos em grupos na sala de aula. Era um ajudando outro. Fiz muito isso! Por exemplo, na divisibilidade, eles já não têm tanta facilidade como os meninos menores, mas eu fazia as contagens de feijãozinho com eles, entende? Cortava papel. Era mais difícil, porque era noturno e o pessoal adulto trabalhava o dia inteiro. Fazia oração com eles antes de começar as aulas e eles respeitavam esse momento, porque Pai-Nosso todo mundo faz, não é? Acho que, com isso, eu ganhava mais confiança

deles. Tem muita gente que eu encontro hoje, que fez EJA e eu nem conheço mais, porque aluno você já viu, é um monte, não é? (risos).

Minha vida toda trabalhei de 5ª a 8ª série; no Ensino Médio, trabalhei só três anos e depois, no final, fiquei com EJA, pois saí da parte da manhã. Fiquei só de 5ª a 8ª série tanto no estado quanto na prefeitura. Eu trabalhei na EJA, se não me engano nos últimos 3 ou 4 anos que estava na rede estadual, porque eu trabalhava à noite. De manhã, eu trabalhava no município e à noite trabalhava com EJA, com o 1º e 2º ano do Ensino Médio e tinha também 7ª e 8ª série regular à noite. Eu preferia de manhã e à noite, porque tinha a tarde para descansar. No período da manhã e à tarde é muito corrido, muito cansativo, daí não conseguia produzir muito. A primeira vez que entrei lá no Queiroz Júnior¹⁹, eu trabalhei com 2º e 3º ano. Foi outro desafio para mim, pois eu estava terminando minha faculdade quando eu peguei essas turmas.

Nossa, era tanto trem que eu carregava, meu Deus. O pessoal fazia um tanto de xerox para mim, eu pegava muita reportagem e levava para eles falando sobre a matemática, tinha os moldes para recortar e montar figuras geométricas. Nossa, canudinhos... Menina, ainda tem um monte de pacotes de canudinho. Não sei o que vou arrumar com eles (risos). Usava para montar as figuras geométricas. Na EJA, a gente montava e depois fazia exposição. As exposições eram na escola aos finais de semana. Por exemplo, a gente via o que a turma tinha para apresentar, levava as coisas, colocava em uma sala e eles iam lá visitar a escola Queiroz Júnior.

Então, é trabalhoso, é cansativo? É! Olha, em alguns dias, a gente não ouvia o sinal do último horário e eles tinham que ir lá chamar a gente, porque não tinha terminado a aula ainda. Para você ver, eles ficavam muito envolvidos. E eu tinha um negócio de “dar visto” nos cadernos que era pontuação, então toda tarefa feita na sala de aula tinha nota. Eu pegava material de outra escola, para fazer com eles lá no Queiroz, porque nessa escola não tinha material. Eu ia ao Intendente Câmara, pegava material emprestado, tirava xerox para fazer com eles e era muito bom. Fiz um curso que me ajudou muito na EJA, era coisa mais resumida para trabalhar com eles.

Por incrível que pareça, eu sou boa e também sou chata e rígida, sabe? O aluno que estudava comigo tinha tudo. Agora, o que não queria, o diretor ia e tirava ele da sala. Eu não deixava, pois considerava uma falta de respeito, principalmente à noite. O aluno cansado, trabalhou o dia todo e depois chegava lá e algum aluno atrapalhando. Isso não foi uma ou duas vezes não. “Quer dormir? Dorme! Mas não perturba! Não quer assistir, não? Mas perturbar

¹⁹ A Escola Estadual Engenheiro Queiroz Junior foi fundada em 1963.

você não vai, então pode sair!” Esse diretor do noturno era muito rígido. Acho que ele continua lá até hoje, o Procópio²⁰.

Eu ia de carteira em carteira, não tinha preguiça, não sentava, era direto. Hoje, eu tenho alunos que são padeiros, doutores, uai. Um deles é amigo do meu filho, ele fala: “Estou fazendo faculdade, porque sua mãe me cobrou!” Está terminando o curso de Direito. Então, o meu aluno eu considerava como um filho, entendeu? Não tinha esse negócio de cor, branco, preto, pobre, rico, era tudo a mesma coisa.

A matemática é cansativa para quem não gosta, não é? Ainda mais à noite, você tinha que torná-la prazerosa. Chamava no quadro, sorteava o número do aluno e aquilo já era uma atração. Às vezes, se o aluno não queria, eu falava: “Tudo bem, na próxima você vai”. Nunca forcei. Fazia batata quente. Você conhece? Minha bolinha está ali até hoje com um guizo dentro dela. Eu levava o som e balançava. Até à noite eu fazia isso. Fazia roleta com equações. Tudo isso, era Deus quem me dava inspiração. Tabuada, eu cobrava tabuada e muito. Era no jogo de baralho, sabe? Você punha cartas. Um jogava o 7 e outro jogava o 5: 7×5 ? 35. Entendeu? E o outro tinha que falar rápido. Depois invertia, se saísse 25 qual a maneira que podia dar 25? 5×5 . Para ficar diferente. Se ficava uma coisa só toda vida, eles cansavam. Eu gostava de contar história para eles, sabe? Eu sei lá, parece que Deus me inspirava ali na hora. Para eu sair, eu dei trabalho para o povo (gargalhadas). Até hoje, o Procópio fala:

- Seu lugar está lá!
- Não, deixa para quem precisa agora, não é? Uai, tem que deixar para os jovens.
- Ah, mas não faz!
- Faz, aprende, faz sim! Uai, não posso ficar agarrada não.

Durante a carreira, eu tive dificuldade quando trabalhei com deficiente. O primeiro ano em que trabalhei na rede estadual com um deficiente, ele era mudo. Nossa, meu Jesus, não gosto nem de lembrar. Foi difícil. Lembro que o coleguinha do lado trabalhava com ele. Ele ouvia, enxergava tudo, mas não falava. Então, como você vai perguntar? Eu não sabia, naquela época não era obrigada a fazer Libras. Hoje, todo professor já tem que fazer Libras, então era diferente.

Depois teve uma aluna cadeirante, que tinha dificuldade mental, na rede municipal, no Amélia²¹. Só que com ela eu bati o pé, porque eu sabia que existia a lei que mandava ter acompanhante. E, como o secretário era muito meu amigo, eu consegui acompanhante para ela. Uma colega, professora de Matemática, ficava com ela na aula de Matemática, fazia trabalho

²⁰ Luiz Cláudio Nery Procópio.

²¹ Refere-se à Escola Municipal Ana Amélia Queiroz. Não foi possível obter informações sobre a escola.

com ela, de grupo e tudo para orientar. Mas isso já foi 7ª e 8ª série. Com ela, já foi mais fácil. Mas, uma das dificuldades era fazer todo o trabalho dela diversificado, sabe? Era o mesmo conteúdo, porém em uma linguagem mais fácil, a cobrança era de acordo com o que ela podia me devolver, era um acompanhamento diferente. E, nesse período, não se falava sobre isso. Jogava o aluno na sala e pronto, se vira. O professor tinha que dar conta daquele aluno, do crescimento dele. Graças a Deus, eu fui até muito bem lá em relação a isso, foi à tarde e ela também tinha condições de ter acompanhamento em casa, então ela não me deu trabalho. Graças a Deus, desenvolveu bem. Foi só aquele ano. Mas só sei, minha filha, que é muita coisinha, muito espinho de ponta pela frente, mas a gente vence, não é?

Na época em que comecei na escola em Nanuque no noturno, em 1973 mais ou menos, lá não tinha nem carteira. Eu era professora contratada e aí, qualquer coisa, eles davam para você. E era assim: às vezes, 2 alunos sentavam na mesma carteira ou no chão, porque não tinha condições. Os alunos eram plantadores de cana. Muito carentes, muito pobres. Cheguei para dar aula e já peguei o segundo horário, antes do recreio. A secretária virou para mim e falou:

– Vou te acompanhar, porque os meninos não estão querendo aula hoje. Não estão querendo nem deixar o professor entrar

– Não, se eu não der conta do recado, minha filha, eu posso rasgar o meu diploma!

Eu nem tinha o diploma, só tinha o Magistério. Cheguei à sala e perguntei o que estava acontecendo e eles comentaram: “Hoje, não estamos a fim de estudar”. Daí, comecei a conversar com eles e a trabalhar com eles a OSPB, a Moral e Cívica²² e acabou. Hoje, infelizmente, não tem mais isso na nossa escola, esse conteúdo não existe mais. Às vezes, no Ensino Religioso eles falam um pouquinho, mas eu acho que todo professor tinha que falar. E, com isso, foi tranquilo minha aula, não tive problema. Nós conversamos muito sobre trânsito, pular janela para matar aula, horário de chegar na escola, falta de material, por quê? Porque eles quebravam e o assunto foi muito vasto...

Essa estrutura mais precária foi só lá, era bem interior. Depois normalizou o material, o governo passou a mandar, reformaram as escolas, mas, em 1973, 1975, foi bem precário. Aí começou a melhorar, começaram a dar mais valor à educação. Em Ouro Preto, todas as escolas são boas. Mas, tinha uma coisa, nesse período em que atuei como professora, eles davam

²² As disciplinas de “Organização Social e Política do Brasil – OSPB” e “Educação Moral e Cívica” tornaram-se obrigatórias no currículo das escolas brasileiras, de todos os graus e modalidades, por meio do Decreto-Lei n. 869/1969, substituindo disciplinas como Filosofia e Sociologia. O intuito era enaltecer o nacionalismo e o civismo. Apoiando-se em tradições nacionais, previa o culto à pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições como forma de aprimorar o caráter, com base na moral, na dedicação à família e à comunidade (BRASIL, 1969). Em 1993, foram extintas do currículo por meio da Lei n. 8.663/1993 (BRASIL, 1993).

preferência aos homens, aos professores. Quando eu comecei em Nanuque, devido à carência, os homens saíam para estudar fora e, com isso, eram mais mulheres na função de professora. Depois, foi mudando.

Eu dei aula de 1973 até 1993 em Nanuque. Em 1993, eu saí de lá, inclusive eu trabalhava na rede estadual e particular. Na rede particular, o diretor vivia me chamando para pegar a 5ª série, mas eu não tinha coragem de largar o estado para entrar em uma escola particular, pois achava que a minha carreira e as minhas necessidades eram lá. Na última vez em que ele me chamou, eu perguntei: “Você quer uma mini 5ª série ou quer uma 4ª série, que faz planejamento daqueles cadernos bonitinhos e não ensina nada?” Eu que fazia as reuniões com os pais, tudo era comigo. Às vezes, os pais brigavam comigo, eu chamava os pais de megera, porque eu tinha pavor de uma coisa: não é certo a família corrigir o dever de casa do filho. Fazer? O aluno tem que fazer. O pai pode acompanhar, mas certo ou errado o problema é dele, lá na escola o professor vai corrigir, mostrar por que ele errou ou acertou. Na escola particular, as famílias tinham situação melhor, então você já viu, né? Eu trabalhava com Matemática, Ciências e Religião. Eu, grosseirona desse jeito, eu me sinto uma grosseirona, nossa! Mas foi bom, foram dois anos e meio de experiência e eu vim para cá chorando. Eles também ficaram tudo chorando.

Teve um lance com um menino que me deu muito trabalho nessa escola particular. Foi o ano todo me perturbando e, no final do ano, ele foi desrespeitoso. Não lembro qual foi o problema. Todo dia, ele criava caso. Sabe aquele menino que parecia estar zombando de você? Rindo da sua cara? Era nesse estilo. Em outubro, mais ou menos, ele me aprontou uma e, então, falei com o diretor: “Professor Emílio, não aguento mais essa criança. Ou é ele ou eu. Largo aqui, agora”. Eu já tinha falado várias vezes, chamava o pai, conversava, brigava e não era só eu, tinha outras duas professoras. Já estava por aqui e ele falou: “Não, você não pode fazer isso, estamos no final de ano”. E o diretor chamou o pai na escola: “Infelizmente, não tem como ele ficar, você vai ter que arranjar outro lugar”. O pai me pediu tanto perdão, tanta desculpa, que, pelo amor de Deus, ficasse com o filho até dezembro, porque senão ele ia perder o ano e o professor Emílio pediu para que eu relevasse, pensasse de novo por estar de cabeça quente. Mas, eu não estava aguentando nem olhar para o rosto dele. Conclusão: ficou. No ano seguinte, na escola da rede estadual quem estava na primeira carteira? O dito cujo (risos). Jesus e Maria! Mas, foi no ano em que vim embora para cá, cheguei aqui em setembro, mas lá ele não me deu trabalho, porque ele não se sentia privilegiado. Na escola da rede estadual, na Polivalente²³,

²³ Escola Estadual Polivalente Antônio Batista da Mota. Não obtivemos informações sobre essa escola.

todos eram tratados do mesmo jeito. Não tinha diferença. Era merenda para todos juntos, pegava fila, entendeu? Foi um desafio, eu falava: “Meu Jesus, o que eu faço? O que vou engolir agora?”

Como professora eu me sinto realizada, porque o que eu fiz, fiz bem feito. Lembro de que, quando eu era criança, eu dava aula para meus irmãos mais novos, entende? Brincava de professora em casa, mas nunca imaginava ser professora. No Magistério, quando fiz os estágios, a minha professora de didática, Helen, falou:

- Você vai ser uma excelente professora!
- Ah, tia Helen, não quero ser professora não (risos)

Eu estava estudando para terminar meu curso e educar meus filhos, entendeu? Eu sentia necessidade, quando minha filha me perguntava algo.

E hoje, quando encontro com os alunos, eles perguntam se já aposentei e eu falo: “Graças a Deus, porque eu cumpri uma missão bem feita”. Saio com o coração partido, porque eu amo sala de aula, amo ensinar, principalmente a matemática. Já peguei piolho, porque sentava na carteira com os meninos e hoje eu me sinto realizada. Não prejudiquei aluno nenhum. Os que foram reprovados, não fui eu quem reprovei, foram eles próprios.

Tenho uma amicíssima que foi reprovada de bobeira, foi lá na rede municipal. Fizeram a prova e, nesse dia, eu não apliquei a prova. Houve uma época em que era a “semana de prova”. Como não era o meu dia, alguém aplicou. Aí, a vó de uma das meninas fez a cabeça dos outros que estavam para tomar bomba, porque estava errado a professora da disciplina não aplicar, pá, pá, pá, pá, pá... Os alunos foram à prefeitura para conversarem com a secretária e ela me ligou perguntando se eu me importava de fazer outra prova para eles. Eu xinguei, esbravejei e falei:

- É um absurdo! Aluno que manda na escola.
- De fato, não existe isso. Mas, Consola, não custa nada, faz outra prova.

No final, eu aceitei. Eu sou muito explosiva. Pensei: “Já sei como vou fazer a prova”. Fiz a mesma prova, nem troquei de lugar e todos tomaram bomba. Nenhum passou. Pois é, uai, quem anda com Deus não fica desamparado. Se tivessem tido pelo menos a curiosidade, teriam olhado e todo mundo passava, pois estavam com a prova velha em casa. O meu nome que ia ficar sujo, não é? Deus é tão bom que todo mundo tomou bomba. Ninguém passou.

Nossa, não é fácil não, menina, mas é muito prazeroso! Tinha dias em que eu saía de lá triste, porque o menino não aprendia ou não queria estudar. Eu mandava chamar os pais, conversava com eles, eu mandava bilhete. Eu era grossa: se não fizesse o dever, eu colocava uma interrogação de todo o tamanho no caderno para nunca mais esquecer que ele não fez! Mas, quando precisavam de mim, não tinha problema. E no final, os pais viam que eu estava



Figura 24: QR-Code
Fonte: gerado pelas autoras

certa. E eu falava: “Uai, mas é lógico, gente, eu quero é o bem do menino! Eu não quero prejudicar ninguém, eu quero que ele aprenda. Quero que faça o dever”. O dever de casa foi a maior briga. Como que você aprende uma coisa se você não pratica? Eu falava com eles: “Quando vocês andam de bicicleta, vocês caem, ralam o joelho, machucam e, no final, aprendem, porque praticaram”.

Eu me aposentei em 2013, por aí assim... Em 2010, se não me engano, foi quando comprei meu carro, eu me aposentei da rede estadual. Olha para você ver. Eu estava com prova para aplicar e me chamaram lá em Ouro Preto, fui lá e a mulher falou:

- Você assina aqui, porque a senhora está aposentando agora.
- O quê? Eu tenho que aplicar prova!
- Ou você vai aplicar a prova ou você sai daqui aposentada
- Uai, é lógico que eu quero aposentar.

Ainda bem que minhas provas já estavam lá. Eu liguei para o Procópio e comentei:

- Procópio, não volto mais na escola.
- Você está doida?!
- Uai, mandaram eu não ir. Estou aposentada.

Nem eu acreditei, porque foi uma coisa tão rápida, sabe? Mas ainda fiquei mais uns 3 anos na rede municipal. Depois que me aposentei não voltei mais. Nem para passear ou tomar um cafezinho. E o medo de querer retornar? (risos). Eu sou apaixonada. Meus meninos falavam: “Professora, você tem matemática na testa”. Teve problema? Teve. Com essa porqueira de celular, ficou ruim. Às vezes, o pai não gostava que chamasse a atenção do aluno. Complicado.

Nunca dei beliscão, puxão. Isso aí não, nunca, graças a Deus. Desço pisando dessa altura na sala da direção, porque tem hora que você perde até o controle. Mas nunca maltratei aluno.

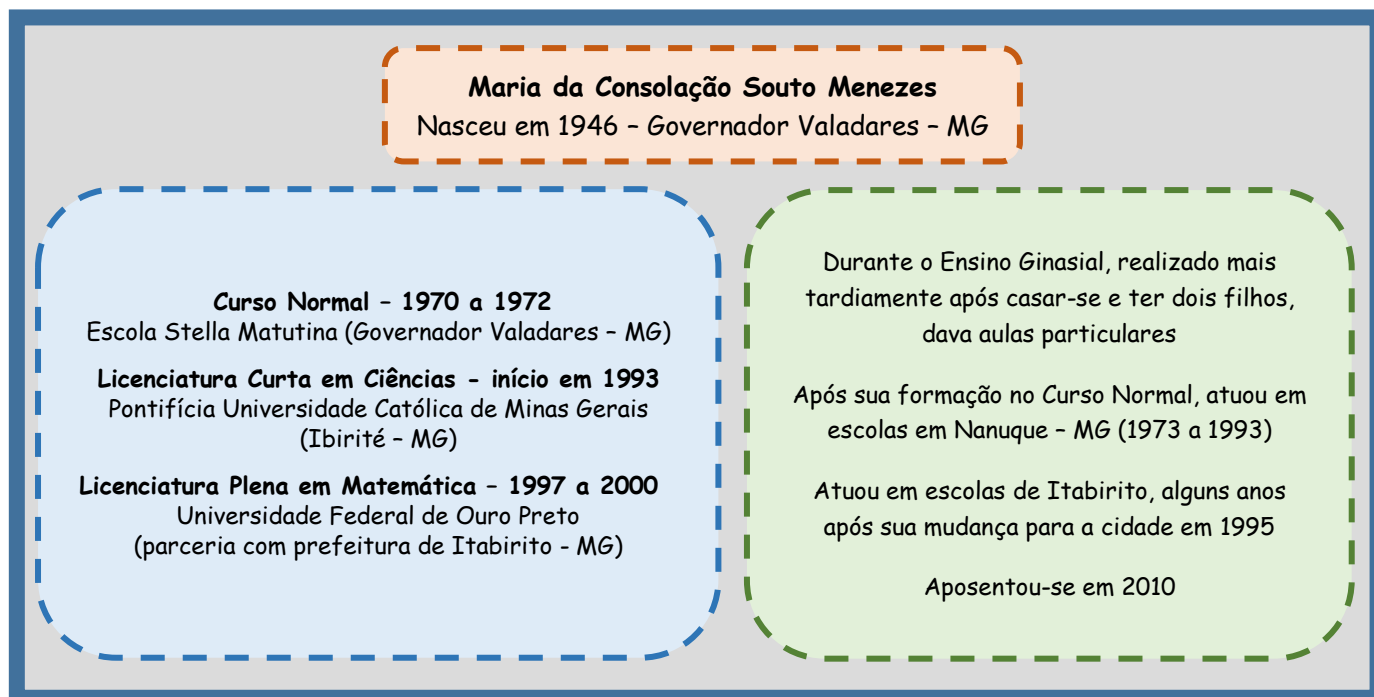
Uma coisa também é que eu não gostava de perder a reunião de conselho de classe. Podia ser meu dia de folga que eu não faltava. Eu acho importantíssimo, entendeu? É importante ter o conselho de classe para discutir a situação do aluno, porque para você ele é bom, mas para mim, às vezes, ele não presta, o aluno não faz nada, não atua. Então, a gente tem que resgatar esse aluno na minha aula. Mas muita gente via aquilo como obrigação, era algo que todo mundo queria acabar logo para ir embora.

Quando eu vim para cá, o caçula já estava também com 16 anos, o Juliano. Então, já não tinha problema. E ele estudava também, depois saiu para estudar fora, em Belo Horizonte, e eu fiquei só, não me atrapalhou. E, quando eles eram pequenos, também não interferia. Nas festas de São João lá em Nanuque, as empregadas sumiam, todo mundo ia para as quadrilhas.

Quando precisava, eu levava ele para a escola, com 2 aninhos. Como não tinha carro, ia de ônibus, atravessava a cidade inteira até chegar à escola. Eu tinha me formado nessa escola e depois comecei a trabalhar lá. O estado pegou o patrimônio e colocou uma escola estadual, daí eu fiquei lá, pegava o ônibus todo dia. Algumas vezes, levava ele com 2 aninhos, mas não me deu trabalho, porque, quando ele nasceu, eu já estava trabalhando e eu tinha a minha empregada que era muito boa. Eu falo que é a mãe preta dele, praticamente criou ele. Quando ela foi trabalhar lá em casa, eu estava grávida dele. Não tive problema, graças a Deus.

Eu nunca deixei de fazer minhas obrigações de casa e família por causa do trabalho. E nunca deixei de fazer nada do trabalho por causa de casa. Só tenho uma falta no estado, que foi do dia em que minha mãe faleceu. Teve uma paralisação em Nanuque e eles não me viram e colocaram falta para mim. Eu tinha enviado uma substituta no meu lugar e eles me colocaram essa falta. Como já tinham colocado: “Ah, não vai me fazer diferença”. Não é dizer que eu não faltava, lógico, mas tudo era negociado. Eu fazia tudo certo, tudo prestativo e o dia que precisava, conversava com o diretor, mandava substituta, entendeu? Nunca tive problema.

Quando minha nora ganhou neném, eu fiquei com ela. Nessa época, adiantei e tirei uma licença com todo mundo sabendo. Não escondia nada de ninguém, porque eu acho que você tem que ser franca, aberta com todo mundo e honesta. Eu nunca visei tirar vantagem no meu trabalho. Eu queria, sim, ajudar o marido, criar os filhos, mas falar assim: “Ah, vou fazer isso para tirar vantagem, dar tombo em colega, não, nunca”. Tanto que, quando eu perdia meus lugares, igual essa falta que me deram, eu entregava para Deus: “Deus, toma conta. Não vai fazer falta não”. Mas doeu. Eu via lá na minha contagem de tempo, justamente no dia que minha mãe morreu. E eu ainda tinha 10 dias, eu podia entrar com recurso, mas não mexi com isso. E, nos 10 dias dela, eu preferi trabalhar. Tinha uma colega que queria pegar aulas no estado, mas ela só podia dar aula de manhã, pois trabalhava à tarde. Então, eu comecei a dar aula à noite para ela ficar de manhã, sabe? Quando eu podia ajudar um colega, eu ajudava e não tinha problema. Ela fala: “Consola, se eu tenho meu emprego no estado hoje, eu agradeço a você”. Então, por isso eu acho que Deus é muito generoso comigo. É tão bom você recordar assim: “Nossa, pelo menos fiz uma coisa boa, não massacrei ninguém, não judiei de ninguém”.

Quadro 6: Informações gerais de Maria da Consolação Souto Menezes

Fonte: elaborado com base na textualização

2.6. Entre desafios e brechas

No final do mês de março, também retomei o contato com o professor de Diogo de Vasconcelos¹. Na ocasião, havia recebido uma mensagem de Fabiana, que mencionava o nome de Maria Gomes de Santana Campos, conhecida como Nitinha, a professora mais antiga da cidade. Comentei sobre a indicação de Maria Gomes e ele mencionou sobre sua colaboração significativa para a educação da cidade. Sinalizou que tinha pensado também em Maria Auxiliadora Sampaio Grossi, conhecida como Dorinha, e que ia tentar obter seu contato.

Com o contato da professora Nitinha em mãos, liguei algumas vezes, mas ela se mostrou resistente em me conceder uma entrevista. Ao longo das conversas, ela sempre repetia algumas perguntas: Por meio de quem você me localizou? Quais são os interesses de sua pesquisa? Por que você não faz essa pesquisa com outras professoras, há tantas que são mais jovens na cidade? De onde você vem? Qual seu interesse em conversar comigo? Já sou muito idosa, não me lembro de mais nada, minha memória já está fraca...² Durante a ligação, ao perceber alguma abertura, sugeria uma data, porém ela sempre pedia para retornar a ligação após duas ou três semanas justificando que não poderia me atender naquele momento.

Na última ligação, eu pedi para que me desse uma chance de me encontrar com ela pessoalmente, para que me conhecesse. Ela, então, aceitou me encontrar no dia 23 de maio de 2019 na SME da cidade de Diogo de Vasconcelos. Depois do contato com a professora Edna, percebi que essa estratégia podia dar certo também com Nitinha, pensando que teria mais confiança em me conceder a entrevista depois que me conhecesse.

Após agendar a entrevista com Nitinha, retomei o contato com o professor Wagner. Como eu estaria na cidade naquele dia, pedi para marcar um horário para conversarmos, na tentativa de conseguir o contato de Dorinha ou de outra professora. Nesse contato presencial, ele citou uma terceira professora, mas comentou que, ao averiguar o estado de saúde, não via muitas chances de contato com ela, pois estava passando por tratamento médico e morando em outra cidade, na casa dos(as) filhos(as). A partir dessas informações, sinalizei meu interesse em

¹ Wagner José da Silva Luz – professor e servidor público da SME – Diogo de Vasconcelos.

² Quando ouvia frases desse tipo, em geral deduzia que a pessoa poderia estar se referindo diretamente à potência de sua memória em se lembrar ou não de um fato. No entanto, alguns trabalhos de História Oral vêm discutindo outras dimensões sobre esse ato de narrar. Portelli (2016) comenta que, às vezes, os(as) narradores(as) por não terem consciência da relevância de sua história e julgando que o material de sua experiência não seria interessante ao(à) pesquisador(a) ou não seria reconhecida “podem requer resguardá-la como algo íntimo demais para ser revelado, ou podem relutar em discutir questões que lhes são importantes para que não sejam consideradas irrelevantes pelo(a) historiador(a). É por isso que o ‘Eu não tenho nada pra falar’ ou o ‘O que você quer que eu diga?’ são inícios comuns de entrevistas” (PORTELLI, 2016, p. 15-16).

conversar com a professora Dorinha. Como havia as dificuldades de acesso à cidade, ele conseguiu marcar um horário para o mesmo dia.

A conversa com a professora Nitinha me deixava angustiada, pois corria o risco de ela não querer conceder a entrevista. Na hora marcada, ela chegou à SME e ali ficamos durante alguns minutos proseando com o professor Wagner. Logo depois, deslocamo-nos para uma sala, para conversarmos com mais tranquilidade. Nesse momento, percebi uma abertura dela, porém, antes de iniciar a entrevista, ela alertou novamente que sua memória estava fraca.

Após encerrar a entrevista, ela se dispôs a me levar até a casa de Dorinha, que ficava perto de sua residência. Ao caminhar pela rua daquela pequena cidade, com seu braço entrelaçado ao meu, Nitinha ia apontado as construções, apresentando o que eram hoje ou como eram nos tempos antigos. Percebi ali que aquela memória, que ela anunciava estar muito fraca, estava vívida, recordava de muitos momentos vividos durante anos naquele lugar³.

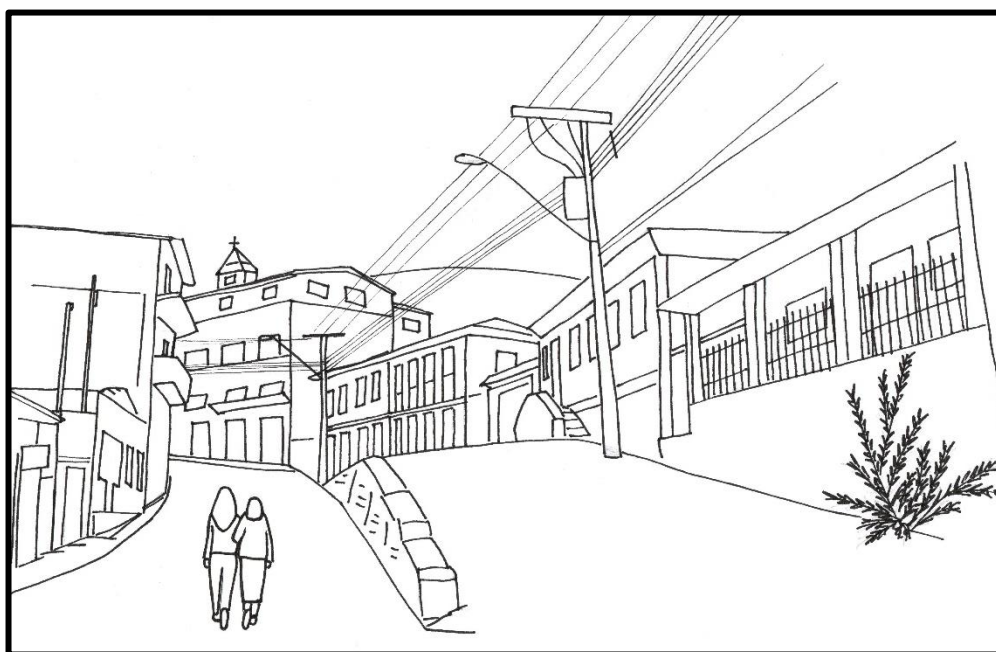


Figura 25: Um passeio com a professora Maria Gomes
Fonte: desenho de Vitor Oliveira de Paula

Ao final da tarde, Dorinha me recebeu em sua casa. Sentadas à mesa, de frente ao fogão a lenha, entre uma gargalhada e outra, suas histórias me lembravam de quando nos reuníamos na casa de meus avós maternos para contar os “causos”. Após aquela conversa, como não poderia deixar de ser, tomei aquele cafezinho preparado com a água aquecida na chaleira e o café passado no coador de pano. Naquela pequena cidade, fui vivenciando a música “Simpatia”

³ Como não obtive fotografias das professoras de Diogo de Vasconcelos, pensei em apresentar um pouco sobre o que vi e experienciei nesse dia. Decidi, então, pedir ao meu esposo para me ajudar nessa empreitada. E assim, em forma de desenho, ele representou a cena que tinha em minha memória.

de Pato Fu: “Vai diminuindo a cidade/ Vai aumentando a simpatia/ Quanto menor a casinha/ Mais sincero o bom dia”.

Ao retornar para casa, ficava pensando: de fato, a infância tem cheiro, sons e sabores que sempre estão ali na espreita para nos lembrar. Na casa das minhas avós, tinha um fogão a lenha e, dentre tantas lembranças de infância, algumas me saltavam naquele momento. O cheirinho de feijão cozinhando lentamente à beira do fogão a lenha e da fumaça que tomava a casa. O tilintar das gotinhas de água que saíam daquela enorme chaleira e dançavam naquela chapa quente anunciava que o café quentinho estava saindo e certamente haveria aquele bolo maravilhoso para acompanhar.

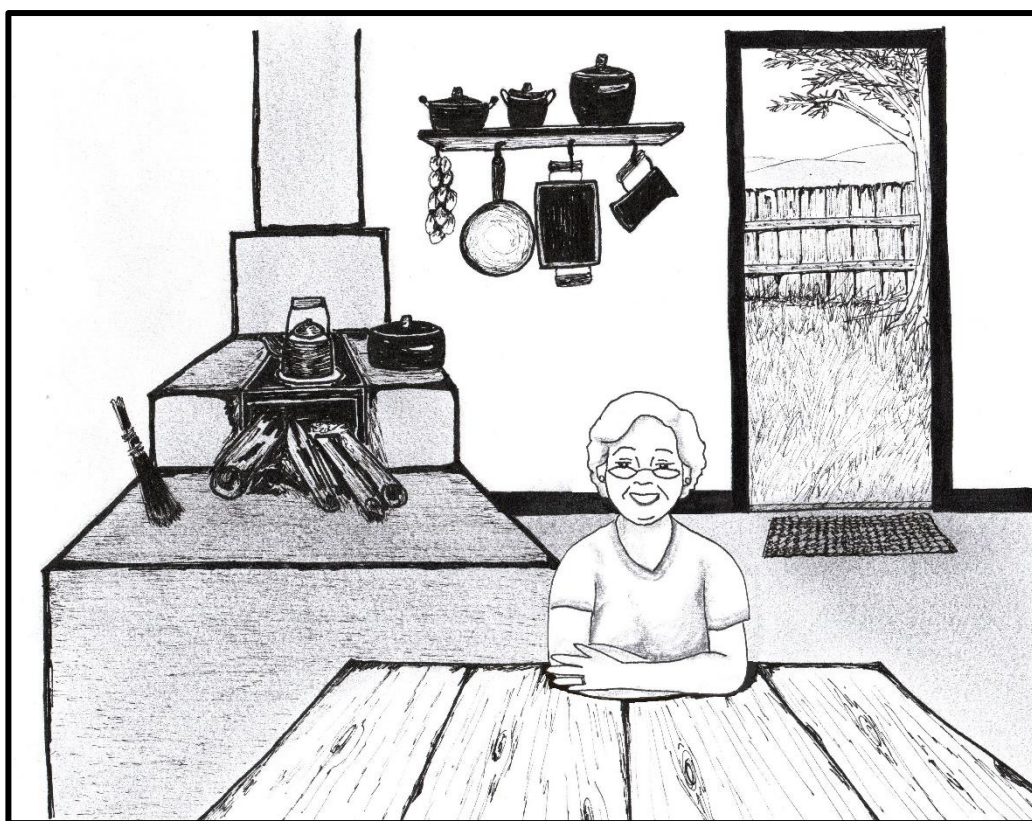


Figura 26: Uma conversa e um café
Fonte: desenho de Vitor Oliveira de Paula

Maria Gomes de Santana Campos



Você vai perguntando que eu vou falando (risos). Até olhei no meu diploma de 4º ano primário (hoje 5º ano do Ensino Fundamental I) para ver como estava meu nome, porque, antigamente, o cartório registrava só o primeiro nome. Eu nasci no dia de São Jorge, então ficou Maria Jorge Gomes lá no meu diploma. Quando eu fui estudar no Colégio Providência¹, as irmãs falaram: “Não, você não tem nada de Jorge, tem que pôr o nome da família”. Aí, pronto: Maria Gomes de Santana. E, depois que me casei, assino Maria Gomes de Santana Campos. Eu nasci no dia 23 de abril de 1932, aqui em Diogo de Vasconcelos². Eu não morava aqui na cidade. Diogo de Vasconcelos emancipou há pouco tempo, tem uns 50 anos³, não me lembro ao certo. Morava em um lugar que eles chamavam de Pé do Morro. Meu pai arranhou uma casinha e a gente morava lá, esse lugar fica na saída daqui. Fiquei lá até 2 ou 3 anos e depois nós mudamos para a zona rural, Boa Vista.

Meus pais eram daqui. Éramos 7 filhos, 5 homens e 2 mulheres. Todos nós estudamos na escola da zona rural. Começamos lá, mas, para tirar o 4º ano Primário, como essa escola não dava diploma, a gente vinha para a Escolas Reunidas de Diogo Vasconcelos⁴ fazer uma prova. Era igual quando fazia o exame de admissão⁵. Diante do resultado dela, ao final do ano, eles davam o diploma para a gente, no meu tempo era assim.

¹ O Colégio Providência foi fundado em 1850, na cidade de Mariana, por Dom Antônio Ferreira Viçoso (bispo de Mariana) e era dirigido pela congregação das Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo. Foi o primeiro do estado voltado para meninas (em regime de internato). Em 1850, com auxílio de Dom Viçoso, a congregação administrava as seguintes instituições: Colégio Providência, Colégio das Órfãs e Asilo para mulheres pobres. Em 1972, o Colégio Providência deixou o regime de internato feminino e passou a receber turmas mistas (LAGE, 2013). Mais informações em: <http://colegioprovidencia.com.br/wp/historico/>. Acesso em: 30 set. 2018.

² Diogo de Vasconcelos é uma cidade do estado de Minas Gerais com quase 4 mil habitantes e está localizada a 165 quilômetros da capital (Belo Horizonte).

³ O povoado de São Domingos foi fundado pelo padre Domingos Pinto Coelho da Rocha, tendo se tornado freguesia em 1881; em 1923, passou a ser denominado Vila de Vasconcelos. Recebeu, em 1928, o nome de Diogo de Vasconcelos, homenageando o historiador Diogo Luís de Almeida Pereira de Vasconcelos (1843-1927). Sua emancipação (antes pertencente à Mariana) e elevação a município ocorreu em 1962. Disponível em: <http://www.diogodevasconcelos.mg.gov.br/index.php/gestao/historico/>. Acesso em: 30 jun. 2020.

⁴ Em 1952, pelo Decreto n. 3727 as Escolas Reunidas de Diogo de Vasconcelos se transformaram em Grupo Escolar. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=3727&comp=&ano=1952>. Acesso em: 30 jun. 2020.

⁵ O acesso ao Ensino Secundário estava condicionado à aprovação aos exames de admissão, que se tornaram obrigatórios com o Decreto n. 19.890/1931, como parte da Reforma Francisco Campos. Esse exame consistia em provas escritas e orais de Português, Aritmética e Conhecimentos Gerais, tendo sido extinto com a Lei n. 5692/1971 (AKSENEN, 2013).

Eu estudei na escola da zona rural de Boa Vista⁶. Meu pai e o irmão dele, que moravam um em frente ao outro, combinaram: “A família é grande, vamos arranjar uma professora...”. Aí, acordaram em pagar uma professora particular para fazermos o primário, sabe? Aí, beneficiamos os outros também⁷. Eu tive só uma professora de 1º (atual 2º ano do Ensino Fundamental I) ao 4º ano primário, a Odete do Espírito Santo. Ela era de Ponte Nova⁸ e trabalhava lá, mas o pagamento era particular, só depois que ela passou a receber da prefeitura. Ela ficou uns 4 anos, meus 4 anos foram nessa escola e com essa professora. Acho que, depois disso, a escola fechou. Aqui, tinha o doutor Dante Guimarães Sampaio, um político local, todo mundo conhece ele, ele era inspetor escolar das Escolas Reunidas. Então, ele passou a escola da zona rural para Mariana⁹, porque aqui é perto dessa cidade; até emancipar era município de Mariana.



Figura 27: QR-Code
Fonte: gerado pelas autoras

Eu tirei o 4º ano em 1943 e fiquei em casa uns 2 anos. Depois, fui estudar no Colégio Providência em Mariana, acho que em 1946, pois eu me formei lá em 1952. Eu fiquei em casa, porque papai controlava, era muito caro. A gente tinha que sair daqui para pegar o trem lá em Acaiaca¹⁰, ele subia e descia uma vez só. Se você perdesse aquele, era só no outro dia. O negócio era difícil, a estrada era de terra. A gente ia a cavalo, não tinha condução nessa época. Eu me casei em 1960, começou a ter carro aqui, eu acho que em 1963 ou 1964. Alguém comprou um jipe, porque a estrada era de terra. Eram poucos carros, poucas pessoas tinham possibilidade de comprar e a estrada era meio ruim; em tempo de chuva, como era estrada de terra, atolava.

Eu estudei como interna no Colégio Providência e fiquei 7 anos em Mariana, permanecia durante o período de aulas e nas férias vinha para casa. Não me lembro de como era esse tempo, mas sei que as professoras eram muito boas e exigiam muito. Naquele tempo, os alunos se esforçavam mais, porque hoje eles não querem saber de nada, não é? Igual eu falo: se não dói

⁶ Hoje, Escola Municipal do Povoado de Bela Vista.

⁷ O *Quick Response Code* (QR-Code) refere-se a uma evolução do código de barras que pode ser lido pela câmera do seu *smartphone* usando um aplicativo. Para fazer a leitura do QR-Code em seu *smartphone*, caso ainda não tenha o leitor de QR-Code você deverá baixá-lo na loja de aplicativos de seu celular (por exemplo, Leitor QR, Kaspersky QR Scanner ou Barcode Scanner). Ao acessar o aplicativo de leitura do QR-Code, direcione a câmera para o código de barras presente ao longo da tese, e, automaticamente, será disponibilizado o acesso ao material. Nesta tese, eles serão utilizados para acessar outros tipos de materialidades que não são possíveis de serem reproduzidos em um texto escrito. Caso tenha dificuldade para fazer a leitura do QR-Code, você poderá clicar em cima do QR-Code e, automaticamente, também será encaminhado a um *link* que possibilita acessar o material.

⁸ A cidade de Ponte Nova possui uma população de aproximadamente 60 mil habitantes. Está localizada na região da Zona da Mata Mineira, a uma distância de 180 quilômetros da capital.

⁹ Conhecida como a “Primaz de Minas”, Mariana é uma cidade do estado de Minas Gerais com cerca de 58 mil habitantes e está localizada a 110 quilômetros da capital (Belo Horizonte).

¹⁰ Acaiaca é uma cidade do estado de Minas Gerais com quase 4 mil habitantes e está localizada a 154 quilômetros da capital (Belo Horizonte).

o bolso do pai, ele não aperta. Eles ganham tudo. Para você ver, hoje, a prefeitura dá tudo, uniforme, comida. Antigamente não, era mais sofrido para frequentar a escola, mesmo no estado, quando comecei a trabalhar, era só um cafezinho. A gente é que levava as coisas para comprar merenda para os meninos e só dava para aqueles que eram necessitados. Os alunos que tinham recursos levavam a merenda de casa. Era assim e depois foi melhorando.

Você conhece Mariana, não é? A família Camelo é conhecida lá e eu fui à casa da dona Elzinha Camelo. Meu pai arranhou uma pensão para mim, mas fiquei só 4 meses lá. Eu tinha o sono pesado, aí falei para o meu pai: “A empregada me chama, eu arrumo correndo, não tomo café direito, saio correndo, porque o Providência é lá em cima, chego lá, às vezes, e o portão está fechando ou já fechou. Daí, tem que pedir à porteira para abrir e está me cansando muito. Se tiver jeito, pai, arranja para eu ficar lá dentro, como interna”. Aí, ele arranhou e eu fiquei como interna pouco mais de 6 anos. Bom demais. Muita saudade que tenho.

Lá eu fiz o Ginásio e a Formação de Professora, naquele tempo era a Escola Normal. Eram 4 anos de Ginásio (corresponde ao Ensino Fundamental II) e 3 de Normal – o Normal equiparava ao Ensino Médio de hoje, só que o ensino lá era muito apertado. As irmãs que cuidavam de tudo e davam aula. Só teve um padre que trabalhava e também tinha o doutor Perdigão, que era médico; ele foi meu professor por um ano, não sei se era Filosofia, o resto foram as irmãs. Os padres davam aula de Religião e de idiomas, era só Inglês e Português. Eu não peguei o Inglês, não sei nada.

No Colégio Providência, as irmãs todas eram muito boas e atenciosas. Tinha muita disciplina e havia a disciplinária que tomava conta, pois sábado e domingo não tinha aula; as externas iam para casa e nós, as internas, não ficávamos só no recreio não, minha filha, tinha o estudo em um salão grande e a irmã ficava de lá para cá. Na hora do estudo, todas as internas iam para lá fazer as tarefas e estudar. Naquele tempo, tinha decoreba (risos). E era aquele silêncio, minha filha. Não podia nem cochichar, você tinha que pedir. Se você tivesse dificuldade em uma matéria: “Ô, irmã, eu posso estudar com a fulana lá fora?” Aí, ia estudar lá fora. Era tudo em silêncio, não tinha leitura alta, só com os olhos. É uma disciplina que a gente aprende, né, menina? Se aprende a viver. Na fila, não podia conversar.

Tinha que levantar cedo para ir à missa primeiro, para depois tomar café no refeitório e ir à aula. Alguns dias, podia ficar de repouso durante a missa. Se não queria ir, se tivesse com gripe ou alguma coisa não precisava, falava com a irmã: “Amanhã não me chama não, viu?” Mas, a irmã chamava, batia palminha: “Viva Jesus”. E todo mundo: “Para sempre seja louvado”. Aí levantava, trocava a roupa depressa, escovava os dentes, saía em fila para a capela.

A capela é bonita. Era bom demais. Depois, voltava em fila e ia ao refeitório, tudo em silêncio, organizadinho. Havia nota por procedimento¹¹, tinha que ter nota boa e qualquer coisinha diminuía a nota por procedimento e aí os pais queriam saber o motivo. Naquele tempo era assim, havia acompanhamento, tinha o boletim. Graças a Deus, só fiquei de recuperação em Anatomia. Além da prova escrita, todo dia havia arguição oral, então tinha que estudar diariamente. Achei que era implicância da professora, não sei se por falta de sorte, naquele dia não estava muito preparada e ela me chamou. Se não falasse bem direitinho ou gaguejasse, tirava nota baixa. Só sei que fiquei de recuperação, mas bomba nunca tomei, graças a Deus.

Havia ainda o dormitório e cada irmã era disciplinária de uma turma. Tudo o que acontecesse ali, corria e contava para a disciplinária. Ela era como a mãe daquela turma, muito interessante. A irmã, que era secretária, era muito enérgica: “Não chega atrasada, não perde dia de aula, porque você está pagando, é caro”. As internas ficavam o semestre todo no colégio, só nas férias iam para a casa. Fevereiro a junho, tinha as aulas; em julho, eram as férias. De agosto até novembro, voltavam as aulas e dezembro a janeiro eram as férias. Só começavam as aulas de novo em fevereiro. Muito bom.

No colégio, tinha uma lavanderia, as roupas das internas eram lavadas e passadas lá. No dormitório, tinha um armário grande e cada uma tinha seu espaço para guardar as roupas de cama, uniforme. Era só uniforme e roupa de cama, né? Nós ficávamos o dia inteiro de uniforme. Para tomar banho, havia as horas e os dias tudo direitinho (risos). Eram 3 ou 4 dias para tomar banho: “Hoje é dia da sua turma”. Aí, a encarregada arrumava para nós. Era na banheira, não tinha chuveiro. Tinha uma piscina lá e as meninas que não tomavam banho na banheira iam para a piscina e, no espaço da piscina, tinha os chuveiros frios. E sempre ficava alguma irmã tomando conta, em tudo tinha uma irmã encarregada. Era gostoso. Tenho muito prazer e alegria de ter estudado lá. E outra coisa: não tinha bagunça, por exemplo, na hora do banho e do recreio era tudo organizado. Hoje é muito diferente. Havia também uma separação entre as internas e as externas; na hora do recreio, tinha a fila das externas e das internas, tudo separado por turma.

Nós tínhamos Português, Matemática, Ciências, Geografia, História, Religião, Música, Educação Física e Trabalhos Manuais, essa última disciplina era sob a responsabilidade da irmã Maria. A gente aprendia tudo. Ia para a sala de costura, aprender a dar os pontos e bordar. Na hora do recreio, tinha uma mesa de pingue-pongue para brincarmos. Sempre ficava uma irmã para baixo e para cima tomando conta ali, não tinha desrespeito. Era muito bom, viu? Tenho saudade. A gente lembra com saudade.

¹¹ Aqui, a professora Nitinha refere-se à nota por comportamento das alunas.

Eu me lembro que, às vezes, saíamos para dentista ou médico, a irmã nos levava. Não saíamos para passear, apenas na Semana Santa a gente frequentava, ia à Catedral da Sé, em Mariana. Era bonito, era uma voz de homem cantando, “eita” voz bonita, né? No dia 7 de setembro, marchava na rua, tinha o desfile. Meu Deus! E até hoje lá é tradição essas festividades. Tinha também um asilo do colégio, acho que hoje é onde funciona o hotel¹². Era um asilo para os pobres e tinha os dias em que a gente visitava.

No Curso Normal para formar como professora, tinha o estágio ao final do ano. No estágio, a gente trabalhava com as alunas do primário do próprio colégio. Não saía para fazer em escola fora, era só lá. Lembro que tinha as salas de catecismo, eu era catequista de uma turminha lá, fiquei durante uns 2 anos. Era bom demais, menina. E existia pedagoga, psicóloga, cada irmã era destinada para um fim, algumas davam aulas. E, para tudo, a gente consultava os livros. Eram muitos livros, uma pilha. Aí marcavam um capítulo para você estudar, para dali a 2 ou 3 dias você dar conta daquilo, mas não era só aquela matéria, tinha a outra, a outra, a outra. A gente passava aperto, menina. É por isso que o estudo era caladinho, todo mundo estava concentrado naquilo ali. Terminei esse curso no ano de 1952.

Quando terminei o Curso Normal, voltei para cá. Trabalhei durante 30 anos e, durante 3 anos, fiquei na escola rural. Essa escola em que eu trabalhava, foi papai quem deu o terreno, era em frente à nossa casa lá. Construiu a casinha, o banheiro, era a Escola de Boa Vista. Quando me formei, o doutor Dante falou: “Você vai trabalhar lá em Boa Vista. A escola de Boa Vista vai funcionar de novo”. Aí, eu comecei com o 1º ano Primário, no ano seguinte foi o 1º e 2º ano (corresponde ao 3º ano do Ensino Fundamental I) e, no outro, o 1º, 2º e 3º ano (hoje refer-se ao 4º ano do Ensino Fundamental I). Depois, eu pedi ao doutor Dante para arrumar uma ajudante, porque estava muito pesado. Ele contratou minha prima, então eu acompanhava uma turma e a ela olhava outra. Era pesado, 1º e 2º, né? Naquele tempo, tinha muita exigência, a Delegacia de Ensino já pertencia a Ouro Preto¹³, cobrava muito. Logo vieram as leigas, eram muito boas e esforçavam bastante. Depois ficou por conta delas, porque, eu vim para a cidade.

A diretora me chamou para trabalhar nas Escolas Reunidas. Eu vim e arranjei uma pensão para ficar. No fim de semana, ia embora para a zona rural e, naquele tempo, era a cavalo ou a pé. A escola era em uma casa grande que tem aqui em cima, perto da igreja. O recreio era no adro da igreja. O governo deu essa escola e construíram um prédio próprio. Dizem que era para durar não sei quantos anos e durou até mais; quando a construção caiu, voltou para as casas

¹² Refere-se ao Hotel Providência. Ali funcionava o hospital para mulheres pobres ou asilo para as órfãs sob administração das Filhas de Caridade.

¹³ Ouro Preto possui aproximadamente 70 mil habitantes e está a 96 quilômetros de distância da capital.

particulares para os meninos frequentarem as aulas. Na casa grande da Luiza, que hoje é a padaria, tinha 2 ou 3 turmas do primário. Lembro que, em um instantinho, tomaram providência de construir uma escola de novo.

Minha irmã, a Anita, foi diretora durante muitos anos. O pessoal falava que ela era marechal. Era pesado, ela cobrava muito. Você tinha que fazer o planejamento de aula todos os dias e ela assinava todos. Se deixasse de fazer, ela chamava atenção. Toda semana, ela olhava o plano para ver se estava dentro do programa. Como tinha um programa, a delegacia de ensino cobrava dela e ela cobrava dos professores. Tinha um acompanhamento mais perto do professor. Nossa Senhora!

Minha irmã, como diretora, lutou e o Francisco Claudino de Oliveira, como prefeito, correu atrás, deve ter retrato dele lá na prefeitura, eles trabalharam para ter o ginásio aqui, sabe? Quando aconteceu a criação do ginásio foi bom demais, o local só cresceu. Daí, o governo autorizou a 5ª série (antiga 1ª série do Ensino Ginásial e hoje o 6º ano do Ensino Fundamental II); no ano seguinte a 6ª série (antiga 2ª série do Ensino Ginásial e hoje o 7º ano do Ensino Fundamental II) e deu prosseguimento até a 8ª série (antiga 4ª série do Ensino Ginásial e hoje 9º ano do Ensino Fundamental II). Só aí que o menino começou a tirar a 8ª série aqui. Agora, temos até o 3º ano do Ensino Médio. No princípio não tinha prédio, era tudo nas casas. Passando por aqui, você vai ver uma casa grande ali, nesse lugar hoje é a padaria, até lá embaixo já foi escola. Depois, quem quisesse continuar, saía, sabe? Tudo se buscava em Mariana e até hoje é assim. As primeiras professoras daqui vieram de Mariana. Teve muita professora de lá que vinha para cá. No princípio, tinha uma kombi que trazia essas professoras para cá, depois alugaram uma casa para elas ficarem aqui.

A diretora era a minha irmã, sabe? A Anita era muito enérgica. Mas valeu. Deu nome à escola. Todo mundo que concluía a 8ª série aqui, quando fazia a prova para a Escola Técnica¹⁴, passava. Hoje, eles fazem prova e não são aprovados. Por eu ser da família, ela puxava minha orelha. E eu era irmã, né? Eu gostava, me preparava. Era um período em que se fazia muita coisa com muito pouco. É o que eu falo, ô gente, hoje em dia eles têm tudo na mão, têm carro.

¹⁴ Refere-se à Escola Técnica da cidade de Ouro Preto. Em 1942, foi criado o Curso Técnico de Mineração e Metalurgia de Ouro Preto, por meio da iniciativa de professores da Escola de Minas. Em 1959, a instituição foi elevada a Escola Técnica Federal de Ouro Preto (ETFOP). Em 2002, tornou-se Centro Federal de Educação Tecnológica de Ouro Preto (CEFET – Ouro Preto), passando a oferecer cursos superiores de tecnologia. No ano de 2008, a instituição transformou-se em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, a partir da junção de 3 instituições: o CEFET Ouro Preto, a Escola Agrotécnica de São João Evangelista e o CEFET Bambuí. Disponível em: <https://www2.ifmg.edu.br/ouopreto/institucional/o-campus-1>. Acesso em: 28 out. 2019.

Quando eu era criança andava 6, 10 quilômetros para ir à escola todos os dias, levantando cedo, às vezes, amassando barro.

Depois, doutor Dante me indicou para vice-diretora. Naquele tempo, tinha que ler jornal, recortar reportagens sobre as datas e as coisas importantes para a escola, tudo isso era tarefa. Havia também a eventual para substituir a professora que adoecia ou não aparecia. A gente trabalhava muito, Nossa Senhora! Por toda a vida, eu fiquei aqui em Diogo de Vasconcelos no grupo escolar. Sempre dei aula, mas teve esse cargo de vice-diretora. Quando minha irmã tirava licença, eu a substituí. Mas ela não tirava muita licença.

Eu saí, uma época, para ir lá para o ISER. Já ouviu falar? É o Instituto Superior de Educação Rural¹⁵. Foi assim... Eu tinha amigas em Acaiaca, a gente frequentava muito as festas de lá. Duas professoras vieram visitar minha escola e uma delas falou: “Por que você não vai lá para a Fazenda do Rosário?”¹⁶ Daí, eu me interessei em ir para lá. Ela deu meu nome e eles me chamaram. Fui ao ISER e fiquei fazendo um curso de complemento, que terminou em outubro de 1957. Tinha professoras de vários lugares. Depois, a diretora, dona Helena Antipoff¹⁷ – uma russa, você deve ter ouvido falar, é famosa demais – pediu para eu ficar lá, sabe? E me chamou para fazer o curso intensivo para orientadores adjuntos do Ensino Rural,

¹⁵ O Instituto Superior de Educação Rural (ISER), instalado na Fazenda do Rosário em Ibitité-MG, foi inaugurado em 1955 por Helena Antipoff e funcionou até 1970. Sua criação “foi justificada como sendo um indispensável órgão de pesquisa e especialização rural [...] Oferecia: seminários, jornadas, mutirões, estágios, cursos para supervisores, inspetores e orientadores de ensino e cursos de treinamento e aperfeiçoamento para professores para atuarem no magistério rural” (PINCER, 2008, p. 48). Dentre os objetivos do ISER, estavam: pesquisar sobre o desenvolvimento rural; elaborar planos para expansão do ensino rural; elaborar material didático adequado ao ensino na escola rural; treinar e aperfeiçoar professores e outros profissionais para atuação na educação rural; colaborar com o trabalho desenvolvido por órgãos ou serviços de assistência às populações rurais; proporcionar o desenvolvimento físico, moral, cultural e material da comunidade (PINCER, 2008).

¹⁶ A Fazenda do Rosário está localizada na cidade de Ibitité, município mineiro que possui pouco mais de 177 mil habitantes e está a 22 quilômetros da capital (Belo Horizonte) e a 146 quilômetros de Diogo de Vasconcelos.

¹⁷ Helena Wladimirna Antipoff (1892-1974), veio para o Brasil, em 1929, a convite de Francisco Campos para ser professora de Psicologia Educacional na Escola de Aperfeiçoamento de Minas Gerais. Em Belo Horizonte, fundou o 1º Laboratório de Psicologia Aplicada na América do Sul, o qual promoveu a organização das classes nos grupos escolares de Belo Horizonte e em diversos outros grupos no interior do Estado, de acordo com o critério do desenvolvimento mental, da idade cronológica e da escolaridade. Na década de 1930, ela via a necessidade de criar Jardins de Infância e chegou a fundar alguns em Minas, formando professores especializados. Em 1947, começou a luta pelas crianças do campo, tendo chefiado o SOTER (Serviço de Orientação Técnica de Ensino Rural). Instalou-se na Fazenda do Rosário, criando os cursos de treinamento de professores rurais e a Escola Sandoval Soares de Azevedo (ESSA) para formar professores rurais, em regime de internato. Mais tarde, criou o Instituto Superior de Educação Rural (ISER) para formar professores para as escolas normais rurais, sendo esse transformado, em 1970, na Fundação Estadual de Educação Rural (FEER), hoje Fundação Helena Antipoff (FHA). Disponível em: <http://fha.mg.gov.br/pagina/memorial/helena-antipoff>. Acesso em: 28 out. 2019.

Para outras informações sobre a presença de Helena Antipoff no campo da formação de professores em Minas: SILVA, R. A. Tempos esquecidos, memórias recordáveis: histórias de um curso de formação de professores rurais. 2016. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2016.

para dar aula para as professoras rurais¹⁸, que terminou no dia 15 de dezembro de 1957. Depois, começaram a chamar as professoras rurais, daqui foram duas e daí a gente ia dar aula para elas. O pessoal da secretaria de educação dava aula para nós, depois nós passamos a ajudar também. Adiante, teve o Curso Primário Escolas Reunidas, mas não sei data, não guardo nada.

Eu me aposentei em 1982, trabalhei durante 30 anos, peguei a Lei dos 30 anos¹⁹. Eu estava com 27 anos de serviço, aí eu fui à Delegacia e falaram: “Mais 3 anos e você se aposenta. É preferível fazer assim para não perder, senão vai aposentar com 25 anos de trabalho, mas, como está com 27, vai perder 2 anos”. Daí, concordei e trabalhei esses 3 anos.

Logo que me aposentei, em 1982, pouco tempo depois estavam precisando de catequista e eu me ofereci: “Ô, gente, eles estão precisando de catequista, vou dar catecismo”. E falaram assim: “Não vai, não, minha filha, porque você não aguenta. Nem pensa. Você não aguenta a meninada de hoje. Você está achando que é aquele tempo? Não, já passou o tempo bom, que chamava atenção e o menino prestava atenção. Hoje, eles não querem saber de nada, só de brincadeira”. Foi só piorando. Hoje, eles não respeitam. Antes, se tivesse um discutindo com o outro na rua depois da aula e saísse uma professora, seja quem fosse, porque aqui tinha muita leiga, eles separavam num instante. Tinha respeito pela professora. A professora era respeitada! Todos os pais, Nossa Senhora, abaixavam a cabeça, minha filha.

Depois, foi passando o tempo e eles achavam que a escola é que tinha que dar educação. Quando o menino saía, às vezes, discutindo na rua e falando palavrão, o pessoal de fora falava: “Ô, menino, você não vai à escola, não?” Para você ver... A educação é de dentro de casa, gente! Os pais tinham que saber criar, hoje fica muito essa responsabilidade na escola de educar o menino, não é? Você não pode chamar atenção, não pode corrigir, não pode nada...

Quando dava aula tinha o programa que vinha da delegacia de ensino. Engraçado, hoje não tem poesia, comemoração, datas cívicas, não tem nada. Naquele tempo, tinha que fazer piquenique todo mês com os alunos, saía passeando na zona rural. Você tinha que ensinar poesia, havia um livro com muitas poesias para cada ano, e o menino tinha que decorar. Confeccionava muito cartaz, cartaz de aniversário... Você é católica? A escola fazia coroação de Nossa Senhora no mês de maio. De vez em quando, levava um desenho para a Páscoa e todo

¹⁸ Refere-se ao “Curso de Treinamento de Professores Rurais” que durava 90 dias em regime de internato rural. Os professores-alunos ficavam na Fazenda do Rosário, de modo a participar integralmente das atividades de ensino e familiarizar com os problemas referentes ao contexto rural (PINCER, 2008).

¹⁹ A Emenda Constitucional n. 18/1981, dispõe sobre a aposentadoria especial para os professores, passando a vigorar: “a aposentadoria para o professor após 30 anos e, para a professora, após 25 anos de efetivo exercício em funções de magistério, com salário integral”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc18-81.htm. Acesso em: 29 out. 2019.

mundo respeitava. Todo mês tinha festinha, fazia muitas comemorações na escola, por exemplo, Carnaval, 7 de setembro, Semana Santa, porque também não é só estudar, estudar, estudar, né? Na escola, também brincava, uai, não é dizer que não brincava. Para tudo, tinha a biblioteca. Tem uma casa lá em cima, onde fica a biblioteca pública, mas a gente não vê ninguém frequentando. Nossa, eles não ligam muito para essas coisas não.

No dia 7 de setembro, marchava. Toda semana tinha hasteamento de bandeira. Hoje, o menino não sabe cantar o hino nacional, o hino à bandeira, o hino da cidade. Pergunta para alguém se sabe, não sabe. Tinha muito isso de conhecer a história do lugar, aprendia a geografia e a história de Minas Gerais, do Brasil. Nos primeiros anos de escolaridade, nem que fosse superficial, mas, nos últimos anos da escola, já era mais aprofundado.

Hoje, não tem nada disso, sabe? Dizem que não pode dar religião, hoje chama Filosofia, mas faz falta. É por isso que o mundo está desse jeito. Não tem Deus. Você vê, parece que a gente está no fim do mundo. Depois que começaram essas coisas horrorosas, olha, tudo o que está acontecendo, gente, essa violência, ninguém está respeitando nada. Graças a Deus, o povo me respeita, graças a Deus e à Nossa Senhora.

Naquele tempo, todo mundo zelava pelo nome para não ser falado, professora então... “Fulana é boa professora, fulana aperta demais”. Puxava orelha, tinha castigo, menino levava varada no recreio, na aula. Menino não fazia malcriação, não é igual a hoje, minha filha. Respeitava, tinha medo do castigo. Se o menino não fazia dever, tirava o recreio: “Não teve tempo em casa, não? Faz na hora do recreio”. Aí, os pais aprendiam a arranjar uma hora, porque antigamente a criança podia trabalhar. Os pais punham o menino na roça, então aproveitava o tempo da criança. Hoje, não pode nada. Eles não estudam, eles não fazem nada, do que adianta? Tirou a cadeia antiga, menina, se voltasse era bom, mudava. Mas os deputados, lá em cima, não sei nem o que eles arranjam...

Eles devem ter falado que eu era brava, sou brava mesmo (risos). Era enérgica. A gente respeitava e eles também nos respeitavam. Naquele tempo, tinha que decorar a tabuada, ia no quadro fazer conta, fazia joguinho com 2 ou 3 alunos. Era muito interessante, não era uma escola enfadonha. Todo mundo gostava da escola. Eu não sei o que aconteceu com a escola de hoje, tem uns meninos aí que dão aula, mas não têm conhecimento.

A delegacia olhava muito as provas e as notas. Tinha que trabalhar até de madrugada fazendo planejamento, corrigindo prova, Nossa Senhora! Hoje, você não vê professora levando serviço para casa. Algumas levam, minhas meninas também levam. Nossa Senhora, trabalham demais! Todas as minhas filhas são professoras. Eu tenho 5 homens e 4 mulheres. Todas as

mulheres são professoras. Foram estudar fora. Falo com elas: “Parece que você é a dona da escola!” Às vezes, fica até às 23h toda noite fazendo plano, recortando isso, aquilo, porque hoje tem muita brincadeira, né? Falo com ela: “Está bom, menina! Para que tanta brincadeira? Põe o menino para estudar!” Acho que eles queriam aprender também. Não entendo a mentalidade desse povo de hoje. E vai da diretora também; naquele tempo, eles falavam que o diretor era um coronel, achavam que era um negócio duro do exército. Ele falava uma coisa ali e a gente respeitava. Todo mundo respeitava, ninguém nem reclamava. Hoje não, ninguém respeita.

Naquele tempo, tinha a caixa escolar. Hoje não tem mais, acabou. A merenda escolar era só para os necessitados. Quando era tempo de colheita de milho, levava uma espiga de milho ou um punhado de feijão para a merenda dos alunos. Ô, menina, eu fico pensando como as coisas todas mudaram muito, né? Você vê, o governo e o presidente deviam dar mais valor à agricultura, à educação, menina. A agricultura está muito jogada, muito largada, aqui em Diogo ninguém planta. Antes você viajava, para todo lado tinha um terrenão de milho, outro de feijão. Para o arroz, precisava de terra mais úmida, né? Toda beirada de córrego, você via aquela quantidade de arroz, papai plantava muito. Hoje, você olha e é tudo mato. Você viaja, viaja, viaja e não vê plantação nenhuma, meu Deus! Por isso a vida está desse jeito, uai, ninguém quer saber de pegar na enxada, minha filha, pegar no bruto. Dá trabalho. O trabalho mudou muito. O governo fornece adubo, a prefeitura ajuda com a máquina. Antigamente, era com arado, o boi que puxava, era muito mais trabalhoso. Todo mundo suava, a vida era outra. O governo precisava valorizar mais. No ano passado, eu tinha até simpatia pelo Michel Temer, agora estou vendo ele fazendo essas besteiras também. Ô gente, vontade de escrever uma carta para ele: “Ô, presidente, ajuda a agricultura, ajuda o pessoal, os agricultores, os fazendeiros, se não ajuda, eles também não podem plantar para venderem, para eles terem dinheiro”.

Na época de escola, quando era tempo de colheita, a gente pedia as coisas, porque era só para os necessitados, para as famílias pobres. E tinha um cartão que cada professora pagava todo mês para ajudar na merenda. Todo mês dava uma contribuiçõzinha para ajudar na caixa escolar. Era bom, por exemplo, na semana da criança punha uma merenda diferente, mais gostosa (risos). O governo mandava leite em pó e aí fazia aquele leite caramelado, que eles falavam, arroz doce, canjiquinha, mingau de couve, a merenda era isso, cada dia era uma coisa. Não é igual hoje que tem almoço, com arroz, feijão, carne, suco. Por isso eu te falo, hoje eles têm tudo, então: “Para que eu vou me esforçar, para que eu vou estudar? Eu vou ficar quieto aqui, tenho meu almoço, tenho meu jantar”.

Graças a Deus, eu sempre me dava bem com todo mundo, com todos os professores, não tive problema. Todo mundo trabalhava. A ordem era ordem. No tempo em que trabalhava, a maioria era mulher. Homem era só o porteiro, o resto tudo era mulher. Tinha muito leiga, sabe? Mas todas eram respeitadas igual às formadas. As formadas eram poucas, como que saía para estudar? Era difícil esse negócio de trabalhar em casa e na escola, mas dava conta, minha filha. Aqui em casa, para não brigar, eu deixava com os meus meninos uma listinha, faz isso, isso, isso. As tarefas de escola, eles faziam e entregavam tudo prontinho. Tem que trabalhar, tem que ajudar, o menino aprende a dar valor. Eu sempre trabalhei no período da tarde, poucos anos trabalhei de manhã, então eu fazia o almoço e já deixava pronto, a minha irmã cooperava comigo. Os que iam à escola de manhã, chegavam e almoçavam. Os que iam à tarde, almoçavam e iam comigo à escola. Mas eu nunca dei aula para os meus filhos.

Depois que me aposentei, eu não fiquei mais em contato com a escola. Como os meus meninos saíram para estudar, meu marido alugou uma casinha e eu ficava com eles. Mas o pessoal sempre me procurava para tirar alguma dúvida sobre pagamentos, planejamento, daí indicava: “Tem em tal livro, assim, assim, assim”.

Eu escolhi ser professora, porque... Eu vou te contar uma coisa. Ô, menina, naquele tempo, eles visavam muito dinheiro, terra, gado, essas coisas, não é? Doutor Dante, que era inspetor escolar, ele morava na Fazenda da Laranjeira e meu pai era amigo dele. Graças a Deus, ele falou com meu pai: “Ô, Joaquim, sua menina está tirando o 4º ano primário, estuda ela, a melhor herança que você deixa para os seus filhos é o estudo, é o diploma”. Já meu tio só visava dinheiro, terras, essas coisas, sabe? E o doutor Dante falava: “Não faz igual seu irmão não, já falei com ele, mas ele é cabeça dura”. Só os meus primos mais novos que estudaram, mas os primeiros não. Eu tirei o 4º ano e fiquei parada por 2 anos por causa da situação lá de casa, que estava comprometida. Para estudar, tinha que sair, tinha que ter dinheiro para pagar as passagens e tudo. Aí, meu pai foi ajeitando, ajeitando e, um dia, ele falou comigo que se eu quisesse ir estudar, eu poderia ir. Então, fui!

Eu gostava. A dona Odete, que era minha professora, chamava um aluno que tinha a letra melhor e falava: “Ah, vai lá passar esse exercício no quadro”. Eu ia toda feliz (risos). Ela me colocava para ajudar os outros alunos que tinham dificuldade e eu gostava daquilo. E ela morava na minha casa, sabe? Então, tudo isso me incentivou a ser professora, levou a gente a estudar. Meus irmãos todos são estudados. Papai deixou diploma para todo mundo, ouviu o



Figura 28: QR-Code

Fonte: gerado pelas autoras

amigo dele, graças a Deus. Formou farmacêutico, tem engenheiro, eu e a Anita professora, os outros são técnicos pela Escola Técnica de Ouro Preto.

Era um período de muita dificuldade e, se fosse olhar a dificuldade, ninguém estudava, nem saía de casa. Papai só tinha o 4º ano primário e mamãe só tinha o 2º ano. Naquele tempo, para estudar você tinha que ter uma professora em casa, então o pai dela (meu avô) pagou a uma professora em casa para ensinar alguma coisa. Um que era mais instruído um cadinho²⁰ ia dar aula para o outro, pagava ali e tudo, geralmente os fazendeiros faziam isso. Meu avô era fazendeiro, já papai começou com uma casinha, mas Deus ajudou que, em um instantinho, comprou um terreno. Para eu estudar, ele teve que vender um pedaço do terreno para pagar a escola. Aí, foi ajeitando a vida e só assim ele pôde estudar os meninos todos. Alguns estudaram como internos, os meninos estudaram no colégio de Ouro Preto, o Ginásio Arquidiocesano²¹ que era de padre. Eles estudaram lá.

Depois, os outros foram crescendo, já estavam na hora de estudar e o internato era caro, minha filha, já tinha 2 internos e ele falou: “Agora, 3 já não dá”. Havia uma professora da escola dos meninos que ficou muita amiga do meu pai e falou com ele: “Arranja uma casa e aluga. É melhor, pois os meninos podem ficar todos juntos e daí você paga o aluguel. É melhor do que ficar pagando o internato”. E ele fez isso. Mamãe foi para lá, ficou cozinhando e lavando para eles. A vida é assim, minha filha, a gente aprende. Graças a Deus e à Nossa Senhora, meus meninos também estudaram. Apenas um não terminou os estudos, porque não gostava, nunca gostou de escola. Tenho 2 filhas que têm mestrado: a Márcia que é mais velha e a Lucinha, Maria Lúcia, essa tem inglês, fez o curso em Ponte Nova. Outra filha fez Geografia em Ponte Nova, mas já por conta delas. Já estavam casadas e aí foram fazendo. Todos têm curso superior.

Nossa, eu já falei demais (risos). Sabe, às vezes fico pensando por que o ensino está desse jeito e caiu assim? Eu acho que foi depois que o governo arranhou esse negócio do estudo a distância, entendeu? Por aqui, tem 2 professoras que fizeram curso lá em Formiga²², quer dizer, elas já eram professoras e, no final de semana, fazia outro curso lá. Agora você, veja bem,

²⁰ A expressão quer dizer um pouquinho. É importante comentar que se trata de uma característica da pronúncia mineira, em que, muitas vezes, se eliminam inícios e finais de palavras. Por exemplo, “um cadinho” é uma forma de dizer “um bocadinho”.

²¹ Em 1926, o Ginásio Municipal Arquidiocesano de Mariana foi fundado por Dom Helvécio Gomes de Oliveira (arcebispo de Mariana), ofertando o internato e o externato para o público masculino. Em 1933, a Sociedade Liceu de Ouro Preto foi criada para manter a instituição e, no ano seguinte, ocorreu a transferência para Ouro Preto. Em 1943, passou a funcionar como colégio, iniciando o Curso Científico. De 1934 a 1970, ofertou regime de externato misto e, sobretudo, internato masculino (esse último encerrado em 1970). Em 1998, a Samarco Mineração SA, em convênio com uma mantenedora, assumiu a Escola Alphonsus de Guimaraens (Colégio Arquidiocesano Unidade II). Disponível em: <https://arquidiocesano.com/instituicao/historia/>. Acesso em: 12 ago. 2019.

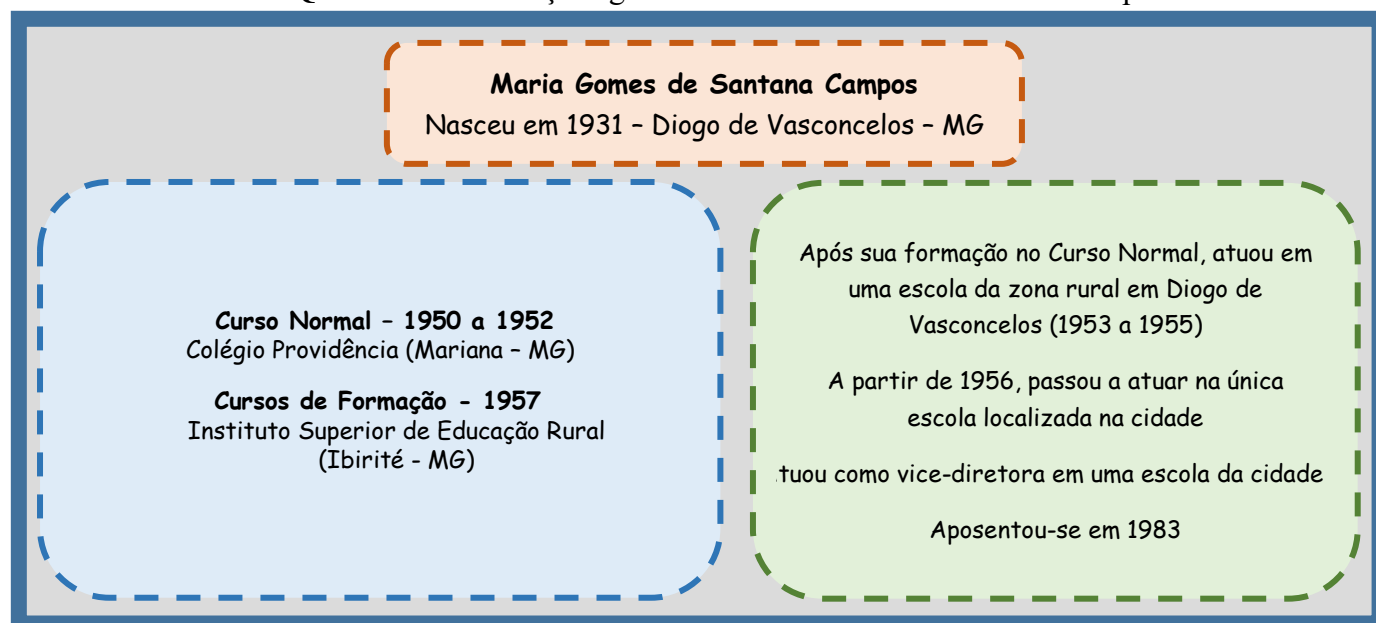
²² Formiga possui pouco mais de 67.500 habitantes e está a 196 quilômetros da capital (Belo Horizonte).

tem curso que acontece durante um ano inteiro, você acha que um curso de fim de semana vai te dar conhecimento? Eu acho que tem muita falta de conhecimento, com esse monte de professores que tem aí. A formação só está decaindo.

O ensino está decaindo. É uma pena. Fico observando, por que tem leitura na igreja, né? Tem gente que vai ler lá na frente e não lê direito, não tem pontuação, acentuação. Até professora. A grafia hoje está mudando muito e acho que atrapalha. É meu modo de pensar. No meu tempo, precisava decorar, tinha os temas de Geografia, História, Ciências e você estudava aquilo ali. Tinha que dar conta daquele ponto. Hoje faz um desenho lá, você vai lá põe o nome e está ganhando ponto. Naquele tempo, tinha muito mapa, sabe? A escola era cheia de mapas, você tinha que ir lá mostrar e falar sobre aquilo ali. Em Ciências, tinha o esqueleto e as partes do corpo humano. A escola tem isso hoje? Tem bons professores ali na escola, a gente sabe disso. Tem fama de boa professora e tudo, mas não são todas, tem algumas que deixam “correr bambo”²³. Não pode ser assim não, gente. Cadê a diretoria para exigir, né? O que o secretário da educação faz? Cobra, mas não adianta cobrar gente, nem todo mundo está ao alcance. Não consegue, não tem bagagem. Vocês podiam falar com o pessoal das secretarias de educação para voltar a educação antiga, pois era algo sério. Os meninos aprendiam, não tinha essas gracinhas ou risinhos fora de hora. Os meninos levavam os estudos mais a sério.

É isso, eu já falei demais. Eu comentei que não ia falar nada, só ia responder às perguntas com sim, não, sim, não. Mas, você é tagarela também e foi puxando (risos).

Quadro 7: Informações gerais de Maria Gomes de Santana Campos



Fonte: elaborado com base na textualização

²³ Essa expressão significa que algo está frouxo, não está firme ou estável.

Maria Auxiliadora Sampaio Grossi



Meu nome é Maria Auxiliadora Sampaio Grossi e eu sou daqui de Diogo de Vasconcelos¹. Eu nasci no dia 26 de junho de 1951. Agora em junho, vou fazer 68 anos. Eu tenho esse nome por causa de Nossa Senhora Auxiliadora. Amanhã (24 de maio) é dia de Nossa Senhora Auxiliadora e é também o aniversário de casamento dos meus pais. Quando eles se casaram, o padre falou: “Quando a senhora tiver uma filha, põe o nome de Maria Auxiliadora”. Aí, ela escolheu e eu gosto do meu nome. Só que aqui ninguém me chama pelo meu nome, todo mundo me chama de Dorinha ou, como diz meu irmão, eles emendam o “dona” e fica Dondorinha (risos).

Eu sou da família Sampaio, conhecida também como Caldeirões, é uma família antiga, a bem dizer, um dos fundadores desse lugar. Meu pai vem dessa família e o sítio onde eu nasci pertencia à Fazenda dos Caldeirões², porque o meu avô separou para meu pai um terreno lá. Eu nasci na zona rural. Eu fiquei lá até os 18 anos, depois eu saí, quer dizer, quando eu ainda era nova, estudei um período em Belo Horizonte. Por quê? Meus irmãos frequentavam a escola rural e iam a cavalo para a escola. Só que mamãe não deixava eu ir, pois tinha muito menino, era mais menino do que menina. Aí, tudo que meus irmãos aprendiam lá na escola, chegava em casa ela me ensinava. Então, quem me alfabetizou foi minha mãe, ela me ensinou em casa³.



Figura 29: QR-Code
Fonte: gerado pelas autoras

Quando papai deixou eu ir a Belo Horizonte morar com minha avó, eu cheguei lá, fiz a prova na Escola Estadual Presidente Antônio Carlos⁴ e passei direto para o 2º ano (hoje 3º ano do Ensino Fundamental I). Essa escola ainda existe lá, fica na rua Passa Tempo perto da Igreja

¹ Diogo de Vasconcelos é uma cidade do estado de Minas Gerais com quase 4 mil habitantes e está localizada a 165 quilômetros da capital (Belo Horizonte).

² Um dos pontos turísticos da cidade que serviu como refúgio para o inconfidente Cláudio Manuel Da Costa.

³ O *Quick Response Code* (QR-Code) refere-se a uma evolução do código de barras que pode ser lido pela câmera do seu *smartphone* usando um aplicativo. Para fazer a leitura do QR-Code em seu *smartphone*, caso ainda não tenha o leitor de QR-Code você deverá baixá-lo na loja de aplicativos de seu celular (por exemplo, Leitor QR, Kaspersky QR Scanner ou Barcode Scanner). Ao acessar o aplicativo de leitura do QR-Code, direcione a câmera para o código de barras presente ao longo da tese, e, automaticamente, será disponibilizado o acesso ao material. Nesta tese, eles serão utilizados para acessar outros tipos de materialidades que não são possíveis de serem reproduzidos em um texto escrito. Caso tenha dificuldade para fazer a leitura do QR-Code, você poderá clicar em cima do QR-Code e, automaticamente, também será encaminhado a um *link* que possibilita acessar o material.

⁴ Não conseguimos encontrar informações sobre a referida escola.

Nossa Senhora do Carmo, sabe? Bem na entrada de Belo Horizonte, quando você vê aquela igreja com relógio alto, é naquela rua. Lá, uma professora dava todas as matérias, não é igual agora que é uma por matéria. Eu me lembro da minha professora, a Maria Guimarães, ela era muito carinhosa com a gente. A merenda lá não era diferente daquela que ofereciam em Diogo, não. Apenas os meninos da caixa escolar merendavam, nós não. Por morar com minha avó, eu tinha uma situação um pouco melhor do que muitos lá. Para comer na escola, tinha que levar uma cebola, um legume, uma batata, um inhame ou uma coisa assim, e aí trocava por uma ficha. A caixa escolar atendia os alunos que tinham uma situação financeira mais inferior. Parece que eles faziam uma inscrição e seleção deles, daí aqueles ali podiam merendar todos os dias. Os outros só se levassem alguma coisa.

Eu fiz o 2º, 3º e 4º ano primário (corresponde ao 3º, 4º e 5º ano do Ensino Fundamental I) nessa escola. Quando finalizei o 4º ano, vim embora passar o Natal aqui nos Caldeirões e minha avó morreu. Papai não deixou eu voltar para Belo Horizonte, ele não deixava eu ficar na casa de outras pessoas, era só na casa da minha avó. Aí, eu fiquei 4 anos sem estudar nada, sabe? E, nesse período, papai comprou uma casa em Furquim⁵, um distrito de Mariana⁶, e nós fomos para lá. Em Furquim, eu estudei para aquele exame de admissão⁷ ao ginásio, era um livro grosso. Aí, peguei um ônibus na rodovia e fomos a Mariana, fiz a prova lá para ser admitida ao 5º ano (antiga 1ª série do Ensino Ginásial, hoje refere-se ao 6º ano do Ensino Fundamental II) e tirei 7,5 em Português e 10 em Matemática. Eu gostava demais da Matemática. Toda a vida eu gostei de matemática e aprendi a tabuada no 2º ano, olha para você ver. Hoje, hein, tem gente que tem faculdade e não sabe a tabuada.

Eu estudei do 5º ao 8º ano Ginásial (antiga 2ª série do Ensino Ginásial, hoje corresponde ao 9º ano do Ensino Fundamental II) na Escola Estadual Dom Silvério⁸ até a metade de 1970, fui para lá em 1967. No Dom Silvério, a aula era durante o dia. No meio do 8º ano, eu fui estudar no Colégio Providência⁹, na Copa de 70 eu já estava lá.

⁵ Distrito da cidade de Mariana que possui pouco mais de 1.600 habitantes e está a 142 quilômetros da capital.

⁶ Conhecida como a “Primaz de Minas”, Mariana é uma cidade do estado de Minas Gerais com cerca de 58 mil habitantes e está localizada a 110 quilômetros da capital (Belo Horizonte).

⁷ O acesso ao Ensino Secundário estava condicionado à aprovação aos exames de admissão, que se tornaram obrigatórios com o Decreto n. 19.890/1931, como parte da Reforma Francisco Campos. Esse exame consistia em provas escritas e orais de Português, Aritmética e Conhecimentos Gerais, tendo sido extinto com a Lei n. 5692/1971 (AKSENEN, 2013).

⁸ A Escola Estadual Dom Silvério foi fundada, em 1966, na cidade de Mariana e teve como um de seus fundadores Dom Oscar de Oliveira. A instituição recebeu esse nome como um modo de homenagear aquele que seria o primeiro arcebispo negro da Arquidiocese de Mariana – Dom Silvério Gomes Pimenta (GOMES NETA, 2016).

⁹ O Colégio Providência foi fundado em 1850, na cidade de Mariana, por Dom Antônio Ferreira Viçoso (bispo de Mariana) e era dirigido pela congregação das Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo. Foi o primeiro do estado voltado para meninas (em regime de internato). Em 1850, com auxílio de Dom Viçoso, a congregação administrava as seguintes instituições: Colégio Providência, Colégio das Órfãs e Asilo para mulheres pobres. Em 1972, o

Eu tinha muito professor bom. Teve um padre que foi meu professor, Paulo o nome dele, era de São João del-Rei¹⁰. De vez em quando, eu faço uma letra “P” toda desenhada, porque era o jeito que ele fazia. Ele era professor de Português e a letra era linda. Lembro do professor de Francês, ele também dava aula de História, era um padre. Ele entrava e saía da sala falando francês. E a gente tinha que saber o que ele estava falando, se virava para entender. Ai, Jesus, era difícil! Agora o Latim, eu não aprendi. No meu tempo, já não tinha mais.

Quando a gente estudava era bom, porque estudava em grupo. Tinha aquela turminha para estudar junto, com aqueles que tinham mais dificuldades. Em Matemática, eu estudava com os meus colegas e, por ter facilidade, eu ajudava eles.

Ah, teve uma vez que uma colega minha, a Natinha, Natividade o nome dela, você conheceu ela? Era professora em Mariana, muito conhecida pelo pessoal. E ela precisava de nota para passar e eu tinha nota sobrando, mas eu não queria ficar com vermelho na minha caderneta. Aí, menina, a professora, dona Maria do Carmo que era de Ouro Preto¹¹ e dava aula lá, estava aplicando a prova e eu puxava a prova, punha de lado para essa colega poder copiar. E a professora falava: “Tem gente que está facilitando para o colega, depois não vai reclamar se eu tomar a prova”. E eu pensava: “Ah, não é comigo, não”. Aí, deixava mais um cadinho¹². De repente: “Auxiliadora, levanta! Entrega a sua prova! Zero!” Eu tinha feito tudo! Ah, eu chorei demais. A gente tinha uma prova e depois tinha outra, sabe? Eu falei:

- Ô, dona Maria do Carmo, se eu tirar média na segunda prova, a senhora me dá a média?
- Não, a sua nota vai ser dividida, aquela que você tirar vai dividir por dois.
- Ô, professora, mas não é possível. Se eu tirar 8, considera a minha nota lá. A senhora sabe que eu sei a matéria. Eu estava só querendo ajudar minha colega.
- Assim você não está ajudando, está prejudicando ela. Se você tirar 9, eu não divido.

Ah, minha filha, eu engoli o livro, fiz tudo e tirei 9,5. E aí ela me deixou com aquela nota, sabe? Não fiquei com vermelho, não.

Outra coisa também, lá no Dom Silvério, no 8º ano, eles faziam assim, agora acho que não, do princípio do ano até o meio ensinava Álgebra; do meio para frente, Geometria. No

Colégio Providência deixou o regime de internato feminino e passou a receber turmas mistas (LAGE, 2013). Mais informações em: <http://colegioprovidencia.com.br/wp/historico/>. Acesso em: 30 set. 2018.

¹⁰ A cidade histórica mineira São João del-Rei, com cerca de 90 mil habitantes, está localizada na região do Campos das Vertentes, aproximadamente 190 quilômetros da capital.

¹¹ Ouro Preto possui aproximadamente 70 mil habitantes e está a 96 quilômetros de distância da capital.

¹² A expressão quer dizer um pouquinho. É importante comentar que se trata de uma característica da pronúncia mineira, em que, muitas vezes, se eliminam inícios e finais de palavras. Por exemplo, “um cadinho” é uma forma de dizer “um bocadinho”.

Colégio Providência, eles ensinavam dois meses a Álgebra, dois Geometria e assim ia. Como eu saí no meio do ano, no início do 2º semestre era Álgebra e, como eu já tinha visto tudo no 1º semestre no Dom Silvério, eu dei um *show* lá na Matemática. A professora, irmã Maria Luiza, dava esses sistemas de equações para fazer em casa, eu fazia tudo e depois discutia a resposta com ela: “Como é que você fez?” Ela ficava me perguntando. Aí, mostrava o modo como tinha feito: “O seu está certo”. E mandava eu ir fazer no quadro para a turma, mas não era só fazer, era fazer e explicar. E eu tinha um Português meio fraco, então falei assim:

– Gente, *pra mim* achar essa resposta aqui, não sei o quê...

– *Pra mim*, não, Auxiliadora! Para eu achar!

Ela me corrigiu no meio da sala, na frente das alunas... Ô, menina, eu fiquei tão chateada naquele dia, eu falei: “Desaforo, né? Estou ajudando e ela ainda faz isso comigo?” Aí, em outras vezes que ela mandava eu fazer a atividade no quadro, falava: “Gente, para eu achar...”. Puxava bem o “eu”, sabe? As meninas olhavam para mim e danavam¹³ a rir. Então, toda a vida me dei bem na escola, graças a Deus, do 1º ao 4º até o Magistério – esse último corresponde ao Ensino Médio –, tirava nota boa, interessava, gostava de estudar. Eu estudava com meus irmãos em casa, ensinava o dever de casa a eles, porque eu sou a mais velha e, depois de mim, vieram mais 9. Era muita gente.

No Providência, eu me formei no Magistério. Eu tive, por exemplo, aqueles estudos sobre como lidar com a criança, a prática, tudo isso, mas eu não tive Pedagogia. O curso durava 3 anos e tinha as Didáticas de Matemática, de Ciências, Geografia, História, era um punhado de Didática, sabe? A gente fazia trabalhos, exposições. Eu tinha uma professora, ela é viva até hoje. Já ouviu falar da dona Hebe? A irmã dela, a Zete¹⁴, foi minha professora de Didática no Colégio Providência.

No Magistério, eu não gostava muito de Biologia. Era muito nome difícil e toda a vida eu nunca tive facilidade para decorar. Eu tinha facilidade para entender, mas decorar não. Vou te contar uma coisa... Quando eu estava no 1º ano do Magistério, como era um colégio de freira, tinha uma irmã que era professora de Moral e Cívica¹⁵, a irmã Teresa, e ela sempre dava prova. Minhas colegas todas tiravam notão e eu tirava 6,5, valendo 10. Minhas notas eram todas boas,

¹³ Essa palavra tem vários significados, mas, nesse contexto, diz respeito a iniciar uma ação com ímpeto e vontade.

¹⁴ Hebe Maria Rôla Santos e Maria José Rôla Gomes são professoras da cidade de Mariana e também são irmãs.

¹⁵ A disciplina “Educação Moral e Cívica” tornou-se obrigatória no currículo das escolas brasileiras, de todos os graus e modalidades, por meio do Decreto-Lei n. 869/1969, substituindo disciplinas como Filosofia e Sociologia. Apoiando-se em tradições nacionais, previa o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições como forma de aprimorar o caráter, com base na moral, na dedicação à família e à comunidade (BRASIL, 1969). Em 1993, foi extinta do currículo por meio da Lei n. 8.663/1993 (BRASIL, 1993).

menos em Moral e Cívica, e ficava com aquilo na cabeça: “Ah, não sei o que está acontecendo”. As perguntas que ela fazia, eu respondia do jeito que eu entendia, mas ela gostava sabe de quê? Na hora de corrigir a prova, ela ia lá no livro e olhava as respostas, até as vírgulas e os pontos do texto tinha que colocar. E minhas colegas falavam:

- Dorinha, deixa de ser boba! Cola! Todo mundo aqui cola.
- Eu não sei colar gente, eu morro de medo de colar.
- Deixa de ser boba.

Aí, eu descobri isso. Tinha o livro de Moral e Cívica, aí falei: “Ah, é assim?” Com muito medo, puxava o livro debaixo da carteira e copiava as respostas igualzinho ao texto que estava no livro. Daí, comecei a tirar 9,5, às vezes, 8,5: “Ah, então ela não quer saber se a gente sabe, não? Tem que responder de acordo com o livro”. Tinha que decorar. E eu não decorava! Para decorar, eu tinha que associar as coisas, por exemplo, uma data a um fato da minha família. Eu não decorava fácil, tinha muita dificuldade. Até hoje, quando vou aprender uma música, eu demoro. Aprendo o tom dela, mas não consigo cantar sozinha, tenho que olhar a letra. Eu entendo fácil, para escrever com as minhas palavras eu escrevia que era uma maravilha, só que a professora não aceitava, tinha que ser igualzinho ao livro. Alguns professores até davam um questionário com algumas perguntas, a gente respondia, eles corrigiam e mandavam estudar em casa aquele questionário para a prova. Aí, tinha que decorar e como é que Dorinha decora? Era difícil para eu estudar por causa disso, nunca fui de decorar as coisas. Hoje, é diferente, né? Pede mais o intelecto do aluno, ele tem que refletir para responder e tem que ser assim, uai! Mas são coisas que a gente não esquece, né? Essa da cola de Moral e Cívica e esse zero que tomei na prova no Dom Silvério (risos). Era muito difícil.

Outra coisa: tinha um professor de Matemática no Colégio Providência que era muito rigoroso, Manoel Brenner. E uma colega nossa ficou grávida e eles mandaram ela para casa. Enquanto não casasse, ela não podia estudar, olha para você ver. Aí, a menina foi para casa e o que a gente fazia? Pegava os cadernos dela, trazia para a aula e, nas folgas, ia copiando o conteúdo. Eu estudava de manhã e, à tarde, ia lá para a casa dela, para estudar com ela. Quando ela já estava nos dias de ganhar o neném, ela ia fazer uma prova de Matemática e, ao invés de ir ao colégio fazer a prova, ela foi ao hospital ganhar o neném. E nós fomos falar com o professor: “Ah, Manoel, você vai repetir a prova para ela. Nós estamos estudando com ela, você vai repetir a prova”. Aí, ele repetiu, sabe? Ela fez a prova e conseguiu. Há um tempo atrás, nós nos encontramos e ela falou comigo: “Dorinha, eu devo isso a você, porque, se você e as colegas não tivessem conversado com ele e eu não fizesse essa prova, depois que eu ganhasse menino

eu não ia estudar”. Depois, ela fez faculdade. Então, as irmãs eram muito rigorosas. Depois, ela se casou e aí pôde frequentar as aulas. Então, tinha essas coisas de professores muito rigorosos.

Depois que me formei em Mariana, eu vim para cá e comecei a trabalhar aqui. E foi direto aqui até aposentar. E daí eu não pude mais estudar, porque me formei com 22 anos no ano de 1973 e, em 1974, eu comecei a trabalhar aqui em Diogo de Vasconcelos.

Eu tenho uma parente, a dona Maria do Carmo Brigolini Sampaio, que é prima do meu pai e me chamou. Naquele tempo, aqui só tinha professora leiga, aí eu vim para Diogo, porque eles estavam querendo mudar o quadro de professor e colocar professora formada, né? Eu vim e fiquei trabalhando desde 1974. Eu me casei aqui e constituí família, morei muitos anos com minha sogra, ela já faleceu. Essa casa aqui é de herança. E, depois que comecei a trabalhar, não tive chance de continuar os estudos. Se eu tivesse continuado, eu ia fazer Matemática. Tanto que lá em Mariana, eu procurei para ver se tinha vaga na faculdade para fazer Ciências Exatas, mas não tinha aluno suficiente para preencher uma turma. Eu já tinha 21 anos e falei com meu pai: “Não vou ficar em casa com diploma na mão e sem trabalhar”. Vim para trabalhar em Diogo e fiquei.

Dona Nitinha deve ter contado a você que antigamente era escola de menino e menina separado, não tinha isso? Ela te falou? Eu já não peguei isso. Mas não tinha prédio escolar, igual tem lá embaixo. Lá em cima, onde é a Padaria Diogo, havia uma casa que era a escola. Lá onde é a biblioteca pública também era um casarão de escola e, em frente à igreja, tem alguns casarões que eram salas de aula. Na minha casa aqui teve sala de aula, mas não foi no meu tempo. Do meu tempo para cá, acontecia nesses lugares, com salas muito apertadas. A sala era pequena e as carteiras eram aquelas grandes de madeira, onde sentavam 3 meninos na carteira.

Os meninos aqui não tinham o Pré-escolar, então eles sabiam tudo de roça, sabiam mexer com foice, com machado e com enxada, menos com lápis. A mão era dura. Para poder ensinar as primeiras letras, a gente dava aqueles palitinhos para eles pinçarem para treinar a coordenação motora, para ver se aprendiam e conseguiam fazer os traçados, escrever as letras. Eles estavam com o lápis na mão e a gente tinha que pegar por cima da mão do aluno para fazer os traçados e fazia isso, porque eles não tinham passado pelo Pré-escolar. De janeiro a março, tinha que preparar o menino para poder aprender as letras e, de abril para frente, que ia estudar na cartilha. Naquele tempo, não tinha quase nada. No primeiro ano em que trabalhei, não tinha nem mimeógrafo. A gente dava as provas no caderno, aí o menino tinha que copiar as provas do quadro. Agora, você imagina 1º ano copiando prova no quadro, era difícil, demorava mais tempo para copiar do que para fazer. E outra coisa também: quando ia corrigir, tinha que fazer

primeiro a correção do texto que foi copiado para depois corrigir a prova. Era muito complicado.

No primeiro ano, eu fiquei em uma sala mais ou menos, mas depois, no outro ano, eu dei aula em uma sala que ficava no meio da casa. Então, o menino da outra turma, para ir ao banheiro, passava pela minha turma. Eu lá dando aula e sempre passava algum menino batendo na cabeça do outro. Ah, era um sacrifício, menina. Depois, teve outra salinha que era por cima do banheiro. Era um banheiro masculino e um feminino e a casa era de assoalho, cheia de greta¹⁶, isso foi quando fiquei grávida. Aí, a gente estava lá em cima e dava aquele mau cheiro, porque menino faz bagunça, né? Ah, minha filha, eu passava mal, ficava querendo vomitar na sala. Dava aula passando mal, foi muito complicado.

A merenda vinha do estado e eles mandavam carne seca. Agora você, veja bem, onde na nossa região que o pessoal está acostumado com carne seca? Nossa, ninguém gostava. Ninguém queria comer. O que eles mais comiam era um mingau, porque vinha leite em pó e fubá. As serventes eram muito caprichosas e faziam o mingau de fubá com leite, punha uma canela ou uma coisinha assim para a gente tomar. Ou então fazia o leite caramelado, que eles falavam muito. O que vinha para fazer de comida era macarrão, feijão, arroz, óleo, sal e carne seca, sabe? Não tinha esse negócio de fazer compra, não. Às vezes, a gente fazia campanha na escola para os meninos trazerem chuchu, mandioca, essas coisas para poder colocar na merenda, porque a merenda era muito fraca e os menininhos, “tadinho”¹⁷, vinham lá da roça, a maioria vinha da zona rural. Nosso município é essencialmente rural, aqui dentro é pouco. A zona maior é a rural, a urbana é muito pequena. Agora é que expandiu muito. Tem o bairro lá embaixo, mas antes não. Havia umas 800 casas só, se tivesse essa quantidade... Era pouca gente aqui na cidade. Aí, era desse jeito.

Os meninos chegavam cansados para as aulas, pois trabalhavam na roça. Eles estudavam com a luz de lamparina. Lembro que alguns chegavam com a pontinha do nariz pretinha, queimada com o fogo da lamparina. Lá em casa também era assim, melhorou um pouquinho quando meu pai fez uma ligação no moinho para gerar luz, era bem fraquinha, mas era melhor do que a lamparina. Então, era assim...

Eu dei aula para alguns meninos que vinham lá da Boa Vista, da zona rural, acho que são 7 quilômetros para vir para a escola. A mãe deles tinha problema de cabeça e, em alguns dias, ela cismava em vir com eles. E daí, no meio do caminho, eles tinham que voltar, não

¹⁶ Essa expressão se refere à abertura, fenda, fissura.

¹⁷ Coitadinho.

podiam vir. O que eu fazia? Eu combinei com eles: “Ó, vamos fazer o seguinte: uma semana a Maria do Carmo vem e, na outra semana, o José Delfim vem. Vão trocando. Aí, chegando em casa, vocês fazem as tarefas. Estuda e depois vem para a escola. Na semana de prova, vêm os dois”. Fazia isso e abonava falta para eles, por quê? Era zona rural e, no dia em que chovia, meu Deus, eles chegavam molhadinhos. Era muito penoso para poder vir para a aula e eles eram felizes, né? Porque vinha para a escola, tinha merenda, às vezes, em casa não tinha as coisas.

Eu trabalhei mais com alfabetização, trabalhava sempre com 1º e 2º ano. Por duas vezes, eu levei uma turma do 1º ao 4º ano. Essas turmas deixaram saudade (risos). Os meninos ficaram apegados a mim e, quando eles vêm em Diogo de Vasconcelos, pois muitos estão fora, eles me procuram, vêm aqui em casa, encontram comigo na rua e param para conversar. Eu tenho alunos que são médicos em Belo Horizonte, tem um que é capitão na polícia em Belo Horizonte. Tenho muitos alunos que já são avós e é muito bom.

Eu trabalhei toda a vida em uma escola só. Eu não cheguei a trabalhar na zona rural, não. Trabalhei só aqui dentro. A maioria dos alunos passavam pelas minhas mãos, porque eu pegava mais o 1º ano e sempre eu gostei das crianças menores. Eles tinham mais carinho com a gente. Hoje em dia, eu acho que nem se me pagar 5.000, 10.000 reais eu vou dar aula. Eu não consigo dar aula mais do jeito que o pessoal está agora, porque, quando eu trabalhei, tinha um respeito. Os pais falavam: “Ó, é seu filho, se precisar de bater, se precisar de castigar, a senhora pode castigar”. Hoje em dia, como você faz isso? Está difícil!

Eu aprendi e ensinei para os meus alunos a tabuada cantando ela, porque você fala e escuta. Aí, você grava. Na casa da minha avó, perto dessa escola onde estudei em Belo Horizonte, tinha um pé de manga grandão e tinha uma gangorra. Eu sentava na gangorra e ficava para lá e para cá, $2 \times 2 = 4$, $2 \times 3 = 6$, $2 \times 4 = 8$, cantando assim. Aí, aprendi. Minha tia tomava tabuada e eu sabia ela todinha. Decorei mesmo, sabe? Mas é isso aí, o ensino no meu tempo, igual falei, não tinha nem mimeógrafo, depois que arrumaram um. A gente preparava aquela matriz bonitinha para alguém ir rodar, mas, às vezes, a pessoa errava a mão no álcool e borrava a prova toda! Ai, meu Deus do céu, que tristeza! Eu comprava até estêncil colorido para fazer imagem. O estado não dava material, a gente tinha que comprar.

Eu ensinava muito cantado e uma diretora, a Maria Auxiliadora de Aguiar, de Ponte Nova¹⁸, foi nossa diretora aqui uns 4 anos e falou: “Dorinha, para de cantar”. Eu dava aula para o 1º ano e fazia assim: B-A, ba. B-E, be. E ensinava no quadro os meninos, mostrando com a

¹⁸ A cidade de Ponte Nova possui uma população de aproximadamente 60 mil habitantes. Está localizada na região da Zona da Mata Mineira, a uma distância de 180 quilômetros da capital.

varinha. B-I, bi. B-A, ba. B-O, bo. Bi. Ba. Bo. Cantava para os meninos poderem aprender. Hoje, não faz isso mais. Os meninos vão catando um pedacinho para cá, outro para lá e pronto, eles têm que entender. Quando a gente cantava, parece que eles aprendiam mais. Eu achava isso. Hoje, tem a tecnologia, a visão do pessoal é outra, mas, do jeito que a gente ensinava, parece que os meninos se interessavam mais, praticavam mais, aprendiam mais rápido. No meu tempo, era muito mais conteúdo do que prática. Hoje, eu vejo minhas netas, eles trabalham muito com “aprende a fazer, fazendo”, praticam mais para poder aprender o conteúdo. Aí, é mais difícil, é complicado, quem leva a sério aprende, quem não leva, não consegue.

Agora eu acho que é muito diferente, mas, no meu tempo, se você pedia aos meninos da zona rural uma revista, cadê? Não tinha. Quando sobravam folhas de cadernos, eles traziam para mim e o que eu fazia? Eu arrancava as folhas e costurava na máquina, fazia um caderninho para eles, porque muitos não tinham caderno. Eu juntava pedacinho de lápis, guardava, porque, quando não tinha lápis, eu dava. Era muito pobre.

Eu trabalhava muito com cartazes, pregava na parede. Fazia pesquisas, por exemplo, se estava estudando sobre a água, ia lá na caixa d'água com os meninos, fazia excursões. Eu nunca fiquei parado. Eu ia atrás das coisas, pesquisava. Várias coisas, eu conseguia através de pesquisa; hoje em dia, é mais fácil encontrar as informações via *internet*, no meu tempo não tinha nada disso.

No estudo atual, eu não concordo é com a promoção automática. Não acho legal. Quando trabalhei, tinha o CBA1, CBA2, Ciclo Básico de Alfabetização. Aí, eu gostava, porque eu trabalhava no 1º ano e, se não dava tempo de dar tudo, ficava para o 2º também. Aí, o menino já ia para o 3º ano lendo e tudo. Eu tinha 2 anos para ensinar. Tem um menino em Mariana, que a avó dele estava comentando comigo, ele está no 6º ano e não é alfabetizado. Pelo amor de Deus, uai. Essa promoção automática não tem graça, não. Eu tive um aluno que era bom em matemática, mas não aprendia português de jeito nenhum. No fim do ano: “Ai, meu Deus, será que vou dar bomba nele? Ah, não. Vou deixar ele passar”. Aí, passei. Falei com a diretora:

- Se no ano que vem, a senhora me der o 2º ano, eu vou passar esse menino, pois aí eu vou ficar com ele no ano que vem também.
- Pode ficar. Pode continuar com a turma.

Aí, eu passei ele. Durante as férias do final do ano, ele teve uma dor de cabeça muito forte e ficou até internado. Fez uns exames, tomou remédio e, quando começou a aula no outro ano, parecia que tinha virado o menino ao avesso. Ele aprendeu assim ó e se eu tivesse dado bomba nele? Eu ia ficar com a consciência pesada. E ele aprendeu e foi embora, sem bomba,

sem nada. Então, era isso, segurava o aluno quando precisava, né? E, por isso, acho que o CBA valeu muito. Agora, para o resto da vida, não. O menino passa em tudo, não leva a sério, não faz as coisas direito: “Ah, vou passar mesmo”.

Em Ciências, por exemplo, no 3º ou 4º ano, não sei, quando ia estudar sobre o corpo humano ou os animais, como meu marido matava boi, eu falava com ele: “Ó, o dia em que você for matar boi, você me fala”. Daí, levava os meninos para ver as partes do boi, ver o intestino, o estômago, a língua, o coração, sabe? Uma vez, um menino da zona rural levou uma galinha, a servente depenou lá, abriu, tirou tudo lá de dentro para eu poder mostrar as partes da galinha aos alunos. Na época, acho que coloquei um líquido para não feder, aí abri para secar e poder estudarmos. Era bom, os meninos aprendiam que era uma maravilha, pois podiam pegar e ver. Fiz muito isso.

Na Matemática, eu usava palito, tampinha, pedrinha para poder contar. Colocava na mesa para eles contarem. Fazia aquele quadro valor do lugar, que falava antigamente, representando a unidade, dezena e centena. Agora, não sei como fala. Eu costurava na máquina para os meninos, fazia tudo pregadinho, com uns bolsinhos e pedia para eles trazerem palito de fósforo, sabe? Na minha turma, era uns 30 alunos, não tinha isso de sala vazia. Era sala cheia. Colocava lá na lousa o Quadro Valor de Lugar (QVL)¹⁹ e os meninos iam lá agrupar aquele montinho, passava para lá e para cá, aquele negócio todo. Eu não tinha dificuldade para ensinar. Ensinava o “vai um”, o tomar emprestado, que a gente falava, aquele tomar emprestado que a gente nunca pagava, né? (risos). Tinha esse modo de trabalhar. Aprendi isso na didática de Português, Matemática. Aprendi a fazer figurinhas com lixa atrás usando o flanelógrafo²⁰. Fui desse tempo do flanelógrafo. Hoje, você vê tudo em computador, tudo mastigado, a gente não, trabalhava com aquilo.... Era muito bom!

Eu acho que os meninos manuseavam mais o material tanto para aprender, quanto para interessar. A letra das crianças era muito mais bonita, tinham uma letra bem feitinha; hoje, o pessoal não copia quase nada, não é? A gente passava tudo no quadro, a lição de Geografia, História e as crianças copiavam tudo. Para estudar para a prova, eu dava um questionário para

¹⁹ O Quadro Valor de Lugar (QVL) é um instrumento, geralmente, utilizado nos anos iniciais do Ensino Fundamental para o ensino e a aprendizagem do sistema de numeração decimal. Trata-se de um quadro posicional, que auxilia em alguns processos, como: contagem; introdução aos conceitos de unidade, dezena e centena; apresentação das primeiras ordens e classes do sistema de numeração decimal; formação dos números; operações matemáticas. É um material concreto utilizado há muitos anos, inclusive no período em que as professoras se formaram e atuaram, se estendendo até os dias atuais.

²⁰ O flanelógrafo é um quadro revestido por flanela ou feltro, usado como recurso didático para exibir algo por meio de fixação dos objetos, muito usado por professores(as) em suas aulas para a contação de histórias. Mais informações disponíveis sobre o uso de Flanelógrafo em: <https://www.cpt.com.br/cursos-educacao-infantil/artigos/flanelografo-importante-recurso-didatico-na-educacao-infantil>. Acesso em: 01 nov. 2019.

eles responderem e observarem o mais importante que tinham que saber. Trabalhei muito assim no quadro com eles e eles escreviam muito. Hoje, eu vejo por meio da minha neta, ela tem 7 anos e, quando vai fazer o dever, na hora da resposta: “Vó, é tanto”. Daí, ela coloca: “Resposta: 6”. Na época em que estudei, tinha que responder conforme perguntava, colocar a resposta completa: “Resposta: João vendeu 6 laranjas”. Era desse jeito e era bom. Eu gostava de trabalhar. Toda a vida, eu gostei de trabalhar.

Muitos pais pediam para que eu pegasse o 1º ano, pois eles sabiam que eu gostava de menino pequeno. A gente ensaiava quadrilha, ensaiava tudo. E outra coisa que eu reparo que não tem mais são as datas cívicas. Nós éramos em 6 turmas, aí, por exemplo, no mês de abril dividia: “Vou falar sobre Tiradentes”, “Ah, eu vou falar sobre o dia da árvore”, “Eu sobre o dia do livro”, “Eu sobre o índio”, “Eu escolhi o descobrimento do Brasil”. Todo mês, cada professor escolhia um tema para não ficar repetido. Cada um escolhia poesia, jogral, canto daquela data ali e ensaiava os meninos. Na última sexta-feira do mês, tinha a apresentação daquelas datas do mês todo. Depois, nós passamos a fazer bimestral, porque, às vezes, faltava tempo para ensaiar.

A catequese era dada na escola, tinha a Primeira Comunhão na escola. A gente preparava os alunos. A minha filha foi preparada na escola. Tinha o Ensino Religioso, agora é Filosofia. Não é mais a doutrina, né? Fala bem mais superficial agora. E a escola acompanhava também as datas da igreja. No mês de maio, fazia a coroação de Maria. Tinha as celebrações da Semana Santa. A gente aproveitava o período da Páscoa e fazia a Primeira Eucaristia dos meninos. Nossa, tinha muita coisa de igreja, os que já tinham feito levava para confessarem na época da Quaresma. Eles faziam a Primeira Comunhão com 7 anos, ou seja, quando estavam no 1º ano primário. Tinha também a missa da Páscoa na escola. A escola inteira ia, os meninos comungavam e era aquela coisa muito organizadinha. Era muito bom. Eu acho. Depois, a igreja mudou o ensino da catequese, deixando para a igreja e para os pais. A escola tirou o dela fora, antes a escola contribuía nisso. Agora, é mais a formação do cidadão, o respeito, a obediência, os valores, tudo na Filosofia, né?

Eu também trabalhei na prefeitura, na secretaria de educação, não era com aulas, não, mas fazendo a escrituração de documentos das escolas, era como uma auxiliar de secretaria. Trabalhei também como diretora de escola da zona rural, sabe? Mas não gostei de ser diretora. Não gosto de mandar nos outros. Passar de professora a diretora é muito ruim. Eu sou sua colega de trabalho hoje, ano que vem sou sua superiora. Ah, não, eu não tenho experiência boa e tinha dificuldade para chamar atenção, para observar as coisas. Trabalhei durante 1 ano na direção, na zona rural eu gostei mais, porque o pessoal de lá aceitava mais, eu ia com ideias novas e eles

aceitavam; e, na época, não tinha supervisora, não tinha nada disso. Aqui na cidade, as professoras eram meio “nariz em pé”. A dona Nitinha era vice-diretora e me ajudou demais a fazer plano, sabe? No Magistério, a gente aprende o conteúdo, mas a prática é muito diferente. E, para poder trabalhar, é muito complicado.

Durante um tempo, em 2005 e 2006, eu trabalhei com a questão patrimonial e adorei. Nós fundamos o Conselho de Patrimônio Cultural que está dentro da Secretaria de Educação, Cultura e Lazer. Então, era Patrimônio Histórico, Educação, Cultura e Lazer tudo junto. E eu trabalhava na parte de Patrimônio, mas pela Secretaria de Educação. Não tinha um cargo separado, eu era da educação e fiz esse trabalho. Essa casa onde eu moro, se eu quiser reformar, posso mexer só da fachada para dentro. Na fachada, eu não posso mexer, porque ela tem um registro no patrimônio. Eu não tenho vontade de mexer, acho muito bonita essa janela grande.

O prefeito, na ocasião, falava: “Não sei para que isso! Que bobagem é essa? Palhaçada!” Ele não ligava para isso, mas, quando ele viu entrando o ICMS Cultural²¹, aí ele interessou. Teve outro prefeito que também demorou para poder começar essa parte de patrimônio. Eles podiam ter feito uma coisa de não deixar, né? A primeira vez que nós fizemos, 2005, tivemos uma pontuação boa no IPHAN²². Foi bom. Outra vez, tivemos que recorrer, porque eles não aceitaram uma coisa e tivemos que recorrer às pressas. Fizemos e conseguimos. Ah, eu gostava muito de trabalhar nesse setor. Nossa, mãe, foi bom demais! Mas, tem muitas fazendas aqui que já derrubaram, não está continuando. Depois que eu me aposentei, as pessoas que trabalharam lá, vinham aqui atrás de mim para eu ajudar e, às vezes, eu saía com elas para ajudar.

Eu andei muito na zona rural, eu não conhecia nada na zona rural. Fui às fazendas, fiz inventário de todas. Algumas já desmancharam, aqui tem muita fazenda antiga. Fizemos aqueles croquis, as fichas de identificação da fazenda, o histórico. Você já foi em Miguel Rodrigues? É um povoado que pertence a Diogo de Vasconcelos. Lá tem uma igreja e, dentro da igreja, tem um crânio. Eles acharam um crânio e pensavam que era de um tal de Miguel Rodrigues e aí ficou com esse nome, por causa desse fato. Fui parar lá em Barro Branco²³ à noite, na casa de um senhor que ajudou na construção da igreja. Eu gostei demais. Rodava as fazendas todas. Andei demais, mas foi bom. No patrimônio, a gente aprende muita coisa que existe no município.

²¹ Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

²² Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

²³ Barro Branco é um subdistrito de Mariana/MG.

Eu trabalhei também na questão de tombamento. O paisagístico foi uma pedreira e o moinho que tem aqui perto da casa da dona Nitinha. Outro tombamento foi de imóvel, de um casarão da banda que acho que era de 1946. A casa era de uma das bandas de música, aqui é terra de músico. Só que a banda de música está largada. Outro registro foi dos instrumentos antigos dessa banda, os bens móveis. Muitos foram doados, mas tem um arquivo imenso lá na prefeitura, guardado. Aí, nós fizemos esses 3 tombamentos, depois disso acho que não fez mais nenhum.

Eu me aposentei em 1998 pelo estado, ainda aposentei com 25 anos de trabalho, por aquela lei antiga²⁴, sabe? Já fizeram 24 anos que aposentei. Mas continuei até 2006 na prefeitura. De 1998 a 2004, durante 6 anos trabalhei com as escolas. E, entre 2005 e 2006, eu trabalhei em patrimônio. Nós chegamos a trabalhar essa questão de patrimônio nas escolas. A gente fazia desfile de 7 de setembro com as principais fazendas. Fazia um retrato das fazendas e as histórias antigas. Como o turismo em nosso município é mais religioso, os alunos também se vestiram de padres daqui. Trabalhei muito com isso aí. Nossa Senhora, era bom!

E eu me espelhei nas professoras que tive para ser professora. Vou te falar que escolhi ser professora, porque era a única profissão que tinha vaga para trabalhar. Eu não ia ser professora, eu comecei a fazer um curso de datilografia, porque eu ia empregar em um escritório de contabilidade. Só que o cara prometeu ao papai e não deu nada, sabe? No meu tempo, todo mundo formava para professora e depois você fazia outros cursos se você tivesse condições. Pelo menos você já estava formada e podia dar aula. Muitas colegas pararam no Magistério assim como eu, por quê? Porque ali já dava base para você dar aula. E, aí, a gente ia trabalhar e se sustentar. Então, eu escolhi por causa disso, mas também eu notava que toda a vida eu gostei. A minha filha, essa que é professora, ela queria fazer Medicina, mas falei para ela: “Olha, Cássia, eu não consigo te dar o curso de Medicina. Vou te dar um de professora, você trabalha, vai estudando e depois se mantém para você poder fazer o resto, porque eu não tenho condições”. Até hoje ela é professora. E é boa professora. Eu fico boba com a criatividade dela. Ela fez Pedagogia e mais um punhado de curso. Ela participa de vários seminários no Colégio Providência. Ela é muito querida lá. Ela dá aula nesse colégio e minhas duas netas estudam lá.



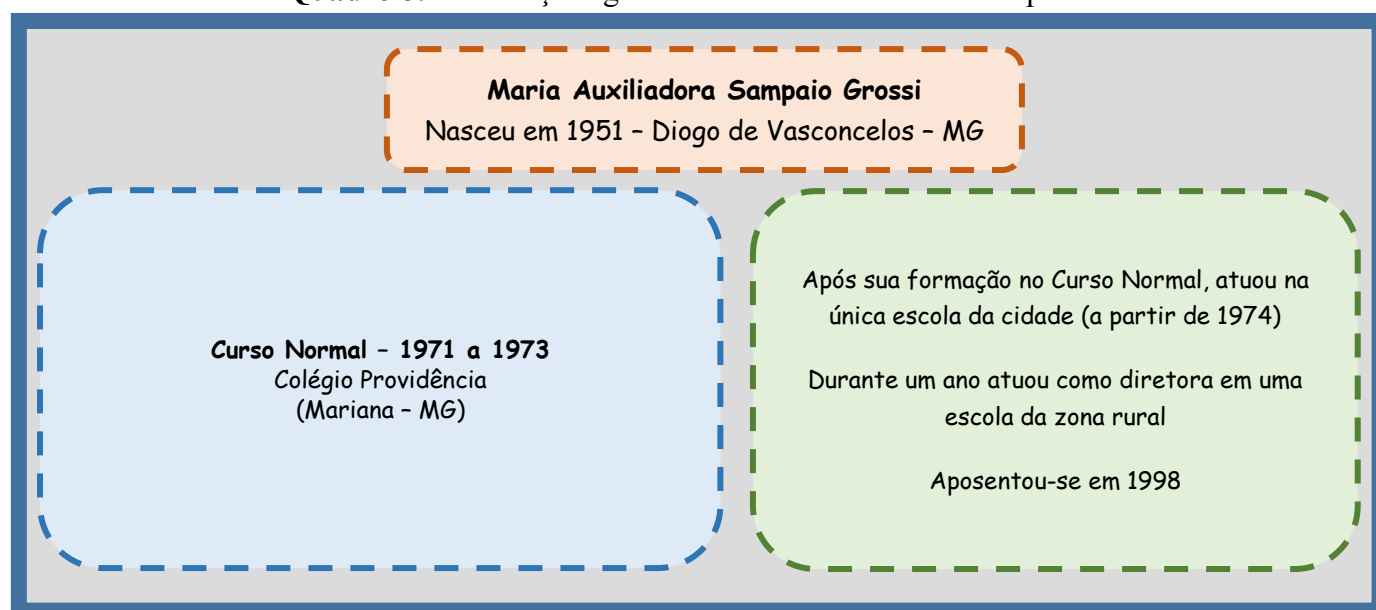
Figura 30: QR-Code
Fonte: gerado pelas autoras

²⁴ A Emenda Constitucional n. 18/1981, dispõe sobre a aposentadoria especial para os professores, passando a vigorar: “a aposentadoria para o professor após 30 anos e, para a professora, após 25 anos de efetivo exercício em funções de magistério, com salário integral”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc18-81.htm. Acesso em: 29 out. 2019.

Na época, o Magistério era o curso das mulheres. Mulher fazia curso para ser professora e homem ia fazer Contabilidade. Papai teve esse cuidado. Nós somos 10 irmãos e todos papai quis estudar. O Geraldo e o Felipe, meus irmãos, acho que pararam no 6º ou 7º ano e Sampaio acho parou no 7º também, mas depois fez EJA – Educação de Jovens e Adultos – e terminou. Os outros formaram em Contabilidade. Todas as 4 mulheres são professoras. Mas quem exerceu, apenas eu e Regina, ela tem uma escolinha em Ouro Preto, Ciranda Cirandinha. Antigamente, estudava desse jeito: a mulher era professora e o homem era na contabilidade, trabalhar em escritório, né?

E, aí, mais alguma coisa? Chega, né? Já falei demais (risos). Vou fazer um cafezinho para nós. Boto a água quente ali, é rapidinho e é café torrado em casa.

Quadro 8: Informações gerais de Maria Auxiliadora Sampaio Grossi



Fonte: elaborado com base na textualização

2.7. No meio do caminho, haveria uma surpresa

Alguns dias após a entrevista com Maria Gomes e Maria Auxiliadora, eu apresentaria o primeiro Seminário Obrigatório do doutorado no dia 28 de maio. Como precisava organizar algumas ideias em relação à pesquisa, aquele seria um momento bastante importante. Não sabia, porém, o que aquele dia reservava. Na apresentação, falei sobre os aspectos gerais da pesquisa, os caminhos que havia realizado até o momento e sinalizei também que Ouro Preto era a única cidade em que estava com dificuldades para encontrar alguém para me auxiliar ou uma professora para entrevistar.

Após algumas considerações, o professor Roger Miarka¹ comentou sobre um amigo da cidade de Ouro Preto, Geraldo, cuja tia era professora de Matemática e se prontificou a entrar em contato com ele. No dia seguinte, Roger informou que conversou com Geraldo e que este comentou com sua tia sobre a pesquisa. Como ela se dispôs a ajudar, ele encaminhou seu contato para que eu pudesse ligar e conversar com ela diretamente. E, novamente, por meio dessas redes de contato, surgiu o nome de Maria da Conceição Silva, conhecida como Kotinha.

Entrei em contato com ela para conversar, saber mais sobre sua formação e verificar se atenderia aos critérios da pesquisa. Combinei que ligaria novamente para agendar uma entrevista, a qual só veio a acontecer no dia 08 de outubro de 2019.

No caminho de ida a Ouro Preto, meu sentimento era de gratidão por estar finalizando a etapa árdua da produção de dados da pesquisa. O contato com Maria da Conceição e sua recepção foram bastante agradáveis. Ela me recebeu em sua residência e, durante um longo tempo, conversamos sobre sua trajetória de vida. Lá, conheci também seu trabalho de bordado e artesanato.

¹ Roger Miarka é professor da Unesp – *campus* Rio Claro, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática, com interesse nas seguintes temáticas: Filosofia da Educação Matemática, Etnomatemática e Epistemologia do Conhecimento.

Maria da Conceição Silva



Figura 31: Professora Maria da Conceição
Fonte: arquivo pessoal de Maria da Conceição

Eu vou me apresentar a você, como me apresentava aos meus alunos. Meu nome é Kotinha e meu apelido é Maria da Conceição Silva, porque apelido é algo muito íntimo. Ninguém sabe meu nome e tem hora que até eu esqueço. Uma vez, eu fui paraninfa de uma turma e, durante a cerimônia, estavam me chamando para compor a mesa: “Maria da Conceição Silva”. E, aí, os colegas falaram: “É você”. Então, Maria da Conceição Silva, mas Kotinha para todo mundo, carinhosamente.

Foi o apelido da minha avó paterna, porque eu nasci muito pequenininha...

Eu nasci no dia 21 de fevereiro de 1946, em uma fazenda na zona rural ainda na época de parteiras. Sou a sétima de uma família com 8 filhos, sendo que hoje somos apenas 3. Essa fazenda pertence a Ouro Preto¹, trata-se de um subdistrito conhecido como Fazenda Bandeira².

Minha infância foi maravilhosa. As brincadeiras daquela época era jogar malha ou finco, gangorrear nas árvores de frutas, o nosso quintal era cheio delas. Batia peteca, confeccionada por nós com palha de milho; mais tarde, eu cheguei a fabricar com os meus alunos. Fazia os papagaios ou pipas, em cada região são chamados de uma maneira. Na aula de Geometria, eu fiz com os meus



Figura 32: QR-Code
Fonte: gerado pelas autoras

¹ Ouro Preto possui aproximadamente 70 mil habitantes e está a 96 quilômetros de distância da capital.

² O *Quick Response Code* (QR-Code) refere-se a uma evolução do código de barras que pode ser lido pela câmera do seu *smartphone* usando um aplicativo. Para fazer a leitura do QR-Code em seu *smartphone*, caso ainda não tenha o leitor de QR-Code você deverá baixá-lo na loja de aplicativos de seu celular (por exemplo, Leitor QR, Kaspersky QR Scanner ou Barcode Scanner). Ao acessar o aplicativo de leitura do QR-Code, direcione a câmera para o código de barras presente ao longo da tese, e, automaticamente, será disponibilizado o acesso ao material. Nesta tese, eles serão utilizados para acessar outros tipos de materialidades que não são possíveis de serem reproduzidos em um texto escrito. Caso tenha dificuldade para fazer a leitura do QR-Code, você poderá clicar em cima do QR-Code e, automaticamente, também será encaminhado a um *link* que possibilita acessar o material.

alunos também. Nessa época de criança, nós produzíamos esses brinquedos e nem sabia para quê, era só para brincar. Foi uma infância que tenho muita recordação boa.

Meu pai tinha uma vaca que, a cada 2 anos, só criava gêmeos, e coincidia com o período de férias. Nós íamos com ele buscar a vaca no pasto e o nome dela era Espanha. Isso acontecia sempre no mês de junho ou julho e, nessa época, tem o cipó de São João, você conhece? A gente enfeitava ela todinha e os 2 bezerrinhos com cipó de São João. Acho que foram uns 4 ou 5 gêmeos. Tudo isso para nós era diversão. Quando chegávamos à cidade e contávamos aos colegas, eles ficavam de boca aberta. Não sabiam de nada, nunca tinham tido contato com isso.

Eu ajudava minha mãe na cozinha, ela fazia queijos muito gostosos. Havia o engenho da rapadura, que a gente precisava ficar longe por causa do tacho com o melado que era muito grande e quente. Mas nós estávamos sempre ali observando e ganhando um puxãozinho de orelha para ficar longe, sabe?

Meu pai era político, ele foi vereador, era o líder lá da região. E era também juiz de paz³, então havia aquela convivência de sempre ter muita gente lá em casa. Para as pessoas emitirem o título de eleitor, era preciso fazer um requerimento. Eu estava com 7 anos e já preenchia esse documento, pois tinha um modelo. Meu pai falava: “Senta aqui e vai fazer os requerimentos. Na hora em que as pessoas chegarem, elas só vão assinar”. Fazia várias folhas. Não existia xerox, então nós crescemos naquele meio político, sabe? No fim de semana, chegavam os políticos e havia aqueles banquetes. Como não existia telefone, eles mandavam um porta-voz para avisar. Minha infância foi muito boa, mas havia algumas palmadinhas. Hoje implicam, porém eu falo que ninguém ficou com trauma.

A infância foi dessa maneira, com muita fartura, sabe, Iara? Em fazenda é assim: dinheiro não tem, mas fartura tem muita... Os queijos, as linguiças, os doces, as roscas deliciosas eram todos feitos em casa. Todo sábado, um rapaz que trabalhava lá colocava fogo naquele forno imenso logo cedo. Minha mãe ia fazer os biscoitos de polvilho, a rosca (hoje chamam de rosca rainha), o cubu (que é o fubá enrolado na folha de bananeira) e as brevidades. Como a brevidade não usa as claras, nós tínhamos que batê-las à mão para fazer o suspiro, não existia batedeira. Nosso sábado era desse jeito, não existia padaria, não tinha onde buscar. Muita gente

³ A origem do ofício ocorreu na Inglaterra em 1195, conhecido como “cavaleiros da paz”. Em 1361, os juizes do trabalho foram incluídos como mantenedores da paz, originando o termo “juizes de paz”; no geral, eram leigos e sem qualificação legal. A Constituição do Império (1824), previa a função de juiz de paz por meio de eleição, tratando-se de uma “magistratura popular, honorária, leiga”. A Justiça de Paz foi regulamentada no Brasil em 1827. Na Constituição de 1988, surgiu a Justiça de Paz remunerada, de caráter eletivo, com competência para habilitação e celebração de casamentos, bem como executar atribuições conciliatórias (CNJ, 2008).

trabalhava e passava lá em casa, então minha mãe falava: “Tem que ter quitanda”. Em uma emergência, ela fazia bolinho de chuva, que era famoso.

Nós participávamos de tudo. Não existia falar “Ah, é criança e não vai fazer”. Ela separava aquela quantidade de tabuleiros e nós tínhamos que entregá-los lavados e arrumadinhos. No quintal, tinha muita fruta e, constantemente, havia as vasilhas de doce e não tinha geladeira, né? Era doce de figo, de pêsego, de mamão, de cidra (curtida, cristalizada ou ralada), além do doce de leite feito em tacho de cobre. Ela fazia requeijão e recebia as encomendas. O dinheiro que entrava era de leite e dessas coisas que se produziam. Matava porco para levar para a cidade. Naquela época, carregava tudo no lombo do burro e o pessoal da cidade não sabia o que era ter carne fresca. E todo mundo era muito saudável. Minha mãe faleceu com 81 anos, não tinha problema nenhum. Ela era muito bonita, muito calma, tinha uma pele linda. Teve todos os filhos na roça. Meu pai morreu novo, deu infarto. Ele ficou diabético e era muito duro em fazer a dieta. Nós descobrimos que ele atacava o armário de madrugada, ele virou um “assaltante noturno”. Aí, não podia ter nada que ele não pudesse comer.

A minha alfabetização aconteceu primeiro em casa. Na escola, fui alfabetizada naquela cartilha do va-ve, vi-ú-va⁴. Eu não tinha nenhuma dificuldade de leitura e existia muita cobrança para ler alto. Meus pais incentivavam e cobravam. Minha mãe gostava muito de ler, pois o pai dela era professor lá na região de Rio Espera⁵, em Lamim⁶. Ele era conhecido como “professor Sidnei da Fazenda da Ponte” e estudou no Caraça⁷. Ela tinha aqueles livros e dicionários antigos dele e foi alfabetizada por ele. Hoje, os pais mostram que o filho sabe mexer na *internet*, mas, naquela época, quando chegava uma visita, os pais mostravam que uma menina de 7 anos sabia ler bonito: “Ela vai ler para vocês”.

Lá na roça, existia uma escola da prefeitura chamada Escola Singular⁸, mas eu falava: “Ô, gente, deveria ser Escola Plural, porque eram todas as séries juntas”. A professora levava

⁴ Refere-se à “Cartilha da Infância”. Uma cartilha de alfabetização, baseada na silabação, lançada por Thomaz Galhardo na década de 1880 e usada nas escolas brasileiras até a década de 1980 (SCHEFFER *et al.*, 2007).

⁵ A cidade mineira Rio Espera encontra-se na Zona da Mata, na região do Vale do Piranga, e possui pouco mais de 6 mil habitantes e está a 161 quilômetros de distância de sua capital.

⁶ A cidade de Lamim possui 3.456 habitantes e está a 150 quilômetros da capital mineira. Lamim é um dos municípios limítrofes da cidade de Rio Espera e estão a quase 10 quilômetros de distância.

⁷ A história do Colégio Caraça inicia-se em 1820 com a chegada dos padres Leandro Rabelo Peixoto e Castro e Antônio Ferreira Viçoso à Serra do Caraça. De 1885 a 1895, foi criado, junto ao colégio, a Escola Apostólica para a educação de meninos que queriam ser padres lazaristas. Em 1900, houve a equiparação do Colégio do Caraça ao Ginásio Nacional e essa nova fase se encerrou, em 1912, com o fechamento do colégio. A Escola Apostólica encerrou suas atividades em 1968, com um trágico incêndio. Disponível em: <http://www.santuariodocaraca.com.br/site/o-colegio-e-seminario/>. Acesso em: 10 nov. 2019.

⁸ O Decreto n. 3191/1911, estipulou a disseminação do Ensino Primário por meio de escolas singulares, podendo ser urbanas, distritais e rurais ou coloniais, conforme sua localização. No início do século XX, utilizava-se o termo “escolas isoladas” em oposição aos “grupos escolares”, mas, com o decreto elas surgem sob a denominação de

atividades todas feitas à mão, as aulas eram boas e não tinha recurso nenhum, era cuspe e giz. Hoje, eu fico analisando: como que ela trabalhava direitinho com a gente? Quando ia estudar as capitais, por exemplo, ela não pendurava o mapa, mas o colocava em cima de uma mesa grande, ali ia ensinando e todos os alunos ficavam olhando. Quem fazia as anotações eram os alunos do 2º e 3º ano primário (hoje 3º e 4º ano do Ensino Fundamental I), nós do 1º ano (hoje 2º ano do Ensino Fundamental I) ainda não. No ano seguinte, já estávamos sabendo conviver com aquilo. Ela dava livros para ler e depois tínhamos que contar a história daquilo que foi lido. E isso sem orientação nenhuma; na época, não tinha supervisora. Na escola, ela fazia tudo: “Agora, turma do 1º ano, aqui ó, vai fazer isso, isso e isso. 2º ano.... 3º ano...”. E ia dando as orientações. Os alunos desenhavam os mapas, pois não tinha estêncil, não existiam essas coisas. Depois passou a fazer os trabalhos em um tabuleiro com gelatina⁹, era o recurso que existia. Você colocava o anil por cima da gelatina, quando estivesse frio, você escrevia e colocava o papel por cima, saía tudo e tirava a cópia para todos.

Eu fui criada e fiquei nessa escola na zona rural até o 3º ano primário, na mesma sala e essa professora era minha irmã mais velha. Enérgica, eu morria de medo dela. Fui alfabetizada por ela, a cobrança era grande da minha irmã e do meu pai. Na tabuada e nos cálculos mentais, você tinha que saber e responder rápido. Eu não estranhei muito por tê-la como professora, porque ela já ajudava a minha mãe, sabe? Então, nós já tínhamos obediência e respeito por ela. Naquela época, não podia responder ao irmão mais velho; hoje, responde aos pais, professora até apanha. Se ela falasse que algum irmão fez graça com ela, meu pai não batia, mas tinha um castigo que era ficar ajoelhado e rezando o terço. Meus pais prepararam todos os filhos para a Primeira Eucaristia. Eles vinham a Ouro Preto, conversavam com o padre e ele dava as orientações sobre o que a criança precisava saber. Minha mãe fazia as perguntas para nós, mas, com ela, ficávamos mais relaxados, já com meu pai tínhamos que responder direitinho. Ele falava: “Vai estudar mais. Logo, eu vou cobrar. Se não souber, vai ficar ajoelhada”. Ele falava e olhava para o lado para rir. Um dia, ele contou: “Eu já ri muito de vocês”.

No 4º ano primário (hoje 5º ano do Ensino Fundamental I), eu vim para Ouro Preto, para o Ginásio Marília de Dirceu¹⁰, pois, na zona rural, ofertava até o 3º ano. Eram duas professoras,

“escolas singulares”. Tal mudança tinha o intuito de “afastar o sentido negativo associado ao tipo de ordenamento escolar substituído. Entretanto, aquela organização desacreditada parece ter orientado as mudanças nas novas denominações [...] Na verdade, o que se apresenta como novo ainda guarda relações nominais com o modelo anterior” (GIL; CALDEIRA, 2011, p. 177-178).

⁹ Refere-se ao gelatinógrafo, recurso muito utilizado para realizar cópias nas escolas.

¹⁰ A Escola Estadual Marília de Dirceu foi criada como Grupo Escolar em julho de 1925. O prédio foi construído entre 1926 a 1927, em terreno onde, outrora, existia a “Casa de Marília” – Maria Dorotéia Joaquina de Seixas. A partir de 1929, funcionaria ali a Escola Normal. Em 1972, o Grupo Escolar transformou-se em uma escola estadual,

uma de Ensino Religioso – não sei por que era separado –, e a outra dava as outras matérias, a dona Ester Maluf Pinto. Essa professora era linda, maravilhosa e ela falava: “Não parece que você estudou em uma escola de roça”. As aulas de Matemática eram boas e era tudo muito decorado, sabe? Eu não tive problemas, pois quando cheguei a essa escola, os colegas não dominavam muito bem a tabuada e eu já dominava os cálculos, era exigência do meu pai e da minha irmã. As quatro operações, tínhamos que responder rápido e saber muito bem. No 3º ano primário, eu já sabia fazer cálculo de juros, porcentagem e aprendi na escolinha da roça.

Para ingressar na 5ª série (antiga 1ª série do Ensino Ginásial e hoje 6º ano do Ensino Fundamental II), você tinha que fazer o exame de admissão¹¹ para entrar no colégio. Ao final do ano, eu fiz esse exame para o Colégio Alfredo Baeta¹² e passei, mas muitos não passaram. Fique lá até a 8ª série (antiga 4ª série do Ensino Ginásial e hoje 9º ano do Ensino Fundamental II), era um colégio particular muito bom, tinha o internato para os homens. Esse colégio era do doutor José Pedro Xavier da Veiga e da irmã dele, dona Zuleika da Veiga Oliveira. E, aí, eu passei a ser monitorada de novo, porque eles eram muito amigos do meu pai. Nessa época, não tinha muita influência negativa, nem essas coisas de vícios. Era diferente. Os professores trabalhavam mais com cuspe e giz, não existia o material que tem hoje. No prédio, tinha uma biblioteca muito boa, onde fazíamos as pesquisas, emprestavamos os livros.

No Colégio Alfredo Baeta, era muito comum colocar os estudantes de Engenharia para darem aula. Existiam as provas escrita e oral. Na sala de aula, era aquele respeito e, quando o professor entrava, todos os alunos se levantavam e davam bom dia ou boa tarde. Na hora em que o diretor entrava, aí que tinha que estar todo mundo de pé, posição de sentido, igual quartel.

Na 8ª série, havia uma parte sobre teoremas e, na prova oral, tínhamos que fazer a demonstração no quadro. A prova oral era muito mais pesada. Mas vencemos! Hoje, os alunos não sabem o que é teorema. O boletim vinha com todas as informações e nós morriamos de medo. Nessa época, a minha irmã já tinha se casado e morava em Ouro Preto. Como meus pais continuaram na fazenda, nós viemos morar na casa dela. Ela era enérgica e, se chegasse uma

passando, então, a ser denominada Escola Estadual Marília de Dirceu. Disponível em: <http://eemdirceu.blogspot.com/>. Acesso em: 10 nov. 2019.

¹¹ O acesso ao Ensino Secundário estava condicionado à aprovação aos exames de admissão, que se tornaram obrigatórios com o Decreto n. 19.890/1931, como parte da Reforma Francisco Campos. Esse exame consistia em provas escritas e orais de Português, Aritmética e Conhecimentos Gerais, tendo sido extinto com a Lei n. 5692/1971 (AKSENEN, 2013).

¹² A Escola Estadual Alfredo Baeta foi criada em 1920 por Alfredo Baeta, inicialmente, denominada Escolas Reunidas. Em 1927, ganhou um prédio próprio em terreno doado por seu fundador, mas, para atender a demanda, a escola funcionava em vários prédios da cidade. Em 1961, passou a ser denominado Grupo Escolar e, no ano de 1968, teve início a oferta de um curso noturno. Disponível em: <https://jornalvozativa.com/geral/ajude-a-escola-municipal-alfredo-baeta-de-ouro-preto-mg-a-revitalizar-seu-predio/>. Acesso em: 12 ago. 2019.

notícia negativa, ai, ai, ai: “Vocês estão por conta disso, eu não quero reclamação. Pai está lá na roça, lutando!” A gente tinha mais medo dela do que da reação de nossos pais. Foi muito bom e hoje eu analiso que, se tivesse deixado na corda bamba, talvez não tinha feito nada.

Eu fui sentir dificuldade na Matemática quando entrei na 8ª série. Nossa, eu quase morria de estudar! E o medo? Eu e meu irmão éramos da mesma sala e ficamos de segunda época para fazer prova de recuperação em janeiro. E sabe qual foi o castigo? Nessa ocasião, meu pai já tinha carro, mas ele nos trouxe a cavalo da fazenda até aqui, descemos na porta do colégio. Os colegas vendo e nós quase morremos de vergonha. Saímos de lá por volta de 5h da manhã a cavalo para chegar a Ouro Preto às 13h da tarde. Descemos do cavalo, corremos para a sala de aula e foi aquela gargalhada da turma. Nunca mais esqueci o nome do professor, Samir. Mas foi bom, ué! Cobrança é cobrança.

Ao terminar a 8ª série, eu fiquei um ou dois anos parada devido a uma doença da minha mãe. Quando ela melhorou, nós voltamos a estudar, aí eu fui para um colégio interno de freiras que ficava em Viçosa¹³, Colégio Nossa Senhora do Carmo¹⁴. Fui para lá não para ser freira, mas para fazer o Magistério entre 1966 e 1968. Amei! Naquela época, era só eu em casa e tinha muita cobrança, né? E lá nós éramos 60 internas, na idade de 15, 16 anos, era uma alegria total.

Na região, para se formar como professora, tinha a Escola Normal de Ouro Preto¹⁵, onde hoje é a Escola Estadual Dom Veloso¹⁶ – era a antiga Escola Normal do estado que formava

¹³ Município mineiro que possui cerca de 77 mil habitantes e está localizado a 230 quilômetros da capital.

¹⁴ A história da instituição inicia-se, em 1913, com a instalação do “Gymnasio de Viçosa”. No ano seguinte, foi criada a Escola Normal Regional que atendia moças e rapazes. Em 1917, a congregação das Irmãs Carmelitas da Divina Providência passou a encarregar-se da direção da Escola Normal Nossa Senhora do Carmo. A criação do Curso Ginásial e a do Curso de Formação de Professoras ocorreram, respectivamente, em 1946 e 1947. No ano de 1966, para atender alunos que trabalhavam durante o dia, entraram em funcionamento os cursos noturnos de 1º e 2º graus. Ao longo dos anos, ocorreram algumas mudanças como a abolição do internato de alunas em 1967, e o acolhimento de turmas mistas. Em 2004, a instituição passou a ser denominada Colégio Nossa Senhora do Carmo. Disponível em: <http://carmovicosa.com.br/novo/historico>. Acesso em: 11 jun. 2020.

¹⁵ Em Minas Gerais, a primeira escola de formação de professores foi criada em 1835, denominada Escola Normal de Ouro Preto. Ao longo de sua história, a instituição passou por fechamentos e aberturas, sendo que uma longa suspensão ocorreu entre 1852 e 1870. Sob o vigor da Lei n. 1769/1871, que determinava a reabertura das escolas normais em Minas Gerais, a instituição retomou suas atividades na década de 1870, ofertando um curso de formação de professores, bem como permitindo a entrada do público feminino na instituição. Até 1890 foi considerada como Escola Oficial da Província. Em março de 1910, teve início o “Curso Normal anexo ao Gymnasio de Ouro Preto” e, em 1929, transformou-se em Escola Normal Oficial. Em 1968, passou a ser denominada Escola Estadual de Ouro Preto, destinada aos 1º e 2º graus e também ao Curso Normal. Hoje, a escola é denominada Escola Estadual Dom Veloso (TURCI, 2016).

¹⁶ Essa instituição foi fundada em 30 de março de 1910, sob a denominação de “Curso Normal anexo ao Gymnasio de Ouro Preto” com o objetivo de formar professoras primárias, tendo sido reconhecido e equiparado à Escola Normal da capital. O estabelecimento teve distintas denominações, mas é no ano de 1978 que passa a ser Escola Estadual Dom Veloso. Disponível em: <http://domvelosocomunicacoes.blogspot.com/>. Acesso em: 10 nov. 2019.

para o magistério e, em Mariana¹⁷, havia um colégio particular (Colégio Providência)¹⁸. Eu falava com meu pai que era doida para estudar em um colégio interno e coincidiu que esse colégio de Viçosa estava fazendo uma excursão para Mariana, o ônibus estragou perto da fazenda do meu pai e eles ficaram hospedados por lá. Meu pai chegou e falou: “Arrumei vaga para você em um colégio, disseram que é a última turma que eles vão aceitar, porque os jovens não estão aceitando mais esse modo de escola”. Foram 3 anos maravilhosos e aproveitados. Lá, a gente participava muito de teatro, fazia os piqueniques com as freiras. Os mocinhos da cidade onde nós estudávamos eram apaixonados para passar em frente ao colégio.

No Magistério, as aulas eram diferentes, pois já existia algum recurso, pelo menos o mimeógrafo. Havia uma biblioteca maravilhosa e um laboratório de Ciências excelente, porque os ex-alunos de lá foram para Belo Horizonte e, ao voltarem, eles iam compondo o laboratório. Tinha ex-aluno que era deputado, vereador em Belo Horizonte, então já tinham um poder aquisitivo melhor e, com isso, traziam as coisas para a escola. Ajudavam muito. Eu cheguei ao Magistério tranquila com a matemática.

A irmandade era muito rica, eles tinham colégio em Saquarema¹⁹, em Viçosa, em Ipatinga²⁰. Em épocas de folga, a gente visitava os outros colégios. Em Mariana, havia o colégio interno, mas era a irmandade das Vicentinas. O colégio em que eu estudava era mais *light*, não tinha aquele rigor de não poder nem chegar na porta, já as Vicentinas eram assim.

As irmãs de lá eram muito preparadas. Uma delas era formada em Biologia na cidade de Juiz de Fora²¹, ela chegou a fazer outro curso e dava aula de Matemática também. Todas formadas em alguma área, sabe? E tinha também docentes da cidade, como a professora de Português que era formada em curso superior, de Educação Física, Artes e Danças. O juiz dava aula do famoso OSPB²². A professora de teatro era uma freira muito cômica. E ainda existia

¹⁷ Mariana, conhecida como a “Primaz de Minas”, é uma cidade do estado de Minas Gerais que possui cerca de 58 mil habitantes e está localizada a 110 quilômetros da capital (Belo Horizonte).

¹⁸ O Colégio Providência foi fundado em 1850, na cidade de Mariana, por Dom Antônio Ferreira Viçoso (bispo de Mariana) e era dirigido pela congregação das Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo. Foi o primeiro do estado voltado para meninas (em regime de internato). Em 1850, com auxílio de Dom Viçoso, a congregação administrava as seguintes instituições: Colégio Providência, Colégio das Órfãs e Asilo para mulheres pobres. Em 1972, o Colégio Providência deixou o regime de internato feminino e passou a receber turmas mistas (LAGE, 2013). Mais informações em: <http://colegioprovidencia.com.br/wp/historico/>. Acesso em: 30 set. 2018.

¹⁹ Saquarema é um município brasileiro do estado do Rio de Janeiro que possui aproximadamente 90 mil habitantes. Está localizado a 96 quilômetros de sua capital e a 504 quilômetros da capital mineira, Belo Horizonte.

²⁰ Ipatinga está localizada na região do Vale do Rio Doce em Minas Gerais e possui pouco mais de 263 mil habitantes. Está a 209 quilômetros da capital.

²¹ A cidade mineira de Juiz de Fora possui quase 570 mil habitantes e está a 283 quilômetros da capital.

²² A disciplina “Organização Social e Política do Brasil – OSPB” tornou-se obrigatória no currículo das escolas brasileiras por meio do Decreto-Lei n. 869/1969 (BRASIL, 1969). E tinha como intuito enaltecer o nacionalismo e o civismo, substituindo disciplinas como Filosofia e Sociologia, tendo sido extinta do currículo em 1993 por

uma disciplina dada por uma freira, onde aprendíamos a bordar, pintar em tecido, costurar alguma coisa, ao menos pregar os botões. E depois teve aula de culinária, pois a diretora, formada em Psicologia e Psicopedagogia, falava: “Vocês ficam muito bonitinhas, enfeitadas aqui dentro e saem daqui com uma formação incompleta. Então, vou colocar aula de culinária. Cada domingo, 4 vão para a cozinha observar e aprender”. Para mim, não foi novidade, pois já fazia em casa. Eu pedi para ser a primeira turma e elas falavam que não chamariam o resto, porque eu tinha acabado com o estoque (risos). Algumas não sabiam fazer nem um café. Ah, tinha aula de Ética voltada para a postura; se colocasse o braço na mesa, ficava sem almoço. Bacana, pois ficávamos ali o tempo todo e só ia para casa nas férias ou em algum recesso. No primeiro ano, eu até gostava muito de vir em casa, depois eu comecei a gostar tanto do colégio que eu só ia para casa nas férias, pois lá dentro nós éramos 60 meninas com pouca diferença de idade e, quando chegava em casa, era só eu, então a alegria era demais.

Nesse colégio, nas aulas de Filosofia, dadas por um padre, você tinha que ler muito para participar das aulas. Ele fazia uma prova oral, mas não seguia a chamada. A cada aula, 3 ou 4 sofriam ali. A professora de Didática era muito severa. Na época, a gente achava que era severa, mas foi bom. Depois, ela veio a ser superintendente em Ouro Preto e adorava meu trabalho. Um dia, pediu para me chamar lá e falou: “Nossa! Eu falei com sua diretora que ela está premiada, porque você foi uma aluna esforçada”. Eu morria de vergonha dela.

Havia também a questão da religiosidade... Em Ouro Preto tem muito, né? Era muito forte a presença da religião lá onde eu nasci, na família dos meus pais, nos colégios também, acho que na região toda. Não existia falar que tinha outra religião. Se existia, ninguém comentava, mas acho que não existia. Esse colégio de freiras tinha muita disciplina. Às 5h30 da manhã, levantava e ficava ali se organizando; tinha vários banheiros para nos arrumarmos. No dia anterior, já deixava o uniforme em um móvel ao lado da cama. Às 6h, todas já estavam prontas para ir para a capela. A capela era muito bonita, com missas todas as manhãs. Constantemente, o Santíssimo Sacramento ficava exposto. Lá, havia o padre capelão, mas, se acontecesse algo que o impedia de comparecer, uma freira fazia as orações e distribuía a Comunhão, mas elas não nos obrigavam a comungar. Às 6h30, já tínhamos saído da capela; aí, descíamos uma escada para ir ao refeitório. Na Semana Santa, a gente ia para casa fazer a Páscoa com a nossa família. Na segunda-feira, não tinha aula, pois era a festa de Páscoa no colégio. Muito bacana. Elas faziam tudo, cartões com mensagens, os chocolates. Para a comemoração

meio da Lei n. 8.663/1993 (BRASIL, 1993). A professora Maria da Conceição comenta ter finalizado o Magistério em 1968, logo não se tratava da mesma disciplina.

ao dia 1º de maio, elas organizavam um desfile com as profissões. Ao final do ano, elas preparavam o amigo oculto.

Quando eu entrei lá, elas falavam: “É a última remessa. Nós não vamos aceitar mais ninguém, pois está mudando tudo e a mudança será muita”. E era bastante vigiado. Como eram só moças lá dentro, de 12 a 18 anos, elas olhavam muito. Essas irmãs liam muito e viajavam, então elas já estavam observando o que viria pela frente. Já pensou um colégio interno hoje com essa quantidade de mocinhas? Foi uma lembrança muito boa do colégio.

Para nos prepararmos como professoras, tinha uma escola municipal próxima ao colégio e a diretora de lá falava: “Eu não passo aperto. Se uma professora adoecer, eu peço à diretora do colégio e ela manda uma menina na hora. Todas as meninas que vêm aqui, se desempenham muito bem”. Nós éramos o socorro daquela escola, mas, indiferente a isso, nós íamos para lá desde o primeiro ano do Magistério para observar e ajudar. De manhã, acontecia a aula no colégio e, à tarde, a gente ficava nessa escola, não é dizer que ficava lá as 4 horas com as professoras, mas a gente participava muito.

Ah, nós fazíamos trabalho voluntário. Naquela época, quando se falava em bíblia, todo mundo tinha medo de ler. Nós visitávamos os presos aos domingos para ler um texto para eles. Mas com o segurança ali; afinal, ninguém estava lá dentro da cadeia por estar rezando terço cá fora. Fazíamos também um trabalho de visitar as famílias ou pessoas carentes da zona rural junto com as irmãs. A gente falava: “Nós vamos levar a Palavra”. Todo mundo assustava por estarmos lendo a bíblia, por achar que somente o padre podia ler. Foi nessa época que o leigo começou a participar na hora da missa, fazendo leituras. Então, não tinha tempo ocioso, não.

No colégio, o internato era só das meninas, mas a sala de aula era mista. Eu não peguei a época de sala só de menina e outra só de menino. Lá eram as internas, as externas e os rapazinhos externos. Além disso, tinha 2 rapazes que estavam fazendo o Magistério. Todo mundo assustava por eles estarem fazendo esse curso. Nossa! Todo mundo olhava para eles, sabe? Eles entraram para o Magistério, porque queriam continuar os estudos e não tinham condições de fazer em outro lugar e ali seria próprio para eles.

E outra coisa: quando estudava, eu tive poucos professores, era o professor de OSPB, um juiz, e o padre que dava aula de Filosofia. Acho que eram só esses homens. Agora, quando eu comecei a trabalhar, logo no início da minha carreira não existia homens como professor. Depois que foram aparecendo, mas ainda assim eram poucos, eram mais professora, depois é que foi misturando e aumentou.

Quando terminei o Magistério, eu fiquei trabalhando um ano na fazenda, dando aula em uma escola da zona rural. Amei! Foi na época do Mobral²³, nós fundamos lá à noite. Durante o dia, eram as crianças e, à noite, eram os pais ou avós das crianças. Foi uma experiência muito boa, eu estava com 20 anos e tinha aluno de 70 anos. Os alunos que estudavam durante o dia faltavam, mas os alunos da noite não. Foi bom demais, o Mobral foi uma festa! Na formatura deles, o governador veio e todo mundo ganhou presente, a professora ganhou um cartão. É sempre assim, só os alunos são presenteados.

Agora, antes de fazer o curso de Matemática, eu fiz o curso Magistério de Educação Física na Escola Técnica de Ouro Preto²⁴. Era uma festa, uma alegria. Até ganhei um concurso de dança folclórica da escola da dona Hebe Rôla²⁵. Meus meninos eram da Escola Desembargador Horácio Andrade²⁶, uma escola mais pobre de Ouro Preto. Agosto é época do folclore e tinha que organizar uma dança, minha mãe era viva e eu falei:

- Mãe, mas eles não têm condições. Como vão arrumar uma roupa bonitinha?
- Eu te ajudo. Compra papel crepom, ele é bem fininho, colorido e faz barulho ao mexer. E uma camisetinha branca e um *short* todo mundo tem em casa. O resto eu faço.

Ela fez os colares do braço, pintou as camisetas e fomos para a dança. Eu fiz um *pot-pourri* com 3 músicas. Foi no Cine Vila Rica em Ouro Preto. Quando eu subi no palco com eles, eu estava segurando meu uniforme de Educação Física, tinha emagrecido tanto que a calça estava caindo. Organizei eles no palco e aí pôs a música para eles se apresentarem. Um dos jurados, o Ângelo Osvaldo, na época era o secretário de turismo, falou: “Gente, isso é coisa da Globo”. Deu um visual lindo o papel crepom com a dança (risos). É uma região pobre demais, mas a melhor banda de Ouro Preto é desse bairro. Os pais que participavam da banda levavam os filhos para o ensaio, os filhos foram crescendo e entraram na fanfarra da escola. Eu era da fanfarra e sempre nos convidavam para desfilar, recebemos convite para ir a Belo Horizonte.

²³ O Movimento Brasileiro de Alfabetização foi criado em 1967, pela Lei n. 5.379 (15 de dezembro de 1967).

²⁴ Em 1942, foi criado o Curso Técnico de Mineração e Metalurgia de Ouro Preto, por meio da iniciativa de professores da Escola de Minas. Suas atividades tiveram início no ano de 1944. Em 1959, a instituição foi elevada a Escola Técnica Federal de Ouro Preto (ETFOP). Em 2002, tornou-se Centro Federal de Educação Tecnológica de Ouro Preto (CEFET – Ouro Preto), passando a oferecer cursos superiores de tecnologia. No ano de 2008, a instituição transformou-se em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, a partir da junção de três instituições: o CEFET Ouro Preto, a Escola Agrotécnica de São João Evangelista e o CEFET Bambuí. Disponível em: <https://www2.ifmg.edu.br/ouopreto/institucional/o-campus-1>. Acesso em: 28 out. 2019.

²⁵ Refere-se à Hebe Maria Rôla Santos, professora da cidade de Mariana.

²⁶ A Escola Estadual Desembargador Horácio Andrade foi criada em 1922. Em 1947, foi transformada em Grupo Escolar e funcionava em prédios particulares, salas de aulas da Escola Estadual Dom Pedro II e salas da prefeitura municipal. A partir de 1966, passou a funcionar em prédio próprio. No ano de 1984, criou-se o 2º grau com as habilitações em Magistério de 1ª a 4ª série e Técnico em Enfermagem, extinto em 1989. Disponível em: <http://pedbioufop.blogspot.com/2012/09/um-pouco-da-historia-da-escola-estadual.html>. Acesso em: 10 nov. 2019.

Chegando lá, tive que pedir para não nos chamarem primeiro, pois, como nunca tinham saído de casa, os meninos ficaram de olhos arregalados, encantados com aqueles prédios iluminados.

O colégio foi contemplado com o projeto Alfa²⁷. Na época, eu não era concursada e a superintendente, dona Vilma, convocou e não dava oportunidade nem de pensar. Você está sendo convidada, mas, na condição de contratada, ou você pega ou é rua, né? Você já ouviu falar desse projeto? Aquelas crianças que ficavam 1, 2 ou 3 anos na 1ª série e não conseguiam alfabetizar ou aprender um cálculo, esse projeto veio cercando e observando o aluno em tudo. Era um grupo formado pela equipe pedagógica e por professores que acompanhavam os alunos, que tinha que ficar no período da manhã e da tarde por conta do projeto. Eram 4 turmas de 30 alunos, ou seja, 120 alunos que não conseguiam se desenvolver. A gente levava os alunos ao laboratório da Escola de Farmácia da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)²⁸ para fazerem exames de sangue, urina e fezes, e verificar onde estava a deficiência. E foi descoberto verminose e essas coisas todas. Eles tinham também dentista pago por esse projeto.

A maioria frequentava a aula por causa da merenda, então havia uma alimentação diferenciada. Às 7h da manhã, quando chegavam à escola e, às 9h30, eles se alimentavam. O almoço também ocorria na escola, depois tinha o intervalo de descanso e aí começava a aula deles junto com os outros alunos. Quando iam para casa, tinha o lanche, mas eles nem queriam ir, pois lá não tinha nada. A escola, ao invés de um muro na beirada, tinha um latão. E era um bairro onde a polícia passava demais. Um dia, o policial falou:

- Vocês estão perdendo tempo, porque esses meninos são safados, bandidos à noite.
- Olha eles vão aprender a ler e a fazer discurso antes de vocês prenderem esse povo que estão procurando – respondi ao policial.

Na formatura, teve uma festa e nós convidamos os policiais. Os alunos leram e fizeram discurso. Os policiais ficaram de boca aberta. Nesses 2 anos, eles puderam ir para o 4º ano, pois aprenderam os cálculos, a ler e a pegar um livro para fazer uma pesquisa. Esse projeto Alfa ficou marcado e me ajudou muito. Eu fazia o trajeto todo a pé, eu morava na Barra – parte plana

²⁷ Entre 1977 e 1980, ocorreu o Projeto Alfa – Novas Metodologias em Minas Gerais, tendo sido desenvolvido também em alguns estados do Brasil. Tinha como propósito combater o fracasso escolar nas primeiras séries do ensino de 1º grau (hoje Ensino Fundamental I). Para isso, o projeto propôs atendimento especial aos alunos que tinham problemas psicopedagógicos e carências físicas, nutricionais e materiais (MEDINA, 1988).

²⁸ A Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) foi criada em 1969, a partir da junção das Escolas de Farmácia (1839) e de Minas (1876), sendo esta última transferida para o *campus* Morro do Cruzeiro – Ouro Preto – em 1995, hoje a UFOP. Ao longo de alguns anos a instituição passou por algumas expansões: 1979 – Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) e 2008 – Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA) – em Mariana; 1981 – Instituto de Filosofia, Artes e Cultura (IFAC), 1982 – Instituto de Ciências Exatas e Biológicas (ICEB), 1994 – Escola de Nutrição, 2013 – Escola de Medicina – em Ouro Preto; 2002 – Instituto de Ciências Exatas e Aplicadas (ICEA) – João Monlevade. Disponível em: <https://ufop.br/historia-da-ufop>. Acesso em: 28 ago. 2018.

da cidade –, e essa escola ficava lá no alto, na saída para Mariana. Nós éramos conhecidas no bairro como as rainhas do projeto Alfa – Kotinha, Lurdinha, Carminha e Toninha, tudo “inha” (risos). Foi bom demais. Depois, eles foram implantar o projeto em outras cidades e pediram para que nós fôssemos falar sobre essa experiência, daí falei: “É muito bom! Se tiver com disposição para trabalhar, é bom demais”.

E, como tinha comentado antes, eu fiz Matemática. Nós íamos ficar lá em Belo Horizonte, mas aí veio a extensão da PUC para Mariana²⁹; então, eu fazia o curso de Matemática e dava aula. Como eles estavam em transição, vindo para Mariana, eu fiz a prova em janeiro, mas só começou em julho quando finalizaram a organização de tudo.

Como o curso era à noite, de 18h às 22h30, eu continuei trabalhando, pois o curso era particular. Meu pai até me chamou atenção, mas falei: “Não, o senhor já me ajudou muito”. Durante o dia, eu era professora e à noite era aluna. Foi uma correria. Ao chegar em casa, eu tinha duas opções: tomar banho ou jantar, mas escolhia tomar banho. Nessa época, eu morava com minha irmã e ela fazia um sanduíche: “Vou embrulhar o que sobrou do almoço, você vai comendo dentro do ônibus”. Não tinha outra opção. Aos sábados, normalmente, tinha aula o dia todo, era o momento de apresentação de trabalho, discussão de grupo, alguma pesquisa. Quando não tinha aula, como todo mundo trabalhava e não tinha muito tempo para estudar, reuníamos um grupinho para estudar durante o sábado e o domingo. Aquilo ajudava, ampliava o conhecimento, era bom demais para as salas de aula em que estava trabalhando.

Nós tivemos um professor de Matemática que era muito bom, mas muito rígido. Não precisava ser tanto. Ele colocava a gente para dar uma aula e ele observava. Ele encenava todas as situações para ver como você ia proceder, levava revistinha para os outros alunos, pedia a alguém para pôr o pé em cima da carteira para ver sua reação. Quando chegava a hora do comentário, após a aula, eu falava com ele: “Professor, durante o dia, eu sou professora; à noite, eu sou aluna. Nunca vou deixar uma coisa assim acontecer no meu horário de aula. Agora, eu não sou rígida igual a esse professor aqui não, viu? Professor de Matemática não pode ser bravo assim, pois todo mundo já assusta só com a matéria”. Ele dava aula na UFOP e tinha dificuldade

²⁹ Em 1959, Dom Oscar de Oliveira (bispo de Mariana) foi procurado pelos dirigentes da Escola de Minas e de Farmácia de Ouro Preto, com a ideia de implantar uma universidade. Em 1963, foi-lhe apresentado o anteprojeto de lei de criação da UFOP, prevendo a instalação do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) em Mariana. Para isso, foi firmado “um convênio entre a Arquidiocese de Mariana e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria, da Universidade Católica de Minas Gerais, para que fossem instalados, em 1969, os cursos de licenciatura de 1º grau para formar professores de Letras, Estudos Sociais e Ciências”. Em agosto de 1969, autorizada a implantação da UFOP. Em 1976, foram aprovados os cursos de licenciatura plena em História, Geografia, Língua Portuguesa e Matemática. O Instituto de Ciências Humanas, Letras e Artes foi criado em 1979, havendo, então, a incorporação dos cursos de Mariana à universidade. Atualmente, esse *campus* abriga os cursos de História, Letras e Pedagogia. Disponível em: <http://ichs.ufop.br/diretoria-0>. Acesso em: 28 ago. 2018.

de guardar o nome dos alunos, ele não sabia o nome de ninguém. Nós não tínhamos liberdade com ele para pedir para repetir o conteúdo e quem explicava de novo para nós era o professor de Química. Os colegas eram muito bacanas, todo mundo trabalhando junto.

No estágio, ele exigia 30 dias na sala de aula e eu fiz com o professor mais bravo que tinha em Ouro Preto, José Benedito (Zé Bené). Você procura saber por aí. Ele nunca estudou, mas dominava a matemática todinha. Durante o dia, eu trabalhava junto com a filha dele no Morro Santana e ela conversou com ele sobre o meu estágio. Quando cheguei à escola, ele falou com a diretora: “Ela vai ficar 30 dias no meu lugar e não vai receber nada. Vai receber minha assinatura. Eu já passei tudo para ela, as aulas, os trabalhos, os testes e as provas que eu queria que ela fizesse. Ela já preparou tudo. Eu vou assistir uma semana de aula e ela que vai demonstrar se realmente vai ficar no meu lugar”. Ele deu todo o roteiro para mim, eu preparei, dei as aulas, ele assistiu e comentou com a diretora: “Ela vai ficar no meu lugar”. Quando ele voltou, eu ainda estava lá. Como ele atrasou um pouco, eu fui ficando. Na sala de aula, os colegas foram citando as escolas e comentando que tinha sido difícil ser acolhido. Eu fiquei por último, morria de medo do professor de Matemática, José Roberto, ele perguntou:

– E você aí?

– Eu fiz lá no Dom Veloso na sala do professor José Benedito. Fiquei 40 dias. Está aqui, ó. Tudo o que eu preparei, o que ele olhou, assistiu, observou e deu as notas.

– Não vou falar mais nada. Quem faz estágio na aula do Zé Benedito é corajoso.

Mas eu não podia contar que o professor estava viajando. Sabe, Iara, quem passou por ele na sala de aula, não tinha a menor dificuldade em matemática. Ele era autodidata, não era formado em nada, mas, se faltava um professor de Geografia no Arquidiocesano³⁰, ele dava aula. Faltava de História, ele dava aula. Matemática nem se fala. Na aula dele, você tinha que saber o teorema na ponta da língua, saber demonstrar e desenhar, porque o teorema vem com a geometria junto. Então, quem passava por ele aprendia. Eu não tinha sido aluna dele, mas, quando fui fazer estágio na sala dele, fiquei tranquila. Mas foi muito boa a faculdade, sabe?

Agora, tem uma coisa... A faculdade não te prepara para a sala de aula. Eu falei isso com os jovens do mestrado que têm vindo aqui: “Aquele domínio em sala, você tem que lembrar

³⁰ Em 1926, o Ginásio Municipal Arquidiocesano de Mariana foi fundado por Dom Helvécio Gomes de Oliveira (arcebispo de Mariana), ofertando o internato e o externato para o público masculino. Em 1933, a Sociedade Liceu de Ouro Preto foi criada para manter a instituição e, no ano seguinte, ocorreu a transferência para Ouro Preto. Em 1943, passou a funcionar como colégio, iniciando o Curso Científico. De 1934 a 1970, ofertou regime de externato misto e, sobretudo, internato masculino (esse último encerrado em 1970). Em 1998, a Samarco Mineração SA, em convênio com uma mantenedora, assumiu a Escola Alphonsus de Guimaraens (Colégio Arquidiocesano Unidade II). Disponível em: <https://arquidiocesano.com/instituicao/historia/>. Acesso em: 12 ago. 2019.

lá do Magistério, da Didática, porque a faculdade não te prepara”. A faculdade vai te ampliar o conhecimento. Além disso, você vai trabalhar com ser humano, cada um tem uma reação, alguns gostam e outros não. Alguns aprendem na primeira vez, outros na segunda, terceira. Você tem que aceitar aquilo, não é?

Assim que terminei a faculdade, a UFOP ofereceu um curso de Geometria com duração de um ano e meio, e eu fui fazer. Mas muitos não quiseram, né? Realmente ficava pesado. O curso acontecia aos finais de semana, sábado o dia todo e domingo até o meio dia, mas, às vezes, saía de lá às 15h da tarde. E toda a vida eu gostei muito de Geometria. Eu gosto de Cálculo, mas gostava muito de Geometria. Ali trabalhava muito com construções.

Depois aquele político de Minas, o João Batista Mares Guias, ofereceu uma reciclagem para os professores de todo o estado de Minas Gerais, com docentes da UFMG³¹, na Fundação Helena Antipoff³². Era imenso e a gente ficava hospedada em um hotel fazenda durante quinze dias. Eles pagavam os 15 dias para um substituto ficar no seu lugar. Você só tinha o trabalho de organizar as aulas. A reciclagem acontecia por módulos, foram 2 anos: 15 dias em maio; 15, em outubro e, no outro ano, mais 15 dias em maio e 15 em outubro.

No primeiro módulo, estava superlotado; no segundo, já foi diminuindo, porque tinha uma prova. Você não pode receber tudo de graça, né? Você não gastava nada, nem com alimentação, nem com passagem, pois tinha um carro da secretaria de educação que te pegava em casa e te deixava em casa. Você encontrava com os professores de todos os colégios público, particular, do norte de Minas, sul de Minas... Você participava com uma turma no primeiro módulo em maio e, com outra turma, em outubro para ter entrosamento e você poder contar suas experiências, sabe? O governador fazia questão de ir lá fazer abertura e todo mundo falava:

³¹ A Universidade Federal de Minas Gerais foi criada em 1927, como instituição privada e subsidiada pelo Estado, sob a denominação de Universidade de Minas Gerais (UMG). Sua fundação ocorreu pela junção da Faculdade de Direito (criada em 1892 em Ouro Preto e transferida para a capital em 1898), da Escola Livre de Odontologia (1907), da Faculdade de Medicina (1911) e da Escola de Engenharia (1911). Mais tarde, foram integradas à universidade a Escola de Arquitetura (1944) e as Faculdades de Ciências Econômicas e de Filosofia (1948). Em 1949, a instituição foi federalizada e, partir de 1965, é denominada Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <https://ufmg.br/a-universidade/apresentacao/linha-do-tempo>. Acesso em: 28 ago. 2018.

³² Helena Wladimirna Antipoff (1892-1974), veio para o Brasil, em 1929, a convite de Francisco Campos para ser professora de Psicologia Educacional na Escola de Aperfeiçoamento de Minas Gerias. Em Belo Horizonte, fundou o 1º Laboratório de Psicologia Aplicada na América do Sul, o qual promoveu a organização das classes nos grupos escolares de Belo Horizonte e em diversos outros grupos no interior do Estado, de acordo com o critério do desenvolvimento mental, da idade cronológica e da escolaridade. Na década de 1930, ela via a necessidade de criar Jardins de Infância e chegou a fundar alguns em Minas, formando professores especializados. Em 1947, começou a luta pelas crianças do campo, tendo chefiado o SOTER (Serviço de Orientação Técnica de Ensino Rural). Instalou-se na Fazenda do Rosário, criando os cursos de treinamento de professores rurais e a Escola Sandoval Soares de Azevedo (ESSA) para formar professores rurais, em regime de internato. Mais tarde, criou o Instituto Superior de Educação Rural (ISER) para formar professores para as escolas normais rurais, sendo esse transformado, em 1970, na Fundação Estadual de Educação Rural (FEER), hoje Fundação Helena Antipoff (FHA). Disponível em: <http://fha.mg.gov.br/pagina/memorial/helena-antipoff>. Acesso em: 28 out. 2019

“É política!” Mas foi uma política boa para a educação. E a Fundação Helena Antipoff ofereceu um espaço maravilhoso. Isso tudo ajudou muito.

Quando me formei na faculdade, eu tive que largar a Educação Física. Eu fui contratada no período da manhã em Matemática na Escola Marília de Dirceu. E, à tarde, eu trabalhava na Escola Horácio Andrade com Educação Física. Fiquei um ano assim: saía do Marília às 11h30, subia a pé para começar a trabalhar na outra escola às 12h30 com Educação Física. Aí, não cansava, né? Pois o que eu carregava de manhã, eu relaxava à tarde. E foi nessa época, que eu ganhei a dança folclórica da escola de dona Hebe (risos). No ano seguinte, a superintendência já não aceitava mais que eu ficasse na Educação Física no Horácio Andrade. Como lá não tinha o Ensino Fundamental, transferiram-me para a Escola Dom Pedro³³. Eu saí de lá chorando, né?

Fui para o Dom Pedro e gostei muito de lá. Com isso, fiquei trabalhando no Marília e no Dom Pedro. Toda a vida trabalhei em duas escolas, eram 40 aulas na semana. Mas eu gostava das minhas aulas. E não é louvor de boca própria, eu tenho certeza de que eles gostavam também, sabe por quê? Durante 20 anos seguidos, eu fui paraninfa. Eu vou ter que falar essa parte... Os pais chegavam na escola Marília de Dirceu e falavam: “Eu quero meu filho nas turmas que Kotinha dá aula”. Eu tinha que rezar muito para mim, não é?

Chegou uma época em que eu já tinha tempo da prefeitura e como já tinha dado Educação Física, veio uma lei que você podia averbar e aposentar, pois eu trabalhava durante o dia no Marília e à noite no Dom Pedro. Na primeira aposentadoria, eu tive que passar pelo juiz por não ter 30 anos de idade. Naquela época podia, era a lei, né? Isso foi mais ou menos em 1975. Eu me aposentei, mas já estava com outro trabalho. Com isso, eu voltei a ficar com dois cargos de novo. Aí, teve o concurso, Nossa Senhora, estudei demais, passei em primeiro lugar de Matemática e, com isso, eu podia escolher e escolhi onde eu já estava, Marília de Dirceu. Eu tinha feito para o Ensino Fundamental. Depois teve outro concurso, eu fiz e passei.

Quando terminei o curso de Matemática, poderia dar aula de Ciências também e daí trabalhei com Ciências lá no Dom Pedro. E teve um fato muito interessante. Eu encontrei com esse ex-aluno na quinta-feira passada, ele era muito expansivo, grande, o nome dele é Atos da Silva Val. Começamos a trabalhar e eu falei: “Em Ciências, é o seguinte: aquilo que eu não

³³ A Escola Estadual Dom Pedro II foi criada em 1908, com a denominação de Grupo Escolar Dom Pedro II, sendo a segunda escola estadual mais antiga da cidade de Ouro Preto. No ano de 1989, foi contemplada com o curso do 2º grau (hoje Ensino Médio). A instituição passou a polo do Ensino Médio Geral em 1998, o que ocasionou a extinção do Ensino Fundamental. Em 2016, foram autorizados o início dos Cursos Técnicos em Administração e Transações Imobiliárias. No ano seguinte, a escola recebeu autorização para reiniciar as atividades do Curso Técnico em Informática. Disponível em: <https://jornalvozativa.com/noticias/escola-estadual-dom-pedro-ii-comemora-110-anos-com-festa-para-os-alunos-em-ouro-preto-mg/>. Acesso em: 10 nov. 2019.

souber, eu não vou mentir que eu sei. E nós vamos pesquisar juntos”. E fomos preparando para ter a feira de Ciências da escola. Nós estávamos estudando sobre os animais e este mesmo aluno, muito engraçado, falou:

- Ô, professora, posso fazer uma pergunta?
- Pode, se eu souber responder... É o que eu já falei para vocês, se eu não souber eu vou pesquisar.
- Eu queria saber como que é o ato sexual das cobras.
- Ótimo, Atos. Você já viu isso? Alguém aqui sabe?

Ninguém sabia, aí falei com eles: “Amanhã, eu tenho um horário vago, eu vou à Escola de Farmácia para saber. Vou procurar nos livros. Na hora do lanche, eu vou conversar com os professores mais antigos para ver se eles sabem”. Ninguém sabia. E o professor de Matemática que eu tinha feito estágio, o José Benedito, estava lá na hora do café e falou: “Nunca ouvi essa pergunta, eu também quero a resposta”. A diretora, dona Delfina: “Eu também quero a resposta”. Ô, Iara, fui à Escola de Farmácia e nenhum professor sabia. Aí, decidi conversar com o professor Claudino, educadíssimo. A essa altura, eu já tinha ido a uns 10 lugares. Ele falou: “Kotinha, eu tenho um tio de Belo Horizonte, aposentado pela UFMG. Ele tem uns livros lá e eu tenho certeza de que ele tem. Como eu estou muito apertado hoje, amanhã você passa aqui?” Cheguei à escola e contei aos alunos a trajetória e eles: “Atos, você vai para a imprensa”.

No outro dia, já fazia quase uma semana que estava pesquisando, eu fui lá no professor e ele falou: “O meu tio leu para mim no telefone, ele vai emprestar os livros. Mas você vai ter que usar luvas para pegar esses livros. E, para tirar xerox onde estão os desenhos, tem que ter muito cuidado. Ele vai vir, porque nunca nenhum aluno perguntou”. E eu pensando: “Meu Deus do céu, quanta gente vai assistir a minha aula?” Uns 10 da Escola de Farmácia já tinham falado que queriam participar. Aí, chegou o livro e fui ler. Fiquei uma tarde inteira lendo, fazendo os cartazes, né? Então, dependendo da espécie da cobra ficava até 24h. Elas se entrelaçavam pela cauda. E vinha no texto: “É igual o ser humano, procura sempre um lugar mais aconchegante. Afastado”. E quem sabia isso? Ninguém. Só esse livro que estava desmanchando. Aí, correu a notícia no colégio inteiro, o fundo da sala estava cheio, tinha a turma toda assistindo e eu mais o Atos lá na frente, pois ele tinha feito a pergunta. Ele foi para a minha casa, estudou junto comigo e fomos destrinchar na sala de aula. Esse professor veio para a aula e falou: “Nunca um aluno de curso superior fez essa pergunta”. Mas, ó, Iara, foi esplêndido.

E, na feira de Ciências, levamos esse assunto com o título: “Aqui, você vai conhecer as cobras”. O nosso estande ferveu de gente, de curiosidade. Essa turma já estava afiada para poder explicar, fizemos cartazes e deixamos para a escola. E ficou marcado.

Na 5ª série, os primeiros capítulos de Ciências falavam sobre minerais e a gente ia muito ao museu de mineralogia da Escola de Minas. O guia de lá explicava, porém você não podia tocar em nada. Eu conheço um senhor, Antônio Joaquim, que é dono de uma loja aqui e ele é professor, daí fui lá, conversei e ele comentou: “Leva os meninos na minha loja”. A loja se chama “Casa das Pedras”, fica ali na praça, é imensa. E lá, eles puderam pegar em pedras. Eu estava junto com a professora de Geografia e ela tinha contado a história sobre o descobridor das esmeraldas. Aí, veio a prova com a pergunta sobre quem era o descobridor das esmeraldas e alguns responderam: “Professor Antônio Joaquim” (risos). Afinal, ele que deixou mexer. Virou piada na escola. Nós levamos para ele as respostas dos meninos. Em Ciências, eu fiquei pouco, sabe? E foi bom demais essa parte das Ciências, de Educação Física, mas, na Matemática, fiquei muito tempo.

Eu gostava muito das minhas aulas. Eu cobrava muito geometria e eles gostavam. Eu pegava a 5ª série, os novatos, eles chegavam com medo, pois saíam do turno da tarde para estudar no turno da manhã, né? Era tudo diferente para eles. E sabe o que eu fazia? Eu tinha uma irmã gêmea e era ela quem dava aula de Geometria. Eu já tinha carro e, nesse dia, eu não ia de carro, pois eu era a Mary, irmã gêmea da Kotinha. Eles adoravam e ficavam me perguntando: “A Mary vai vir amanhã?” A Mary só gostava de dinheiro americano, não gostava do Brasil e só passava férias nos Estados Unidos. Eles acreditavam na história de irmãs gêmeas, pois eu ia vestida completamente diferente, com aqueles vestidos indianos, um pano na cabeça, aquela sandália. Deu vontade de fazer isso para que eles gostassem da Geometria. Eles ficavam malucos para o dia da Geometria.

Na feira cultural, a gente trabalhava muito com a História da Matemática, pois eu fui participar de um congresso lá em Juiz de Fora com aquele *Giovanni Castrucci*³⁴ e ele falou: “A melhor coisa que tem é contar para o aluno a História da Matemática”. E quem é da Matemática sempre fala: “O que vou levar na feira?” Não é assim, Iara? Teve um ano em que o nosso

³⁴ Ao citar os nomes, a entrevistada fez confusão, visto que são pessoas distintas. José Ruy Giovanni Jr. e Benedito Castrucci são escritores de livros didáticos. Inclusive, eles são autores da coleção “A conquista da Matemática”, bastante conhecida entre os profissionais da área. José Ruy Giovanni Jr. é licenciado em Matemática pela Universidade de São Paulo (USP), professor de Matemática em escolas do Ensino Fundamental e Ensino Médio, desde 1985. Benedito Castrucci (1909-1995) é bacharel e licenciado em Ciências Matemáticas pela Universidade de São Paulo (USP). Foi professor de Matemática da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP) e da Universidade de São Paulo (USP). Foi professor de Matemática em escolas públicas e particulares de Ensino Fundamental e Ensino Médio, desde 1960 (GIOVANNI JÚNIOR; CASTRUCCHI, 2009).

estande foi o mais frequentado, por quê? Eu coloquei eles para falarem sobre a geometria e a natureza. Aí, eles trouxeram coisas sobre a espiga de milho, o abacaxi, o casco da tartaruga.

Nosso estande ficou lotado, porque tinha levado o milho cozido, o abacaxi e depois descascava, levamos um defumado. Como surgiu o defumado, você sabe, Iara? Eles viram isso na História da Matemática. Eu arrumei um livro da História da Matemática para eles lerem. E lá contava a história do defumado. Na Nigéria, toda a vida foi muito pobre, eles viviam só da pesca. E claro que não existia geladeira, nem nada. Eles pescavam muito, mas, no dia seguinte, os peixes estavam estragados. Aí, eles começaram a secar o peixe, sabe como? Eles faziam um fogo e punham os peixes no espeto recebendo calor e aí secava, tudo de madeira, tudo natural ou então colocavam um cipó. E assim começou o defumado. Lá no estande, eu levei o peixe quase pronto, aí fizemos a fogueira e o peixe assou. Eles ficavam doidos, foi a maior farra do peixe, do abacaxi e do milho cozido (risos). E eles gostavam. Valia nota, né?

Para estudar o teorema de Tales, a gente ia nas obras. Os pedreiros explicavam tudo sobre a obra, sem saber que estavam explicando o conteúdo da aula. E os alunos tinham que saber a teoria. Eles ficavam me olhando e falavam: “O pedreiro está sabendo mais do que nós”. Era assim, eles tinham que participar, sabe? Quando a gente estudava a trigonometria, íamos para a rua para poder medir a distância, a altura...

Olha, Iara, eu não trabalhei do mesmo modo como eu aprendi, porque era muito decorado. Depois que eu comecei a ler e a participar de cursos, eu falei: “Gente, nós estamos trabalhando construtivismo sem saber, sem dar nome”. Era eu e mais três professores. Nós fomos cansando demais, porque realmente você cansa mais, né? Não era aquela aula de abre o caderno, abre o livro... Claro que tinha que ter os listões também, né? As escolas públicas recebiam livros didáticos e nós entrávamos em contato com as editoras. Aí, recebia mais orientação para o professor, sabe? Recebia um material bom, mandava o material de Geometria para que você fosse trabalhando e construindo com os alunos. E isso foi muito bom.

No mês de janeiro, chegavam as orientações e você tinha que entrar em fevereiro com a programação toda pronta. E, no seu planejamento, você precisava saber trabalhar com isso tudo. A partir de 20 de janeiro, você já estava se organizando para que, na primeira semana de fevereiro, entrasse sabendo seu plano de curso. Agora, uma coisa a gente questionava: normalmente quem cobrava muito, nunca tinha passado pela sala de aula. Quem ia nos cobrar aquilo nem tinha noção do que era uma sala de aula, mas manda quem pode, né?

Depois, durante um tempo, eu fiquei em um horário só na escola Marília de Dirceu e fui também para o Colégio Arquidiocesano na Vila Samarco. Era um dia na escola particular e

outro na pública. Eu tinha que sair daqui às 6h da manhã para ir à escola particular. Lá, eram poucas aulas e as turmas eram pequenas. E aí foi chegando o tempo de me aposentar.

Eu ainda fui trabalhar depois uma escola municipal, Tomás Antônio Gonzaga³⁵, durante um ano e meio. Nessa época, não estava mais no Colégio Arquidiocesano. Isso foi em 2015, mas aí já tinha me aposentado em 2014 na escola pública. E, na prefeitura, tem um sistema que, se você está trabalhando e adoece, você leva atestado, mas a escola fica esperando chegar um substituto. E a diretora dessa escola municipal me ligou e falou: “Tem uma professora que está doente aqui, afastada 15 dias. Você não quer vir dar umas aulas no lugar dela, não? Tem uma professora à toa em casa aí? Vem para cá”. Eu fui e fiquei lá um ano e meio, saí porque estava na hora. Já estava começando aquela guerra que tem acontecido hoje, de riscar o seu carro, de pegar lá fora. Aí, falei: “Está na hora de sair”. Quando eu estudei, era o maior respeito com a professora. Nossa! E, quando eu comecei a dar aula, também era assim, sabe? Agora no final que o negócio estava ficando desse jeito.

E, quando eu estava com uma escola só, eu comecei a trabalhar no cursinho preparatório para a Escola Técnica, pois professor não tem jeito de trabalhar apenas um horário, né? O salário é muito pouco. E nunca foi bom. E o governo nunca deu um amparo legal nem salarial, nem nada, né? Depois começou a prejudicar até a merenda. Teve uma época em que proibiu o professor de tomar um café na escola, tinha que levar.

Eu fui diretora também, mas não gostei, porque você vira um carregador de recado e não tem autonomia nenhuma. Você tem que cumprir aquilo tudo que mandam e aí deixa de saber se está prejudicando o profissional ou o aluno, porque uma sala com 45 alunos acaba sendo prejudicada. Havia o serviço de supervisor na escola, mas nunca quis ser supervisora, porque acaba que ele não poder fazer nada. Não tem autonomia...

Eu não gostava de trabalhar em fileira, era semicírculo e colocava os menores na frente. No primeiro dia, eu gostava de me apresentar para eles igual eu te falei no início e pegava o sobrenome deles. No segundo dia, eu já sabia a vida de todos eles, quem tinha pai alcoólatra, pai presidiário, pais separados, porque você tinha aquela dificuldade com eles. Não é defeito nenhum ser filho de “mãe solteira”, mas muitos não gostavam daquilo. Então, sentia essa

³⁵ Em 1933, foi criada a Escola Rural Mista de Saramenha, com o intuito de atender a comunidade da Fazenda de Saramenha. Até 1943, a escola funcionou com apenas uma professora. Devido à necessidade de atender aos filhos dos funcionários da Eletro-Química S/A, instalada em Saramenha, a instituição transformou-se na Escola Reunidas Tomaz Antônio Gonzaga. Em 1947, foi criada a Escola de Adultos no período noturno. Em 1956, transformou-se em Escola Estadual Tomás Antônio Gonzaga. Com sua municipalização, em 1997, passou a denominar-se Escola Municipal Tomás Antônio Gonzaga, atendendo o Ensino Fundamental (1ª a 8ª séries). Disponível em: <https://educacao.ouropreto.mg.gov.br/escola/em-tomas-antonio-gonzaga/sobre>. Acesso em: 10 nov. 2019.

dificuldade para trabalhar, pois começaram a vir problemas demais de família e aquilo afeta dentro da sala de aula.

Houve uma época em que tive muita dificuldade, por quê? Era mais fácil colocar 45 alunos na sala, do que 35, que era a lei. Então, havia dificuldade com a questão de material. Muitos alunos não tinham condições de ter aquele material. E as leis vêm, mas eles não estão dentro da sala de aula para ver como aquilo funciona, né? É difícil.

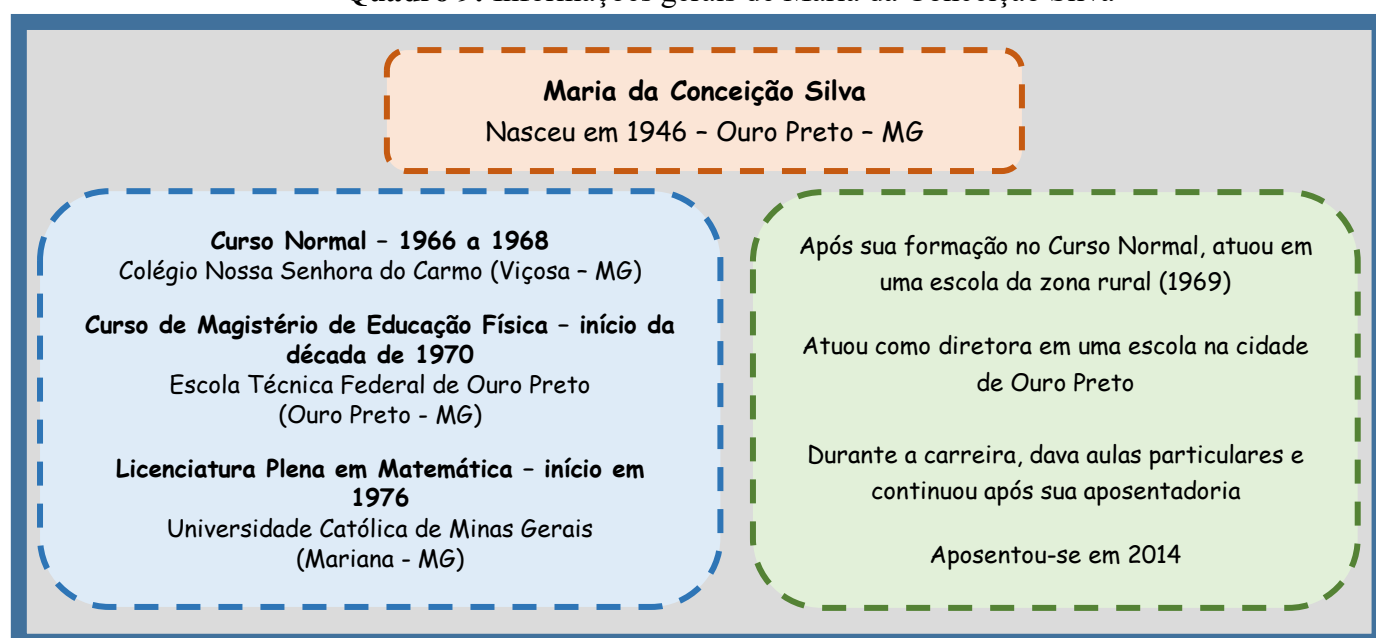
Após ter parado de dar aula nas escolas, eu continuei dando aula particular, ano passado eu parei. Se todo mundo era da mesma sala, eu aceitava 3 ou 4 em horário igual ou então era individual. Tinha alguns que vinham às 12h e ficavam até às 19h. Toda a vida, eu dei aula particular, no entanto eu nunca dei aula particular para aluno meu. Eu não aceitava, eu arrumava alguém para dar aula. Eu considero isso falta de ética. Constantemente, durante a semana, eu tinha 30, 40 alunos que passavam por aqui, menos aqueles que estavam comigo, né?



Figura 33: QR-Code
Fonte: gerado pelas autoras

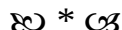
Bom, eu me tornei professora, porque acho que, no colégio interno em que estudei, ajudou muito nisso, nós íamos para a escola e ficava ajudando. Então, eu passei a gostar, sabe? Muitas vezes, os alunos quando estavam na sala de aula questionavam: “E se fosse para você escolher de novo a profissão?” Agora, eu já não faria mais. Naquela época, eu respondia que ia ser professora. Enfim, eu fui desenvolvendo, foi uma caminhada assim... De vez em quando, eu penso que foi uma caminhada dura, mas prazerosa.

Quadro 9: Informações gerais de Maria da Conceição Silva



Fonte: elaborado com base na textualização

3. OS MELINDROSOS CAMINHOS DE UMA PESQUISA COM A METODOLOGIA DA HISTÓRIA ORAL



“Entre aquilo que se passa na guerra e o que se conta depois, desde que o mundo é mundo, sempre houve certa diferença, mas, numa vida de guerreiro, que certos fatos tenham ocorrido ou não, pouco importa: existe você, sua força, a continuidade de seu modo de comportar-se, para garantir que as coisas não aconteceram exatamente assim, detalhe por detalhe, porém até poderiam ter ocorrido daquele jeito e poderiam ainda ocorrer numa ocasião semelhante. Mas uma pessoa como Agilulfo não tem nada para sustentar as próprias ações, verdadeiras ou falsas que sejam: ou são verbalizadas cotidianamente, inscritas nos registros, ou então é o vazio, a escuridão total” (CALVINO, 2005, p. 64-65).

Escrever sobre as experiências investigativas poderia servir apenas para dizer como chegamos às professoras colaboradoras da pesquisa, como realizamos as entrevistas, como vislumbramos a História Oral enquanto um caminho possível... Mas isso já fizemos nos textos que precedem este, apresentando as movimentações da pesquisa compostas por começos, recomeços, dificuldades e desdobramentos do percurso investigativo¹. Embora seja um capítulo que busca descrever e justificar um conjunto de escolhas e procedimentos adotados durante uma pesquisa, escrever sobre os percursos metodológicos pode significar também relatar uma história de vida. Esses escritos são um modo de dizer sobre aquilo que nos constituiu no caminho processual, inacabado e dinâmico, uma forma de nos desembaraçarmos dos passos dados durante a trajetória investigativa, um modo de problematizar a metodologia dada em trajetória. Neste texto, o(a) leitor(a) poderá aproximar-se de alguns movimentos de idas e vindas durante essa jornada e da nossa postura como pesquisadoras diante das escolhas que estiveram em jogo durante o processo de investigação, das motivações em cada decisão, dos deslocamentos e desdobramentos ocorridos.

3.1. Quem sabe os encontros que podem acontecer logo ali?

Até o momento da escrita do projeto para ingressar no doutorado, confesso que não conhecia o Ghoem, tampouco entendia ou tinha conhecimento sobre a História Oral. O primeiro contato com essa metodologia ocorreu durante o XIX EBRAPEM (Encontro Brasileiro de Estudantes de Pós-Graduação em Educação Matemática), realizado na cidade de Juiz de Fora

¹ Algumas informações complementares a este capítulo estão contidas em outros textos deste trabalho, principalmente, naqueles que antecedem as textualizações. Assim, sugerimos fortemente sua leitura.

– MG, no ano de 2015, ao participar da apresentação de projeto de dois membros do Ghoem². Na ocasião, tive a oportunidade de conhecer o grupo e algumas pesquisas desenvolvidas por seus integrantes. Ao iniciar os estudos de doutoramento, ingressei no Ghoem e, em meio a isso, percebi que, para além de todos os pressupostos envolvidos na História Oral, fazer parte do grupo era também assumir a realização e a responsabilidade de uma pesquisa que é constituída em colaboração. Na medida em que fui participando das reuniões do Ghoem, com algumas leituras e abordagens dos(as) colegas que buscavam constantemente aprofundar e explicitar os elementos envolvidos na metodologia da História Oral, ao discutir o processo de produção de fontes históricas e suas pesquisas de mestrado e doutorado foi possível tornar essa metodologia mais familiar. Essa colaboração dos(as) colegas foi fundamental para o desenvolvimento da pesquisa.

Criado em 2002, o Ghoem é um grupo interinstitucional, reunindo diversos(as) pesquisadores(as) que atuam em distintas instituições e estados do país, liderado pelo professor Antonio Vicente Marafioti Garnica. Por meio do desenvolvimento de pesquisas (iniciação científica, mestrado e doutorado), tem contribuído, principalmente, para a produção de conhecimento no campo da História da Educação Matemática e, desde sua criação, propõe-se a explorar as potencialidades da História Oral para/com a Educação Matemática. Embora a História Oral seja uma das formas mobilizadas na criação de narrativas, sendo a mais usual nas pesquisas do grupo, não é a única. Nas pesquisas são incorporadas discussões de outras abordagens teórico-metodológicas (como a Hermenêutica de Profundidade³) que nos propiciam estabelecer diálogo com diferentes áreas e abordagens teóricas e, com isso, apresentam contribuições para a Educação Matemática.

Os estudos do Ghoem estão organizados em algumas linhas de pesquisas que, embora distintas, estão interconectadas⁴. Este trabalho se enquadra na linha de pesquisa “Mapeamento da Formação e Atuação de Professores(as) que ensinam/ensinaram Matemática no Brasil”, um projeto de ampla envergadura desenvolvido pelo Ghoem e que, dentre outros aspectos, está

² Refiro-me à Ana Cláudia Molina Zaqueu Xavier e Vinícius Sanches Tizzo, que na ocasião apresentaram seus projetos de pesquisa a serem desenvolvidos ao longo do doutorado e que se desdobraram, respectivamente, nas seguintes teses: Zaqueu-Xavier (2019) e Tizzo (2019).

³ Para o(a) leitor(a) interessado(a) no assunto, indicamos os seguintes trabalhos: Azevedo (2017), Souza (2017), Miranda (2019) e Milanez (2020).

⁴ São elas: 1. “Mapeamento da Formação e Atuação de Professores(as) que ensinam/ensinaram Matemática no Brasil” (trata-se de uma linha transversal que foi se delineando e se alimenta das demais linhas); 2. Análise de Livros Didáticos – Hermenêutica de Profundidade; 3. Escolas Reunidas, Escolas Isoladas: Educação e Educação Matemática em Grupos Escolares; 4. História da Educação Matemática; 5. História Oral e Educação Matemática; 6. História Oral, Narrativas e Formação de Professores(as): pesquisa e intervenção; 7. IC-GHOEM; 8. Narrativas e ensino e aprendizagem de Matemática (Inclusiva).

interessado na elaboração de um mapeamento simbólico e histórico⁵ dos processos de formação de professores(as) pelo Brasil, ou seja, tem como propósito mapear a cultura matemática escolar no Brasil. O mapeamento trata de um movimento inacabado, cuja intenção é a fluidez, a dinamicidade e a abertura, marcando a permeabilidade do conhecimento e buscando apresentar traços (não definitivos) que possibilitem a constituição de outras configurações possíveis⁶, constituídas por diferentes sistemas de referências que nos orientam e possibilitam criar paisagens. Ao elaborarmos compreensões acerca da história (de formação e atuação) de nove professoras na região de Ouro Preto – MG, criamos registros sobre essa temática que poderão ser usados como disparadores (complementares e/ou destoantes) para outras leituras.

Durante a trajetória de pesquisa, ao buscarmos elaborar versões históricas sobre o processo de tornar-se professoras, que se formaram e atuaram na região de Ouro Preto – MG, a História Oral, praticada na perspectiva do Ghoem, tornou-se plausível para esta investigação. Uma metodologia que nos possibilitou criar/produzir narrativas em conjunto com as professoras, a partir de entrevistas orais, permitindo uma discussão sobre os processos de constituição como docentes e, sobretudo, uma aproximação quanto ao papel que essas mulheres exerceram na educação da região de Ouro Preto, considerando as peculiaridades de cada história contada por elas.

Na história da humanidade, a história das mulheres em distintos períodos foi negligenciada e a História Oral nos possibilitou produzir documentos e interpretações nos quais as próprias colaboradoras, junto com as pesquisadoras, atribuíram diferentes sentidos e apontaram para distintas faces dessas narrativas. Aliás, podemos dizer que a História Oral “produz fontes, registra memórias e documenta experiências”⁷.

E, sob esse ponto de vista, destacamos a importância de pesquisas que fazem uso de histórias de vida a partir da História Oral e de narrativas autobiográficas no processo de participação feminina na História da Educação (Matemática), uma vez que

Se, aparentemente, as mulheres têm lembranças diferentes das dos homens, a diferença não se deve a fatores biológicos, mas aos lugares sociais que ambos ocupam ou ocuparam. A memória é marcada, para homens e mulheres, pelos tipos de papéis sociais desempenhados, em trajetórias constituídas pelo meio socioeconômico e cultural, pelo nível educacional, pela faixa etária, entre outros elementos. Assim, as

⁵ No Ghoem, entendemos o mapeamento como uma narrativa em construção “que, junto com outras narrativas, situa temporalmente agentes e agências integrados num contexto que ajudam a criar, tanto quanto agentes e agências criam-se mutuamente” (GARNICA, 2015, p. 49), que não visa à totalidade ou à comparação. O mapeamento simbólico trata de um movimento com ausências e presenças, interessado em expressar pontos de vistas e espaços diversos (não apenas físicos). Suas compreensões são realizadas por cotejamentos (sempre parciais) de diferentes instâncias, ou seja, não há um protocolo a seguir, visto que pode se configurar por cotejamentos que se queira realizar (GARNICA, 2014).

⁶ (GARNICA, 2015).

⁷ (GARNICA; VIANNA, 2019, p. 2 – tradução livre).

memórias não são femininas ou masculinas especificamente: elas resultam das experiências de cada pessoa⁸.

Ou seja, o lugar de fala torna-se relevante para se trazer à tona nuances dessas histórias que somente as mulheres poderiam retratar. As narrativas possibilitaram tecer compreensões sobre o modo como as colaboradoras narraram suas histórias e atribuíram significados às questões colocadas no momento da entrevista. Essas compreensões que passamos a narrar na pesquisa buscaram contribuir com as discussões acerca da História da Educação (Matemática). A História Oral se mostrou para nós como um movimento permeado por rupturas e escolhê-la como metodologia não implicou seguir qualquer destino, mas nos coube observar os caminhos e sintonizar as condutas diante das possibilidades, compreendendo contextos e lugares de fala das entrevistadas, os modos como narraram suas histórias, possibilitando assim nos aproximarmos desses lugares, compreendê-los sob distintos pontos de vista⁹ e anunciá-los.

Nesse trabalho, optamos por não apresentar um panorama histórico sobre História Oral, no sentido de expor ao(à) leitor(a) elementos de suas origens, em que localidades cresceu vigorosamente, quais grupos estiveram envolvidos em sua difusão, em quais áreas foi estabelecendo interlocuções e, de modo especial, como foi se consolidando no Brasil. Muitas publicações do Ghoem já realizaram essa exposição¹⁰. Ao invés disso, buscamos focar naquilo que o Ghoem vem realizando e, mais diretamente, apresentar nossas compreensões e problematizações da História Oral e nossos modos de operar com/na pesquisa. Podemos dizer que apresentaremos a nossa versão da História Oral do Ghoem a partir dos atravessamentos que nos impulsionaram a produzir e sermos produzidas nos movimentos da pesquisa¹¹.

⁸ (MELILLO; GOMES, 2021, p. 248).

⁹ (GARNICA, 2003).

¹⁰ Destacamos algumas referências que podem ser consultadas: Garnica (2003), Baraldi (2003), Rolkowski (2006). Vale a pena destacar que no grupo a História Oral é uma metodologia de pesquisa qualitativa, ou seja, “a história oral, pensada como método de pesquisa, exige considerarmos o sujeito que a adota e o horizonte em que ela é adotada, o que a inscreve numa perspectiva qualitativa, do domínio das Humanidades, cujo solo é constituído pelas narrativas” (GARNICA; SOUZA, 2012, p. 100). Em seu texto, Garnica (2003) considerando a História Oral como metodologia, apresenta elementos que, embora empregados de maneira distinta, aproximam de características próprias da abordagem qualitativa.

¹¹ Quando nos referimos à História Oral que praticamos no Ghoem, “não é para se diferenciar ou para minimizar outras formas de História Oral, mas é para dizer assim: ‘Essa é a que a gente pratica. Você pode praticar essa forma, mas você pode praticar outras formas, só que os pressupostos devem ser explicitados claramente, porque não existe uma forma única, nem menos ou mais nobre de praticar História Oral’” (Textualização de Antônio Vicente Marafioti Garnica – SILVA, 2020, p. 43).

3.2. Em cena: a História Oral

“Seria proveitoso situar a História Oral como uma prática, de modo que, a cada vez, a gente não siga um determinado método, mas se pautar pela prática de nossos antecessores e descreva a prática que realizou. Mais importante do que isso, a gente divide e elabora essas práticas em comunidade, de modo que as ‘regras de método’ sejam, para nós, como são os ‘dicionários’: eles não compilam as palavras que ‘devemos usar’ – eles mostram as palavras que ‘são usadas’” (VIANNA, 2014, p. 80).

Às vezes, expressar em palavras algumas coisas é um exercício difícil, podendo resultar em uma aventura desorientante em que alguns elementos gritam à nossa frente e outros nos silenciam. Mas é chegada a hora de compartilhar as minhas compreensões junto à História Oral, das interações que ela proporcionou, mas também da calma e da solidão com que o exercício de leitura e escrita, em algumas ocasiões, fez-se presente.

Dentre algumas problematizações em relação a essa metodologia, uma me chamou a atenção: a História Oral trata de uma arte da escuta e não está restrita apenas ao evento em si, mas nos leva à historicidade, aos lugares e significados desse para a vida dos narradores¹². E, mais ainda, movimenta-nos “a redefinir nossas noções preconcebidas sobre a geografia do espaço público e do espaço privado, e do relacionamento entre eles”¹³. Sob esse ponto de vista, ela nos remete à história dos eventos, da memória e interpretação dos eventos por meio da memória, a qual é um meio de produção de significados e não apenas um depósito de informações. As histórias de vida se constituem como um dos vieses da História Oral, em que o(a) colaborador(a) narra sobre sua vida e nos possibilita conhecer e colocar em circulação as histórias de diferentes sujeitos fragmentados e ordinários, que poderiam ou não ser ignorados. Essas histórias ampliam os horizontes do conhecimento sobre os indivíduos e seu mundo ao produzirmos junto com esses vestígios uma trama das vivências narradas que ora se entrelaçam, ora se desfiem em (re)construções de determinado tempo e espaço vivido.

A partir das narrativas, muitos significados são possíveis e outras histórias e vozes surgem. A História Oral nos ajuda a perceber que, ao contarmos as histórias, temos acesso ao encontro, às brechas e fraturas das vidas privadas com a esfera pública, envolvendo os entrelaçamentos entre o significado histórico da experiência pessoal e do impacto pessoal das questões históricas. Esse acesso nos importa ao nos colocarmos frente aos acontecimentos mediante um posicionamento ético e político, questionando-os e pensando de que modo podem

¹² (PORTELLI, 2016).

¹³ (PORTELLI, 2016, p. 17).

reverberar no presente. Ao tratarmos sobre a história das mulheres, isso nos importa, pois se faz necessário fraturar a lógica dicotômica hierárquica entre humano/natureza, homem/mulher, entre outros, uma vez que não está apenas acompanhada por distinções hierárquicas, mas também está a serviço de pessoas que atuam como autoridades e representantes de um discurso. Nesse sentido, a natureza híbrida e multifacetada da História Oral nos ajuda nesse posicionamento político e ético. Diante da

impossibilidade de constituir documentos que recriem “A” história, [registram-se] algumas de suas várias versões, aos olhos de atores sociais que vivenciaram certos contextos e situações, considerando como elementos essenciais nesse processo as memórias desses atores – via de regra negligenciadas pelas abordagens oficiais ou mais clássicas – sem desprestigiar, no entanto, os dados “oficiais”, sem negar a importância das fontes primárias, dos arquivos, dos monumentos, dos tantos registros possíveis, os quais consideramos uma outra versão, outra face dos “fatos”¹⁴.

A oralidade é assumida, nesse sentido, como um meio pelo qual tentamos entender a nossa temática de estudo. As entrevistas são formas das quais o(a) pesquisador(a) dispõe para expandir os campos discursivos das várias memórias, que versam sobre o acontecimento social sem categorizações *a priori* e levam em conta “as tensões entre as histórias particulares e a cultura que as contextualiza. O sujeito, que se constitui a si próprio no exercício de narrar-se, explica-se e dá indícios, em sua trama interpretativa, para a compreensão do contexto no qual ele está se constituindo”¹⁵. Dada essa importância à oralidade, o(a) pesquisador(a) a partir da mobilização da História Oral, pondera sua análise na versão que resulta dos rastros deixados pelos(as) colaboradores(as), considerando a singularidade e a representatividade daquilo que é exposto nessas histórias de vida. A História Oral “fornece maneiras de investigar o que é dito, o que não é dito e, às vezes, até mesmo acessar o indizível”¹⁶. Essa metodologia se dá e depende da interação entre as pessoas envolvidas naquela cena, na qual suas subjetividades se interceptam e comunicam seus modos de ver e estar no mundo.

3.3. Sobre alguns passos nesse caminho

A História Oral não se encerra quando se desliga o gravador ou se inicia a partir de um determinado ponto específico, mas perpassa toda nossa postura de pesquisa, no modo como selecionamos nossos(as) colaboradores(as), como produzimos o roteiro e pensamos a entrevista, nas leituras que nos norteiam ou nos pousos e abandonos que realizamos.

¹⁴ (GARNICA, 2008, p. 142).

¹⁵ (GARNICA, 2008, p. 141).

¹⁶ (GARNICA; VIANNA, 2019, p. 2).

No Ghoem, perpassamos por alguns procedimentos possíveis relacionados aos caminhos de utilização da História Oral no desenvolvimento da pesquisa, como a escolha e o contato com os(as) colaboradores(as), a elaboração do roteiro – ou ainda das fichas temáticas¹⁷ utilizadas também como um recurso para conduzir a entrevista –, realização da entrevista, o momento da transcrição e textualização, sendo esta última, elaborada de distintas maneiras e, por fim, a legitimação da narrativa produzida por meio da leitura da narrativa pelo(a) entrevistado(a) e assinatura da carta de cessão de direitos.

Entendemos que o método é um modo de produzir o conhecimento e está diretamente ligado ao tipo de conhecimento que é produzido. As interligações são construções de um sujeito-pesquisador que já é parte do método. A metodologia não é algo fixo. Trata-se de um processo subjetivo que vai se constituindo ao longo da caminhada e isso significa que “teorização e metodologia são movimentos cujos frutos só se dão autenticamente como resultado de uma longa e tortuosa digestão”¹⁸. Por isso, consideramos importante destacar que a metodologia da História Oral não deve ser vista meramente como um conjunto de procedimentos regulares e/ou exclusivos, não apenas porque pode ser modificada de acordo com o desenvolvimento de cada pesquisa, devido às apropriações singulares inerentes ao processo investigativo, mas, sobretudo, ao ser continuamente avaliada e publicamente divulgada, possibilita reconhecer um conjunto de procedimentos que, embora sejam mais estáveis e fundamentados, nunca são cristalizados ou definitivos¹⁹.

Como explicado em momentos anteriores, inicialmente, nossas colaboradoras seriam quatro professoras aposentadas irmãs e nossa ideia àquela altura era discutir sobre o processo de constituição como professoras. Ao decidirmos ampliar nossa região de estudo, outras professoras aposentadas passaram a colaborar com nossa pesquisa e, desse modo, os critérios para a seleção foram: i. ser professora aposentada; ii. ter sido professora na região de Ouro Preto – MG na Educação Básica, podendo ser professora de Matemática ou ter ensinado Matemática. Como o primeiro critério já era comum entre as professoras Hebe e Leila, ele se estendeu para as demais professoras. Já o segundo critério surgiu como consequência da delimitação da região²⁰.

¹⁷ Ver Rolkouski (2006) e Zaqueu-Xavier (2019).

¹⁸ (GARNICA, 2014, p. 39).

¹⁹ (GARNICA; VIANNA, 2019).

²⁰ O modo como as professoras foram contatadas e selecionadas está descrito nos textos que antecedem cada uma das textualizações.

O exercício de elaboração do roteiro foi inquietante; afinal, o roteiro se constitui como um mapa para o(a) entrevistador(a) que possibilita percorrer o campo de estudo²¹. A construção do roteiro se deu a partir de algumas informações básicas que tínhamos das entrevistadas²², de leituras de textos sobre a região²³ e a partir da consulta de roteiros de trabalhos defendidos no Ghoem²⁴. Esse exercício nos ajudou a pensar sobre a temática e aquilo que, possivelmente, também auxiliaria nessa investigação.

Na produção e organização do roteiro, há a intencionalidade do(a) pesquisador(a) de modo a levar o(a) entrevistado(a) a narrar sobre questões que abarquem seu interesse próprio, exigindo sutileza em meio ao processo de diálogo²⁵. Nesse sentido, embora as entrevistas estejam organizadas por um único roteiro, elas se produzem a partir de vários eixos, ou seja, não estão limitadas apenas ao(a) entrevistador(a) e seu roteiro, mas estão imbricados, nesse processo, o modo de narrar e as experiências do(a) entrevistado(a)²⁶.

Quando iniciei a construção do roteiro, tinha a sensação de ainda não estar preparada, parecia que alguns elementos da pesquisa me escapavam. Ao elaborar o roteiro, muitas questões vinham a partir de meu conhecimento acerca daquilo que considerava ser o movimento de constituição de um(a) professor(a). Ainda que considerasse a formação como algo inacabado, contínuo e que vai sendo traçado à medida que se caminha, ainda estava ligada a algumas verdades referentes à constituição dessas professoras. Por exemplo, no início buscava por elementos que confirmassem a feminização do magistério, ou seja, olhava estritamente para esses elementos que evidenciavam o magistério como o espaço de atuação da mulher e deixava de me questionar como esse espaço foi produzindo uma ideia de profissão feminina ou, ainda, uma ideia do feminino. Nesse período, ainda estava agarrada àquela ideia de apresentar minuciosamente uma história cronologicamente linear sobre a trajetória das professoras e nada

²¹ (THOMPSON, 1992).

²² Em relação às quatro professoras irmãs, já tínhamos algumas informações como a idade, o período e as escolas onde se formaram e atuaram.

²³ Durante o mestrado, na disciplina intitulada “História e historiografia da Educação”, pude realizar algumas leituras referentes à cidade de Mariana (e seus entornos) e às suas instituições escolares.

²⁴ Nesse contato com os trabalhos produzidos no âmbito do Ghoem, a tese de Rolkouski (2006), que tinha como objetivo “compreender como um professor de Matemática torna-se o professor de Matemática que é”, auxiliou-nos de forma mais direta na produção desse roteiro. Embora o autor tenha utilizado as fichas temáticas como dispositivo para nortear suas entrevistas, seus estudos se aproximavam da temática que estamos investigando. Outros trabalhos também fizeram parte desse movimento, são eles: Zaqueu-Xavier (2019), Tizzo (2019), Martins-Salandim (2012), Matucheski (2016), Nakamura (2017), entre outros. À época, o trabalho de Silva (2020) estava sendo desenvolvido. Como de praxe seu roteiro de entrevista foi levado para ser discutido entre os(as) colegas de orientação e, para mim, foi um importante processo formativo que me auxiliou na produção do roteiro desta pesquisa, o qual também foi discutido pelos(as) colegas de orientação que muito nos ajudaram com suas sugestões.

²⁵ (FERNANDES, 2011).

²⁶ (MARTINS-SALANDIM, 2012).

poderia ser deixado de lado. E, nesse sentido, muitas questões presentes no roteiro possuem esse vestígio²⁷.

Conforme as entrevistas aconteciam, ia me dando conta de que “articular historicamente o passado não significa[va] conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa[va] apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja[va]” em um dado momento²⁸. Significava olhar além das evidências e, para isso, foi necessário me afastar daquilo que já estava enraizado em mim para abrir espaço a outros questionamentos. E, com isso, o roteiro se modificou não nas questões em si, mas na forma como era conduzido durante as entrevistas. Em um dado momento, eu já não me via tão agarrada àquela sequência de perguntas, mas muito mais atenta à fala das colaboradoras e dali percebia o que poderia ser explorado de modo a responder à questão de pesquisa. Nesse sentido, podemos dizer que o roteiro não foi algo estático, mas passou por transformações relativas aos modos de conceber a pesquisa e de pesquisar, como também aos momentos de entrevista com cada professora.

Hoje, percebo que a produção do roteiro, da entrevista e da pesquisa são um exercício de liberdade, apesar de me ver, em alguns momentos, presa a algumas lógicas/verdades, talvez como um modo de me proteger e/ou me limitar a uma zona de conforto. Em vista disso, cabe a preparação do(a) entrevistador(a) antes, durante e após o momento da entrevista, não apenas no respeito pelo(a) outro(a) e por sua história, na responsabilidade ao contá-la e compreendê-la, mas, sobretudo, nesse exercício de liberdade que nos conduz a romper com paradigmas e relações de poder instituídos e naturalizados. “Assim como o[a] narrador[a] tem a responsabilidade de contar, o[a] historiador[a] tem a responsabilidade de abrir um espaço narrativo, escutando ativamente o que o[a] narradora[a] tem a dizer”²⁹. E, durante essa trajetória, entre estudos e diálogos, passamos a constituir o roteiro, a conceber a entrevista e a nos prepararmos para esse momento.

Destaco que as conversas com os membros do grupo de pesquisa e a leitura dos trabalhos que compartilhavam os melindrosos processos de realização das entrevistas (e da pesquisa) tiveram um papel formativo muito importante. Posto que, além das próprias dúvidas relacionadas aos modos de mobilizar a História Oral, outras questões surgiam em relação ao

²⁷ Como já mencionamos, houve uma mudança em nossa pesquisa, que, talvez, possa gerar questionamentos de como ela reverberou no roteiro. Podemos dizer que a essência do objetivo da pesquisa não foi alterada, pois continuamos nossa empreitada de tecer compreensões sobre o processo de tornar-se docente. Com isso, embora tenha ocorrido uma ampliação do cenário, não tivemos prejuízos em manter o roteiro tal como estava configurado, visto que as questões contemplavam o novo cenário de pesquisa, a região de Ouro Preto.

²⁸ (BENJAMIN, 1987, p. 224).

²⁹ (PORTELLI, 2016, p. 20).

percurso da pesquisa de doutorado e perceber nesses escritos o modo como os(as) pesquisadores(as) enfrentaram as diferentes etapas da investigação me tranquilizava e me formava. Os relatos de pesquisa me aproximavam da metodologia da História Oral e me possibilitavam não apenas uma leitura, mas uma experiência de leitura, à medida que confessavam a mim “segredos” aos quais talvez não tivesse acesso de outra forma, antes de iniciar a investigação. Entendemos esse processo como uma forma de colaboração, em que pesquisas e pesquisadores(as) se entrelaçam ao estabelecerem interlocuções, produzirem interpretações e tecerem compreensões no desafio de um percurso de investigação.

3.4. Alguns desas(sossegos) no caminho

Em nossas vivências, contatos e enfrentamentos cotidianos no/com o mundo em um processo dinâmico, tentamos criar zonas de estabilidades, às quais estão enraizadas as “opções, os hábitos de ação de que me sinto munid[a] para o enfrentamento com o mundo e com as perplexidades que surgem desse enfrentamento”³⁰. Na empreitada investigativa, busquei formas de me sentir segura em relação à entrevista, as quais, geralmente, estavam ligadas a questões de ordem técnica (por exemplo, como e quando fazer as perguntas e/ou intervir, como me portar diante da entrevistada). Durante o mestrado, eu havia tido contato com outro tipo de narrativa (os memoriais de formação), porém, até então, não tinha realizado uma entrevista, o que era fonte de preocupações e inquietações. Essa ilusão de criar zonas de segurança aos poucos foi sendo desconstruída, pois comecei a perceber que, embora houvesse distintas literaturas que indicassem as formas de se conduzir uma entrevista, havia também um exercício de singularidades e circunstâncias que envolvia pesquisadora e entrevistadas.

Ao longo dessas leituras e vivências dos momentos de entrevista, passei a compreendê-la como um modo de comunicação entre pessoas, que permite a construção de travessias entre elas. Nesse sentido,

a entrevista não é entendida como momento em que o[a] colaborador[a] narrará a sua vida, mas como um momento em que o[a] colaborador[a] narrará uma vida. Isso quer dizer que não acreditamos na possibilidade de narrar o que efetivamente aconteceu: a construção, pela entrevista, é sempre singular, sempre constituída naquele instante. Ela envolve, pois, pesquisador[a], colaborador[a], questão de pesquisa, lugar onde é realizada, circunstâncias do presente e do passado, perspectivas de futuro, intenções de quem fala e de quem ouve; ou seja, não trata de revelar a realidade como algo dado, mas sempre constituir essa realidade, inventando-a³¹.

³⁰ (GARNICA, 2008, p. 87).

³¹ (FERNANDES, 2014, p. 48-49).

A entrevista se mostrou como uma forma mediadora de diálogo, que, em suas circunstâncias, pode habitar silêncios, sentimentos, emoções... Um jogo entre o que sou e quem é o(a) outro(a), delineado pelos olhares, contextos e situações³². É uma forma pela qual o(a) entrevistado(a) narra sobre sua vida, materializando suas percepções vivenciadas em um espaço-tempo³³. Para o(a) entrevistador(a), trata-se de um momento de “apreensão do que não somos nós (uma apreensão que nos auxilia, ao fim e ao cabo, a nos situarmos como o que somos), num exercício de análise de uma história de vida: um processo de mineração do(a) outro(a) a partir do relato de suas vivências”³⁴. Ou seja, há uma exploração da percepção de si e do(a) outro(a), cada qual com seus sentimentos e interpretações. São momentos de construção e desconstrução constante, em que se busca atribuir significados àquelas narrativas. Podemos dizer, ainda, da entrevista como um processo formativo, uma experiência humana, dada num espaço de atividade relacional, no qual está presente o entrelaçamento de linguagem, corpos, emoções e ações. Por isso, é importante que o(a) pesquisador(a) assuma esse compromisso com responsabilidade.

O momento da entrevista se dá numa relação de troca mútua de olhares, “uma *entrevista* diz respeito a duas pessoas olhando uma para a outra. O[a] observador[a] nos observa – eles[as] geralmente são mais perspicazes do que nós, pois nos julgam a partir de nossa linguagem corporal e de comportamentos dos quais não estamos sequer conscientes”³⁵. Naquele instante, acontece entre-olhares, entre-vistas, um “entre” que se constitui por meio de uma lente que se amplia não só pelos olhos, mas pelas mãos, corpos, suspiros, silêncios, movimentos. Um instante que se estabelece na relação de duas pessoas que dialogam sobre uma questão, trazendo consigo seus interesses, experiências, formação e visão de mundo.

A entrevista é uma forma narrativa que pode nos ajudar no processo de nos voltarmos para elementos que constituem o objeto de estudo. No caso desta pesquisa, se estabeleceu como formas de produzir e conhecer não apenas as histórias de vida das professoras, mas também a produção e conhecimento de minha própria história. Enquanto as professoras narravam, surgiam elementos que me faziam pensar em diferentes aspectos da educação ou de minha própria trajetória formativa. Eu me sentia em um caleidoscópio, com movimentações, cores, formas e combinações narrativas variadas que produziam um modo de ser professora, de ser pesquisadora, de ser mulher, em que diferentes papéis reverberavam. Assim, observava a

³² (GARNICA, 2008).

³³ Assim como a História Oral é uma das possibilidades para se produzir a pesquisa, a entrevista também não é a única forma de produção de uma narrativa e/ou produção de dados para a pesquisa.

³⁴ (GARNICA, 2008, p. 71).

³⁵ (PORTELLI, 2016, p. 35, grifos do autor).

produção “narrativa do[a] outro[a] como forma de constituição desse[a] outro[a] e como possibilidade de compreensão e de constituição de nós próprios[as], a partir das experiências que nem sempre se constituem racionalmente”³⁶, mas que podem produzir diferentes sentidos ao longo da vida. Embora as entrevistas estivessem sempre pautadas por um “mesmo” roteiro, os acontecimentos que se passavam eram distintos e marcavam-me a seu modo, “... a cada entrevista, uma nova experiência; a cada entrevista, a pesquisadora se modificava. Variados sentimentos afloraram nestas tantas idas e vindas...”³⁷. Por isso, o caminho muito me fascina, pois antes não imaginava que os momentos de entrevistas seriam tão formativos.

A entrevista é um modo de caminhar por essas histórias, trata-se de um caminho realizado em meio a um volante compartilhado por duas pessoas, o qual se movimenta para um lado ou outro se houver abertura por parte do(a) entrevistado(a) para narrar e do(a) pesquisador(a) para a escuta e diálogo em uma negociação do caminho a ser trilhado. Sem esquecer que o interessante é fazer com que o(a) outro(a) direcione sua narrativa para aquilo que deseja lembrar, afinal é sobre sua história e aquilo que a envolve que desejamos conhecer. Dessa forma,

é a abertura do[a] historiador[a] para a escuta e para o diálogo, e o respeito pelos[as] narradores[as], que estabelece uma aceitação mútua baseada na diferença, e que abre o espaço narrativo para o[a] entrevistador[a] entrar. Do outro lado, é a disposição do[a] entrevistado[a] de falar e de se abrir em alguma medida que permite que os[as] historiadores[as] façam seu trabalho. E a abertura dos[as] historiadores[as] sobre eles[as] mesmos[as] e sobre o propósito de seu trabalho é um fator crucial na criação desse espaço³⁸.

A criação desse espaço se dá, por assim dizer, em um processo de colaboração, uma via de mão dupla que exige ação conjunta entre entrevistador(a) e entrevistado(a), que tem por pressupostos a confiança e a cooperação mútuas. E, ainda, podemos acenar para um sentido de continuidade que, nesse caso, traduz-se na potencialidade que as narrativas possuem de se manifestar em um espaço-tempo.

Ao longo do percurso, realizamos entrevistas gravadas com dez professoras entre novembro de 2017 e outubro de 2019. Como já comentado, uma colaboradora foi entrevistada, mas decidiu não participar da pesquisa, portanto, respeitando o acordo estabelecido previamente, essa entrevista não está presente no trabalho. Esclarecido esse ponto, nossa produção de dados esteve ancorada nos nove depoimentos orais das professoras realizados nas cidades onde atualmente residem. As entrevistas ocorreram na ordem em que apresentamos as

³⁶ (GARNICA, 2008, p. 113).

³⁷ (NAKAMURA, 2017, p. 378).

³⁸ (PORTELLI, 2016, p. 15).

textualizações neste trabalho, ou seja, na seguinte ordem e respectivos anos: Hebe (Mariana – 2017 e 2018), Leila (Ponte Nova – 2018), Maria de Lourdes (Mariana – 2019), Edna (Acaiaca – 2019), Maria Gomes (Diogo de Vasconcelos – 2019), Maria Auxiliadora (Diogo de Vasconcelos – 2019), Lenir (Itabirito – 2019), Maria da Consolação (Itabirito – 2019) e Maria da Conceição (Ouro Preto – 2019).

Ao realizar as entrevistas, percebi que as razões para aceitarem ser entrevistadas eram variadas. Infelizmente, o ouvir o(a) outro(a) tem se perdido em nossa vida cotidiana. E, talvez, isso fique um pouco mais nítido quando as pessoas já estão em uma idade mais avançada, era muito expressivo. Todas as professoras sob diferentes modos de narrar, desejavam falar. Hoje, em alguns momentos, podemos perceber que há cada vez menos espaço para a escuta atenciosa daquilo que os(as) mais velhos(as) dizem. Observei também que, no decorrer do diálogo, não precisava fazer muitas intervenções. Ao colocar uma questão ou outra, elas se alongavam em suas memórias e narravam sobre sua trajetória, seguiam o caminho em direção àquilo que lhes agradava, àquilo que desejavam contar. Esse modo de deixar a entrevista fluir foi muito importante, na medida em que o

objetivo não é a busca de informações ou evidências que valham por si mesmas, mas sim fazer um registro ‘subjetivo’ de como um homem, ou uma mulher, olha para trás e enxerga a própria vida, em sua totalidade, ou em uma de suas partes. Exatamente o modo como fala sobre ela, como a ordena, a que dá destaque, o que deixa de lado, as palavras que escolhe, é que são importantes para a compreensão de qualquer entrevista; mas para esse fim, essas coisas se tornam o texto fundamental a ser estudado. Assim, quanto menos seu testemunho seja moldado pelas perguntas do(a) entrevistador(a), melhor³⁹.

Durante os minutos da entrevista, a cada palavra dessas professoras, muitos fios se abriam, permitindo novas direções, aproximações, distanciamentos ou sobreposições, uma pluralidade de elementos emergia, bem como outras vozes apareciam. A partir de poucas intervenções, várias histórias e memórias surgiam e, assim, fui percebendo que formavam “um arsenal de reminiscências à mão, talvez por ser um distintivo a fincá-lo como um sujeito diferenciado dentre outros[as], talvez pelo gosto de contar seus ‘causos’, talvez pelo hábito de contar e recontar as histórias”⁴⁰.

Nesse movimento, que para mim se compõe como *caótico*⁴¹, era importante também seguir outras possibilidades de interpretações, caminhos, referências e percepções, que não

³⁹ (THOMPSON, 1992, p. 258).

⁴⁰ (GARNICA, 2008, p. 155).

Algumas professoras comentam sobre o gosto pela contação de histórias.

⁴¹ Como afirma Garnica (2008, p. 89), caótico não diz de algo meramente desorganizado, mas o contrário disso, “configura-se na aceitação de interferências várias [...], como vitais para a compreensão”, ou seja, remete-nos a outros modos alternativos de se compreender algo.

aqueles presentes no roteiro, sendo conduzida por aqueles fios que surgiam na entrevista. E esse exercício não se estabeleceu como um movimento tão fácil. Na entrevista não captamos e compreendemos apenas “como o desenrolar dos acontecimentos é descrito, mas também a rede de relações e sentidos que dá à narrativa sua estrutura como um todo”⁴², ou seja, são modos de compreender as conjunturas em que as vidas foram se delineando e os elementos que alteram, paralisam ou motivam a atividade daquele(a) que narra.

3.5. Alguns ecos no caminho

Após “finalizar” a entrevista, passamos a outros dois processos: a transcrição e a textualização. A transcrição consiste em um processo de transformação literal do texto oral em escrito⁴³. A transcrição é mais performática, pois busca trazer aquilo que está na entrevista, está ali para ser interpretado. Em conversas com os(as) colegas, alguns(mas) se queixavam que a transcrição era um momento solitário, no entanto para mim foi uma forma de estar novamente na companhia de minhas colaboradoras, um momento de estar povoada de pensamentos, que, geralmente, levavam-me a reflexões em relação às minhas vivências.

Embora seja um trabalho de caráter mais técnico, a transcrição, em nosso entendimento, exigiu mais atenção por dois motivos. Primeiro, refere-se ao exercício de escuta atenta para buscar imprimir no texto escrito algumas marcações que aparecem no momento da entrevista, tais como silêncios, interrupções, ênfases, tons de voz, dentre outras, que são importantes para traduzir os sentimentos e sensações do(a) entrevistado(a) e que nos ajudam a pensar em alguns movimentos de análise. O segundo ponto alude também ao exercício de escuta atenta, mas agora sob a dinâmica de se apropriar daquilo que o(a) entrevistado(a) fala. Isso me ajudou a ir tecendo algumas organizações que queria levar para a textualização e observando pontos que poderiam ser tratados na análise. Ao encerrar a transcrição, ouvia novamente o áudio para revisar o texto e, nesse processo, encontrei alguns erros e algumas alterações foram feitas. Com isso, teimava em percorrer um movimento insano de ouvir o áudio diversas vezes na tentativa de ser fiel àquilo que a colaboradora havia falado. Com o tempo, percebi que poderia ser um movimento infundável.

⁴² (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002, p. 108).

⁴³ Para a realização da transcrição, contei com o auxílio do *software* gratuito *Express Scribe Transcription*. Por meio de atalhos no teclado do computador, esse *software* permite ajustar a velocidade de reprodução do áudio, avançar, pausar e retomar o áudio, bem como digitar o texto em sua própria interface. Esses recursos, via atalho, otimizam o trabalho de transcrição por possibilitar a fluidez no trabalho, no sentido de não ser necessário minimizar a tela do programa em que a digitação está sendo feita.

A partir desse trabalho, passamos ao momento das textualizações, as quais possibilitam uma leitura fluida e compreensível, mediante a exclusão de vícios de linguagem e até a reorganização do texto. A textualização não é um procedimento cristalizado, mas é algo singular, sua estrutura e formato dependem do estilo a ser dado pelo(a) pesquisador(a), não há um modelo a ser seguido. Cada pesquisador(a), à medida que tem contato com o texto, vê a necessidade das mudanças para que o texto fique coerente, mas que imprima ali as marcas do(a) entrevistado(a) e também as suas marcas. Cabe destacar que aquilo a que temos acesso na textualização “não é ao que foi dito pelo[a] colaborador[a], mas sim, o que ele[a] diz que disse e o que pude entender do que foi dito”⁴⁴. A preparação do texto que faz uso de uma história pessoal envolve a obtenção de um material bruto e de sua transformação (palavras faladas em escritas, processo de edições, estudos e interpretações de cada história), conduzida pelo(a) pesquisador(a). Assim, a textualização é um exercício de construir uma narrativa a partir da entrevista, buscando captar o momento da interlocução, que é particular a cada entrevista e pesquisa.

Nas textualizações presentes neste trabalho, fizemos alterações que, no geral, resumiram-se à retirada de passagens repetidas, à inserção de notas de rodapé com objetivo de informar e/ou contextualizar o(a) leitor(a) acerca de algum assunto e, por fim, à reordenação de alguns elementos para que determinados acontecimentos fossem narrados de forma mais linear. Durante a leitura das textualizações, percebemos que as idas e vindas de alguns acontecimentos dificultavam seu entendimento como um todo; por esse motivo, em alguns casos, optamos por reorganizar a textualização levando em conta a linearidade dos acontecimentos.

Diante não apenas dessas mudanças, mas também no tratamento das textualizações, cabe destacar ainda o cuidado ético para operar com elas, apresentando as histórias respeitosamente. Em torno dos elementos e cuidados que envolveram a textualização, o processo não diferiu da transcrição no sentido de ter várias leituras acompanhadas por diferentes ajustes. Percebi ser também um movimento interminável, por isso era necessário encontrar um momento de parar.

No Ghoem, entendemos que a textualização é um exercício que os(as) entrevistados(as), além de atores(atrizes), são também criadores(as), ou seja, trata-se da constituição colaborativa de uma narrativa, entre entrevistado(a) e entrevistador(a)⁴⁵. No processo de produção de fontes,

⁴⁴ (ZAQUEU-XAVIER, 2019, p. 251).

⁴⁵ Concordamos com Zaqueu-Xavier (2019, p. 251) ao dizer que “a textualização não representa o[a] colaborador[a] em si, mas um sujeito que passou por transformações próprias e do[a] pesquisador[a] que, ao trabalhar na narrativa, imprime também suas marcas e expõe a imagem de um sujeito que ele[a] próprio[a] criou a partir de si”.

ao contrário da maioria dos documentos históricos, as fontes orais não são encontradas, mas cocriadas pelo[a] historiador[a]. Elas não existiriam sob a forma em que existem sem a presença, o estímulo e o papel ativo do[a] historiador[a] na entrevista feita em campo. Fontes orais são geradas em uma troca dialógica, a entrevista: literalmente uma troca de olhares⁴⁶.

No campo da Educação Matemática, a oralidade é um recurso utilizado para compreender os objetos de estudos. Em geral, as pesquisas que têm pressupostos qualitativos dispõem de depoimentos que permitem compreender o tema investigado e produzir “irremediavelmente uma fonte histórica. A diferença é que os que usam a História Oral intencionalmente as produzem”⁴⁷. Os relatos nos mostram como a vida dos(as) diferentes entrevistados(as) são permeadas por permanências e instabilidades e como cada trajetória “tem um percurso que se altera ao longo do tempo, que decorre por sucessão. Também podem mostrar como o mesmo período da vida de uma pessoa pode ser ‘decomposto’ em tempos com ritmos diversos: um tempo da casa, um tempo do trabalho, etc.”⁴⁸. Por isso, essas narrativas têm seu valor como fontes historiográficas.

No Ghoem, defendemos a ideia da constituição intencional de fontes históricas e, para isso, ressaltamos a importância de se cercar de cuidado e de um comprometimento ético. “Trata-se de uma produção de conhecimento que não se refere à busca de fatos reveladores de uma identidade, mas de um traço, sempre provisório”⁴⁹ de forças que vão se estabelecendo na vida. Refere-se à versão das memórias e histórias dessas pessoas, apresentando a experiência humana pela oralidade como um meio de conhecimento e investigação, no qual a atribuição de significados depende dos óculos teóricos de alguém, ou seja, na entrevista está presente o modo como o(a) entrevistado(a) se posiciona e atribui significados em relação a um contexto, em um determinado tempo e/ou situação. As fontes orais apresentam dimensões que não são facilmente encontradas (ou estão ausentes) em outras fontes.

As fontes historiográficas expressam subjetividades e nos permitem conhecer os significados que “foram atribuídos às experiências vividas ou que se pensa terem sido vividas, mostrando que o passado contém muitos outros futuros além do que realmente ocorreu”⁵⁰. A atribuição de significados não é algo fixo, mas um *continuum* que depende dos aspectos que nos afetaram naquele momento. Cada leitura engendra novos significados, cada entrevista

⁴⁶ (PORTELLI, 2016, p. 10).

⁴⁷ (GARNICA, 2010, p. 31).

⁴⁸ (GOMES, 2004, p. 13).

⁴⁹ (FERNANDES, 2014, p. 15).

⁵⁰ (GARNICA; VIANNA, 2019, p. 12 – tradução livre).

apresenta novos enfoques. Reside aí boa parte da riqueza da metodologia da História Oral que envolve a memória e a linguagem para expressar o que ela produz em cada momento.

Nesse sentido, é importante ressaltar que, se produzimos fontes, intencionalmente, tanto para as pesquisas que estamos desenvolvendo quanto para outras que tenham interesse em discutir temáticas presentes nas narrativas, não visamos apenas o conteúdo em si ou algo pontual no momento da entrevista. De outro modo, sendo narrativas que não se findam, insistimos nas possibilidades e potencialidades de essas entrevistas serem mobilizadas de modo a gerar outros argumentos, pistas e resíduos⁵¹.

A partir dos dois movimentos, avançamos para a legitimação, que consistiu no envio da narrativa escrita às entrevistadas para leitura, conferência e assinatura da carta de cessão de direitos⁵². Durante algum tempo, adiei o contato com as professoras. Após todo o processo, em alguns momentos, moroso e cheio de dificuldades me via com medo de enfrentar essa etapa, ficava imaginando várias possibilidades para que o material chegasse até elas: por *e-mail* (era a possibilidade que se mostrava como a mais remota, pois, durante nossas conversas, algumas acenaram a dificuldade ou seu afastamento em relação às tecnologias), por correio ou, ainda, presencialmente. Essa última opção não me agradava muito, visto que havia dificuldades em realizar algumas viagens, como comentado anteriormente. Todavia, é interessante ver como a trajetória tem suas surpresas. O momento de retorno das narrativas às colaboradoras, embora tenha perpassado pelo medo diante do risco da não assinatura da carta de cessão (que, por sinal, era um direito das entrevistadas) e até mesmo pelas dificuldades quanto ao envio do material, foi um momento agradável que me possibilitou conversar novamente com as professoras. Todas foram muito atenciosas em atender nosso pedido.

Das nove professoras, oito receberam o material por *e-mail* e uma via correio. Cabe destacar que, no caso das professoras Maria da Consolação, Maria da Conceição e Lenir, como não tinham impressora em casa e teriam dificuldades para ter acesso a esse tipo de serviço, pediram para que eu enviasse, pelo correio somente a carta de cessão. No que diz respeito às professoras Maria Gomes⁵³ e Maria Auxiliadora ao entrar em contato para verificar qual seria o melhor meio para enviar o material, elas pediram para que encaminhasse ao professor

⁵¹ (MARTINS-SALANDIM, 2012).

⁵² As nove cartas de cessão encontram-se no tópico Anexo, presente ao final desta tese.

⁵³ Ao entrar em contato com a professora Maria Gomes, houve um fato curioso. Inicialmente, ela não se lembrava que havia concedido uma entrevista a mim. Somente após eu indicar alguns fatos que ela havia mencionado na entrevista é que ela se lembrou de nossa conversa e, assim, indicou o recebimento do material pelo professor Wagner.

Wagner, assim seria mais fácil receber o material. A professora Maria de Lourdes foi aquela a que mais tive dificuldades para encaminhar o material⁵⁴.

Em relação à leitura e conferência da textualização, como já percebemos em outros estudos do Ghoem, não são todos(as) os(as) colaboradores(as) que fazem sua leitura. Nessa pesquisa, isso não foi diferente. Algumas professoras me ligaram ou encaminharam uma mensagem (por *e-mail* ou *WhatsApp*) sinalizando as alterações. No caso daquelas que não fizeram nenhum tipo de sinalização e somente encaminharam a carta de cessão, não podemos afirmar assertivamente que não fizeram a leitura da textualização, esse fato pode ter ocorrido; por outro lado, elas poderiam ter lido e preferiram não pontuar as mudanças. Por isso, optamos por não mencionar aquelas que indicaram ou não alterações na textualização através de sua leitura. Algumas delas, à medida que faziam a leitura das narrativas ligavam e, ali em alguns minutos no telefone, comentavam não só sobre as alterações realizadas, mas de outras situações que iam lembrando ou, ainda, sobre seu cotidiano naquele momento. Após alguns percalços, a alegria e o sentimento de gratidão tomavam conta dos meus dias.

3.6. E quando a gente olha para trás...

Após passar por todo esse processo, sinto que, se uma pessoa não sai modificada após os contatos, as entrevistas e, por fim, após a pesquisa, “ela está perdendo tempo. As mudanças podem ser imperceptíveis, mas vão se somando ao longo dos anos, e nos fazem ser o que somos enquanto indivíduos, não apenas enquanto estudiosos(as) ou ativistas”⁵⁵. Em um processo cheio de ansiedade, medo e expectativas, pude perceber, nesse espaço de compartilhamento, a importância de nos colocarmos como aprendizes, “uma troca de conhecimento só tem

⁵⁴ Ao ligar para o contato que possuía da professora Maria de Lourdes, ele estava desativado. Pedi seu contato à professora Hebe, mas o novo número não tinha sido registrado corretamente e a ligação era direcionada a outra residência. Encontrei a professora Maria de Lourdes na rede social *Facebook*, mas também não obtive retorno. Até que resolvi escrever uma carta e enviar para sua residência, como não obtive retorno imaginei algumas possibilidades, como: a correspondência poderia ter se extraviado; a professora poderia ter recebido, mas não teria tido tempo de entrar em contato comigo; poderia ter desistido de participar da pesquisa. Após quarenta dias, a correspondência retornou para a minha residência por não ter sido localizado seu endereço, achei estranho, pois havia encaminhado para o endereço que ela havia me informado no dia da entrevista. Bom, pensei que poderia ter mudado de residência. Dada essa circunstância, entrei em contato com a professora Fernanda (coorientadora do mestrado), que mora na cidade de Mariana e poderia me ajudar a localizar a professora Maria de Lourdes. Novamente as redes de contato me auxiliariam nessa empreitada. Entrando em contato com pessoas que pudesse auxiliá-la, por coincidência, descobriu que um de seus orientandos era vizinho da professora Maria de Lourdes. Como enviei, por *e-mail*, todo o material para Fernanda, seu orientando entregou à professora e assim consegui obter a carta de cessão assinada. Como na carta havia deixado meu contato, ela me enviou uma mensagem via *WhatsApp*, tendo sido assim como os demais um contato muito agradável.

⁵⁵ (PORTELLI, 2016, p. 44).

significado se esse conhecimento não está previamente compartilhado – isto é, se entre os sujeitos envolvidos existe uma diferença significativa e um deles está em situação de aprendizagem”⁵⁶.

Nas entre-vistas, entre trocas de olhares, foi possível acompanhar não só a produção da história das professoras, mas também a produção de minha própria história. A realização da investigação se constituiu como um espaço de construção de maneiras de sermos pesquisadoras e estarmos na pesquisa, um processo que necessita de tempo e é contínuo. Um movimento de tornar-se, cheio de subjetividades, buscas, idas e vindas. Uma situação de aprendizado que nos levou a outras possibilidades e modos de ver o mundo. E, pensando nos aspectos formativos a que a investigação nos leva, talvez eu possa traduzi-la por estas palavras:

A página tem o seu bem só quando é virada e há a vida por trás que impulsiona e desordena todas as folhas do livro. A pena que corre empurrada pelo mesmo prazer que nos faz correr pelas estradas. O capítulo que começamos e ainda não sabemos que história vamos contar é como a encruzilhada que superamos ao sair do convento e não sabemos se nos vai colocar diante de um dragão, um exército bárbaro, uma ilha encantada, um novo amor⁵⁷.

Antes de iniciarmos esta pesquisa, não sabíamos a quais caminhos ela nos levaria, mas percebemos ser um caminho dinâmico e formativo, permeado por distintas relações, uma trajetória que foi se constituindo à medida que fazia a caminhada. Um caminho que só é conhecido ao se caminhar, mas que tem lá suas surpresas e esperanças. Portanto, caminhar é preciso!!!

⁵⁶ (PORTELLI, 2016, p. 13).

⁵⁷ (CALVINO, 2005, p. 115).

4. E, AGORA, O QUE FAZER COM TUDO ISSO?



“Eu disse uma vez que escrever é uma maldição. Não me lembro por que exatamente eu disse, e com sinceridade. Hoje repito: é uma maldição, mas uma maldição que salva.

Não estou me referindo muito a escrever para jornal. Mas escrever aquilo que eventualmente pode se transformar num conto ou num romance. É uma maldição porque obriga e arrasta como um vício penoso do qual é quase impossível se livrar, pois nada o substitui. E é uma salvação.

Salva a alma presa, salva a pessoa que se sente inútil, salva o dia que se vive e que nunca se entende a menos que se escreva. Escrever é procurar entender, é procurar reproduzir o irreproduzível, é sentir até o último fim o sentimento que permaneceria apenas vago e sufocador. Escrever é também abençoar uma vida que não foi abençoada.

Que pena que só sei escrever quando espontaneamente a ‘coisa’ vem. Fico assim à mercê do tempo. E, entre um verdadeiro escrever e outro, podem-se passar anos.

Lembro-me agora com saudade da dor de escrever livros” (LISPECTOR, 1999, p. 134).

Ando. Perco-me. Sento. Olho. Penso. Rabisco o papel. Abro o computador. Espero. Cruzo as pernas. Concentro-me. Abro o arquivo. Silêncio. Olho para um lado, para o outro. Cadê ela (a inspiração)? Aguardo. Escoro a cabeça. Escrevo. Apoio o queixo. Encosto-me. As pernas balançam. Os dedos batem na mesa. Olho para o céu. Abro outro arquivo. Os olhos vêm e vão. Faço anotações. O “tec-tec-tec” não acompanha as ideias que pululam. Os pés batem ritmados. Pronto: lá se foram elas (as ideias). O corpo se inquieta. Perco-me. Os olhos se distraem. Abro um livro. Os olhos correm. Rabisco o papel. O pensamento vai longe e volta. Levanto. Ando. E assim vai, assim foi...

Esses foram alguns movimentos que configuraram a inquietude e os caminhos ao compor os textos analíticos. Por diversas vezes, queria evitar me deparar com o computador. Até que já não dava mais para adiar, era necessário materializar algumas ideias que povoavam os meus pensamentos. Talvez, a escrita seja um exercício difícil por ser uma “técnica violenta do corpo, do domínio do gesto, da solidão, do frente a frente consigo mesmo”¹.

A escrita requer um tempo, não necessariamente cronológico, mas um tempo de amadurecimento, um tempo-devir². Se, por um lado, o ato de escrita para Clarice é um processo

¹ (CHARTIER; HÉBRARD, 1998, p. 42).

² “O tempo-devir é o tempo das mutações, o tempo das séries de mutações e de suas imbricações. Esse tempo é qualitativo: ele fala sempre de uma transformação. O presente existe nele, mas como simples tensão entre um passado já passado – porque a mutação já teve lugar – e um futuro que ainda está por vir. É no presente que nos transformamos sempre, mas esse presente só tem sentido se estendido entre o passado e o futuro no fluxo das mutações” (ZARIFIAN, 2002, p. 5). Ou seja, o tempo-devir é objetivo e subjetivo, “é essa forma social que preenchemos com nossas angústias, com nossos desejos, com nossas expectativas racionais, com nossas inclinações” (ZARIFIAN, 2002, p. 17). Ele se impõe e faz sentido pela forma disjuntiva que operamos os

que salva, por outro, o ato da leitura, por vezes, pode ser terapêutico. As histórias têm função curativa e Jeanne Marie Gagnebin, em um texto intitulado “Narrar e Curar”, faz-nos refletir sobre isso ao expressar que “o doente não é somente curado pelas palavras da mãe, do poeta, do mago. A história que ele próprio conta é o início de um processo de cura”³. E, ao longo dessa pesquisa, ao ouvir a história das professoras nas entrevistas e, principalmente, durante o processo analítico, percebia que entre escritas e reescritas, entre leituras e releituras, as narrativas das professoras me salvavam e me curavam. E talvez esse processo também tenha se estendido a cada uma dessas colaboradoras; afinal, o ato narrativo, enquanto um movimento de salvação e cura, pode ter sido um processo significativo para cada interlocutor(a) envolvido(a).

O exame de qualificação foi um divisor neste trabalho. Após um tempo (necessário para refletir com calma e cuidado as indicações da banca), ao reler os pareceres me indagava sobre os vários elementos que não tinham sido percebidos até então ou aquelas percepções equivocadas e pensava em como aquelas considerações trouxeram uma reviravolta no andamento da pesquisa.

Antes do exame de qualificação, ao buscar tecer compreensões sobre a história das professoras da região de Ouro Preto – MG, nossos pés estavam fincados em um exercício de manifestar (confirmar) como (de fato) as mulheres haviam sido excluídas de grande parte da história educacional brasileira (e não apenas nesse cenário específico), o que talvez não fosse um caminho tão interessante, posto que vários trabalhos já haviam demonstrado isso para nós. Muitas vezes, insistimos em permanecer em nossa zona de conforto ao procurar somente ratificar aspectos que outras pesquisas já mostraram. Algum tempo após a ocasião da qualificação, ao ler o seguinte trecho do livro de Pierre Bourdieu, fiquei pensando que talvez fosse isso que a banca de qualificação tentava me dizer:

A pesquisa histórica não pode se limitar a descrever as transformações da condição das mulheres no decurso dos tempos, nem mesmo a relação entre os gêneros nas diferentes épocas; ela deve empenhar-se em estabelecer, para cada período, o estado do sistema de agentes e instituições, Família, Igreja, Estado, Escola etc. [...] O verdadeiro objeto de uma história das relações entre os sexos é, portanto, a história das combinações sucessivas [...] de mecanismos estruturais (como os que asseguram a reprodução da divisão sexual do trabalho) e de estratégias que, por meio das instituições e dos agentes singulares, perpetuaram, no curso de uma história bastante longa, e por vezes à custa de mudanças reais ou aparentes, a estrutura das relações de dominação entre os sexos; a subordinação da mulher podendo vir expressa em sua entrada no trabalho [...] ou, ao contrário, em sua exclusão do trabalho [...] com a separação entre o trabalho e a casa, com o declínio do peso econômico das mulheres da burguesia, a partir daí devotadas pelo puritanismo vitoriano ao culto da castidade

acontecimentos e “pelo valor diferenciador que atribuímos ao curso das coisas e aos acontecimentos que nele se produzem” (ZARIFIAN, 2002, p. 6).

³ (GAGNEBIN, 1985, p. 11).

e das prendas do lar, à aquarela e ao piano, e também, pelo menos nos países de tradição católica, à prática religiosa, cada vez mais exclusivamente feminina⁴.

Esse trecho nos chamou atenção acerca daquilo que queremos anunciar e também denunciar. Pensar sobre algumas questões exigia um exercício diferente e era desafiador, pois percebia que algumas práticas dominantes as quais as professoras comentavam talvez já estivessem se tornado naturais e imanentes, logo passavam despercebidas em alguns momentos; afinal, eu também fazia parte daquele grupo – das mulheres. Claro que aquilo que era mais visível se tornava “mais fácil” de ser percebido e discutido, mas as sutilezas presentes nos discursos e nas práticas nem sempre eram vistas, talvez porque muitas delas já estivessem (habitualmente) enraizadas e incorporadas em mim. É interessante perceber o quanto observar um “objeto” do nosso dia a dia (do qual somos/fazemos parte e no qual estamos imersas) nos dá uma rasteira (pelo menos foi assim para mim), pois o exercício de estranhamento e distanciamento é difícil: como observar aquilo que, talvez, não seja percebido na realidade cotidiana? Como observar modos de pensamentos e práticas em que estou na linha de frente, os quais também são produtos de poder e de dominação? Como nos desvencilhar desses modos de pensamentos que são assimilados e vinculados? Como perceber de modo diferente aquilo que (habitualmente) vemos?

Fazer algumas reflexões era confortável, visto que já sabíamos que as mulheres são a grande maioria na profissão docente da Educação Básica, que os salários são baixos, que a profissão sofreu/sofre um processo de desvalorização, que elas sofreram/sofrem silenciamento, entre tantos outros ultrajes. Discutir essas questões é importante, sempre ouvimos algum discurso que nos faz pensar que alguém ainda não entendeu muito bem a história das mulheres a qual algumas pensadoras e historiadoras feministas vêm contando/registando já há algum tempo⁵. Mas será que, ao reforçar “os mesmos” discursos e buscarmos essas interpretações (afirmações daquilo que já sabemos), não corremos o risco de deixar outros assuntos de fora que são igualmente potenciais e sermos uma voz sem rosto com uma sombria silhueta⁶? Afinal,

⁴ (BOURDIEU, 2011, p. 101-102).

⁵ Perrot (2019); Pinsky; Pedro (2013); Priore; Bassanezi (2004), entre outras obras.

⁶ Foucault (1987), em seu livro *Vigiar e Punir*, ao analisar a história das formas de punição que podiam ser encontradas nos séculos XVIII e XIX na sociedade europeia, explica que: “Se não é mais ao corpo que se dirige a punição, em suas formas mais duras, sobre o que, então, se exerce? A resposta dos teóricos [...] é simples, quase evidente. Dir-se-ia inscrita na própria indagação. Pois não é mais o corpo, é a alma. À expiação que tripudia sobre o corpo deve suceder um castigo que atue, profundamente, sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições. Mably formulou o princípio decisivo: Que o castigo, se assim posso exprimir, fira mais a alma do que o corpo. O corpo e o sangue, velhos partidários do fausto punitivo, são substituídos. Novo personagem entra em cena, mascarado. Terminada uma tragédia, começa a comédia, com *sombrias silhuetas*, *vozes sem rosto*, entidades impalpáveis. O aparato da justiça punitiva tem que ater-se, agora, a esta nova realidade, realidade incorpórea”

tomar algo como óbvio é extremamente perigoso, pois passamos a fazer uma leitura a partir do nosso lugar e estamos sujeitos a cristalizar algumas questões, ainda mais quando nos referimos a um grupo silenciado⁷. O que desejamos expressar é que podemos, a partir desses elementos “óbvios”, já tão conhecidos por nós, fazer emergir outros elementos e dar potência a outras reflexões sobre a história das mulheres. Sendo assim, algumas questões trazidas pela professora Luzia Aparecida de Souza, durante o exame de qualificação, levaram-nos a pensar esse contexto pela via de outras perspectivas que até então não havíamos pensado, as quais seguem na íntegra a partir de seu parecer:

- i. Ao invés de olhar para o magistério como um espaço de atuação da mulher (como ocupação do feminino), por que não olhar para o magistério como produção de uma ideia do feminino?
- ii. Que ideia de feminino o magistério ajudou a construir e/ou a desconstruir?
- iii. Como a formação de professoras(es) e a educação (de modo geral) nesse período e na região de Ouro Preto operaram na construção política do que é ser mulher?
- iv. Se essas mulheres são ouvidas, o que elas tinham a dizer sobre o que era ser uma mulher? Sobre o que era ser feminino?
- v. Como a feminização do magistério, pela via da vocação, foi politicamente interessante para a construção de uma imagem não profissional do magistério?

Após o exame de qualificação, todas essas questões passaram a fazer sentido. Obviamente, não temos intuito de responder essas questões (uma a uma), mas, permeadas por elas e guiadas pelo nosso objetivo – que almeja tecer compreensões sobre o processo do tornar-se professora na região de Ouro Preto/MG –, buscamos conduzir nosso caminho analítico construindo uma narrativa que, ao escrever sobre aspectos da história da educação brasileira, esteja aberta às potências que podem surgir nesse/desse espaço. Queremos ser uma voz com rosto, uma silhueta que não está à sombra.

Nas histórias contadas neste trabalho, encontramos narradoras formidáveis,

(FOUCAULT, 1987, n.p – *on-line*). Junto a ideia de liberdade, a sociedade moderna criou também a ideia de prisão, um dispositivo de correção para fabricar corpos dóceis, submissos e disciplinados.

Durante muito tempo, as mulheres foram representadas como uma voz (silenciada) sem rosto, que não chegava às ruas, os rastros deixados pelo seu caminhar eram ignorados/apagados e, assim, eram apenas sombras que se tornavam fugidias. Na história das mulheres, à medida que iam sendo “libertas” das forças patriarcais, a sociedade ia reorganizando e sustentando novas relações de poder, criando dispositivos para silenciar e normatizar. Por exemplo, a invenção de determinados lugares que os sujeitos podiam ocupar na história implica exclusão e marginalização. Nosso propósito com este trabalho é não ser uma voz sem rosto e uma sombria silhueta, pelo contrário, desejamos mostrar as diferentes vozes das mulheres. Cada uma em seu lugar, com seus corpos, fabrica uma história. Com sua voz, rosto e corpo constitui uma silhueta reluzente, iluminando aquelas mulheres que também foram/são excluídas.

⁷ (SOUZA, 2019; BRUNER, 2014).

elas têm páginas na vida que rivalizam com as melhores páginas dos clássicos. [...] As lembranças não são um relato apaixonado ou desapaixonado de uma realidade que desapareceu, mas um renascimento do passado quando o tempo se volta para trás. Antes de mais nada, é uma criação. Ao contar, as pessoas criam, “escrevem” sua vida⁸.

As histórias dessas professoras são conhecidas em suas localidades geográficas, mas desconhecidas por muitos de nós educadores(as) (matemáticos(as)). E, novamente, gostaríamos de pontuar que não almejamos compor uma narrativa de heroínas, mas buscamos tecer uma história a partir dos sentidos que as mulheres dão a ela, visto que:

A história das mulheres tem sua cronologia nem sempre fácil de estabelecer. Na verdade, é um ponto que causa embaraços. Em todo caso, tem seus acontecimentos próprios, diferentes muitas vezes da história política, e mais da ordem do cultural, do religioso, do jurídico, do biológico, do técnico também [...] O que me importa aqui é ver como a história geral afeta essas relações. Os homens e as mulheres vivem juntos os grandes acontecimentos, as rupturas do tempo. Juntos, e diferentemente, em razão de sua situação na sociedade do momento⁹.

Nosso interesse com essas histórias “está *no que foi lembrado*, no que foi escolhido para perpetuar-se na história de sua vida”¹⁰. E, diante disso, fazer algumas escolhas por aspectos do que foi narrado; afinal, a pesquisa e a análise são movimentos de possibilidades. Algumas vezes nós escolhemos, outras vezes somos escolhidos.

E, ao contrário do que muitos possam imaginar, para nós a análise não gira em torno somente daquele momento específico em que olhamos para as nossas fontes de pesquisa e buscamos dar significados àqueles contextos ali impressos. A análise não é algo isolado (ou pelo menos não deveria ser) que se reduz somente a um momento específico, pois entendemos que se trata de um processo que perpassa todo o caminho investigativo resultado de nossas escolhas, abandonos ou permanências. As decisões que foram tomadas nesse percurso não foram as únicas (e de longe as melhores), mas foram intencionais e representam as transformações de uma pesquisadora (em formação), de acordo com as circunstâncias e singularidades desse processo. Neste texto, estão impressas nossas marcas que expõem, de algum modo, aquilo que nos atravessa e nos desloca nos percursos pelos quais transitamos e produzimos significados.

Um(a) leitor(a) pode realizar outros desdobramentos, concordando ou não com o que aqui está exposto, ou ainda se interessando por outros aspectos que não foram mencionados. E aqui não estamos dizendo de uma análise que preza mais ou menos detalhes, simplesmente estamos comentando que podemos ver coisas distintas. A construção da pesquisa (e das próprias

⁸ (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 13).

⁹ (PERROT, 2019, p. 141).

¹⁰ (BOSI, 1994, p. 37).

textualizações) é do “domínio da subjetividade: sucede o mesmo com a sua leitura”¹¹. Uma entrevista provoca muitos olhares que focalizam diversos aspectos. Acreditamos que a presença das entrevistas textualizadas na íntegra no trabalho abre ao(a) leitor(a) a possibilidade de elaborar sua própria análise e de constituir outros espaços de reflexões. E, sobretudo, permite ao(a) leitor(a) compreender o que cada narradora contou, o que elas desejaram ver transmitido ao outro.

Nesse sentido, não nos prendemos a um determinado tipo de exercício analítico, mas nos deixamos apreender por esse processo no qual estávamos imersas e pelas vivências de um emaranhado de fluxos de acordo com aquilo que as narrativas nos/se mostram. Esse exercício de análise nos impele a sermos sensíveis à produção de significados acerca dessas histórias e aos encontros/desencontros que elas produzem.

A forma como essa análise foi sendo produzida também está atrelada ao tipo de material que temos em mãos que são as textualizações constituídas a partir de uma metodologia específica, a História Oral, a qual nos possibilita um modo particular de produção e registro de memórias, bem como uma abertura a diferentes modos de movimentação analítica.

Dentre os distintos modos de análise que são compartilhados no Ghoem, podemos destacar alguns deles: Bolívar; Domingo; Fernandez (2001) discutem sobre a análise de dados narrativos; em sua tese, Cury (2011) interpreta seus dados por meio da análise narrativa de narrativas; Martins-Salandim (2012) também, em seu trabalho de doutorado, lança mão de uma análise de singularidades; por fim, Zaqueu-Xavier (2019), em sua tese, comenta que decidiu por “não definir que movimento faria, apenas o fiz, mergulhada nas relações que me atravessavam nos diferentes espaços e tempos pelos quais produzo e transito e nas produções de significados que teço sobre elas e as marcas que ficam desse processo”¹², sendo este um movimento que nos inspirou.

Decidimos transitar entre as diferentes formas de análise: ora elencando categorias que surgiram por meio da leitura das narrativas, ora observando as singularidades impressas nos discursos das professoras entrevistadas, ora buscando uma análise narrativa acerca das textualizações e elementos que temos acerca da trajetória dessas professoras.

Durante os movimentos de análise, houve elementos das próprias narrativas que gritavam, mas, como pesquisadoras, havia também em nosso corpo elementos que clamavam por serem expressos ao irem se produzindo e emaranhando-se a essas e outras narrativas. E foi

¹¹ (GOMES, 2014b, p. 34).

¹² (ZAQUEU-XAVIER, 2019, p. 262).

esse movimento que seguimos ao longo da tese, cientes de que, no caminho, mesmo que pudéssemos abrir amplamente nossas mãos, a tese não comportaria toda a complexidade e riqueza dos longos relatos das professoras.

Neste processo de doutoramento, ao realizar os movimentos analíticos, baseados nas entrevistas, eu era tomada por uma angústia e uma insegurança quanto ao modo como estávamos produzindo significados acerca de cada narrativa. Confesso que, às vezes, tinha medo de, a partir de nossa interpretação, desrespeitar a história das professoras. Será que não estaria extrapolando o real significado de determinados acontecimentos da vida das narradoras? Temia dizer algo que não estava alinhado ao que estava impresso em cada narrativa. As professoras aceitaram ser entrevistadas e falaram sobre suas vidas, se abriram e confiaram em nós. E, então, lendo a tese de Tizzo (2019) encontrei uma possível resposta a esse sentimento:

Medo é necessário, faz sentido. Só não dá para ter medo de ter medo, paralisar e deixar as histórias passarem sem encontrar quem as conte. Ficar escondido atrás do computador, achando que o fato de escolher em que mundo virtual entrar, quando sair, quais *e-mails* responder e quais deletar é ter a vida sob controle configura, talvez, a grande ilusão contemporânea. Por mais que você escolha não viver, a vida te agarra em alguma esquina. O melhor é logo se lambuzar nela, enfiar o pé na jaca, enlamear os sapatos. Se quiser um conselho, vá. Vá com medo, apesar do medo. Se atire. Se quiser outro, não há como viver sem pecado. Então, faça um favor a si mesmo: peque sempre pelo excesso¹³.

Embora todas as histórias que ouvimos sejam extraordinárias, importantes e cada uma com um significado próprio, é absolutamente necessário escolher e qualquer escolha implicará perdas... Vamos optar por quais perdas? Esse é um exercício difícil, pois, muitas vezes, nossa vontade é querer montar um quebra-cabeça em sua totalidade. Mas e se, ao invés de optarmos pela completude, fizermos um movimento de não querer tentar traçar uma paisagem muito bem delimitada, vendo a tese como o início de um caminho que convida a compor outras paisagens? Por ora, acho que nossa análise segue o movimento de “empinar orquídeas”:

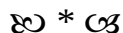
Tenho em casa uma orquídea cujo talo florido, tão majestoso quanto arrogante, aponta para o teto quase em linha reta, forçado que foi por uma estaca de arame e por pequenos fios que se pensam mimetizados em sua tarefa de empinar a flor. Dois brotos subverteram as possibilidades e surgiram, tímidos, ao lado do vaso. Os talos que estão para desabrochar seguiram os caminhos que puderam seguir, cada um para seu lado, vergados para o chão, em contraste nítido com o talo empinado. Não tomei nas mãos a tarefa de empinar orquídeas, mas percebo que admiro os dois talos novos – os subversivos na forma que o jardineiro queria dar ao vaso – segundo um viés que, aos meus olhos, deixa mais nítidas as cores e mais explícitas as flores. Há estacas de jardineiro, violentas, e há meus olhos que também empinam as orquídeas. O olhar põe estacas no mundo. Se a narrativa constrói cenários, a análise direciona. Toda crítica – das gratuitas às necessárias – nasce da violência do olhar¹⁴.

¹³ (BRUM, 2006, p. 194).

¹⁴ (GARNICA, 2012, p. 332).

E foi nessa violência do nosso olhar como pesquisadoras que fez com que algumas questões fossem problematizadas e outras não. Dialogar como essas professoras se constituíram é algo amplo, por isso, ao ler essas narrativas, sempre nos perguntamos: O que elas falam quando narram a vida delas? Ao olharmos para suas vidas, estamos atentos aos atravessamentos que vão se embrenhando em suas histórias e discuti-los é falar em aberturas e não em fechamento. O primeiro nos leva a observarmos diferentes espaços se articulando entre si: educação, educação matemática, região de Ouro Preto – MG, escolas, religião, etc., sendo esse o movimento escolhido por nós. O segundo nos leva a saber quem o outro é, mas com um fim em si mesmo, ou seja, busca conhecer o caminho que levou uma pessoa a sair de uma situação X e chegar a Y, sem atentar a outros aspectos também importantes para tecer uma compreensão do sujeito em sua interação com o mundo e vice-versa. Nos próximos capítulos, apresentaremos esses diferentes atravessamentos que fizeram/fazem parte da vida das professoras e em quem elas se tornaram. Para isso, compomos alguns cenários e, com eles, compreensões e afetações sobre as histórias de vida das mulheres que colaboraram com essa pesquisa ao contarem suas histórias para nós.

5. A REGIÃO DE OURO PRETO: LUGAR DE VIDA, LUGAR DE CORPO



“A região é um objeto em fuga, como diz Manoel de Barros sobre o Pantanal. A região é um espaço onde não se pode passar a régua: é espaço poroso, semovente, em constante formar-se e deformar-se, que pode vir a virar pó, que tem vocação para as traças. A região é um espaço cheio de areia, de formiga e sonho. Espaço sempre em transmutação. A região implica a construção de uma paisagem, que nasce do cruzamento de olhares, de uma rede de olhares, paisagem sempre pronta a desmoronar, a virar ilhas, arquipélagos, lagoas, istmos, lama, escória, escora para vidas em desalinho e em debandada” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 63).

Ao ler as histórias de vida das professoras, podemos perceber que a fisionomia da região de Ouro Preto se humaniza, ela não tem apenas uma fisionomia, mas também uma biografia. A região tem sua própria história, que é contada a partir dos sentidos de cada professora. A história dessa região está imbricada na história das professoras e a história dessas professoras está imbricada na constituição dessa região. Ali é um lugar de vida, um lugar de corpos (individuais, coletivos, sociais...) que se movimentam. Peregrinando entre uma cidade e outra, a descrição da região já não era apenas uma caracterização simplória, essa configuração foi adquirindo um contorno humano.

Neste texto, apresentamos nosso percurso analítico, deixando aflorar interpretações acerca da região de Ouro Preto mediante o material que temos em mãos (as textualizações). Tanto porque ela é o cenário da pesquisa, como pelo motivo de as narrativas das professoras serem atravessadas por aspectos desse lugar: descrevê-la e problematizar alguns aspectos é um dos percursos a serem realizados. Claro que aqui está em evidência nosso envolvimento com/sobre esse material a partir de nossas bagagens, influências, ideias, mas não é nosso propósito “formatar” a fisionomia da região e/ou de nosso “objeto” de estudo.

Consideramos que esse movimento faz parte da tessitura de nosso percurso investigativo, ou seja, buscamos observar o que para as entrevistadas pareceu importante contar sobre a região de Ouro Preto. E, ainda, a essas narrativas estão entrelaçadas algumas de minhas percepções ao conhecer as cidades. Assim como “um galo sozinho não tece uma manhã”¹, a composição de uma região também não se tece sozinha a partir de um único viés, mas ela vai se tecendo no conjunto, onde uma voz alcança o grito de outra e a lança a outra. Com isso, essas relações vão se interconectando, criando e sustentando discursos, que, no caso, vão descrevendo e produzindo uma região. Portanto, compreender e definir a região “é pensá-la como um grupo

¹ (MELO NETO, 2008, p. 53).

de enunciados e imagens que se repetem, com certa regularidade, em diferentes discursos, em diferentes épocas, com diferentes estilos e não pensá-la uma homogeneidade, uma identidade presente na natureza”².

Sob esses aspectos, destacamos dois pontos que são defendidos no *Ghoem*: i. não temos como intenção realizar uma descrição definitiva, exaustiva e inequívoca da região que visa à sua totalidade, pois é algo fugidio. O próprio traçado, dinâmica e movimento orgânico das fronteiras é movediço; ii. não fazemos distinção e/ou supervalorização entre as fontes, elas podem coexistir, formando um conjunto orgânico que permitem estabelecer entre elas uma relação dialógica e uma produção de significados. É importante destacar que, no *Ghoem*, não consideramos que a oralidade gera fontes que são menos importantes do que outras fontes, pelo contrário, a “oralidade gera fontes tão importantes quanto a pedra, a escrita, quanto qualquer outra coisa”³, isso sempre foi um princípio dentro do grupo. Outro princípio é que “a oralidade gera fontes a partir das quais se pode fazer um trabalho historiográfico ao lado de outras fontes [...] Na verdade, precisamos é criar fontes plausíveis para um trabalho historiográfico, isso é outro princípio. A oralidade não vem para tapar buracos quando você não tem fontes”⁴.

Esse exercício descritivo da região estará baseado no período em que as professoras colaboradoras desta pesquisa nasceram, ou seja, entornos de 1930, 1940 e 1950, se estendendo aos anos seguintes, quando estavam atuando como docentes. Para essa empreitada, nos apoiamos nas narrativas das professoras e em outras referências para discutir aspectos que consideramos relevantes tematizar, como o relatório do Recenseamento Geral, produzido pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 1950, intitulado “Enciclopédia dos Municípios Brasileiros” e publicado entre os anos de 1957-1964. Seu conteúdo está distribuído em alguns volumes e a descrição dos municípios mineiros está presente nos volumes 24 a 27 (Itabirito – volume 25; Mariana e Ouro Preto – volume 26).

Pelo próprio critério estabelecido pela pesquisa, há alguns pontos comuns entre as colaboradoras: são mulheres e professoras que se formaram e atuaram na região de Ouro Preto. Com exceção da professora Maria da Consolação, que é natural da cidade de Governador Valadares – MG, todas nasceram ali. Por outro lado, embora esse grupo de professoras não se configure por gerações distintas, não podemos descartar que cada uma, sob múltiplas condições, vivenciou experiências e trajetórias em distintos contextos sociais, econômicos, políticos,

² (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 35).

³ (Textualização de Antônio Vicente Marafioti Garnica – SILVA, 2020, p. 44).

⁴ (Textualização de Antônio Vicente Marafioti Garnica – SILVA, 2020, p. 44)

culturais, históricos e interpessoais. E isso traz uma composição interessante, uma vez que cada uma das histórias contadas por elas vai se imbricando na história da região de Ouro Preto.

5.1. A região de Ouro Preto pelo cruzamento de olhares

O movimento demográfico do estado de Minas Gerais se irradiou a partir da região das minerações, conforme delimitação do mapa abaixo.



Figura 34: Mineração em Minas Gerais

Fonte: <https://atlas.fgv.br/marcos/descoberta-do-ouro/mapas/minas-gerais-no-auge-da-mineracao>

Em 1709, aconteceu a criação da Capitania Unida de São Paulo e Minas do Ouro e, em 1711, ocorreu a primeira divisão territorial da capitania mineira formada pela Vila Ribeirão do Carmo (Mariana), Vila Rica (Ouro Preto) e Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará (Sabará). Três anos depois, houve a delimitação do território com as seguintes comarcas: Rio das Velhas, com sede na Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará (Sabará); Rio das Mortes, cuja sede era a Vila de São João del-Rei (São João del-Rei); Vila Rica (Ouro Preto). Essa última tornou-se, estrategicamente, a sede da capitania por ser a região mais central das principais áreas de mineração. No ano de 1720, foi instituída a comarca do Serro Frio, cuja sede se localizava na Vila do Príncipe (atual Serro)⁵. Com isso, o território do estado ficou dividido em quatro áreas⁶ e esses desmembramentos, não sendo uma exclusividade de Minas Gerais, foram favorecendo uma autonomia administrativa até se tornar uma capitania autônoma no ano de 1720.

Dos primeiros povoados a formarem o estado, dois (Mariana e Ouro Preto) fazem parte desta investigação e deles surgiram outras três cidades que constituem a região de Ouro Preto. Pelos dados do Recenseamento Geral do ano de 1950, constatamos que a origem das cidades de Acaiaca e Diogo de Vasconcelos se deu pelo desmembramento do município de Mariana, assim como Itabirito decorreu do desmembramento de alguns territórios de Ouro Preto; logo, as histórias dessas cidades se entrelaçam⁷.

O cenário desta pesquisa começou a ser constituído a partir da cidade de Mariana – MG e, após algumas mudanças nos rumos da investigação, outras cidades se entrelaçaram a ele. Para a delimitação espacial, nós nos concentramos em dois movimentos para que pudéssemos fazer nossa escolha: primeiramente, as delimitações expressas no IBGE e, posteriormente, na SRE – Ouro Preto.

De acordo com a divisão geográfica de Minas Gerais estabelecida pelo IBGE, o estado é dividido em doze mesorregiões. A Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte é formada por oito microrregiões, dentre elas está a Microrregião de Ouro Preto, composta por Diogo de

⁵ Para outras informações, consultar:

https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/toponimia/img/folder_Patrimonio_Toponimico_CRCH.pdf. Acesso em: 10 mai. 2021.

⁶ Em 1720, a capitania contava com 7 vilas já instaladas (Mariana, Ouro Preto, Sabará, São João del-Rei, Serro, Pitangui e São José del-Rei – atual Tiradentes). Após a independência do Brasil, possuía 15 municípios (surgindo Minas Novas, Itapeverica, Barbacena, Queluz – atual Conselheiro Lafaiete, Campanha, Paracatu, São Sebastião do Paraíso e Baependi). Com a Proclamação da República (1889), passou a 111 municípios. Em 1940, contava com 288 e, em 1953, esse número aumentou para 485 (IBGE, 1958). Atualmente, o estado mineiro possui 853 municípios.

⁷ IBGE (1959a, 1959b).

Vasconcelos, Itabirito, Mariana e Ouro Preto. Ao recorrermos aos dados da SRE – Ouro Preto, verificamos que, além dessas quatro cidades, ela incluía Acaiaca. Como nosso interesse estava voltado ao movimento de formação e atuação de professoras aposentadas naquela região, optamos por abranger a região de investigação a partir da delimitação da SRE – Ouro Preto.

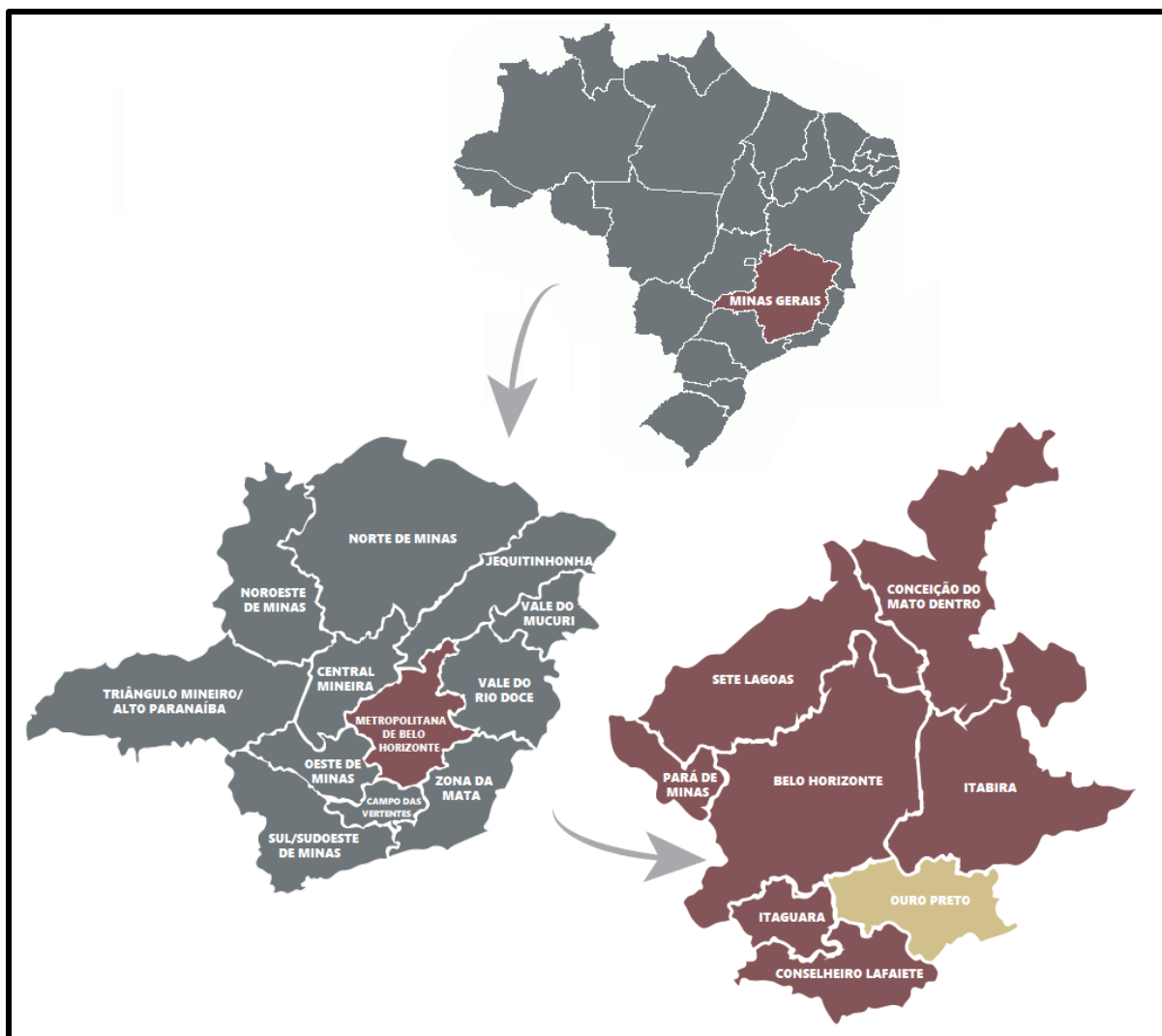


Figura 35: Mapa do Brasil, Mesorregiões de Minas Gerais e Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte

Fonte adaptada: <https://www.diretorioderuas.com/BR/> e <https://pt.slideshare.net/MatheusGarcia67/anlise-da-microrregio-de-ouro-preto>



Figura 36: Mapa da região de Ouro Preto (delimitação SRE) e colaboradoras de cada cidade

Fonte adaptada: mapas da Microrregião de Ouro Preto e Microrregião de Ponte Nova
<https://www.diretorioderuas.com/BR/Minas-Gerais>

A região montanhosa, atualmente, abarca uma população estimada em pouco mais de 177 mil habitantes, ocupando uma extensão territorial de cerca de 3.251 km² (dados na tabela abaixo). Ao descrevermos a região de Ouro Preto, voltamo-nos para nosso objetivo de pesquisa, o qual busca tecer compreensões sobre o movimento de tornar-se professoras, considerando essas emaranhadas com/em espaços e tempos de vida. Assim, nós atentamos para os aspectos da vida pessoal e da trajetória profissional das professoras sob a luz dos contextos espaciais, temporais, históricos, políticos e socioculturais que são apresentados nas narrativas. Ao realizar esse movimento de descrição, não podemos deixar de observar que os dados individuais dessas cidades (como extensão territorial e população), se comparados entre eles, apresentam diferenças significativas. Observemos que, os pequenos municípios de Acaiaca e Diogo de Vasconcelos (que possuem características parecidas) em comparação com Ouro Preto (maior município em termos de população e extensão territorial) e mesmo com Mariana, que possui pouco mais de 54 mil habitantes, apresentam diferenças bastante substanciais. Na pesquisa, vamos atentar para aquelas dimensões que aproximam essas cidades.

Tabela 2: Dados gerais sobre as cidades da região de Ouro Preto

Informações Gerais dos Municípios		ACAIACA	DIOGO DE VASCONCELOS	ITABIRITO	MARIANA	OURO PRETO
Emancipação		1962	1962	1923	1696	1711
População	1950	-	-	13.086 hab.	31.828 hab.	34.154 hab.
	2010	3.920 hab.	3.848 hab.	45.449 hab.	54.219 hab.	70.281 hab.
Área		101,886 km ²	165,091 km ²	544,027 km ²	1.1194,208 km ²	1.245,865 km ²
Economia		pecuária	pecuária	mineração, siderurgia e comércio	mineração, turismo e agropecuária	turismo, metalurgia e mineração

Fonte: IBGE (1951, 2010)

A região de Ouro Preto, desde os primórdios da formação do estado, já era palco de disputas, sua rápida e expansiva ocupação se deu pela atividade mineradora com a exploração do ouro e dos recursos naturais ali presentes. As características do território favoreciam a extração do ouro, o cultivo e também a exploração comercial. Afinal, as rotas construídas se destinavam ao favorecimento do escoamento dos metais preciosos e, conseqüentemente, ao transporte de mercadorias.

A mineração (principalmente, a extração do minério de ferro) é uma forte característica econômica da região que, por sua vez, diz respeito à própria história de povoamento e da criação da capitania, província e, posteriormente, estado de Minas Gerais. O setor econômico, segundo dados do IBGE, é também movido pelo turismo e agropecuária. Desde os primórdios, a região se caracteriza pela diversidade das atividades econômicas. Durante as entrevistas com as professoras ou em conversas informais, elas comentam, por exemplo, sobre a prática da produção de alimentos pelas famílias para atender as demandas da casa. A professora Maria da Conceição, durante sua infância, morou na zona rural de Ouro Preto e, sua narrativa, demarca as condições da vida na fazenda, principalmente no que diz respeito à agricultura familiar: *Em fazenda é assim: dinheiro não tem, mas fartura tem muita... Os queijos, as linguiças, os doces, as roscas deliciosas eram todos feitos em casa [...] não existia padaria, [...] Ela [minha mãe] fazia requeijão e recebia as encomendas. O dinheiro que entrava era de leite e dessas coisas que se produziam. Matava muito porco para levar para a cidade. Naquela época, carregava tudo no lombo do burro e o pessoal da cidade não sabia o que era ter carne fresca. E todo mundo era muito saudável* (Maria da Conceição). O cultivo e a produção de alimentos em propriedade particular tanto para alimentar a família no dia a dia, quanto para a renda financeira, no geral, eram uma realidade das cidades na região, pois muitas famílias residiam na zona rural e uma parcela da população se dedicava ao ramo da agricultura, pecuária e silvicultura⁸.

⁸ IBGE (1959b).



Figura 37: Série Selos Cidades Históricas – 300 anos de Ouro Preto – MG
Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais

Quanto ao ramo da mineração, as professoras mencionam que muitas mudanças ocorreram no cenário das cidades com a chegada das mineradoras, que vão desde a poluição dos rios até o medo de rompimento das diversas barragens que estão localizadas na região. Em termos da agressão ao meio ambiente, a professora Edna, moradora da cidade de Acaiaca, comenta que *vários tipos de peixes enormes corriam por esse rio. Antes de receber resíduos da ALCAN – companhia de alumínio localizada em Saramenha, um bairro de Ouro Preto – corria uma água muito límpida* (Edna). Ao mesmo tempo que há o enriquecimento dos municípios pela atividade extrativa, as professoras observam o impacto ambiental que decorreu desse tipo de economia.



Figura 38: Acaiaca – MG
Fonte: Prefeitura Municipal de Acaiaca

Minas Gerais engloba uma parcela significativa da atividade mineradora no Brasil. E, a fala das colaboradoras e as visitas às cidades da região, nos levam a pensar que ainda há muito

a se avançar em termos de se colocar como pauta a conservação do meio ambiente e a atividade de mineração, para que esta seja regida por regras institucionais, nítidas, criteriosas e rigorosas. Itabirito, por exemplo, é uma cidade da região que possui uma forte relação com a mineração, fazendo parte do quadrilátero ferrífero de Minas Gerais, juntamente a Mariana e Ouro Preto.



Figura 39: Itabirito – MG

Fonte: Prefeitura Municipal de Itabirito

O bem patrimonial é outra dimensão que está presente nessas cidades. Ao deparar com as construções antigas e seus detalhes arquitetônicos, bem como sua localização espacial e temporal, podemos perceber alguns referenciais que apresentam os marcos e marcas da vida daquela localidade, que “ainda mantém a forma de ocupação geográfica característica do período colonial, na qual a localização das casas, construídas no entorno da igreja, determinava a importância social dos seus moradores/as”⁹. Um exemplo diz respeito à localização das igrejas católicas¹⁰ em pontos mais altos e visíveis (em Mariana, destaca-se a imponente Praça Minas Gerais com duas igrejas de irmandades distintas, além do Prédio da Câmara Municipal de Mariana – antiga Casa de Câmara e Cadeia da cidade¹¹), os grupos escolares nos centros das cidades, as casas que abrigavam as Escolas Reunidas, geralmente, eram casarões grandes e

⁹ (BARBOSA, 2018, p. 22).

¹⁰ Cabe destacar que o tamanho, o formato e a decoração da igreja dependiam da irmandade à qual pertencia, sendo que o poder dessas irmandades, geralmente, era demonstrado por meio da imponente construção de uma igreja.

¹¹ Nas cidades de Mariana e Ouro Preto, o pelourinho, tido como uma representação do poder, está localizado no centro da cidade onde havia a Casa de Câmara e Cadeia. Em Mariana, a igreja fica em frente ao monumento. Nesse local, aconteciam as eleições de governadores, juizes e intendentess, o castigo dos criminosos e o anúncio de leis.

robustos¹². Nesse rol dos bens patrimoniais, estão presentes não apenas os casarões em estilo colonial, mas também as numerosas igrejas (de devoção católica) erguidas ao longo dos anos e também os próprios acontecimentos históricos¹³. As construções de igrejas e capelas eram uma forma de reafirmar a presença da Igreja naquele território.



Figura 40: Série Selos Cidades Históricas – 300 anos de Mariana – MG

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais

As construções e as arquiteturas anunciam a história desse povo, dessa região e, nesse sentido, vemos que algumas das docentes que “já trabalharam por seus contemporâneos e por nós”¹⁴, lutaram/lutam para que essas imagens não se desvanecessem. Edna escreveu o livro “História e Estórias de Nossa Terra”, contando a história de sua cidade, Acaiaca, que foi lançado no ano de 2014. Durante alguns anos, Maria Auxiliadora esteve vinculada ao setor do Conselho do Patrimônio Cultural em Diogo de Vasconcelos trabalhando com a questão de tombamento de bens da cidade, já Hebe trabalhava com seus(suas) alunos(as) sobre a preservação da natureza e dos bens patrimoniais material ou imaterial. Em alguns casos, após as entrevistas, ao sair e observar um casarão antigo, uma instituição de ensino ou uma propriedade citada pelas professoras podia perceber os traços vividos na cidade em determinados períodos, a partir dos elementos que elas expunham.

¹² Outros traços da arquitetura colonial, como os calçamentos de pedras irregulares nas ruas e calçadas, ainda são visíveis nessas cidades. As casas apresentam um padrão: geralmente, possuem paredes brancas e suas fachadas são simétricas com grandes janelas e portas de madeiras coloridas.

¹³ Desde 1980, Ouro Preto é patrimônio cultural da humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Disponível em: <https://www.turismoouropreto.com/blog/por-que-ouro-oreto-se-tornou-patrimonio-cultural-da-humanidade>. Acesso em: 01 nov. 2020.

¹⁴ (BOSI, 1994, p. 37).



Figura 41: Diogo de Vasconcelos – MG
 Fonte: Prefeitura Municipal de Diogo de Vasconcelos

Nas pacatas cidades do interior, a política (podendo dizer que era um reflexo daquilo que ocorria no país, resguardadas as devidas proporções) se constituía pelo bipartidarismo local, ou seja, alguns grupos opostos se envolviam com os aspectos políticos e “brigavam” pelo poder municipal. E isso se manifestava, por exemplo, na rivalidade entre as famílias ricas locais, os clubes esportivos, entre outros, e, como consequência, havia polarização trazendo instabilidade aos municípios. Na cidade de Mariana, a professora Leila explica como percebia isso. Em suas palavras, *a política partidária era uma coisa horrorosa, havia muita rivalidade que não deixava Mariana crescer e progredir. Nossa Senhora, era demais da conta! Coitado de quem era do partido contrário dos que estavam no poder. Lá era assim: UDN e PSD [...] Era muita rivalidade e isso gerava atraso e prejuízo para a cidade: o que um iniciava, ao mudar o prefeito o outro não dava continuidade e começava tudo de novo. E isso interferia na educação, os próprios alunos já chegavam com aquele espírito de rivalidade. Nas estruturas da escola tinha interferência, por exemplo, nessa escola que trabalhei (Grupo Escolar Dom Benevides), a diretora era do outro partido e eu não sabia como eu seria recebida lá. Às vezes, até sofria injustiça, sabe?* (Leila). Edna lembra que, por volta de 1940, uma rixa entre um farmacêutico e um médico (que pertenciam a famílias ricas que residiam em Acaiaca) ocasionou uma divisão política, dando origem ao Independente Futebol Clube. Tal divisão influenciou a política local: o Ideal Sport Clube (o primeiro na cidade) representava a direita ou UDN e o Independente, a esquerda ou PSD. Pelas narrativas das professoras, percebemos que a vida política dessas cidades apresentava certa similaridade.

Outro aspecto diz respeito à nomeação de autoridades (fiscais, educacionais, policiais, entre outras), cujos cargos eram negociados como moeda política, traço marcante que,

infelizmente, acompanha o sistema político do nosso país. No caso das indicações a alguns cargos por meio da interferência política, vemos se desenrolar uma estratégia em que aquele que possuía poder numa determinada situação buscava manter um sistema de “sucessão”, ou seja, “a ‘estratégia’ não ‘aplica’ princípios ou regras, mas escolhem entre elas o repertório de suas operações”¹⁵.

A professora Hebe pondera que *Mariana era um fervedouro de ignorância política*. E no período em que atuou como professora *eram as diretoras que chamavam as professoras e colocavam quem elas queriam* (Hebe). O convite por meio de um político local também tinha peso, conforme sinaliza Maria Gomes: *Quando me formei, o doutor Dante falou: “Você vai trabalhar lá em Boa Vista. A escola de Boa Vista [em Diogo de Vasconcelos] vai funcionar de novo”* (Maria Gomes). Esse sistema de distribuição de cargos era bastante corriqueiro. Leila explica que no caso do cargo de diretora, *era sempre uma pessoa que estava na política que comandava. [...] a gente via que tinha muita interferência nos casos dos cargos mais elevados na escola, sabe? Mas não prejudicava a gente também, quer dizer, não estava nos melhores cargos quem não fosse do lado deles. No mais, precisavam dos professores mesmo, não é?* (Leila). As promoções ou remoções, via inspetores, diretores e políticos favoreciam ou prejudicavam algum(a) docente e sua carreira, ou seja, a política acabava extrapolando sua esfera e tinha resquícios entre os grupos de apoiadores ou opositores do partido que estava governando.

Essa política de indicação de cargos nos leva a dizer que “a legitimação da condição de professor[a] não residiu necessariamente no seu estatuto institucional nem no seu enquadramento legal, mas nas redes de relações e nos movimentos pulsantes, vivos, que se formam em torno dessas redes”¹⁶. Pelos trechos acima, observamos como as redes de poder iam sendo traçadas, uma relação de dominação ligadas, principalmente, às autoridades importantes e influentes (prefeitos, vereadores, fazendeiros, famílias que tivessem posse, padres...).

Ao deparar com a situação narrada por Leila, podemos pensar em duas situações: uma delas se refere ao fato de pertencer a um determinado partido político que, naquele momento, estava como soberano e alguém poderia ser beneficiado com cargos mais altos ou também por meio de transferência de algum profissional para uma localidade que lhe fosse conveniente; a

¹⁵ (CERTEAU, 1998, p. 122).

Para Certeau (1998, p. 99), a estratégia consiste no “cálculo (ou na manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer o poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc.)”. Portanto, a estratégia se organiza mais claramente pelo poder.

¹⁶ (ALENCAR, 2019, p. 306).

outra remete ao fato de que independente do partido político, especificamente no caso dos(as) professores(as), em certa medida “não prejudicava” posto que a demanda por professor(a) era recorrente: “*No mais, precisavam dos professores mesmo, não é?*” Ao comentar isso, Leila nos dá indícios de que sabia que, independentemente de sua posição política, ela seria contratada; afinal, eles precisavam de professores(as)¹⁷. Nesse sentido, indica que também exercia poder, ou seja, as pessoas que estavam em exercício na política eram afetadas pelo poder que os(as) docentes podiam exercer (se quisessem), seja por meio de apoio ao partido político (da oposição ou aquele que estava em voga) ou ainda fazendo denúncias e/ou reivindicando algo que considerassem oportuno, estando assim em posição de poder naquela situação.

Além disso, nas narrativas, sempre que se fala sobre a arte de fazer política ou de governar, na maioria das vezes ela está atrelada a um lugar fixo (a prefeitura, por exemplo) ou à figura do político “x” ou “y”, isto é, está associada em termos institucionais ao local ou figura que “pode fazer política”. Entretanto, podemos tecer nossa discussão observando outras ações em que se “pode fazer política”, pensando que ela é praticada sob outras formas. As festas cívicas são um exemplo disso, pois eram estratégias políticas com intencionalidade (política) de promover o patriotismo, a civilização, de anunciar uma aparente modernidade e, ainda, educar o povo ao disseminar valores e ideais¹⁸.

As colaboradoras sinalizam o quanto sentem por as festas cívicas e/ou religiosas já não serem mais tão comemoradas nas escolas ou na própria cidade, dentre elas se destacam os desfiles do dia Sete de Setembro, os momentos cívicos nas escolas com o canto e o conhecimento de diferentes hinos e símbolos nacionais (sendo a bandeira a mais evidenciada) e as festividades em honra aos santos. Essas festas, geralmente, estavam estritamente ligadas às instituições escolares, com isso, além de criarem laços entre o poder e o povo, ainda havia um laço estreito entre as instâncias religiosas, as instituições educativas e o Estado. Como a religiosidade é uma vertente bastante expressiva, decidimos ampliá-la em outro tópico.

¹⁷ Por algum motivo, as relações de poder tendem a ser vistas sempre verticalmente, no entanto Foucault (1977, p. 90) coloca que as relações de poder formam uma linha de força “que atravessa os afrontamentos locais e os liga entre si; evidentemente, em troca, procedem a redistribuições, alinhamentos, homogeneizações, arranjos de série, convergências desses afrontamentos locais. As grandes dominações são efeitos hegemônicos continuamente sustentados pela intensidade de todos estes afrontamentos”. No trecho expresso acima, percebemos que o mesmo sujeito que sofre também exerce o poder, no interior das relações de poder “todos são ativos”. Para Foucault, o poder é uma ação sobre ações. “Ele age de modo que aquele que se submete à sua ação o receba, aceite e tome como natural, necessário [...] No poder não há propriamente dois polos, já que os dois elementos [sujeito e objeto] não são antagônicos, mas sim sujeitos num mesmo jogo” (VEIGA-NETO, 2007, p. 119).

¹⁸ Segundo Chamon (1998, p. 194), como toda festa, seja religiosa, carnavalesca ou cívica, o que sobressai em primeiro plano é “a sua beleza, o seu poder de encantar e seduzir, tanto a quem participa (como ator ou espectador), como a quem dela toma conhecimento indiretamente, por relatos escritos ou orais [...] Nas festas cívicas, além de alguma coisa para se ver, sempre há uma proposta política ao povo”, não existindo sem esses dois elementos.

5.2. Alguns rastros e impressões da re(li)gião

A religiosidade é um traço evidente da região de Ouro Preto, percebido por sinais como: igrejas, estátuas, capelas, cruzeiros, pombas (representando o Espírito Santo) e anjos nos brasões ou fixados nas portas das casas, a própria devoção do povo (por exemplo, as festas dedicadas aos santos), entre outros. Esse atributo da religiosidade não é uma exclusividade da região, visto que o cristianismo está presente desde o início da colonização do Brasil como um todo (século XVI). A expansão dos domínios portugueses “esteve intimamente ligada ao crescimento do número de fiéis católicos nas terras conquistadas”¹⁹. Em Minas Gerais, esse cenário não se distinguiu, posto que a descoberta do ouro levou muitas pessoas à região mineira, as quais acabaram disseminando a religião católica em Minas Gerais e, desde então, está presente nas atividades cotidianas de seus(as) devotos(as), ou seja, ao tratarmos desse assunto rompemos com as fronteiras do tempo e espaço.

Nas cidades da região, percebe-se que a mentalidade do povo é “fortemente impregnada de tradições tanto de cunho religioso, em que predomina o sentimento católico da quase totalidade da população, como também dos folguedos populares que guarda, até hoje reminiscências de cunho folclórico deixadas pelos primeiros habitantes”²⁰. Em relação às questões folclóricas, as professoras citam algumas atividades que trabalhavam com os(as) alunos(as): músicas, danças, histórias, apresentações teatrais, etc.

Quanto às festas religiosas, o relatório do Recenseamento do IBGE aponta que, nos municípios da região de Ouro Preto, predominavam tradições de cunho católico, destacando-se pela imponência de suas festividades, sendo representadas pela grandeza e “brilhanismo” das solenidades da Semana Santa²¹, por exemplo. As professoras recordam dessas festas, principalmente no sentido de seu domínio simbólico. Entendemos que essas festas tendem a uma articulação de poder e dominação nas práticas sociais, escolares e políticas. No entanto, essas práticas não são estáticas, mas são circunstanciais e vão se modificando conforme o contexto em que estão inseridas ou ao longo dos anos. Embora as docentes lamentem o fato de que essas festas tenham arrefecido, é provável que, em seu lugar, tenham surgido outros tipos de manifestações que mantiveram o domínio simbólico. Os traços da religiosidade podem ser

¹⁹ (LAGE, 2019, p. 132).

²⁰ IBGE (1959b, p. 238).

Segundo o relatório do Recenseamento do IBGE, essas influências estão relacionadas à formação da própria região, dado que as origens dos povos que ali viveram remontam à raça europeia dos descobridores, aos povos indígenas que ali viviam e aos povos africanos trazidos para a localidade para a exploração das minas.

²¹ IBGE (1959b).

percebidos nas vivências cotidianas, como a participação nas missas e confissões (uma relação mais direta) ou nas práticas de caridade ajudando o próximo.

Consideramos válido destacar que a cidade de Mariana, em 1906, tornou-se sede da Arquidiocese de Mariana, “título” concedido àquelas dioceses com maior antiguidade e preeminência²², ou seja, devido a sua dimensão ou importância histórica. E talvez, por esse motivo, a região tenha um movimento mais intenso da Igreja Católica, pois basta observarmos a seguinte informação que consta no Recenseamento do IBGE ao descrever aspectos da religião na cidade de Mariana: “não há outras confissões religiosas com organização no município”²³. Essa informação abarcaria também Acaiaca e Diogo de Vasconcelos por serem distritos pertencentes ao município mencionado na década de 1950. No caso de Ouro Preto, o documento afirma que o catolicismo predominava quase a totalidade da população²⁴. No que diz respeito à cidade de Itabirito, apenas havia menção quanto à festa em honra a Nossa Senhora do Rosário (comemorado no dia 07 de outubro), uma das tradições da cidade²⁵.

Em seu trabalho, Marin (2019) pontua que, embora houvesse uma presença mais marcante da Igreja Católica na região do Triângulo Mineiro (sua região de estudo), sobretudo, pelo apoio político e das “elites locais”²⁶, havia também outras religiões atuando, especialmente, no contexto educacional, “muitas vezes se contrapondo às ideias católicas [e], também [difundindo] suas crenças educacionais” e devocionais²⁷. É possível que isso também tenha ocorrido na região de Ouro Preto, embora não tenhamos conseguido obter dados sobre a influência de outras religiões. Com base nas informações acima, é possível perceber o domínio e, de certa forma, a extensão atingida pela religião católica e, talvez, por esse motivo, não se sobressaíssem de forma mais proeminente a presença e as ações de outras religiões.

A professora Maria da Conceição comenta sobre a forte presença da religião (de devoção católica). Em suas palavras, indica que *não existia falar que tinha outra religião. Se existia, ninguém comentava* (Maria da Conceição). Outro apontamento feito nessa direção é o relato de Hebe, segundo ela, *Mariana é só religião católica, imposta mesmo. Meu pai era espírita e, quando*

²² Mariana tornou-se diocese em 1748.

A arquidiocese funciona como diocese e agrupa dioceses mais novas ou menores, as quais não dependem dessa arquidiocese, mas se harmonizam. Disponível em: <https://arqmariana.com.br/historia/>. Acesso em: 20 jun. 2021.

²³ IBGE (1959b, p. 57).

²⁴ IBGE (1959b).

²⁵ IBGE (1959a).

²⁶ No dicionário Aurélio, a palavra “elite” tem dois significados: “1. O que há de melhor numa sociedade ou num grupo social; 2. A camada social que detém mais privilégios” (FERREIRA, 2010, p. 274). Neste trabalho, entendemos o termo elite como sinônimo de “rico”, o qual não está associado ao primeiro significado registrado no dicionário, ou seja, a elite não é o que há de melhor em um país, usualmente apenas têm dinheiro e detém privilégios.

²⁷ (MARIN, 2019, p. 238).

estudava no Colégio Providência, eu ganhei um prêmio em Paris, mas não pude ir por ele ser espírita. Era muito pesada a religião [...] Hoje, é mais arrefecido, agora nós temos muitos evangélicos, antes era só católico e qualquer aluno que não fosse católico era discriminado (Hebe). Em nossa pesquisa, apenas Hebe e Leila não provêm de famílias católicas, no entanto todas afirmam professar a religião católica. Essas punições eram uma violência simbólica, uma vez que, ao não manifestarem o mesmo credo oficial da instituição, as jovens eram proibidas ou afastadas de algumas atividades e/ou espaços. Como na região, a religião católica se apresentava como uma característica forte, acreditamos que não pertencer a esse grupo causava estranheza e podia gerar algum tipo de preconceito.

A religião e a formação católica era algo que estava arraigado nas colaboradoras por meio da formação que recebiam no berço familiar. Ao atuarem na profissão docente, elas também transpunham no contexto educacional essa formação religiosa amparada na moral e nos bons costumes. Por esses elementos que temos discutido, percebemos que a relação entre as instâncias educativas e religiosas está arraigada na mentalidade e nas práticas cotidianas dos(as) fiéis e vai se estabelecendo com a política. A presença marcante da Igreja, geralmente, estava relacionada não apenas ao fortalecimento da religião católica na localidade, como também era uma forma de cuidar da vida religiosa da população. Para boa parte das famílias, “a religião era um alento em meio a tantas adversidades, enquanto que para as classes dominantes, das quais faziam parte políticos, fazendeiros e eclesiásticos, era um dispositivo de liderança, controle e manutenção do *status quo*”²⁸. As discussões acerca das instituições de ensino vinculadas às congregações católicas serão tratadas no tópico a seguir.

5.3. Alguns elementos do contexto educacional na região

“Era um período em que se fazia muita coisa com muito pouco. É o que eu falo, ô gente, hoje em dia eles têm tudo na mão, têm carro. Quando eu era criança andava 6, 10 quilômetros para ir à escola todos os dias, levantando cedo, às vezes, amassando barro” (Maria Gomes).

“Dar continuidade aos estudos era quase impossível, pois o Ensino Ginásial era pago e, como as famílias eram numerosas, havia dificuldade em sustentar e pagar estudos a todos os filhos. E, para a mulher, a carreira que podia seguir e estava disponível em nossa região era ser professora” (Edna).

Muitas foram as dificuldades para que as colaboradoras se tornassem professoras. O acesso à educação não foi um caminho tão fácil, ainda mais em um país tão grande como o

²⁸ (ALENCAR, 2019, p. 260).

nosso que, em vários momentos de sua história (da educação), reconheceu alguns grupos e desprezou outros. Basta observarmos a educação feminina, marcada por deixar na sombra um grande contingente de jovens sem acesso à educação por anos, colocando-as na marginalidade. Felizmente, ainda que a passos lentos e com dificuldade, esse panorama começou a se alterar. No início do século XX, diante das mudanças econômicas e sociais, eram necessárias algumas modificações na educação pública do país. A Constituição de 1934 marcou o princípio de direito à educação gratuita e obrigatória no Ensino Primário. As demais constituições também seguiram na mesma direção, expandindo a obrigatoriedade e gratuidade para outras modalidades de ensino. Embora existissem as determinações legais, muitas vezes esses princípios eram negligenciados²⁹.

Na tabela abaixo, podemos observar alguns dados dos municípios da região de Ouro Preto que nos oferecem um panorama do contexto educacional e uma ideia de seu crescimento. Esses dados advêm do Recenseamento Geral realizado em 1950, baseado em informações do Serviço de Estatística da Educação do Estado de Minas Gerais (de 1954-1956)³⁰ e do Censo Escolar da Educação Básica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) dos anos de 2010³¹ e 2019³².

Tabela 3: Informações gerais do contexto educacional das cidades da região de Ouro Preto³³

Municípios	Modalidades de Ensino		Número de Matrículas			Número de Docentes			Número de Estabelecimentos		
			1956	2010	2019	1956	2010	2019	1956	2010	2019
ACAIACA	Ensino Infantil (Creche e Pré-Escolar)		-	155	154	-	13	15	-	2	2
	Ensino Fundamental	Anos Iniciais	-	362	277	-	22	16	1*	2	2
		Anos Finais	-	390	259	-	34	25	-	2	2
	Ensino Médio		-	392	191	-	36	32	-	2	2
DIOGO DE VASCONCELOS	Ensino Infantil (Creche e Pré-Escolar)		-	73	95	-	5	9	-	2	4
	Ensino Fundamental	Anos Iniciais	-	409	234	-	27	19	1*	5	4
		Anos Finais	-	336	228	-	31	24	-	1	1
	Ensino Médio		-	139	179	-	27	24	-	1	1
ITABIRITO	Ensino Infantil		-	1562	2457	-	135	211	-	34	36

²⁹ No apêndice desta tese, há um tópico sobre o contexto educacional no Brasil voltado à educação feminina.

³⁰ IBGE (1959b).

³¹ INEP (2017).

³² INEP (2020).

³³ i. As informações sinalizadas com (*) estão baseadas nas entrevistas das professoras colaboradoras.

ii. O mesmo estabelecimento pode oferecer mais de uma etapa do ensino ou ainda estar em localidade diferente.

iii. Os docentes são contados uma única vez independentemente da etapa de ensino em que atua.

	(Creche e Pré-Escolar)										
	Ensino Fundamental	Anos Iniciais	1937	3992	3882	67	217	224	24	20	19
		Anos Finais	-	3512	2927	-	180	169	-	11	11
	Ensino Médio		-	1751	1658	-	101	129	9 ³⁴	3	6
MARIANA	Ensino Infantil (Creche e Pré-Escolar)		-	1750	2672	-	125	185	-	35	37
	Ensino Fundamental	Anos Iniciais	3.972	5092	4336	107	307	300	40	40	35
		Anos Finais	-	4428	3694	-	3334	329	-	29	29
	Ensino Médio		-	2425	1886	-	169	171	7 ³⁵	11	10
OURO PRETO	Ensino Infantil (Creche e Pré-Escolar)		-	2689	3062	-	200	224	-	58	55
	Ensino Fundamental	Anos Iniciais	4436	6238	4613	137	376	302	64	45	44
		Anos Finais	1137 ₃₆	5301	3862	79 ³⁷	370	343	3	23	25
	Ensino Médio		-	4292	3599	-	341	316	2	11	11

Fonte adaptada: INEP (2017, 2020)

Na região, as cidades de Mariana e Ouro Preto eram consideradas centros educacionais que atendiam não apenas os(as) moradores(as) da sede, mas também aqueles(as) que moravam nos distritos ou na zona rural. Se as professoras que moravam na área urbana dessas pequenas cidades do interior enfrentavam dificuldades em ter acesso às poucas instituições existentes, aquelas que moravam na zona rural tinham como única opção a escola rural para iniciar a vida escolar (que nem sempre era amparada por investimento público, como veremos no caso da professora Maria Gomes). Outro desafio era após a finalização do Ensino Primário, em que a ida para o meio urbano não se tratava de uma escolha para aqueles(as) que desejavam dar continuidade aos estudos, era a única alternativa.

Até a década de 1920, o país era considerado nitidamente rural, contexto que foi se alterando ao longo de 1940 e 1960³⁸. Na região de Ouro Preto, esse quadro não foi diferente e permaneceu assim até por volta de 1950, conforme tabela abaixo. A única exceção foi Itabirito que, nessa década, possuía uma maioria na cidade. Apesar do país ter essa característica essencialmente ruralista, a população rural foi negligenciada pelo poder público, sobretudo no que diz respeito à educação. Infelizmente, temos a história de populações “que permaneceram

³⁴ Essas 9 instituições estavam organizadas da seguinte forma: Ensino Industrial (5), Ensino Comercial (2), Ensino Pedagógico (1) e Ensino Secundário (1).

³⁵ As 7 instituições se distribuem em: Ensino Industrial (3), Ensino Pedagógico (1), Ensino Secundário (3).

³⁶ Os(as) 1137 alunos(as) estavam matriculados(as) entre: 3 instituições do Ensino Ginásial e 2 do Ensino Normal.

³⁷ Os(as) 79 professores(as) estavam distribuídos(as) entre: 3 instituições do Ensino Ginásial e 2 do Ensino Normal.

³⁸ (ALMEIDA, 2009).

desassistidas, afastadas das melhorias educacionais, pois efetivamente os investimentos públicos concentraram-se no modelo de urbanização que emergia no país naquele período [século XX]”³⁹.

Tabela 4: Porcentagem da população residente na zona rural

Municípios	Ano	Porcentagem da população instalada na zona rural
ACAIACA	1950	-
	2010	34,87%
DIOGO DE VASCONCELOS	1950	-
	2010	71,44%
ITABIRITO	1950	41,45%
	2010	4,14%
MARIANA	1950	59,02%
	2010	12,13%
OURO PRETO	1950	54,45%
	2010	13,03%

Fonte: IBGE (1959a, 1959b)

Embora, entre as décadas de 1940 e 1950, o ensino rural no Brasil tenha apresentado, em relação ao número de matrículas um progresso quantitativo maior do que o do urbano, a partir de 1950 essa quantidade passou a cair de forma acentuada⁴⁰. Em relação à oferta no ensino urbano e rural:

o ensino urbano continua sobrepujando numericamente o rural, embora continue predominando, no país, a população do campo. Assim sendo, o progresso alcançado não foi suficiente para melhorar significativamente o ensino rural, e, ademais, o ritmo de crescimento deste diminuiu nos últimos anos, esboçando-se tendência no sentido de maior desenvolvimento na zona urbana⁴¹.

Esse cenário pode ser confirmado no relato das colaboradoras ao observarmos uma espécie de “êxodo educacional”, em que os(as) jovens buscavam instituições na zona urbana que ofertavam condições de prosseguir nos estudos. A professora Maria da Conceição, por exemplo, comenta que, no 4º ano do Ensino Primário (hoje 5º ano do Ensino Fundamental I), foi para Ouro Preto, pois a escola rural em que estudava ofertava apenas até o 3º ano do Ensino Primário (hoje 4º ano do Ensino Fundamental). Corroborando essa conjuntura, Maria Gomes sinaliza que o diploma do Ensino Primário não era emitido na escola da zona rural, para obtê-lo era necessário recorrer às Escolas Reunidas de Diogo de Vasconcelos localizadas na área

³⁹ (ALMEIDA, 2009, p. 279).

⁴⁰ (ALMEIDA, 2009).

⁴¹ (WEREBE, 1968, p. 109).

urbana, única escola do município que contemplava apenas o Ensino Primário. Lá, os(as) alunos(as) faziam uma prova e conforme o resultado o diploma era emitido ou não.

Maria da Conceição acrescenta que, quando avançavam para as escolas dos centros urbanos, deparavam-se com alguns prejulgamentos, conforme menciona sua professora: *Não parece que você estudou em uma escola de roça* (Maria da Conceição). Consideração feita em relação ao seu conhecimento e satisfatório desenvolvimento educacional. Esse tipo de comentário poderia ter surgido em torno de um estigma carregado pela educação rural, pois acreditava-se que para os cidadãos – trabalhadores rurais – os conhecimentos básicos eram suficientes, não era necessária uma formação tão qualificada como para os cidadãos da cidade que atuariam no setor industrial. Durante alguns anos no Brasil, a educação rural esteve atrelada aos conhecimentos agrícolas como forma de evitar o êxodo do campo para a cidade. Para isso, a educação era encarregada de cultivar nos moradores do campo a afeição pela vida rural, sobretudo, para fortalecer a produção agrícola. Os conhecimentos básicos também se faziam necessários para que, se porventura o(a) aluno(a) optasse pela vida na cidade, tivesse habilidades mínimas para sobreviver em um novo ambiente. A ideia do governo com a educação rural era conter o fluxo do campo para a cidade, mas isso não se consolidou. Com o advento da industrialização, a agricultura já não era mais um atrativo⁴².

Nas escolas rurais era comum a presença de leigas ou professoras que saíam da cidade para trabalharem na zona rural e devido à dificuldade de deslocamento acabavam morando naquela localidade. Nesta direção, Maria Gomes indica que *no princípio não tinha prédio, era tudo nas casas [...] Depois, quem quisesse continuar, saía, sabe? Tudo se buscava em Mariana e até hoje é assim. As primeiras professoras daqui vieram de Mariana. Teve muita professora de lá que vinha para cá. No princípio, tinha uma kombi que trazia essas professoras para cá, depois alugaram uma casa para elas ficarem aqui* (Maria Gomes). Ela fez o Ensino Primário em uma escola da zona rural e a oportunidade de estudar surgiu pela organização da própria família: *Meu pai e o irmão dele, que moravam um em frente ao outro, combinaram: “A família é grande, vamos arranjar uma professora...”. Aí, acordaram em pagar uma professora particular para fazermos o primário, sabe? Aí beneficiamos os outros também* (Maria Gomes). Esse tipo de iniciativa, embora fosse um modo de possibilitar

⁴² (WEREBE, 1968).

Maria Gomes comenta que, em 1957 finalizou uma formação no ISER (Instituto Superior de Educação Rural) e no mesmo ano foi convidada a fazer um curso intensivo para orientadores adjuntos do Ensino Rural, para dar aula para as professoras rurais. Esse curso habilitava os(as) professores(as) a formarem outras(os) docentes rurais. Era de fundamental importância formar profissionais para atuarem na área rural que fossem “conhecedores dos saberes próprios do mundo rural, e, ao mesmo tempo, lhes oportunizassem o contato com conhecimentos pedagógicos fundamentais para sua atividade docente” (ALMEIDA, 2009, p. 288). Havia um agravante que era o fato de a formação das professoras do Curso Normal ser baseada em um “currículo urbano”, portanto, muitas delas, pela formação e pelo local em que viviam, não conhecessem as especificidades da vida no campo.

o acesso à educação, contornando as precariedades do contexto rural, acabava contribuindo também para eximir o Estado de sua responsabilidade quanto à manutenção e desenvolvimento das escolas rurais⁴³. A docente relata que, após formar-se no Ensino Primário, a escola fechou. É importante levar em consideração que Diogo de Vasconcelos (como vimos na tabela acima) até hoje tem pouco mais de 70% de população residindo na área rural. Apesar desse contexto, podemos perceber a precariedade da educação rural no município.

Nessa direção das dificuldades dos estudos na zona rural, Maria Auxiliadora indica que, durante um período de sua carreira, atuou em uma escola da zona rural de Diogo de Vasconcelos. Ela recorda que as dificuldades de seus(suas) alunos(as), se aproximavam daquelas vividas por ela junto aos seus irmãos, relatando que eles *chegavam cansados para as aulas, pois trabalhavam na roça. Eles estudavam com a luz de lamparina. Lembro que alguns chegavam com a pontinha do nariz preta, queimada com o fogo da lamparina. Lá em casa também era assim, melhorou um pouquinho quando meu pai fez uma ligação no moinho para gerar luz, era bem fraquinha, mas era melhor do que a lamparina* (Maria Auxiliadora). Em um período com poucos recursos didáticos, a colaboradora aponta que não havia o Pré-escolar em Diogo de Vasconcelos. E pelo próprio contexto da área rural, em que era comum todos trabalharem, independentemente da idade, *eles sabiam tudo de roça, sabiam mexer com foice, com machado e com enxada, menos com lápis. A mão era dura. Para poder ensinar as primeiras letras, a gente dava aqueles palitinhos para eles pinçarem para treinar a coordenação motora, para ver se aprendiam e conseguiam fazer os traçados, escrever as letras. Eles estavam com o lápis na mão e a gente tinha que pegar por cima da mão do aluno para fazer os traçados* (Maria Auxiliadora). Esses relatos reforçam que as escolas localizadas na zona rural sofriam com a falta de recursos básicos necessários para mantê-las em funcionamento.

Por outro lado, não podemos deixar de observar a escola como uma maquinaria violenta da aculturação, em que é necessário acostumar o corpo, formar (no sentido de dar forma) as mãos dos trabalhadores rurais na direção de produzir cidadãos, deixando suas próprias práticas camponesas. Logo, há uma movimentação de que a escola participa de modo muito crucial nessa disciplinarização e docilização dos corpos acerca de uma determinada forma de produção do campo, de ser camponês.

No geral, os distritos também contavam com uma estrutura bastante precária. Edna lembra que a única instituição escolar disponível em Acaiaca, no período em que estudou, eram as Escolas Reunidas Professor Antônio Gonçalves Martins (posteriormente, Escola Padre

⁴³ (MARTINS, 2003).

Simim), uma instituição de destaque (criada em 1937)⁴⁴. Sua narrativa contempla algumas características dessa escola: *Apesar de serem denominadas Escolas Reunidas, havia várias salas de aula espalhadas em diferentes lugares da vila. As professoras que tinham um espaço na própria casa, às vezes, até nos porões, ali faziam sua sala de aula. Na praça da igreja, [...] antigamente tinha um chalé da ferrovia [...] Nesse chalé, havia salas de aula, inclusive cursei o meu 3º ano do Ensino Primário lá [...] as escolas tinham poucos recursos físicos e materiais, mas eram cheias de carinho, cuidado e respeito* (Edna). Ela, assim como outras professoras, sinaliza que para continuar os estudos do curso Ginásial (atualmente corresponde ao Ensino Fundamental II), alguns de seus irmãos (mais velhos) e ela precisaram se deslocar para um local mais próximo, assim ela e sua irmã Beatriz foram para Mariana e seu irmão, inicialmente, foi para Ouro Preto⁴⁵. Essa movimentação era, de certa forma, articulada, visto que, geralmente, as meninas eram encaminhadas a Mariana e os meninos, a Ouro Preto. Maria de Lourdes relata que, em Mariana, a única opção de estudos para os meninos, antes da fundação da Escola Dom Frei Manoel da Cruz, era o Seminário. Se quisessem continuar os estudos após o término do Ensino Primário, precisavam se deslocar para Ouro Preto para estudar no Colégio Arquidiocesano ou no Colégio Alfredo Baeta. Segundo a professora Maria da Conceição, esse último *era um colégio particular muito bom, tinha o internato para os homens* (Maria da Conceição). Edna menciona que outras possibilidades de estudos fora da região de Ouro Preto eram a cidade de Ponte Nova ou a capital.

Pelas narrativas, principalmente no tocante ao contexto rural, observamos que, lançando mão de diferentes meios, as professoras conseguiram superar as dificuldades quanto ao acesso ao ensino e continuaram sua formação. Todavia, isso não pode obscurecer o fato de que essas distintas dificuldades foram um fator determinante para que alguns(mas) alunos(as) abandonassem os estudos, sobretudo para trabalhar com os pais e ajudar a sustentar a família⁴⁶.

⁴⁴ As escolas isoladas e as escolas reunidas, as quais consistiam em um modelo de organização escolar, foram uma realidade na formação das colaboradoras. Se antes as escolas estavam espalhadas nos municípios, nas casas ou salões dos(as) professores(as), podendo ou não estar distantes dos centros urbanos (escolas isoladas), com o modelo das escolas reunidas, elas foram concentradas em um único estabelecimento físico, fazendo surgir a figura do diretor. “As escolas reunidas revelam-se, pois, como um modelo alternativo e intermediário entre as casas-escolas e os grupos escolares, seja no tipo de prédio em que era instalada, seja na organização pedagógica do trabalho docente” (LOPES, 2002, p. 73). Era uma forma de organização escolar que não despendia de muito dinheiro, visto que ou funcionavam na casa dos(as) próprios(as) professores(as) ou então em uma casa alugada. Esses dois tipos de escolas possuíam precárias condições de manutenção e financiamento. E diante dos grupos escolares, “tomados como vitrines do projeto republicano e símbolos da modernidade” (GOUVÊA; SOUZA, 2016, p. 229), corre-se o risco de se cair na produção da invisibilidade das escolas isoladas e reunidas.

⁴⁵ Quando a Escola Dom Frei Manoel da Cruz foi fundada em Mariana, seus pais transferiram seu irmão para lá. Ela destaca que *naquele tempo, era tudo muito caro e somente os fazendeiros e coronéis podiam arcar com as despesas de estudos para os filhos. Após eu repetir o 4º ano Primário, meu pai me liberou para ir morar em Mariana, quando descobri [...] que havia [...] o Ginásio Dom Frei Manoel da Cruz, fundado pelo Padre José Dias Avelar para atender aos estudantes dos dois sexos [...] Então, ele pediu transferência do James de Ouro Preto, para nos fazer companhia e, eu finalmente, pude continuar os estudos* (Edna).

⁴⁶ (MARTINS, 2003).

Em Itabirito, após finalizar o Ensino Primário, Lenir comenta que começou o curso “Prática de Comércio e Escritório”. Como não podia pagar os estudos, esperou completar a idade de 14 anos para estudar à noite; afinal, precisava trabalhar durante o dia para conseguir arcar com os custos dos estudos. De modo semelhante, a professora Edna conta que, em Mariana, o único colégio gratuito que ofertava o Ensino Ginásial também funcionava no período noturno. Não se distinguindo das demais cidades, esse cenário de poucas instituições também fazia parte do contexto de Itabirito. No que diz respeito à instrução pública, o Ensino Primário, na década de 1940, era ofertado pela Escola Estadual Raul Soares. Já o Ensino Ginásial era atendido apenas por duas escolas particulares, são elas: ISAP (Instituto Santo Antônio de Pádua) e GGG (Ginásio Guilherme Gonçalves). Esse contexto de precariedade educacional permeava o país como um todo, embora no período do chamado Pacto Populista (1945-1964) tenha ocorrido uma “pressão popular pela democratização do ensino, o acordo das elites no poder manteve o caráter ‘aristocrático’ da escola. Assim, não estranha que a expansão da cobertura escolar tenha ocorrido de forma improvisada e insuficiente”⁴⁷.

Outros obstáculos quanto ao acesso aos estudos, para aqueles(as) que moravam na zona rural ou em distritos (geralmente mais distantes da sede), estavam atrelados ao deslocamento (localização *versus* distância) e a questões de ordem climática, geográfica e/ou econômica. Maria Gomes comenta que andava de 6 a 10 quilômetros para ir à escola e, em tempo de chuva, ia “amassando barro”, além disso havia a situação financeira. Segundo ela, *eu fiquei em casa, porque papai controlava, era muito caro. A gente tinha que sair daqui para pegar o trem lá em Acaiaca, ele subia e descia uma vez só. Se você perdesse aquele, era só no outro dia. O negócio era difícil, a estrada era de terra. A gente ia a cavalo, não tinha condução nessa época* (Maria Gomes). As formas para locomover-se para os locais mais distantes ocorriam por meio do trem ou a cavalo, já para deslocar-se para lugares mais próximos, geralmente, era a pé. Edna (Acaiaca) e Maria Auxiliadora (Diogo de Vasconcelos) também relatam ter sido necessário afastar-se dos estudos por algum tempo para que a família criasse condições financeiras de enviá-las para outras cidades, ou seja, a própria situação financeira também era um fator que pesava para as famílias adiarem os estudos dos(as) filhos(as).

Esse cenário de dificuldade ainda abarcava o modelo de sociedade patriarcal, fator que contribuía para o afastamento dos estudos. Devido ao adoecimento da mãe, Maria da Conceição conta que parou os estudos durante uns dois anos para cuidar dela. Maria Auxiliadora lembra: *Meus irmãos frequentavam a escola rural e iam a cavalo para a escola. Só que mamãe não deixava eu*

⁴⁷ (BELTRÃO; ALVES, 2009, p. 130).

ir, pois tinha muito menino, era mais menino do que menina. Aí, tudo que meus irmãos aprendiam lá na escola, chegava em casa ela me ensinava. Então, eu falo que quem me alfabetizou foi minha mãe, ela me ensinou em casa (Maria Auxiliadora). Infelizmente, algumas práticas quanto à educação feminina presentes na legislação educacional no século XIX perpassaram pelo século XX⁴⁸. A situação descrita por essas professoras destaca uma característica comum da história educacional brasileira: a negligência da educação das meninas – apenas os meninos podiam estudar⁴⁹. A tabela abaixo mostra que em 1956 os índices de alfabetização na região já eram baixos, abarcando uma porcentagem maior do público masculino do que o feminino.

Tabela 5: Taxa de alfabetização e escolarização na região de Ouro Preto

Municípios	Ano	Taxa de alfabetização ⁵⁰	Taxa de escolarização em idade escolar ⁵¹
ACAIACA	1956	-	-
	2010	86,1%	96%
DIOGO DE VASCONCELOS	1956	-	-
	2010	82,7%	97,6%
ITABIRITO	1956	66,65% – maioria homens	61,21%
	2010	96%	99,4%
MARIANA	1956	48,98% – maioria homens	50,03%
	2010	93,4%	98%
OURO PRETO	1956	53,74% – maioria homens	61,42%
	2010	95,0%	98,8%

Fonte: INEP (2017) e IBGE (1959a, 1959b)

Por que cabiam somente à(s) filha(s) – e não ao(s) filho(s) – os cuidados com os pais quando esses adoeciam ou envelheciam? Por que apenas os meninos podiam se deslocar até a escola? Se eram irmãos, por que ela não poderia acompanhá-los? Notamos que, diante de uma decisão a se tomar – em alguns momentos amparada na legislação –, optava-se pelo ensino institucionalizado dos meninos. Sendo a menina proibida de estar junto aos meninos para

⁴⁸ O Decreto n. 7.247 (19 de abril de 1879) que deliberava sobre a Reforma do Ensino Primário e Secundário, ao tratar sobre a obrigatoriedade do ensino, apresenta uma observação referente à distância entre a casa e a escola e os requisitos para as meninas e os meninos. “Até se mostrarem habilitados em todas as disciplinas que constituem o programa das escolas primárias do 1º grau, são obrigados a frequentá-las, no município da Corte, os indivíduos de um e outro sexo, de 7 a 14 anos de idade. Esta obrigação não compreende os que seus pais, tutores ou protetores provarem que recebem a instrução conveniente em escolas particulares ou em suas próprias casas, e os que residirem a distância maior, da escola pública ou subsidiada mais próxima, de um e meio quilômetro para os meninos, e de um quilômetro para as meninas” (BRASIL, 1879).

⁴⁹ Segundo Foucault (1999), o princípio da exclusão é um modo de impedir que determinados discursos ou pessoas circulem na sociedade.

⁵⁰ As informações em relação à taxa de alfabetização do ano de 1956 são dados de pessoas com idade maior que 5 anos que sabiam ler e escrever, já os dados de 2010 se referem a pessoas com 15 anos ou mais.

⁵¹ Corresponde à quantidade de estudantes matriculados(as) no ensino regular.

percorrer o caminho até a escola, para realizarem os estudos, muitas vezes, era necessária uma atitude “subversiva”. A educação das meninas acabava se passando como um ato de resistência àquilo que estava posto, como uma possibilidade de fuga àquilo que estava dado ou preestabelecido, tratava-se de um deslocamento ao contexto geral. Nessas situações de afastamento das meninas em relação aos estudos, era necessário um agir subversivo, que ia na contramão de uma lógica de educação apenas para os meninos ou até de uma educação diferenciada para eles. Por outro lado, se ficavam em casa, a mãe ensinava a partir daquilo que sabia ou por aquilo que os irmãos aprendiam, como é o caso da professora Maria Auxiliadora. E aqui há algumas problemáticas: se existe uma possibilidade de a mãe não ter frequentado a escola ou não ter conhecimentos basilares, como ela poderia se responsabilizar pela educação de um(a) filho(a)? Se para essas professoras já havia sido difícil estudar, para suas mães essas dificuldades foram ainda maiores e, muito provavelmente, algumas não tenham avançado muito nos estudos e como poderiam estar à frente da educação de seus filhos, fossem eles meninos ou meninas?⁵²

A justaposição de vários momentos históricos em nosso país, em um contexto social desenvolvido de forma desigual, infelizmente, criou situações difíceis e se enraizou no campo educacional. Esse descompasso entre uma demanda cada vez mais crescente pela educação e a oferta insuficiente de instituições era uma contradição grave que ocorria nas distintas cidades do país. No meio rural o descompasso era ainda maior se comparado ao meio urbano. Tal cenário culminava nos baixos índices de alfabetização na região, como vimos acima.

5.3.1. A formação de professoras e as instituições de ensino

“Conheceis o mal: qual é o remédio? A Escola Católica, repetida, disseminada, multiplicada por toda parte em frente da Escola do Governo e onde os Governos não têm escola [...] A escola primária católica, o ginásio ou liceu católico, a faculdade católica, a universidade católica – eis a solução!” (LAET, 1908 apud DALLABRIDA, 2009, p. 77).

Um primeiro ponto que trazemos para discussão se refere à ausência ou à insuficiente quantidade de escolas públicas de nível secundário na região. Esse fator, aliado à predominância de instituições particulares para níveis mais avançados de estudos, resultava na instrução de um seleto grupo: as camadas mais altas da sociedade. Nessas cidades, os colégios particulares religiosos ofertavam estudos do Ensino Primário (hoje Ensino Fundamental I) ao Ensino

⁵² Essas questões apresentadas aqui serão tratadas no decorrer dos outros textos analíticos.

Secundário (hoje Ensino Médio), com o Curso Normal (antigo Ensino Colegial – 2º Grau do Ensino Secundário). O crescimento do Ensino Secundário ao longo das décadas de 1930 e 1940 se deu por meio de instituições privadas, principalmente vinculadas à Igreja Católica⁵³. A expansão de colégios públicos voltados ao Ensino Secundário viria a ocorrer somente na década de 1950. Um possível motivo do predomínio da Igreja no Ensino Secundário pode ser atribuído à falta de iniciativas por parte do Estado.

O Governo Federal não implementou políticas sólidas para instituir estabelecimentos públicos de Ensino Secundário e nem alavancou a profissionalização da carreira docente dos professores desse nível escolar. Os governos estaduais priorizavam o Ensino Primário e, para tanto, investiram na formação e profissionalização dos professores dessas escolas, por meio da implantação e da modernização das escolas normais⁵⁴.

Em nossa pesquisa, observamos que o pioneirismo da educação local foi assumido pelas instituições vinculadas a alguma congregação católica. As opções para a formação de professores(as) na região eram restritas. Segundo a professora Hebe, alguns(mas) estudavam na extinta Escola Estadual Dom Frei Manoel da Cruz, instituição gratuita que ofertava o Curso Normal em nível Ginásial⁵⁵, quem tinha alguma condição estudava nas escolas particulares, no Colégio Providência – Mariana (meninas) ou no Colégio Arquidiocesano – Ouro Preto (meninos), já os ricos iam estudar fora, geralmente iam para o Instituto de Educação de Minas Gerais (em Belo Horizonte).

É importante entender que os colégios públicos eram procurados não porque as famílias estavam isentas do pagamento, mas por serem considerados de boa qualidade, ali os familiares depositavam a confiança na excelência do ensino e aprendizado. “Os estabelecimentos oficiais de ensino sempre gozaram de boa reputação, em virtude de ter mantido padrões de excelência na maioria deles [...] Por outro lado, o fator econômico, representado pela gratuidade do ensino público, é, por si só, razão suficiente para que ele seja bem acolhido pela população”⁵⁶.

⁵³ No apêndice desta tese, há um tópico que discute alguns aspectos da relação entre a Igreja Católica e a educação.

⁵⁴ (DALLABRIDA, 2009, p. 82).

⁵⁵ Pelo Decreto-Lei n. 8.530/1946, houve a organização do Ensino Normal em 2 ciclos: i. Escola Normal de grau Ginásial (duração de 4 anos), articulado com o Ensino Primário, conferindo diploma de Regentes de Ensino Primário; ii. Escola Normal de grau Colegial (duração de 3 anos), articulado com o Ensino Ginásial, o curso de Formação de Professores Primários conferia diploma de professor primário (WEREBE, 1968).

Como afirma Werebe (1968), o curso de 1º ciclo do Ensino Normal era uma forma obsoleta de formar o professorado e sua manutenção se justificava em regiões mais atrasadas, onde predominavam os(as) leigos(as) sem formação especializada. Essa situação era lamentável, por propiciar uma formação em nível bem medíocre, “compreendendo o estudo de matérias de cultura geral nos 4 anos, com a inclusão na 4ª série de disciplinas pedagógicas (Psicologia e Pedagogia, Didática e Prática de Ensino), além de conhecimento de técnicas das atividades econômicas da região (agrícolas, marítimas, pastoris, de mineração ou de indústria extrativa vegetal). As disciplinas de cultura geral são, agora, as mesmas obrigatórias para o curso ginásial secundário, de acordo com as determinações da Lei de Diretrizes e Bases” (WEREBE, 1968, p. 211).

⁵⁶ (WEREBE, 1968, p. 31).

Embora algumas professoras mencionem a Escola Normal de Ouro Preto, nenhuma delas realizou o Curso Normal nessa instituição. No que tange a esse aspecto, chama-nos atenção um trecho da narrativa de Leila: *Infelizmente, as opções para as pessoas que queriam se formar como professoras na região de Mariana era só o Colégio Providência. No período em que estudei não havia outro colégio que tivesse formação para professoras. Creio que, na época, em Ouro Preto também não existia um colégio estadual, porque se fosse outro particular não era interessante sair; agora, se tivesse um estadual talvez fosse opção dos meus pais para evitar a mensalidade, pois a despesa com o trajeto de Mariana a Ouro Preto seria muito mais em conta do que pagar a mensalidade do colégio, por isso, acredito que não tinha* (Leila). As professoras Edna, Maria Gomes e Maria Auxiliadora afirmam que iam de trem para a cidade de Mariana e a formação docente ocorreu no Colégio Providência. O deslocamento de Acaiaca a Mariana, pela Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB), era feito pelo ramal Ponte Nova⁵⁷. Se por essa linha também se chegava a Ouro Preto e ali existia a Escola Normal de Ouro Preto (primeira instituição formadora de professores(as) instituída em Minas Gerais), nos questionamos: Por que a Escola Normal de Ouro Preto não era tida como opção pelas famílias? O prestígio do Colégio Providência estaria atrelado ao fato de ser uma instituição confessional? Ao longo de sua existência, a Escola Normal de Ouro Preto passou por momentos de aberturas e fechamentos, teria essa instabilidade em seu funcionamento influenciado na escolha das famílias? Com os elementos presentes nas narrativas, não temos respostas a essas questões, mas foi algo que saltou aos nossos olhos, podendo ser uma temática para pesquisas futuras.

No período em que as professoras estudaram, o trem era o principal meio de transporte, a expansão da ferrovia representava no país o ideal de “velocidade e progresso” que propiciava transformações rumo aos ares da modernidade⁵⁸. Por conseguinte, o deslocamento via ferrovia, possivelmente, foi um fator que também possibilitou a formação das professoras, visto que sem o trem seria bastante difícil. Logo, a ferrovia possibilitou a essas professoras demarcar novos espaços.

A maioria das colaboradoras, em algum momento, foram educadas em uma instituição católica, sendo que 6 fizeram o Ensino Ginásial e/ou o Ensino Normal no Colégio Providência (Mariana – MG), colégio católico administrado pela Congregação das Irmãs Vicentinas. As

⁵⁷ Em 1887, o ramal de Ponte Nova foi inaugurado com o intuito de, a partir da estação de Burnier, atingir a cidade de Ouro Preto (então capital da Província) e ligá-la ao Rio de Janeiro por via férrea. O trecho com destino a Ponte Nova foi inaugurado em 1926. Disponível em: http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_mg_linhacentro/efcb_linhadocentro_mg.htm. Acesso em: 20 out. 2020.

⁵⁸ (ARRUDA, 1999).

demais (Lenir, Maria da Consolação e Maria da Conceição) também tiveram sua formação em instituição de cunho religioso⁵⁹.

O Ginásio Guilherme Gonçalves, localizado em Itabirito, onde Lenir realizou seus estudos, embora não fosse administrado por uma congregação católica, em seu regimento interno especificava que o ginásio assumia o catolicismo como religião oficial da instituição. Além disso, os(as) alunos(as) deveriam participar das missas aos domingos ou dias santos, prevendo ainda a prática da abstinência de carnes às sextas-feiras e do jejum conforme recomendações do clero⁶⁰. Talvez, essa exigência era uma forma de as instituições darem continuidade à formação moral e religiosa não apenas dos(as) alunos(as), mas também se estendendo aos familiares, que certamente acompanhavam os(as) jovens nas celebrações.

Será que diante dessa circunstância podemos dizer que, na falta do poder público, as congregações assumiam as necessidades? Ou seja, será que a fundação dessas instituições particulares religiosas revela a omissão do poder público? Em algumas cidades, as congregações gerenciavam hospitais, orfanatos, asilos e colégios (podendo ou não ter sido fundados pela própria congregação). Ao longo da história de nosso país, vemos que a Igreja, desde o projeto de colonização da Coroa, era uma instituição coparticipante.

Com o passar dos séculos, as suas ações extrapolavam o campo religioso e alcançavam sobremaneira os campos político, educacional, econômico e de assistência social, ora de maneira institucionalizada, ora por iniciativa individual de seus membros; ora em conjunto com as oligarquias, ora ao lado da população menos favorecida; ora do lado de um grupo oligárquico em oposição a outro ou vice-versa; ora em ações pacíficas, ora revolucionárias...⁶¹

Em Mariana, a Congregação das Irmãs Vicentinas se ocupava da administração do Colégio Providência, Colégio das Órfãs, asilo para mulheres e o hospital. A professora Maria da Conceição conta que, na instituição em que estudava, o Colégio Nossa Senhora do Carmo (Viçosa – MG), administrado pela congregação das Irmãs Carmelitas da Divina Providência, havia um trabalho missionário em que as moças do colégio se envolviam na evangelização tanto de populações rurais quanto dos presidiários. Portanto, percebe-se que os clérigos e as congregações se envolveram com trabalho de assistência religiosa e também social.

A formação era direcionada à fé católica e as jovens participavam de algumas práticas religiosas, como as festas dedicadas aos santos, coroações à Nossa Senhora, celebração da

⁵⁹ Como os colégios eram administrados por religiosas, a presença de capelas nas escolas era comum e se destacavam por sua beleza. Dessa maneira, era um local para celebrar diariamente os ritos para as alunas, mas também para as próprias religiosas que deviam cumprir alguns preceitos devocionais como missa, terço mariano, oração pessoal, reflexão sobre os textos bíblicos, entre outros, de acordo com a espiritualidade e direcionamento da congregação à qual pertencia.

⁶⁰ (MACHADO, 2019).

⁶¹ (ALENCAR, 2019, p. 271).

Páscoa, entre outras. As professoras Maria Gomes e Maria da Conceição foram as únicas que estudaram em regime de internato, respectivamente, no Colégio Providência (Mariana – MG) e no Colégio Nossa Senhora do Carmo (Viçosa – MG), instituições administradas por congregações católicas. No caso das internas, a rotina diária era muito similar: acordar cedo, arrumar-se, ir à missa, tomar café e depois ir às aulas. Dado que a escola era considerada um canal para veicular tradições, princípios e valores, o modelo de educação deveria se pautar nos rígidos padrões de uma formação física, moral, intelectual e religiosa, ou seja, buscar contribuir para a formação integral dos(as) jovens⁶². Portanto, “estudar em colégios confessionais dava prestígio, pois a religião católica era aceita na maior parte das famílias e também pelo contexto social e cultural em que a moral deveria ser zelada, respeitando o nome das famílias na cidade”⁶³.

Edna comenta que no Colégio Providência, *havia um elitismo por ser um colégio onde só os ricos tinham condições de matricular suas filhas* (Edna). Acreditamos que essa característica se estendia às demais instituições particulares. A “escolha” pela docência demandava ter alguma condição econômica para arcar com os altos custos dos estudos. A única formação de magistério disponível na região era particular, privilegiando uma pequena parte da sociedade, ou seja, restringia-se ao atendimento das famílias ricas. Para algumas professoras, só foi possível estudar em uma instituição particular por terem sido contempladas com uma bolsa de estudos. Algumas instituições dispunham desse tipo de assistência para atender as camadas populares.

Na cidade de Mariana, percebemos ainda que algumas instituições públicas tiveram padre e/ou bispos envolvidos em seu projeto de fundação, é o caso da Escola Dom Frei Manoel da Cruz⁶⁴ e da Escola Estadual Dom Silvério⁶⁵. A professora Edna conta que, no período em que estudou na Escola Dom Frei Manoel da Cruz, por volta de 1962, um de seus professores era um padre. Hebe comenta que, no período em que atuava na Escola Dom Silvério, por volta de 1960, o diretor da instituição também era um padre. Nesse sentido, percebemos que, mesmo após alguns anos de a constituição do país ter promulgado que o ensino seria laico, não houve ruptura entre Estado e Igreja Católica. Embora a expansão das escolas públicas pudesse ser uma possibilidade que pesaria para a Igreja Católica perder o controle na educação, percebemos que isso não ocorreu de forma integral, ou seja, ainda havia sua influência na educação daquela cidade e também na região, pois a insuficiente quantidade de instituições em algumas

⁶² (ASSIS; CAMPOS, 2002).

⁶³ (MARIN, 2019, p. 260).

⁶⁴ Fundada em 1954 pelo padre José Dias Avelar.

⁶⁵ Fundada em 1966 e teve como um de seus fundadores Dom Oscar de Oliveira.

localidades levava as famílias a enviarem seus(suas) filhos(as) para cidades com melhores estruturas, a cidade de Mariana é um exemplo disso.

A religião católica exerceu um papel bastante significativo no período em que as professoras colaboradoras se formaram e atuaram, sobretudo na fabricação de corpos femininos. Para Foucault (1999), há alguns tipos de discursos (religiosos ou jurídicos) que estão na origem de algumas falas que vão criando ou expandindo outros discursos ao ser retomado, transformado ou ao falar sobre eles, isto é, são aqueles “discursos que, indefinidamente, para além de sua formulação, são *ditos*, permanecem ditos e estão ainda por dizer”⁶⁶. Nesse sentido, entendemos que os discursos religiosos, assim como os discursos jurídico, pedagógico, ético e moral, continuam competindo “na conceituação e definição do que seja, inclusive, o princípio mesmo que define e particulariza as carnes dos chamados seres vivos, entre os quais os humanos se encontram: a vida”⁶⁷.

Aqui não estamos nos referindo apenas à religiosidade que atravessava o cotidiano dos(as) cidadãos(ãs) que frequentavam as igrejas católicas, mas também das instituições particulares que pertenciam às congregações religiosas ou instituições públicas que tinham uma relação estreita com a Igreja. Por outro lado, a relação entre educação e religião católica não era uma particularidade da região de Ouro Preto ou do estado de Minas Gerais, pelo contrário, esteve presente na história de nosso país de forma bastante concreta. Ressaltamos ainda que, embora esse movimento educacional de natureza católica “tivesse um acento apologético frente ao ensino laico e aos colégios protestantes, não deixou de criar um espaço para a participação da mulher no quadro social”⁶⁸. Na região em estudo, por exemplo, o Colégio Providência era a única instância formadora de professoras.

Pela discussão tecida até aqui e pelas tabelas já apresentadas, notamos que, na década de 1950, em Itabirito, Mariana e Ouro Preto, o acesso à instrução no Ensino Primário era relativamente significativo (em termos de quantidade de instituições), apesar das ressalvas mencionadas pelas professoras. Entretanto, ao avançar para os demais níveis escolares, o número é drasticamente reduzido, sendo que, no nível superior, esse valor é ainda mais baixo⁶⁹.

⁶⁶ FOUCAULT (1999, p. 22).

⁶⁷ (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2020, p. 267).

⁶⁸ (PASSOS, 2002, p. 192).

⁶⁹ Em Itabirito, havia 24 instituições de Ensino Primário, 5 de Ensino Industrial, 2 de Ensino Comercial, 1 de Ensino Pedagógico e 1 de Ensino Secundário. Mariana contava com 40 instituições de Ensino Primário, 3 de Ensino Industrial, 1 de Ensino Pedagógico, 3 do Ensino Secundário, 1 de Ensino Superior. Já Ouro Preto possuía 64 instituições de Ensino Primário, 3 de Ensino Ginásial e 2 de Ensino Normal e 1 instituição de Ensino Superior.

Nos últimos anos, a educação básica na região passou por uma expansão considerável, podendo ser observada na tabela abaixo⁷⁰.

Tabela 6: Quantidade de estabelecimentos escolares em cada município da região de Ouro Preto⁷¹

Município	Modalidades de Ensino		Localização geográfica e dependência administrativa															
			Urbana								Rural							
			Federal		Estadual		Municipal		Privada		Federal		Estadual		Municipal		Privada	
			2010	2019	2010	2019	2010	2019	2010	2019	2010	2019	2010	2019	2010	2019	2010	2019
ACAIACA	Educação Infantil	Creche	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
		Pré-Escola	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-
	Ensino Fundamental	Anos Iniciais	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-
		Anos Finais	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ensino Médio		-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
DIOGO DE VASCONCELOS	Educação Infantil	Creche	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Pré-Escola	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	1	3	-	-
	Ensino Fundamental	Anos Iniciais	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	4	3	-	-
		Anos Finais	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ensino Médio		-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ITABIRITO	Educação Infantil	Creche	-	-	-	-	2	15	9	9	-	-	-	-	-	-	-	1
		Pré-Escola	-	-	-	-	18	17	8	9	-	-	-	-	4	2	1	1
	Ensino Fundamental	Anos Iniciais	-	-	3	3	8	8	4	5	-	-	-	-	5	3	-	-
		Anos Finais	-	-	5	4	4	4	2	3	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ensino Médio		-	1	2	3	-	-	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-
MARIANA	Educação Infantil	Creche	-	-	-	-	2	6	9	12	-	-	-	-	-	2	-	-
		Pré-Escola	-	-	-	-	11	8	9	11	-	-	-	-	15	11	-	-
	Ensino Fundamental	Anos Iniciais	-	-	8	8	8	7	8	10	-	-	-	-	16	10	-	-
		Anos Finais	-	-	9	8	7	6	4	6	-	-	-	-	9	9	-	-
	Ensino Médio		-	-	4	7	2	-	3	3	-	-	-	-	2	-	-	-

⁷⁰ Inicialmente, os dados quantitativos de instituições de Educação Básica foram rastreados junto aos *sites* das prefeituras, SME, SRE e outros *sites* de consulta. No entanto, encontramos dificuldades em localizar informações mais precisas, alguns *sites* estavam desatualizados ou não possuíam essas informações. Diante disso, optamos por fazer o levantamento manualmente com base no “Catálogo de Escolas” do INEP, que reúne informações de escolas brasileiras da Educação Básica a partir do Censo Escolar (<http://inep.gov.br/dados/catalogo-de-escolas>).

Após esse levantamento, encontramos a Sinopse Estatística da Educação Básica (elaborada pelo INEP), referente aos anos de 2010 e 2019 – respectivamente INEP (2017) e INEP (2020) –, apoiada nos dados do Censo Escolar. Como esses dados destoavam entre si e considerando que o levantamento manual poderia apresentar falhas, optamos por deixar registrado na tese somente as informações baseadas em INEP (2017) e INEP (2020).

⁷¹ O mesmo estabelecimento pode oferecer mais de uma etapa do ensino ou ainda estar em localidades diferentes.

OURO PRETO	Educação Infantil	Creche	-	-	-	-	22	27	9	10	-	-	-	-	-	2	-	1
		Pré-Escola	-	-	-	-	24	23	10	6	-	-	-	-	9	6	-	-
	Ensino Fundamental	Anos Iniciais	-	-	6	6	21	21	7	10	-	-	-	-	11	6	-	1
		Anos Finais	-	-	7	7	13	13	3	5	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ensino Médio		1	1	7	8	-	-	3	2	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte adaptada: INEP (2017, 2020)

Como vimos anteriormente, a influência da Igreja Católica na educação era muito expressiva e não deixou de acontecer a partir da República, quando houve a “separação” entre Estado e Igreja, pressupondo um Estado Laico. Pelo contrário,

a Igreja manteve o seu papel na educação em virtude da tradição herdada ao longo de séculos, bem como da incapacidade inicial do Estado para com essa empreitada. Ao longo do século XX surgiram inúmeras instituições de ensino básico e superior por todo o país, idealizadas, mantidas e/ou administradas por congregações religiosas, em sua maioria católicas. A presença de escolas confessionais e das faculdades de Filosofia, Ciências e Letras em várias regiões é um exemplo dessa influência. Em vários recantos do país a Igreja Católica assume o pioneirismo na educação, e no caso da educação superior, muitas instituições públicas surgiram a partir da incorporação de faculdades católicas⁷².

O estabelecimento da primeira instituição católica de Ensino Superior no país ocorreu no ano de 1941 no Rio de Janeiro. Em 1945, o Decreto-Lei n. 8.457 realizou algumas alterações no artigo 5º do Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto n. 19.851/1931) no que se refere à constituição de uma universidade. A nosso ver, a mais significativa era a exigência de que, para constituir uma universidade, era necessário congregar três institutos de Ensino Superior, sendo que entre dois deles deveriam estar as faculdades de filosofia, de direito, de medicina e de engenharia⁷³. Nos anos seguintes, observou-se a expansão das universidades católicas em outras localidades: São Paulo (1946), Porto Alegre (1948), Campinas (1955), Goiânia e Curitiba (1959)⁷⁴. Em Minas Gerais, a presença dessas instituições teve início em 1958 na cidade de Belo Horizonte. Pode-se dizer que as primeiras universidades católicas nas décadas de 1940 e 1950 “coroaram o êxito da Igreja Católica na educação formal brasileira”⁷⁵.

Na região de Ouro Preto, o acesso ao Ensino Superior decorreu da extensão da Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG), posteriormente PUC⁷⁶, na cidade de Mariana. Essa instituição passou a ofertar cursos de licenciatura para formar professores de Letras,

⁷² (ALENCAR, 2019, p. 260).

⁷³ (BRASIL, 1945).

⁷⁴ (ARDUINI, 2017).

⁷⁵ (DALLABRIDA, 2009, p. 84).

⁷⁶ Embora, atualmente, a instituição seja conhecida como PUC, no período em que algumas professoras se formaram, a instituição funcionava como UCMG, o título de pontifícia apenas foi concedido em 1983.

Estudos Sociais e Ciências a partir de 1969, permitindo às docentes ingressarem na universidade. Antes desse período, o relatório do Recenseamento Geral de 1950 aponta que, na cidade de Ouro Preto, o Ensino Superior era representado pela Escola Nacional de Minas e Metalurgia e pela Escola de Farmácia (que mais tarde, junto aos cursos de licenciatura, deram origem à UFOP)⁷⁷, ou seja, na região o Ensino Superior atendia um público bastante restrito e não envolvia, até então, cursos voltados à formação docente⁷⁸. A UCMG, durante alguns anos, era a única instituição da região que respondia pela formação de professores(as) em nível superior. Consequentemente, observamos a presença e influência da Igreja Católica na região também no âmbito do Ensino Superior.

As professoras Leila e Maria da Consolação, embora não tenham realizado o curso superior na região de Ouro Preto, formaram-se pela UCMG na cidade de Ponte Nova e pela PUC⁷⁹ em Ibité, por meio da política de extensão. Maria de Lourdes e Lenir fizeram licenciatura plena em instituições administradas por congregações católicas, não pertencentes à região. Portanto, esses dados nos ajudam a pensar que a formação de professores(as) em nível superior estava atrelada às instituições católicas.

Na tabela abaixo é possível acompanhar um panorama das instituições de Ensino Superior que foram surgindo ao longo dos anos nas cidades da região, sendo seus cursos ofertados somente nas cidades de Itabirito, Mariana e Ouro Preto. Como algumas instituições possuem uma quantidade elevada de diferentes cursos (licenciatura e/ou bacharelado), optamos por elencar apenas os cursos referentes à formação de professores(as) (as licenciaturas)⁸⁰.

Tabela 7: Instituições de Ensino Superior na região de Ouro Preto

Municípios	Instituições	Cursos Licenciaturas	Pós-Graduação
ITABIRITO	Faculdade Alis de Itabirito (2015)	—	—
	Faculdade de Administração de Itabirito (1999)	—	—
	Faculdade Presidente Antônio Carlos de Itabirito (2008)	—	—
	IFMG (2015)	—	—

⁷⁷ IBGE (1959b).

⁷⁸ Destaca-se que as colaboradoras não fornecem detalhes de como foi sua formação no Ensino Superior, mas consideramos importante apresentar esse aspecto, uma vez que é um dado importante para caracterizar a região.

⁷⁹ A professora Maria da Consolação iniciou o curso de licenciatura no ano de 1993, portanto, a UCMG já havia se transformado em PUC.

⁸⁰ Os dados das instituições de Ensino Superior foram coletados por meio do E-Mec (<https://emec.mec.gov.br/>).

MARIANA	Faculdade Presidente Antônio Carlos de Mariana (2007)	–	–
	Faculdade Dom Luciano Mendes (2003)	–	–
	Faculdade de Administração de Mariana (2004)	–	–
	Faculdade Adjetivo CETEP (2011)	–	–
	UFOP (1969)	* História (1981) * Letras (1981) * Pedagogia (2008)	* História (2007) – no ano de 2013, foi aberta a primeira turma de doutorado * Letras (2010) * Educação (2011) – no ano de 2019, foi aberta a primeira turma de doutorado
OURO PRETO ⁸¹	UFOP (1969)	* Filosofia (1994) * Ciências Biológicas (1998) * Matemática (1998) * Artes Cênicas (1999) * Música (1999) * Educação Física (2008) * Química (2008) * Física (2012)	* Ciências Biológicas (1998) – em 2004, passou a ofertar o doutorado * Filosofia (2006) – em 2020, foi aberta a primeira turma de doutorado * Educação Matemática (2008) – inicialmente como mestrado profissional e, em 2020, foi aprovada a mudança para mestrado acadêmico * Ciências – Física de Materiais (2011) * Ensino de Ciências (2013) – mestrado profissional * Artes Cênicas (2014) * Química (2014) * Matemática (2015) – mestrado profissional
		Centro de Educação Aberta e a Distância: * Pedagogia – 2000 * Matemática – 2007 * Geografia – 2012	* Especialização <i>Lato Sensu</i> : há diversos cursos voltados à área educacional ⁸²
	IFMG (1959)	* Geografia (2008) * Física (2009)	Especializações <i>Lato Sensu</i> : * Educação Matemática (2014) * Ensino de Língua Portuguesa na Educação Básica (2018) * Gestão e Conservação do Patrimônio Cultural (2018)

Fonte: elaborada com base nos dados do portal E-Mec

Em seguida, apresentamos as instituições em que as professoras realizaram o Ensino Superior, acompanhadas de sua localização.

Tabela 8: Formação e atuação docente das professoras entrevistadas⁸³

Entrevistadas	Formação Docente das colaboradoras
Hebe Maria Rôla Santos	– Curso Normal – 1946 a 1949 Colégio Providência (Mariana – MG)
	– Licenciatura Curta em Letras – com início por volta de 1969 Universidade Católica de Minas Gerais (extensão em Mariana – MG)

⁸¹ No portal do E-Mec, não encontramos instituições privadas cadastradas.

⁸² Disponível em: <http://www.cead.ufop.br/index.php/cursos-de-graduacao>. Acesso em: 20 jun. 2021.

⁸³ Algumas professoras fizeram o curso de Pós-Graduação (*Lato Sensu*). Optamos por inserir essas informações na tabela, tendo em vista que elas apenas citam brevemente esse fato e não apresentam outras considerações.

Leila Warde Rôla Bethônico	– Curso Normal – 1954 a 1957 Colégio Providência (Mariana – MG) – Licenciatura Curta em Ciências – 1977 a 1979 Universidade Católica de Minas Gerais (extensão em Ponte Nova – MG) – Licenciatura Plena em Ciências Biológicas – 1999 a 2000 Unigranrio (RJ)
Maria de Lourdes Walter	– Curso Normal – 1960 a 1962 Colégio Providência (Mariana – MG) – Licenciatura Curta em Pedagogia – 1979 a 1980 Instituto de Educação de Minas Gerais (Belo Horizonte – MG) – Licenciatura Plena em Pedagogia – 1981 a 1983 Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras (São João del-Rei – MG)
Edna Lemos de Souza Castro	– Curso Normal – 1963 a 1965 Colégio Providência (Mariana – MG) – Licenciatura Curta em Letras – finalizou em 1973 Universidade Católica de Minas Gerais (extensão em Mariana – MG)
Lenir Maria Amorim França de Oliveira	– Curso Normal – 1966 a 1968 Ginásio Guilherme Gonçalves (Itabirito – MG) – Licenciatura Curta em Ciências – com início por volta de 1970 Universidade Católica de Minas Gerais (extensão Mariana – MG) – Licenciatura Plena em Matemática – com início por volta de 1995 Faculdade Claretiano (Batatais – SP)
Maria da Consolação Souto Menezes	– Curso Normal – finalizou por volta de 1972 Escola Stella Matutina (Nanuque – MG) – Licenciatura Curta em Ciências – com início por volta de 1993 Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (Ibirité – MG) – Licenciatura Plena em Matemática – com início por volta de 1998 Universidade Federal de Ouro Preto (Itabirito – MG)
Maria Gomes de Santana Campos	– Curso Normal – 1950 a 1952 Colégio Providência (Mariana – MG) – Não realizou o curso de licenciatura
Maria Auxiliadora Sampaio Grossi	– Curso Normal – 1971 a 1973 Colégio Providência (Mariana – MG) – Não realizou curso de licenciatura
Maria da Conceição Silva	– Curso Normal – 1966 a 1968 Colégio Nossa Senhora do Carmo (Viçosa – MG) – Licenciatura Plena em Matemática – com início por volta de 1976 Universidade Católica de Minas Gerais (extensão Mariana – MG)

Fonte: elaborada com base nas textualizações

Havia ainda outro tipo de movimentação relacionado à busca por estudos, após o término do Curso Normal. Em nossa pesquisa, o Instituto de Educação de Minas Gerais (Belo Horizonte – MG) aparece como uma instituição (e de certo modo a primeira opção) para quando havia necessidade de uma formação mais específica que não se tinha na região. Como Belo Horizonte é mais próxima dessas cidades, essa se tornava uma possibilidade.

No mapa abaixo destacamos as cidades onde as professoras realizaram sua formação⁸⁴. Observamos que os deslocamentos para a realização do Curso Normal e Licenciatura Curta se concentram na própria região de Ouro Preto, em localidades próximas (por exemplo, Belo Horizonte e Viçosa) ou em localidades onde moravam naquela ocasião (por exemplo, Nanuque e Ponte Nova). Já no caso da Licenciatura Plena, esse movimento se pulverizava para localidades mais distantes, podendo extrapolar o estado.

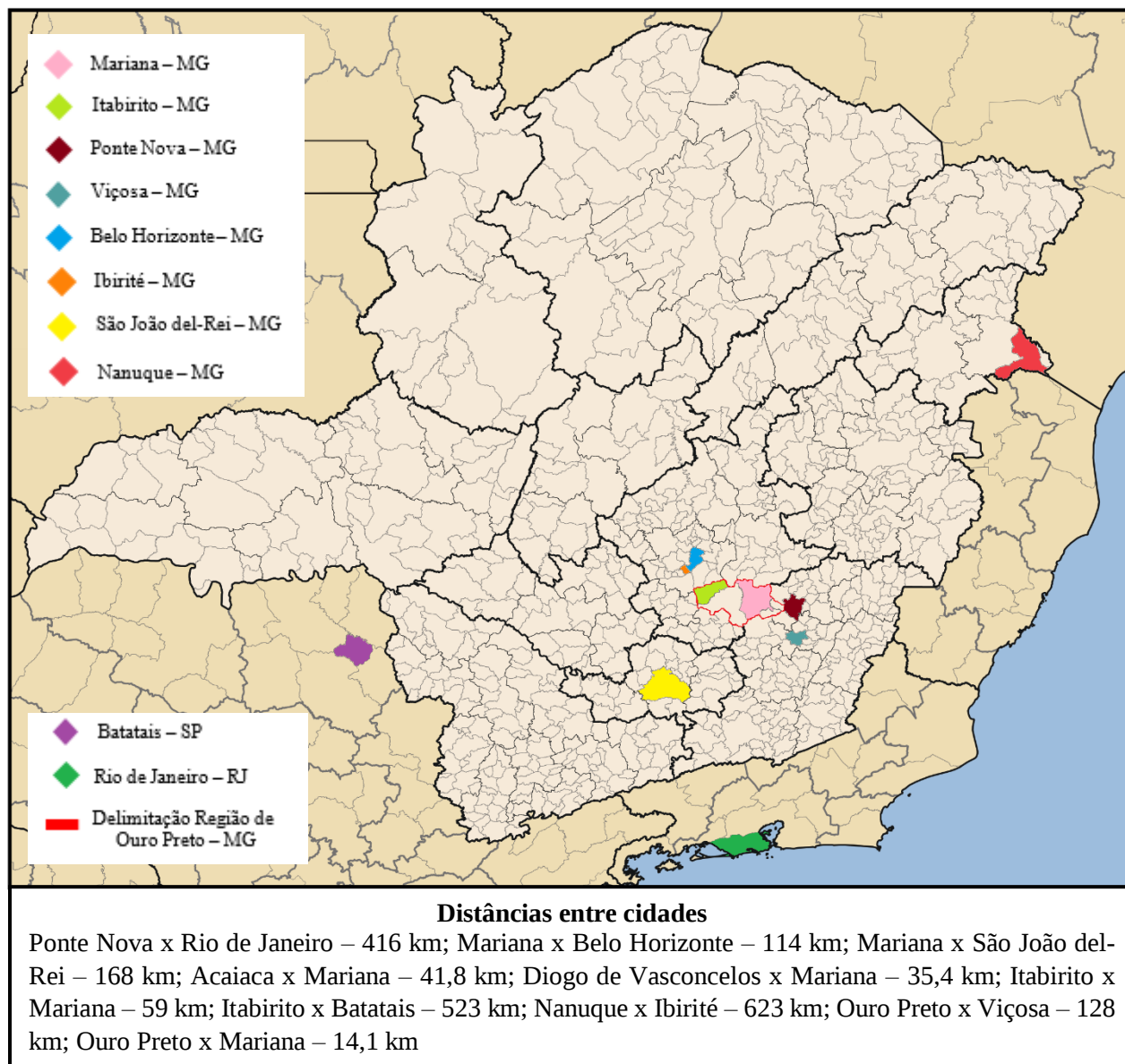


Figura 42: Mapa indicando as localidades de formação
Fonte adaptada: Google imagens

Nessa direção quanto ao ingresso no Ensino Superior, vale fazer algumas considerações: as instituições eram particulares e, principalmente, ocorriam pelas extensões ofertadas pela

⁸⁴ No mapa, optamos por não destacar as localidades onde realizaram a Pós-Graduação (*Lato Sensu*), tendo em vista que algumas não sinalizaram sua localização.

UCMG ou PUC nos diferentes municípios (é o caso da extensão da UCMG nas cidades de Mariana e Ponte Nova, e da extensão da PUC em Ibirité, as quais aparecem em nossa pesquisa), além disso, em parceria com a prefeitura de Itabirito, a UFOP também realizou esse tipo de ação; no final da década de 1960 e no decorrer da década de 1970, a UCMG era a única possibilidade para cursar a licenciatura; os estudos no Ensino Superior apenas viriam a ocorrer após alguns anos de atuação na docência, seja pela própria política de expansão do Ensino Superior ocorrida ao longo dos anos na região, seja pelas próprias mudanças nas legislações, como a Lei n. 5.692/1971, a qual, de modo geral, fixou as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, modificando a estrutura de ensino do país⁸⁵.

A narrativa de Edna elucida o impacto da Lei n. 5692 no cotidiano escolar. Segundo a docente, *a década de 70 foi um período difícil para a administração escolar por causa da transição ocasionada pela implantação da Lei 5692. Nessa época, minha irmã Beatriz era diretora e enfrentou várias mudanças na escrituração escolar, na sistemática, nos métodos, além da falta da rede física. Com os novos rumos da educação, não se concebia mais que professores ficassem estagnados, era necessário buscar por melhor habilitação e, assim, iniciou-se a corrida aos cursos de licenciatura. Minha irmã e eu fomos pioneiras nessa busca em Acaiaca, cursando Letras (na extensão da UCMG [PUC] em Mariana), finalizando em 1973. Íamos a Mariana, de segunda a sexta no período da noite e no sábado pela manhã. Os primeiros períodos eram da licenciatura curta, depois mais 2 semestres para complementação* (Edna). Essa corrida rumo ao Ensino Superior ocorria, sobretudo pelo medo de perder o emprego. Embora a Lei n. 5692 exigisse a formação dos(as) professores(as) em nível superior, o número de profissionais com formação específica não era suficiente para cobrir a demanda. A própria lei previa algumas transitoriedades (ver artigos 77 e 78), indicando brechas para os locais onde persistia a falta de professores(as) formados(as) conforme os termos da lei. E esse foi o caso da professora Maria da Consolação, que, devido à carência de docentes e com a falta de formação conforme previsto na lei, continuou na sala de sala, ou seja, havia algumas rachaduras em relação aos dispositivos legais vigentes.

A partir da tabela que envolve dados sobre a escolaridade e formação acadêmica dos(as) docentes que atuam em instituições da região é possível perceber que, com o passar dos anos, o surgimento de cursos de licenciatura reverbera no âmbito da formação docente. De 2010 para 2019, observa-se um salto quantitativo considerável em relação à formação em nível superior,

⁸⁵ No que concerne à formação dos(as) professores(as), havia algumas exigências indicando a formação mínima para o exercício do magistério: i. no ensino de 1º grau (1ª à 4ª séries), habilitação específica de 2º grau; ii. no ensino de 1º grau (1ª à 8ª séries), habilitação específica de grau superior, em nível de graduação, representada por licenciatura de 1º grau obtida em curso de curta duração; iii. em todo o ensino de 1º e 2º graus, habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente a licenciatura plena (BRASIL, 1971).

bem como na Pós-Graduação (*Lato Sensu*). O mestrado também apresenta um aumento; no entanto, no doutorado esses números ainda são muito tímidos. Em nosso entendimento, o crescimento pode ser reflexo da quantidade de cursos que foram surgindo, principalmente, na UFOP.

Tabela 9: Informações sobre a formação acadêmica dos(as) docentes na região de Ouro Preto

Município	Modalidades de Ensino		Escolaridade e formação acadêmica													
			Ensino Fundamental		Ensino Médio		Ensino Superior									
							Graduação				Pós-Graduação					
							Com Licenciatura		Sem Licenciatura		Especialização		Mestrado		Doutorado	
			2010	2019	2010	2019	2010	2019	2010	2019	2010	2019	2010	2019	2010	2019
ACAIACA	Educação Infantil	Creche	-	-	1	1	4	6	-	1	2	7	-	-	-	-
		Pré-Escola	-	-	2	1	6	6	-	-	3	4	-	-	-	-
	Ensino Fundamental	Anos Iniciais	-	-	2	-	20	16	-	-	11	14	-	-	-	-
		Anos Finais	-	-	1	1	33	24	-	-	18	15	-	2	-	-
	Ensino Médio		-	-	4	6	30	25	2	1	13	16	1	1	1	-
DIOGO DE VASCONCELOS	Educação Infantil	Creche	-	-	-	1	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-
		Pré-Escola	-	-	3	3	2	5	-	-	1	4	-	-	-	-
	Ensino Fundamental	Anos Iniciais	-	-	19	7	8	11	-	1	-	7	-	-	-	-
		Anos Finais	-	-	4	1	27	22	-	1	2	11	-	-	-	-
	Ensino Médio		-	-	3	-	24	23	-	1	2	9	-	-	-	-
ITABIRITO	Educação Infantil	Creche	-	-	24	30	12	60	1	11	4	20	-	-	-	-
		Pré-Escola	-	-	68	7	34	109	1	4	5	57	-	1	-	-
	Ensino Fundamental	Anos Iniciais	-	-	80	17	135	194	2	13	42	112	-	1	-	-
		Anos Finais	-	-	12	3	163	153	5	13	45	60	1	5	-	-
	Ensino Médio		-	-	13	3	83	110	5	16	28	37	2	16	-	2
MARIANA	Educação Infantil	Creche	-	-	8	9	11	65	2	5	3	36	-	1	-	-
		Pré-Escola	1	-	28	12	76	98	1	4	32	47	-	1	-	-
	Ensino Fundamental	Anos Iniciais	-	-	70	22	233	272	4	6	79	121	3	2	-	-
		Anos Finais	-	-	21	3	304	309	9	17	123	130	6	19	-	1
	Ensino Médio		-	-	7	2	154	146	8	23	54	48	9	15	-	2
OURO PRETO	Educação Infantil	Creche	-	2	35	21	37	88	2	6	5	31	-	3	-	-
		Pré-Escola	1	2	57	15	79	109	2	3	10	47	-	7	-	-
	Ensino Fundamental	Anos Iniciais	-	-	89	27	279	260	8	15	66	96	1	4	-	-

	Anos Finais	-	-	22	7	342	314	6	22	129	109	6	28	-	-
	Ensino Médio	-	-	16	3	246	216	79	97	102	82	70	85	6	23

Fonte adaptada: INEP (2017, 2020)

Ao longo dessa caracterização da região de Ouro Preto, podemos destacar alguns pontos importantes que influenciaram na formação e atuação das professoras. As práticas da política local acabavam influenciando o contexto educacional acerca da indicação a determinados cargos por meio de políticos influentes. A esse cenário, juntava-se também a presença e a influência religiosa sobre os costumes e crenças da sociedade e, portanto, da educação. Além disso, a dificuldade de acesso às poucas escolas em diferentes níveis era outro elemento que fazia parte do contexto educacional da região. No geral, as instituições particulares estavam ligadas a alguma congregação religiosa.

5.4. Uma breve consideração

Este capítulo buscou apresentar a região de Ouro Preto em seus aspectos geográficos, políticos, educacionais, históricos, entre outros. Os registros contidos nas narrativas e também em nossa análise nos mostram como aqueles espaços da região de Ouro Preto eram/são praticados e como essas práticas eram/são produtoras de ações, de políticas, de normas, etc. Para esse exercício, tentamos aliar às descrições apresentadas aquilo que as mulheres falaram sobre essa região.

A colocação dos corpos femininos na dimensão da historiografia permite dizer o não dito, pois sob a perspectiva do sensível emergem os silêncios, os afetos, o que permite estratégias narrativas que, ao expressarem no texto o passional, rompem com a escrita legitimada pelo masculino⁸⁶.

Essas mulheres advêm das mais diferentes vivências e origens (territoriais, sociais, culturais, políticas, econômicas e históricas) e diante disso, conhecendo o contexto em que estão inseridas (a região de Ouro Preto), podemos nos indagar como exerceram sua profissão, como travaram lutas e se sentiram ou pensaram sobre determinadas situações no contexto da região. Que silenciamentos enfrentaram? As narrativas e este capítulo nos ajudam a pensar o contexto em que essas lutas foram travadas e como as mulheres enfrentam/enfrentaram essas questões. Suas histórias vetorizam as relações.

⁸⁶ (BARROSO; LONGO, 2017, p. 70).

O historiador Albuquerque Júnior em uma de suas obras⁸⁷ nos convida a pensar no termo “invenção” não apenas sob o viés de uma temporalização dos eventos, dos objetos e sujeitos, mas também de uma “ruptura, a uma dada cesura ou a um momento inaugural de alguma prática, de algum costume, de alguma concepção, de algum evento humano”⁸⁸ ou ainda, levamos a pensar em “uma abordagem do evento histórico que enfatiza a descontinuidade, a ruptura, a diferença, a singularidade, além de que afirma o caráter subjetivo da produção histórica”⁸⁹. Pensar a história das mulheres e o papel que exerceram em uma dada região pode nos levar a uma descontinuidade, um ponto de ruptura de uma história escrita sob os olhares masculinos.

Dessa forma, “a História, em nosso tempo, não pode ser discurso de construção, mas de desconstrução, discurso voltado para compreender o fragmentário que somos, as diferenças que nos constituem, o dessemelhante que nos habita”⁹⁰. Assim, tratar dos aspectos de uma região a partir das questões apresentadas por essas mulheres é um modo de tentarmos nos desvencilhar de algumas verdades que são instituídas e que, em sua forma cristalizada, dificultam a emergência de outros aspectos e formas de olhar o espaço-tempo. Assim, observar a história dessas mulheres é um ponto de fuga que nos permite agenciar outras histórias.

⁸⁷ (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019).

⁸⁸ (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019, p. 20).

⁸⁹ (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019, p. 21).

⁹⁰ (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019, p. 98).

6. UM LUGAR NA HISTÓRIA: TRAVESSIAS E ATRAVESSAMENTOS

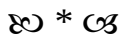


Figura 43: Lição de Piano (1928) – Georgina de Albuquerque
Fonte: Google imagens

Ao longo da história da educação feminina, observamos que, durante muitos anos, as meninas e as mulheres não tinham espaço na educação, seu ingresso na escola (como alunas ou professoras) ocorreu tardiamente¹. Apenas aquelas pertencentes às classes mais altas podiam usufruir de algum conhecimento; afinal, ser filha, esposa, mãe e doméstica eram as únicas funções da mulher valorizadas na sociedade. Para que precisariam estudar? Esse cenário viria a mudar com a inserção das mulheres na educação. As instituições escolares seriam um meio de se ter acesso ao trabalho e à profissão². No entanto, em seu processo formativo, estavam em jogo os cuidados e a educação direcionadas para atuar no espaço doméstico e exercer seu papel como mulher.

É preciso, pois, educar as meninas, e não exatamente instruí-las. Ou instruí-las apenas no que é necessário para torná-las agradáveis e úteis: um saber social, em suma. Formá-las para seus papéis futuros de mulher, de dona de casa, de esposa e mãe. Inculcar-lhes bons hábitos de economia e de higiene, os valores morais de pudor, de obediência, polidez, renúncia, sacrifício... que tecem a coroa das virtudes femininas. Esse conteúdo, comum a todas, varia segundo as épocas e os meios, assim como os métodos utilizados para ensiná-lo³.

¹ A expressão “um lugar na história”, usada no título deste capítulo, teve como inspiração a seguinte frase: “Como é que um lugar no mapa se torna também um lugar na história” (RICH, 2002, p. 17). Retirada do texto “Notas para uma política da localização”, de Adrienne Rich (1929-2012), uma poeta, escritora e militante feminista.

² (PERROT, 2019).

³ (PERROT, 2019, p. 93).

Cabe destacar que, objetivamente, não há problemas se a mulher optar por exercer esses papéis, o que está em jogo aqui é quando eles são definidos socialmente como as únicas opções para as mulheres. Algumas, de fato, não deixaram de assumir essas “funções”, mas também não deixaram de estudar e ingressar no campo profissional (com muito esforço e sacrifício), ainda que, em um primeiro momento, fossem profissões consideradas femininas, como a enfermagem e a docência. Como enfermeira, a mulher poderia cuidar e servir ao próximo, como professora se dedicaria a um exercício de continuidade da maternidade, ou seja, o magistério viria a ser um escape, no sentido de uma justificativa para educar os(as) filhos(as). O exercício dessas duas profissões (e de outras consideradas de caráter feminino) era aceito na sociedade por possuírem estereótipos marcadamente voltados àquilo que se esperava da mulher: cuidar de alguém, “ser a primeira educadora da infância, sustentáculo da família e da pátria”⁴, possuir valores morais, éticos e patrióticos. E, dentre as “sutilezas” da formação da mulher, estava a normatização da conduta. Compreendemos que aí se esconde um perigo, pois essas sutilezas podem ter sido uma estratégia para manter um perfil daquilo que se esperava da mulher. Em sua formação, estava incutido aquilo que era desejável/esperado de uma mulher, havia uma ideia e um corpo feminino em constante construção e manutenção.

Se antes não era aceitável que a mulher tivesse acesso à educação e, menos ainda, desempenhasse um trabalho fora do lar, abrir a possibilidade à formação das jovens significava um prolongamento da educação familiar, que estaria pautada por alguns princípios educativos e restrita somente àquilo que seria eficiente para bem servir. Vemos, então, uma ligação entre conhecimento e poder; afinal, “manter o dominado longe do saber foi e continua sendo uma estratégia eficiente de controle e na manutenção de mecanismos de dominação”⁵. Ao sair do espaço privado para o espaço público, a mulher se deparava com uma sociedade pautada em valores que estavam associados especificamente aos homens e às mulheres.

Ao perpassar por esse longo processo de educação das mulheres, podemos perceber um movimento entre mudanças e permanências. Mudança de um cenário que prezava estritamente a educação formal masculina, que passa a levar em consideração, ainda que com várias ressalvas, a educação feminina ao longo dos anos, marcando o começo de um processo de emancipação. Da proibição ao acesso à educação, avançamos para a saída da mulher do espaço privado e sua inserção no espaço educacional. Mas o que deveria ser o início de um processo importante para as mulheres se projetou em um cenário de permanências, que foi se

⁴ (ALMEIDA, 1998, p. 18-19).

⁵ (ALMEIDA, 1998, p. 31).

configurando em um estado de precarização da profissão e, mais do que isso, foi se territorializando em um sistema de tradições, principalmente morais. Esse cenário ocorreu juntamente a um grande contingente de mulheres no setor educacional e às mudanças internas no trabalho docente ligadas a um valor social da profissão, perpassado por uma lógica que reforçava os atributos do papel da mulher para assumir a educação das crianças. Além disso, as novas conjunturas socioeconômicas culminaram em um fenômeno de desvalorização da profissão, tão cultuada em anos anteriores⁶. E foi nesse cenário que as professoras entrevistadas estudaram e exerceram a docência.

6.1. Alguns elementos ou perfis da educação (feminina): como corpos femininos foram/são fabricados

“O corpo é, portanto, um artefato, uma construção humana. Para fabricarmos um corpo humano é preciso bem mais do que carnes. Como já vimos, precisamos de um conceito, de um modelo, de um projeto de corpo. Fabricamos corpos com carnes e conceitos. Mas também utilizamos, nessa fabricação, outras matérias, outros materiais, para além das carnes que nos são dadas ao nascer” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2020, p. 261).

Em nossa análise, como já mencionado, buscamos fazer um exercício de observar os atravessamentos presentes nas narrativas. Esse movimento torna-se pertinente, uma vez que as narrativas possibilitam construir significados para as vivências e histórias das professoras entrevistadas. Nesse horizonte, importa-nos e nos faz mais sentido produzirmos uma narrativa cujo movimento acene para um “sujeito em processo”, que está sempre se produzindo e envolvido em distintos espaços por meio do encontro com diversos elementos.

Neste trabalho, contamos histórias de mulheres que ingressaram em escolas e exerceram uma profissão: a docência. Cada professora e cada narrativa possuem sua especificidade. Elas viveram tempos e circunstâncias diferentes e dali brotou sua leitura de mundo, seu modo de ser no mundo. Nessas tramas narrativas, é impossível passarem despercebidos alguns aspectos comuns à formação das meninas e jovens. Inicialmente, nos dedicaremos a eles neste tópico.

O que estamos colocando em pauta (em evidência) é o objetivo que visavam cumprir, a saber, a educação da jovem direcionada a uma atividade social bem definida: cumprir sua vocação por meio dos cuidados com a família e, com isso, construir uma ideia de feminino e, junto a ela, corpos femininos.

⁶ Consideramos oportuno destacar que “no caso do magistério brasileiro a feminização foi rápida e estimulada; mas seguiu controlada por autoridades públicas masculinas” (SCHERER, 2018, p. 323).

Na formação das professoras, podemos destacar algumas características como a presença da arte (entendendo como formas de o ser humano se expressar) como uma maneira de educar a feminilidade e aguçar/desenvolver sua sensibilidade estética por meio da música, da pintura, dos trabalhos manuais, da escrita, da poesia e literatura. A estética pode estar associada à dimensão da aparência, forma ou harmonia, mas também a um modo de produção de vida, de existir. Durante a educação formal (em uma instituição de ensino) e mesmo na educação que recebiam em casa, percebe-se a questão da apreciação do belo ou, ainda, a cobrança por uma estética mais apurada, estando as professoras ligadas às aulas de pintura, de trabalhos manuais, bem como a exigência de uma letra bonita e caprichada.

Em relação a esse último aspecto, as professoras comentam que eram cobradas e cobravam seus(suas) alunos(as) para executarem traços mais elaborados, ou seja, serem capazes de realizar uma escrita harmônica, homogênea e elegante, algo que seria alcançado com disciplina, paciência e destreza com as mãos. Geralmente, o caderno de caligrafia era utilizado para aperfeiçoar os traçados. Em sua narrativa, Leila menciona algumas estratégias para despertar a atenção para o belo, *mostrava coisas bonitas, aproveitava e falava expressões diferentes, fazia comparações, por exemplo: “Isso aí está brilhando! O brilho que está nessa gravura você está lembrando de quê?” Eles falavam que era estrela, o sol. Era assim que procurava desenvolver o trabalho...* (Leila). O belo também estava associado ao domínio da linguagem, falar corretamente, saber se expressar.

No Colégio Providência, uma das principais instituições de formação de professoras da região de Ouro Preto, as alunas tinham aula de etiqueta⁷, ou seja, as mulheres deviam saber o modo de se portar. Havia também aulas de piano e francês como parte de suas atividades, as quais eram símbolos da educação europeia.

De acordo com as colaboradoras, a música sempre esteve presente nas diferentes etapas de formação. Havia aulas de canto, acompanhadas pelo piano (no geral, tocado pela professora), sendo um meio de educar a delicadeza da mulher. O Colégio Providência, por exemplo, com o intuito de se fortalecer passou a ofertar aula de piano e música vocal às alunas pagantes⁸; afinal, a mulher saber tocar piano e/ou cantar eram atributos bem vistos socialmente. E por que o

⁷ As tarefas femininas e as aptidões a que deveriam ser formadas estavam atreladas não só ao ser mulher, mas isso dependia da condição econômica da família. Por exemplo, o Colégio Providência recebia muitas meninas cujas famílias faziam parte das famílias mais ricas de Mariana, nesse sentido Hebe menciona que *A França já estava bem avançada. Vinham alguns professores franceses para nos dar aula de etiqueta* (Hebe). No colégio interno em que Maria da Conceição estudou na cidade de Viçosa, também havia esse tipo de orientação, em suas palavras *tinha aula de Ética voltada para a postura; se colocasse o braço na mesa, ficava sem almoço* (Maria da Conceição).

⁸ (LAGE, 2013).

piano? O piano, em um primeiro momento, esteve ligado às famílias mais ricas. Tradicionalmente, era um instrumento solista, seu estudo ocorria de forma solitária, além de estar associado ao ambiente doméstico/privado⁹.

No Grupo Escolar Dom Benevides, Hebe comenta que sempre havia uma música. Em sua narrativa, ela indica que *a escola era um primor! Havia uma sineta na hora de as crianças entrarem e depois era tudo com música ao piano. Nós já sabíamos as músicas para cada momento [...] eram aquelas canções bonitas e clássicas. No recreio, tocava uma música bem alegre* (Hebe). A música era um meio de formar o caráter de civilidade, patriotismo e cidadania por meio dos hinos patrióticos ou das canções folclóricas. As docentes se lembram da presença do coral nas escolas, no período em que estudaram ou quando atuaram como professoras. A música foi algo que levaram para suas salas de aulas, em suas narrativas há alguns exemplos dessa prática.

A educação literária e artística fazia parte do cotidiano escolar e sendo consideradas como formas de educar os sentidos, contemplavam o conhecimento e recitação de poemas, as apresentações musicais, teatrais e os saraus de poesia, bem como o acesso a bons exemplares da literatura. Quase todas as colaboradoras citam a presença de grêmios literários nas escolas no período em que estudaram ou quando se tornaram docentes. Segundo Edna, o *Grêmio Literário nos estimulava a declamar as poesias, a cantar, a fazer apresentações, para desenvolver as artes literárias, artística, cultural...* (Edna). A prática de ler ou ouvir poesias ou histórias, seja por meio das professoras ou em casa, foi algo que as entrevistadas levaram para a sala de aula, posteriormente. Inclusive, não deixam de apresentar sua visão acerca da educação, tecendo algumas comparações. De acordo com Maria da Conceição, *hoje, os pais mostram que o filho sabe mexer na internet, mas, naquela época, quando chegava uma visita, os pais mostravam que uma menina de 7 anos sabia ler bonito: “Ela vai ler para vocês”* (Maria da Conceição). Já Maria Gomes critica o modelo educacional que percebe nas escolas: *Engraçado, hoje não tem poesia, comemoração, datas cívicas, não tem nada. Naquele tempo, [...] você tinha que ensinar poesia, havia um livro com muitas poesias para cada ano, e o menino tinha que decorar* (Maria Gomes).

Além disso, a leitura podia ser de forma silenciosa e individual, ou seja, *era tudo em silêncio, não tinha leitura alta, só com os olhos* (Maria Gomes). Outro modo, era a leitura coletiva, que consistia em um(a) aluno(a) fazer a leitura em voz alta, enquanto os(as) demais seguiam de forma silenciosa. Era um momento em que o(a) professor(a) podia corrigir a entonação, a postura e possíveis equívocos de pronúncia, ou seja, ali se estabelecia um modelo oral que deveria ser seguido e reproduzido. Maria de Lourdes comenta que, no Ensino Primário havia

⁹ (NEIVA, 2006).

muita leitura e nos dá um exemplo de como eram esses momentos. *Era assim: um começava a ler e, de repente, o professor chamava seu nome, indicando que era para você continuar a leitura. Quando ele via que a gente não estava prestando atenção, ele mandava a gente ler. E, se você não soubesse onde o outro parou, era porque não estava prestando atenção; então, ele mandava: “Fulano, fica em pé”. Aí, a gente ficava em pé e esse era o castigo* (Maria de Lourdes). O ato de se levantar era um castigo, pois, naquele ambiente em que o normalizado era ficar sentado em respeito ao docente, estar em pé era uma forma de estar exposto de algum modo. Era ter o corpo plenamente visualizado naquele espaço que está acostumado a enxergar um ambiente cheio de cadeiras, a parte de cima dos corpos assentados e o(a) professor(a).

Acerca desses modos de se fazer a leitura, até os anos 1920, a leitura oral em voz alta era uma forma de cultivar a literatura. A partir desse período, com o crescimento urbano acelerado, a “proposta de escolarização de massas, a contabilização mais pormenorizada do tempo e a profusão das informações impunham uma leitura mais ágil e individualizada que a oral. A leitura silenciosa despontou como a resposta aos apelos da nova sociedade moderna”¹⁰.

As narrativas elucidam a leitura como uma prática bastante exercitada na escola. Edna comenta que suas *professoras usavam livros de histórias e poesias para lermos ou ouvirmos, as fábulas educativas tinham uma conclusão prática. As poesias que nós decorávamos, algumas eram enormes* (Edna). Esses momentos estavam associados a certos modelos: silencioso ou coletivo, ler ou ouvir, decorar, ser educativos ou exemplares. Acreditamos que as leituras eram direcionadas aos valores que os(as) alunos(as) deveriam cultivar, zelando sempre por uma educação moral exemplar; supomos que aqueles exemplares de moral duvidosa eram proibidas. Nesse sentido, podemos considerar a leitura como um dispositivo de poder e também como um ato subversivo, por isso havia um cuidado para selecionar o conteúdo de um texto à época. Pela leitura, o(a) estudante poderia interiorizar aquilo que se lia, apropriando-se dos valores impressos naqueles livros. Entendemos que ter poder sobre a leitura era um meio de interferir na formação humana e, conseqüentemente, na formação da sociedade.

Os trabalhos manuais estavam presentes nos currículos escolares e eram atividades voltadas à prática para aprimorar o “fazer com as mãos”, sendo direcionadas de modo específico e diferenciado aos meninos e às meninas. Em relação às jovens, não somente nas escolas, mas também em casa deveria prezar-se uma educação exemplar das prendas domésticas voltadas aos cuidados com a higiene, o lar e a família, para bem formar o feminino.

¹⁰ (VIDAL, 2003, p. 505-506).

Dentre o rol de atividades, estavam o trabalho com agulha, costurar, pintar, cozinhar e a economia doméstica. Era desejável que as mulheres tivessem domínio no trabalho com as agulhas (fazer pequenas costuras, bordar, fazer tricô ou crochê, entre outros). Esses trabalhos manuais eram considerados culturalmente destinados às mulheres, além de serem valorizados socialmente. Era uma forma de desenvolver não só a capacidade inventiva e a apreciação estética, mas também o amor e zelo pelo trabalho a ser executado, logo era interessante estar presente na educação formal das moças. *As aulas de trabalhos manuais formavam as meninas para se casarem, ensinavam a fazer cueca, camisa, mas eu fui péssima. Naquele tempo, não tinha roupa pronta. Havia muito respeito e disciplina, mas essas aulas de bordado, de costura, de pintura, de escultura davam vazão para você não sentir tanto o peso dessa disciplina muito rígida* (Hebe). As atividades manuais eram interpretadas como um trabalho a ser “executado por si próprio, com caráter técnico, seja na intenção de formar para a boa concepção da tríade mãe-mulher-esposa ou para fornecer um espaço de descanso entre as aulas”¹¹.

O trabalho de Frizzarini (2018) apresenta uma discussão sobre os saberes matemáticos na matéria escolar “Trabalhos Manuais” no curso primário entre os anos de 1890 a 1960 nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Embora a autora faça uma análise específica referente ao curso primário, com uma delimitação geográfica e/ou temporal que se distanciam daquilo que por ora trabalhamos, percebemos similaridades quanto àquilo que as colaboradoras de nossa pesquisa narraram. Frizzarini (2018) comenta que os Trabalhos Manuais (como matéria presente no currículo escolar) visavam à formação integral do sujeito em seus aspectos moral, intelectual e físico. Em termos de formação moral, tinha intuito de “desenvolver o amor e o gosto pelo trabalho” e esbarrava em dois vieses: “pela sua intencionalidade em formar o aluno para em seu futuro tornar-se trabalhador, ou mesmo na diferenciação dessa formação em função do gênero, em que para meninos e meninas diferentes atividades são propostas também em consequência do ofício que irão exercer”¹², ou seja, um ofício específico.

Os trabalhos manuais direcionados aos meninos estavam associados aos trabalhos com a madeira (a construção dos objetos “deve ser realizada visando sempre a utilidade desses e não na finalidade de formar marceneiros”¹³), cartoneagem de objetos derivados de figuras geométricas planas (construção de estojos, caixas, carteiras, cestas, etc.), trançados (com corda, palha, vime, ou seja, materiais mais robustos, diferentemente das linhas para o trabalho das meninas) e tecelagem ou costura (trabalho com tecidos para revestir as cartoneagens

¹¹ (FRIZZARINI, 2018, p. 94)

¹² (FRIZZARINI, 2018, p. 38).

¹³ (FRIZZARINI, 2018, p. 82).

construídas). No trabalho em madeira, havia atividades como construção de casa de passarinhos e casa de boneca. No caso dessa última, salientavam-se inúmeras lições “a começar pela construção; a seguir da questão da decoração das paredes, oferecendo oportunidade para ‘educação do gosto artístico’; o feitio do mobiliário; e por fim o tema do lar, versando sobre deveres, direitos e obrigações da vida em família”¹⁴.

Exceto a madeira, que era um afazer exclusivo dos meninos, os demais trabalhos poderiam ser feitos tanto pelos meninos quanto pelas meninas, no entanto essa divisão estava pautada em alguns elementos como: materiais a serem utilizados próprios às mãos masculinas ou femininas, e complexidade para a confecção dos objetos. As atividades classificadas como abstratas e complexas eram feitas só pelos meninos sob a justificativa de que, geralmente, demandavam saberes matemáticos específicos, complexos e abstratos (por exemplo, a noção de perspectiva, profundidade, altura)¹⁵.

Enquanto aspecto da formação física estava vinculada ao “adestramento dos olhos e das mãos”, não se limitando apenas à condição física, mas também ao desenvolvimento intelectual ao propor “um modo de obter a perfeição nos trabalhos executados pelas crianças pela mensuração e observação das formas”¹⁶, ou seja, a formação intelectual era aprimorada segundo as noções artísticas e estéticas, as quais implicam a fabricação de corpos femininos e masculinos. Nesse sentido, o desenvolvimento da destreza geral poderia inspirar o(a) aluno(a) no gosto pela estética aprimorada pela capacidade inventiva e relacionada à regularidade, à proporção e à simetria. “Na busca pela exatidão, justeza e beleza dos resultados dos Trabalhos Manuais, uma nova finalidade se articula, a ‘construção dos sentidos estéticos e artísticos’ pautados pelos conhecimentos das artes e do desenho”¹⁷. Ao ler as narrativas das professoras, podemos perceber alguns desses aspectos nas aulas voltadas aos trabalhos manuais.

Nesse contexto, percebe-se que por trás da finalidade dos trabalhos manuais e sua divisão, estava a necessidade de elaboração de corpos, a qual, para além da carne, necessita de outros complementos: adornos, vestimentas, marcas, assinalações. Ou seja, precisam de símbolos para entrar no mundo da cultura e fazer parte dos corpos humanos.

O corpo do caçador necessitou, desde cedo, de mais do que as carnes humanas para ser fabricado: ele é inseparável da conexão carnes humanas, mão e olhos, cérebro, nervos, ossos, pele com a arma, por mais primitiva que tenha sido: o corpo do caçador é feito de carnes e pedras, de carnes e fundas, de carnes e arcos, e flechas, e massas, e armas de fogo¹⁸.

¹⁴ (FRIZZARINI, 2018, p. 83).

¹⁵ (FRIZZARINI, 2018).

¹⁶ (FRIZZARINI, 2018, p. 41).

¹⁷ (FRIZZARINI, 2018, p. 41).

¹⁸ (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2020, p. 265).

Além disso, adentramos também a uma ideia e a modos de fabricação de dois tipos estritos e opostos de gênero e corpos: o feminino e o masculino. O que *uma* estudante necessitava e o que *um* estudante necessitava? Enquanto o corpo da primeira era fabricado sob o aspecto de delicadeza e fraqueza, devendo desempenhar o trabalho manual para seu dever de ser boas donas de casa, mães e esposas, o do segundo era fabricado sob características de robustez e força, devendo desempenhar o trabalho manual para exercer sua enobrecida função como provedor do lar.

Outro apontamento feito pelas professoras refere-se à rigidez e à disciplina. Desde a pequena infância, passando pela adolescência e fase adulta, o acesso ao saber e à formação prezava o rigor, estando imbricados nesse processo os costumes, os valores, a moral, o patriotismo, a religiosidade, entre outros. Segundo as docentes, a disciplina era rígida e, geralmente, as proibições e as exigências estavam associadas à preservação das boas maneiras. Nos momentos de estudos, o rigor e a ordem também estavam presentes. Maria Gomes expressa que *não podia nem cochichar, você tinha que pedir. Se você tivesse dificuldade em uma matéria: “Ô, irmã, eu posso estudar com a fulana de tal lá fora?” [...] Era tudo em silêncio [...] É uma disciplina que a gente aprende, né, menina? Se aprende a viver. Na fila, não podia conversar* (Maria Gomes). No geral, a imposição da disciplina e rigidez no ensino, por meio das práticas em sala de aula, se estendendo a própria formação escolar, era tida como um fator relevante no contexto educacional. Imprimir a rigidez ou impor ordem “era uma combinação entre o aparato escolar – com toda a sua arquitetura, sua distribuição espacial e suas relações de poder – e a atuação do próprio professor, no sentido de valer-se desse aparato”. A disciplina, como processo de regramento, era tida como um fator que estabelecia a ordem e também implicava o sucesso dos(as) alunos(as)¹⁹.

Nas narrativas percebemos que as práticas são permeadas pelas relações de poder²⁰, propagando alguns tipos de discursos ou posturas que atendem a certos costumes e tradições da

¹⁹ (ALENCAR, 2019, p. 313).

²⁰ Para Foucault (1977), as relações de poder não são exteriores a outras relações, mas lhes são imanentes, exercendo-se em meio a diferentes pontos. O poder está em toda parte, não por englobar tudo, mas porque deriva de todos os lugares.

Parece-me que se deve compreender poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram uma nas outras, formando cadeias ou sistemas ou, ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais (FOUCAULT, 1977, p. 88).

época. Como ressalta Foucault (1999), a produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de ações, as quais têm como função dominar acontecimentos e desviar sua materialidade. Nesse sentido, aquele que domina o discurso, domina também todos os mecanismos de poder e também os corpos.

As canções compostas no período são um dispositivo para observarmos como as moças eram vistas. É o caso da canção “Normalista”, interpretada pelo cantor brasileiro Nelson Gonçalves (1919-1998) na década de 1940, que remete a algumas características das moças da época sob três aspectos: vestimenta, traços físicos e condição para o casamento.

Vestida de azul e branco
Trazendo um sorriso franco
No rostinho encantador
Minha linda normalista
Rapidamente conquista
Meu coração sem amor

Eu que trazia fechado
Dentro do peito guardado
Meu coração sofredor
Estou bastante inclinado
A entregá-lo ao cuidado
Daquele brotinho em flor

Mas, a normalista linda
Não pode casar ainda
Só depois que se formar...
Eu estou apaixonado
O pai da moça é zangado
E o remédio é esperar
(Nelson Gonçalves – Normalista).



Figura 44: Normalista de Nelson Gonçalves
Fonte: gerado pelas autoras

No período em que cursavam o Ensino Normal, a vestimenta também era um símbolo forte. O uniforme possui dois aspectos principais: uniformizar e identificar. Quanto ao primeiro elemento, ele tem o intuito de homogeneizar, fazer todos(as) ficarem iguais, não ressaltando ou favorecendo suas características pessoais; no segundo, a ideia é ser um meio de identificação acerca do seu lugar de pertencimento, objetivando também transmitir os ideais da instituição e não a personalidade de quem o veste. Edna indica que o uniforme era algo que identificava as alunas na rua: *Para não parecer que estávamos de uniforme, tirávamos as meias, as alças que se prendiam na saia, guardávamos os objetos na casa de uma colega e íamos ao cinema* (Edna). Acerca de uma certa padronização quanto ao modo de se vestir, Lenir comenta que quando começou a atuar como docente havia algumas exigências, segundo ela, *naquela época, as roupas não eram compradas prontas [...] era tudo com a costureira [...] A mulher não podia usar calça, uai. No ISAP [Instituto Santo Antônio de Pádua], não podia usar calça comprida e a primeira professora a colocar uma calça fui eu: “Ou me manda embora ou me deixa dar aula”*. Veja bem, *aquele tempo de frio aqui*

com temperatura de 10°, 5° de manhã cedo e não podia entrar de calça não, tinha que ser de saia (Lenir). Naquele período, questões como essas pareciam dizer que “A mulher é, antes de tudo, uma imagem. Um rosto, um corpo [...] A mulher é feita de aparências”²¹. O corpo devia estar vestido com roupas adequadas, sendo que os vestidos ou saias eram uma forma de estabelecer os movimentos da mulher, que não podia se assentar de qualquer jeito ou em qualquer lugar, precisando sempre estar atenta à sua postura e ao movimento de seu corpo. Havia um limite para aquilo que se podia vestir e da postura que deveria ter.

Nesse cenário, é possível perceber que as relações de poder referentes ao corpo e sua postura sofriam e se alteravam em meio às ações de disciplina e normalização. Por outro lado, podemos conhecer algumas táticas de subversão aos códigos morais e de resistência que eram empreendidas por essas professoras em seu cotidiano ao não colocarem saia, mas usarem uma calça. Essa questão é reforçada por Hebe. Na ocasião, a delegada de ensino enviou uma carta à escola proibindo as professoras de utilizarem calça *jeans* para dar aula, com isso *nós todas fomos de jeans no dia e no outro dia. Não foram todas, pois havia as exceções costumeiras* (Hebe). Algumas descrições do feminino são feitas pela via da negação, por exemplo, não poder usar calça, não ser autorizada a frequentar a escola. Percebemos, nesses trechos citados acima, um jogo entre a estratégia²² da delegada de ensino, que ao estar em uma posição de poder podia regular “seus alvos” e manipular as relações de força, e a tática²³ das professoras Lenir e Hebe ao apostarem em uma atitude insubordinada, resistindo àquela imposição referente à vestimenta, rompendo, por vezes, com alguns regimes de verdade, com padrões de condutas, valores morais que eram exigidos e impostos.

A canção “Normalista” ainda ressalta os traços físicos das moças, apresentando a imagem de uma figura terna, pura (linda, de sorriso franco e rosto encantador), aproximando-se de um ser angelical. Embora esse aspecto não esteja presente na música, cabe ainda destacar que as moças eram vistas também a partir de sua boa conduta, exaltando-se seus valores morais,

²¹ (PERROT, 2019, p. 49).

²² Para Certeau (1998), a estratégia é mais ampla se comparada à tática.

²³ Já a tática é a “arte do fraco”, determinada pela ausência de poder. Ela se dá como algo mais pontual e flexível; trata-se, portanto, de uma “ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E, por isso, deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento ‘dentro do campo de visão do inimigo’ e no espaço por ele controlado” (CERTEAU, 1998, p. 100). Tendo por lugar o do outro, “Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância [...] pelo fato de seu não-lugar, a tática depende do tempo, vigiando para ‘captar no vôo’ possibilidade de ganho [...] Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em ‘ocasiões’” (CERTEAU, 1998, p. 46-47). Assim, enquanto a tática está ligada aos combates do cotidiano surgindo diante das necessidades e das circunstâncias criadas pelas estratégias, estas, por sua vez, escondem sua relação com o poder, agindo em uma economia de força de modo a atingir em menos tempo aquilo que espera

como já mencionado. Assim como pelo uniforme podiam ser identificadas e, conseqüentemente, vigiadas, isso também ocorria com sua reputação, o que culminava no monitoramento das moças. Maria Gomes evidencia que *naquele tempo, todo mundo zelava pelo nome para não ser falado, professora então... “Fulana é boa professora, fulana aperta demais”* (Maria Gomes). Zelar pelo nome fazia parte do contexto social e vemos aí uma estratégia da sociedade, em que o ato de prezar o nome tinha como pano de fundo a honra em relação à família e, mais ainda, à integridade da imagem da mulher²⁴.

Outro fato ressaltado na música é que o casamento só seria possível após o término dos estudos. E não havia meio termo nesses compromissos, segundo Edna a mulher *era educada para se casar e desempenhar sua missão precípua de mãe. [...] Ou a gente parava de brincar com a boneca e ia fazer enxoval para casar, ou estudava* (Edna). No caso das colaboradoras da pesquisa, o movimento de estudar e depois se casar foi o mais comum. A professora Maria da Consolação casou-se com 18 anos, e, com isso, teve que interromper os estudos, decisão que lhe causou arrependimento. O retorno aos estudos se deu por conta da crise financeira da família, nesse período seu filho e sua filha já estavam um pouco maiores.

Sobre a questão do casamento trazemos aqui uma reflexão acerca do pensamento da sociedade que tinha uma postura cruel, moldada pelos valores patriarcais. Para isso, retomamos algumas falas da professora Hebe: *A vida de família ficava meio tumultuada, porque os homens daquela época eram autoritários, a mulher tinha que ter determinadas posturas. Havia uma conversa entre as pessoas daqui: “Cachorro, papagaio e mulher, come o que nós home dê”. Essa brincadeira me irritava profundamente. E ele ficava desesperado, porque eu trabalhava. Então, não foi um casamento sem turbulências [...] Então, marido era isso: atrapalhava a professora trabalhar, uai (risos). Atrapalhava demais! Em Mariana, tinha um dito do povo “Marido de sá mestre”, que se referia aos maridos que eram sustentados pelas mulheres, aí mais raiva os homens tinham* (Hebe). Optar por trabalhar fora do lar tinha suas dificuldades, dado que, além da invisibilidade do trabalho doméstico, pairava o desrespeito machista.

Embora algumas intervenções dos maridos, diretores(as) ou outros(as) parecessem delicadas, eram fundamentais para manter o *status quo*. Há situações que são violentas, provocam violência simbólica. O episódio do marido da professora Hebe pode nos remeter a isso, ao expor os filhos à população marianense com roupas mais desgastadas para mostrar que ela não cuidava de casa. Ela relata: *Quando estou falando lá toda elegante, meu marido entra na*

²⁴ A disciplina fabrica “corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). [...] a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada” (FOUCAULT, 1987, n.p – *on-line*).

Igreja com as crianças. Sabe quando você tem uma roupa velha e guarda para um dia costurar ou remendar? As crianças estavam vestidas com aquelas roupas, ele as escolheu para me chocar. Continuei falando do mesmo jeito. Depois, perguntei aos meninos:

– Por que vocês não vestiram a roupa certinho, essas não são para costurar?

– Sim, mas pai falou que era bom para você ficar com vergonha.

Eu não fiquei com vergonha nenhuma, minha filha, fiquei normal lá, pois eles estavam limpinhos, não estavam puídos. Ele fazia essas coisas, dava aqueles “repentes” para me chocar ou para dizer à sociedade: “Ela cuida da escola e não cuida da casa”. Mas, era mentira, minha casa era organizada e os meninos sempre estavam todos arrumados, não faltavam à escola (Hebe).

Nesse aspecto do trabalho fora de casa, esse episódio narrado por Hebe apresenta os diferentes julgamentos sociais em relação ao homem ou a mulher estar “ausente” do lar. Quando algum(a) filho(a) adoecia, o marido comentava que a criança estava naquela situação por não ter a presença da mãe em casa. Durante algum tempo, seu marido trabalhou em outra cidade, de modo que apenas ia para casa aos finais de semana. Esse fato não era visto como um problema não apenas por ele, na posição de esposo, mas pela sociedade no geral. Os discursos destoam quanto às consequências da ausência ou presença da figura do pai ou da mãe na vida da família. A ausência do pai, independentemente do tempo, em função do trabalho e de ser o provedor do lar não era considerada tão grave, sendo aprovada sem questionamentos. Já a ausência das mulheres era um fato de grande repercussão, pois julgava-se que, em função do trabalho, não estariam presentes na vida das crianças, realizando os cuidados necessários. Diante desse panorama, observamos as relações de poder envoltas ao sistema de organização familiar.

Nas situações narradas por Hebe há vários modos de violência simbólica, vemos que não apenas o esposo, mas a sociedade também tensiona e exige da mulher sua disposição máxima, buscando ocupar e produzir um corpo que se conforma a determinadas categorias. Para isso, utiliza-se de dispositivos voltados àqueles atributos que a ordem social, cultural, econômica e política necessita. “O corpo é uma fabricação ritual, utilizando máscaras ou ornamentos, produzindo dados rostos e dados gestos, tornamos nossas carnes adequadas a ocuparem os lugares de sujeitos, os personagens, que os rituais sociais exigem”²⁵. Observamos nessas violências simbólicas um movimento entre a vigilância e a valoração dos corpos.

Esses aspectos não eram apenas empregados em relação às normalistas, mas às moças e mulheres de um modo geral, delineando um perfil do feminino acerca da função da mulher

²⁵ (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2020, p. 265).

como esposa, dona de casa e mãe. E no caso das professoras, como seriam elas que educariam as crianças, algumas qualidades eram essenciais.

Entende-se que o magistério é mais adequado para a mulher, por exigir o cuidado de crianças; ser professora é, de certa forma, uma extensão do papel de mãe. Além disso, o magistério passa a ser visto também como um bom preparo para a futura mãe de família. Que outra atividade proporcionaria o contato com princípios, assuntos e habilidades mais adequados à dona-de-casa ilustrada, mãe e esposa dedicada e de boa formação moral? Daí a organização dos cursos normais com pontos de ligação com o lar, com sólida orientação moral e religiosa, etc. O trabalho num só turno é também ideal para as mulheres, permitindo-lhes combinar a atividade profissional com as responsabilidades da casa. Tudo isto favorece a aceitação social da profissionalização – como professora – para as mulheres²⁶.

Havia uma herança que guiava a formação das jovens, principalmente pautada nas relações de poder por meio da regulação e disciplinarização dos corpos. Para Foucault (1999), o poder é entendido como uma rede que ultrapassa todo o corpo social, impelindo o indivíduo a ser e a se movimentar, fazendo com que esses corpos circulem, se encontrem, se autoinfluenciem e, principalmente, que esses corpos se produzam. As relações de poder que passam por um corpo, acabam atravessando todos os corpos e produzindo alguns tipos de violências (simbólicas), conforme descrito a seguir: “Chegamos nus ao mundo, mas logo somos adornados não apenas com roupas, mas com a roupa metafórica dos códigos morais, dos tabus, das proibições e dos sistemas de valores que unem a disciplina dos desejos, a polidez ao policiamento”²⁷.

6.2. Uma profissão “escolhida”?

Diante de todo esse contexto pessoal, social, histórico, político e financeiro, elas “escolheram” a profissão ou teriam sido escolhidas pela profissão? Como acontece, o que antecede e possibilita essa “escolha”?

A professora que cada uma de nós se tornou foi-se constituindo, silenciosamente, ora entrelaçada à filha que se opunha ao pai, ou que acatava a sugestão da mãe, ora entrelaçada à mãe, que pelas mãos dos filhos que aprendiam reencontrou em si a professora, ora entrelaçada às alunas que fomos. Embate, obediência, sedução tingiram o entrelaçamento dos fios de meadas distintas. O tempo também marcou nossas histórias. Não nascemos professoras, nem nos fizemos professoras de repente. O fazer-se professora foi-se configurando em momentos diferentes de nossas vidas²⁸.

O que levou “escolher” e permanecer na profissão? Veremos que esse caminho atravessa, principalmente, dois polos: a vocação e a necessidade.

²⁶ (LOURO, 1989, p. 36).

²⁷ (PORTER, 1992, p. 325).

²⁸ (FONTANA, 2010, p. 123-124).

Como já vimos, analisando a localidade em que moravam, para aquelas que viviam em distritos ou na zona rural, sua única opção para continuar os estudos era sair, pois ali, no geral, só era possível obter o diploma do Ensino Primário. Mas, atreladas a essa possibilidade de estudar, estavam em jogo as questões financeiras das famílias que eram bastante diversas. Vejamos na tabela abaixo algumas características do núcleo familiar a que as professoras pertenciam; em geral, elas vêm de famílias numerosas. É importante ressaltar que cada família não se reduz aos dados da tabela, mas ela nos fornece um panorama das condições em que viviam, podendo fornecer elementos para entender as “escolhas” de cada docente.

Tabela 10: Características do núcleo familiar

Professora	Formação dos pais e irmãos
Hebe e Leila (Mariana)	– Pai: filósofo e juiz de paz – Mãe: professora e pianista – 4 irmãos(ãs): 2 professoras, 1 costureira e secretária e 1 comerciante
Maria de Lourdes (Mariana)	– Pai: tabelião, maestro e alfaiate – Mãe: costureira – Os pais fizeram apenas o Ensino Primário – 5 irmãos(ãs): menciona apenas que uma irmã e um irmão fizeram Contabilidade
Edna (Acaiaca)	– Pai: estafeta e alfaiate. – Mãe: dona de casa e costureira (não concluiu o Ensino Primário) – 8 irmãos(ãs): entende-se que todos(as) os(as) irmãos(ãs) se formaram, sendo que uma irmã era professora e exerceu a direção na escola da cidade
Lenir (Itabirito)	– Pai: sapateiro e trabalhava em uma siderúrgica – Mãe: trabalhava em uma fábrica de tecelagem – Seus pais não chegaram a concluir o Ensino Primário – 11 irmãos(ãs): 1 irmã trabalhou no banco, 1 irmã trabalhou em farmácia, 1 irmão trabalhou com contabilidade, não há informações sobre os demais
Maria da Consolação (Itabirito)	– Pai: comerciante (chegou a falir) – Mãe: dona de casa – 10 irmãos(ãs): menciona que um dos irmãos estudava junto com ela, não indica outras informações sobre os demais irmãos(ãs)
Maria Gomes (Diogo de Vasconcelos)	– Pai: trabalhava na roça – Mãe: dona de casa – Os pais não finalizaram o Ensino Primário – 6 irmãos(ãs): 1 farmacêutico, 1 engenheiro, 1 professora (exerceu a direção na escola da cidade), os demais são técnicos
Maria Auxiliadora (Diogo de Vasconcelos)	– Pai: trabalhava na roça – Mãe: dona de casa – 9 irmãos(ãs): 4 professoras (apenas 2 exerceram a profissão, uma delas fez Contabilidade e trabalhava como secretária), os homens fizeram Contabilidade, um de seus irmãos não finalizou os estudos, o outro concluiu por meio da EJA
Maria da Conceição (Ouro Preto)	– Pai: juiz de paz e vereador – Mãe: dona de casa – 7 irmãos(ãs): apenas menciona que uma de suas irmãs era professora

Fonte: elaborada base nas textualizações

Iniciamos essa discussão com o seguinte questionamento: “O que começa com a escolha feita, se ela, por sua vez, nasce de outras escolhas, de determinações e até de acasos?”²⁹ As justificativas pela “escolha” ou por terem continuado na profissão são as mais variadas. Em alguns casos, estavam ligadas a “escolhas” que não eram, diretamente, suas, por exemplo, advinha da orientação da mãe ou da situação financeira da família.

Para aquelas de origem mais humilde, o magistério era uma forma de ingressar rapidamente no mercado de trabalho e ajudar no sustento financeiro da família. É o caso de Maria de Lourdes, quando sua mãe a orientou seguir os estudos como professora, ao invés da Contabilidade. Nessa mesma direção, ao comentar sobre a “escolha” pela docência, Lenir apela para a questão afetiva, o “gostar de Matemática” como uma motivação para sua opção. Por outro lado, menciona que adveio de uma família pobre e numerosa a qual viveu o drama de ter perdido o pai muito cedo; com isso, ela e seus(suas) irmãos(ãs) trabalharam mesmo com pouca idade. Comparando sua história às de outras professoras, percebemos que ela é a que teve condições financeiras mais precárias. Prova disso é que, além do Magistério, fez vários cursos técnicos por não saber se poderia continuar os estudos. Como teria que pagar os colégios por não haver estudos gratuitos em Itabirito, ter alguma formação aumentava a chance de conseguir algum emprego. Podemos dizer que, no caso de Lenir, ela galga uma profissão que garantia sustento para a família, mas também conquista um lugar de poder por alcançar uma profissão, ou seja, ela subverte a própria situação a que estava subjugada, ou usando as palavras de Certeau, dá golpes furtivos³⁰. Portanto, no caso dessas duas colaboradoras, a docência era um meio de escapar do desemprego e ter uma renda imediata, mais do que necessária, ou seja, a condição financeira tinha um peso na opção. Podemos acrescentar que, muitas vezes, nas famílias mais humildes a opção pela profissão docente é consequência da precarização da vida.

Maria Auxiliadora até chegou a vislumbrar seguir outra direção, começou um curso de datilografia para tentar empregar-se em um escritório de contabilidade, mas escolheu *ser professora, porque era a única profissão que tinha vaga para trabalhar. [...] No meu tempo, todo mundo formava para professora e depois você fazia outros cursos se você tivesse condições. Pelo menos você já estava formada e podia dar aula. Muitas colegas pararam no Magistério assim como eu, por quê? Porque ali já dava base para você dar aula. E, aí, a gente ia trabalhar e se sustentar [...] Na época, o Magistério era o curso das mulheres. Mulher fazia curso para ser professora e homem ia fazer Contabilidade* (Maria Auxiliadora). Os papéis eram bastante delimitados. As cidades da região de Ouro Preto, embora contassem com o município de Mariana que era tido como um centro

²⁹ (FONTANA, 2010, p. 84).

³⁰ (CERTEAU, 1994).

cultural e educacional, não davam suporte às mulheres para a realização de outro curso que não fosse o Magistério ou para exercer outra profissão, além de empregada doméstica, costureira, bordadeira, cuidadora de crianças ou idosos, sendo esses trabalhos direcionados apenas às mulheres. Aliás, outras opções profissionais pareciam ofertar menores chances de conquista, por se tratarem de ocupações de homens, os quais tinham vantagens quanto a determinados trabalhos caracterizados como masculinos.

Em sua narrativa, Edna traça um panorama em relação à formação e possibilidade de profissão da mulher. Segundo ela, a escolha por ser professora ocorreu porque na época *não havia muitas opções, ou melhor, as mulheres não tinham opções. A mulher era do lar, era dona de casa, para não dizer, “doméstica” [...] uma forma pejorativa de designar seu trabalho. Socialmente, o trabalho da mulher não era reconhecido. [...] a mulher, desde sua infância, era educada para se casar e desempenhar sua missão precípua de mãe. [...] Ou a gente parava de brincar com a boneca e ia fazer enxoval para casar, ou estudava. [...] E, para a mulher, a carreira que podia seguir e estava disponível em nossa região era ser professora. E tínhamos os exemplos das nossas professoras que eram muito respeitadas* (Edna). Morando na pequena cidade de Acaiaca, o acesso aos estudos em níveis mais avançados deveria ser feito em outra cidade, Mariana ou Ouro Preto. No entanto, a questão financeira também era um empecilho; em seu caso, foi necessário esperar que o pai encontrasse meios financeiros para arcar com seus estudos. A inserção no Magistério se deu pelas próprias condições da família (geográficas e financeiras), uma vez que se, para estudar em Mariana, a situação já não era muito favorável, tampouco seria estudar em outras cidades que possibilitassem escolher outros cursos.

Pela narrativa de Maria da Conceição e das irmãs Hebe e Leila, percebemos que a família possuía um reconhecimento social. No primeiro caso, o pai era um juiz de paz e exercia a função de vereador na localidade, já no segundo, a mãe era pianista e professora, o pai era filósofo e juiz de paz. As famílias não eram tão desprovidas de bens. Talvez a condição financeira só não era suficiente para enviar as filhas para outro lugar (fora da região de Ouro Preto) de modo a se formar em um ramo profissional diferente, sendo Belo Horizonte um lugar provável (e mais próximo), onde poderiam encontrar outras possibilidades.

Maria Gomes sinaliza que gostava da profissão, nota-se que a “escolha” por ser professora coincide com a opção pelos estudos. A colaboradora relata que sua professora *a colocava para ajudar os outros alunos que tinham dificuldade e eu gostava daquilo. E ela morava na minha casa, sabe? Então, tudo isso me incentivou a ser professora, levou a gente a estudar* (Maria Gomes). É como se não houvesse (ou mesmo fosse impensável) outra opção de profissão. Ela menciona que as famílias visavam aos bens materiais (o dinheiro, a terra, o gado) e, às vezes, a

formação dos(as) filhos(as) era deixada em segundo plano. Felizmente, seu pai seguiu a orientação de um amigo e fez com que ela e seus(suas) irmãos(ãs) estudassem. Circunstâncias como essas e as poucas opções para a mulher exercer uma profissão vieram a calhar em sua “escolha” em ser professora.

Maria da Consolação deixa claro que não queria ser professora e seus estudos no Magistério eram apenas para ensinar seu filho e sua filha. Aliás, era uma frase usada para justificar que as mulheres realizassem seus estudos, ou seja, “se não exercesse a profissão, o curso ajudaria com a criação dos filhos”. Embora a motivação de Maria da Consolação acene para um viés aparentemente diferente dos demais contextos, isso nos leva a uma circunstância que tem como pano de fundo o ato de atrelar as mulheres diretamente à educação dos(as) filhos(as).

No caso de Hebe, Leila, Edna, Maria Gomes, Maria Auxiliadora e Maria da Conceição, a profissão docente também foi exercida por suas irmãs. Por esses elementos, também podemos concluir que ser professora era um destino muito comum às mulheres que desejavam (e podiam) seguir com os estudos. Em suas narrativas, aparecem ainda algumas afirmações sobre suas irmãs, que, com o casamento, tiveram de largar a profissão ou nem mesmo chegaram a terminar os estudos.

Vivendo na cidade de Mariana, Leila queria ser bancária, Hebe (sua irmã) queria ser advogada e Maria de Lourdes ia fazer Contabilidade; no entanto, acabaram fazendo o curso de Magistério, tornaram-se professoras e continuaram exercendo a profissão. Esse contexto, em muitos aspectos, pode ser resumido pela música “Cabaré”, interpretada por Elis Regina, composta por Aldir Blanc e João Bosco: “Quem sabe dos outros, das grades, dos muros/ No drama sufocado em cada rosto/ A lama de não ser o que se quis”. Algumas dessas professoras viveram na profissão o drama de não poder fazer o que desejavam, outras sufocaram muitos outros dramas de não ter sido o que quiseram ser.

Por trás da aparente mera continuidade entre a dona de casa e a professora, redimensionamentos foram sendo produzidos nos seus modos de viver cotidianamente a própria condição feminina e profissional [...] Mais do que uma via de ingresso no mercado de trabalho [...] viveu o drama da constituição de um modo de apresentar-se como mulher [...] elaborando para/com os outros e para si um modo de viver a sua condição de mulher³¹.

Em um sentido mais geral, é possível perceber que o lugar, o tempo, as condições financeiras e sociais da família influenciavam nas possibilidades disponíveis para a “escolha” da profissão. Essas narrativas são mais do que eloquentes em mostrar que não havia “escolha”

³¹ (FONTANA, 2010, p. 90).

– as mulheres foram professoras por absoluta falta de opção e de condições do contexto. Percebemos que ser professora não era ter a possibilidade de escolher a profissão, mas sim ter uma opção de trabalho (para a mulher). Percebemos que várias linhas de forças atravessam o contexto da “escolha” pela profissão, a questão era que essas linhas apontavam apenas para uma direção: ser professora.

6.2.1. A mulher-professora, a professora-mulher...

“– o magistério de que falo é do cargo? É do exercício do cargo? É da classe dos professores?

– a feminização de que falo é o do tornar-se feminino? É dar feição ou caráter feminino a...? É atribuir gênero feminino a...? É assumir os caracteres da fêmea; adquirir qualidades ou modos feminis?

Nesse caso, poderia pensar em: quais são as qualidades ou modos feminis que assumiu o magistério?

Do que quero falar é naquilo que ando pensando:

– por que é que as mulheres se tornam professoras, têm se tornado professoras?

– por que é que as mulheres ‘concordaram’, ‘concordam’ em ser aquelas que professam?

– o que tem essa profissão que segura as mulheres? Que captura as mulheres?

[...] Sempre foi ofício de mulheres ensinar. Transmitiam aquilo sem o que não se vivia: a vida (trazer à luz) e a morte (chorar os mortos). Depois, reclusas, esmeravam-se, ao menos algumas, em saberes doutrinários. Dessa ousadia não ficaram impunes. Logo decretou-se que saberes como esses se destinavam aos homens, eram apanágios masculinos. A elas, continuar cuidando da vida, da morte e fazendo com que ficassem, uma e outra, mais suportáveis, porque mais bonitas. Então teciam, bordavam, cantavam, tocavam, diziam poemas, às vezes contavam e liam. E rezavam. E ensinavam a outras” (LOPES, 1991a, p. 25).

Nas narrativas, as professoras expressam alguns traços da profissão docente. Como o(a) leitor(a) já realizou a leitura das narrativas e deve ter se deparado com algumas dessas características, decidimos apenas apresentar um apanhado dessas falas.

O sucesso de seus(suas) alunos(as), os laços que se estabeleciam entre professora e aluno(a), ser lembrada pela comunidade, fazer parte de diferentes gerações, as demonstrações de carinho e respeito eram como um troféu para essas professoras. A sensação de ter cumprido seu papel como docentes, de ter realizado sua função de forma bem-feita, de ver seu trabalho sendo reconhecido, recompensado e valorizado, de ele ser tido como uma extensão da família, de ver seu trabalho como um serviço de doação ao(a) outro(a), tudo isso eram elementos que faziam as docentes sentirem que o salário seria a menor parte diante da grandeza desses sentimentos. Um paradigma, não?

Ao apresentar esses elementos, queremos propor dois movimentos: em um deles, elencar as palavras que nos chamam atenção e que estão associadas à profissão docente, sendo elas: missão, realização, carinho, gratificante (satisfação/recompensador), vocação, dedicação,

respeito, ajuda... E o outro de observar as descrições que elas fazem e pensar acerca da essência do trabalho voluntário. Se fizermos pequenas substituições nas palavras que se referem à profissão docente, veremos que algumas delas coincidem perfeitamente com o trabalho voluntário. Dessas palavras, chamam-nos atenção a vocação e o respeito.

A palavra “vocação” deriva do latim “*vocare*” que significa chamar, no sentido de uma inclinação para realizar algo por meio de um conjunto de aptidões naturais. E, talvez, por ser uma palavra que está estreitamente associada ao sacerdócio ou à vida religiosa, carregue algumas marcas indeléveis como o amor, o zelo, a doação, a dedicação, a gratuidade do serviço e a formação do(a) outro(a). Não podemos nos esquecer que os padres e as professoras eram considerados uma referência na localidade em que estavam, eram exemplos de conduta e valores. A usual identificação do exercício do magistério como “um sacerdócio ajudou a difundir a ideia de que a ‘boa professora’ não se preocupa com o pagamento, pois está concentrada na formação dos[as] alunos[as]. Esse foi um dos fatores que contribuíram para a queda no nível salarial da profissão ao longo do tempo”³². Percebemos que esse mecanismo da vocação para educar crianças, levando em consideração as características da natureza feminina, bem como a possibilidade de conciliar o trabalho como docente e os afazeres domésticos contribuíram para a opção do magistério.

A isso, acrescenta-se o respeito pelo papel que exerciam. As professoras ressaltam essa característica positiva em termos das famílias que cultivavam o respeito por elas e também em termos do *status* quanto a essa profissão, mas nos questionamos: que respeito é esse?

A professora Leila lembra o descaso da profissão por parte do poder público. Ela aponta que *havia respeito, só não havia respeito das autoridades lá de cima, porque a gente trabalhava demais. E é um trabalho que, se não for feito, não vai ter nenhum deputado, presidente, governador, porque começa com o professor, nas primeiras letras. A classe, de um modo geral, não é valorizada* (Leila). Na pesquisa de Fonseca (1997), os(as) professores(as) entrevistados(as) também sinalizaram que “os baixos salários e a posição de descaso do poder público [...] para com a educação [eram] os principais fatores de desvalorização e do prestígio da profissão de professor[a]”³³. E, essa situação, gerou algo ainda mais grave que era o fato de as pessoas se sentirem inferiorizadas por ser professor(a). Nesses discursos, vemos fortemente as relações de poder agindo ali; ao mesmo tempo que é uma classe importante para a população, ela é também massacrada pelos

³² (MATOS; BORELLI, 2013, n.p – *on-line*).

³³ (FONSECA, 1997, p. 198).

poderes públicos. É um trabalho que não pode ser feito por outra pessoa, mas ainda assim não tem seu devido espaço.

Uma das professoras da pesquisa de Fonseca (1997) comenta que criou-se uma mentalidade de que nós, professores(as), somos “pobres coitados, mal pagos, infelizes... A força da categoria fundamenta-se muito na dignidade de cada um... É uma força interior que você cria. No dia em que percebermos isso, então, realmente seremos capazes de conseguir tudo o que nós quisermos, inclusive dinheiro, salário digno”³⁴. Com isso, indica que o poder também pode ser exercido pelos(as) professores(as), no entanto, para a manutenção de determinadas relações verticalizadas de poder, criar esse contexto é uma estratégia eficiente de controle, em que há o emprego de mecanismos de manutenção (baixos salários, condições precárias de trabalho, recorrente desvalorização da classe, entre outros) para minar as forças do dominado, mantendo-o em seu papel de dominado ou de sobrevivente.

Embora fossem maioria nas instituições de ensino, exercendo atribuições iguais às dos homens, as professoras, muitas vezes, tinham desvantagens em relação à carreira e à remuneração, havendo uma interpretação de que “os salários das mestras podiam ser inferiores aos dos professores, [sendo] justificados por seu caráter secundário ou por serem complementares à renda familiar, [o que] ajudou a sedimentar a imagem do magistério como ocupação ideal para mulheres”³⁵. Se, por um lado, a profissão docente se aproximava de um dever sagrado, por outro foi profanada em diversas dimensões pela proletarização e desvalorização.

Nas narrativas, observamos as diferentes motivações para a escolha em serem professoras e também alguns traços em relação à feminização do magistério, denunciando que a representação do espaço ocupado pela mulher na educação “decresce na proporção inversa aos níveis. A feminização é um processo complexo que leva em conta a idade das crianças e a concepção que se faz de sua aprendizagem”³⁶, ou seja, observa-se um movimento de que, na Educação Básica, há muitas mulheres, porém isso não ocorre no Ensino Superior. As professoras Hebe, Leila e Maria da Consolação sinalizam essa predominância das mulheres na

³⁴ (FONSECA, 1997, p. 198).

³⁵ (DEMARTINI; ANTUNES, 1993, p. 8).

“A profissionalização do magistério acompanhou seu movimento interno de feminização. Nesse processo, o magistério primário se consolidou não apenas numericamente como profissão feminina, mas como única profissão respeitável e única forma institucionalizada de emprego para as mulheres de classe média até o final da década de 30. Posteriormente, com o crescimento econômico do país, novas opções profissionais se abriram às mulheres e, em muitos casos, se firmaram também como atividades essencialmente femininas (secretárias, enfermeiras, etc.)” (DEMARTINI; ANTUNES, 1993, p. 8).

³⁶ (PERROT, 2019, p. 126).

Educação Básica. Leila, por exemplo, conta que no período em que atuava *o número de professoras era bem maior do que o número de professores. Parecia ser uma profissão de mulheres, não é? A docência era feminina e eu achava até normal ser mais mulheres do que homens, porque vejo que o cargo de professora tem um pouco de mãe* (Leila). A mulher era/é tão intimamente associada à educação, a ponto de se tornar algo natural.

Podemos observar uma rede de relações, em que os discursos vão se embrenhando e produzindo em relação à docência o seu “nível de importância” e *status*. Quando discutimos a feminização do magistério, estamos em um movimento em que a docência subverte uma realidade: a dominação masculina em relação ao acesso ao saber e, conseqüentemente, ao domínio do saber dentro de uma lógica de educação que era concedida apenas aos homens. A ele cabia o papel de ensinar, de ser professor, de ser aquele que tinha o poder de “professar algo”. Em contrapartida, a dominação quantitativa das mulheres atingiu o espaço do magistério, sendo uma forma de desterritorializar-se do ambiente privado para o público, quebrando os mecanismos de dominação masculina naquele contexto. E, então, percebemos um movimento de resistências, lutas e também da proletarização e desvalorização do magistério no setor básico. A educação voltada para e pelas mulheres parece agir nas brechas do cotidiano e miséria da sala de aula de modo a escapar às imposições e controle em relação à imagem da mulher e à fabricação de seu corpo.

Apesar de tantas situações adversas, saudosismos e queixas, a mulher permanece no magistério primário, por ser este, talvez, um dos poucos – ou o único – lugar disponível à mulher em nossa sociedade. Lugar em que ela se encontra numa relação que pressupõe autoridade e poder, que é o que lhe falta em outras instâncias sociais, onde a dominação masculina dispensa justificção³⁷.

No exercício cotidiano da profissão docente, percebemos uma lógica e um discurso sendo arquitetado. Como o casamento e a maternidade eram tarefas inerentes às mulheres, para que o exercício da profissão fosse aceitável e não a desviasse de suas atividades, o magistério passou a assumir atributos como amor, cuidado, paciência e atenção, tradicionalmente associados às mulheres. Com isso, o magistério poderia ser reconhecido como uma profissão a ser exercida pelas mulheres sem desviá-las de seu destino³⁸. Assim, o magistério foi se configurando em uma atividade feminina e, nesse sentido, percebemos uma política de relações de poder que, com seus mecanismos, produzem um determinado tipo de discurso que atribui às mulheres características que lhes são necessárias para exercer algumas profissões.

³⁷ (FONTANA, 2010, p. 91).

³⁸ (SCHERER, 2018).

E como aconteceu o ingresso na carreira? Como comentamos anteriormente, essas professoras tinham formações diversas. E ao longo da carreira, a entrada para a sala de aula também se deu de forma diferente. Algumas ingressaram na escola como docentes somente após finalizar o Curso Normal, outras, de forma inversa, ingressaram ainda no período de sua formação – institucionalizada.

A professora Hebe comenta que durante o Curso Normal atuava no próprio Colégio Providência, substituindo uma professora, e, com isso, conseguia isenção da mensalidade. Há também o caso de Leila, Maria da Consolação e Lenir (que atuaram como professoras de Matemática), em que a experiência na docência deu-se por meio das aulas particulares no período em que estavam em formação. Geralmente, mencionam lograr êxito no ensino devido ao conhecimento da Matemática. Leila conta que, quando estava se formando como professora, só dava aula particular em sua casa. Como *não queria dar aula antes de formar, somente [trabalhava com] as aulas particulares [...]* O que eu recebia de aula particular era muito pouco, às vezes, eu nem cobrava conforme o grau de afinidade com as pessoas [...] *Aí, depois ganhava um paninho para fazer uma blusa...* (Leila). Quando voltou aos estudos no final de 1960, Maria da Consolação já era casada. Ela comenta que, *nessa época, dava aula particular na minha casa aos meus colegas. Ao invés de ensinar de graça, cobrava um dinheirinho mais em conta. [...]* Quando eu fui fazer a prova de Supletivo, só passei em Matemática. O resto tudo eu bombei! (risos) (Maria da Consolação). No caso de Lenir, as aulas particulares era uma fonte de renda, em suas palavras, *desde que saí do Ensino Primário, eu comecei a dar aula particular de Matemática com meus 12 anos. Eu estudava o livro do professor para dar aula particular e com esse dinheiro que recebia, podia pagar a minha escola* (Lenir). Embora as docentes não atuassem em uma instituição de ensino formal, o exercício da docência já fazia parte de suas vivências. A formação e a atuação dessas professoras não se deram de forma planejada ou cristalizada, mas aconteceram em uma trajetória maleável. Algumas colaboradoras após aposentar-se continuaram com as aulas particulares.

Dentre as professoras colaboradoras, duas delas (Maria Gomes e Maria da Conceição) iniciaram a carreira atuando em escolas rurais, no entanto quando tiveram oportunidade passaram a atuar em escolas do meio urbano. Hebe (como professora) e Maria de Lourdes (como diretora) também chegaram a ter passagem pela escola da zona rural. Por um lado, a ida para a comunidade rural era uma forma de dar continuidade à vida, ter uma profissão, “era um início ‘natural’ da carreira docente”, servia às “aspirações individuais de desenvolvimento profissional”³⁹, por outro a opção pela não permanência naquela localidade, talvez estivesse

³⁹ (MARTINS, 2003, p. 70).

relacionada às condições precárias e adversas a que estavam submetidas na zona rural. A escola rural acabava se transformando, nas palavras de Martins (2003), em uma “terra de passagem”, um estágio ou um rito de provação.

Essas distintas formas de ingresso na escola como docentes, considerando ou não a formação de cada professora ou ainda as indicações para ocupar determinados cargos, nos levam à associação de alguns fatores, como a carência de professores ou ainda, “a desvalorização da profissão e a crença de que o trabalho pedagógico não é um trabalho vital ou altamente especializado, por isso pode ser realizado por qualquer profissional”⁴⁰. Algumas professoras comentam sobre a presença expressiva de leigas nas escolas, principalmente, na zona rural ou distritos. Será que esse fator seria uma consequência direta e imediata do pequeno número de instituições formativas? Ou ainda, será que a quantidade de professores(as) que se formavam nessas poucas instituições era suficiente para atender a demanda da região?

Múltiplos são os motivos e os modos que levaram à escolha em tornarem-se docentes. E como nos apresenta Certeau, o cotidiano não está dado, mas vai se fazendo nas/das/com as relações dos sujeitos e das coisas⁴¹. Essas professoras foram criadas em uma época em que a mulher era educada para ser mãe, para cuidar de um lar. O trabalho que lhe era reservado era apenas aquele do espaço privado, o trabalho fora de casa, no espaço público, não era algo tão comum. As características que cerceavam o ser professora não estavam ligadas aos aspectos formativos da profissão, mas ser professora estava condicionado ao fato de ser mulher, ser mãe, ser vocacionada a cuidar de crianças. Geralmente, pautava-se em seu papel como mulher na educação das crianças, “você gosta tanto de criança”, “estudei para ensinar os filhos”, “o magistério era a profissão disponível para as mulheres”⁴². Por trás disso, havia o agenciamento de um currículo que privilegiava um certo tipo de formação das mulheres.

A escolha em ser professora e, conseqüentemente, trabalhar em uma escola, em algumas instâncias promoveu um processo de desnaturalização daquele espaço/tempo acerca de hierarquias sociais, culturais, de gênero, políticas, materiais, etc. Nesse sentido, cabe destacar

⁴⁰ (ALENCAR, 2019, p. 302).

⁴¹ (CERTEAU, 1998).

Segundo Certeau (2013, p. 31), “o cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão no presente [...] O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior [...] É uma história a caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada [...] O que interessa ao historiador do cotidiano é o Invisível”. Assim, olhar para esses melindres do cotidiano parece nos ajudar a compor essa análise, em um movimento que, muitas vezes, não se mostra tão invisível.

⁴² “Sem dúvida não são necessários muitos elementos para comprovar o quanto – em diferentes sociedades e épocas – a mulher foi e é responsável pela educação das crianças. Se com referência à educação não formal este é um dado bastante aceito, também tornou-se verdadeiro – a partir de meados do século XIX, em muitas sociedades – no tocante à educação formal, escolarizada” (LOURO, 1989, p. 31).

que a atividade do magistério nem sempre foi “exercida do mesmo modo ou pelos mesmos sujeitos. Não foi primordialmente exercida por mulheres (e sim por homens) e nem pelas mesmas mulheres (quanto à origem de classe)”⁴³. Por outro lado, exercer o magistério também tornou-se possível devido à presença de outras mulheres em seu cotidiano, as empregadas domésticas.

6.2.2. Empregadas-sogra-irmãs-mulheres... Esquecer? Jamais!

Algumas mulheres tiveram um papel extremamente importante na trajetória dessas professoras, possibilitando a elas darem prosseguimento à sua formação e/ou carreira, para que ao mesmo tempo pudessem ser mães e profissionais. Ninguém se forma, atua ou faz algo sozinho(a), no vácuo, sem recorrer a alguém. E com essas professoras não foi diferente: em sua carreira, estiveram presentes as empregadas domésticas ou, até mesmo, as sogras, as irmãs, as mães que as auxiliaram nos trabalhos em casa, nos cuidados com as crianças para que pudessem adentrar e continuar o trabalho no campo educacional. Em nosso caso, estamos nos remetendo à docência, mas sabemos que as empregadas permitem que muitas mulheres ingressem em tantos outros ramos, permitindo uma saída do espaço privado para o público. Junto a essas mulheres professoras, outras mulheres (as empregadas) vão ocupando outros lugares na sociedade.

As mulheres (empregadas, e irmãs, e sogras, e mães) tiveram um papel relevante e essencial no âmbito educacional, uma vez que se doaram a essas famílias para que uma mulher (professora) pudesse estar fora de casa.

As mulheres sempre trabalharam. Seu trabalho era da ordem do doméstico, da reprodução, não valorizado, não remunerado. As sociedades jamais poderiam ter vivido, ter-se reproduzido e desenvolvido sem o trabalho doméstico das mulheres, que é invisível.

Nem sempre as mulheres exerceram ofícios reconhecidos, que trouxessem remuneração. Não passavam de ajudantes de seus maridos, no artesanato, na feira ou na loja⁴⁴.

Durante o movimento analítico para a escrita do relatório de qualificação, não atentamos para o aspecto do quanto as funcionárias que trabalharam para essas professoras foram importantes para que pudessem exercer a carreira. E os membros da banca nos chamaram atenção para isso. Sim, elas passam despercebidas, como também passaram por nós. São deixadas na invisibilidade, não sendo reconhecidas por seu importante trabalho. Elas

⁴³ (LOURO, 1989, p. 32).

⁴⁴ (PERROT, 2019, p. 110).

contribuíram para que outras mulheres não fossem invisibilizadas, mas, em troca, tornaram-se invisíveis aos olhos da sociedade. O foco nas colaboradoras da pesquisa pode acabar não nos permitindo perceber outros(as) personagens importantes presentes nas histórias que contam.

Da mesma forma que o labor da mulher no espaço doméstico não foi considerado como um trabalho, esse mesmo fator exerceu/exerce força considerável para que ocorresse sua marginalização na historiografia. Precisamos atentar para isso. É emergente falar sobre essas mulheres que acabaram ficando à sombra de outras mulheres dado o trabalho que exerceram/exercem. Podemos dizer de um jogo de luzes (representado por mulheres que trabalham em atividades “reconhecidas” pela sociedade) e sombras (representado por mulheres que exercem atividades que ficam à margem da sociedade). Sim, a sociedade é cruel, seu modo de organização vai criando estratos sociais (profissionais, históricos, geográficos...). Na trama da sociedade, há um processo “sutil” que procura reconstruir ou desconstruir os processos sociais e culturais através dos quais a identidade feminina vem sendo forjada, enfatizando seu caráter relacional num campo de disputa pelo poder, não apenas o poder institucional, mas o ‘poder’ que se fragmenta no cotidiano⁴⁵. Trata-se de uma disputa que invalida e reconhece alguns grupos em detrimento de outros.

Alguns papéis exercidos por essas professoras só foram possíveis por terem como parceiras as mulheres que as auxiliaram e estiveram ali no plano de fundo. Quando dizemos que algo está como plano de fundo significa dizer que está ali para complementar um determinado cenário, seu papel é sutil, pode até ser considerado secundário para não roubar a cena principal, mas serve a ela como base para a composição do enredo, tem seu frescor e beleza, sem ele a cena certamente se apaga. Ele faz toda a diferença, como também fez diferença na carreira das professoras entrevistadas.

As meninas desde muito novas já são ensinadas a cuidar do lar, logo a experiência com o trabalho doméstico vem de longa data. Esse trabalho majoritariamente era/é exercido pelo público feminino e acaba absorvendo um grande contingente de mulheres das camadas populares que não possuem algum grau de escolaridade (ou seja, nem sequer pisaram em uma escola) ou não têm algum tipo de experiência profissional, sendo uma forma de terem ganho financeiro para auxiliar no sustento da família. Para elas, são reservadas as atividades como diarista, babá, lavadeira, costureira, auxiliar de serviços gerais, entre outros tipos de serviços que refletem em habilidades voltadas às mulheres. Ao buscarem adentrar no mundo do trabalho, foram incorporadas, mais facilmente, ao mercado laboral quando passaram a desempenhar

⁴⁵ (FOUCAULT, 1979).

ocupações “para as quais eram consideradas hábeis ou vocacionadas (fiar, tecer, costurar, cuidar, servir) e enfrentaram maiores dificuldades quando foi necessário superar os preconceitos existentes, sobretudo nos setores mais conservadores, tidos como tradicionalmente masculinos”⁴⁶.

Nesse sentido, o trabalho doméstico é uma atividade naturalizada sendo reservada aos cuidados da mulher, o que reserva também relações de poder. O trabalho como empregada doméstica, além de ter como característica uma atividade de domínio feminino,

por ser um conjunto de atribuição de atividades femininas, entraria uma questão histórica por ser uma profissão que também deriva dos vínculos sociais e das funções exercidas por escravas – por isso, muitas vezes são mulheres de raça negra, descendentes de índios(as) ou escravos(as) que atuam como domésticas. Questões regionais também contribuem para a desvalorização do trabalho doméstico, uma vez que grande parte das empregadas domésticas são, em geral, migrantes do campo, de cidades do interior ou de estados nordestinos⁴⁷.

A criação de um perfil feminino com base nas conjunturas da sociedade implica a criação de “táticas” para que a mulher crie ou adapte aquilo que se impõe. Por exemplo, se por um lado era aceitável que a mulher pudesse sair de casa para o trabalho dadas as mudanças no cenário econômico internacional com o advento da industrialização e urbanização, por outro devia-se também incutir nas mulheres seu papel no seio da família de modo a regular e “equilibrar” os valores sociais daquele período por meio de um discurso normatizador. Era aceitável a saída de casa, mas continuava com seu dever de exercer o papel de mulher, mãe, esposa, criando-se um modelo da mulher ideal para a manutenção dos valores da família e da mulher no domínio doméstico. Podemos dizer que, nessa trajetória do trabalho feminino, algumas mulheres estavam sob as luzes, outras sob as sombras.

Portanto, o processo de tornar-se professoras na região de Ouro Preto – MG está vinculado a essas mulheres, que trabalhavam como empregadas domésticas e que, frequentemente, eram excluídas do sistema formal de formação escolar.

6.3. A liderança das mulheres

Se observarmos as referências que discutem o papel assumido pelas mulheres, vamos verificar que a liderança não era um atributo feminino, pelo contrário, fazia parte dos valores masculinos. Será que ser professora naquela ocasião significava ter esse espírito de liderança? Ou seria uma simbiose entre os elementos tradicionais que eram atribuídos à mulher e aquilo

⁴⁶ (MATOS; BORELLI, 2013, n.p. – *on-line*).

⁴⁷ (SANTOS, 2008, p. 50-51).

que fazia parte da cultura escolar e/ou social? Essa simbiose referida na última questão se daria no sentido de ir construindo “uma feminidade mais aberta a uma incorporação parcial dos valores masculinos, isto é, dos valores recompensados pela sociedade global”⁴⁸.

Essas mulheres não foram prisioneiras dos preconceitos que rodeavam a trajetória profissional das mulheres de sua época, mas assumiram um espírito de liderança por onde estiveram. Podemos dizer que “a criatividade e a capacidade de invenção [de espaços pessoais e coletivos] marcam intensamente seus modos de pensar, suas práticas e realizações, fazendo com que se destaquem em seu meio social, político e cultural”⁴⁹. Em suas narrativas, percebemos que, para além do exercício da profissão docente, em que participaram da formação de várias gerações, há um aspecto notável: o espírito de liderança, tanto no período em que atuaram na docência como também, em alguns casos, após a aposentadoria.

O espírito de liderança dessas professoras pode ser visto a partir de diferentes atividades que realizaram: envolveram-se em cursos de formação ou atividades educativas da cidade, com trabalhos voltados a comunidade, viajaram para trazerem novas pedagogias para suas escolas, participaram do processo de fundação de algumas instituições de ensino, trabalharam em alguns cargos como supervisão, direção, vice-direção e inspeção escolar, engajaram-se nas questões políticas educacionais, nos trabalhos voluntários, etc. É possível perceber o destaque em relação a alguns tipos de cargos ou trabalhos que desempenharam, mas também notamos que são referências e pontos de apoio na comunidade.

No feminino, assim como no masculino, o corpo é experiência histórica. Quando as mulheres se voltam para o passado e se reconhecem na cultura feminina não é ao feminino como essência que se referem, mas ao feminino como experiência. Essa experiência passada encontra hoje novas vivências e exigências e é nesse processo de mutação que o feminino vai ganhando nova forma⁵⁰.

Nas narrativas, acompanhamos a (des)contrução da ideia de um magistério passivo. Vemos essas mulheres saindo de um papel estigmatizado, inferiorizado, restrito, passivo na atuação social que lhes era atribuída para ocupar outros espaços, um magistério ativo que foi desbravando outros espaços, recriando o espaço social, cultural e histórico e buscando dialogar com seu tempo. O magistério era uma função permitida para ser exercida pela mulher. À medida que essa travessia que ecoava o “eterno feminino” foi acontecendo em busca de a mulher assumir a autoria do feminino, inventando-o a cada dia, esses corpos femininos foram ocupando espaço. “A cultura feminina, nessa direção, foi repensada em sua importância, redescoberta em

⁴⁸ (FONTANA, 2010, p. 89).

⁴⁹ (RAGO, 2013, p. 41).

⁵⁰ (OLIVEIRA, 2013, n.p. – *on-line*).

sua novidade, revalorizada em suas possibilidades de contribuição, antes ignoradas e subestimadas”⁵¹. E a ideia passiva do feminino foi dando vazão para se (des)construir e produzir um feminino enquanto experiência, um magistério ativo ou, ainda, uma experiência de mundo mais humanizada.

6.4. Uma breve consideração

Nas narrativas, percebemos a docência, a escola e algumas das concepções sobre formação, docência ou ensino sendo produzidas pela ideia ou com a ideia de feminino, ou seja, a escola ou o meio escolar não era um mero espaço em que as mulheres atuam. Evidentemente, a escola ajudou/ajuda a criar uma ideia do feminino, mas ela também ajudou/ajuda a perceber o contrário: como o feminino nos ajudou/ajuda a criar uma ideia de escola, de prática docente, de professora, de magistério? Ao mesmo tempo em que esse espaço escolar é produzido junto a uma ideia de feminino, ele também apoia a criação de ideários sobre o feminino, resulta em algo que pode até parecer óbvio, mas só se torna óbvio a partir dessa inversão que também concebe o feminino como produtor de significado e não apenas como produzido por significados mais usuais (por exemplo, mediante uma sociedade branca e masculina).

Vemos, nas narrativas das professoras, a invenção do magistério enquanto um ofício possível à população feminina, permeado por ações que docilizavam o corpo da mulher-professora: gostar das crianças, ser mãe de seus(suas) alunos(as), ser dedicada, ter amor pelo trabalho, zelar pelo nome, ser firme, entre tantos outros ideais buscando apresentar e demarcar o modelo acerca do que deveriam ser o ensino, a docência e a mulher.

Buscava-se fabricar corpos femininos, principalmente, com base na educação literária, artística e no investimento dos trabalhos manuais, produzindo, assim, corpos dóceis por meio de uma pedagogia do corpo e sentido, de práticas disciplinares e hierárquicas, de normativas que instituía determinados regimes de verdade buscando a passividade, a obediência e a submissão. É dócil um corpo que pode ser submetido, “que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado [...] o corpo é objeto de investimentos imperiosos e urgentes; em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações”⁵². A movimentação e o posicionamento dos corpos

⁵¹ (RAGO, 2013, p. 25).

⁵² (FOUCAULT, 1987, n.p – *on-line*).

“Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as ‘disciplinas’” (FOUCAULT, 1987, n.p – *on-line*).

(femininos) nos mostram que o corpo não é apenas essa delimitação física, ele vai além dessa materialidade de objetos físicos e concretos, pois essa materialidade pode ser tratada também como conceitos, discursos, significados.

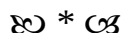
A profissão docente foi sendo produzida no imaginário social entre tradições e contradições e era, a partir desses parâmetros, que acabavam/acabam sendo cobradas:

Não somos as missionárias – às vezes conseguimos nos lembrar disso – não somos lindas e chiques, não somos boazinhas, não demos e não daremos conta de salvar a Humanidade ('Sem educação não há salvação'), sequer a humanidade dos alunos e de nós mesmas. Não somos o que o discurso religioso ou o discurso moderno nos ensinou que deveríamos ser. E se não somos isso e se não temos nenhum reconhecimento social (para não falar em salário) disso que somos dia a dia, concretamente, quem somos nós afinal? Todo mundo ajuda a construir uma certa imagem... mas quem mora nela somos nós⁵³.

Ter esses ideais como direcionadores e sustentáculos de sua conduta não era uma tarefa fácil, dado que a vida da mulher real está permeada por sentimentos, desejos, ambições inerentes à condição de vida humana. Como “manter” esse ideal construído acerca de uma figura angelical que não peca, não erra e é perfeita? Percebe-se que são características que não dizem apenas da mulher (ou do ser feminino) ao ingressar em uma profissão, mas de uma cobrança acerca de uma maneira feminina de exercer a profissão. Quando as mulheres passam a ocupar uma profissão que antes era apenas exercida pelos homens, significa que passamos a ter uma outra maneira de ocupar tal espaço. Porém, quando nos remetemos à carreira docente, temos muitas dessas marcas presentes até hoje. Estamos imersos(as) em uma profissão que sofre uma ambiguidade, que ao mesmo tempo que possui sua importância por formar os(as) cidadãos(ãs), é em grande parte desvalorizada socialmente.

⁵³ (LOPES, 1991b, p. 174-175).

7. EXPERIÊNCIAS E PRÁTICAS DOCENTES: DESAFIOS E POSSIBILIDADES



“Partilhar com o outro, seus modos de inventar, de ser e de dar sentido a vida nos contos da experiência, escutar o outro com a curiosidade de aprender e compreender fazem parte da ‘construção colaborativa’ [...] de conhecimentos de diversas naturezas” (PASSEGGI, 2018, p. 13).

Neste capítulo, vamos nos deter às experiências que as professoras vivenciaram ao longo de sua formação e carreira como docentes, no espaço e tempo da sala de aula. Esse interesse esteve motivado por nossa compreensão de que, ao conhecermos suas histórias, estamos também nos conhecendo. Ainda que estejamos distantes temporalmente, estamos próximas no exercício do ofício. Ao escutarmos as professoras, “estamos nos escutando, (re)construindo identidades, (re)fazendo laços, tecendo nossas próprias teias docentes, nos reconhecendo, ou não, nas teias já tecidas e em tantas outras que ainda virão”¹. O saber delas “é um reconhecimento de aproximação e de ajuda que nos permite constituir nosso lugar”². Essa escuta nos possibilita elaborar imagens de nós, do outro, do mundo e de como tudo isso vai se entrelaçando e se reverberando no caráter dinâmico de nossas experiências e das histórias de vida e de educação matemática.

Na linha da História da Educação (Matemática), pesquisadores(as) argumentam que, ao dialogarmos com as histórias, constituímos novas histórias

não apenas porque fazemos perguntas novas ao passado, mas também, e sobretudo, porque incorporamos novas fontes, novas vozes a esse diálogo; percebemos novas possibilidades de estabelecimento de relações entre discursos aparentemente desconexos e incomensuráveis; porque impomos ao passado novos deslocamentos, novos focos de descontinuidade e novos elos de continuidade, etc.³

Nós não poderíamos deixar de comentar que essas narrativas (e também aquelas produzidas no Ghoem) são um potente instrumento formativo. Ao conhecer a história das professoras e atentar para as ações de ensino implementadas por elas, como estudantes ou docentes, podemos ponderar sobre os indícios dos distintos processos de ensino e aprendizagem a que estiveram atreladas e como, com tais indícios, podemos operar no tempo presente com as problemáticas atuais e singulares a determinados contextos. E aqui está algo interessante acerca das narrativas ao se constituírem como “pontos de referência para a problematização

¹ (PAULA; AUAREK, 2012, p. 34).

² (PAULA; AUAREK, 2012, p. 34).

³ (MIGUEL; MIORIM, 2008, p. 161).

pedagógica da cultura escolar”⁴. Nas vozes dessas professoras, em que ressoam as vozes de tantos(as) outros(as) docentes, podemos nos aproximarmos de um caminho de formação.

7.1. O que essas narrativas nos movimentam a pensar sobre os diferentes aspectos do ensino?

Compreender a forma como as professoras ensinavam no cotidiano da sala de aula, nos permite atribuir significados e encontrar indícios sobre o sentido que determinadas práticas ocupavam e sobre os arranjos que foram se formando no contexto educacional. Consideramos importante salientar que essas práticas que vamos descrever ao longo deste capítulo, com base nas narrativas das professoras, apontam para limites e possibilidades das práticas docentes, que são atravessadas por diferentes sentidos, os quais são perpassados pela vivência dos(as) alunos(as), formação do(a) professor(a), realidade da escola com seus aparatos e infraestrutura, entre outros.

Para problematizar as distintas experiências acerca dos momentos de formação e atuação como docentes, faremos um exercício de aproximação e/ou distanciamento das práticas de suas professoras e de suas práticas como docentes, não como forma de comparação, mas como um caminho de reflexão sobre o papel das experiências escolares na formação dessas professoras e sobre como as práticas vão ganhando outras roupagens ao longo do tempo. Como as narrativas são frutos das memórias das entrevistadas, talvez a ênfase tenha recaído mais em suas práticas, do que nas práticas de suas professoras. No entanto, ainda que de modo restrito, entre uma ação e outra, é possível perceber algumas características em relação à sala de aula.

A professora Maria de Lourdes fala sobre sua formação, que é um ponto que nos ajuda a pensar no contexto em que as entrevistadas se formaram. Ela conta que no Curso Normal, *a questão da prática era uma dificuldade, pois, quando chegava na escola, a gente ficava sem saber o que fazer, não tinha muito o porquê das coisas. Por exemplo, em Matemática a gente decorava [...] Aprendi decorando. Sabia fazer certo, mas não sabia porquê. Quando ia ensinar, não tinha como ensinar certíssimo, porque a gente não sabia também* (Maria de Lourdes). E acrescenta que *tanto o curso de Educação Musical como o de Pedagogia me deram uma bagagem muito boa. Em Matemática, foi onde eu entendi o porquê, para que das coisas, sabe? O curso me despertou para a concretização de toda a teoria que eu tinha. Os porquês, entende? Aí a gente vê como podia ter sido bem mais fácil tanto para a nossa aprendizagem como para ensinar os alunos* (Maria de Lourdes). Embora essa

⁴ (MIGUEL; MIORIM, 2008, p. 156).

fala esteja vinculada à professora Maria de Lourdes, ela reflete a formação das demais entrevistadas. Algumas colaboradoras contam que como a formação que tiveram no Curso Normal era mais teórica, quando iam para a sala de aula tinham dificuldades com a prática. E uma forma de amenizar as lacunas nesse início de carreira era observar as demais professoras que atuavam na escola ou ainda lembrar-se das práticas de suas professoras. Era um modo de aprender o que e como fazer na sala de aula.

No geral, em alguns trechos das narrativas percebemos que a formação estava pautada não só na memorização, na disciplina e na autoridade do(a) professor(a), mas também havia um trabalho de experimentação, flexibilidade e aproximação na relação professor(a)-aluno(a). Todos esses movimentos (destoantes entre si) fizeram parte da formação e atuação das professoras. Ao longo de sua carreira como docente, cada professora a seu modo se apropriou de saberes advindos de diferentes espaços (escola, família, comunidade, universidade, curso de formação, etc.) e desenvolveu suas práticas de ensino em diversos contextos. No esforço das práticas pedagógicas cotidianas, elas foram produzindo e sendo produzidas por sua profissão e pelo o(a) outro(a) – seu(sua) aluno(a), seu(sua) colega de profissão e tantos(as) outros(as) que atravessaram suas vidas.

Em seus primeiros anos escolares, no final da década de 1940, Leila lembra que sua professora tinha um material riquíssimo. Nessa direção, Leila indica que *ela desenhava bem e tudo era feito com muito capricho, fazia quebra-cabeça, montando-o com alguma figura, daí recortava e nos dava, confeccionava coisas em que a gente se interessava bastante. Ela sabia como cativar o interesse dos alunos e motivá-los* (Leila). Já Hebe recorda que na sala de aula *tinha criação de bicho de seda para os estudos de Ciências e para dar condições aos meninos mais pobres de venderem os casulos e conseguirem arrecadar um dinheirinho, ela já encontrava alguma empresa para ficar com eles. Ela ensinava todo o processo, todos nós trabalhávamos, mas quanto ao dinheiro ela falava: “Vocês que têm devem dividir com os outros”*. Olha a mentalidade dessa professora (Hebe). Maria de Lourdes conta que, *nas aulas de Ciências fazia muita experimentação. Por exemplo, de pôr em um recipiente uma água colorida e colocar um pé de flor lá dentro, só a raiz, para mostrar que a planta se alimenta através da raiz. Na fotossíntese, lembro perfeitamente de colocar a folhinha no álcool, daí ela ficava esbranquiçada por sair toda a clorofila. Era tudo na base da experiência* (Maria de Lourdes). Maria da Conceição teve sua irmã como professora quando estudou na escola da zona rural e comenta sobre o modo como ela trabalhava: *Quando ia estudar as capitais, por exemplo, ela não pendurava o mapa, mas o colocava em cima de uma mesa grande, ali ia ensinando e todos os alunos ficavam olhando [...] Ela dava livros para ler e depois tínhamos que contar a história daquilo que foi lido* (Maria da Conceição).

Pelas práticas descritas acima, observamos que algumas das professoras das entrevistadas buscavam fazer com que os(as) estudantes se interessassem pelo conteúdo e, para atingir esse objetivo, usavam diferentes materiais, buscando também cativá-los(as). Algumas práticas eram voltadas à observação e à experimentação, permeadas por um deslocamento do “ouvir” para o “ver” e associando o “ver” ao “fazer”, exaltando-se o observar e o intuir no desenvolvimento do processo formativo do(a) aluno(a). Nos trabalhos manuais, por exemplo, havia a centralidade no(a) aluno(a) e nas suas construções, mas também se focava no desenvolvimento do senso de responsabilidade individual e no trabalho, como já comentamos em outro capítulo.

Durante o período em que atuou como professora, Leila esclarece que *as condições de trabalho eram bem rudimentares, não tínhamos quase nada. Primeiro que eu não podia gastar muito com material, porque não tinha dinheiro e a escola, naquela época, não oferecia muita condição. Hoje, ganha-se livro, há livros para os alunos, melhorou bem, mas antes a gente fabricava o material* (Leila). Uma das formas que buscava trabalhar era inspirada no trabalho de uma professora da qual gostava. Ela relata que *para fazer redação, usávamos gravuras [de revista que ganhava] para os alunos desenvolverem a imaginação e melhorarem o vocabulário. Fazia aquelas rodinhas e cada um falava algo sobre aquela gravura e daí uns escutavam os outros, iam ajudando os mais tímidos ou com menos imaginação. Em outro momento em que essa dinâmica acontecia, eles já estavam mais fluentes, com mais facilidade, mais argumentos. Eu aprendi isso com minha professora* (Leila). Quanto ao uso de outros tipos de materiais didáticos, presumimos que não se tratava simplesmente da escassez, mas da própria dificuldade em ter acesso a eles, por isso parecem recorrer a materiais que usavam elementos de fácil obtenção para sua construção e que, no geral, ou eram baratos ou encontrados de forma gratuita.

Algumas vezes, os próprios elementos da natureza serviam como material concreto para o ensino. Edna menciona que perto da escola havia muita argila, então ia caminhando com seus(suas) alunos(as) para buscar esse material, visto que naquela época não tinha massinha para modelar. Maria Auxiliadora conta que, em Ciências, fazia visitas a alguns lugares para os(as) alunos(as) explorarem algum assunto, *por exemplo, se estava estudando sobre a água, ia lá na caixa d'água com os meninos. Eu nunca fiquei parado. Eu ia atrás das coisas, pesquisava. [...] hoje em dia, é mais fácil encontrar as informações via internet, no meu tempo não tinha nada disso* (Maria Auxiliadora). O trabalho de Maria da Conceição também seguia esse caminho, em Ciências quando o assunto estudado era sobre os minerais, ela visitava o *museu de mineralogia na Escola de Minas [da UFOP]. O guia de lá explicava, porém você não podia tocar em nada. Eu conheço um senhor, Antônio Joaquim, que é dono de uma loja aqui e ele é professor, daí fui lá, conversei*

e ele comentou: “Leva os meninos na minha loja”. [...] E lá, eles puderam pegar em pedras (Maria da Conceição). As professoras, às vezes, recorriam a materiais e formas de ensinar que poderiam ser encontrados nas redondezas. Essa exploração fora da sala de aula é bastante citada por elas.

Outra característica era a realização de trabalhos que estivessem relacionados à comunidade. Leila comenta que seu objetivo com esse tipo de atividade era fazer uma ponte entre a escola e a comunidade. Nas narrativas há vários exemplos: fazer entrevista com um(a) vizinha(a) sobre determinada temática (a ideia era chamar atenção tanto dos(as) alunos(as) quanto da comunidade em relação a algum tema que precisava ser lembrado); atividades voltadas ao meio ambiente (com o objetivo de educar os(as) estudantes, os(as) quais poderiam conscientizar os membros da família e a comunidade acerca dos desgastes daquela localidade); atividades sobre preservação patrimonial (como forma não apenas de conscientização do bem patrimonial, mas também de conhecer o lugar onde se vivia e sua história), entre outros. No geral, apontam que esses trabalhos eram interessantes, pois esses(as) alunos(as) ao crescerem iam projetando essas visões desenvolvidas na escola no espaço em que viviam, podendo provocar algumas mudanças positivas naquela localidade.

Na sala de aula, buscavam criar projetos que levavam os(as) alunos(as) e a si mesmas não apenas a conhecerem, mas a se envolverem com os diferentes aspectos sociais, econômicos, históricos e humanos daquela localidade. Algumas docentes acabaram continuando esse tipo de trabalho quando se aposentaram, por meio de trabalho de extensão com a universidade ou por trabalhos voluntários.

No cotidiano escolar, as professoras se viam em situações em que alteravam o meio em que atuavam pela forma de ensinar e também eram alteradas por ele. Desenvolviam formas de levar o(a) aluno(a) a conhecer muito além de ler e escrever ou de outros elementos que os currículos prescreviam. Elas inseriam e privilegiavam aspectos da arte, cultura, literatura daquela localidade, algo trazido de sua formação como professoras. Algumas inspiravam-se nas professoras que tiveram, outras se reinventavam de acordo com aquilo que era possível em sua realidade. As práticas e as estratégias cotidianas nos mostram um modo de fazer dessas professoras em sua profissão.

7.2. O que essas narrativas nos movimentam a pensar sobre o ensino da Matemática?

Neste tópico, apresentamos algumas especificidades quanto ao trabalho com a Matemática. Nas textualizações, há alguns trechos em que as professoras destacam aspectos

sobre essa área do conhecimento, e isso se deu por meio de uma pergunta que fizemos a elas (ver roteiro – Apêndice) ou pelos próprios rumos que queriam imprimir em suas narrativas. Além disso, o fato de ter me apresentado como uma professora de Matemática pode ter sido uma brecha para falarem sobre isso. Portanto, pareceu-nos importante discutir essa temática para compreender as possíveis relações que as entrevistadas estabeleceram com a Matemática pela sua formação ou atuação, ainda que não tenhamos tantos elementos para uma abordagem mais ampla⁵.

Em termos do ensino de matemática, é necessário um cuidado de nossa parte ao fazer nossas interpretações a fim de não cairmos em um reducionismo, visto que as entrevistadas possuem uma formação diversa não apenas pela área, mas também pelos diferentes contextos em que viveram/vivem. Enquanto algumas ensinaram matemática no Ensino Primário, outras transitaram entre o Ensino Ginásial e Colegial do Ensino Secundário. Das nove professoras entrevistadas, três delas (Lenir, Maria da Consolação e Maria da Conceição) se formaram em Matemática e atuaram como professora na disciplina, Leila teve sua formação na área de Ciências, mas, durante sua carreira trabalhou com a Matemática. As demais não chegaram a ter formação específica em Matemática, mas pelo Curso Normal e, posteriormente, pela Pedagogia ou outros cursos, atuaram nas primeiras séries do Ensino Fundamental; logo, em seu ofício tiveram como incumbência ensinar matemática.

Para falar sobre as abordagens do ensino da matemática (e das demais disciplinas), poderíamos recorrer a diferentes possibilidades, como: legislação e decretos de governo, regulamentos e currículo das instituições, livros didáticos, cadernos escolares, referências bibliográficas ou ao(a) próprio(a) professor(a). Dentre essas possibilidades, escolhemos tecer nossas análises e compreensões pelas narrativas das professoras e pelas referências da área de História da Educação (Matemática) que tratam do assunto. Como a temática não fazia parte do objetivo principal desta pesquisa, não buscamos mais elementos por outros documentos, pois entendemos que demandaria o tempo de uma pesquisa voltada especificamente para tal assunto.

Em termos de seu processo formativo na Educação Básica, as professoras sinalizam que as aulas eram conduzidas mediante giz e exposição do conteúdo por parte do(a) professor(a). De forma unânime, comentam que o ensino de matemática estava pautado no ato de decorar e a aprendizagem de um determinado conteúdo era baseada em um exercício de repetição e memorização. Nesse contexto, citam a tabuada como um exemplo muito comum dessa prática

⁵ Na entrevista, há uma questão específica acerca da matemática. No entanto, as professoras não abordaram o assunto com profundidade, o que pode estar relacionado à própria área de formação e atuação a que essas professoras estiveram atreladas.

na escola primária em que estudaram. Assinalam a dificuldade em memorizá-la, sendo um “bicho de sete cabeças” que deveria ser dominado. Diante disso, apontam o rigor com que era levada a disciplina e os castigos a que eram submetidas, pois era necessário não apenas saber, mas também ser ágil nas respostas, ou seja, *se o professor falava: “3 x 5”. E você respondia: “o quê?” Você tinha que ficar depois da aula fazendo cópia, repetindo 100 vezes alguma coisa* (Lenir). *Na tabuada e nos cálculos mentais, você tinha que saber e responder rápido* (Maria da Conceição). Percebe-se que a falta de agilidade nas respostas era interpretada como uma possível dificuldade do(a) estudante, por isso, como forma de castigo e também para auxiliar na memorização, tendo em vista o exercício de repetição, o(a) aluno(a) deveria fazer cópias e se dedicar mais um tempo para decorar a tabuada. Maria de Lourdes justifica que a tabuada deveria ser decorada por não se ter a calculadora como recurso. Inclusive, Maria Auxiliadora critica o fato de que hoje alguns(umas) alunos(as) têm faculdade e não sabem tabuada.

Sobre os desafios da tabuada, essas narrativas podem se constituir como potentes registros para uma importante problematização acerca da cultura escolar. Em Silva (2020), nós nos aproximamos da fala de Adair Nacarato. Ao trabalhar com as narrativas na formação de professores(as), tem buscado romper com alguns elementos arraigados tão fortemente na educação como a questão da reprodução e da tendência tecnicista. Em sua entrevista, comenta que, a partir das histórias narradas por diferentes sujeitos, percebe que:

Tem coisas que aconteciam nas décadas de 1970, 1980, 1990 e que continuam acontecendo com a meninada agora nos anos de 2000, de 2010 [...] Essa maldita tabuada que eu gostaria de apagar e criar outro nome, você entendeu? Chamada oral e humilhação... Coisas que alunos de vinte anos vêm narrando para a gente que passou na escola. Como, gente? Com todas as reformas que tivemos, com todo o movimento e continua...⁶

O texto de Gomes (2014a), ao discutir sobre a tabuada, apresenta alguns trechos de narrativas autobiográficas produzidas por alunos(as) de um curso a distância⁷ a partir de memórias de autores brasileiros. Dentre essas memórias, chama-nos atenção um fragmento⁸ em que o autor sinalizava um aspecto negativo quanto à memorização da tabuada. Sua professora fazia uso da palmatória durante a recitação da tabuada e fazia com que os próprios alunos aplicassem nos colegas a punição diante do erro. As colaboradoras comentam não terem sofrido castigos físicos (como o uso da palmatória ou ficar ajoelhada), no entanto havia violências simbólicas, alguns instrumentos punitivos como as cópias, o ato de ficar de pé para responder

⁶ (Textualização de Adair Mendes Nacarato – SILVA, 2020, p. 82).

⁷ As narrativas foram elaboradas por alunos(as) em uma disciplina do curso de Licenciatura em Matemática a distância ofertado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ver o artigo de Gomes (2014a).

⁸ O trecho pertence à obra sobre as memórias de Humberto de Campos (1886-1934), publicada em 1951.

alguma pergunta ou para fazer leitura, resolução de algum problema no quadro para os(as) alunos(as) com dificuldades no conteúdo, entre outros. Esses eram atos considerados legítimos dentro da cultura escolar para o ensino e a aprendizagem.

A valorização do cálculo mental e do raciocínio também é outro ponto ressaltado. As operações eram todas feitas no cálculo mental. Era necessário decorar a tabuada para fazer as contas. Era aquela Matemática do passado, mas que gravava e ficava na mente da gente. Até hoje, resolvo minhas contas no cálculo mental. Dificilmente uso a calculadora (Edna). No entanto, percebe-se mais uma associação do cálculo mental a uma memorização mecânica e uma rápida execução do cálculo, do que propriamente o desenvolvimento de procedimentos adequados que auxiliassem na resolução de um problema.

Algumas docentes lembram-se das avaliações orais individuais que causavam medo e ansiedade, uma experiência, muitas vezes, marcada pelo nervosismo. Maria de Lourdes explica que além da prova escrita, tinha a prova oral, uma arguição que você ficava à frente de uma banca examinadora, eles sorteavam um ponto e, a partir disso, faziam algumas perguntas para você responder. E ali, você tinha que dar um jeito de responder (Maria de Lourdes)⁹. De acordo com Maria da Conceição, na 8ª série, havia uma parte sobre teoremas e, na prova oral, tínhamos que fazer a demonstração no quadro. A prova oral era muito mais pesada. Mas vencemos! Hoje, os alunos não sabem o que é teorema (Maria da Conceição). Esses relatos sobre a aprendizagem da tabuada e a rigidez das provas orais trazem à cena aspectos acerca das “relações de poder, refletidas em humilhações, punições e recompensas conferidas aos[às] estudantes”¹⁰. A tabuada e o cálculo mental faziam parte do cotidiano das aulas de Matemática, e o rigor estava associado ao castigo quando o(a) aluno(a) se equivocava. Usava-se de dispositivos punitivos como forma de demonstração do modelo a ser seguido.

Embora não fosse tão comum, dado que havia poucos instrumentos didáticos para auxiliar, algumas das professoras das entrevistadas utilizavam recursos pedagógicos como jogos, pequenas competições entre os(as) estudantes¹¹, materiais para contagem (como o ábaco), entre outros. Hebe sinaliza que a professora do Ensino Primário trabalhava com um Banco Imobiliário e com esse recurso os(as) alunos(as) podiam simular algumas situações como pedir qualquer quantia de empréstimo [...] para comprar um caderno ou merenda, mas tinha que pagar

⁹ Se não falasse bem direitinho ou gaguejasse, tirava nota baixa (Maria Gomes).

Ele fazia uma prova oral, mas não seguia a chamada. A cada aula, 3 ou 4 sofriam ali (Maria da Conceição).

¹⁰ (GOMES, 2014a, p. 837).

¹¹ As competições, embora fossem momentos mais divertidos, induziam a um cálculo rápido constituindo-se em momentos de treinamento para resolver cálculos de forma rápida e exata.

no mesmo dia, senão havia cobrança de juros. A educação econômica era a coisa mais linda do mundo (Hebe). Com isso, havia um certo princípio de utilidade para a vida.

No que diz respeito ao conteúdo e ao modo como era trabalhado em sala de aula, as professoras nos dão mais informações sobre as operações fundamentais. Embora não tenhamos muitos dados, percebemos que as práticas nas aulas de Matemática passavam pelo rigor, salpicadas por alguns momentos de maior flexibilidade e um trabalho de experimentação com os(as) alunos(as) por meio do uso de alguns materiais.

O ensino e a aprendizagem da matemática possuíam seus aspectos árduos, mas também prazerosos como nos momentos em que, por terem mais facilidade, as entrevistadas eram selecionadas para auxiliarem os(as) colegas que possuíam dificuldades ou ainda os momentos mais leves por meio de algumas práticas diferenciadas (como citadas acima). Percebemos que são circunstâncias que vão dos sacrifícios e dificuldades ao fascínio quanto ao ensinar e aprender.

Mas quais as características da atuação dessas professoras ao ensinarem matemática? Algumas comentam que, ao lecionar, lembravam-se das dificuldades e sofrimentos no processo de sua aprendizagem como estudantes e contam que, por isso, buscavam formas alternativas para ensinar matemática. Um desses exemplos refere-se mais uma vez à temida e famosa tabuada. A professora Leila menciona que não exigia de seus(suas) alunos(as) ter a tabuada decorada de um dia para o outro como suas professoras repetidamente cobravam, pois considerava que aquele(a) aluno(a) que não gostava da Matemática ficaria com mais raiva da disciplina. Ela conta que, em suas aulas, usava *jogos de pular de uma pedra a outra, de chegar a um lugar em que tinham que saber algumas operações, então já era um princípio de tabuada* (Leila). Outra professora ressalta que não hesitava em cobrar a tabuada na “ponta da língua”, mas lançava mão dos jogos para auxiliá-la nessa empreitada: *eu cobrava tabuada e muito. Era no jogo de baralho, sabe? Você punha cartas. Um jogava o 7 e outro jogava o 5: $7 \times 5 = 35$. Entendeu? E o outro tinha que falar rápido. Depois invertia, se saísse 25 qual a maneira que podia dar $25 = 5 \times 5$. Para ficar diferente. Se ficava uma coisa só toda vida, eles cansavam* (Maria da Consolação). Para elas, os jogos eram uma forma de prender a atenção dos(as) alunos(as), ou seja, ao usar esse recurso eles(as) aprendiam brincando e, com isso, interessavam-se mais pela matemática.

Ao longo da atuação como professoras, elas foram trazendo novas práticas ao seu repertório. Algumas se inspiraram em suas professoras e buscaram reproduzir aquelas práticas diferenciadas que consideraram uma experiência positiva durante sua formação; outras, a partir das frustrações escolares buscaram diferentes mecanismos para sua ação em sala de aula, procurando romper barreiras que elas próprias tiveram, conduzidas por um movimento voltado

mais para uma elaboração conceitual do que para procedimentos algorítmicos. Percebemos um movimento de ressignificação das práticas que observaram durante sua formação.

Quanto aos materiais utilizados, a professora Leila considera que, na Matemática, era mais fácil *por ter onde buscar algum recurso, recolhia tampinhas de garrafa, coisas para contar; no mais, ia usando a imaginação, a criatividade para fazer algo. Eu gostava muito de usar material concreto na Matemática. Até nas brincadeiras com as crianças no recreio, por exemplo, na amarelinha aproveitava para dar algum conceito de distância, das operações* (Leila). Para auxiliar no processo de contagem, usavam objetos como palito, tampinha, pedrinha, moedinha de papel. A professora Maria Auxiliadora sinaliza que chegou a confeccionar o Quadro Valor de Lugar (QVL)¹² *representando a unidade, dezena e centena. [...] Eu costurava na máquina para os meninos [...] e pedia para eles trazerem palito de fósforo, sabe? [...] Colocava lá na lousa o quadro valor de lugar e os meninos iam lá agrupar aquele montinho, passava para lá e para cá [...] Eu não tinha dificuldade para ensinar. Ensinao o “vai um”, o tomar emprestado, que a gente falava* (Maria Auxiliadora). Lenir comenta que, como havia escassez de material didático, tudo o que poderia utilizar para ensinar Matemática, ela usava. Elas acabavam recorrendo a coisas a que tinham mais fácil acesso, o que era possível de ser obtido no dia a dia sem custo financeiro ou a um custo mais baixo. Esses materiais concretos serviam de base às abstrações.

Outra forma de trabalho era lançar mão de recursos visuais, auditivos ou corporais para tornar os números algo mais palpável aos(as) alunos(as). A professora Maria de Lourdes assinala que, na Matemática, há possibilidade de tudo ser concretizado, mas isso, infelizmente, nem sempre é feito, ficando só na “decoreba”. Ela explica que, para ensinar multiplicação, ia com os(as) alunos(as) para o pátio da escola, lá pedia para *sentarem-se no chão [...] E, daí, para fazer 3×4 , por exemplo, eu falava: “Fulano, vai naquela porção de caneca. Você vai lá 3 vezes e quero que leve apenas 4 canecas daqui desse lugar até aquela mesa ali. Cada vez que você for, você vai levar 4 canecas”. As canecas estão ali, elas são concretas, os alunos estão vendo [...] Com esse movimento, o aluno percebia que a multiplicação é uma soma de viagens, entendeu?* (Maria de Lourdes). Por meio da movimentação os(as) alunos(as) iam operando com os números e usavam a estratégia de materialização de um conceito para que primeiro entendessem aquele processo e, em seguida, pensassem sobre a abstração. Sobre essa questão da materialização e da abstração, Hebe comenta como isso era feito: *a gente nunca chegava para dar uma fração ordinária sem*

¹² O Quadro Valor de Lugar (QVL) é um instrumento, geralmente, utilizado nos anos iniciais do Ensino Fundamental para o ensino e a aprendizagem do sistema de numeração decimal. Trata-se de um quadro posicional, que auxilia em alguns processos, como: contagem; introdução aos conceitos de unidade, dezena e centena; apresentação das primeiras ordens e classes do sistema de numeração decimal; formação dos números; operações matemáticas. É um material concreto utilizado há muitos anos, inclusive no período em que as professoras se formaram e atuaram, se estendendo até os dias atuais.

alguma coisa, levava um queijo, partia miudinho, até ficar em não sei quantos avos. E dividia. [...] após esse momento, registrávamos no papel, ou seja, depois disso ia representar (Hebe). Inclusive, ela critica os(as) professores(as) que pulam essa etapa da materialização, a qual, sob seu ponto de vista, dificulta o aprendizado dos(as) alunos(as) por não conseguirem abstrair.

Outras colaboradoras comentam que, no seio de sua família ou durante sua formação, foi possível estabelecer um vínculo estreito com a arte e, sob esse aspecto, a música era tida como uma boa aliada no ensino da Matemática. A professora Lenir comenta que explicava o conteúdo para os(as) alunos(as), depois ia para fora da sala de aula, separava-os em grupos e pedia para que produzissem uma paródia daquele conteúdo na linguagem deles. A música era uma forma de estabelecer algumas associações mais sugestivas que auxiliassem o(a) aluno(a) no entendimento do conteúdo trabalhado.

Para o ensino das figuras geométricas, buscavam trabalhar com a representação. A professora Maria da Consolação recorria aos canudinhos para montar as figuras geométricas e, no trabalho com a EJA, *montava e depois fazia exposição [...] na escola aos finais de semana [...] A matemática é cansativa para quem não gosta, não é? Ainda mais à noite, você tinha que torná-la prazerosa* (Maria da Consolação). Maria da Conceição conta que sua estratégia para ensinar Geometria foi criar uma personagem: *Eu tinha uma irmã gêmea e era ela quem dava aula de Geometria. Eu já tinha carro e, nesse dia, eu não ia de carro, pois eu era a Mary [...] Eles adoravam e ficavam me perguntando: “A Mary vai vir amanhã?” [...] Eles acreditavam na história de irmãs gêmeas, pois eu ia vestida completamente diferente [...] Deu vontade de fazer isso para que eles gostassem da Geometria. Eles ficavam malucos para o dia da Geometria* (Maria da Conceição). Percebe-se que sua ideia inicial era despertar a curiosidade e o interesse das crianças para a Geometria.

No geral, para o ensino da Geometria recorriam, por exemplo, a desenhos, a objetos materiais, a inserção de alguns conceitos e a articulação entre eles para desenvolver o raciocínio e o conhecimento geométrico do(a) aluno(a). Elas lançavam mão de recursos que ajudavam, principalmente, a representar de forma simbólica o objeto estudado, a motivar os(as) alunos(as) na exploração do conceito, a formar uma base para a abstração (algumas comentam sobre o movimento que parte de experiências concretas para a representação abstrata), além de propiciar uma manipulação por parte do(a) estudante.

Outro artifício era sair com os(as) alunos(as) da escola, ou seja, recorriam a atividades em contextos espaciais. Maria da Conceição comenta que para ensinar Geometria levava seus(suas) alunos(as) às obras, *lá os pedreiros explicavam tudo sobre a obra, sem saber que estavam explicando o conteúdo da aula. E os alunos tinham que saber a teoria. [...] Quando a gente estudava a trigonometria, íamos para a rua para poder medir a distância, a altura... Olha, Iara, eu não trabalhei*

do mesmo modo como eu aprendi, porque era muito decorado. Depois que eu comecei a ler e a participar de cursos, eu falei: “Gente, nós estamos trabalhando construtivismo sem saber, sem dar nome (Maria da Conceição). Outras professoras mencionam que incentivavam os(as) alunos(as) a observarem alguns objetos de seu dia a dia e as similaridades com a matemática, para isso simulavam um supermercado na sala de aula para que os(as) alunos(as) fossem comprando e fazendo as contas, levavam os(as) alunos(as) ao pátio para medir portas, janelas, para trabalhar área, perímetro, volume. Em seu trabalho, buscavam elementos que estivessem mais próximos das crianças, envolvendo o seu cotidiano, impulsionando-as a serem mais ativas em seu processo de aprendizagem, buscando valorizar a pesquisa e a descoberta. Com isso, em muitos momentos, o próprio espaço da escola era explorado para o trabalho com a matemática.

Para este momento da análise, escolhemos apenas alguns aspectos do ensino e da aprendizagem. Ao ler as narrativas, percebemos que alguns traços característicos, muitas vezes, vinculavam-se a um domínio mais afetivo, buscando estimular a criatividade e a imaginação de seus(suas) alunos(as) por meio de atividades em pequenos grupos (para que um(a) aluno(a) auxiliasse o(a) outro(a)), jogos (como forma de motivação e também treinamento), atividades experimentais (observação de fenômenos presentes no cotidiano), trabalho em contato com situações cotidianas, recursos visuais (propiciando um contato visual e tátil), entre outros. Além disso, algumas práticas iam além dos conceitos matemáticos, ensinando também o convívio, a colaboração com seu(sua) colega, o respeito mútuo, ou seja, havia o ensino de conceitos de comportamento social.

Para o ensino da matemática havia o uso de materiais didáticos concretos (geralmente, construído pelas próprias professoras e alunos(as)), ainda que não fosse de forma tão recorrente, e também havia a busca de aproximações com as práticas cotidianas dos(as) alunos(as). As professoras procuravam fazer trabalho experimental no sentido de um movimento de sair da sala para que o(a) aluno(a) tivesse algo mais palpável, ao observar e ter contato com a matemática usada no dia a dia. Podemos dizer que conduziam por um caminho de vivência do conteúdo. Ainda que em um momento ou outro houvesse um rigor, buscavam ter uma prática em que o foco recaía sobre o(a) aluno(a), estando em evidência o pensar no desenvolvimento daquele(a) aluno(a).

Ao tecer nossas discussões acerca das práticas escolares, percebemos que a longevidade e a permanência de algumas práticas que compõem a cultura escolar mostram-se “como

sobrevivências do passado no presente, resistentes a muitas tendências e propostas pedagógicas que atravessaram a educação escolar no Brasil”¹³.

O discurso e a postura das professoras flutuam entre a tradição (no sentido de uma permanência de determinados tipos de práticas) e as tentativas de inovação (entendida como uma mudança, uma reconfiguração ou uma ruptura em suas práticas da forma que estavam postas). Em determinadas ocasiões, prezavam os jogos, materiais ou contato com locais fora da escola que possibilitavam ao(a) aluno(a) explorar determinado conteúdo; em outras, comentavam, por exemplo, sobre a exigência quanto ao(a) aluno(a) decorar a tabuada. Ou ainda, observa-se um movimento de ter o(a) aluno(a) como centro do processo educativo, mas, ao mesmo tempo, também ter seu papel de autoridade como professora preservado em uma relação de poder mais verticalizada, ou seja, estabelecendo-se uma relação hierárquica entre professor(a) e aluno(a)¹⁴.

Destacamos que não estamos associando a esse movimento (entre tradição e inovação) uma qualificação de melhor ou pior, são práticas distintas entre si. Quando falamos sobre práticas de sala de aula, compreendemos que não há como afirmar ou lutar por uma perenidade, seja no sentido de sempre haver práticas permanentes ou uma mudança constante. Entendemos que, em alguns momentos, nós mantemos algumas práticas, em outros buscamos rompê-las para que em algum momento elas venham a se manter. Enfim, são empreitadas que os(as) professores(as) efetuam na busca de possibilidades que façam sentido na sala de aula.

No entanto, as estratégias repetidas por essas professoras se diferenciam daquelas de suas vivências nos bancos escolares. Compomos essa observação com Deleuze (1988), para quem a repetição não se deixa explicar pela forma de identidade (seja no conceito ou na representação), mas pela diferença, sendo esta caracteristicamente intransponível. Para ele, “repetição é comportar-se, mas em relação a algo único ou singular, algo que não tem semelhante ou equivalente. Como conduta externa, esta repetição talvez seja o eco de uma vibração mais secreta, de uma repetição interior e mais profunda no singular que a alma”¹⁵.

Para Deleuze a repetição não está relacionada à reprodução do mesmo e do semelhante, mas à produção da singularidade e do diferente. Para uma das professoras, memorizar a tabuada continuou sendo importante, porém já não seguia os mesmos moldes de ensino que ela teve, nem os castigos e, muito pelo contrário, reconfigurou essa prática inserindo a música como

¹³ (GOMES, 2014a, p. 837).

¹⁴ Para Foucault (1977), as relações de poder ocorrem em diferentes direções e em meio a uma multiplicidade de correlações de força.

¹⁵ (DELEUZE, 1988, p. 22).

estratégia. Outra professora sabia que, se exigisse de seus(suas) alunos(as) a tabuada decorada de um dia para o outro, implicaria repulsa pela matemática; então, para resolver isso, usava outro tipo de proposta, os jogos.

Em um primeiro momento, ainda que observemos uma aparente conduta que se repete da professora que coloca o foco no(a) aluno(a), que se preocupa com sua aprendizagem e, à primeira vista, aproxima-se daquela imagem maternal; em outro momento, a postura das professoras pode ser lida de forma diferente. Ao longo de suas narrativas, percebemos que vão se distanciando daquele papel da professora com características maternais que trabalhava a matemática, inclusive, em paralelo com o ato de prezar os bons costumes (geralmente associados ao rigor e aos castigos) e vão assumindo uma posição de investigadoras, estudiosas e batalhadoras, analisando os seus modos de aprendizagem e de seus(suas) estudantes, investindo em novos modos de se ensinar seja por meio de cursos em outras localidades ou mesmo observando os(as) colegas de trabalho, buscando e inventando outros recursos, direcionando o ensino e a aprendizagem a partir daquilo que já tinham uma certa proximidade como a música, a arte, a cultura, a história, aproveitam a posição de destaque (como professora, diretora, inspetora, entre outros) para transformar a localidade em que moravam.

As narrativas possibilitam construir significados de suas histórias. Em meio a esses processos entre a formação e a atuação como professoras, observamos que a vida de alunas e professoras vai se emaranhando, é um processo em que o “ser professor[a] obriga a opções constantes, que cruzam a nossa maneira de ser com a nossa maneira de ensinar, e que desvendam na nossa maneira de ensinar a nossa maneira de ser”¹⁶. Percebemos que, em alguns momentos, é necessário “voltar a esta ‘coisa’ que aconteceu e compreender aquilo que o imprevisível nos ensinou a respeito de nós mesmos, ou seja, aquilo que, então, nos tornamos”¹⁷.

A profissão docente movimenta-se não apenas com as práticas cotidianas da escola, mas também com outras experiências fora desse espaço que atravessam a vida do(a) professor(a). Esse processo de ir se tornando um(a) docente não se dá apenas na escola ou fora dela, em uma instituição formal de ensino ou fora dela, na sala de aula ou na rua, ou seja, não acontece de um modo ou de outro, restringindo-se a determinantes ou a determinados elementos, mas acontece tudo junto, de forma misturada. Por isso, nessa empreitada, interessamo-nos não só por um objeto em si, mas pelas operações que o sujeito poderá realizar, ou seja, pelas “maneiras diferentes de marcar socialmente o desvio operado num dado por uma prática”¹⁸. Nesse

¹⁶ (NÓVOA, 1995, p. 10).

¹⁷ (GIARD, 1998, p. 12).

¹⁸ (GIARD, 1998, p. 13).

processo, compreendemos que o que está materialmente à nossa volta nos altera, ao passo que o alteramos também em movimentos que se dão de forma emaranhada.

Nessa pesquisa, fomos apreciando esses entrecruzamentos de experiências e vozes, essas narrativas de momentos e lugares, esses fragmentos de vida cujas práticas cotidianas foram tecendo invenções ordinárias e esboçando as “artes de fazer” que, sem dúvida, compuseram uma “arte de viver”, termos engendrados por Certeau¹⁹. Nessa trama de vivências e conhecimentos são compostas “artes de fazer”, tecidas cotidianamente no entrelaçamento das diferentes redes que constituem e são constituídas por cada um.

Ao longo da carreira, essas professoras foram introduzindo e incorporando outras formas de organizar e pensar os espaços escolares (e sociais), foram produzindo outras “artes de fazer” que permitem conhecer o cotidiano do espaço escolar. Percebemos também um jogo de táticas de sobrevivência em que, para serem vistas como boas professoras, era necessário se desdobrarem em diferentes habilidades e trabalhos.

Segundo Certeau (1998), os sujeitos ao realizarem as ações nos fazeres cotidianos, mobilizam, de forma criativa ou inventiva, alguns repertórios que, muitas vezes, são constituídos a partir de sistemas impostos, com isso, aplicam “golpes” nas regras que normalizam suas condutas alterando os seus efeitos. Ao narrarem sua trajetória tomando seus lugares de pertencimento e marcados pelos contornos sociais, os sujeitos nos propiciam tecer uma narrativa para entender os contextos vividos, os conflitos e encontros com os pares e os diversos espaços de formação²⁰. Ao interrogar essas operações das professoras, buscamos compreender o que elas fabricam e suas maneiras de empregar, no sentido do uso que fazem daquilo que recebem ou daquilo que lhes é imposto. É um modo de conhecer como essas redes foram produzidas e como elas são produtoras.

Neste trabalho, conhecemos as invenções do/no cotidiano dessas professoras, invenções operadas em um jogo de estratégias e táticas em suas “maneiras de fazer”, no sentido enunciado por Certeau, estando permeadas por relações de poder. Certeau destaca o cotidiano como um campo de batalha, em que as táticas necessitam “encontrar modos inventivos de escape e confrontação em cada situação, rompendo não apenas com o caráter normativo da ação social cotidiana, como dando visibilidade às relações de poder que incidem de modo substancial na construção social da vida pública cotidiana”²¹. Essas invenções cotidianas tratam das diferentes “maneiras de fazer” pelas quais as professoras foram se apropriando do espaço e se ajustando

¹⁹ (CERTEAU, 1998; 2013).

²⁰ (CERTEAU, 1982).

²¹ (BARBOSA, 2018, p. 279).

ao longo de sua carreira; principalmente, referem-se às questões que lhes foram impostas, implicando a reorganização do cotidiano de suas práticas. Como mulheres em suas práticas cotidianas, diante de um contexto elas formularam táticas com vistas a sobreviver no cotidiano em que estratégias minam sua ação e visibilidade na sociedade. As táticas são formas de subversão e também de romper com mecanismos de controle e poder.

Nas “artes de fazer” cotidianas, os sujeitos – que somos e vamos nos tornando – se constituem e criam conhecimentos, relações e modos de existência.

7.3. Um tornando-se, um vir a ser...

“No tempo, vivemos e somos nossas relações sociais, produzimo-nos em nossa história. Falas, desejos, movimentos, formas perdidas na memória. No tempo nos constituímos, relembramos, repetimo-nos e nos transformamos, capitulamos e resistimos, mediados pelo outro, mediados pelas práticas e significados de nossa cultura. No tempo, vivemos o sofrimento e a desestabilização, as perdas, a alegria e a desilusão. Nesse modo contínuo, nesse jogo inquieto, está em constituição nosso ser [...]” (FONTANA, 2010, p. 182).

Eis que estamos nesta pesquisa buscando olhar para um processo múltiplo – *o tornar-se professoras* –, permeado pelas distintas relações estabelecidas por elas, retratando suas diferentes facetas. Dessa forma, podemos conceber a formação e a atuação das professoras

como uma rachadura, um fora, algo que se passa em espaços e tempos indeterminados, cujos início e continuidade podem ser desencadeados em pontos de ruptura ou ao longo de toda uma vida. Formar-se [ou ainda o tornar-se], portanto, não tem a ver com fixação nem com forma(ta)ção, mas com invenção, criação... (re)inventando-se, (re)criando-se, ao longo de toda uma trajetória profissional, de uma trajetória de vida [...] apesar de todo o esforço normativo para formar professores[as] em processos disciplinadores, conteúdos segmentados, níveis de ensino e instituições, há, na verdade, uma série de processos formativos que escapam a esses dispositivos, e que indicam, para nós, o que estamos chamando de formação de professores[as] em trajetória, permeada por processos de [...] invenções de si²².

O movimento de tornar-se docente não pode estar dissociado do modo como o próprio sujeito se constitui em sua potência, ou seja, “compreender os indivíduos como professores[as], não pode estar dissociado de compreendê-los[as] enquanto seres humanos em meio a outros seres humanos”²³ e acrescentamos aqui, em meio a outros seres vivos, ao espaço de que são parte. Ao longo da profissão, o(a) professor(a) está emaranhado(a) a distintos elementos e, ao reagir e agir neles/com eles, vai alterando este mundo. Logo, o tornar-se não tem como intuito estabelecer uma identidade fixa, pelo contrário, aqui o entendemos como um processo, uma

²² (ALENCAR, 2019, p. 307).

²³ (ROLKOUSKI, 2006, p. 221).

abertura, no qual se imbricam diferentes forças que atravessam e transbordam todo o movimento de constituição do sujeito.

Em seu livro, Ada Abraham afirma que “O[a] professor[a] é uma pessoa”, frase que intitula sua obra. Para ela, o(a) professor(a) deve ser visto(a) como “um sujeito a quem se presta seu valor e a dignidade de ser”²⁴. Com isso, a autora nos leva a observar a dimensão pessoal e relacional do papel do(a) professor(a), bem como a produzir significados ligados a ele. Tal designação considera o(a) professor(a) como um todo, em suas singularidades, diferenças e permanências. O(a) professor(a) é no/com o mundo em que estão atrelados linguagem, sentimentos, relações, encontros, etc. Esse sujeito não pode ser compreendido fora das relações sociais e materiais, uma vez que se constitui através dessas relações com outros seres e coisas em uma relação de alteridade²⁵. No contexto dos percursos profissionais de cada professor(a), não podemos ignorar o fato de que ele(a) se constitui nas/com multiplicidades, as quais se dão mediante diferentes espaços e relações intersubjetivas, sociais e materiais que se estabelecem.

O processo de *tornar-se o que se é* trata-se de uma constituição sem um caminho prévio, ou seja, “é um caminhar sem caminhos: não se pretende descrever ou construir um caminho seguro para se chegar à verdade [...]. O que [se] faz é, tão somente, descrever o caminho construído ao caminhar sem a pretensão de que ele se torne, para alguém, algum caminho a ser percorrido”²⁶. Tal noção, de *tornar-se o que se é*, está permeada por relações que produzem subjetividades e outros modos de existir, afirmando um fluxo em que se constitui um caminho no decorrer da caminhada. Portanto, a mudança no “foco temporal da narrativa da vida ou, de outro modo, que o converter-se naquilo que se é não pressupõe uma finalidade, não possui uma origem ou método, e não é o revelar de algo que já está ali: venho a ser o que sou sendo o que sou...”²⁷.

Tal movimento está imbricado no processo de construir formas de ser e estar na profissão, envolvendo um deslocamento do olhar, que busca enxergar a “luta” entre o que se é e o que se vem a ser, ou seja, dá-se em uma fluidez, assim “para ‘chegar a ser o que se é’ há que combater o que já se é”²⁸. O chegar a ser o que se é trata de uma travessia em que há “um sujeito que já não se concebe como uma substância dada, mas como forma a compor, como uma

²⁴ “comme un sujet à qui l’on rend sa valeur et la dignité de l’être” (ABRAHAM, 1984, p. 11).

²⁵ A alteridade pressupõe “o Outro como existente e reconhecido pelo ‘eu’ como Outro que não eu” (GERALDI, 2003, p. 42), ou seja, implica o encontro com esse Outro. A alteridade está dentro do sujeito e se presentifica desde o momento que tomamos consciência de nós mesmos.

²⁶ (CLARETO, 2007, p. 51-52).

²⁷ (FERNANDES, 2014, p. 41).

²⁸ (LARROSA, 2005, p. 61).

permanente transformação de si, como o que está sempre por vir”²⁹. É tecido nesse jogo de eterno retorno, em que há sempre um outro que habita no eu e a compreensão do sujeito em suas multiplicidades.

Podemos dizer de um movimento de construção de multiplicidades, que se dá ao longo das ausências e da sutura entre aquilo que nos interpela, nos impele e aquilo que produz subjetividades e nos constrói como sujeitos. Todo esse movimento, dado em um espaço e tempo, compreende uma “complexa rede de variáveis, algumas apreensíveis por construtos teóricos, pelo discurso científico, outras circunstanciais, fluidas”³⁰. Ou seja, ele se dá não tanto com o ‘quem nós somos’ ou ‘de onde nós viemos’, mas se relaciona mais com as questões “‘quem nós podemos nos tornar’, ‘como nós temos sido representados’ e ‘como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios’. [...] não o assim chamado ‘retorno às raízes’, mas uma negociação com nossas ‘rotas’”³¹.

Portanto, o movimento de problematizar sobre o processo formativo das professoras, observando os distintos atravessamentos, possibilitou-nos, dentre outras coisas, compreender as múltiplas histórias de cada professora, inserindo-nos em distintos contextos (social, histórico, cultural, político, institucional, material, entre outros) que nos remeteram a significados atribuídos por cada professora.

Tornar-se professora, mais do que uma condição, foi também o processo pelo qual nos inserimos, de um modo específico, como mulheres e trabalhadoras, na corrente das relações de trabalho e das práticas educativas de nosso grupo social, relações e práticas que se formaram sem nós e diante das quais não fomos, de início, senão um objeto como os outros³².

Essas narrativas não são meros relatos de acontecimentos, mas evidenciam uma versão histórica³³, apresentando suas interpretações e nos permitindo olhar para modos como as trajetórias foram se realizando ao longo de sua jornada.

²⁹ (LARROSA, 2005, p. 67).

³⁰ (ROLKOUSKI, 2006, p. 268).

³¹ (HALL, 2000, p. 109).

³² (FONTANA, 2010, p. 125).

³³ Entendemos que não há uma versão pronta e acabada dos acontecimentos e sim, versões que “nos permitem navegar por um cenário em que múltiplas racionalidades se cruzam” (GARNICA; VIANNA, 2019, p. 2 – tradução livre).

8. ENTRE AVENTURAS DE ENCERRAMENTO E POSSIBILIDADES DE ABERTURA



*Se me contemplo,
tantas me vejo,
que não entendo
quem sou, no tempo
do pensamento.
(...)
Múltipla, venço
este tormento
do mundo eterno
que em mim carrego:
e, una, contemplo
o jogo inquieto
em que padeço.
E recupero
o meu alento
e assim vou sendo
(...) (MEIRELES, 1983, p. 456-459).*

É chegado o momento da partida. E a verdade é que não sei muito bem por quais caminhos seguirei daqui em diante, mas entendo que aqueles trilhados até aqui me constituíram de tal forma que “acho que já me transformei várias vezes desde então”¹. Mais do que isso, eles possibilitaram me movimentar em outros espaços, abrir-me a outros diálogos e ser tomada por diferentes atravessamentos.

Durante a pesquisa, vamos nos perdendo e nos reencontrando em meio às nossas inquietações, traçamos novas problematizações e construímos significados inéditos a essas tantas experiências. A investigação foi um estar disposta a fazer um caminho sob distintas texturas. Uma forma de realizar movimentos traçados pela incerteza e, nessa lógica, é algo difícil, pois estamos e fomos acostumados(as) a tentar trilhar territórios que marcam e delimitam “uma” ou “a” certeza. Porém, o pesquisar foi me convidando a ampliar as fronteiras, uma circunstância difícil e duvidosa, porque rompê-las é se envolver em um processo de transformações que envolvem incertezas. Em seus escritos “Notas para uma política da localização”, Adrienne Rich ajudou-me a descrever como foi a constituição da escrita desta tese:

Começar a escrever, depois levantar-se. Parar por causa de uma abelha enorme que, fora da estação, aparece de repente dentro desta casa, esvoaçando, tropeçando, aturdida por bater contra janelas e umbrais. Tal como eu, a abelha procura o que lhe faz falta e, como eu, ficou presa num lugar onde a sua vida não se pode cumprir. Poderia abrir o frasco de mel no balcão da cozinha e talvez a abelha levasse mel do frasco; porém, o seu processo de vida, o seu trabalho, o seu modo de ser, não seriam cumpridos dentro desta casa.

¹ (CARROLL, 2011, n.p. – *on-line*).

Tal como a abelha, também eu tenho vindo a bater contra a janela de vidro, caindo meio aturdida, erguendo-me com esforço e, a rastejar, levanto voo de novo, em busca de algo².

Acredito que o ato de pesquisar se configura por esse movimento caótico, com (des)encontros que pedem passagem na tentativa de traçar alguns horizontes possíveis. É também um lugar de vulnerabilidade, uma vez que ali nosso eu é aberto, nossas feridas são expostas no intenso processo de deixar-se lapidar. Além do mais, percebemos o quão frágeis nós somos, mas também o quão forte podemos ser.

Em nosso percurso investigativo, buscamos elaborar compreensões sobre o processo do tornar-se professoras na região de Ouro Preto – MG, a partir de nove narrativas construídas como fontes historiográficas intencionais, segundo os pressupostos da História Oral que praticamos no Ghoem, juntamente a outros referenciais teóricos. Tais narrativas nos possibilitaram/possibilitam múltiplas interpretações e inserem-se em um movimento que tem como domínio a subjetividade, por isso se caracterizam pela abertura e não pelo fechamento em determinados discursos.

Esse movimento de produzir narrativas sob o viés metodológico da História Oral, expressando aquilo que é possível, significou produzir sentidos sobre a formação e a atuação de professores(as), sobre a história das mulheres e sobre um cenário específico (a região de Ouro Preto), conscientes também de que nossas compreensões não refletem uma narrativa histórica única e restrita dessa localidade. Nem mesmo algumas características são específicas da região, tendo em vista que podem dizer de outros espaços e tempos. Na verdade, as narrativas lembraram-nos de que estamos contando uma história em construção, com uma luta em curso. Narrativas que nos permitem compreender os diferentes cenários do campo educacional brasileiro e, por conseguinte, contribuir para a produção de conhecimento histórico.

As compreensões registradas nesta tese também não são um fim em si mesmas, visto que se trata de um percurso, de um atravessamento, dentre tantos possíveis, que nos proporcionam novas aberturas. Afinal, muitos outros olhares poderiam/poderão surgir, pois

Há sempre algo a mais a se dizer sobre qualquer história, já que, segundo compreendemos, nenhuma é completa em todos os detalhes ou pontos de vista. Dessa maneira, uma narrativa como as elaboradas em nossos relatórios finais de pesquisa não tem início nem fim – é resultado de um mundo de experiências e interpretações (interpretações experienciadas e experiências interpretadas) – mas, posto que se inscreve como um esforço humano, ela se apresenta como tendo um início, e num determinado momento é interrompida, como que morrendo em moratória (pois há sempre outras narrativas sendo elaboradas)³.

² (RICH, 2002, p. 16).

³ (CURY, 2014, p. 192).

Nessa aventura de narrar-se, as docentes ensinaram-nos não só com suas histórias com os tensos, intensos e sofridos percursos de (re)invenção da docência no cotidiano da sala de aula, mas também trouxeram, com suas reflexões, algumas verdades (históricas, sociais, geográficas, políticas...). Estas traçaram contextos e entrecruzamentos que, ao chegar e se interiorizar em nós, provocam, desestabilizam, ferem e curam. Ademais, por meio das narrativas delas, percebemos: os movimentos para a formação e atuação, as diferentes práticas das quais suas educadoras ou elas lançavam mão, o modo como vão entendendo o ser docente. Ao fim e ao cabo, o registro das vidas e vivências dos(as) professores(as), “de suas maneiras de ser e ensinar, situa-se neste campo movediço em que se cruzam os modos de ser indivíduo e o mundo social, as instituições e os diferentes atores, grupos e conflitos sociais que fazem parte de suas trajetórias”⁴.

Ao longo de alguns anos em nossa história recente, as mulheres estiveram apartadas do contexto educacional, um cenário que foi se modificando (e se fortalecendo) com o nascer do século XX. Em nossa pesquisa, acompanhamos alguns contornos de tal mudança dentro e fora do campo institucional educacional, via nove professoras que, em meio a limitações e possibilidades (particulares), adentraram e ocuparam o espaço escolar.

Se no cenário do Ensino Primário havia poucas instituições públicas que possibilitavam os estudos; no que diz respeito ao Ensino Secundário, temos um panorama ainda mais delicado. A situação tornava-se mais crítica à medida que os níveis de estudos avançavam. Apenas as cidades de Itabirito, Mariana e Ouro Preto possuíam instituições de Ensino Ginásial, a oferta era bastante tímida e a demanda era atendida, principalmente, pelos colégios particulares vinculados à Igreja Católica. No geral, as escolas públicas ofertavam aulas no período noturno. Quanto à possibilidade de um curso para formar professores(as), havia apenas o Colégio Providência, instituição particular católica que ofertava o Curso Normal.

A região de Ouro Preto não contava com instituições de formação de docentes, em nível de licenciatura, até o final da década de 1960. Isso ocorreu em 1969 com a extensão de cursos da UCMG na cidade de Mariana, os quais, posteriormente, foram incorporados à UFOP. Aliás, algumas professoras não realizaram a formação docente na cidade de Mariana, mas em outros locais por intermédio da UCMG, ou seja, o processo formativo acabava ocorrendo em instituições de ensino superior católicas.

Observamos que, na região, acabou se delineando um projeto de desenvolvimento educacional no qual as instituições vinculadas à Igreja Católica se sobressaíam no atendimento

⁴ (FONTANA, 2010, p. 35).

das demandas locais, o que pode ter sido consequência da falta do poder público. Esse cenário nos faz pensar também que, embora houvesse no país uma Constituição que manifestava a separação entre Estado e Igreja, algumas ações, no âmbito educacional, não estavam alinhadas às normas legislativas acerca de um Estado laico, conforme vimos acima. Salienta-se a presença da Arquidiocese de Mariana na região, o que poderia trazer um impacto ainda mais forte quanto à presença marcante da Igreja Católica no âmbito educacional, bem como no que se refere aos traços da religiosidade popular. Em nosso estudo, não nos debruçamos de forma mais profunda nas instituições, ponto que pode ser uma abertura para futuras investigações no campo da história das instituições educacionais.

No decorrer da formação, não apenas no âmbito do espaço escolar, essas mulheres estiveram emaranhadas em um processo de produção de um rosto, o rosto da professora, e, com ele, a fabricação de corpos (dóceis) femininos de professoras. Esse tipo de operação, a nosso ver, acaba estabelecendo alguns contrastes como: exercer profissões que se voltam ao cuidado do outro; zelar pelos valores morais, éticos e religiosos; praticar atividades que cultivem o instinto maternal, em especial, voltadas às suas funções precípuas de esposa, mãe e dona de casa. São, pois, elementos que definem e enquadram um determinado perfil a ser reproduzido.

A escolha por ser professora decorreu basicamente de dois fatores: a única possibilidade de continuar os estudos era por meio do Curso Normal, até havia cursos como a Datilografia ou a Contabilidade, entretanto, não havia garantia de acesso tão fácil ao mercado por serem trabalhos ou ambientes tidos como mais masculinos. Ademais, a demanda por docentes possibilitava a entrada imediata no mercado de trabalho, logo, para as famílias de origem mais humilde era uma via mais interessante. Interpretamos que os dois fatores mencionados se articulam em certa medida e, assim, ser professora não passava pela escolha por ser a única opção para as mulheres, seja para continuar os estudos, seja para trabalhar fora de casa.

Além disso, a possibilidade de serem professoras também está vinculada às mulheres que trabalhavam como empregadas domésticas e que, às vezes, não haviam frequentado o sistema formal de formação escolar. Diante disso, é importante destacar que as colaboradoras (por terem conseguido dar continuidade à formação, terem sido professoras e terem alcançado algumas posições de lideranças), infelizmente, são um desvio daquilo que estava posto, isto é, são casos de exceção. No entanto, é mister reconhecer que essas mulheres professoras fazem parte de um processo de produção de um novo feminino na sociedade, o qual vem abrir alas para a ocupação de lugares outros por parte de mulheres outras (as empregadas, por exemplo).

No íterim da carreira docente, observamos que a atuação dessas professoras ora se aproximava, ora se afastava dos processos formativos vivenciados por elas. Nesse movimento, há diferentes nuances: em alguns momentos, aproximavam-se ao se inspirarem em atividades ou posturas de suas professoras; em outros, modificavam certas condutas que haviam representado uma experiência negativa. Essas narrativas, enquanto registros da ação, possibilitaram/possibilitam-nos compreender

algumas das crenças segundo as quais as pessoas agem. Permitem compreender que não há manutenção eterna nem alteração frequente: mostram que mantemos hábitos no esforço de rompê-los, que afirmamos querer romper hábitos para que possamos mantê-los. Ao fim e ao cabo, mostram que vivemos num mundo no qual esses discursos têm lugar e, de um modo ou outro, fazem sentido⁵.

Para além e aquém de um procedimento ou postura seja pela via da manutenção, seja pela da alteração, caracterizando-se por uma tendência mais tecnicista, mais construtivista ou de outros tipos de práticas, há arranjos, no contexto da sala de aula, que provocam uma rachadura, extrapolam questões normativas e podem ser entendidos pela via da diferença ou de uma aparente repetição. Esta “exprime, ao mesmo tempo, uma singularidade contra o geral, uma universalidade contra o particular, um relevante contra o ordinário, uma instantaneidade contra a variação, uma eternidade contra a permanência. Sob todos os aspectos, a repetição é a transgressão”⁶. Sendo assim, a repetição não diz de uma identidade sedimentada que “passou adiante”, pois seus discursos e práticas se desdobram nos lugares que ocupam e estão emaranhados em seus processos de subjetividade. Posteriormente, um aprofundamento, em relação a essa questão, poderia ser feito com base nos conceitos de diferença e repetição engendrados por Deleuze.

Cabe pontuar ainda que, neste trabalho, apresentamos aquilo que nos atravessou, a partir das narrativas das professoras, e essas abordagens podem ser ampliadas e/ou totalmente alteradas pelo(a) leitor(a), que pode ter uma leitura diferente da proposta por nós, disparando novas problematizações. Esse movimento demandou fazer algumas escolhas (nem certas ou erradas, nem melhores ou piores, mas subjetivas), uma vez que a presente pesquisa não comporta tudo o que queremos dizer, não apenas pela extensão que poderia demandar e complexidade dos dados produzidos, mas também por não ser um material que está ali para ser esgotado. Pelo contrário, como já comentamos, a tese dá vazão a vários caminhos, e alguns deles já registramos acima, outros anunciamos abaixo. Poderíamos apresentar outras possibilidades, todavia nos restringimos apenas a esses pontos.

⁵ (GARNICA, 2012, p. 339).

⁶ (DELEUZE, 1988, p. 23).

Ao longo das histórias das professoras, existe uma narrativa constituída sob três temporalidades (passado, presente e futuro), em que há uma polarização entre o “velho” e o “novo”, entre o “antes” e o “agora”. No geral, existe um choque entre o passado (“velho”), como algo a se manter por suas qualidades e o presente (configurado pelo “novo”) que busca irromper. Um encontro e confronto geracional, um embate dualista entre o “bom” e o “ruim”, o “mais difícil” (que, por ter sido mais sofrido, com vários sacrifícios, é tido como mais valioso) e o “mais fácil” (que, por ser visto como algo sem “muitos sacrifícios”, é entendido como “mais cômodo” e, portanto, não é tão valorizado). Quando as colaboradoras fazem esse movimento de idas e vindas no tempo, no geral, remetem à degradação do ensino sempre atrelada à precária formação do(a) professor(a), a falta de interesse do(a) aluno(a), a falta de apoio por parte da família, ao respeito e ao *status* perdidos na profissão. E disso podemos questionar: será que as ações implementadas no espaço educacional, mediante políticas públicas, tanto na formação docente, quanto na educação escolar, não reverberaram em melhorias para o contexto educacional? “Cada geração tem [...] a memória de acontecimentos que permanecem como pontos de demarcação em sua história”⁷ e, nessas narrativas, está registrada uma leitura de mundo possível. Como operar com tais lembranças, com essa leitura social do passado, de forma a matizar os posicionamentos e não apenas demarcar uma posição dualista?

Por fim, esta tese está povoada de afetos, subjetividades e vozes que me acompanharam. No contato com os pares (grupo de pesquisa, disciplinas, leituras, docentes, colegas de profissão, entre tantos outros), pude atravessar a empreitada aprendendo novos conceitos e ressignificando outros. As vozes das professoras colaboradoras, por meio das narrativas, foram companhias nos momentos “solitários”. Os diferentes desdobramentos e atravessamentos na produção deste estudo me transformaram como professora de Matemática. Esta tese foi tecida em meio às “artes do viver” nas quais “alguém criou uma história” e “uma história criou alguém”⁸, um processo que foi me constituindo, transformando-me a cada etapa e que continuará a reverberar em outras vivências.

Ao longo dos últimos quatro anos, em uma aventura cheia de obstáculos, encontros, retornos, inquietações e alegrias, esta pesquisa foi sendo arquitetada e hoje chegamos a essa produção (inacabada) dentro daquilo que foi possível. E isso, de certa forma, nos assusta, pois “escrever muda a relação com o tempo, porque o escrito pode ser relido. A escritura instaura, assim, uma relação com a duração, independente das estações e dos dias que, imemorialmente,

⁷ (BOSI, 1994, p. 418).

⁸ (ESTÉS, 2018, p. 517).

serviram de referência para o cotidiano”⁹. Mas, ao mesmo tempo, nos conforta, por saber que não estamos dando um “fim à história”, afinal, há uma história a continuar, por isso invocamos um desejo.

O desejo de que “as histórias lhes aconteçam, que vocês as elaborem, que as reguem com seu sangue, suas lágrimas e seu riso até que elas floresçam, até que você esteja em flor. Então, você será capaz de ver bálsamos que elas criam, bem como onde e quando aplicá-los. É essa a missão”¹⁰. O desejo de que uma tese (na qual estão impressas diferentes histórias) sofra uma ação de polinização, para que seja levada/espalhada em outros lugares e se (nos) transforme.

⁹ (CHARTIER; HÉBRARD, 1998, p. 42-43).

¹⁰ (ESTÉS, 2018, p. 517).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



ABRAHAM, A. **L'Enseignant est une personne**. Paris: ESF, 1984.

AKSENEN, E. Z. **Os Exames de Admissão ao Ginásio, seu significado e função na educação paranaense**: análise dos conteúdos matemáticos (1930-1971). 2013. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2013.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. **Fronteiras**, Dourados, v. 10, n. 17, p. 55-67, jan./jun. 2008.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. **A invenção do nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. **História**: A arte de inventar o passado. Ensaio de teoria da história. Curitiba: Editora Appris, 2019.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. (MAIS)CULINOS: outras possibilidades de corpos e gêneros para as carnes sexuadas pela presença de um pênis. **Outros Tempos**, v. 17, n. 29, p. 260 – 281, 2020.

ALEKSIÉVITCH, S. **A guerra não tem rosto de mulher**. Tradução Cecília Rosas. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

ALENCAR, A. C. **Vozes do Cariri**: monólogos e diálogos sobre a história da formação de professores de Matemática no interior do Ceará. 2019. 347 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2019.

ALMEIDA, D. B. A educação rural como processo civilizador. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil – Século XX**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 278-295.

ALMEIDA, G. B. de. O Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte na construção da nação: debates políticos e propostas educacionais. In: HAMDAN, J. C.; FONSECA, M. V.; CARVALHO, R. A. de (Orgs.). **Entre o seminário e o grupo escolar**: a história da educação em Mariana – MG (XVIII-XX). Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013, p. 13-31.

ALMEIDA, J. S. de. **Mulher e educação**: a paixão pelo possível. São Paulo: UNESP, 1998.

ARDUINI, G. R. A Igreja Católica e suas instituições de Ensino Superior. **Pro-posições**, Campinas, v. 28, n. 3, set./dez. 2017.

ARRUDA, G. Cidades e sertões: o historiador entre a história e a memória. **Proj. História**, São Paulo, v. 19, nov. 1999.

ASSIS, R. M. de; CAMPOS, R. H. de F. O projeto educativo de D. Antonio Ferreira Viçoso na cidade de Mariana (1844-1875). In: LOPES, A. A. B de M. et al. (Orgs.). **História da Educação em Minas Gerais**. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002. p. 197-204.

AZEVEDO, D. P. de. **Uma análise de livros didáticos de Matemática da coleção “EJA – Mundo do Trabalho”**. 2017. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação para a Ciência) – Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, 2017.

BARALDI, I. M. **Retraços da Educação Matemática na região de Bauru (SP):** uma história em construção. 2003. 240 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2003.

BARBOSA, V. L. E. **De Arraial do Bichinho a Vitoriano Veloso:** A confecção artesanal das narrativas identitárias de um povoado nas Minas Gerais do Brasil. 2018. 433 f. Tese (Doutorado em Estudos Contemporâneos) – Instituto de Investigação Interdisciplinar, Universidade de Coimbra, Portugal, 2018.

BARBOZA, F. **Marianense x Guarany:** Histórias de rivalidade além das quatro linhas. 2014. 91 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) – Universidade Federal de Ouro Preto. 2014.

BARROSO, E. P.; LONGO, C. A. Ditadura civil-militar e relações de gênero: uma análise das experiências de mulheres na guerrilha urbana no eixo Brasília-Goiânia. In: ROVAI, M. G. de O (Org.). **História Oral e história das mulheres:** rompendo silenciamentos. São Paulo: Letra e Voz, 2017, p. 57-75.

BELTRÃO, K. I.; ALVES, J. E. D. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 136, p. 125-156, jan./abr. 2009.

BENJAMIN, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política:** ensaios sobre literatura e história da cultura. 3. ed. v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 197-221.

BOLÍVAR, A.; DOMINGO, J.; FERNÁNDEZ, M. **La investigación biográfico-narrativa en educación.** Madrid: La Muralla, 2001.

BORIN, L. C. **História do ensino religioso no Brasil.** 1. ed. Santa Maria: UFSM, NTE, 2018.

BORTONI-RICARDO, S. M.; FREITAS, V. A. de L. Revisitando O Livro da Lili: uma cartilha eficiente que combinava métodos de alfabetização. **Polyphonia**, v. 21, n. 2, jul./dez. 2010.

BOSI, E. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina.** Tradução Maria Helena Kühner. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827.** Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Rio de Janeiro, 1827. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM..-15-10-1827.htm. Acesso em: 10 fev. 2020.

BRASIL. **Decreto n. 7.247 de 19 de abril de 1879.** Reforma o ensino primario e secundario no municipio da Côrte e o superior em todo o Imperio. Rio de Janeiro, 1879. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>. Acesso em: 20 de outubro de 2020.

BRASIL. **Decreto n. 19.941 de 30 de abril de 1931.** Dispõe sobre a instrução religiosa nos cursos primário, secundário e normal. 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19941-30-abril-1931-518529-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 05 jan. 2021.

BRASIL. **Constituição (1934)**. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil: promulgada em 16 de julho de 1934. Brasil, 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 05 jan. 2021.

BRASIL. **Constituição (1937)**. Constituição dos Estados Unidos do Brasil: promulgada em 10 de novembro de 1937. Brasil, 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 05 jan. 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 6.141 de 28 de dezembro de 1943**. Lei Orgânica do Ensino Comercial. Rio de Janeiro, 1943. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6141-28-dezembro-1943-416183-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 09 out. 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 8.457, de 26 de dezembro de 1945**. Dá nova redação ao art. 5º do Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Rio de Janeiro, 1945. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8457-26-dezembro-1945-416374-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 jan. 2021.

BRASIL. **Constituição (1946)**. Constituição dos Estados Unidos do Brasil: promulgada em 18 de setembro de 1946. Brasil, 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm. Acesso em: 05 jan. 2021.

BRASIL. **Lei n. 4.024 de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 30 nov. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 869 de 12 de setembro de 1969**. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Brasília, 1969. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 08 out. 2018.

BRASIL. **Lei n. 5.692 de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 10 out 2019.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 ago. 2019.

BRASIL. **Lei n. 8.663 de 14 de junho de 1993**. Revoga o Decreto-Lei nº 869, de 12 de dezembro de 1969, e dá outras providências. Brasília, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1989_1994/L8663.htm. Acesso em: 08 out. 2018.

BRASIL. **Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 05 jan. 2021.

BRASIL. **Lei n. 9.475 de 22 de julho de 1997**. Dá nova redação ao art. 33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9475.htm#art1. Acesso em: 05 jan. 2021.

BRASIL. **Decreto n. 7.107 de 11 de fevereiro de 2010**. Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Santa Sé relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil,

firmado na Cidade do Vaticano. Brasília, 2010. Disponíveis em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7107.htm. Acesso em: 05 jan. 2021.

BRUM, E. **A vida que ninguém vê**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2006.

BRUNER, J. **Fabricando histórias**: direito, literatura, vida. São Paulo: Letra e Voz, 2014.

BRUSCHINI, C.; AMADO, T. Estudos sobre mulher e educação: algumas questões sobre o magistério. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 64, p. 4-13, fev. 1988.

CALVINO, I. **O cavaleiro inexistente**. Tradução de Nelson Moulin. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

CARROL, L. **Alice no País das Maravilhas**. Tradução de Maria Filomena Duarte. Portugal: Casa das Letras, 2011 (*Ebook*).

CARVAS, G. M. A. **A Educação Salesiana na cidade de Ponte Nova** – Minas Gerais e a formação de professoras na Primeira República. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2015.

CASTRO, E. L. de S. **História e Estórias de Nossa Terra**. Acaiaca, 2014.

CERTEAU, M. de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes. 1998.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: morar, cozinhar. v. 2. Petrópolis, RJ: Vozes. 2013.

CHAMON, C. S. O cenário da festa: Festa Cívica em Minas Gerais no século XIX. **Varia Historia**, Belo Horizonte, n. 19, p. 183-204, nov. 1998.

CHARTIER, A. M.; HÉBRARD, J. A invenção do Cotidiano: uma leitura, usos. Tradução de Mariza Romero. **Proj. História**, São Paulo, v. 17, p. 29-44, nov. 1998.

CHIMAMANDA, N. A. **Sejam todos feministas**. Tradução Christina Baum. São Paulo: Companhia das Letras. 2014.

CLARETO, S. M. Espaço escolar e o tornar se o que se é: educabilidades e a constituição de outros modos de existir a partir do pensamento de Nietzsche. In: LOPES, J. J. M.; CLARETO, S. M (Orgs.). **Espaço e educação**: travessias e atravessamentos. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2007, p. 43-56.

CNJ – **Conselho Nacional de Justiça. Pedido de Providências** – Exercício da Função de Juiz de Paz. 2008. Disponível em:
<http://www.cnj.jus.br/InfojurisI2/downloadDocumento.seam;jsessionid=7D40691DC60CA0F1868EDCFD6EB053B8?fileName=0000011-78.2008.2.00.0000&numProcesso=0000011-78.2008.2.00.0000&numSessao=65&idJurisprudencia=43932&decisao=false>. Acesso em: 23 out. 2019.

CURY, F. G. **Uma História da Formação de Professores de Matemática e das Instituições Formadoras no Estado do Tocantins**. 2011. 255 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2011.

CURY, F. G. Histórias da Formação de Professores, em Goiás e no Tocantins, em duas pesquisas empreendidas pelo Ghoem. In: GARNICA, A. V. M. (Org.). **Cartografias contemporâneas: mapeando a formação de professores de matemática no Brasil**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2014, p. 179-193.

DALLABRIDA, N. Das escolas paroquiais às PUCs: república, recatolização e escolarização. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (Orgs). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 77-86.

DANTAS, D. C. **O Ensino Religioso na rede pública estadual de Belo Horizonte – MG: história, modelos e percepções de professores sobre formação e docência**. 2002. 207 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

DAVES, A. P.; ANDRADE, F. A. de A. Subsídios para a história da instrução na capitania de Minas Gerais – a comarca do Rio das Velhas (1716-1755). In: LOPES, A. A. B de M. *et al.* (Orgs.). **História da Educação em Minas Gerais**. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002. p. 69-82.

DELEUZE, G. **Diferença e repetição**. Tradução Luiz Orlandi e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1988.

DEMARTINI, Z. de B. F.; ANTUNES, F. F. Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 86, p. 5-14, ago. 1993.

DIAS, A. M. *et al.* Martha Dantas. In: VALENTE, W. R. (Org.). **Educadoras matemáticas: memórias, docência e profissão**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2013. p. 261-297.

ESTÉS, C. P. **Mulheres que correm com os lobos: mitos e histórias do arquétipo da mulher selvagem**. Tradição de Waldéa Barcellos. 1. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2018.

FERNANDES, D. **Sobre a formação do professor de matemática no Maranhão: cartas para uma cartografia possível**. 2011. 388 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2011.

FERNANDES, F. S. **A quinta história: composições da Educação Matemática como área de pesquisa**. 2014. 233 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2014.

FERREIRA, A. B. de H. **Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa**. Coordenação de edição de Marina Baird Ferreira. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FONSECA, S. G. **Ser professor no Brasil: História oral de vida**. Campinas: Papirus, 1997.

FONTANA, R. A. C. **Como nos tornamos professoras?** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

FOUCAULT, M. **A história da sexualidade I – a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon de Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FRIZZARINI, C. R. B. **Saberes Matemáticos na matéria trabalhos manuais**: processos de escolarização do fazer, São Paulo e Rio de Janeiro (1890-1960). 2018. 184 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2018.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Narrar e curar. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1º set. 1985. Folhetim, p. 11.

GARNICA, A. V. M. História Oral e Educação Matemática: de um inventário a uma regulação. **Zetetiké**, v.11, n. 19, jan./jun. 2003.

GARNICA, A. V. M. **A experiência do labirinto**: Metodologia, História Oral e Educação Matemática. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

GARNICA, A. V. M. Registrar oralidades, analisar narrativas: sobre pressupostos da História Oral em Educação Matemática. **Ciências Humanas e Sociais**, v. 32, n. 2, p. 29-42, jul./dez. 2010.

GARNICA, A. V. M. Estacas em paisagens móveis: um ensaio a partir da narrativa de três professores de Matemática. In: TEIXEIRA, I. A. de C. *et al.* (Orgs.). **Viver e contar**: experiências e práticas de professores de matemática. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2012. p. 331-347.

GARNICA, A. V. M. Cartografias contemporâneas: mapear a formação de professores de matemática. In: GARNICA, A. V. M. (Org.). **Cartografias contemporâneas**: mapeando a formação de professores de matemática no Brasil. 1. ed. Curitiba: Appris, 2014, p. 39-66.

GARNICA, A. V. M. História Oral em Educação Matemática: um panorama sobre pressupostos e exercícios de pesquisa. **História Oral**, v. 18, n. 2, p. 35-53, jul./dez. 2015.

GARNICA, A. V. M.; SOUZA, L. A. de. **Elementos de História da educação Matemática**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

GARNICA, A. V. M.; VIANNA, C. R. Oral History in Mathematics Education: na overview. In: GARNICA, A. V. M. (Org.). **Oral History and Mathematics Education**. 1. ed. New York: Springer, 2019. p. 1-19.

GERALDI, J. W. A diferença identifica. A desigualdade deforma. Percursos bakhtinianos de construção ética e estética. In: FREITAS, M. T.; JOBIM e SOUZA, S.; KRAMER, S. (Orgs.). **Ciências humanas e pesquisa**: Leituras de Mikhail Bakhtin. São Paulo, Cortez, 2003. p. 39-56.

GIARD, L. Apresentação - História de uma pesquisa. In: CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes. 1998. p. 9-32.

GIL, N.; CALDEIRA, S. Escola Isolada e Grupo Escolar: a variação das categorias estatísticas no discurso oficial do governo brasileiro e de Minas Gerais. **Revista Estatística e Sociedade**, Porto Alegre, n. 1, p. 166-181, nov. 2011.

GIOVANNI JÚNIOR, J. R; CASTRUCCI, B. **A conquista da Matemática – 9º ano**. Edição Renovada. São Paulo: FTD, 2009 – (Coleção A conquista da Matemática).

GOMES, A. C. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES A. C. (Org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004. p. 7-24.

GOMES, M. L. M. História da Educação Matemática, Formação de Professores a Distância e Narrativas Autobiográficas: dos sofrimentos e prazeres da tabuada. **Bolema**, Rio Claro, v. 28, n. 49, p. 820-840, ago. 2014a.

GOMES, M. L. M. Formação e atuação de professores de Matemática, testemunhos e mapas. In: GARNICA, A. V. M. (Org.). **Cartografias Contemporâneas: mapeando a formação de professores no Brasil**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2014b. p. 11-37.

GOMES NETA, B. L. **Os nomes de escolas públicas na cidade de Mariana: microtoponímia urbana**. 2016. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2016.

GONÇALVES NETO, W. Representações de mulher e de educação na imprensa de Uberabinha (MG), 1910-1926. In: LOPES, A. A. B de M. *et al.* (Orgs.). **História da Educação em Minas Gerais**. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002. p. 136-149.

GONZALES, K. G. **Formar professores que ensinam Matemática: uma história do movimento das Licenciaturas Parceladas no Mato Grosso do Sul**. 2017. 534 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista, Bauri, 2017.

GOODSON, I. F. Dar voz ao professor: as histórias de vida dos professores e o seu desenvolvimento profissional. In: NÓVOA, A. **Vida de professores**. Portugal: Porto, 2. ed. 1995. p. 63 78.

GOUVÊA, M. C. S. de; SOUZA, R. F. de. Escolas isoladas e reunidas: a produção da invisibilidade. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 16, n. 2, p. 229-231, abril/junho 2016.

HALL, S. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. T. da (Org.). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 103-133.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1951. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1950.pdf. Acesso em: 20 jun. 2021

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Volume 24, Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Volume 25, Rio de Janeiro, 1959a.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Volume 26, Rio de Janeiro, 1959b.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 03 fev. 2021.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2010**. Brasília: Inep, 2017. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 20 jun. 2021

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2019**. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 20 jun. 2021

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. W. Entrevista narrativa. *In*: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução Pedrinho Guareschi. 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 90-113.

LAGE, A. C. P. Práticas educativas das Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo em Mariana, no século XIX. *In*: HAMDAN, J. C.; FONSECA, M. V.; CARVALHO, R. A. de (Orgs.). **Entre o seminário e o grupo escolar: a história da educação em Mariana – MG (XVIII-XX)**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013, p. 69-98.

LAGE, A. C. P. Religião Católica e instituições educativas na capitania de Minas Gerais. *In*: FONSECA, T. N. de L. (Org.). **História da Educação em Minas Gerais: da Colônia à República**. v. 1. Uberlândia: EDUFU. 2019. p. 131-152.

LARROSA, J. **Nietzsche e a Educação**. Traduzido por Semíramis Gorini da Veiga. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

LISPECTOR, C. **A descoberta do mundo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

LOPES, A. de P. C. “Uma ascensão lenta, mas sem abalos”: modernidade, reforma e progresso na instrução pública piauiense na primeira república. *In*: CAVALCANTE, M. J. M. (Org.). **História e memória da educação no Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2002. p. 67-75.

LOPES, E. M. T. A Educação da Mulher: a Feminização do Magistério. **Teoria & educação**, n. 4, p. 22-40, 1991a.

LOPES, E. M. T. De Helena e de professoras. **Teoria & educação**, n. 4, p. 172-175, 1991b.

LOURO, G. L. **Magistério de 1º Grau: um trabalho de mulher**. Educação e Realidade, v. 14, n. 2, jul./dez. 1989. p. 31-39.

MACHADO, G. G. G. **Entre sussurros e colinas: Ginásio Guilherme Gonçalves, Itabirito, MG, (1940-1960)**. 2019. 741 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade São Francisco, Itatiba, 2019.

MARIN, D. **Uma história da criação dos primeiros cursos de formação de Professores (de Matemática) no Triângulo Mineiro – Minas Gerais**. 2019. 384 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2019.

MARTINS, J. C. de C. **Experiências formativas no âmbito do PIBID: um estudo sobre o desenvolvimento profissional de professores supervisores do programa**. 2017. 129f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana. 2017.

MARTINS, M. E. **Resgate histórico da formação e atuação de professores de escolas rurais da região de Bauru (SP)**. Relatório de Iniciação Científica – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru. 2003.

MARTINS-SALANDIM, M. E. **A interiorização dos cursos de Matemática no Estado de São Paulo: um exame da década de 1960**. 2012. 379f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2012.

MATOS, M. I.; BORELLI, A. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013 (Ebook).

MATUCHESKI, S. **Diferenciação e padronização**: um estudo sobre o Setor litoral da Universidade Federal do Paraná. 2016. 458 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2016.

MEDINA, A. V. de A. Organização Pública e implementação de novas metodologias: o projeto Alfa em Minas Gerais. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n. 65, p. 38-51, mai. 1988.

MEIRELES, C. Poema Auto-Retrato. In: MEIRELES, C. **Mar Absoluto e outros poemas**. Rio de Janeiro: Record, 1983.

MELILLO, K. M. de C. F. A. de L.; GOMES, M. L. M. Maria do Carmo Vila e a Educação Matemática em Minas Gerais (1970-1995). **Bolema**, Rio Claro, v. 35, n. 69, p. 242-262, abr. 2021.

MELO NETO, J. C. de. Tecendo a manhã. In: MELO NETO, J. C. de. **A educação pela pedra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MIGUEL, A.; MIORIM, M. A. **História na Educação Matemática: propostas e desafios**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008 (Coleção Tendências em Educação Matemática).

MIRANDA, B. C. B. **A Cades e um novo modelo de professor secundário nas décadas de 1950 e 1960**. 2019. 248 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2019.

MILANEZ, N. **A coleção Matemática, metodologia e complementos para professores primários, de Ruy Madsen Barbosa**: um estudo. 2020. 218 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2020.

NAKAMURA, M. E. F. P. **Ginásios Vocacionais**: estudo narrativo sobre uma proposta educacional da década de 1960. 2017. 627 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2017.

NASCIMENTO, T. R. A criação das Licenciaturas Curtas no Brasil. **Revista HISTEDBR**, v. 12, n. 45, p. 340-346, 2012.

NEIVA, I. K. de A. **O ensino do Desenho na Escola Normal de Belo Horizonte (1906-1946)**. 2016. 273 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

NEIVA, T. M. **Cinco mulheres compositoras na música erudita brasileira**. 2006. 266 f. Dissertação (Mestrado em Música) – Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

NÓVOA, A. **Os professores e sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

OLIVEIRA, F. D. de. **HEMERA**: sistematizar textualizações, possibilitar narrativas. 2013. 176 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2013.

OLIVEIRA, I. L. L. **Estações da escrita de si**: trajetórias formativas de professores de Matemática em memoriais. 2017. 180f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana. 2017.

OLIVEIRA, N. C. de; CAMPOS, N. de; SKALINSKI JR., O. **O modelo católico de ensino superior no Brasil**: Padre Leonel Franca e a criação da Pontifícia Universidade Católica – PUC. Revista Internacional de Educação Superior, Campinas, v. 5, p. e019014, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8653644/18942>. Acesso em: 05 jan. 2021

OLIVEIRA, R. D. de. **Elogio da Diferença**: o feminino emergente. Rio de Janeiro: Rocco digital, 2013.

OLIVEIRA, S. de C.; ARAÚJO, J. C. S. A imprensa periódica face ao debate sobre o ensino religioso e o ensino laico em Uberaba. In: LOPES, A. A. B de M. *et al.* (Orgs.). **História da Educação em Minas Gerais**. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002. p. 386-393.

PASSEGI, M. da C. Prefácio – contos da experiência, reflexividade e conhecimentos: uma combinatória de lógicas narrativas. In: NACARATO, A. M. (Org.). **Pesquisas (com) narrativas**: a produção de sentidos para experiências discentes e docentes. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2018. p. 9-14.

PASSOS, M. Entre a fé e a lei: o pensamento educacional católico no período republicano (1889-1930). In: LOPES, A. A. B de M. *et al.* (Orgs.). **História da Educação em Minas Gerais**. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002. p. 183-196.

PAULA, M. J. de; AUAREK, W. A. Viver e contar. In: TEIXEIRA, I. A. de C. *et al.* (Orgs.). **Viver e contar: experiências e práticas de professores de matemática**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2012. p. 33-40.

PERDIGÃO, D. A. *et al.* Lembranças depositadas: a construção de uma memória organizacional no extinto Banco da Lavoura (BanLavoura) de Minas Gerais. RAM – **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 92-126, abr. 2015.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. Tradução Angela M. S. Côrrea. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2019.

PINCER, V. de M. **A formação de professores nos cursos de treinamento e aperfeiçoamento do Instituto Superior de Educação Rural – ISER – Fazenda do Rosário**: 1955 – 1970. 133 f. 2008. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2008.

PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013 (Ebook).

PRIORE, M. D.; BASSANEZI, C. (Orgs.). **História das Mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

PORTELLI, A. **História oral como arte de escuta**. Tradução Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PORTER, R. História do corpo. In: BURKE, P. (Org.) **A escrita da história**: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 291-326.

RAGO, M. **A aventura de contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade.

Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

RICH, A. Notas para uma política da localização. *In*: MACEDO, A. G. (Org.). **Gênero, identidade e desejo**: antologia crítica do feminismo contemporâneo. Lisboa: Cotovia, 2002. p. 15-35.

ROLKOUSKI, E. **Vida de professores de Matemática (im)possibilidades de leitura**. 2006. 288f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro. 2006.

SANTOS, L. da S. **Profissão: do lar** – a (des)valorização do trabalho doméstico como desdobramento da (in)visibilidade do feminino. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SCHEFFER, A. M. M. *et al.* Cartilhas: das cartas ao livro de alfabetização. *In*: **16º Congresso de Leitura e Escrita (COLE)** – No mundo há muitas armadilhas e é preciso quebrá-las, 2007, Campinas.

SCHERER, R. P. Formação de professoras, tradicionalismo e a feminização do magistério no Brasil: um estudo da obra de Aparecida Joly Gouveia. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 15, n. 41, p. 316-342, 2018.

SCOTT, A. S. O Caleidoscópio dos arranjos familiares. *In*: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. Nova **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013 (*Ebook*).

SILVA, M. S. **O que podem as narrativas na Educação Matemática brasileira**. 2020. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2020.

SILVA, R. B. **Educação comunitária**: além do Estado e do Mercado? A experiência da campanha nacional de escolas da comunidade – CNEC (1985-1998). 2001. 189 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

SOUZA, L. J. **A Aritmética Elementar de Charles Sanders Peirce**: tradução e notas para uma hermenêutica. 2017. 276 f. Dissertação (Mestrado em Educação para Ciência), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, 2017.

SOUZA, L. A. de. Narratives and Their Power Against Silencing in and by Scientific Research. *In*: GARNICA, A. V. M. (Org.). **Oral History and Mathematics Education**. New York: Springer, 2019. p. 101-113.

TIZZO, V. S. **Mobilizações de narrativas na (e para a) formação de professores**: potencialidades no (e a partir do) Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. 2019.

THOMPSON, P. **A voz do passado**: história oral. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TURCI, D. A.; LOURENÇO, E. Os saberes psicológicos e a formação de professores em Minas Gerais entre o final do século XIX e o início do século XX. **Memorandum**, Belo Horizonte: UFMG; Ribeirão Preto: USP, n. 31, p. 107-132, 2016.

VEIGA-NETO, A. **Foucault e a Educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VIANNA, C. R. História da Matemática, Educação Matemática: entre o Nada e o Tudo. **Bolema**, Rio Claro, v. 23, n. 35B, p. 497-514, abr. 2010

VIANNA, C. R. Sem Título. *In*: GARNICA, A. V. M (Org.). **Cartografias contemporâneas: mapeando a formação de professores de matemática no Brasil**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2014, p. 67-85.

VIDAL, D. G. Escola nova e processo educativo. *In*: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 497-517.

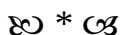
VILLELA, H. O mestre-escola e a professora. *In*: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 95-134.

WEREBE, M. J. G. **Grandezas e misérias do ensino no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968. Coleção: Corpo e Alma do Brasil.

ZAQUEU-XAVIER, A. C. M. **Narrativas na Formação de Professores**: possibilidades junto ao Pibid da UFSCar. 2019. 297 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2019.

ZARIFIAN, P. O tempo do trabalho: o tempo-devir frente ao tempo especializado. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 1-18, out. 2002.

APÊNDICE



Para a discussão de alguns assuntos pertinentes a esta tese, realizamos estudos sobre o contexto educacional no Brasil no decorrer dos anos, voltados especificamente à educação feminina, e também acerca da relação entre a Igreja Católica e a educação. Ao invés de inseri-los nos capítulos de análise, correndo o risco de tornar o texto repetitivo e cansativo para o(a) leitor(a), decidimos deixá-los registrados no apêndice desta tese. Assim, aqueles que tiverem interesse poderão ter acesso a esses registros.

1. Alguns aspectos históricos da formação feminina no Brasil

No período colonial do Brasil (1500-1822), a mulher esteve afastada das instituições de ensino, os colégios e as escolas elementares “mantidos e administrados pelos jesuítas destinavam-se apenas aos homens. Às mulheres cabia aprender e dedicar-se as tarefas ditas ‘próprias ao seu sexo’: costurar, bordar, lavar, fazer rendas e cuidar das crianças”¹. Nesse período, os valores patriarcais eram a “lei” que regia na colônia brasileira e nele “a mulher deveria obedecer ao pai e marido, passando da autoridade de um para a do outro através de um casamento monogâmico e indissolúvel. O domínio masculino era indiscutível”².

Em Minas Gerais, os pedidos pela fundação de escolas e seminários (com a preocupação voltada à formação dos rapazes) advêm desde os primórdios de ocupação de seu território, visto que a instrução doméstica e as aulas nas sacristias das igrejas eram a única forma de acesso à educação até 1751, ano da criação do Seminário Menor de Mariana³. Ainda que restrita aos lares, a educação destinava-se apenas aos meninos. As meninas, geralmente, eram enviadas aos recolhimentos de freiras⁴. A diferença entre o ensino dos meninos e meninas era um traço cultural:

o comportamento social assimilava e exteriorizava modos hierarquizados de ser no mundo. Numa sociedade que se pautava, por um lado, nos valores religiosos

¹ (DEMARTINI; ANTUNES, 1993, p. 6).

² (SCOTT, 2013, n.p. – *on-line*)

³ (DAVES; ANDRADE, 2002).

Nesse período, destacam-se algumas mulheres que se dedicaram ao ensino das primeiras letras: Maria da Cruz (Comarca de Sabará), além de fundar o arraial no qual vivia (Arraial das Pedras de Baixo), fundou uma escola de leitura, música e agulhas em 1736; Teresa Ribeira de Alvarenga (residia próximo a Mariana); Bárbara Heliodora (São João del-Rei) (DAVES; ANDRADE, 2002).

⁴ (DAVES; ANDRADE, 2002).

Em Minas Gerais, o Recolhimento Macaúbas (Comarca Rio das Velhas – atualmente Santa Luzia – MG) foi a primeira instituição direcionada a educar as meninas. Foi instalado por volta de 1730, antes da fundação de um colégio masculino.

(católicos), e por outro, veiculava a ética cortesã (fundada no favor, na honra e no costume); nada mais “natural” do que a distinção dos gêneros. Por isso, o modelo de conduta construído para incorporar o universo feminino tem suas referências simbólicas na religião: o culto à Virgem Maria. Por isso, a educação será antes de tudo voltada para o ensino religioso, aprendizado que instrui sobre a providência divina, os mistérios dos dogmas (entre os quais o de Maria), os mistérios da encarnação de Cristo, o significado da fé, da esperança e do amor, virtudes que frutificam na caridade e nas misericórdias [...] o claustro será a melhor maneira de viver tais preceitos da vida cristã⁵.

O contexto educacional começou a se alterar lentamente após a independência do país (1822). Como a Constituição de 1824 determinava a Educação gratuita a todos, para se fazer cumprir tal determinação houve a aprovação da Lei de 15 de outubro de 1827, que instituiu a criação de escolas de primeiras letras em todos os lugares mais populosos do Império, as quais também seriam destinadas às meninas (se julgadas necessárias pelo poder local), dando-lhes “direito” à educação. Porém, vê-se que o processo formativo das meninas acabou ficando em segundo plano. Nessa Lei de 1827, observa-se também o reconhecimento da mulher como mestra, a qual deveria ensinar ler, escrever, as quatro operações de aritmética, a gramática da língua nacional, os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, bem como as prendas que servem à economia doméstica. Destaca-se que as noções de geometria eram incumbência apenas dos professores⁶. Até então, em termos de instituições oficiais, o que existia eram as escolas de primeiras letras, não havia ainda uma instituição destinada à formação de professores. Logo, diante da necessidade de um(a) professor(a) para atuar no ensino, recorria-se a pessoas que tinham condições mínimas para ensinar.

A partir de 1830, surgiram as primeiras escolas normais em diferentes províncias brasileiras. No entanto, sua consolidação não ocorreu nesse primeiro momento, pois várias escolas passaram por um processo de abertura e fechamento ao longo dos anos e a consolidação só ocorreu a partir de 1870. Abertas a homens e mulheres, elas progressivamente iriam se tornar escolas de mulheres. Embora, inicialmente, houvesse a intenção de dar preferência às mulheres, isso não se concretizou, pois continuavam recebendo apenas o público masculino⁷. Nasquelas instituições que passaram a receber as mulheres, percebiam-se alguns mecanismos de exclusão do saber em relação a elas:

Na década de 30, quando surgiram as primeiras escolas normais no Brasil, já havia em muitas províncias algumas escolas de meninas. Ao que tudo indica, destinavam-se mais ao ensino das prendas domésticas, às orações e aos rudimentos de leitura. Isso mostra que as mulheres não eram formalmente proibidas de frequentar as escolas. No

⁵ (DAVES; ANDRADE, 2002, p. 76).

⁶ A Lei de 1827 deliberava, dentre outras coisas, sobre o conteúdo a ser ensinado aos meninos e às meninas, referindo-se também ao trabalho que cabia às professoras. Pelos artigos 6º e 12º, percebemos que os currículos eram diferentes, mas também o exercício do magistério era limitado a determinadas disciplinas (BRASIL, 1827).

⁷ (DEMARTINI; ANTUNES, 1993).

entanto, a seleção se operava pela redução do conteúdo do currículo das escolas femininas. Elas deveriam aprender a ler, escrever e fazer as quatro operações. A parte relativa a decimais e proporções, bem como o estudo da geometria, que fazia parte do currículo dos meninos, era interdita às meninas. Elas aprenderiam, em contrapartida, a coser, a bordar e os demais mistérios próprios da educação doméstica. A concepção de um currículo diferenciado relacionava-se ao papel que era reservado à mulher nessa sociedade de costumes patriarcais e aos preconceitos quanto à sua capacidade intelectual⁸.

Se, por um lado, esse contexto originou as primeiras vagas para as mulheres no magistério primário, havendo uma ampliação em seu nível de instrução, por outro lado, a discriminação sexual acentuou-se, considerando que determinados conteúdos e disciplinas eram limitados às mulheres⁹.

A educação secundária das jovens estava restrita, de modo geral, ao magistério primário e, com isso, durante o século XIX, elas continuaram apartadas de aventar aos graus mais elevados de instrução, ou seja, “a tônica permanecia na agulha, não na caneta”¹⁰.

Com a chegada do final dos anos oitocentos, acontecimentos como a abolição da escravidão (1888), a Proclamação da República (1889), as grandes imigrações e o processo de urbanização e industrialização provocaram algumas mudanças no país. Para “acompanhar” esses novos tempos do advento à modernização, era necessário implantar um modelo de família. Ainda que subordinados ao patriarca, a vontade dos membros da família ganhou espaço e o autoritarismo já não tinha mais tanta força nos planos de uma campanha de se modernizar o país.

O novo modelo de família demandava uma “nova mulher”: “uma mãe dedicada que dispensava especial atenção ao cuidado e à educação dos filhos (não recorrendo mais às amas de leite, por exemplo), responsabilizando-se também pela ‘formação moral’ das crianças”¹¹, ou seja, estaria integralmente voltada às tarefas do lar¹². Nesse novo modelo de sociedade, esperava-se que as classes populares se encarregassem da mão de obra para abastecer as indústrias e isso incluía também o trabalho de mulheres e crianças nas atividades industriais¹³.

⁸ (VILLELA, 2000, p. 108-109).

⁹ (DEMARTINI; ANTUNES, 1993).

¹⁰ (BELTRÃO; ALVES, 2009, p. 128).

¹¹ (SCOTT, 2013, n.p. – *on-line*).

¹² Embora esses valores das classes dominantes (inspirados nos padrões europeus) se tornassem o novo parâmetro na sociedade brasileira, isso não ocorreu de forma homogênea, havia nuances de uma família para outra, por exemplo, das famílias de classes populares para a “elite” dominante (SCOTT, 2013).

¹³ (SCOTT, 2013 – *on-line*).

Esse panorama se alterou no decorrer dos anos. Em 1872, “as mulheres constituíam 76% da força de trabalho nas fábricas; já em 1950 somavam pouco mais de 20%”. Essa queda ocorreu devido ao aumento da oferta de trabalho masculino, provocada pelo grande contingente de imigrantes e pelo êxodo rural no país. Nem todas as famílias se adaptaram aos padrões da “elite”, mas esse contexto incentivou a permanência da mulher operária no lar, coincidindo com as aspirações dos dirigentes que “procuravam enquadrar grupos considerados potencialmente

A partir de 1892, houve a criação dos primeiros grupos escolares, que, para além de suas mudanças mais substanciais na forma de organização do ensino (divisão em séries e por faixa etária), representou também a possibilidade de a mulher exercer o magistério primário. Embora fosse algo positivo, cabe destacar que, incentivar as jovens a dar continuidade aos estudos (por meio do Magistério, por exemplo), via de regra não era, essencialmente, por haver uma expectativa diferenciada quanto ao seu futuro social, “mas possivelmente porque se acreditava que [...] propiciaria uma melhor formação intelectual e cultural para o exercício do papel social de mães e esposas! No máximo, teriam ocupações ou profissões nas quais desenvolveriam atividades próximas às de mãe ou de esposa”¹⁴. A educação surgia como uma promessa de renovação e construção de uma nação, a qual estava imersa no analfabetismo.

E se a educação deve moldar-se em práticas higienistas, nada melhor que a mulher, que organiza e higieniza o espaço doméstico, para executá-la. Se a educação deve formar a consciência moral do cidadão, nada como a mulher, zelosa protetora destes princípios no lar, para estendê-los aos jovens. Se existe a necessidade de se formar a nação, a mulher é ideal pois é o centro da unidade menor da sociedade, sobre a qual se assenta o edifício social. Se a educação trabalha com crianças, que dependem de carinho e cuidados especiais, então nada como a mulher... Está aberto o caminho para a feminização da atividade escolar¹⁵.

No decorrer dos anos, a educação feminina se arrastou sem muitos avanços. No âmbito da obrigatoriedade escolar do Ensino Primário no Brasil, por exemplo, seu estabelecimento ocorreu pela Constituição de 1934 e foi reafirmada nas Constituições de 1937 e 1946, porém esse processo esteve imerso em alguns descasos que davam brechas ao seu descumprimento. Embora houvesse a declaração dessa modalidade de ensino como obrigatória, não se determinavam “os limites etários da obrigatoriedade. [...] Legal e formalmente a obrigação escolar constitui um dos fundamentos do ensino primário brasileiro. No entanto, na prática, ela não é cumprida em nenhum ponto do país, nem sequer nas cidades mais prósperas”¹⁶.

O ingresso no Ensino Superior (majoritariamente masculino) era ainda mais dramático. As escolas normais, até o ano de 1930, não davam às mulheres acesso aos estudos em nível superior¹⁷, o que constituía um ponto final na continuidade da instrução feminina. Somente após

‘perigosos e de valores morais e familiares fracos’. O papel das mulheres/mães das famílias das classes populares seria, então, aquele de formar o ‘trabalhador ideal’” (SCOTT, 2013, n.p. – *on-line*). Embora afastadas do trabalho nas indústrias, continuaram exercendo as atividades domésticas e outras atividades disponíveis que pudessem fornecer renda para prover as necessidades básicas da família.

¹⁴ (DIAS *et al.*, 2013, p. 270-271).

¹⁵ (GONÇALVES NETO, 2002, p. 143).

¹⁶ (WEREBE, 1968, p. 34).

¹⁷ O decreto imperial, datado de 1881, permitiu a matrícula das mulheres em curso superior. No entanto, transpor essa barreira era difícil, uma vez que o Ensino Secundário era caro e essencialmente masculino. Além disso, os cursos normais não qualificavam as jovens para o ingresso nas universidades. Durante o século XIX e a primeira metade do século XX, o acesso restrito ao Ensino Secundário dificultou a entrada das mulheres nos cursos superiores (BELTRÃO; ALVES, 2009).

esse ano as instituições começam a se expandir e também a serem profissionalizantes, sendo o ginásio completo um pré-requisito. “O benefício às mulheres foi imediato, ampliando-se seu nível possível de escolaridade. Contudo, seu acesso ao secundário propedêutico, bem como aos cursos em nível superior, era ainda muito limitado e concentrado em poucos ramos de ensino”¹⁸. Isso culminou na presença maciça das mulheres no Ensino Secundário e, conseqüentemente, na feminização do magistério secundário, decorrendo da “crescente perda de prestígio da profissão docente e a restrição de alternativas para a mulher no mercado de trabalho”¹⁹. Cabe destacar que, até fins do século XIX, a educação buscava atender ao regime em vigor, conservando o Ensino Secundário extremamente seletivo e, conseqüentemente, elitista²⁰.

A partir de 1960, as mulheres passaram a ter mais chance de ingressar no Ensino Superior e isso ocorreu com a Lei n. 4.024/1961 (LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), visto que este documento previa a equivalência de todos os cursos que compunham o Ensino de Grau Médio²¹. A equiparação do Curso Normal ao Curso de Grau Médio fez com que as jovens que haviam feito o Ensino Normal pudessem se candidatar ao Ensino Superior.

A partir da década de 1970, percebe-se a presença das mulheres em outros níveis de ensino em decorrência de seu ingresso nas universidades e a predominância feminina no nível básico de educação. Além disso, as mulheres passaram a ocupar outros postos de trabalho, “diminuindo relativamente a importância do magistério, que passa a ser suplantado, como ocupação de nível médio, pelas atividades do setor burocrático/administrativo”²².

2. A Igreja Católica e a Educação

No período colonial (1500-1822), o catolicismo manifestava-se como fonte da verdade que se estabeleceria como princípio de educação para os cidadãos. O ensino das primeiras letras era restrito à língua portuguesa e à fé católica, contribuindo para se estabelecer a identidade nacional e também como forma de doutrinação e transmissão dos costumes e cultura dos colonizadores portugueses. “A religião católica ocupava o espaço da vida humana, abrangendo todos os setores da vida social. O contexto geral da sociedade era constituído pela moral e pelos

¹⁸ (BRUSCHINI; AMADO, 1988, p. 6).

Cabe destacar que somente “às vésperas da década de 40 é que se permitiu às normalistas o ingresso em alguns cursos de Filosofia, direito que se estenderia, em 1953, aos demais cursos” (BRUSCHINI; AMADO, 1988, p. 6).

¹⁹ (BRUSCHINI; AMADO, 1988, p. 6).

²⁰ (MIRANDA, 2019).

²¹ O curso de Grau Médio “será ministrado em dois ciclos, o ginásial e o colegial, e abrangerá, entre outros, os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário” (BRASIL, 1961).

²² (BRUSCHINI; AMADO, 1988, p. 6).

valores religiosos, por isso, [era] difícil pensar uma educação distante dos princípios religiosos católicos”²³. Em 1759, ocorreu a expulsão dos jesuítas e, apesar de o estado ter assumido a responsabilidade pela educação, o ensino público passou a outros domínios da Igreja Católica.

Durante o período imperial (1822-1889), a primeira constituição imperial brasileira (1824) legitimou e consolidou a relação estreita entre Igreja e Estado ao estabelecer a religião católica apostólica romana como a religião oficial do Império, sendo que a vivência de outras religiões deveria se restringir ao culto doméstico e particular. A família era considerada uma instituição insubstituível na formação dos valores, sendo a Igreja e o Estado – nessa ordem – auxiliares na formação de seus membros. Com isso, a escola deveria “continuar a missão da família, cooperando na formação intelectual, moral e religiosa da pessoa humana”²⁴, ou seja, a educação permanecia vinculada a uma educação de cunho religioso.

O advento da Primeira República (1889-1930) trouxe a primeira Constituição Republicana (1891), passando a vigorar que o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos seria laico, marcando uma ruptura entre Estado e Igreja Católica. Todas as confissões religiosas passaram a ser exercidas de forma pública e livre. No entanto, a laicidade do ensino não era um fato isolado, “compunha com outras mudanças, o ideário positivista de modificar a sociedade brasileira. Dessa forma, os princípios educacionais emanados por essa corrente identificavam a liberdade de ensino com a prosperidade da nação”²⁵. A laicização era motivo de algumas tensões; apesar de o episcopado ter aceitado o regime republicano, havia o posicionamento contrário quanto a um sistema público laico, porque se “acreditava que ele agredia a fé católica da maioria do povo brasileiro. Com a suspensão do ensino religioso nas escolas públicas, a Igreja articulou-se para formar e consolidar uma rede de escolas católicas”²⁶. Nesse período, a prática educativa foi de suma importância para que a Igreja se reaproximasse do Estado e da sociedade.

Nesse contexto, destaca-se o aumento do número de congregações católicas²⁷ (masculinas e femininas), que vieram para o Brasil, principalmente, ao longo do século XIX, culminando em uma expansão considerável de escolas católicas e na criação de uma

²³ (PASSOS, 2002, p. 184).

²⁴ (PASSOS, 2002, p. 188).

²⁵ (PASSOS, 2002, p. 190).

²⁶ (DALLABRIDA, 2009, p. 77).

²⁷ Em sua tese, Marin (2019) apresenta também algumas instituições que foram fundadas pelas demais confissões religiosas como, por exemplo, a Escola Presbiteriana de São Paulo (1870), o Colégio Piracicabano (1880 – colégio metodista em Piracicaba), Colégio Americano Granbery (1890 – Juiz de Fora – MG).

universidade católica²⁸. Em 1941, ocorreu a inauguração da primeira Faculdade Católica no Rio de Janeiro e sua consolidação como universidade católica ocorreu em 1946, hoje Pontifícia Universidade Católica. O êxito da Igreja Católica no âmbito educacional pode ser atribuído à “atuação das ordens e congregações católicas, masculinas e femininas, de origem europeia, como os lazaristas, jesuítas, salesianos, maristas, franciscanos, lassalistas, irmãs de São José de Chamberry, apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, irmãs da Divina Providência”²⁹.

O aumento significativo de instituições masculinas e femininas foi uma “conciliação pela busca da evangelização escolar da juventude e da formação de novos quadros de religiosos, transmitindo os valores da fé católica”³⁰. Como havia uma escassez de escolas no Brasil, as famílias que residiam em cidades do interior podiam educar seus filhos, principalmente por essas escolas.

O regime de internato (predominante até meados do século XX) era muito comum nas instituições dirigidas por essas congregações. Segundo o pensamento da época, tal regime de educação propiciava a formação religiosa, uma vez que os(as) alunos(as) “estavam longe do ambiente social e das suas influências [...]”. Paralelamente, existia o regimento de externato e internato. Essas opções eram meios de fazer frente aos colégios protestantes que foram se abrindo em diversas regiões³¹. Além disso, as famílias, independentemente de seu poder aquisitivo, não desejavam ver seus(suas) filhos(as) “serem ‘deseducados’ por outras religiões e/ou principalmente por falta da religião católica. Viam na educação católica a base para uma educação justa, com princípios em que seus filhos teriam um sustentáculo para a vida, aprenderiam a ter respeito para com o próximo”³². Na região de Ouro Preto – MG, uma instituição católica feminina nesses moldes (internato e externato) era o Colégio Providência, dirigido pela congregação das Irmãs Vicentinas, que atendia tanto as alunas que pagavam como também as órfãs, ofertando formação até o Ensino Normal.

Embora a Constituição em vigor não assegurasse à religião católica o *status* de religião oficial, em Minas Gerais a Lei n. 1092/1929 permitia a instrução religiosa, dentro do horário escolar, nos estabelecimentos oficiais de ensino mantidos pelo estado mineiro. Nos anos seguintes, dada a separação entre Estado e Igreja, percebeu-se um movimento de idas e vindas

²⁸ Para mais informações, consultar: OLIVEIRA, N. C. de; CAMPOS, N. de; SKALINSKI JR., O. O modelo católico de ensino superior no Brasil: Padre Leonel Franca e a criação da Pontifícia Universidade Católica – PUC. Revista Internacional de Educação Superior, Campinas, v. 5, p. e019014, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8653644/18942>. Acesso em: 05 jan. 2021.

²⁹ (DALLABRIDA, 2009, p. 79).

³⁰ (MARIN, 2019, p. 233).

³¹ (PASSOS, 2002, p. 191).

³² (MARIN, 2019, p. 234).

em relação à presença do ensino religioso nas escolas públicas do país, visto que era um meio de continuar formando os(as) jovens nos preceitos do catolicismo.

Com a Revolução de 1930, que marcou o fim da Primeira República, o ensino religioso retornou às instituições de ensino. Em 1931, o governo provisório de Getúlio Vargas, pelo Decreto n. 19.941 facultou o ensino religioso nos estabelecimentos educacionais oficiais do país, nos cursos primário, secundário e normal. Determinava ainda que a inspeção e vigilância quanto a disciplina escolar seria de responsabilidade do Estado, já a doutrina e a moral dos professores(as) pertenciam às autoridades religiosas³³. Embora houvesse uma “separação” entre o Estado e a Igreja desde o início da República, “o Estado buscou alguma reaproximação, pois via nela um aliado para responder à questão social. A ação da Igreja poderia obter, das classes dominadas, adesão à ordem estabelecida. O governo estava consciente da importância da Igreja como instituição”³⁴. Havia um desejo de aproximação mútua, em que uma instituição via na outra uma forma de manutenção de seus poderes; uma relação de mão dupla, em que havia trocas de ambas as partes e interferência de uma instituição na outra.

No ano de 1932, foi publicado o documento intitulado “Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova – a reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo”³⁵, tendo sido encabeçado e divulgado por diversos educadores³⁶. Com a publicação deste documento, o movimento da Escola Nova ganhou força no país. O Manifesto reivindicava uma reforma no sistema educacional brasileiro defendendo um ensino laico, obrigatório e gratuito, buscando combater uma escola reservada aos ricos e vinculada à religião.

Em torno de amplos debates referentes à liberdade religiosa, em 1934 a Constituição Brasileira, promulgada pela Assembleia Nacional Constituinte, definiu que o ensino religioso seria de frequência facultativa “e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais”³⁷. Esse documento reafirmava uma

³³ (BRASIL, 1931).

³⁴ (MARIN, 2019, p. 235).

³⁵ No final do século XIX, surgia um movimento de renovação do ensino, denominado Escola Nova, que influenciou mais fortemente a Europa, a América do Norte e o Brasil. Um dos principais nomes desse movimento é John Dewey (1859-1952), importante filósofo norte-americano da primeira metade do século XIX. Em nosso país, os ideais da Escola Nova vieram em meio a esse contexto de transformações políticas, econômicas e sociais. Encontrando terreno fértil decorrente das transformações impulsionadas pela Revolução de 1930 e das reformas educacionais ocorrida nos diferentes estados (encabeçadas por alguns dos signatários do Manifesto).

³⁶ O documento foi redigido por Fernando de Azevedo e assinado por 26 educadores e intelectuais, que tinham uma força significativa no cenário educativo nacional, em virtude do lugar que ocupavam na época. Destaca-se ainda que a maioria eram professores e uma parte expressiva estavam envolvidos com a mídia impressa e/ou radiofônica (VIDAL, 2013).

³⁷ (BRASIL, 1934).

“separação” parcial entre Estado e Igreja, atribuída a uma colaboração recíproca em prol do interesse coletivo.

O ano de 1937 foi marcado pelo Golpe de Estado liderado por Getúlio Vargas. O Estado Novo, como ficou conhecido, foi orientado por uma nova constituição (1937) e o ensino religioso, nesse contexto, ficou definido nos seguintes termos: “poderá ser contemplado como matéria do curso ordinário das escolas primárias, normais e secundárias. Não poderá, porém, constituir objeto de obrigação dos mestres ou professores, nem de frequência compulsória por parte dos alunos”³⁸. Alguns anos mais tarde, a Constituição Brasileira (1946), no artigo 168, assegurou o ensino religioso nos mesmos termos da Constituição de 1934³⁹. Com a expansão das escolas públicas, a partir da década de 1940, a Igreja Católica passou a perder terreno no espaço educacional.

Em termos de algumas legislações educacionais, a LDB (Lei n. 4.024/1961) seguiu a mesma linha da Constituição Federal no que diz respeito ao ensino religioso, no entanto acrescentou duas informações: “será ministrado sem ônus para os poderes públicos”; “O registro dos professores de ensino religioso será realizado perante a autoridade religiosa respectiva”⁴⁰. Em Minas Gerais, foi conferido um caráter confessional à disciplina⁴¹, ou seja, compartilhando de uma mesma confissão religiosa, no caso a católica. E aqui vale uma consideração de que lutar pela manutenção do ensino religioso nas escolas era visto como um modo de esses(as) jovens darem continuidade àquela educação que fora recebida no seio familiar. Portanto, sustentar ou não a presença dessa disciplina perpassava os contextos educacional, social, político e familiar, sobretudo pela confusão que se gerava em torno do entendimento da expressão “ensino leigo”, muitas vezes, tomada no sentido de irreligioso, ateu⁴².

A partir de 1964, foi instaurada a Ditadura Militar, período em que a educação passou por profundas mudanças, dentre elas o controle em termos políticos e ideológicos. Nesse período, houve novamente uma aproximação entre Estado e Igreja. A disciplina de Moral e Cívica, por exemplo, sendo obrigatória em todas as escolas, tinha como objetivo “promover e fortalecer o civismo no Brasil, tendo como meios o ‘culto’ aos símbolos nacionais e suas tradições. [...] outro propósito era estimular os educandos a obedecerem às leis, desenvolvendo

³⁸ (BRASIL, 1937).

³⁹ (BRASIL, 1946).

⁴⁰ (BRASIL, 1961).

⁴¹ (DANTAS, 2002).

⁴² (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2002).

um senso moral baseado em pressupostos religiosos”⁴³, ou seja, veiculava tanto as ideias do Estado (conteúdos patrióticos), como também da Igreja (conteúdos religiosos).

A Constituição Federal de 1967, a Emenda Constitucional de 1969 e a LDB (Lei n. 5.692/1971) mantiveram o ensino religioso como disciplina facultativa nos horários normais das escolas oficiais. Na LDB (1971), as duas informações incluídas na LDB anterior (1961) foram revogadas. Embora o ensino religioso não fosse obrigatório no currículo, assumia uma finalidade clara: “tornar um cidadão capaz de cumprir com suas obrigações, não desrespeitando as autoridades e vivendo os valores da sociedade. [...] estimular a vivência de valores espirituais e morais, combatendo toda forma de subversão, civil ou religiosa”⁴⁴. Em outros termos, o ensino religioso era visto como uma forma de beneficiar os poderes vigentes na época.

Após o término do período de repressão, o país caminhou rumo à redemocratização. A Constituição Brasileira de 1988 definiu que “o ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental”⁴⁵, não se estendendo ao Ensino Médio. Já a LDB (Lei n. 9.394 de 1996), a princípio, estabeleceu que:

Art. 33 – O ensino religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis, em caráter:

I – confessional, de acordo com a opção religiosa do aluno ou do seu responsável, ministrado por professores ou orientadores religiosos preparados e credenciados pelas respectivas igrejas ou entidades religiosas; ou

II – interconfessional, resultante de acordo entre as diversas entidades religiosas, que se responsabilizarão pela elaboração do respectivo programa⁴⁶.

Após algumas discussões a respeito da redação do artigo 33 dessa lei, foi promulgada a Lei n. 9.475/1997 registrando uma nova redação, contemplando, desta vez, a diversidade religiosa e cultural presente na sociedade, vedando quaisquer formas de proselitismo⁴⁷.

Em 2010, foi publicado o Decreto n. 7.107, o qual estabelecia um acordo entre o Governo Federal e a Santa Sé pertinente ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil:

Art. 11 – A República Federativa do Brasil, em observância ao direito de liberdade religiosa, da diversidade cultural e da pluralidade confessional do País, respeita a importância do ensino religioso em vista da formação integral da pessoa.

§1º. O ensino religioso, católico e de outras confissões religiosas, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, em conformidade com a Constituição e as outras leis vigentes, sem qualquer forma de discriminação⁴⁸.

⁴³ (BORIN, 2018, p. 22).

⁴⁴ (BORIN, 2018, p. 23).

⁴⁵ (BRASIL, 1988).

⁴⁶ (BRASIL, 1996).

⁴⁷ (BRASIL, 1997).

⁴⁸ (BRASIL, 2010).

Ao longo dos anos, vemos que a disciplina de Ensino Religioso e a Igreja Católica refletiram os diversos movimentos políticos e ideológicos a favor ou contra a laicização do ensino em âmbito nacional⁴⁹. Felizmente, o Brasil é um país em que há uma multiplicidade de religiões e crenças, mas infelizmente percebemos muitos preconceitos quanto a essa diversidade.

Nestes textos (Alguns aspectos históricos da formação feminina no Brasil e A Igreja Católica e a Educação) apresentados anteriormente, nós não tivemos como intenção traçar uma linha com todos os acontecimentos que fazem parte da história da educação brasileira referente à formação feminina ou à relação entre educação e Igreja Católica. Optamos por apenas destacar alguns aspectos que foram importantes na composição da análise e que fizeram sentido ao apresentar características que estiveram mais relacionadas à vida das professoras colaboradoras desta pesquisa.

⁴⁹ (DANTAS, 2002).

3. Roteiro de entrevista

I. Apresentação Inicial

- a. Nome
- b. Data de nascimento
- c. Cidade onde mora atualmente
- d. Formação Acadêmica
- e. Quando e onde a senhora nasceu? Conte-nos sobre suas lembranças do período antes de entrar na escola.

II. Experiências na Educação Básica

- a. Quando iniciou a vida escolar? Quais são suas lembranças desse tempo? Como era sua rotina escolar?
Onde cursou? Em que período?
- b. Como era a escola nessa época? (Infraestrutura, acesso, etc.)
- c. Quem ensinava nessa época? Até onde você sabe, quais eram as formações dos professores?

III. Formação Específica

- a. Qual a sua área específica de formação?
- b. Poderia falar um pouco sobre o seu curso de formação?
- c. Quem eram e de onde vinham seus professores? Quais eram as suas formações?
- d. Quais eram as opções de formação para quem morava na região e queria formar-se professor(a)?
- e. Segundo sua experiência, como acontecia a formação de professores?
- f. Durante a sua carreira profissional, fez algum outro curso de formação ou capacitação de professores?
- g. De modo geral, como era o contexto (social, político, econômico) das cidades onde você circulou à época da graduação?
- h. O que a levou a optar pelo seu curso de graduação?

IV. Profissão Docente

- a. O que a motivou a escolher a profissão docente?
- b. Sua inserção na profissão docente se deu a partir da formação inicial ou a partir de alguma expectativa ou experiência anterior?
- c. Quando iniciou sua vida profissional? Conte sobre sua trajetória profissional (escolas, cargos ocupados, etc). Teve alguma dificuldade ao longo do magistério?
- d. Conte um pouco sobre suas experiências na sala de aula. Como eram suas aulas?
- e. Você chegou a ensinar Matemática durante sua carreira? Conte sobre sua experiência.
- f. Como era a relação entre oferta e demanda de professores na região?
- g. Qual era a visão que se tinha da mulher como professora naquela época?
- h. Como a senhora se vê como professora?
- i. Gostaria de falar sobre algum ponto que não foi mencionado nessa entrevista, mas que a senhora gostaria que aparecesse registrado?

4. Modelo de Carta de Cessão de Direitos enviado às colaboradoras

CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS

Eu, _____, professora aposentada, declaro para fins de comprovação, ceder à Iara Leticia Leite de Oliveira, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática, do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, da Unesp, *campus* de Rio Claro, RG inscrito sob o número _____ PC/MG, sob os termos da resolução CNS 466/2012, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, os direitos da textualização do registro oral, referente à entrevista que lhe concedi em ____/____/____, transcrita, textualizada e legitimada por mim no dia ____/____/____ para fins exclusivos de sua pesquisa de doutorado junto à referida instituição. Estou ciente, portanto, que, com a divulgação desse trabalho, a textualização em questão poderá ser utilizada em outros textos, no entanto, sua reprodução integral ou parcial fica condicionada à ética acadêmica vigente, devendo constar devidamente e obrigatoriamente a referência à tese da qual a textualização faz parte.

De acordo com os termos propostos nesta carta, subscrevo a presente,

Cidade / Estado, de de 2019.

Assinatura: _____

(nome colaboradora)

RG:

5. Cartas de Cessão de Direitos assinadas pelas professoras colaboradoras

CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS

Eu, Hebe Maria Rôla Santos, professora aposentada, declaro para fins de comprovação, ceder à Iara Leticia Leite de Oliveira, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática, do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, da Unesp, campus de Rio Claro, RG inscrito sob o número [REDACTED] PC/MG, sob os termos da resolução CNS 466/2012, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, os direitos da textualização do registro oral, referente à entrevista que lhe concedi em 17 de novembro de 2017 e 29 de maio de 2018, transcrita, textualizada e legitimada por mim no dia ____/____/____ para fins exclusivos de sua pesquisa de doutorado junto à referida instituição. Estou ciente, portanto, que, com a divulgação desse trabalho, a textualização em questão poderá ser utilizada em outros textos, no entanto, sua reprodução integral ou parcial fica condicionada à ética acadêmica vigente, devendo constar devidamente e obrigatoriamente a referência à tese da qual a textualização faz parte.

De acordo com os termos propostos nesta carta, subscrevo a presente,

Mariana/MG, 13 de dezembro de 2019.

Assinatura:


Hebe Maria Rôla Santos
RG [REDACTED]

CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS

Eu, Leila Warde Rôla Bethônico, professora aposentada, declaro para fins de comprovação, ceder à Iara Leticia Leite de Oliveira, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática, do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, da Unesp, campus de Rio Claro, RG inscrito sob o número [REDACTED] PC/MG, sob os termos da resolução CNS 466/2012, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, os direitos da textualização do registro oral, referente à entrevista que lhe concedi em 02 de abril de 2018 e 28 de maio de 2018, transcrita, textualizada e legitimada por mim no dia 17/01/2020 para fins exclusivos de sua pesquisa de doutorado junto à referida instituição. Estou ciente, portanto, que, com a divulgação desse trabalho, a textualização em questão poderá ser utilizada em outros textos, no entanto, sua reprodução integral ou parcial fica condicionada à ética acadêmica vigente, devendo constar devidamente e obrigatoriamente a referência à tese da qual a textualização faz parte.

De acordo com os termos propostos nesta carta, subscrevo a presente,

Ponte Nova/MG, 17. de jan. de 2020.

Assinatura: Leila Warde Rôla Bethônico

Leila Warde Rôla Bethônico

RG: [REDACTED]

CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS

Eu, Maria de Lourdes Walter, professora aposentada, declaro para fins de comprovação, ceder à Iara Leticia Leite de Oliveira, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática, do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, da Unesp, campus de Rio Claro, RG inscrito sob o número [REDACTED] PC/MG, sob os termos da resolução CNS 466/2012, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, os direitos da textualização do registro oral, referente à entrevista que lhe concedi em 28 de fevereiro de 2019, transcrita, textualizada e legitimada por mim no dia ____/____/____ para fins exclusivos de sua pesquisa de doutorado junto à referida instituição. Estou ciente, portanto, que, com a divulgação desse trabalho, a textualização em questão poderá ser utilizada em outros textos, no entanto, sua reprodução integral ou parcial fica condicionada à ética acadêmica vigente, devendo constar devidamente e obrigatoriamente a referência à tese da qual a textualização faz parte.

De acordo com os termos propostos nesta carta, subscrevo a presente,

Mariana/MG, 01 de dezembro..... de 2020.

Assinatura: Maria de Lourdes Walter

Maria de Lourdes Walter

RG: [REDACTED]

CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS

Eu, Edna Lemos de Souza Castro, professora aposentada, declaro para fins de comprovação, ceder à Iara Leticia Leite de Oliveira, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática, do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, da Unesp, campus de Rio Claro, RG inscrito sob o número [REDACTED] PC/MG, sob os termos da resolução CNS 466/2012, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, os direitos da textualização do registro oral, referente à entrevista que lhe concedi em 07 de março de 2019, transcrita, textualizada e legitimada por mim no dia 20/12/19 para fins exclusivos de sua pesquisa de doutorado junto à referida instituição. Estou ciente, portanto, que, com a divulgação desse trabalho, a textualização em questão poderá ser utilizada em outros textos, no entanto, sua reprodução integral ou parcial fica condicionada à ética acadêmica vigente, devendo constar devidamente e obrigatoriamente a referência à tese da qual a textualização faz parte.

De acordo com os termos propostos nesta carta, subscrevo a presente.

Acaiaca/MG, 20 de Dezembro de 2019.

Assinatura: _____



Edna Lemos de Souza Castro

RG: [REDACTED]

CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS

Eu, Lenir Maria Amorim França de Oliveira, professora aposentada, declaro para fins de comprovação, ceder à Iara Leticia Leite de Oliveira, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática, do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, da Unesp, campus de Rio Claro, RG inscrito sob o número [REDACTED] PC/MG, sob os termos da resolução CNS 466/2012, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, os direitos da textualização do registro oral, referente à entrevista que lhe concedi em 08 de maio 2019, transcrita, textualizada e legitimada por mim no dia 05/10/2020 para fins exclusivos de sua pesquisa de doutorado junto à referida instituição. Estou ciente, portanto, que, com a divulgação desse trabalho, a textualização em questão poderá ser utilizada em outros textos, no entanto, sua reprodução integral ou parcial fica condicionada à ética acadêmica vigente, devendo constar devidamente e obrigatoriamente a referência à tese da qual a textualização faz parte.

De acordo com os termos propostos nesta carta, subscrevo a presente,

Itabirito/MG, 05 de outubro de 2020.

Assinatura:



Lenir Maria Amorim França de Oliveira

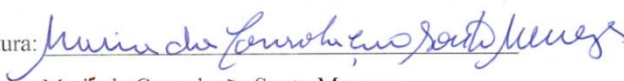
RG: [REDACTED]

CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS

Eu, Maria da Consolação Souto Menezes, professora aposentada, declaro para fins de comprovação, ceder à Iara Leticia Leite de Oliveira, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática, do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, da Unesp, campus de Rio Claro, RG inscrito sob o número [REDACTED] PC/MG, sob os termos da resolução CNS 466/2012, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, os direitos da textualização do registro oral, referente à entrevista que lhe concedi em 09 de maio de 2019, transcrita, textualizada e legitimada por mim no dia ____/____/____ para fins exclusivos de sua pesquisa de doutorado junto à referida instituição. Estou ciente, portanto, que, com a divulgação desse trabalho, a textualização em questão poderá ser utilizada em outros textos, no entanto, sua reprodução integral ou parcial fica condicionada à ética acadêmica vigente, devendo constar devidamente e obrigatoriamente a referência à tese da qual a textualização faz parte.

De acordo com os termos propostos nesta carta, subscrevo a presente,

Itabirito/MG, 15 de dezembro de 2019.

Assinatura: 
Mariã da Consolação Souto Menezes

RG: [REDACTED]

CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS

Eu, Maria Gomes de Santana Campos, professora aposentada, declaro para fins de comprovação, ceder à Iara Leticia Leite de Oliveira, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática, do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, da Unesp, campus de Rio Claro, RG inscrito sob o número [REDACTED] PC/MG, sob os termos da resolução CNS 466/2012, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, os direitos da textualização do registro oral, referente à entrevista que lhe concedi em 23 de maio de 2019, transcrita, textualizada e legitimada por mim no dia ____/____/____ para fins exclusivos de sua pesquisa de doutorado junto à referida instituição. Estou ciente, portanto, que, com a divulgação desse trabalho, a textualização em questão poderá ser utilizada em outros textos, no entanto, sua reprodução integral ou parcial fica condicionada à ética acadêmica vigente, devendo constar devidamente e obrigatoriamente a referência à tese da qual a textualização faz parte.

De acordo com os termos propostos nesta carta, subscrevo a presente,

Diogo de Vasconcelos/MG, de de 2019.

Assinatura: Maria Gomes de Santana Campos
Maria Gomes de Santana Campos

RG: .. [REDACTED]

CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS

Eu, Maria Auxiliadora Sampaio Grossi, professora aposentada, declaro para fins de comprovação, ceder à Iara Letícia Leite de Oliveira, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática, do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, da Unesp, campus de Rio Claro, RG inscrito sob o número [REDACTED] PC/MG, sob os termos da resolução CNS 466/2012, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, os direitos da textualização do registro oral, referente à entrevista que lhe concedi em 23 de maio 2019, transcrita, textualizada e legitimada por mim no dia ____/____/____ para fins exclusivos de sua pesquisa de doutorado junto à referida instituição. Estou ciente, portanto, que, com a divulgação desse trabalho, a textualização em questão poderá ser utilizada em outros textos, no entanto, sua reprodução integral ou parcial fica condicionada à ética acadêmica vigente, devendo constar devidamente e obrigatoriamente a referência à tese da qual a textualização faz parte.

De acordo com os termos propostos nesta carta, subscrevo a presente,

Diogo de Vasconcelos/MG, de de 2019.

Assinatura: Maria Auxiliadora Sampaio Grossi
Maria Auxiliadora Sampaio Grossi

RG: [REDACTED]

CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS

Eu, Maria da Conceição Silva, professora aposentada, declaro para fins de comprovação, ceder à Iara Leticia Leite de Oliveira, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática, do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, da Unesp, campus de Rio Claro, RG inscrito sob o número [REDACTED] PC/MG, sob os termos da resolução CNS 466/2012, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, os direitos da textualização do registro oral, referente à entrevista que lhe concedi em 08 de outubro de 2019, transcrita, textualizada e legitimada por mim no dia 12/12/2019 para fins exclusivos de sua pesquisa de doutorado junto à referida instituição. Estou ciente, portanto, que, com a divulgação desse trabalho, a textualização em questão poderá ser utilizada em outros textos, no entanto, sua reprodução integral ou parcial fica condicionada à ética acadêmica vigente, devendo constar devidamente e obrigatoriamente a referência à tese da qual a textualização faz parte.

De acordo com os termos propostos nesta carta, subscrevo a presente,

Ouro Preto /MG, 12 de dezembro de 2019.

Assinatura: Maria da Conceição Silva

Maria da Conceição Silva

RG: [REDACTED].